

35<sup>a</sup>  
SEMANA  
DE HISTÓRIA

ANAIS  
ELETRÔNICOS

**USOS PÚBLICOS  
DA HISTÓRIA**

e a construção da memória popular:  
**DISPUTA, NARRATIVA E RESISTÊNCIA  
EM TEMPOS SOMBRIOS**

21 a 25  
OUT  
2019  
ICH . ufjf



**Anais Eletrônicos da**  
**XXXV SEMANA DE HISTÓRIA**  
do INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
da UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA  
**USOS PÚBLICOS DA HISTÓRIA E A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA POPULAR:**  
**DISPUTA, NARRATIVA E RESISTÊNCIA EM TEMPOS SOMBRIOS.**  
21 a 25 de Outubro de 2019.

**Organização**

Gabrielle Barra Tarocco  
Júlia Machado de Souza Freitas  
Marco Antônio Campos e Souza

**ICH – UFJF**

**Juiz de Fora, 2019**

Anais da XXXV Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Usos públicos da História e a construção da memória popular: Disputa, narrativa e resistência em tempos sombrios. Gabrielle Barra Tarocco; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2019. 617 p.  
ISSN:2317-0468

**Reitor da UFJF**  
Marcus Vinícius David

**Vice-Reitora da UFJF**  
Girlene Alves da Silva

**Diretor do ICH**  
Robert Daibert Júnior

**Vice-Diretor do ICH**  
Leonardo de Oliveira Carneiro

**Chefe do Departamento de História**  
Ana Paula Pereira Costa

**Coordenadora da Graduação em História**  
Ludmilla Savry dos Santos Almeida

**Coordenador do Programa de Pós-Graduação em História**  
Fernando Perlatto Bom Jardim

**Apoio**

**Centro Acadêmico de História Galba Di Mambro**  
Gestão “Quem avança não pode parar”

Departamento de História da UFJF  
Programa de Pós-Graduação em História da UFJF

---

Anais da XXXV Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.  
Usos públicos da História e a construção da memória popular: Disputa, narrativa e resistência  
em tempos sombrios. Gabrielle Barra Tarocco; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco  
Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2019. 617 p.

ISSN: 2317-0468

Tiragem: Eletrônica (PDF)

Texto em Português

Modo de acesso: <http://ufjf.br/semanadehistoria/anais>

1: História 2: Narrativa 3: História Pública

---

## Artigos publicados nos Simpósios Temáticos

<b>CONECTANDO HISTÓRIAS SUJEITOS E INSTITUIÇÕES NO MUNDO LUSO-BRASILEIRO (SÉCULOS XVI-XIX).....</b>	<b>8</b>
A COSMOLOGIA DE UM HEREGE: AS PROPOSIÇÕES HERÉTICAS DE PEDRO DE RATES HENEQUIM FRENTE A INQUISIÇÃO PORTUGUESA (XVI-XVIII). ....	8
<b>ARTES E OFÍCIOS DE CURAR: MÚLTIPLAS EXPERIÊNCIAS SOBRE INTERVENÇÕES NO CORPO DOENTE.....</b>	<b>24</b>
“É A FORÇA QUE A GENTE TEM QUE TER”: UMA NARRATIVA SOBRE A RESSIGNIFICAÇÃO DO CÂNCER.....	24
CURANDEIROS, FEITICEIROS E “FALSOS MÉDICOS”: O PAPEL E OS SIGNIFICADOS DAS PRÁTICAS ALTERNATIVAS DE CURA NO COTIDIANO DA POPULAÇÃO JUIZFORANA NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX .....	34
FILANTROPIA, AÇÃO INSTITUCIONAL E PRÁTICAS DE SAÚDE: O COMBATE À TUBERCULOSE EM JUIZ DE FORA (1892 - 1983) .....	45
O HOMEM FREUD E AS MARCAS DO SEU JUDAÍSMO.....	56
<b>NARRATIVAS HISTÓRICAS INTELLECTUAIS: HISTÓRIA PÚBLICA, MEMÓRIA, TEORIA DA HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA.....</b>	<b>72</b>
QUANDO “OS FACTOS MARCHAM MAIS RÁPIDO DO QUE AS IDEIAS”: A HISTÓRIA DA REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA DE 1817 E OS TEMPOS DA REVOLUÇÃO.....	72
O ARGUMENTO DO NÃO-OCORRIDO: DESAFIOS PARA A HISTORIOGRAFIA .....	81
<b>SUJEITOS DAS/NAS NARRATIVAS: HISTÓRIA ORAL, MEMÓRIA, BIOGRAFIA, TRAJETÓRIAS E IDENTIDADES SUBALTERNAS NAS TEMPORALIDADES HISTÓRICAS. ....</b>	<b>92</b>
A REPRESENTAÇÃO MEMORIALÍSTICA DO ESCRITOR DANTE ALIGHIERI NA OBRA A DIVINA COMÉDIA .....	92
AFRICANIZAR QUEM, E POR QUÊ?.....	98
DIASPORICAMENTE FEMINEGRAS PERGUNTAM: BRANCO QUAL É SEU FARDOS?.....	113
MEMÓRIA, ESCRAVIDÃO E POPULAÇÃO NEGRA EM JUIZ DE FORA: LEITURAS DESCOLONIZADAS SOBRE ESPAÇOS PÚBLICOS E NARRATIVAS .....	122
NAÇÕES NO BRASIL: CONTRIBUIÇÕES DOS INTELLECTUAIS NEGROS PARA A AMPLIAÇÃO DO CONCEITO .....	135
<b>DITADURA CIVIL MILITAR, TEMPO PRESENTE E USOS DO PASSADO. ....</b>	<b>144</b>
“O POVO APRENDE A LER PELO ABC DA REVOLUÇÃO”: A PRESENÇA DO ANTICOMUNISMO EM NOTÍCIAS SOBRE O MÉTODO PAULO FREIRE NA IMPRENSA CARIOCA (1963-1964).....	144
A HISTÓRIA NOVA DO BRASIL E A DITADURA CIVIL-MILITAR SOB A VISÃO DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO .....	154
ANOS SOMBRIOS: UM OLHAR SOBRE O RELATÓRIO FINAL DA COMISSÃO MUNICIPAL DA VERDADE DE JUIZ DE FORA .....	165
FILHOS DA DEMOCRACIA: PERCEPÇÕES DE BRASILEIROS NASCIDOS APÓS 1985 SOBRE DITADURA E DEMOCRACIA .....	180
PASSADO E PRESENTE DENTRO DO QUARTEL: ENTRE O CONFORTO DO ESQUECIMENTO E O DEVER DA MEMÓRIA .....	191

<b>CULTURA E IDENTIDADES NAS AMÉRICAS: OBJETOS, IMAGENS E REPRESENTAÇÕES.....</b>	<b>200</b>
A IDENTIDADE DO ARTISTA NO AUTORRETRATO DE IDOSO .....	200
A OBSERVAÇÃO ASTRONÔMICA NOS MAIAS, INCAS E ASTECAS .....	210
O EXTRACAMPO DESVELANDO SUBALTERNIDADES EM FOTOGRAFIA DE CHICHICO ALKMIM .....	217
UM NOVO OLHAR SOBRE A COMPOSIÇÃO DOS POVOS ORIGINÁRIOS AMERICANOS. ....	233
<b>O MUNDO COLONIAL LUSO-AMERICANO: PODER, DINÂMICA SOCIAL, ADMINISTRAÇÃO, CONQUISTA E DOMINAÇÃO (XVI – XIX). ....</b>	<b>239</b>
A REAL EXTRAÇÃO: DEBATE HISTORIOGRÁFICO .....	239
DISTINTOS MILITARES DA REAL EXTRAÇÃO: OFICIAIS PRETOS E PARDOS ENTRE O ESTIGMA E A MOBILIDADE SOCIAL .....	255
O RELIGIOSO, O MILITAR E O JUIZ: ESPAÇOS DE ATUAÇÃO DO CAPELÃO NA DINÂMICA COLONIAL. ....	271
<b>DIMENSÕES DA ARTE E DA CULTURA: RESSIGNIFICAÇÃO, REPRESENTAÇÃO E CONHECIMENTO HISTÓRICO. ....</b>	<b>280</b>
A MULHER POR TRÁS DAS ALEGORIAS: A REPRESENTAÇÃO FEMININA COMO REPRESENTAÇÃO DO ANOITECER .....	280
CRÔNICAS PICTÓRICAS DO RIO DE JANEIRO: ENTRE A GENTRIFICAÇÃO E A NECROPOLÍTICA, CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS NA OBRA DE HEITOR DOS PRAZERES E MAXWELL ALEXANDRE .....	292
PAISAGEM DE GUERRA NAS POLAROIDES DE ANDREI TARKÓVSKI: AS IMAGENS QUE QUEREM VOLTAR PRA CASA .....	303
RETRATO PICTÓRICO NO MODERNISMO LITERÁRIO BRASILEIRO: ANÁLISE DO <i>RETRATO DE MURILO MENDES 1930</i> , POR GUIGNARD. ....	312
<b>USOS PÚBLICOS DO MEDIEVO E PERSPECTIVAS ACADÊMICAS: POSSIBILIDADES DE DIÁLOGO. ....</b>	<b>327</b>
A FIGURA DA MULHER CORTESÃ: AS MANIFESTAÇÕES DA ESCRITA FEMININA NO RINASCIMENTO .....	327
ENTRE A “VIRGEM DO SILÊNCIO” E AS MULHERES ATUANTES: REFLEXÕES SOBRE O LUGAR DO GÊNERO FEMININO NO CATOLICISMO .....	337
<b>O QUE HÁ DE NOVO NA HISTÓRIA? NATUREZA, NARRATIVAS E INTERDISCIPLINARIDADE NA PESQUISA DE HISTÓRIA. ....</b>	<b>349</b>
LUCÍOLA: PROSTITUIÇÃO E REDENÇÃO NA NARRATIVA DE JOSÉ DE ALENCAR .....	349
<b>AÇÕES PARA COM O PATRIMÔNIO: DIÁLOGOS NECESSÁRIOS. ....</b>	<b>355</b>
GERALDA ARMOND E O CONTEXTO DA DITADURA MILITAR: A CRIAÇÃO DA SALA GENERAL MOURÃO FILHO NO MUSEU MARIANO PROCÓPIO .....	355
MAPEAMENTO DE CONJUNTOS ARQUIVÍSTICOS EM JUIZ DE FORA .....	367
RELAÇÕES DE SOCIABILIDADE JUIZ-FORANA POR TRÁS DO PALACETE SANTA MAFALDA (1860 – 1904) .....	375
<b>DIREITAS, HISTÓRIA E MEMÓRIA. ....</b>	<b>385</b>

A GUERRA CIVIL ESPANHOLA SOB O OLHAR DA IMPRENSA INTEGRALISTA EM “A OFFENSIVA” (1936-1937) .....	385
A INFLUÊNCIA DO I CONGRESSO DE EUGENIA PARA O MOVIMENTO INTEGRALISTA .....	393
CHARGES ANTIPLINISTAS NA REVISTA CARETA: LANTERNINHA DO PARTIDO DE REPRESENTAÇÃO POPULAR NAS ELEIÇÕES À PRESIDÊNCIA (1955).....	401
O IMIGRANTE ALEMÃO NA SOCIEDADE JUIZ-FORANA: IMPACTOS SOCIAIS DAS AÇÕES DE REPRESSÃO DE UM ESTADO AUTORITÁRIO (1937-1945) .....	415
ODILON BRAGA (UDN) E PLÍNIO SALGADO (PRP): UM ESTUDO DAS RELAÇÕES DAS DIREITAS POLÍTICAS NO CONTEXTO DAS ELEIÇÕES DE 1950.....	432
TRAJETÓRIA DO INTEGRALISMO E RAIMUNDO PADILHA: UMA ANÁLISE HISTÓRICA DE SUAS RELAÇÕES .....	444
UMA ANÁLISE SOBRE A IMPORTÂNCIA DOS RITUAIS INTEGRALISTAS NA CONSOLIDAÇÃO DE PERTENCIMENTO AO MOVIMENTO.....	451
<b>ENSINO DE HISTÓRIA: TEORIA, PRÁTICAS E DESAFIOS. ....</b>	<b>458</b>
AS PRÁTICAS DO PIBID DE HISTÓRIA E CIÊNCIAS SOCIAIS NO INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE JUIZ DE FORA E NA ESCOLA ESTADUAL SEBASTIÃO PATRUS DE SOUSA.....	458
AS RESISTÊNCIAS DE UMA PROFESSORA DE HISTÓRIA NA DITADURA CIVIL-MILITAR (1970 A 1980).....	468
DITADURA OU REVOLUÇÃO: CONCEPÇÕES E MEMÓRIAS DE MULHERES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS ACERCA DO GOLPE DE 1964 .....	484
GAME ON: A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO HISTÓRICO ATRAVÉS DOS JOGOS DIGITAIS .....	499
HISTÓRIA INDÍGENA: UM ITEM QUE NÃO DEVERIA SER ESQUECIDO DO CURRÍCULO .....	516
O FAZER-SE PROFESSOR DE HISTÓRIA POR MEIO DO PIBID. ....	524
REFLEXÕES SOBRE PRÁTICA EDUCATIVA E CURRÍCULO DE HISTÓRIA A PARTIR DA VIVÊNCIA DE UMA EDUCADORA EM FORMAÇÃO: PRIMEIROS PASSOS DE UMA PESQUISA SOBRE ENSINO DE HISTÓRIA	530
<b>COMUNICAÇÃO LIVRE.....</b>	<b>539</b>
A CONSTRUÇÃO DO PROGRAMA CONVERSA AO PÉ DO RÁDIO COMO PROPAGANDA DO GOVERNO JOSÉ SARNEY .....	539
A DEFESA DE CUSCO CONTRA OS CHANCAS E SUA RELAÇÃO COM O PROCESSO DE ASCENSÃO DE PACHACUTI INCA YUPANQUI .....	553
MULHERES E O ASSOCIATIVISMO FILANTRÓPICO NO OITOCENTOS: A TRAJETÓRIA DA SOCIEDADE DE CARIDADE DAS SENHORAS.....	566
NARRATIVAS DE ESTUDANTES LGBTI+ DO ENSINO SUPERIOR SOBRE PROCESSOS IDENTITÁRIOS E SEXUALIDADES .....	576
O ESTADO VARGUISTA PARA ALÉM DE “PAI DOS POBRES” AUTORITARISMO, CENSURA E REPRESSÃO .....	592
O PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO DO ELEMENTO SERVIL EM PETRÓPOLIS: DA BATALHA DE FLORES AO 1 DE ABRIL DE 1888 .....	604

## **Conectando histórias sujeitos e instituições no mundo luso-brasileiro (séculos XVI-XIX).**

---

### **A COSMOLOGIA DE UM HEREGE: AS PROPOSIÇÕES HERÉTICAS DE PEDRO DE RATES HENEQUIM FRENTE A INQUISIÇÃO PORTUGUESA (XVI-XVIII).**

Israel Andrade dos Reis Valentim<sup>1</sup>

#### **RESUMO:**

Este artigo tem por finalidade tratar sobre as proposições heréticas ditas e escritas por um ex-colono chamado Pedro de Rates Henequim, julgado e condenado pela Inquisição Portuguesa no século XVIII. Tomando por base o seu processo-crime, busco analisar como a Inquisição Portuguesa entendia e combatia os delitos das proposições heréticas e quais as diferenças que os agentes da fé colocavam em torno do crime das blasfêmias, já que ambas são muitas das vezes confundidas por serem crimes relacionados à fala. Também busco compreender toda a dinâmica do funcionamento do aparelho inquisitorial, as relações estabelecidas com o Estado (já que o réu passou do crime político para o crime religioso) e o seu papel exercido, sendo uma das instituições religiosas implantadas pela Coroa Portuguesa se tornando umas das formadoras do Império Português.

**PALAVRAS-CHAVE:** Pedro de Rates Henequim, Proposições Heréticas, Blasfêmias, Inquisição Portuguesa

#### **ABSTRACT:**

This article aims to deal with the heretical propositions spoken and written by a former settler named Pedro de Rates Henequim, tried and condemned by the Portuguese Inquisition in the 18th century. Based on its criminal process, I seek to analyze how the Portuguese Inquisition understood and combated the crimes of heretical propositions and what differences the agents of the faith placed around the crime of blasphemies, since both are often confused because

---

<sup>1</sup> Graduado de Licenciatura em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF e graduando em Bacharelado em História pela mesma Instituição. E-mail: israelrock\_18@hotmail.com.



they are speech-related crimes. I also seek to understand the whole dynamics of the functioning of the inquisitorial apparatus, the relations established with the state (since the defendant went from political crime to religious crime) and its role, being one of the religious institutions implanted by the Portuguese Crown becoming of the educators of the Portuguese Empire.

**KEYWORDS:** Pedro de Rates Henequim, Heretical Propositions, Blasphemies, Portuguese Inquisition.

### **Surgimento dos Tribunais da Fé: o Tribunal do Santo Ofício**

O Tribunal da Inquisição, ou mais conhecido Tribunal do Santo Ofício, começou a funcionar no período medieval durante o século XIII, no ano de 1231, por meio de uma bula decretada pelo Papa Gregório IX, chamada de *Excommunicamus*, que tinha o objetivo de combater os desvios doutrinários, surgindo assim a Inquisição Medieval. A Igreja Católica criava assim um forte instrumento de controle da ortodoxia da fé, esforçando-se por manter a unidade eclesial. Em vários momentos da história, a Igreja buscou reafirmar seus dogmas e controlar os fiéis.

Foi necessária esta bula devido a Igreja de Roma estar enfrentando uma de duas “crises”, sentindo o seu poder ameaçado com o surgimento de grupos contestadores (dois desses grupos conhecidos são os cátaros e valdenses) que iam contra os dogmas e as verdades da Igreja – por ser o dogma, para a Igreja, uma revelação de Deus, é algo imutável e definido, já que segundo o livro de Hebreus (13:8): “Jesus Cristo é o mesmo ontem, hoje e eternamente” (BÍBLIA, 2009) –, o que permitiria a interferência constante da instituição sob a vida das pessoas<sup>2</sup>. A crise se dá pelo fato de o clero não conseguir conter a propagação daquilo que classificavam de heresias, pelo fato desses grupos contestadores conseguirem cada vez mais adeptos aos seus movimentos, constituindo “numa espécie de Igreja contra a Igreja de Roma” (NOVINSKY, 1983:16).

O que seriam as heresias que tanto os inquisidores combatiam? O que poderiam ser esses desvios considerados heréticos? A grande questão levantada pela Igreja era, então,

---

<sup>2</sup> A Igreja no medievo era considerada o pilar da sociedade, onde ela tinha o poder absoluto sobre a população.

combater as heresias, ou seja, aquilo que ia contra as ideias que a Igreja coloca como verdade. Em relação ao conceito de heresia, Anita Novinsky esclarece:

“A heresia é uma ruptura com o dominante, ao mesmo tempo que é uma adesão a uma outra mensagem. É contagiosa e em determinadas condições dissemina-se facilmente na sociedade (...) não importa a perseguição que sofrem os hereges, a heresia sempre renasce, e onde há heresia há sempre perseguição.” (NOVINSKY, 1983:11)

Stuart B. Schwartz mostra que as heresias não constituíam necessariamente uma ruptura ou uma dúvida aos dogmas, mas demonstrar a persistência no erro:

“A heresia não consistia necessariamente em duvidar dos dogmas ou em fazer declarações que divergiam da posição da Igreja, mas em não aceitar se corrigir e em persistir obstinadamente no erro. Os teólogos que se tornaram a base da autoridade sobre o assunto perceberam que nem todas as proposições eram igualmente perniciosas e acabaram desenvolvendo um sistema de classificação que ia desde o claramente herético até o simplesmente ofensivo.” (SCHWARTZ, 2009:38-39)

Geraldo Pieroni também vai na mesma linha de pensamento de Stuart, onde ele cita o Livro V das *Ordenações Filipinas* (LARA, 1999) para apresentar o seu conceito sobre o que é ser herético, ou seja, uma pessoa que sustentava seus pensamentos errôneos sobre algum dogma da fé:

“No título “Dos Heréticos e dos Apóstatas”, primeira matéria do Livro V das *Ordenações Filipinas*, a heresia encontra-se no pódio elevado do crime. Herético está ali definido como sendo a pessoa que sustentava com tenacidade um sentimento errôneo acerca de algum dogma de fé, afastando-se da religião oficial: um heterodoxo, um fora da lei de Deus e das ordens do Rei.” (PIERONI, 2012:36)

### **A Inquisição chega na Era Moderna: o crescente antissemitismo**

Com a transição da Idade Medieval para a Idade Moderna, ocorre o término do que foi conhecido como a Inquisição Medieval. A Inquisição só volta a acontecer já no final do século XV, no início da Era Moderna. Primeiramente ela volta a aparecer na Espanha no ano de 1478 e em Portugal no ano de 1536, onde novamente os seus tribunais foram oficializados pelo Papa. A Inquisição da Espanha se inspira “nos mesmos moldes das que já haviam funcionado na Europa durante a época medieval: o Tribunal do Santo Ofício da Inquisição” (NOVINSKY, 1983:12). Já a Inquisição de Portugal funcionou por “285 anos e seguiu os

moldes da Inquisição espanhola” (NOVINSKY, 2015:45) e suas ações ocorreram por todo o império português. Mesmo com o funcionamento dos tribunais inquisitoriais na Península Ibérica estarem apoiados pelos mesmos fundamentos básico da Inquisição Medieval, suas características e técnicas adquiriram aspectos próprios.

Portanto, a Inquisição Ibérica funciona na vanguarda da perseguição às heresias que tanto assolavam no medievo. Porém, a grande diferença é que com a transição da Era Medieval para a Era Moderna, ocorreram diversas mudanças nos campos econômicos, políticos, culturais e religiosos, fazendo com que a Igreja perdesse o seu poder absoluto sobre a população e o Estado começasse a ganhar cada vez mais força, onde agora o Rei passou a ter o total poder, sendo considerado o soberano, dotado de poderes absolutos e concedidos por Deus, sendo, no entanto, um representante de Deus na Terra. A Igreja em meio a estas mudanças, buscou não só mais zelar pelas almas, mas também gerenciar comportamentos e costumes e se aproximou cada vez mais do Estado que detinha o poder.

Essa relação entre Igreja e Estado foi tão forte que a Inquisição portuguesa passou a ser uma instituição vinculada ao Estado, tendo o controle a parte com a Igreja, onde até mesmo a nomeação do inquisidor-geral<sup>3</sup> era feita pelo rei e apenas confirmada pelo Papa”, mostrando-se assim a subordinação da Igreja ao Estado. Podemos perceber com isso que o Estado e Inquisição eram cúmplices, e muitas vezes o Bispo e o Inquisidor correspondiam à mesma pessoa, onde assim a Inquisição Portuguesa foi se tornando uma das instituições formadoras do Estado Português.

Outro ponto para se falar sobre a Inquisição é que ela foi criada sobretudo para combater principalmente os judeus, pois a onda do antissemitismo começou a ficar cada vez mais forte nos Reinos Ibéricos e os judeus passaram a ser vistos como sendo uma praga, uma povo infectado, culpando-os por todo os males, tragédias que aconteciam, como a peste negra. Assim, com o antissemitismo cada vez mais forte na região ibérica, a Inquisição ganha forças primeiramente em Castela e depois em Portugal, no qual buscava satisfazer os interesses políticos e econômicos da Coroa em torno das motivações religiosas do clero. Vemos este forte antissemitismo e combate aos judeus com os Éditos de Expulsão dos Judeus tanto na Espanha (em 31 de março de 1492) através dos conhecidos “Reis Católicos” – o casal Isabel I

---

<sup>3</sup> O inquisidor-geral era aquele que nomeava os outros inquisidores que compunham a Mesa do Tribunal do Santo Ofício e era auxiliado por um Conselho-Geral de deputados, sendo este um órgão supremo que estava abaixo do qual estavam os Tribunais.

de Castela e Fernando II de Aragão, em que a Inquisição em Castela com esta expulsão, “causou um verdadeiro êxodo de um total estimado em mais de 83 mil pessoas” (FEITLER, 2005:139); e em Portugal em 5 de dezembro de 1496, onde o rei D. Manuel I assina o decreto de expulsão dos judeus e também dá a opção destes se converterem ao cristianismo, porém determina que todos os filhos de judeus menores de 14 anos fossem entregues a famílias cristãs, para assim serem criados longe da religião judaica, afastando-os de práticas e costumes judeus. Entretanto, com a preferência enorme dos judeus pelo exílio ao invés da conversão, prejudicando assim a economia, o Rei, em 1497, ordena a conversão forçada dos judeus ao catolicismo e não permitiu que mais nenhum judeu deixasse Portugal, os judeus passaram a ser chamados de cristãos-novos.

O estabelecimento da Inquisição em Portugal se deu pelo resultado de um extenso processo de negociações entre os reis de Portugal e o clero de Roma, começando desde 1515 e completando-se em 23 de maio de 1536 com a bula *Cum ad nihil magis*, assinada pelo Papa Paulo III. Essa bula também detalhava as ameaças e crimes que deviam ser combatidos, como: as crenças judaicas, as crenças mulçumanas, a bruxaria, a bigamia<sup>4</sup>, a sodomia<sup>5</sup> e a posse de livros proibidos. Para dar legitimidade às práticas judiciárias, foram criados os Regimentos Inquisitoriais. São conhecidos cinco Regimentos que foram redigidos para melhores instruções de funcionamento da Inquisição portuguesa. Os anos destes Regimentos são: 1552, 1570, 1613, 1640 e 1774, sendo que o Regimento de 1640 foi o mais longo e codificou toda a legislação inquisitorial.

Importante salientar também que a Inquisição Portuguesa “esticou os seus braços” para as suas colônias para se ter um total controle do catolicismo sobre os seus colonos e combater ferozmente as heresias. Uma dessas colônias foi o Brasil, mas não existia aqui um Tribunal do Santo Ofício instalado de fato na colônia. Apenas o Santo Ofício da Inquisição controlava e combatia os hereges através de inquisidores com as Visitações do Santo Ofício. Os objetivos dos agentes inquisitoriais era levar uma mensagem de pavor e terror a toda população, os vigiando e os controlando. Funcionando por quase trezentos anos, onde a Inquisição perseguiu, condenou, torturou e atormentou a vida de todos os considerados hereges, nos reinos e colônias onde seus agentes do Santo Ofício tiveram ação direta.

---

<sup>4</sup> Bigamia é o ato de casar-se com alguém sem que esse já tenha dissolvido o anterior.

<sup>5</sup> Sodomia é a relação sexual anal entre homens ou entre um homem e uma mulher. Também há a sodomia entre mulheres, chamada de sodomia feminina.

Ao todo foram feitas 4 Visitações do Santo Ofício em terras Brasileiras, no qual os lusitanos estavam “preocupados com as heresias tropicais” (PIERONI, 2012:25): a primeira Visitação foi feita em Pernambuco e na Bahia datado de 1591 a 1595, sendo o Visitador responsável Heitor Furtado de Mendonça; a segunda visita foi feita na Bahia nos anos de 1618 a 1621, onde ficou responsável o Visitador Marco Teixeira; a terceira visita foi feita na região sudeste do Brasil, mais precisamente no Rio de Janeiro, nos anos de 1627 a 1628, onde o licenciado D. Luís Pires da Veiga chega para dar continuidade a vigilância do Tribunal do Santo Ofício no Brasil; já na quarta e última Visitação, ficou responsável o Visitador Giraldo José de Abranches. Em torno da terceira Visitação, datada de 1627, não há “livros” (eram os “Livros das Denúncias da Visitação do Santo Ofício da Inquisição”<sup>6</sup>) como as outras Visitações, pois segundo Pieroni: “a documentação foi perdida em um naufrágio” (PIERONI, 2012:26). Isso leva muitos historiadores a considerar apenas que houve 3 Visitações e não 4, já que não se encontrou nenhum documento sólido que comprove esta quarta visita.

### **Um herege condenado por dois crimes: um crime político e um crime religioso**

Todos esses anos em que a Inquisição esteve atuante, quem não tivesse passado por todo o processo inquisitorial (desde o início do processo com os interrogatórios, as torturas e até chegar as penitências), não tinha conhecimento do que de fato acontecia, pois tudo era feito e mantido em segredo, já que ao final do processo os inquisidores obrigavam os réus a assinar um formulário (um termo de abjuração) no qual o mesmo assumia os seus erros e tinha que manter segredo sobre os métodos internos do Tribunal. Pairava uma total “cultura do segredo” (NOVINSKY, 2015:13). O máximo que a população tinha conhecimento era durante os Autos de Fé, onde os penitenciados seriam punidos e queimados em praça pública, era uma verdadeira “representação teatral da fé” (BETHENCOURT, 2000:223).

Em torno de todo esse cenário caótico de combate as heresias e silenciamento de toda uma população a longo de todos esses anos, surge um homem singular em meio a tantos que através de uma vasta interpretação da Bíblia, criou uma cosmologia própria e original, chamado Pedro de Rates Henequim, julgado e condenado pela Inquisição Portuguesa<sup>7</sup>. O réu Henequim é considerado por alguns autores ora como um penitente cabalista, devido a sua

---

<sup>6</sup> Um dos exemplos desses livros escritos pelos Visitadores encontra-se online no site do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. A.N.T.T. Inquisição de Lisboa, liv. 798.

<sup>7</sup> A.N.T.T. Inquisição de Lisboa. Processo de Pedro de Rates Henequim, nº 4.864.

crença na cabala, ora como milenarista em razão de suas teses de que D. Manuel se tornaria o Imperador do Quinto Mundo e assumiria o trono no Brasil Colônia.

Na fase de genealogia<sup>8</sup> do seu processo-crime, encontramos todas as informações sobre a sua vida e trajetória. Henequim nasceu em Lisboa no ano de 1680. Filho da união ilegítima entre a portuguesa Maria da Silva e Castro – católica, mas descendente de judeu – com o cônsul holandês Francisco Henequim – este protestante e originário holandês –, foi órfão desde criança tendo seu pai falecido logo quando ainda era criança e sua mãe tendo desaparecido na mesma altura ou ainda antes. Henequim ficou aos cuidados de um amigo de seu pai, frei Rodolfo, que assumiu a tutela e o mandou para Oeiras aos cuidados do padre Antônio de Oliveira Ribeiro, já que ele tinha medo de que lhe “ensinassem alguns dogmas errados” (GOMES, 1997:40) e para também ser criado no catolicismo. Lá ficou até os 10 anos de idade e foi alfabetizado e instruído ao latim. Após ser alfabetizado, voltou para Lisboa e passou a viver na casa do cônsul holandês, que o enviou ao tradicional colégio jesuítico de Santo Antão, onde lá aprendeu Filosofia, Teologia e algumas lições de Teologia Moral e recebeu também algumas palestras particulares administradas por dois frades dominicanos sob orientação e supervisão de seu tutor, frei Rodolfo. No então curso de Teologia, começou a se instruir no que seria uma das suas preocupações básicas da vida: “identificar a diferença do sentido literal e figurado das Escrituras” (GOMES, 1997:42).

Já com a idade dos seus 20 anos, o cônsul holandês e sua esposa decidiram sair de Portugal e retornar à Holanda. Convidam Henequim para a viagem, mas o mesmo, instruído por seu tutor, decidiu não voltar para Lisboa e sim tentar a sorte (como muitos aventureiros o faziam) na América, mais precisamente no Brasil, para onde o seu tutor se comprometeu a pagar todas as despesas de sua viagem. Podemos atribuir a sua escolha de vir para a América ao grande deslumbramento em torno de todo o imaginário europeu construído sobre o Novo Mundo (não só das suas riquezas e belíssimos horizontes, mas também de todo o imaginário cristão Europeu elaborado após a Reconquista Ibérica)<sup>9</sup>. Assim, Henequim decidiu vir para o Brasil em torno de 1702, desembarcando na região de Pernambuco e depois se dirigiu para a

---

<sup>8</sup> Ibidem, fl. 172-175.

<sup>9</sup> Segundo Mary Del Piore, o imaginário europeu sobre as novas terras eram vastas e os relatos dos viajantes, projetavam informações que circulavam no Ocidente cristão e aguçava a chegada dos primeiros europeus à América: “Sonhavam sonhos de riquezas, como as que sabiam existir nas Índias Orientais: pedras preciosas, sedas, madeiras raras, chá, sal e especiarias (...) sob temperaturas amenas, deviam se lembrar das palavras de São Boaventura, que informava Deus ter situado o paraíso junto à região equinocial, região de ‘temperaturas de ares’. Ou aquelas de São Tomás, mais incisivo ainda: o jardim ameno estaria na zoa tórrida para o sul. Seria ali? Afinal, o sonho e a ambição sempre tiveram parte nas viagens ultramarinas” (PRIORE, 2016:16-25).

região mineradora, residindo em regiões como Vila Rica, Sabará, Itacambira, Ribeirão do Carmo. Viveu no Brasil por cerca de duas décadas, assistindo de perto o período conturbado das primeiras descobertas auríferas.

Foi aqui no Brasil que Henequim adquiriu sua inspiração para criar a sua própria e original cosmologia. Seu único trabalho aqui foi de minerar, procurando por ouro nas Minas sem ter tido nenhum outro emprego. Junto a este ofício, se dedicou cada vez mais aos seus extensos estudos das Sagradas Escrituras se empenhando para um dia realizar o sonho de ser sacerdote.<sup>10</sup>

Já em 1722, decidiu regressar para Lisboa, sendo as circunstâncias para essa decisão desconhecidas, vistas que não consta em seu processo, podendo admitir como uma das hipóteses a de querer realizar seu sonho de pertencer ao clero católico. Os sonhos de Henequim terminam um ano após retornar a Lisboa e se instalar na rua do Vigário, na freguesia de S. Tiago, devido a um caso de amor com uma menina de apenas 14 anos, de nome Joana Maria da Encarnação, estando Pedro Rates com seus 43 anos – uma diferença de 29 anos de idade entre os dois.

Antes de começar todo o seu longo processo de aproximadamente três longos anos na presença do Tribunal do Santo Ofício, Henequim já havia estado presente perante a Mesa em outras denúncias sobre as suas proposições e preso algumas vezes, já conhecendo os cárceres do Limoeiro. Foi denunciado três vezes por conta de seus escritos. A primeira denúncia se deu no ano de 1732, meses após abandonar a sua esposa, por Simeão de Oliveira de Sousa ao Tribunal do Santo Ofício<sup>11</sup>, alegando que moravam juntos e disse que ouviu heresias sendo estas perigosas concepções místicas, “desaprovadas pelas Igrejas e vários erros”<sup>12</sup>. Porém, para sorte de Henequim, os inquisidores pouco deram atenção a denúncia, já que Simeão era conhecido do Tribunal por ter sido preso por três vezes, devido a ter se passado algumas vezes por padre e outras por usar nome diferente do que era o seu de verdade.

Já a segunda denúncia<sup>13</sup>, feitas por Bernardo Paulo Martins de Sampaio e Bento José Marques da Cruz, datada de 1733, deveu-se a acusação de uma blasfêmia contra a hóstia consagrada, durante uma discussão teológica no escritório do médico e irmão do segundo denunciante, Bento. Os dois denunciantes redigem um texto sobre o ocorrido e levam

---

<sup>10</sup> A.N.T.T. Inquisição de Lisboa. Processo de Pedro de Rates Henequim, nº 4.864, fl.181.

<sup>11</sup> A.N.T.T. Inquisição de Lisboa. Denúncia contra Pedro de Rates Henequim, nº 15.520.

<sup>12</sup> *Ibidem*, fl.1.

<sup>13</sup> A.N.T.T. Inquisição de Lisboa, Caderno do Promotor n.º 99 (1731-1744), liv. 292, fl.305.

pessoalmente à Mesa para dar queixa. Convocado pelo Tribunal, Henequim na manhã do dia seguinte se apresentou à Mesa para prestar depoimento de suas denúncias e para a sua sorte não houve processo, apenas lhe foi dito pelos inquisidores que não abandonasse a cidade sem a expressa licença do Tribunal. Assim, a denúncia ficou apenas no caderno do promotor e nada aconteceu.

Apenas com os depoimentos dos irmãos Santa Marta (Joaquim da Santa Marta Soares e Teodósio da Santa Marta Soares) o levariam de fato aos cárceres do Tribunal do Santo Ofício. Porém, a acusação de outro crime levou o desembargador Joaquim a retê-lo em cárcere privado em sua casa, devido ao crime de lesa-majestade contra o rei D. João V, pelo fato de divulgar e querer que o infante D. Manuel, irmão do rei, se estabelecesse na América – mais precisamente no Brasil – e fosse aclamado imperador. Segundo Villalta, Henequim voltou do Brasil com propósitos políticos-religiosos claramente milenaristas, querendo a todo custo que D. Manuel, o Sereníssimo, se transferisse para as terras brasileiras, que tanto o fascinaram, e se tornasse Imperador do Quinto Mundo, entendendo que ele havia de ser o fundador do Quinto Império, de que falava a Escritura (VILLALTA, 1999:322).

Foi atribuída a Henequim a acusação de criar um complô para auxiliar o príncipe a assumir o trono. Movido por esse receio, o desembargador chegou a pagar espiãs para saber o paradeiro do acusado e preparar um cárcere privado em sua casa destinado exclusivamente para ele. Retido na casa do desembargador, foi encontrado com Henequim um pequeno baú, não deixando que ninguém o abra, contendo manuscritos sobre toda a sua cosmologia acerca do mundo. O agente da justiça, dono da casa, decidiu chamar o padre Teodósio da Santa Marta Soares, o seu irmão, para interrogá-lo, enquanto tomava nota escondido por trás da porta. As proposições consideradas heréticas declaradas por Henequim ao padre e os manuscritos, que segundo o próprio Henequim pretendia “fazer uma obra que manifestasse o verdadeiro sentido das Escrituras” (ROMEIRO, 2001:32), foram decisivos assim no processo ao transformar um criminoso de lesa-majestade em um suspeito na matéria da fé.

Nosso personagem em questão foi transferido da justiça secular, por seu crime de lesa-majestade, para a justiça religiosa, por causa de suas proposições heréticas, para assim ser julgado e condenado pelos agentes da fé. Logo, vemos a importância que se atribuía muito mais a condenação pela fé do que pela justiça secular, civil. Dessa forma começa todo o seu processo que demandou quase 490 fólios – ou 980 páginas, chegando a quase 1000 páginas –



ao longo de três anos até o seu Auto de Fé em 1744, onde a Inquisição tentou a todo custo silenciar e apagar a memória de Henequim em função de suas heresias.

Henequim dividiu seus manuscritos sobre os assuntos da fé em dois grupos, com 45 proposições em um primeiro grupo e 56 proposições em outro grupo, totalizando assim as suas 101 proposições sobre o mundo. Através de suas interpretações dos textos bíblicos, criou uma rica e fascinante cosmologia própria e original.

### **Proposições heréticas e blasfêmias: quais as diferenças?**

As proposições heréticas como as blasfêmias eram crimes facilmente confundidos por estarem relacionados à fala. Primeiramente tratando sobre as blasfêmias, o crime das blasfêmias configura em um dos crimes mais significantes, estando presente “desde o primeiro ao último livro da Bíblia, sempre acompanhando de severa proibição” (PIERONI, 2012:14). A questão de a blasfêmia ser considerada tão significativa vai em torno do sentido da palavra para os cristãos, onde a palavra para eles tem um significado especial. Esse significado remete para a própria revelação de Deus nos escritos do Testamento:

“A própria revelação de Deus nos escritos testamentários aponta sua relação íntima com a palavra, quando a comunidade trinitária se torna manifesta pelo Espírito Santo, que no vocabulário original é citado como *tò pneuma tò hàgion*: a palavra é o sopro que vem do interior.” (PIERONI, 2012:29)

Para a Igreja Católica, os inquisidores e eruditos em geral partilham a crença de que o homem foi criado à imagem de Deus, apoiados no livro de Gênesis: “Então disse Deus: Façamos o homem à Nossa imagem, conforme Nossa semelhança (...) Criou, pois, Deus o homem à Sua imagem, à imagem de Deus o criou; macho e fêmea os criou” (BÍBLIA, 2009). Colocavam também Jesus Cristo como o Verbo, a Palavra encarnada. A boca é considerada, então, o caminho por onde passa a palavra, sendo este o próprio Deus.

A blasfêmia assim se configura na própria ruptura com Deus e a sua Igreja, indo contra o propósito que Santo Agostinho diz em seu livro, no Capítulo 1 - *Louvor e Invocação*, referindo-se a gratidão humana em querer louvá-lo com o “coração inquieto enquanto não encontrar em ti descanso” (AGOSTINHO, 2007:2), fazendo-se assim louvor por meio da palavra. Porém a boca, através das palavras, comporta dois pontos distintos e fortes: 1- a força para elevar e glorificar a Deus; 2- a força para humilhar e desonrar teu nome (PIERONI,

2012:32). A blasfêmia assim é considerada uma ruptura quase total com o divino, no qual ofende a Deus e a sua Igreja (que consideram ser a Igreja Católica).

A blasfêmia é um crime visto como algo sem perdão. São Tomás de Aquino, afirmando que o pecado de blasfemar contra o Espírito Santo é tamanha gravidade “deste pecado que exclui a humildade que nos leva à súplica” (AQUINO, 1980:1824). Aquino se baseia no versículo anterior ao mencionado no mesmo capítulo do livro de Matheus, onde Jesus Cristo menciona sobre as blasfêmias: “Portanto, eu vos digo: todo pecado e blasfêmia se perdoará aos homens, mas a blasfêmia contra o Espírito Santo não será perdoada aos homens” (BÍBLIA, 2009).

Stuart Schwarz fala muito bem sobre as blasfêmias, sendo este um crime perseguido entre as classes sociais mais baixas já que a maioria dos processos vinha de falas durante locais públicos, sendo algo particularmente comum:

“A blasfêmia era particularmente comum. Um azar na hora de lançar os dados, uma mão ruim de cartas, uma seca prolongada, um namoro desmanchado, muitas vezes bastavam para a pessoa soltar uma blasfêmia. Às vezes era de gozação, em piadas sobre os pecadilhos sexuais da Virgem Maria, dos santos ou até de Cristo. Era um humor que não mostrava necessariamente uma descrença, mas apenas uma certa intimidade; humanizava o segredo, mas também representava uma espécie de resistência à pureza doutrinária e aos ditames da autoridade.” (SCHWATRZ, 2009:41)

Assim, se tratava de algo humorístico e não uma representação de descrença dos dogmas e doutrinas católicas, mas era um crime combatido e os blasfemos eram punidos. Por ser mais faladas em locais públicos, o crime era mais cometido pelos homens do que para as mulheres, visto que em um sistema patriarcal e machista, as mulheres eram destinadas aos trabalhos domésticos, reclusas na intimidade dos lares, não podendo assim estar expostas em locais públicos pelo receio de serem estigmatizadas.

A maioria das penas eram mais em torno de penitências espirituais e o pagamento dos custos do processo, pois os inquisidores sabiam que os blasfemos falavam as suas atrocidades em momentos de fúria ou por estar sob efeito de algum tipo de bebida. Esse fato aparece também no processo de Henequim, pois foi-lhe perguntado se era seu costume se “turvar de vinho”<sup>14</sup>. Importante notar que os réus deste crime usavam uma das infâmias para causar

---

<sup>14</sup> A.N.T.T. Inquisição de Lisboa. Processo de Pedro de Rates Henequim, nº 4.864, fl.6.

humilhação ao condenado, sendo a mais usada nestes crimes de blasfêmias a vara atravessada na boca, era um total símbolo que simbolizava o silenciamento daquelas pessoas condenadas.

Tratando agora das proposições heréticas a Igreja sustentava que ideias em conflito com as verdades dos dogmas católicos eram consideradas proposições heréticas, ou seja, eram potenciais declarações que tinham concepções erradas em questões de fé, portanto sendo assim pecaminosas para a Igreja Católica. As proposições heréticas não eram ao todo necessariamente apenas duvidar dos dogmas e/ou fazer declarações que divergiam da posição da Igreja, mas sim era não aceitar se autocorriger e se manter no erro – este no qual a Igreja afirmava, já que para ela se considerava a única capaz de interpretar as Escrituras Sagradas.

Essas ideias e declarações se davam em torno de todo um embasamento teórico por trás, principalmente através da leitura de livros que eram proibidos pela Igreja<sup>15</sup>. No caso do herege Henequim, o mesmo demonstra ter tido acesso a leituras de muitos livros e principalmente das Sagradas Escrituras, além de ter demonstrado apreço pela Cabala. Em razão de toda essa bagagem teórica que Henequim detinha, com as suas leituras diárias das Escrituras e ainda se considerar um ser iluminado pelo Espírito Santo, fazia diversas anotações e as guardava no pequeno baú que carregava consigo para todo lado, querendo, através delas, escrever vários livros sobre os assuntos religiosos, elencando mais de dez livros durante a sua primeira sessão de interrogatório.<sup>16</sup> Os inquisidores o veem assim com um homem muito versado na Escritura Sagrada, que defende com convicção as suas proposições heréticas:

“Certo homem douto e na Escritura Sagrada muito versado, com grande lição dela, afirmando que as suas doutrinas não eram heréticas, por não serem opostas, contrárias à fé, além delas sente, segue, e defende as proposições, que se seguem, e lhe de claro, e perfeito entendimento.”<sup>17</sup>

### **Um herege em busca do paraíso**

As proposições heréticas de Henequim iam em torno da sua interpretação própria e original da Bíblia. Com suas leituras, criou toda uma cosmologia acerca do mundo e refutava assim principalmente os dogmas da Igreja Católica. Suas proposições heréticas iam deste a

---

<sup>15</sup> Durante o Concílio de Trento (1543-1536) tomou-se uma das decisões, entre outras, do *Index Librorum Prohibitorum*, que era uma lista de livros proibidos de serem lidos.

<sup>16</sup> A.N.T.T. Inquisição de Lisboa. Processo de Pedro de Rates Henequim, nº 4.864, fl.150.

<sup>17</sup> A.N.T.T. Inquisição de Lisboa. Processo de Pedro de Rates Henequim, nº 4.864, fl.28.

localização exata do Paraíso na Terra, passando pela Virgem Maria, Espírito Santo e chegando ao inferno. Henequim falava;

"Falando do Paraíso Terreal, afirmava, que estava no Brasil no meio das Serranias daquele Estado. Que o Querubim, que se diz guardava o Paraíso, era apócrifo, porque ele se entendia o Filósofo Aristóteles, e os seus sequazes, que negaram aquela parte do novo mundo. Que no Brasil havia uma árvore que produzia frutos como maçãs, como figos, e que esta era a árvore do Paraíso. Que Adão se criara no Brasil, e de lá se passara a pé enxuto para Jerusalém, e hoje se conservam os vestígios das passadas em uma terra junto à Bahia. E que da mesma sorte que se abrisse o mar Vermelho e o Rio Jordão para passar os Israelitas; assim também se abrisse o mar Oceano para passar Adão e não era novo na Sagrada Escritura o entenderem-se uns casos pelos outros. Que os quatro Rios que diz saíam do Paraíso, a saber Afion, Gion, Tigre e Eufrates, eram nomes apócrifos, porquanto os verdadeiros eram os Rios de São Francisco, e das Amazonas, e outros."<sup>18</sup>

E fez sua própria interpretação bíblica a respeito do dilúvio, que na sua opinião não foi universal:

“Negava que fosse universal o dilúvio, sem embargo de constar da Escritura, que fora *super universum faciem terrae*; e disse que só por hipérbole se chamava universal; assim como Davi quando fora contra o Rei que governava a Terra da Promissão diz o Texto, que vira contra si uma tal quantidade de gente que cobria - *universam faciem terrae* -; o que se entendia só da circunferência daquela determinada terra. Que o Texto falava do mundo, velho, mas de nenhum modo do mundo novo, qual era o Brasil, aonde não chegara o dilúvio”<sup>19</sup>

Já sobre os céus, afirmou ser dividido em três: o primeiro céu era o das aves, o segundo das nuvens e o terceiro, e mais alto de todos, o Paraíso, que fica no centro do Brasil. E refutava as ideias de seres divinos serem assexuados, tendo Anjos e Demônios machos e fêmeas – durante as preposições I:12-15 –, já que Deus criou anjos de:

“diverso gênero, huns machos e outros femeas (...) já [tenho] dito que os Espíritos tem corpo espiritual (...) e como tem corpo os Espíritos, posto que espiritual, pode haver neles, como há, diversidade no sexo; e o não ver esta verdade na Escritura e o mesmo que *in media luce claudicare*”<sup>20</sup>

E reforçando a sua ideia de se ter o Quinto Império e esse seria o dos portugueses, tendo de haver os judeus neste Reino:

---

<sup>18</sup> Ibidem, fl.3-4.

<sup>19</sup> A.N.T.T. Inquirição de Lisboa. Processo de Pedro de Rates Henequim, nº 4.864, fl.6.

<sup>20</sup> Ibidem, fl.231.

“Que o mesmo Livro dos Cantares se não entendia da Senhora nem de Cristo, e só do Reino de Portugal. Que havia de haver no mundo um quinto Império, o qual seria só dos Portugueses, e que estes todos são e haviam de ficar os Judeus. Que as Doze Tribos desterradas da Babilônia, se espalharam todas por este Reino e pelo Estado do Brasil, onde atualmente se acham delas, se há de vir a formar o quinto Império.”<sup>21</sup>

Em outras diversas crenças, Henequim acreditava que por Deus ser misericordioso, as penas do inferno não podem ser eternas e há de um dia perdoar os condenados. Assim “que as penas do inferno hão de ter termo, e não hão de ser para sempre”<sup>22</sup>. Henequim também acreditava que o pecado da fornicção simples (ter relações sexuais fora do casamento) e o estado de concubinato (união livre de um homem e uma mulher que não são casados) deviam ser absolvidos e “o confessor que não absolve o penitente neste caso pecava mortalmente”.

### **Considerações finais:**

As proposições formuladas por Henequim confrontavam as doutrinas e os dogmas colocados pela Igreja de Roma. Devido a isso se mostra a total importância dos motivos que levaram a Coroa Portuguesa adotar o aparelho inquisitorial para silenciar um homem versado nas Escrituras Sagradas e que estava formulando um complô junto a Coroa Portuguesa, e também com a Coroa Espanhola, já que o mesmo estava oferecendo seus serviços e conhecimentos à Coroa espanhola alegando ser o descobridor das minas de ouro e diamantes do Serro do Frio, em troca do título de Conde (ROMEIRO, 2001:28).

Portanto, era mais do que necessário silenciar para sempre Henequim e sua memória. Então no dia 21 de junho de 1744, Henequim foi conduzido ao Auto de Fé pelas ruas de Lisboa. Trajando o sambenito e com a sua boca amordaçada, seguiu pela cidade em procissão, no ritual onde saíam todos os réus condenados. Entregue à justiça secular, encarregada de aplicar a pena de morte, foi garroteado antes de ter seu corpo queimado (devido a confessar seus erros). A instrução dos juizes era que seu corpo e sua memória fossem reduzidos “a pó e cinza, *de sorte que nem dele nem de sua sepultura passa haver memória alguma*”<sup>23</sup>. Porém, para o azar dos inquisidores, a sua memória e sua rica cosmologia ainda continuam vivas, não

---

<sup>21</sup> Ibidem, fl.120.

<sup>22</sup> Foi falado durante a sua proposição II:15, A.N.T.T. Inquisição de Lisboa. Processo de Pedro de Rates Henequim, nº 4.864, fl.12.

<sup>23</sup> A.N.T.T. Inquisição de Lisboa. Processo de Pedro de Rates Henequim, nº 4.864, p.139.

sendo apagadas pelo então desejo dos inquisidores que tentavam a todo custo silenciar e eliminar a vida de milhares de pessoas consideradas hereges.

## FONTES:

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO (A.N.T.T: LISBOA, PORTUGAL)

MANUSCRITAS (<http://digitarq.arquivos.pt/>)

PT/TT/TSO-IL/028/04864 – Pedro de Rates Henequim

PT/TT/TSO-IL/028/CX1611/15520 – Denúncia contra Pedro de Rates Henequim

PT/TT/TSO-IL/030/0292 – 99º Caderno do Promotor

PT/TT/TSO-IL/038/0798 – Livro das Denúncias do Santo Ofício da Inquisição

## Referência Bibliográficas:

- AGOSTINHO. **Confissões de Santo Agostino**. Digitação: Lucia Maria Csernik, 2007.
- AQUINO, Tomás de. **Suma Teológica**. Tradução de Alexandre Corrêa. 2ª ed. Caxias do Sul: Sulina, 1980.
- BÍBLIA. Português. **Bíblia Sagrada**: tradução e edição autorizada da Bíblia Reina-Valera 1997 (RVR97) / [traduzido pela comissão de tradução da Unipro/ Talagarça]. 1ª. Edição. 1ª impressão. Rio de Janeiro: Unipro Editoria, 2009.
- BETHENCOURT, Francisco. **História das Inquisições** – Portugal, Espanha e Itália – Séculos XV-XIX. São Paulo: Companhia das Letras: 2000.
- FEITLER, Bruno. O catolicismo como ideal: produção literária antijudaica no mundo português da Idade Moderna. IN: **Revista Novos Estudos**: CEBRAP. São Paulo, n.72, 2005.
- GOMES, Plínio Freire. **Um Herege vai ao Paraíso** – Cosmologia de um ex-colono condenado pela Inquisição (1680-1744). São Paulo. Companhia das Letras, 1997.
- LARA, Silvia Hunold. **Ordenações Filipinas** – Livro V, São Paulo: Companhia das letras, 1999.
- NOVINSKY, Anita Waingort. **A Inquisição**. 2ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- \_\_\_\_\_; LEVY, Daniela; RIBEIRO, Eneida; GORENSTEIN, Lina. **Os judeus que construíram o Brasil**: Fontes inéditas para uma nova visão da história. São Paulo: Planeta do Brasil, 2015.
- PIERONI, Geraldo; MARTINS, Alexandre; SABEH, Luiz. **Boca Maldita**: Blasfêmias e sacrilégios em Portugal e no Brasil nos tempos da Inquisição. Jundiá, Paco Editorial, 2012.
- PRIORE, Mary Del. **História da gente brasileira**: volume I: colônia. Rio de Janeiro: LeYa, 2016.
- ROMEIRO, Adriana. **Um visionário na corte de D. João V**: revolta e milenarismo nas Minas Gerais. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 1996.
- SCHWARTZ, Stuart B. **Cada um na sua lei**: Tolerância religiosa e salvação no mundo atlântico ibérico. Bauru: Edus, 2009.

- VILLALTA, Luiz Carlos. **Reformismo ilustrado, Censura e Práticas de Leitura**: os usos do livro na América Portuguesa. 1999. Tese (Doutorado) – Curso de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

## **Artes e ofícios de curar: Múltiplas experiências sobre intervenções no corpo doente.**

---

### **“É A FORÇA QUE A GENTE TEM QUE TER”: UMA NARRATIVA SOBRE A RESSIGNIFICAÇÃO DO CÂNCER.**

Monique Batista do Nascimento<sup>24</sup>

Nathália Caroline Dias<sup>25</sup>

#### **Resumo**

Neste artigo, nos propomos a analisar as representações relacionadas ao câncer de mama a partir do estudo de caso da experiência de adoecimento bem como do itinerário terapêutico escolhido por uma mulher que vive na cidade de Juiz de Fora (MG). O doente está imerso em um tempo e espaço que são historicamente datados e, portanto, são fundamentais para as interpretações atribuídas ao corpo e à doença, já que elas se apoiam em recursos oferecidos pela cultura. No caso das mulheres, a queda de cabelos e a retirada da mama, além de serem símbolos de perda da “identidade feminina”, são as alterações corporais que mais rapidamente são associados ao câncer de mama. Portanto, torna-se relevante perceber a forma como o corpo é encarado a partir de um experiência individual para elaborarmos um conjunto de significados compartilhados entre aquelas que passaram pelo tratamento do câncer.

**Palavras-chave:** Câncer de Mama. Corpo. Doença. Mulheres.

#### **Abstract**

In this paper, we propose to analyze the representations related to breast cancer from the case study of the disease experience and the therapeutic itinerary chosen by a woman who lives in the city of Juiz de Fora (MG). The patient is immersed in a time and space that are historically dated and, therefore, are fundamental to the interpretations attributed to the body and the disease, as they rely on resources offered by culture. In the case of women, hair loss and breast removal, in addition to being symbols of loss of “female identity”, are the body changes that are most quickly associated with breast cancer. Therefore, it becomes relevant to understand the way the body is viewed from an individual experience to elaborate a set of meanings shared among those who have undergone cancer treatment.

**Key words:** Breast Cancer. Body. Disease. Women.

## **INTRODUÇÃO**

---

<sup>24</sup> Graduanda do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: monique.nascimento29@gmail.com

<sup>25</sup> Mestra em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: nathalia.cdias@hotmail.com



O modelo biomédico considera a doença como o resultado de condições morfofisiológicas. Tal modelo apresenta-se como dominante em nossa sociedade, pois o processo social legitimou a figura do médico como exclusivamente responsável por definir o que é a doença e seu tratamento (ALVES, 1993). Porém, o modelo biomédico tende a não considerar os significados sociais que o próprio doente confere a sua experiência. Sendo assim, o processo saúde-doença caracteriza-se por sua complexidade, uma vez que as pessoas (re)produzem conhecimentos sobre saúde e doença existentes no universo sociocultural ao qual pertencem, atribuindo-lhe diferentes interpretações conforme suas experiências. Um caminho possível a seguir nos estudos acerca do processo saúde-doença seria buscar articular as diferentes dimensões desse processo, como a psicológica, a social e a cultural, pelo viés antropológico. Desse modo, o modelo biomédico pode ser entendido como um dentre diversos outros para se compreender o adoecer e os itinerários terapêuticos.

A proposta deste trabalho é analisar o adoecer por câncer como uma experiência individual e, simultaneamente, coletiva, considerando-a como uma realidade construída por processos cujos significados são intersubjetivamente compartilhados. Para tanto, realizamos uma pesquisa com uma mulher da cidade de Juiz de Fora que havia passado pela experiência do câncer de mama, bem como de seu tratamento. A partir de entrevista semiestruturada, nosso objetivo era compreender as interpretações e percepções conferidas por ela a sua experiência de adoecimento.

Denise, 55 anos, havia lançado um livro no início de 2019 chamado “Fases da Vida” e, durante este ano, realizou campanhas de arrecadação de lenços de cabelo e toalhas de mão para pacientes em tratamento do câncer. Soubemos de sua história e de suas campanhas por meio do jornal local Tribuna de Minas e iniciamos uma conversa pelas redes sociais o que, posteriormente, nos possibilitou um encontro em sua casa, onde realizamos a entrevista. A partir das narrativas de Denise, entramos em contato com outras dimensões e outras maneiras de pensar que, independentemente de ser uma fala automática ou com informações ocultadas, nos ajudaram a reformular nossas percepções sobre o tema (DEBERT, 1986) e observar quais são as categorias mais relevantes destacadas por ela durante as conversas sobre seu processo de cura.

As reflexões aqui apresentadas fazem parte de uma pesquisa ainda em desenvolvimento onde pretendemos analisar e descrever as categorias de saúde, doença, corpo

e identidade. Nesse sentido, escolhemos o recorte teórico-metodológico da Antropologia do Corpo e da Saúde, pois através desta subárea da Antropologia temos acesso aos diversos significados conferidos ao processo saúde-doença e ao itinerário terapêutico de cada pessoa. Esses significados particulares, nos esclarecem Langdon e Wiik (2010), não se esgotam nas diferenças biológicas, mas são tributárias de contextos socioculturais.

## **O OLHAR ANTROPOLÓGICO**

Para além de objeto e objetivo de pesquisa, é por meio da socialidade que os antropólogos realizam seus estudos. Ao vivermos uma experiência pessoal próxima ao grupo pesquisado, temos como propósito transformar essa experiência em um texto etnográfico. Nas palavras de Goldman (2006: 167), “a característica fundamental da antropologia seria o estudo das experiências humanas a partir de uma experiência pessoal”. Um notável caminho para a elaboração do texto etnográfico é através da observação participante, a qual nos permite apreender as ações e os discursos de nossos pesquisados diretamente em campo.

Torna-se relevante mencionar que, como base para nossas reflexões antes, durante e após a pesquisa, tomamos como referencial as teorias antropológicas clássicas, bem como estudos mais recentes sobre corpo e saúde. Afinal, Malinowski (1978), considerado um dos precursores do trabalho etnográfico, já nos informava sobre a importância de o pesquisador ir a campo inspirado pelos estudos científicos mais recentes sobre seu tema de interesse. Segundo o autor, mesmo conhecendo as teorias, o etnógrafo deve ser capaz de mudar suas hipóteses de acordo com o que observar em campo.

Um bom exemplo a ser citado é o de como Evans-Pritchard mudou o caminho de seus trabalhos junto aos Azande (2005) e aos Nuer (2013). Como o próprio autor descreve, ele não possuía interesse por bruxaria quando foi estudar o país zande, mas seus pesquisados tinham. O autor também não se interessava por gado quando foi estudar os Nuer. Porém, dada a importância conferida por eles a essas dimensões da vida, Evans-Pritchard, aos poucos, se tornou um especialista nesses temas.

Entretanto, diferente dos mencionados autores clássicos, nossa pesquisa se dá no contexto urbano, o qual nos aproxima de nossos pesquisados, diminuindo, assim, a distância física entre nós. Nesse sentido, não há uma descontinuidade espacial, bem como não há uma descontinuidade no que se refere à comunicação, uma vez que falamos o mesmo idioma,

português do Brasil. Porém, como destaca Velho (1978), o fato de nós e nossos pesquisados pertencermos a mesma sociedade não significa que sejamos mais próximos do que se fossemos de sociedades distintas, pois o que nos aproximaria seriam nossas preferências e interesses em comum.

Outro ponto a se considerar refere-se a nossa temática, o adoecer por câncer. Por ser um processo carregado de estereótipos e preconceitos, o adoecer por câncer apresenta-se como algo que nos é muito familiar. A partir de Gilberto Velho, é preciso problematizar, ainda que brevemente, esta noção de familiaridade. Nas palavras do autor, “o que sempre *vemos* e *encontramos* pode ser familiar, mas não é necessariamente *conhecido* e o que não *vemos* e *encontramos* pode ser exótico, mas, até certo ponto, conhecido” (VELHO, 1978: 39, *grifo do autor*).

Por mais que estejamos acostumadas a ver essas pessoas doentes pelas ruas, nas redes sociais e na televisão, pouco ou nada sabemos sobre elas, seus hábitos, crenças e valores. Em uma cidade como Juiz de Fora, com cerca de 600 mil habitantes, existem diversos “mundos”, os quais diferem do mundo das pesquisadoras. Nessa perspectiva, ter uma experiência de estranhamento em nossa própria cidade é possível. Conforme Velho (1978), por mais que possamos nos familiarizar com esses diversos mundos, não conseguimos conhecer o ponto de vista e a visão de mundo dos diferentes atores de nossa sociedade.

Para apreendermos e analisarmos as interpretações particulares de uma mulher que já passou pelo processo de adoecimento por câncer, as narrativas revelam-se como um caminho possível, pois elas atuam organizando as interpretações, compondo-se como uma forma singular de agenciamento social, pois mediam a relação eu-mundo a partir da perspectiva do doente. Sônia Maluf, ao abordar a relação entre antropologia, narrativas e processo saúde-doença, contextualiza que, para os diversos autores que pesquisam tais temas, “as narrativas das experiências de doença são centrais para a compreensão dos modelos interpretativos dos grupos pesquisados, de suas explicações sobre a doença e sobre a história vivida pelo narrador ou pelos atores sociais implicados” (MALUF, 1999: 73). Outro aspecto sublinhado pela autora é que esse tipo de narrativa produz uma série de negociações quanto ao sentido da experiência de adoecer, em um sentido mais abrangente, carregando consigo negociações com relação ao próprio itinerário terapêutico e processo de cura. A narrativa se mostra, portanto, como um caminho possível para o doente construir os significados em torno de sua doença e compartilhá-los com os outros, conferindo-lhe sentido.

## O CORPO FEMININO DIANTE DAS TRANSFORMAÇÕES DO CÂNCER

As mudanças corporais relativas ao adoecimento e ao tratamento do câncer são de conhecimento público e, por isso, geram um sentimento de temor pela doença. Nesse sentido, tais transformações além de marcarem socialmente um corpo doente, provocam também uma crise identitária no indivíduo. A descoberta do câncer é, então, um momento de redescoberta de si mesmo, provocando uma reestruturação da própria vida.

O doente está imerso em um tempo e espaço que são historicamente datados e, portanto, são fundamentais para as interpretações atribuídas ao corpo e à doença, já que elas se apoiam em recursos oferecidos pela cultura. A representação das mulheres em nossa sociedade encontra-se ainda muito vinculada à imagem do corpo onde os atributos físicos, como seios e cabelos, são extremamente valorizados para a composição da identidade feminina. Neste sentido, a queda de cabelos, além de ser um símbolo de perda dessa identidade, é a alteração corporal que mais rapidamente é associado ao câncer. Portanto, torna-se relevante perceber a forma como o corpo é encarado pelas mulheres para, a partir disso, elaborarmos um conjunto de significados compartilhados entre aquelas que passaram pelo tratamento do câncer.

Denise, idealizadora da campanha Mama Amiga, que arrecadou lenços de cabelo e toalhas de mão, passou pelo tratamento de câncer durante o ano de 2018. Dentre as “perturbações físico-morais” (DUARTE, 2003), as pesquisadoras tinham como problema inicial de pesquisa a insatisfação com o corpo diante das transformações pelas quais as mulheres em tratamento passam. Ainda que esta questão não tenha destaque nas falas de Denise, percebemos que se trata de um ponto relevante, uma vez que sua campanha tem como principal objetivo elevar a autoestima dessas mulheres por meio do uso de acessórios que ressignificam sua imagem corporal.

É importante ressaltar que dado a estrutura socioeconômica em que estamos imersos, o corpo ganha também um significado associado ao trabalho onde ele precisa ser forte, ágil e produtivo. Assim, o câncer “humilha, desprioriza, põe em evidência a fragilidade do doente e a sua condição de dependência” (REDON, 2008: 72). Com relação às mulheres podemos perceber ainda que a elas cabe o papel de cuidadoras do lar, dos filhos e do marido. Sobre isso Denise afirma: “eu não aguentava, às vezes, varrer uma casa [...] então, aqui em

casa, todo mundo começou a ajudar. [...] Minha filha fazia almoço, meu marido arrumava a casa, lavava roupa, pendurava roupa, porque eu não dava conta, entendeu?”.

Outro aspecto importante mencionado por Denise, diz respeito ao suor excessivo causado pelos medicamentos. Esta, para ela, é uma questão pouco visada em campanhas sobre o câncer e quase ninguém tem consciência dessas mudanças fisiológicas que a incomodaram bastante durante o tratamento. Questionada sobre os motivos desse incômodo em especial, ela afirmou que: “Não incomoda, a gente acostuma. Tudo o que você vive durante o tratamento, você tem que trabalhar a sua cabeça para você viver. E vivenciar. Aí, você trabalhando sua cabeça, nada te incomoda”.

A partir desta fala, podemos perceber que a transpiração em excesso, por ser algo incomum e por exigir um tipo de adaptação, gerava um incômodo que acreditamos estar relacionado ao fato de a transpiração feminina ser vista como algo nojento em nossa sociedade, que ultrapassa os limites da ordem, o que significa que o seu perigo surge quando a estrutura das ideias é contrariada causando deslocamento das regras (DOUGLAS, 2010). Ao observarmos o problema do “nojo do corpo feminino” nos deparamos então com codificações corporais pautadas em uma emocionalidade. Desta forma, é preciso compreender os códigos situacionais envolvidos para entender o porquê e em quais contextos a repulsa por algo se manifesta.

Em nossa sociedade o corpo feminino é mais vigiado do que o masculino e os padrões de beleza são mais enfáticos à necessidade de adaptação do corpo da mulher para que não tenha cheiros, pelos ou transpire, mesmo sendo características naturais. A necessidade exagerada de higienização cobrada ao corpo feminino nos mostra que a “higiene” adquire um significado de construir um conjunto de dispositivos e de saberes que atuam sobre esse corpo. A construção corporal a ser produzida a partir dessa premissa exige a mudança imediata dos hábitos cotidianos no que se refere aos cuidados de si. A higiene, então, molda as sensações corporais aliando-se à imagem do corpo.

O corpo também é percebido como uma fortaleza que está sofrendo ameaça de invasores e o tratamento é uma luta que deve ser ganha. A noção de se travar uma batalha contra a doença está muito presente nos discursos das mulheres que passaram pelo tratamento. É muito comum o uso de expressões como “guerra contra o câncer” como uma doença que deve ser “atacada”. No caso de Denise, essa forma de perceber a doença fica clara quando ela menciona o “Grupo das Vitoriosas”, grupo de mulheres que passaram pelo câncer e se

curaram, que se reúne na sede da ASCOMCER<sup>26</sup>. Mais uma vez, notamos que a história contada por Denise nos permite compreender que as experiências singulares são também experiências coletivas.

Ainda com relação à linguagem, percebemos algo curioso ao conversarmos, informalmente, com alguns amigos – estudantes de Ciências Sociais – sobre o tema da nossa pesquisa. A maioria tentou nos desencorajar a seguir com o trabalho por acreditar que é um assunto em que as pessoas não vão se mostrar abertas para conversar conosco, tornando uma pesquisa difícil tanto para nós pesquisadoras quanto para os pesquisados. As experiências pessoais que alguns de nossos amigos passaram com familiares em tratamento do câncer surgiram como argumento para exemplificar que eles próprios não estariam dispostos a colaborar caso fossem abordados por um pesquisador. Com isso, percebemos um código de silêncio que cerca o câncer. A associação do câncer à morte faz com que muitas pessoas não falem sobre o assunto, tornando-se um tabu. Tal silenciamento acontece devido a caráter mágico que o termo “câncer” parece evocar – através de uma força de ação – que pode desencadear o aparecimento da doença ou a morte. Isso significa que pronunciar a palavra câncer é conjurar a doença (OLIVEIRA, GUIMARÃES, 2015).

Com o intuito de quebrar esse silêncio, as pessoas que já passaram pelo tratamento da doença tendem a ser mais abertas para falarem sobre suas experiências. No caso de Denise, observamos a importância que ela confere em falar sobre a doença, remetendo à ideia de redes de solidariedade entre as mulheres para compartilhar sensações, dores e desconfortos como alternativas para enfrentar a doença. Como muitas vezes os familiares estão imersos em uma atmosfera de medo tanto de evocar a doença para si, como em agravar a doença de seu membro familiar, o silenciamento é uma forma que eles encontram de lidar com o sofrimento e angústia da aparição de uma doença que está muito associada à morte. Para Denise, a decisão de expor as experiências de um processo doloroso se dá pela necessidade de ressignificar tal experiência, servir como pontos de apoio e esperança para aquelas que estão passando pelo tratamento do câncer e contribuir para a construção de um novo olhar da sociedade com relação à doença.

Outra categoria observada através das falas de Denise é a importância da religião para o tratamento e cura do câncer. Na antropologia, “as crenças religiosas são reconhecidas como

---

<sup>26</sup> A ASCOMCER (Associação Feminina de Prevenção e Combate ao Câncer) é uma entidade civil de caráter filantrópico e sem fins lucrativos, mantenedora do Hospital Maria José Baeta Reis, na cidade de Juiz de Fora – Minas Gerais.

fontes legítimas de interpretação para a doença e o tratamento” (NÓBREGA, 2011: 75). As explicações religiosas dizem muito sobre o sistema sociocultural da pessoa e em como ela vai criar novos significados para sua enfermidade. Os discursos religiosos caminham de forma paralela ao tratamento biomédico tornando-se uma indispensável ferramenta de enfrentamento da cura da doença e também como um alívio das tensões do processo de tratamento. Desta forma, não há um antagonismo entre o suporte biomédico e o religioso. As explicações religiosas vão organizar o estado confuso e desordenado ocasionado pela doença, associando-a às suas vivências e ressignificando as experiências individuais e coletivas da enfermidade. Como um exemplo da ressignificação de sua experiência, temos a seguinte fala de Denise:

São provações que Deus dá para a gente. Às vezes, eu conto isso, até lá no grupo mesmo, ou quando eu encontro com as pessoas que eu vou contando, as pessoas falam “não acredito”. E eu: “é pura verdade”. É o caminhar da gente? É. É a força que a gente tem que ter? É. E de onde brota essa força? Da fé.

Nesse sentido, verificamos que a fé e a religiosidade não serviram somente como uma forma de conforto e apoio para seguir com o tratamento médico, mas sim como um instrumento que ajuda a organizar e explicar os acontecimentos em torno da vida dela, incluindo o porquê do aparecimento do câncer. Os relatos de Denise sugerem, inclusive, que a doença está associada a uma fé que está sendo posta à prova. A associação da doença com a morte faz com que a religião seja um ponto de conforto fazendo com que as angústias, medos, incertezas e sofrimentos possam ser, de alguma forma, suportáveis ao oferecer uma resignação com relação à perda da vida e certo alívio.

Ainda segundo Denise, para se curar do câncer não bastam os recursos biomédicos, é preciso uma “força interna” do indivíduo. Pudemos observar que esta força interna pode ser usada, no imaginário popular, para culpabilizar o doente de sua condição, já que a morte seria possivelmente ocasionada por uma postura de desistência da própria vida. Ao perguntarmos se ela procurou medidas alternativas ao sistema oficial de saúde, Denise nos respondeu que não, “porque eu confiei nos médicos e confiei em mim, na minha cura e em Deus. Deus em primeiro lugar”.

Esta confiança no saber médico oficial também pôde ser percebida quando Denise nos contou sobre a conversa que teve com seu médico a respeito das possibilidades de tratamento diante do diagnóstico de câncer de mama. Após o médico lhe explicar suas opções de como tratar-se, Denise lhe disse: “não, eu não escolho nada, eu estou aqui como paciente, o senhor

está aí como médico, para me orientar, então eu quero que o senhor faça o melhor para mim”. A partir de sua narrativa, percebemos que o modelo explicativo usual nativo, em maneira geral, está conectado às explicações biomédicas, uma vez que há o reconhecimento das práticas da biomedicina.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O corpo é sempre uma representação da sociedade e, como parte do comportamento social humano, é também um fato social. Desta forma, compreender os sistemas simbólicos que se escondem por trás das relações entre indivíduo e corpo nos ajuda a entender que as percepções corporais ultrapassam os processos naturais de sua anatomia e atingem dimensões culturais complexas nos fazendo questionar este olhar naturalista sobre o qual esse corpo costuma ser observado. Ao desnaturalizá-lo, percebemos que o corpo é histórico e, portanto, uma construção sobre o qual são conferidas diferentes marcas em diferentes tempos. O corpo representa uma identidade dada a centralidade que ele se encontra nas culturas, centralidade esta que pode ser observada, também, pelas práticas de cuidado e saúde.

Ao conhecermos a história de Denise, inicialmente, o que nos chamou a atenção foi a relação entre o adoecer por câncer e as transformações corporais pelas quais as mulheres em tratamento passam. Particularmente, o que nos interessou foi a campanha idealizada por ela de arrecadação de lenços de cabelo e toalhas de mão, as quais foram doadas no mês de outubro, conhecido como “Outubro Rosa”<sup>27</sup>, às mulheres para lidarem com as transformações corporais causadas pelo câncer e seu tratamento.

Em campo, nossas percepções foram diversas, uma vez que Denise deu destaque a temas considerados por ela como mais relevantes de sua experiência, como a importância do saber médico oficial, a fé em Deus e a crença na própria força individual de se curar. A partir desta experiência de trabalho de campo, pudemos apreender que, por mais que a doença seja um processo que se manifeste biologicamente no corpo de cada indivíduo, sua interpretação é social, refletindo os valores e crenças de uma cultura particular.

---

<sup>27</sup> Outubro Rosa é uma campanha de conscientização que tem como objetivo principal alertar as mulheres e a sociedade sobre a importância da prevenção e do diagnóstico precoce do câncer de mama.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Paulo César. A experiência da enfermidade: considerações teóricas. **Caderno de Saúde Pública**, v. 9, n. 3, p. 263-271, jul.-set., 1993.

DEBERT, Guita G. Problemas relativos à utilização da história de vida e história oral. In. CARDOSO, Ruth. **A Aventura antropológica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

DOUGLAS, Mary. **Pureza e Perigo**. São Paulo: Perspectiva, 2010.

DUARTE, Luiz Fernando Dias. Indivíduo e pessoa na experiência da saúde e da doença. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 8, n. 1, p. 173-183, 2003.

EVANS-PRITCHARD, E. E. **Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

EVANS-PRITCHARD, E. E. **Os Nuer**: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota. São Paulo: Perspectiva, 2013.

GOLDMAN, Marcio. Alteridade e experiência: antropologia e teoria etnográfica. **Etnográfica**, v. X (1), p. 161-173, 2006.

LANGDON, Esther Jean; WIJK, Flávio Braune. Antropologia, saúde e doença: uma introdução ao conceito de cultura aplicado às ciências da saúde. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 18, n. 3, mai.jun. 2010.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. Um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MALUF, Sônia Weidner. Antropologia, narrativas e a busca de sentido. **Horizontes Antropológicos**, ano 5, n. 12, p. 69-82, dez. 1999.

NÓBREGA, Jociara Alves. **Tecendo vivências e sentidos do câncer infantil**: família, doença e redes de apoio social em Natal-RN. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011.

OLIVEIRA, Pricilla Emmanuely; GUIMARÃES, Sílvia Maria Ferreira. Vivências e práticas de cuidado de mulheres em processo de tratamento de câncer. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 20, n. 7, p. 2211-2220, 2015.

REDON, Silvano Aparecido. A interpretação da doença e a busca de sentido: um estudo com pacientes em tratamento de câncer. **Anthropológicas**, ano 12, v. 19, n. 2, p. 55-80, 2008.

VELHO, Gilberto. “Observando o familiar”. In NUNES, E. O. (org.) **A aventura sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

# **CURANDEIROS, FEITICEIROS E “FALSOS MÉDICOS”: O PAPEL E OS SIGNIFICADOS DAS PRÁTICAS ALTERNATIVAS DE CURA NO COTIDIANO DA POPULAÇÃO JUIZFORANA NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX**

Maciel Antonio Silveira Fonseca<sup>28</sup>

Marcos Estevam Vasconcelos Silva<sup>29</sup>

**RESUMO:** Este trabalho tem como objetivo divulgar os resultados preliminares de uma pesquisa que investiga o papel e os significados das práticas alternativas de cura no cotidiano da população juizforana no período de vigência do primeiro Código Penal Republicano (1890 a 1941). Neste período Juiz de Fora vivenciou uma intensa transformação urbana, caracterizada, sobretudo, pelo surto industrial que atraiu pessoas de diversas regiões de Minas Gerais. O crescimento abrupto do município foi responsável pelo agravamento de problemas sociais variados, comuns aos centros urbanos brasileiros na transição do século XIX para o XX. Muito embora houvesse um esforço sistemático de alguns setores locais para construir a imagem de uma cidade "civilizada", "moderna" e "pioneira", a realidade era completamente diferente.

**PALAVRAS-CHAVE:** Curandeiros. Higienismo. Código Penal. Medicina.

**ABSTRACT:** This paper aims to disseminate the preliminary results of a research that investigates the role and meanings of alternative healing practices in the daily life of the Judgeforana population during the period of the first Republican Penal Code (1890-1941). In this period Juiz de Fora experienced an intense urban transformation, characterized, above all, by the industrial outbreak that attracted people from various regions of Minas Gerais. The abrupt growth of the municipality was responsible for the aggravation of various social problems, common to Brazilian urban centers in the transition from the nineteenth to the twentieth century. Although there was a systematic effort by some local sectors to construct the image of a "civilized", "modern" and "pioneer" city, the reality was completely different.

**KEYWORDS:** Healers. Hygienism. Penal Code. Medicine.

---

<sup>28</sup>Doutorando em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: maciel.s.fonseca@gmail.com

<sup>29</sup>Doutorando em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: mevs\_hist@yahoo.com.br

Desde as primeiras décadas do século XX é possível perceber em Juiz de Fora a ampliação de uma perseguição a todos aqueles que se aventuravam pelo campo da cura sem contar com uma permissão legal para atuar. Os motivos que levaram curandeiros, espíritas e “falsos médicos” a serem reprimidos na “Manchester Mineira” dos primeiros decênios do século XX em nada diferem daqueles que visavam marginalizar outras atividades, como as desempenhadas pelas prostitutas, pelos jogadores, pelos moradores dos cortiços e de outras habitações populares. Todas estavam inseridas em um mesmo contexto histórico: um período em que os hábitos e os costumes populares – principalmente os da população afrodescendente - foram estigmatizados na tentativa de enquadrar as classes subalternas, vistas como uma massa de indivíduos ignorantes, no caminho da modernização, do progresso e da civilização.

Especificamente sobre a condenação das práticas culturais dos populares o fato é que a instauração da República em 1889 trouxe mudanças significativas na forma como as classes hegemônicas passaram a enxergar essas manifestações. Não que houvesse no Império uma maior tolerância com a cultura popular, pois como bem percebeu Sidney Chalhoub “é preciso muita ginástica intelectual e retórica barroca para descrever como ‘tolerante’ uma classe dominante que escravizava, intimidava e torturava tanto quanto a classe dos escravocratas brasileiros”. (CHALHOUB, 1996, p. 184). Mas é bem verdade que as mudanças estruturais no campo socioeconômico ocorridas na transição do século XIX para o XX criaram a necessidade de novas formas de dominação social, e nesse cenário tudo que tivesse relacionado com as manifestações culturais dos menos abastados necessitava de correção e, sobretudo, de punição.

Nicolau Sevcenko, ao demonstrar o panorama ambíguo da cidade do Rio de Janeiro nos primeiros anos do regime republicano, nos fornece algumas informações úteis sobre o período. Segundo este historiador, o Rio de Janeiro, apesar de algumas dificuldades políticas e econômicas, sintonizava-se cada vez mais com a expansão do comércio europeu, algo que acabou ressaltando definitivamente o descompasso existente entre essas sociedades. Tornou-se cada vez mais evidente para a nova classe dominante o anacronismo entre a velha estrutura urbana da cidade e as necessidades impostas pelo “novo” tempo.

Algumas ruas estreitas, características de uma cidade colonial, dificultavam a conexão entre o porto e o comércio. As áreas insalubres, por sua vez, transformavam a febre amarela e a varíola, assim como outras doenças, em endemias incontroláveis. O medo das doenças,

somado ao grande número de mestiços, na visão das classes hegemônicas, servia de entrave para a entrada de capital e de força de trabalho vindos da Europa. Passou-se então a ser necessário apagar a imagem de cidade atrasada, insalubre e insegura, formada por uma população sem instrução que vivia em constante desconforto, sujeira e promiscuidade. Era preciso oferecer ao mundo uma imagem de credibilidade, de uma cidade civilizada.

Para a nova burguesia da Corte, acompanhar a civilização significava alinhar-se aos padrões e ao ritmo da economia europeia. A imagem do progresso, aos moldes do que era vivenciado pelos países europeus, transformou-se “na obsessão coletiva da nova burguesia” (SEVCENKO, 1995, p. 29). Para instaurá-lo no Rio de Janeiro, segundo Sevcenko, foi necessário transformar o espaço público, o modo de vida e, sobretudo a mentalidade da população. Nessa perspectiva, o historiador enumera quatro princípios fundamentais que regularam o transcurso dessas transformações:

A condenação dos hábitos e costumes ligados pela memória à sociedade tradicional; a negação de todo e qualquer elemento de cultura popular que pudesse macular a imagem civilizada da sociedade dominante; uma política rigorosa de expulsão dos grupos populares da área central da cidade, que será praticamente isolada para o desfrute exclusivo das camadas aburguesadas; e um cosmopolitismo agressivo, profundamente identificado com a vida parisiense. (SEVCENKO, 1995, p. 30).

Ainda de acordo com Sevcenko, o cenário que surgia exigia novos figurinos. Nesse momento, assiste-se a condenação de comportamentos tradicionais que passaram a ser vistos como “desviados” diante dos novos parâmetros estabelecidos. Era a “luta contra a caturrice, a doença, o atraso” contra as “trevas e a ignorância” (SEVCENKO, 1995, p. 33). Buscava-se, definitivamente, a implantação do progresso e da civilização. Nesse sentido, eventos e comemorações populares como as festas de Judas e do bumba meu boi passaram a ser proibidas. Nota-se também um aumento no combate contra toda e qualquer forma de religiosidade popular. Líderes messiânicos, curandeiros entre outros foram constantemente perseguidos<sup>30</sup>.

Guardadas as devidas proporções, em Juiz de Fora a situação era bastante semelhante. O processo de urbanização e modernização da cidade nos primeiros anos do regime Republicano, tal como o do Rio de Janeiro, não foi capaz de solucionar alguns problemas.

---

<sup>30</sup> Gilberto Freyre (2004) também descreve em detalhes a perseguição aos curandeiros como sendo uma das práticas do processo de reeuropeização do Brasil.

Muito pelo contrário, contribuiu para o surgimento de outros. A cidade frequentemente enfrentava diversos surtos epidêmicos, resultado direto da insalubridade e da falta de saneamento básico, convivia com a falta de habitações populares, com a carestia de vida e o alto índice de analfabetismo e mortalidade. (CHRISTO, 1994, p. 12).

A institucionalização da medicina acadêmica e a maior participação dos médicos na esfera pública, algo que acontece em Juiz de Fora na transição do século XIX para o XX com a criação da Sociedade de Medicina e Cirurgia em 1890 e a Junta/Diretoria de Higiene em 1892, trata-se de um complemento e marca um período interessante no que diz respeito a essas perseguições. Muito embora a Sociedade de Medicina e Cirurgia fosse uma instituição de classe, seus membros sempre procuraram mantê-la como uma entidade ligada à administração pública. Já nos primeiros anos após sua fundação, diversas solicitações foram dirigidas ao poder público "com a finalidade de comprometê-lo com seus ideais de salubridade". Entre os principais interesses estavam o recenseamento, a execução dos artigos do Código de Posturas referentes à saúde pública, o saneamento dos cortiços situados no centro da cidade e o desenvolvimento de planos de habitações populares. (CHRISTO, 1994, p. 128).

Mesmo que as autoridades municipais não tenham cedido às pressões iniciais da SMCJF, esse quadro se alterou de forma significativa após as primeiras eleições municipais do período republicano. A recém-constituída Câmara de Juiz de Fora teria entre seus membros alguns integrantes da SMCJF, algo que indubitavelmente contribuiu para que esta instituição fosse "ouvida pelo poder público". (CHRISTO, 1994, p. 128). De acordo com Jeferson de Almeida Pinto, já nos anos iniciais do século XX, diversos vereadores juiz-foranos eram médicos interessados diretamente na higienização do espaço público de Juiz de Fora. (PINTO, 2008, p. 38).

A partir do ingresso dos médicos locais na esfera política, uma parte significativa das medidas formuladas pelos membros da SMCJF em relação à higienização do espaço urbano da cidade foram progressivamente incorporadas pelo poder local, visando, sobretudo, estimular algumas condutas desejadas. (MIRANDA, 1990, p. 274). Certas resoluções, como as de número 3, 4 e 20, publicadas em maio de 1892, passariam a atender diretamente os interesses dos médicos, criando a Inspetoria de Higiene, os serviços de limpeza pública e privada e o de incineração de lixo. (CHRISTO, 1994, p. 128). Já outras, criadas posteriormente como as de número 127 e 128, fortaleceram ainda mais a SMCJF e a

Inspetoria de Higiene na medida em que ampliaram a realização de visitas sanitárias em habitações coletivas e particulares como hotéis, casas de pensão, cortiços entre outras, e regulamentaram as vistorias dos Inspetores de Higiene, permitindo às autoridades sanitárias recorrer ao auxílio da polícia quando houvesse resistência dos moradores. (OLIVEIRA, 2010, p. 226).

De acordo com Maraliz Viera Christo, a empreitada da SMCJF de delimitar a ocupação das áreas urbanas da "Manchester Mineira" "em nome das medidas profiláticas", acabou exercendo "um forte poder político sobre os indivíduos". Um dos exemplos dessa atuação, segundo a historiadora, foi justamente a tentativa de expulsar os pobres do centro da cidade. Além dos cortiços, que nas palavras do Dr. Eduardo de Menezes era "uma das causas mais nocivas à salubridade pública", outras habitações e instituições se tornaram alvos dos médicos ligados à instituição. Em 1890, por exemplo, quando a Sociedade Protetora dos Pobres planejou construir um asilo para os mendigos na Rua Antônio Dias, a SMCJF foi contrária à obra como pode ser percebido no seguinte texto:

A sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora, que vela zelosamente pela salubridade desta florescente cidade, entendeu aconselhar-me para que não construísse o referido asilo no supracitado terreno, por estar no centro da cidade e ser um foco de infecção que pode mais tarde causar inconvenientes à higiene pública. (OLIVEIRA. SMCJF. Rev. IHGB, p. 99 Apud CHRISTO, 1994, p. 129).

Para Sonia Miranda, esse discurso higienista disseminado na transição do século XIX para o XX foi um importante mecanismo utilizado pelo poder público de Juiz de Fora no processo de controle e normatização das “práticas alternativas de sobrevivência”. Mantendo a "associação VADIAGEM, DESORDEM, VIDA MUNDANA potencializada pela ausência de higiene e doença", as autoridades ampliaram a "valoração positiva dada ao trabalho e à sua decorrência no plano de saúde: a higiene". (MIRANDA, 1990, p. 274, destaque do autor).

Essas ações “saneadores”, empreendidas pelos médicos em conjunto com as autoridades municipais, geravam a reação da população que, em determinadas situações, omitiam os casos de doenças com receio de que suas casas - e suas privacidades - fossem expostas, revistadas e higienizadas. Essa questão nos ajuda explicar a proximidade da população com outros agentes que atuavam no campo da cura. Não por acaso, para os doutos e principalmente para os articulistas dos principais jornais locais que circulavam no período,

essa omissão era quase sempre vista como reflexo da "ignorância" de uma parte da "população inculta" que confiava mais nos "bruxos" do que na ciência pregada pelos esculápios. (MIRANDA, 1990: 274).

Os tais "bruxos", que podem ser aqui compreendidos como os indivíduos não diplomados que se aventuravam ilegalmente pelo campo e que possuíam uma interpretação da doença e da cura que fugia dos padrões estabelecidos pela medicina científica, passaram a ser uma preocupação constante das classes conservadoras juizforanas sintonizada com o discurso médico-higienista na primeira metade do século XX. Tanto que a resolução da Câmara de Vereadores de 14 de maio de 1892, responsável por instituir a criação do serviço de higiene, frisava:

O estudo de todas as questões relativas a higiene pública do município [...], o saneamento das localidades e habitações [...], adoção de meios tendentes a prevenir, combater ou atenuar as moléstias endêmicas, epidêmicas e transmissíveis ao homem e aos animais [...], a inspecção sanitária das escolas, fabricas e officinas, hospitaes, hospícios, prisões, estabelecimentos de caridade e beneficência, quarteis, asylos e quaesquer habitações collectivas públicas e particulares [...], o serviço de vacinação e revaccinação no município [...] e a fiscalização do exercício ilegal da medicina e da pharmacia. (Resolução da Câmara de Juiz de Fora (MG) - 14/05/1892 - Artigo 3º, p. 11-12. Arquivo Histórico de Juiz de Fora Apud SCOTON, 2007, p. 26).

No discurso elaborado pelos médicos acadêmicos e pelos articulistas, o fato de uma parcela significativa da população da cidade ainda optar pelas práticas dos curadores, num momento em que a medicina acadêmica na cidade se encontrava praticamente institucionalizada, era incompreensível. Nesse sentido, a leitura dos jornais nos possibilita perceber a existência de um discurso sinérgico entre as autoridades municipais, a grande imprensa e os médicos acadêmicos. Todos, de uma forma ou de outra, concordavam que diversas mudanças eram necessárias para que Juiz de Fora trilhasse o caminho da civilização e do progresso. Isso explica, em parte, a grande quantidade de matérias publicadas nos jornais aplaudindo as medidas autoritárias tomadas pelo poder público no sentido de reprimir a vadiagem, a mendicância, a prostituição, a jogatina, a beberagem, as casas insalubres, as práticas alternativas de cura e etc.

O Diário Mercantil, periódico que circulou em Juiz de Fora entre os anos de 1912 e 1983, é um bom exemplo de como uma parte da imprensa local esteve sintonizada com o

discurso das autoridades republicanas. Desde o seu primeiro número, o Diário representou "o pensamento das elites da cidade industrial e cosmopolita". (MUSSE, 2013, p. 1). O fato de um médico ter se tornado dono deste periódico poucos anos após seu surgimento<sup>31</sup> também é um dado importante e justifica o apoio do jornal às ações saneadoras empreendidas no município.

É importante ressaltar que o envolvimento dos membros dos grandes jornais com as transformações urbanísticas ocorridas nos anos iniciais do século XX não foi, nem de longe, uma particularidade da imprensa juizforana. No Rio de Janeiro, diversos cronistas que fizeram a defesa das medidas necessárias para a famosa "Regeneração". Figuras de renome como o poeta Olavo Bilac foram incentivadores "da reforma urbana e do espírito estético-higienista da regeneração, defendendo-a e ao prefeito com acalorado entusiasmo nos principais jornais do Rio". (SEVECENKO, 1998, p. 576). Obviamente existiam aqueles que não compactuavam com as medidas autoritárias da "Modernização". Enquanto grande parte dos intelectuais aplaudiam nos jornais os resultados das transformações na área urbana do Rio, Lima Barreto, através de diversas crônicas, alertava para a falta de planejamento e principalmente para a injustiça cometida contra a população mais pobre da cidade. (CERQUEIRA, 2011, p. 26-27).

Em meio ao discurso conservador característico das primeiras décadas do regime republicano, modernizar as cidades, como vimos, não significava apenas intervir nos espaços urbanos, construindo ruas largas, iluminando-as e colocando a baixo as habitações consideradas insalubres. Representava também "medicalizar" esses espaços, intervindo principalmente nos hábitos e nos costumes dos indivíduos, "ditando novas formas de relações familiares e novos padrões de comportamento". E foi justamente nesse contexto que os médicos acadêmicos passaram a ser considerados, tanto por eles mesmos como pela imprensa e pelas autoridades republicanas, como figuras "essenciais para conduzir o país rumo ao 'progresso' e à 'civilização'". Eles seriam os detentores de um saber capaz de auxiliar na resolução dos principais problemas sociais comuns aos grandes centros urbanos, como a loucura, a promiscuidade, a prostituição, os mais variados vícios e as diversas epidemias que atrapalhavam o funcionamento da economia brasileira. (SAMPAIO, 2001, p. 43). Nas

---

<sup>31</sup> Em Janeiro de 1917 o médico João Penido e o político Antonio Carlos de Andrada, ambos candidatos a deputado pelo Partido Republicano Mineiro, se tornaram proprietários do Diário Mercantil. Mesmo após essa mudança, o posicionamento político, social e econômico do periódico não sofreu alterações significativas. Seu objetivo principal ainda era defender os "interesses da nascente burguesia do interior do país." (MUSSE, 2013, p. 2).



palavras de Emerson Giumbelle, “aos olhos do Estado, a medicina acadêmica possuía um estatuto de verdade que lhe servia de ‘passaporte para sua pública utilização’”. (GIUMBELLE, 1997, p. 99).

O problema é que nem todos os setores da sociedade pareciam compartilhar dessa mesma opinião. Para uma parcela da população, os médicos acadêmicos não materializam todos esses significados. Na representação de muitos, os doutos não passavam de indivíduos com um comportamento próprio, que agiam de uma maneira estranha, donos de um vocabulário ininteligível e portadores de um método de intervir no corpo doente muito diferente dos "tradicionais"<sup>32</sup>. (FIGUEIREDO, 2008, p. 23).

Os articulistas e demais membros dos setores dominantes, engajados com as transformações sociais dos primeiros decênios do século XX, parecem ter ficado incumbidos de uma verdadeira missão pedagógica cujo objetivo era convencer a população que os tempos haviam mudado e que pelo menos no campo da cura os médicos científicos representavam o futuro. Para tanto, duas etapas pareciam indispensáveis. A primeira era trabalhar na construção de uma imagem positiva, que valorizasse a eficiência e os atributos dos médicos acadêmicos, apresentando-os como cidadãos humanitários, bondosos e caritativos, sempre dispostos a realizar os atos e as curas mais memoráveis. Nessa empreitada, era, então, fundamental que os periódicos despertassem a atenção e o interesse da população para as práticas "científicas" dos médicos.

Já uma segunda estratégia da imprensa "em sua missão pedagógica de 'persuasão' e 'doutrinação do povo'" era desqualificar todas as outras "artes de curar", deixando claro para a sociedade que os "concorrentes" diretos dos médicos acadêmicos, aqueles cujas práticas constituíam um obstáculo no objetivo dos esculápios de se estabelecerem como hegemônicos no campo da cura representavam um grande risco para a saúde pública. (SAMPAIO, 2001, p. 22). Enquanto os "Doutores" eram considerados como os arautos das "Luzes", da civilização e do novo século, os "charlatães", indivíduos sem qualquer embasamento científico, que não possuíam leitura e nem tampouco os longos anos de estudo dos "verdadeiros médicos", eram associados ao atraso, ao ilegítimo e, sobretudo, à ignorância. Como atestou Beatriz Weber:

---

<sup>32</sup> A partir da segunda metade do século XIX é possível perceber a intenção da medicina acadêmica de se diferenciar das demais práticas de cura. Nesse contexto, cabia aos médicos adotar uma postura científica, orientados por "um conjunto de etiquetas e regras de comportamento que traduziam valores profissionais" (EDLER, Apud SCOTON, 2007, p. 25).

É importante que interpretemos essas denúncias e críticas como a opinião de intelectuais ou setores ligados aos próprios médicos formados. Expressavam um grupo social que tinha uma visão sobre a "civilização", estado ideal que devia ser atingido e do qual os curandeiros não faziam parte. Aliás, consideravam que a população que se utilizava de seus serviços devia ser educada e regenerada por intermédio da denúncia para evitar que outros seguissem o mesmo caminho. (WEBER, 1999, p. 194).

O próprio Código Penal que passou a vigorar em 1º de fevereiro de 1891 em todos os “Estados do littoral, desde o Rio Grande do Sul até o Pará, e em Minas Gerais” (apud GAMMA, 1929: 475) é um exemplo de como as práticas alternativas de cura não seriam toleradas no Brasil. Instituído por meio do decreto 847 de 11 de outubro de 1890, o Código “foi o primeiro grande conjunto de leis a definir a nova ordem jurídica associada ao nascente regime republicano”. (GIUMBELLE, 1997, p. 79). Contando com um capítulo intitulado “Dos Crimes Contra a Saúde Pública”, o código foi responsável por institucionalizar a postura defendida pelas classes conservadoras, sobretudo pela corporação médica, de reprimir a atuação de indivíduos não diplomados, associados à supersticiosidade e ao atraso da população.

Não que houvesse no Império uma tolerância com as práticas alternativas de cura. Como bem atestou Gabriela dos Reis Sampaio, "o império tinha suas formas de punir e também reprimia, e muito, cultos e práticas de curandeiros". A diferença, entretanto, era que não havia no código penal desse período, artigos específicos para enquadrar esses indivíduos. "Punia-se por meio dos mecanismos do paternalismo". (SAMPAIO, 2003, p. 414). Marcelo Rodriguez Dias, ao analisar as práticas alternativas de cura na Comarca do Rio das Mortes (MG) durante a segunda metade do século XIX, destacou que "no Império, os crimes de curandeirismo geralmente eram caracterizados como contravenção no artigo 264 (Estelionato), na falta de artigos específicos, ou ainda podiam ser punidos como infrações dos Códigos de Posturas Municipais disseminados pelas localidades do país". (DIAS, 2014, p. 2).

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

CERQUEIRA, Roberta Cardoso. **Lima Barreto e os Caminhos da Loucura**. Alienação, alcoolismo e raça na virada do século XX. Dissertação (Mestrado em História). PUC-RIO,

Rio de Janeiro, 2002.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: Cortiços e epidemias na corte imperial.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. **Europa dos Pobres: Juiz de Fora na Belle-Époque mineira.** Juiz de Fora: EDUFJF, 1994.

DIAS, Marcelo Rodrigues. **Curandeiros, Feiticeiros e Práticas Alternativas de Cura na Comarca do Rio das Mortes na Segunda Metade do Oitocentos.** Revista *Ágora*, V.9, 2009. Disponível em: < <http://www.periodicos.ufes.br/agora/article/viewFile/1934/1446>>. Acesso em 18 de abril de 2019.

FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. **A Arte de Curar: cirurgiões, médicos, boticários e curandeiros no século XIX em Minas Gerais.** Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008.

GAMMA, Affonso Dionysio. **Código Penal Brasileiro** (Decreto n. 847, de 11 de outubro de 1890). 2. ed. Ver. Ampl. São Paulo: Saraiva, 1929.

GIUMBELLE, Emerson. **O Cuidado dos Mortos: Uma história da condenação e legitimação do Espiritismo.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

MIRANDA, Sonia Regina. **Cidade, Capital e Poder: políticas públicas e questão urbana na velha Manchester Mineira.** Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1990.

MUSSE, Christina Ferraz. **A Trajetória do Diário Mercantil: alter ego da cidade de Juiz de Fora.** Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2008/resumos/R3-0491-1.pdf>>. Acesso em: 05 de março de 2019.

OLIVEIRA, Luiz Eduardo de. **Os Trabalhadores e a Cidade: a formação do proletariado de Juiz de Fora e suas lutas por direitos (1877-1920).** Juiz de Fora: FUNALFA, 2010.

PINTO, Jefferson de Almeida. **Controle Social e Pobreza (Juiz de Fora, c. 1876 – c. 1922).** Juiz de Fora: Editar, 2008.

SAMPAIO, Gabriela dos Reis. **Nas Trincheiras da Cura: as diferentes medicinas no Rio de Janeiro Imperial.** Campinas: UNICAMP, 2001.

\_\_\_\_\_. **Tenebrosos Mistérios: Juca Rosa e as relações entre crença e cura no Rio de Janeiro Imperial.** In: CHALHOUB, Sydney; MARQUES, Vera Regina Beltrão; SAMPAIO, Gabriela dos Reis; SOBRINHO, Carlos Roberto Galvão (Orgs). **Artes e Ofícios de Curar no Brasil.** Campinas: UNICAMP, 2003.

SCOTON, Roberta Muller Scafuto. **Espíritos Enlouquecem ou Espíritas Curam?** uma análise das relações, conflitos, debates e diálogos entre médicos e kardecistas na primeira metade do século XX (Juiz de Fora - Minas Gerais. Dissertação (Ciências da Religião) - UFJF, Juiz de Fora, 2007.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como Missão:** tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1995.

WEBER, Beatriz Teixeira. **As Artes de Curar:** medicina, religião, magia e positivismo na República Rio-Grandense. Santa Maria: EDUSC, 1999.

# **FILANTROPIA, AÇÃO INSTITUCIONAL E PRÁTICAS DE SAÚDE: O COMBATE À TUBERCULOSE EM JUIZ DE FORA (1892 - 1983)**

Maciel Antonio Silveira Fonseca<sup>33</sup>

**RESUMO:** Este trabalho tem por finalidade fazer uma breve explanação acerca das ações de controle e combate à tuberculose que foram promovidas em Juiz de Fora nas décadas iniciais do século XX. Neste sentido, buscamos entender as ações empregadas para a efetivação do controle e combate à doença, através do discurso médico e da ação filantrópica das elites local. Para tal, será apresentada argumentação embasada em documentos da Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora e de recortes de jornais referentes às atividades da Liga Mineira contra a Tuberculose, criada em 1900 em Juiz de Fora.

**PALAVRAS-CHAVE:** Filantropia. Caridade. Sanitarismo. Médicos. Elites.

**ABSTRACT:** The purpose of this paper is to provide a brief explanation of the actions to control and combat tuberculosis that were promoted in Juiz de Fora in the early decades of the 20th century. In this sense, we seek to understand the actions employed for the effective control and fight against the disease, through medical discourse and the philanthropic action of the local elites. To this end, arguments will be presented based on documents from the Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora and newspaper clippings concerning the activities of the Liga Mineira contra a Tuberculose, created in 1900 in Juiz de Fora.

**KEYWORDS:** Philanthropy. Charity. Sanitarism. Doctors. Elites.

A transição do século XIX para o século XX legou à Juiz de Fora uma massa de indesejados que serviam de vetores para doenças e contribuía para a propagação das moléstias que incidiam nas alarmantes taxas de mortalidade na cidade (BARROSO, 2005, p.8-9).

Junto com as inúmeras doenças, surgiram também grupos de médicos e filantropos preocupados com o bem-estar social coletivo, interessados na forma como a cidade era vista por investidores e grandes autoridades. Tais agentes mobilizaram os seus pares e o poder

---

<sup>33</sup> Doutorando em História. PPGH-UFJF. E-mail: maciel.s.fonseca@gmail.com

público a fim de propor medidas de contenção, combate e prevenção às múltiplas doenças que assolavam a população. Pautados na premissa de sanear, embelezar e urbanizar a cidade, esses agentes vislumbravam atingir o patamar de cidade modelo, buscando figurar entre as grandes capitais europeias e brasileiras.

Nesse rol de doenças que afligiam Juiz de Fora, a tuberculose foi uma das tantas que chegou vitimar inúmeras pessoas. O medo em torno da doença se deu, também, em função da sua facilidade de contágio e pelas proporções tomadas por seu agente patogênico, que contaminava do mais miserável morador de rua ao mais abastado barão do café. Ficou claro, porém, que elementos como a boa alimentação, higiene pessoal, atividades físicas e repouso implicavam em um organismo mais resistente à doença e menos propenso ao seu contágio, embora não significasse a isenção total de sua contaminação. Do mesmo modo, ficou claro que parte irrisória da sociedade juiz-forana conseguia manter posturas saudáveis, tornando a maioria da população vulnerável à doença.

Como ferramenta de divulgação das posturas médicas que tinham o objetivo de conscientizar a população sobre a tuberculose, os grupos associados de médicos e agentes benfeitores utilizavam os jornais por conta da facilidade de difusão e ao alcance de suas informações, considerando que os boletins e revistas médicas naquele momento atingiam um público específico e possivelmente não gerariam o resultado esperado. Vale salientar também que, embora grande parte da população fosse iletrada, as informações presentes nos jornais eram espalhadas oralmente entre os patrões e os funcionários, garantindo a eficácia pretendida com o uso do jornal. Ora por ignorância, ora por falta de condições, os que mais careciam dos cuidados médicos não colocam em prática as postulações médicas contra a doença, gerando insegurança nos médicos e as propostas de medidas extremas, como as medidas coercitivas.

Discutiu-se em Juiz de Fora nas duas últimas décadas do século XIX sobre empreendimentos e obras que pudessem contribuir para o crescimento urbano da cidade. Influenciada pelo modelo da então capital brasileira, que, por sua vez, buscava influência em Paris, a Câmara Municipal juiz-forana passou a estabelecer nas pautas de suas discussões a real necessidade de efetivar o desenvolvimento político e social do município. Segundo Goodwin Jr (1997, p.121-124), as intervenções da modernização que chegavam ao Brasil foram provenientes do intercâmbio produzido entre as elites locais e a capital do Império brasileiro. Os recursos dos grandes produtores de café, então, foram responsáveis por efetivar

e subsidiar parte dos projetos que foram gradativamente incorporados ao município de Juiz de Fora.

No ano de 1891, a recém-criada Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora (1889) estabeleceu uma comissão especializada para propor novas medidas que seriam aplicadas e incorporadas aos projetos de saneamento da cidade. Denominou-se, então, Comissão Sanitária, para a qual foram nomeados alguns engenheiros e médicos da cidade que iriam compor o grupo a fim de contribuir com projetos estruturais e medidas de salubridade (HOWYAN, 2004, p.24).

Após a análise das condições geográficas de Juiz de Fora, que envolviam o estudo do clima, relevo, meteorologia e hidrografia, decidiram por contratar um engenheiro francês com habilitação em engenharia pela Escola de Pontes e Calçadas de Paris, Gregório Howyan, que implantou o chamado "Plano Howyan" (HOWYAN, 2004, p.13). Em seu projeto, analisou principalmente as condições da cidade referentes ao tratamento das águas pluviais, que, muitas vezes empoadas, serviam como vetores de doenças. Em sua pesquisa, constatou que, entre os anos de 1891 e 1892, havia no perímetro da cidade, que contava com 12 mil habitantes, grandes extensões de pântanos que se multiplicavam em decorrência das chuvas, gerando focos de água estagnadas que difundiam uma série de moléstias, como a tifo (HOWYAN, 2004, p.33, 47, 53, 59).

Sua proposta foi melhorar os calçamentos que se encontravam precariamente macadamizados, dividir os esgotos a partir do tipo de imóvel que o produzia<sup>34</sup>, canalizando-os, implantar a profusão de águas para escoar os esgotos, construir chafarizes que não somente manteriam o fluxo de água como também embelezariam a cidade e trabalhar no curso do Rio Paraibuna, alargando-o e aprofundando-o para que se evitassem as constantes cheias ocasionadas em período de chuvas. As propostas incluíam, também, a drenagem das regiões pantanosas, melhorias na coleta e na disposição do lixo e o processo de colmatagem, que basicamente reuniria os nutrientes oriundos dos lodos produzidos no rio que cortava a cidade.

Todo o projeto desenvolvido por Howyan representava a busca de sua inserção em um contexto modernizado. Ao longo do relatório final do projeto elaborado por Howyan, em

---

<sup>34</sup> Segundo Howyan, era necessária a canalização dos esgotos nos imóveis, que deveriam ser diferidas conforme a natureza deste imóvel. Segundo o engenheiro, dividiu-se em: 1º) Hospitais, abrigos para mendigos etc.; 2º) Câmaras Municipais, Casernas, Usinas, Tribunais, Fábricas, etc.; 3º) Escolas, Conventos, Instituições, etc.; 4º) Prisões; 5º) Grandes Hotéis, etc.; 6º) Casas particulares; 7º) Pequenas moradias, casas de campo etc.

1893, percebe-se que inúmeras vezes o engenheiro evocou o discurso de que a cidade somente seria civilizada e moderna caso adotasse as postulações sanitárias por ele instituídas. A alcunha "Éden do Brasil" foi atribuída à cidade e, se viesse a adotar as medidas evidenciadas na época, segundo Howyan:

Juiz de Fora se tornará um lugar encantador que atrairá certamente os amantes de vilegiaturas do Rio de Janeiro e de outros lugares, sempre à procura de estações de repouso.

Juiz de Fora merecerá ser chamada definitivamente o Éden do Brasil e a Intendência Municipal, que terá presidido essas obras de grande utilidade, receberá todo o mérito do país e da República (HOWYAN, 2004, p.61).

Com a crescente necessidade da reorganização dos serviços sanitários para se adequar à Medicina Sanitária no Brasil e os recorrentes surtos epidêmicos entre as décadas de 1890 e 1900, conforme assinala Elaine Laier, o poder público passou a investir em medidas e ações voltadas ao higienismo das cidades, que viveram um período de grandes efervescências sociais decorrentes das medidas empregadas pelo Estado (BARROSO, 2008, p.33). É possível destacar o isolamento de pessoas que representavam e apresentavam alguma característica que contrastasse ao modelo de salubridade almejado. Foi o caso dos portadores de doenças mentais e portadores de doenças infectocontagiosas, naquilo que Barroso (2008, p.33) denominou "limpeza social".

Com isso, é possível entender a importância que a institucionalização da saúde teve para a sociedade juiz-forana e os ideais do cientificismo empregados pelos médicos e filantropos em Juiz de Fora, durante o período em questão. Ao estudar a assistência à saúde em Minas Gerais na transição do século XIX para o século XX, Virna Braga assinala que:

Os gastos com a assistência são citados em várias partes de todos os relatórios dos presidentes da Província de Minas Gerais, desde o império até a República, contudo são mais recorrentes do final do século XIX. Durante o governo imperial, na maior parte dos relatórios, a palavra "hospitais" foi utilizada para iniciar o item sobre os socorros públicos na província, principalmente, quando doenças infecciosas se transformavam em epidemias, o que causava grande preocupação aos governantes mineiros (BRAGA, 2015, p.86).

Sendo assim, vários questionamentos foram levantados no que diz respeito à via de adoção e ao modelo de assistência que os médicos e filantropos ansiavam, conforme nos mostrou Laier e Howyan. O movimento de grande efervescência e mobilização em torno da



institucionalização da saúde se deu pelos avanços constantes na produção de agentes químicos e biológicos no sentido de combater as doenças infecciosas, o que alterou significativamente o discurso médico que se fundamentava na teoria do contágio, teoria esta que se mostrou ineficaz no combate às epidemias que assolavam a população, bem como deu início à funcional teoria microbiológica, divisor de águas na ciência moderna e que proporcionou o exponencial avanço no combate aos micro-organismos patológicos (BENCHIMOL, 1992, p. 75-79).

Em parte, o que financiou e proporcionou que o projeto fosse incorporado à crescente Juiz de Fora, foram os recursos provenientes dos grandes produtores cafeeiros, que a despeito das demais regiões do estado cujos recursos se tornaram escassos com a decadência aurífera, na região da Zona da Mata a produção de café teve grande destaque na geração de riquezas para a cidade (PIRES, 2004, p. 29-32).

O fator que serviu como alicerce para o desenvolvimento de Juiz de Fora, principalmente na esfera cultural, foi o grande desenvolvimento no setor econômico, possibilitado pela incorporação das fábricas para a produção industrial, embora a predominância do capital fosse decorrente das atividades agropecuárias e comerciais, por se tratar de uma região com localização privilegiada, interligando a capital com as demais regiões ao norte dos portos onde os produtos seriam comercializados (ANDRADE, 1987, p.17). Com isso, possibilitou a ampliação no campo científico, artístico e educacional, incorporando a cidade aos padrões entendidos como de saneada e moderna, promovendo solo fértil aos debates de cunho higienista.

A atuação passou a ser mais evidente com a criação de institutos de educação voltados para a formação técnica dos indivíduos, a fim de promover sua inserção no mercado de trabalho. Tais ações tirariam as pessoas das ruas, afastando-as da mendicância e evitando que sua presença nas ruas pudesse provocar um retrocesso no projeto modernizador. Maraliz Christo trabalha o desenvolvimento da educação em Juiz de Fora e assinala uma série de instituições criadas a fim de promover esta educação em ampla escala, como o Instituto Metodista Granbery e a Academia de Comércio (CHRISTO, 1994, p.57, 69).

Vanessa Lana (2006) apresentou em sua dissertação a criação da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora, no final do século XIX. A autora assinalou que, com a mudança de regime político no país na transição interséculos, somando as transformações tecnológicas, a modernização passou a ser buscada por meio dos espaços na cidade, o que

incidia diretamente na aplicabilidade dos conhecimentos da medicina para que se criasse um ambiente salubre com o intuito de refletir no controle das doenças da população.

A Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora foi apenas um dos muitos aparatos desenvolvidos para acompanhar o dinamismo da cidade, cujo desenvolvimento estava cada vez mais efervescente. Seus membros buscavam legitimar suas ações por meio de estratégias de intervenções do espaço público e privado, a partir do conhecimento específico da categoria médica a fim de contribuir para o modelo higienista e salubre do espaço urbano.

Diante do cenário de atuação e transformações no campo médico-científico, um grupo de agentes locais decidiu institucionalizar a assistência direcionada ao tratamento da tuberculose, que, naquele momento, assolava a população em grande escala, resistindo aos fármacos e terapias presentes e ineficazes, mostrando-se necessária uma intervenção da sociedade. No final do século XIX, surgiu o Instituto Pasteur na França. Instituição sem fins lucrativos, que destinava-se ao estudo dos micro-organismos e da produção de vacinas que pudessem atuar no controle e combate das doenças que tanto dizimavam no período. Muitos países adotaram os preceitos deste instituto, pois suas atividades laborais tinham como alvo as doenças infecciosas. Com uma cultura que seguiu os moldes franceses, o Brasil incorporou a ideia e disseminou o instituto nas principais cidades do território nacional, como Rio de Janeiro (1888) e São Paulo (1903).

Em Juiz de Fora, o Instituto Pasteur foi criado em 1908 como um desdobramento da Liga Mineira Contra a Tuberculose (1900). Sua criação se deu principalmente pela ação do médico Eduardo de Menezes. Entre 1886 e 1888, Eduardo de Menezes esteve em viagem de estudos na Europa, onde visitou importantes centros médicos em Viena, Berlim e Paris. Neste último país, esteve presente no Hospital dos Alienados e estagiou no Instituto Pasteur em um laboratório junto com Louis Pasteur durante quatorze meses, com estudos voltados para a atuação prática antirrábica (AMARAL, 2015, p.28-29).

Tendo estreitas relações com a corte imperial brasileira, voltou ao Rio de Janeiro, em 1888, com o intuito de fazer parte do corpo médico oficial. No ano correspondente, voltou também o médico Ferreira dos Santos, que havia tido contato com Menezes em Paris, pois ambos fizeram o mesmo estágio. Ferreira dos Santos foi responsável por criar o primeiro Instituto Pasteur no Brasil e o segundo no mundo, no ano de 1888, no Rio de Janeiro. Já Menezes, tendo sido agraciado com algumas condecorações, como o título de Moço Fidalgo e Comendador da Ordem de Cristo, ficou impossibilitado de manter a sua vida na corte por

contrair a peste branca, tendo como opção mudar-se para Juiz de Fora por conta do clima propício ao tratamento indicado contra a tuberculose. Após sua cura, instalou sua clínica médica e deu início a uma série de participações em instituições culturais da cidade:

Passou o resto de sua vida dedicando à cidade o melhor de seu talento e capacidade de liderança, junto a importantes instituições: a Sociedade de Medicina e Cirurgia (1889), o Instituto Granbery (1890), a Academia de Comércio (1894), os cursos superiores de Farmácia e Odontologia (1904), o curso de Direito (1912), a Liga Mineira contra a Tuberculose (1900) com seus institutos Pasteur (1908) e Antiofídico (1921). Em Juiz de Fora foi, também, membro fundador e primeiro presidente da Academia Mineira de Letras e escreveu os seus livros, dentre os quais destacamos, em vista de suas preocupações de higienista, "O Clima de Juiz de Fora", "A Serra de Ibitipoca, relatório sobre o seu clima" e "Cidade Salubre" (AMARAL, 2015, p.29-30).

A partir de então, entendemos que a atuação nos meios sociais de grande circulação da elite local permitiu que Eduardo de Menezes conseguisse maior adesão de membros colaboradores nos projetos de desenvolvimento de novas pesquisas e na aplicação de seus resultados na população que necessitava de tal assistência. De um lado, grandes industriais e produtores agropecuários atuando para consolidar seu poder na esfera municipal, de outro uma demanda não atendida pelo Estado e que necessitava de uma intervenção para a melhoria da qualidade de vida da população.

No geral, os médicos avaliavam a Zona da Mata mineira como local de grandes propriedades terapêuticas no combate à tuberculose, conforme consta no relatório enviado para a comunidade de Lima Duarte pela Liga Mineira contra a Tuberculose, após os representantes desta Liga voltarem do Congresso Contra a Tuberculose, realizado em Paris, no ano de 1905. Juiz de Fora e suas adjacências mostravam ser de fundamental importância no combate dessa doença, em vista de sua posição geográfica privilegiada. Conforme publicado no jornal "O Pharol", em 27 de setembro de 1906:

O sanatorio é instrumento indispensável da Obra anti-tuberculosa, e a escolha de local, factor importantíssimo para que elle assegure toda a sua efficácia, embora não desconheça-mos que em quasquer condições de clima o Sanatorio seja util.

Em Minas Geraes e em quase todo o Brasil abundam os locais em condições ideaes; é preciso porém que estes locais sejam explorados e levados ao conhecimento dos medicos e do publico para que possam ser aproveitados opportunamente, visto que neste particular como para todas as fontes de bem

e riqueza publicas a nossa natureza tão rica e prodiga ainda tem muitos recursos desconhecidos.

Ultimamente tivemos ocasião de conhecer e explorar uma região que reúne o conjunto de todas as condições ideais para Santatorio, é a serra de Ibitipoca (O PHAROL, 1906, recurso online).

Vale salientar que, além das ações voltadas ao combate da tuberculose, o projeto modernizante e institucional objetiva também abordar o processo da elaboração do discurso médico-sanitarista que foi empregado pelos médicos e filantropos a fim de legitimar as ações das instituições, que, muitas vezes, se valeram de tais discursos para se firmar como entidades que detinham exclusivamente os conhecimentos científicos para combater as epidemias. Os principais veículos de comunicação e difusão destes debates foram os jornais e a estratégia de publicidade a partir da fixação de cartazes nos principais pontos de acesso da grande massa da cidade: as estações de transporte ferroviário, os bondes que circulavam no centro urbano e dava acesso às periferias e também nos comércios que se concentravam na região central da cidade. Os materiais foram objetos de desinteresse por parte da população, conforme evidenciou a publicação do jornal "O Pharol" com mensagem da Liga, ainda em setembro de 1906:

Além destas, inumeras são as instituições que servem á questão da tuberculose, protegendo os recém-nascidos e meninos, pelo aleitamento e a educação higienica, proporcionando boas condições higienicas á classe mais miseravel da sociedade, a qual definha na domesticidade sem luz, sem ar e sem alimento reparador.

O que podemos nós fazer ora com uns 20 contos de que dispomos? Esphacelal-os em cartazes para servirem ás moscas e serem ludibriados pelo proprio publico; em revistas sem effeito pratico; montar dispensarios, fazer sanatorios, custeal-os? Temos nós o bafejo official que ao menos nos communique uma migalha de autoridade moral? (O PHAROL, 1906, recurso online)

A Liga Mineira contra a Tuberculose foi uma instituição filantrópica que incorporou em seu discurso a proposta de erradicar a tuberculose ou, caso não conseguisse erradicá-la, ao menos minimizar os impactos negativos que a doença oferecia para a população. A Liga iniciou, então, um empreendimento que se propôs a seguir o modelo empregado no Rio de Janeiro, caracterizado pela imposição de medidas coercitivas colocadas em práticas pelos órgãos públicos tendo em vista a eficácia das medidas de saúde, conforme explicitou o médico e presidente da Liga Mineira, Eduardo de Menezes, no relatório anual de 1905:

Eu não vejo sinão dois meios de fazer obra util. Um, consiste em medidas coercitivas, como as que são postas em pratica no Rio de Janeiro pela directoria da saude publica: é a intervenção administrativa official, que depende de despezas, de autoridades com poderes sufficientes, medidas que emanam dos governos locaes e geraes. Outro, consiste em instituições particulares, os sanatorios e os dispensarios; aquelles para restringir a mortalidade porporcionar a curabilidade e affastar da sociedade os individuos tuberculosos que são os fócios de propagação e disseminação; estes para proporcionar tratamento medico aos tuberculosos (O PHAROL, 1905, recurso online).

Esse modelo de institucionalização empregado no início do século XX, foi a promessa de livramento do mal que vitimava um grande número de desafortunados na cidade. O discurso proposto pela Liga Mineira, embora fosse no sentido de erradicar a tuberculose na cidade e, com isso, favorecer o bem-estar coletivo, não garantia que os seus agentes se interessassem pelas medidas que a associação havia postulado. É importante considerar também a necessidade de aprovação da sociedade para a qual tais medidas de saúde eram destinadas, pois foi possível constatar, a partir de algumas fontes trabalhadas, que parte da população desacreditava nas ações e no discurso médico, chegando a depredar cartazes afixados e outros materiais educativos propostos com o intuito de orientar a comunidade. Ressaltando que tais materiais foram primordiais na difusão do conhecimento médico naquele momento, conforme pode ser visto a seguir, com base na publicação da Liga Mineira Contra a Tuberculose, no jornal "O Pharol", em 06 de setembro de 1905, dizendo que:

[...] Esta Associação fundou-se com a consciencia de que não poderia desempenhar o seu papel dentro de algum tempo, attento ás condições da crise geral e a somma de capitaes necessarias para obter os seus fins. O assumpto sobre tuberculose repetido na imprensa diaria tornou-se platonico para que a sua continua repetição preduza effeitos. Os cartazes sobre os perigos e os inconvenientes relativos aos escarros, são tão inefficazes, que nos trens, nas estações ferreas e onde que se encontrem affixados, os escarros abundam sotopostos no chão, e o publico não escarra em cima mesmo dos cartazes porque não lhes traz geito. Os jornaes e as publicações periodicas espalhadas avulsamente, contendo materia relativa á tuberculose, não attingem a população que mais carece das respectivas instrucções, aproveitam apenas a algumas das classes lettradas. Não são, mais praticos, mas especulativos, para que justifiquem o esgotamento dos parcros recursos de nossa caixa (O PHAROL, 1905, recurso online).

Como pode ser constatado acerca da atuação da Liga Mineira contra a Tuberculose, o jornal "O Pharol" demonstrou que a elite médica e intelectual de Juiz de Fora mobilizou-se constantemente em torno da prestação da assistência à saúde com a proposta de instruir e instituir práticas rotineiras que, por si só, reduziriam a incidência da tuberculose. O referido periódico mostrou também que aos poucos, em vista da resistência à adesão das postulações da Liga, a associação passou a evocar diretamente o poder público para que realizasse intervenções nas casas e famílias que se recusassem a adotar as medidas propostas.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

AMARAL, Lucas Marques. **Eduardo de Menezes: educador, cientista e higienista.** Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora. n.15, 2015.

ANDRADE, Silvia Maria Belfort Vilela de. **Classe operária em Juiz de Fora: uma história de lutas (1912 -1924).** Juiz de Fora, EDUFJF, 1987.

BARROSO, Elaine Aparecida Laier. **História Social da Cultura e História da Medicina: possibilidades de análise.** Anais do I Colóquio do LAHES. Juiz de Fora, 13 a 16 de Junho de 2005.

BARROSO, Elaine Aparecida Laier. **Modernização e Higienismo: Controle Sanitário e Gestão Político-Científica na Manchester Mineira (1891-1906).** 2008, 224 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de pós-graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2008.

BENCHIMOL, Jaime Larry. **Pereira Passos: um Haussmann tropical. A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX.** Rio de Janeiro: Secretaria Municipal da Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992.

BRAGA, Virna Lígia Fernandes. **Pobreza e assistência pública e privada em Minas Gerais (1888-1923).** 2015, 245 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de pós-graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2015.

CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. **Europa dos pobres: a belle-époque mineira.** Juiz de Fora: EDUFJF, 1994.

GOODWIN Jr, James William. A modernidade como projeto conservador: a atuação da Câmara Municipal de Juiz de Fora, 1850 - 1888. **LOCUS**: revista de história, Juiz de Fora, MG, vol.3, n.1, 1997.

HOWYAN, Gregório. **Saneamento e expansão da cidade de Juiz de Fora**: águas e esgotos; retificação de rios, drenagem. trad. Walquíria Corrêa de Araújo C. Valle. Juiz de Fora: FUNALFA Edições, 2004.

LANA, Vanessa. **Uma associação científica no "interior das Gerais"**: A Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora (SMCJF) - 1889 - 1908. 2006. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) - Casa de Oswaldo Cruz/ FIOCRUZ. Rio de Janeiro, 2006.

"O Pharol". **Relatório anual apresentado à Assembleia geral da Liga Mineira Contra a Tuberculose**, em 04 de setembro de 1905. Quinta-feira, 07 de setembro de 1905. Edição 00211 (1). Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=258822&PagFis=23336&Pesq=liga%20mineira%20contra%20a%20tuberculose>>. Acesso em 07 ago. 2017.

"O Pharol". **Relatório anual apresentado à Assembleia geral da Liga Mineira Contra a Tuberculose**, em 27 de setembro de 1906. Quinta-feira, 30 de setembro de 1906. Edição 00211. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=258822&PagFis=23336&Pesq=liga%20mineira%20contra%20a%20tuberculose>>. Acesso em 07 ago. 2017.

PIRES, Anderson José. **"Café, finanças e bancos: uma análise do sistema financeiro da zona da Mata de Minas Gerais (1889-1930)**. 2004. Tese (Doutorado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. Acesso em: 2017-10-20.

## O HOMEM FREUD E AS MARCAS DO SEU JUDAÍSMO

Adnilson Vaz de Oliveira<sup>35</sup>

**RESUMO:** Este tratado acadêmico de cunho biográfico apresenta uma pesquisa bibliográfica exploratória que buscou identificar as marcas do judaísmo na vida e na obra do homem Sigmund Freud, tendo como fontes principais: suas biografias, falas registradas e correspondências publicadas. A compreensão de sua judeidade foi construída a partir de uma investigação que considerou desde o contexto histórico do judaísmo praticado por seus ancestrais até o período em que Freud viveu buscando identificar elementos relevantes em sua história, e como tal, na própria História da Psicologia. Quanto à identidade judaica de Freud, verificou-se uma considerável ambivalência na manifestação de sua judeidade: rejeitava aspectos religiosos do judaísmo, mas conservava elementos éticos e o sentimento de pertença ao povo judeu.

**PALAVRAS-CHAVE:** Sigmund Freud. Judaísmo. Judeidade. Psicanálise.

**ABSTRACT:** This academic treatise with biographical nature presents an exploratory bibliographical research that sought to identify the marks of Judaism in the life and in the work of the man Sigmund Freud, having as main sources: his biographies, registered speeches and published correspondences. The understanding of Freud's Jewishness was constructed from an investigation that considered since the historical context of Judaism practiced by his ancestors, to the period in which Freud lived trying to identify what elements became relevant in his history and, as such, in the history of psychology itself. As for Freud's Jewish identity, there was found a considerable ambivalence in the manifestation of his Jewishness: he rejected the religious aspects of Judaism, but retained the ethical elements and sense of belonging to the Jewish people.

**KEYWORDS:** Sigmund Freud. Judaism. Jewishness. Psychoanalysis.

---

<sup>35</sup> Bacharel em Psicologia pelo Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora (CES-JF). Email: prof.vaz@gmail.com.



## FREUD E A RELIGIÃO JUDAICA

Apesar do evidente interesse deste tratado nas marcas deixadas pelo judaísmo na vida e na obra de Sigmund Freud, **seu ateísmo não será contestado**, uma vez que o mesmo por diversas vezes foi explícito em relação a este tema, como pode ser verificado em suas correspondências com Eduard Silberstein, Oscar Pfister, Sándor Ferenczi e Wilhelm Fliess. (LOBO, 2004)

Araújo (2012, f. 34) recorda que para Freud a religião nada mais era que “[...] uma neurose e uma ilusão”, tendo o mesmo se autodeclarado “[...] um judeu completamente ateu” (FREUD, 1991: 105 apud ARAÚJO, 2012, f. 37) e “[...] um dos mais perigosos inimigos da religião”. (JONES, 1989: 134 apud ARAÚJO, 2012, f. 37).

Embora colecionasse mais de vinte declarações nas quais o próprio Freud asseverava seu ateísmo com veemência, Araújo (2012, f. 42) ao mesmo tempo percebe que Freud era uma “[...] espécie curiosa de ateu: um ateu muitíssimo interessado nas coisas de Deus”, tendo inclusive “[...] mantido amizade com vários homens religiosos” (ARAÚJO, 2012, f. 45), que segundo Meissner, “[...] funcionavam como “duplos” dele mesmo, isto é, como representantes de porções da sua própria vida psíquica que ele, não obstante, se esforçava por repelir”. (MEISSNER, 1984: 49 apud ARAÚJO, 2012, f. 45).

Joseph Berke assinala pelo menos três rabinos com os quais Freud manteve algum contato, sendo um deles o próprio *Rashab* – Rabbi Sholom Dovber Schneersohn - o Quinto Rebe do movimento Chabad-Lubavitch<sup>36</sup>, tendo como base um conjunto de informações reveladas postumamente pela família do rabino. O autor comenta também sobre as conversas de Freud com o Rabbi Chayyim Bloch com quem Freud teria conversado sobre *Kabbalah* e Hassidismo e um encontro de Freud com o proeminente cabalista Rabbi Dr. Alexandre Safran com quem teriam conversado sobre o conceito de má inclinação (*yetzer ha-ra*) e boa inclinação (*yetzer ha-tov*) e sua relação com o conceito de pulsão. (BERKE, 2015)

---

<sup>36</sup> O Movimento Chabad-Lubavitch é uma das correntes do judaísmo ortodoxo hassídico com grande expressão no mundo judaico. Ver: site institucional: <<http://www.beitchabad.org.br>> Acesso em 02 nov 2018

Araújo (2012) assinala diversos pontos do que seria uma relação conflitiva e ambivalente entre Freud e a religião, relação que alterna momentos de aproximação e afastamento, fascínio e aversão operando em coexistência.

Joel Birman contribuindo para a compreensão desta relação ambivalente, argumenta que “[...] o alvo primeiro e fundamental de Freud, para realizar a *crítica* sistemática da religião, estava sempre centrado no *cristianismo*” (BIRMAN, 2013: 17, grifo do autor) e acrescenta:

A questão que se impõe agora é se veremos, em Freud, uma crítica efetiva do judaísmo como religião, da mesma forma que encontramos com facilidade em seu discurso a crítica do cristianismo e do budismo. **Contudo, que eu saiba, não existe um só texto de Freud em que haja a crítica sistemática da religiosidade judaica**, tal como ocorreu com outras modalidades históricas de religião. (BIRMAN, 2013: 18, grifo nosso)

Considerando a validade desta perspectiva, Birman deduz que “[...] para Freud, existiria *outra* tradição judaica [...]” em que “[...] o judaísmo não seria apenas uma religião, mas se constituiria de fato como uma *ética*.” (BIRMAN, 2013: 19, grifo do autor)

De fato, compreende-se que o sentimento de judeidade ultrapassa o mero sentido religioso, abrangendo um amplo espectro de significados que incluem tanto um aspecto ético quanto um sentimento de pertença, estilo de vida e tradições comuns. (GALINKIN, 2008)

## **FREUD E A ÉTICA JUDAICA**

Para Galinkin, “O movimento iluminista judaico, a *Haskalá*, teve um importante papel na reconfiguração do judaísmo” produzindo assim “[...] diferentes modos de ser judeu que se contrastam e se opõem modelando um novo *ethos* judaico [...]”. (GALINKIN, 2008: 94, 95, grifo do autor)

Fuks ressalta que “[...] Freud mostrou enraizada adesão á ética judaica como prática milenar da outridade”. A autora também enfatiza que Freud em sua vida, procurou sempre

aproximar-se “[...] daqueles que exercem e pensam o judaísmo como uma ética [...]”. (FUKS, 2000: 75)

Tomando em conta a dimensão ética do judaísmo e esta busca de Freud por aproximar-se de pessoas que vivessem o judaísmo ético, convém mencionar sua relação com a Sociedade *B’nai B’rith*<sup>37</sup> e como a proximidade com esta irmandade judaica preencheu as lacunas desta busca por uma vivência do judaísmo como ética.

Francisco Martins (2014) defende que foi justamente durante o período da vida de Freud conhecido como **esplêndido isolamento**, que Sigmund experimentado tanto na rejeição de suas ideias nos meios acadêmicos, como nos sofrimentos do racismo e do antissemitismo presente na sociedade germano-austríaca, teria encontrado a solução para os seus problemas no abraço acolhedor desta distinta irmandade judaica de Viena.

Nas palavras de Freud em seu Discurso à Sociedade *B’nai B’rith*, linhas que, em virtude do fato de Sigmund estar impossibilitado de falar, por uma das diversas cirurgias realizadas como tratamento de um câncer na boca, foram lidas pelo seu amigo e médico Ludwig Braun, o qual também era o presidente da Loja Wien, por ocasião da comemoração dos setenta anos de Freud. Pode-se perceber que Sigmund considerava em alta estima, os membros desta irmandade judaica: (MARTINS, 2014)

Aconteceu que, nos anos após 1895, duas fortes impressões em mim se produziram, tendo o mesmo efeito. Por um lado, tive as primeiras percepções das profundezas da vida instintual humana, vi coisas que podiam desencantar e, inicialmente, até mesmo assustar; por outro lado, a comunicação de meus desagradáveis achados fez com que eu perdesse a maioria das relações pessoais que tinha na época; sentia-me como um proscrito que era evitado por todos. **Aquele isolamento gerou em mim o anseio por um grupo de homens seletos, de espírito elevado, que pudesse me acolher amigavelmente, não obstante minha temeridade. Foi-me dito que na sua sociedade eu encontraria homens assim.** (FREUD, 2014:301, grifo nosso)

---

<sup>37</sup> A Ordem Independente de *B’nai B’rith* é a mais antiga e mais numerosa organização judaica internacional de filiação pessoal, cujos principais objetivos são a beneficência e a erradicação da ignorância. Seu lema é Benevolência, Amor Fraternal e Harmonia. (CUPERSCHMID, 2013)

Continuando a leitura desta mesma declaração perceber-se-á que Freud faz uma reafirmação do seu próprio caráter judaico e de seu respeito pelas exigências éticas de sua cultura:

**O fato de serem judeus só podia me agradar, sendo eu próprio judeu e parecendo-me não apenas indigno, mas simplesmente absurdo negá-lo.** O que me ligava à condição judaica não era—devo confessá-lo—a fé, e tampouco o orgulho nacional, pois sempre fui um descrente, tendo sido **educado sem religião, embora não sem respeito pelas exigências denominadas “éticas” da cultura humana.** (FREUD, 2014:301-302, grifo nosso)

Segundo Fourton, citado por Martins, a iniciação de Freud foi realizada “em 29 de setembro de 1897, na Loja *Wien – Israelitische Humanitäts-Verein Wien* –, com um ritual muito parecido com o ritual maçônico da época”. (FOURTON, 2012: 42 apud MARTINS, 2014: 220)

Martins (2014) presume que pertencer a uma loja como a *B'nai B'rith*, que se organizava nos moldes da maçonaria, demandaria que o associado preenchesse alguns requisitos de iniciação como:

[...] o aperfeiçoamento em graus com rituais específicos e estudos principalmente da Torá (Velho Testamento da Bíblia), por vezes da Kabala e conhecimento do mundo antigo, incluindo o Egito, temática maior da obra de Freud, permanentemente interessado em Moisés e no monoteísmo. Uma característica essencial deve ser apontada: essas sociedades são simbólicas e iniciáticas. (MARTINS, 2014: 219-220)

Quanto ao engajamento de Freud nas diferentes atividades realizadas na loja, Martins (2014) é enfático ao afirmar que:

Freud não foi um mero figurante na sua adesão. Sua adesão foi completa, fazendo ele parte tanto do corpo administrativo como sendo

membro importante na constituição do pensar desta Ordem.  
(MARTINS, 2014: 223)

Os registros das palestras de Freud direcionadas aos membros da Ordem foram preservados e devidamente documentados pela loja, sendo possível identificar os temas ministrados por ele nas sessões das terças-feiras que aconteciam quinzenalmente. Lamentavelmente o material que havia nas pranchas<sup>38</sup> foi perdido, restando apenas os títulos e algumas notas. São registros que compreendem 20 anos de atividades e vão do ano de 1897 até o ano de 1917. (MARTINS, 2014)

## **FREUD E SUA CONSTRUÇÃO PSÍQUICA JUDAICA**

Diante destas evidências, compreende-se que a Sociedade *B'nai B'rith* foi o “[...] primeiro auditório [...]” a dar ouvidos ao criador da Psicanálise e nas palavras do próprio Freud: era composto por um grupo de homens judeus de “[...] espírito elevado [...]” com os quais ele compartilhava uma mesma “[...] construção psíquica.” (FREUD, 2014: 301-302)

Cabe ressaltar que esta não foi a única vez que Freud sinalizou para o fato de que considerava que - sendo judeu - partilhava de uma mesma “[...] construção psíquica” com os outros judeus. Em certa ocasião quando saiu em defesa de Jung diante das críticas de Karl Abraham dirigidas a este, Freud argumentou em carta enviada a Abraham que o fato de ambos serem judeus (Freud e Abraham) os aproximava em um nível singular, ao que ele caracteriza como sendo uma mesma “[...] constituição intelectual [...]”. (FREUD, 1908:58 apud FUKS, 2000: 39).

Seja tolerante e não se esqueça de que, para falar a verdade, é mais fácil para você do que para Jung seguir minhas idéias porque, em primeiro lugar, você é inteiramente independente, e também porque está mais próximo de minha **constituição intelectual** devido ao

---

<sup>38</sup> Segundo Carvalho (2014), o termo prancha é um jargão maçônico e faz referência a uma pesquisa escrita apresentada em Loja.

parentesco racial<sup>39</sup>; ao passo que ele, como cristão e filho de pastor, só pode chegar até mim lutando contra grandes resistências interiores. Por isso sua adesão é muito valiosa. Eu quase diria que somente com o aparecimento dele a psicanálise escapou do perigo de tornar-se uma questão nacional judaica. (FREUD, 1908:58 apud FUKS, 2000: 39, grifo nosso).

Percebe-se por semelhantes declarações que Freud ostentava certo orgulho de sua judeidade e considerava que esta condição de ser judeu o isentava de preconceitos que poderiam vir a prejudicar o uso de sua capacidade intelectual. (FREUD, 2014)

[...] apenas à minha **natureza judaica** eu devia as duas características que haviam se tornado indispensáveis em meu difícil trajeto de vida. Por ser judeu, vi-me isento de muitos preconceitos que atrapalham outros na utilização de seu intelecto; como judeu, estava preparado para ficar na oposição e renunciar ao entendimento com a ‘maioria compacta’. (FREUD, 2014:301, grifo nosso)

Fuks (2000) e Mezan (2006) recordam que para Freud, **ser judeu** também era considerado uma vantagem e afirmam isto com base nas palavras de **Max Graf** — pai do pequeno Hans<sup>40</sup> —, que em 1903 perguntou a Freud se deveria batizar seu filho, para com isto tentar protegê-lo do antissemitismo, ao que Freud responde:

‘Se não permitir que seu filho cresça como judeu, o senhor irá impedi-lo de desfrutar dessas **fontes de energia** que nada pode substituir. Como judeu, ele deverá lutar, e o senhor deve deixar que nele se desenvolvam todas as forças de que necessitará nessa luta. Não o prive dessa vantagem’ (GRAF, 1942 apud MEZAN, 2006: 38, grifo nosso)

---

<sup>39</sup> Convém observar que a ciência no período em que Freud viveu estava impregnada por um caráter biologicista e um forte componente racial, conceito que só veio a ser desconstruído posteriormente por autores como Appiah e Gilman. (FUKS, 2000)

<sup>40</sup> O caso do “Pequeno Hans” foi uma das análises clínicas mais conhecidas de Freud sobre a fobia e pode ser encontrado nas Obras Completas, Volume 8 (Companhia das Letras): Análise da fobia de um garoto de cinco anos (“O pequeno Hans”) (FREUD, 2015)

Quanto a natureza dos termos destacados, Fuks (2000: 39) argumenta que “[...] para Freud o sentido das expressões ‘constituição mental’ e ‘raça comum’ e da palavra ‘espírito’ são apenas recursos da retórica freudiana para dizer sobre alguma coisa que lhe escapava à análise: o ser judeu”.

Seria essa tal judeidade - que lhe escapava à análise - a razão pela qual Freud em sua única viagem à América fez questão de visitar o cortiço judeu de *Lower East Side*<sup>41</sup> (JONES, 1964: 344) também conhecido como o “*Ghetto*”<sup>42</sup> judaico da Nova York de 1909? (JONES, 1981: 402)

Haveria semelhanças entre o - *ghetto* de Nova York - e o *ghetto* de Viena, lugar em que o pequeno Freud veio viver aos quatro anos de idade, e que é descrito por Breger (2002: 40) como o “[...] pardieiro miserável de Leopoldstadt [...]”?

A resposta talvez esteja nas palavras de Giancarlo Ricci quando declara que “A infância não nos abandona jamais. Pertencemos a ela quase da mesma maneira como dizemos ter um corpo ou um nome. Dela brota uma certeza inexaurível” (RICCI, 2005: 26)

Freud (2010) manteve uma relação especial com os lugares em que viveu e conheceu, tendo inclusive utilizado a cidade de Roma como uma metáfora para o inconsciente em **O Mal-estar na civilização**.

Ricci (2005: 15), reuniu escritos sobre quarenta cidades que exerceram algum impacto sobre o pensamento de Freud, formando uma espécie de “[...] diário clínico [...] no qual as cidades perfilam-se como etapas de uma experiência analítica”.

Dentro deste mesmo raciocínio metafórico, Scliar (1999) criando uma topografia comparativa entre cidades e as instâncias psíquicas do pai da psicanálise, evoca a imagem do *shtetl* como figura do **Id**:

---

<sup>41</sup> O nome original do bairro judeu mencionado por Jones (1989) foi suprimido na tradução ao português, tendo sido necessário recorrer ao texto de 1964 para recuperar esta informação.

<sup>42</sup> Na tradução ao espanhol do texto de Jones, realizada em 1981 por Mario Carlisky e José Cano Tembleque, foi utilizado a palavra *Ghetto* em substituição a nome original *Lower East Side* em Nova York. Segundo Pinkuss (1967: 304) o termo *Ghetto* vem sendo usado como referência aos “bairros apertados, com ruas estreitíssimas, sem higiene, sem jardins e até mesmo sem ventilação” em que os judeus eram obrigados a viver desde a Idade Média

De um lado, o *shtetl*, a pobreza - mas também a tradição, a borbulhante emoção. Do outro lado, a erudição e a sofisticação, muitas vezes associadas à riqueza. Para um judeu da Polônia ou da Rússia, mudar-se para Viena era subir na vida - renunciando a um passado que era **recalcado, mas não eliminado**. Para usar uma imagem do próprio Freud: se Paris ou Londres eram o superego, o *shtetl* era o **id** e Viena o ego. (SCLIAR, 1999: 112, grifo nosso)

O *shtetl* da infância continuava existindo dentro de Sigmund “[...] sob muitos estratos [...] que mantinham vivo “[...] o menino feliz de Freiberg, o primogênito de uma jovem mãe que desse ar e dessa terra recebeu as primeiras indelévels impressões”. (FREUD, 1931:156 apud RICCI, 2005: 26)

## MARTHA E SIGMUND

Seria esse sentimento de felicidade que Freud expressa sobre sua infância no *shtetl*, semelhante ao sentimento de “[...] alegria de viver [...]” que ele comentava nas cartas à sua noiva e que desejava que existisse no futuro lar dos dois? (FREUD, 1974: 22 apud MEZAN, 1986: 15)

[...] O judeu foi criado para a alegria, e a alegria foi criada para o judeu [...]. Quanto a nós, embora as coisas que tornavam felizes os velhos judeus já não nos proporcionem um autêntico refúgio, **algo da substância, a essência mesma desse judaísmo tão cheio de sentido e de alegria de viver, não estará ausente no nosso lar**. (FREUD, 1974: 22 apud MEZAN, 1986: 15, grifo nosso)

Diante destas declarações, faz-se prudente recordar que um dos grandes ensinamentos do *Baal Shem Tov* que é uma das bases filosóficas do Hassidismo ancora-se justamente na importância de viver com alegria. Nudel (1993) confirma esse preceito afirmando que, segundo o *Besht*, “[...] a purificação da alma deve acontecer através da alegria, sempre com alegria, com júbilo” (NUDEL, 1993: 44)



Por outro lado, esta ambivalência em relação aos aspectos religiosos do judaísmo fez-se deveras presente em sua relação conjugal, tanto que as regras de alimentação *kasher*<sup>43</sup> praticadas por Martha já eram alvo de críticas em sua correspondência de noivado. Freud teria tentado evitar o casamento religioso de várias formas, mas por questões relacionadas à lei austríaca, teve que casar-se em uma sinagoga. (YERUSHALMI, 1992, apud GERCHMANN; SPRITZER, 2010)

Jones (1964) relata que, mesmo a contragosto, Freud casou-se com Martha, sob o tradicional pálio nupcial (*Chuppah*), tendo recitado as bênçãos em hebraico (*Brachot*) de acordo às orientações que recebera previamente do tio de Martha, Elias Philipp, em cuja casa Freud hospedou-se na semana anterior ao casamento. Apenas oito pessoas presenciaram a cerimônia, que segundo Berke (2015) foi oficiada em Wandsbek, pelo rabino ortodoxo Dr. David Hannover, em 14 de setembro de 1886.

Uma vez casado, rejeitou ao máximo a observância religiosa, não tendo, por exemplo, circuncidado nenhum de seus filhos (ROUDINESCO, E.; DERRIDA, J, 2004) e ainda persuadia sua esposa a abandonar todas as práticas religiosas, como jejuar no *Yom Kippur* (BREGER, 2002) e acender as velas de *Shabbat*<sup>44</sup> (GRESSER, 2012).

O mesmo Freud que prometera a sua noiva um lar onde estariam presentes “[...] o sentido e a alegria de viver do judaísmo” (FREUD, 1974:22 apud MEZAN, 1986: 15) parece contraditório ao tentar coibir esta manifestação legítima da judeidade de sua esposa.

Martha inclusive teria confessado a seu primo Elliot Philipp que o fato de “[...] não ser-lhe permitido acender as luzes de *Shabbat* na primeira noite de sexta-feira após haver se casado foi uma das experiências mais **perturbadoras** de sua vida”. (GRESSER, 2012: 67, tradução nossa)<sup>45</sup>

Breger pressupõe que Martha e Sigmund “[...] discutiram asperamente [...]” sobre a lealdade da jovem para com sua família e para com o judaísmo. O autor acredita - com base

---

<sup>43</sup> [...] As leis judaicas cobrem vários aspectos da vida, entre eles o hábito alimentar, estabelecendo o que é permitido e o que não deve ser ingerido. O alimento apropriado é denominado pelo termo hebraico *kasher*.”(MARGULIES, 2006: 4)

<sup>44</sup> *Shabat* ou *sabbath* é o Dia de Repouso guardado semanalmente, desde pouco antes do pôr do sol na sexta-feira até depois do cair da noite, no sábado. (CUPERSCHMID, 2013)

<sup>45</sup> “[...] not being allowed to light the Shabbat lights on the first Friday night after her marriage was one of the more upsetting experiences of her life. (GRESSER, 2012: 67)”

nas suspeitas de Jones - que as correspondências em que estes conflitos apareciam tenham sido censuradas pela família. (BREGER, 2002: 89)

Rice (1990) recorda que Martha Bernays, era neta de um grande *tzaddik*, o Rabino Chefe de Hamburgo Isaac Bernays, tendo sido criada sob o legado de uma das famílias mais importantes do judaísmo em sua época.

Percebe-se mais uma vez esta postura ambígua no comportamento de Freud, ao mesmo tempo em que rejeita a observância ritual da tradição religiosa dentro de sua casa, aprecia as reuniões de terças-feiras com seus irmãos judeus na Sociedade *B'nai B'rith*.

### **FREUD E A AMBIVALÊNCIA DE SUA JUDEIDADE**

Richards (2008: 40) enumera duas características do que seria o “[...] judaísmo essencial” de Freud: “[...] o comprometimento judaico com a moralidade [...]” que Richards atribui a uma herança dos ensinamentos de Samuel Hammerschlag (seu antigo professor) e “[...] a importância central da intelectualidade [...]”.

Quanto à intelectualidade, Gresser (2012), com base em relatos de Martin Freud, assinala que a família Freud estava imersa em um círculo social judaico que incluía amigos médicos, advogados e outros representantes de um meio intelectual privilegiado, muitos deles assim como Freud eram também alheios à religião.

Mesmo com todo esse desprezo pela religião e diante de um antissemitismo que dificultava a vida dos judeus na Europa, Freud (2014) nunca se converteu e considerava esta hipótese indigna e absurda, ao contrário de muitos dos seus contemporâneos que viram na conversão ao cristianismo uma forma de facilitar o acesso à sociedade europeia. Pode-se usar como exemplo de judeus que se converteram Alfred Adler, Gustav Mahler, Karl Krauss, Arnold Schoenberg e outros. (RICE, 1990)

Assim como seus pais, Freud continuou a ser judeu, mas continuou do seu jeito, construindo sua própria versão do judaísmo, marcado por uma nítida ambivalência entre os elementos que escolhia preservar ou rejeitar, fosse de forma consciente ou não.

Tanto Fuks (2011), quanto Roudinesco (2010) quando tocam neste delicado tema que é a relação de Freud com os elementos do judaísmo, fazem uso do termo **judeidade**. Este

termo faz referência ao “[...] modo como cada sujeito vive o seu judaísmo, a sua própria condição de ser judeu”. (FUKS, 2011: 384)

O filósofo Jacques Derrida e a historiadora Elisabeth Roudinesco dialogam sobre esse sentimento de judeidade, que Derrida, falando de si mesmo, define como “[...] um sentimento obscuro, abissal, instável sobretudo. Contraditório. Ao mesmo tempo poderosíssimo e lábil” (ROUDINESCO E.; DERRIDA, J, 2004: 136)

Coincidentemente, Freud (2014) descreve seu próprio sentimento de judeidade com adjetivos semelhantes. No discurso dirigido à Sociedade *B'nai B'rith*, que foi lido em nome de Freud em uma reunião da ordem realizada em 6 de maio de 1926 (em honra ao seu aniversário de 70 anos), percebe-se a descrição de algumas características desse sentimento particular:

Mas restavam coisas bastantes que tornavam irresistível a atração do judaísmo e dos judeus, **muitas forças afetivas obscuras, tanto mais poderosas por mal admitirem a expressão em palavras**, assim como a clara consciência da identidade interior, a “cumplicidade” da mesma construção psíquica. (FREUD, 2014: 302, grifo nosso)

Em nota de rodapé, Derrida e Roudinesco discorrem sobre o conceito de judeidade ressaltando que este sentimento é independente da religião, doutrina e instituições do judaísmo, o sujeito sentiria essa judeidade “[...] mesmo sendo descrente, agnóstico, leigo ou ateu”. (ROUDINESCO, E., DERRIDA, J, 2004: 225)

Diante desta ambiguidade, Richards (2008: 40) concorda com os autores supracitados e também afirma que “A melhor palavra para caracterizar a identidade judaica de Freud é ambivalência”. Isto fica claro nas palavras de Trachtenberg (2006: 293, grifo nosso): “Ele **queria e não queria** permanecer judeu, **queria e não queria** ser um homem ocidental”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, é possível afirmar que Freud construiu a sua forma única de ser judeu. Priorizava os elementos da ética do judaísmo em detrimento aos aspectos religiosos, foi membro de uma irmandade judaica com a qual se reunia semanalmente, todos os primeiros membros da Sociedade Psicanalítica de Viena eram judeus, acreditava que os judeus possuíam uma mesma constituição intelectual da qual se orgulhava por diferenciá-lo da massa compacta e permitir-lhe estar sempre na resistência, considerava a sua criação judaica como uma fonte de energia, cultivou um sentimento de pertença ao povo judeu que ficou claro em diversas de suas declarações, apresentava-se como judeu publicamente e mesmo com o nazismo batendo à sua porta nunca abandonou sua identidade judaica, tendo mesmo aos 82 anos coragem suficiente para lançar um “[...] olhar carrancudo [...]”<sup>46</sup> aos nazistas que chegaram sua casa em 1938. (JONES, 1964, p. 318, tradução nossa)

Cabe ressaltar que conhecer Freud, como um homem judeu é antes de tudo uma tarefa que requer compreender um homem de sua época, atravessado pelas realidades sociais de seu tempo, na tentativa de recriar o cenário judaico que foi o berço da psicanálise, admitindo que um dos maiores pensadores do último século, era também um judeu da Morávia vivendo em pleno regime nazista, que por pouco, não acabou morto em algum campo de concentração, como suas quatro irmãs e outros seis milhões de judeus europeus.

Diante da relevância acadêmica deste tratado para os estudiosos da História da Psicologia, da Psicanálise e de todas as ciências afins que compartilham da importância de debruçar-se sobre a biografia de Sigmund Freud, acrescenta-se a justiça de que sua biografia continue a ser estudada também dentro da ótica que considera a sua judeidade.

Afinal, até que ponto o judaísmo influenciou a vida de Freud, a História da Psicologia e a Psicanálise?

A pergunta permanece em aberto.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

---

<sup>46</sup> “[...] scowling glance [...]” (JONES, 1964, p. 318)

ARAÚJO, R. T. D. **Deus analisado**: os católicos e Freud. [S.l.]: [s.n.], 2012. 448 f. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

BERKE, J. H. **The Hidden Freud**: His Hassidic Roots. New York: Karnac Books, 2015.

BIRMAN, J. Discurso freudiano e tradição judaica. **Ágora (Rio J.)**, Rio de Janeiro, v. 16, p. 11-23, Abril 2013. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-14982013000300002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-14982013000300002) Acesso em 28 out 2018.

BREGER, L. **Freud**: O lado oculto do visionário. Tradução de Ana Montoia e Fernando Kolleritz. 1ª. ed. Barueri: Manole, 2002.

CARVALHO, W. A. D. Freud e a Maçonaria. **Ciência e Maçonaria**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 47-53, jan/jun 2014. Disponível em: < <http://www.cienciaemaconaria.com.br/index.php/cem/article/viewFile/25/23> >Acesso em: 02 nov 2018.

CUPERSCHMID, E. M. **Judeus entre dois mundos**: primórdios da comunidade judaica de Belo Horizonte. Belo Horizonte: Marketing Aumentado, 2013.

FREUD, S. Discurso na Sociedade B'nai B'rith. In: FREUD, S. **Obras Completas Vol. 17**: Inibição, Sintoma e Angústia, O Futuro de uma ilusão e outros textos (1926-1929). Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

FREUD, S. O mal-estar na civilização. In: FREUD, S. **Obras completas: Vol. 18**: O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos (1930-1936). Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

FREUD, S. **Obras Completas Vol. 8**: O delírio e os sonhos na Gradiva, Análise da fobia de um garoto de cinco anos e outros textos (1906 1909). Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

FUKS, B. B. A propósito da obra Retorno à questão judaica: diálogo com Elisabeth Roudinesco. **Rev. latinoam. psicopatol. fundam.**, São Paulo, v. 14 n. 2, p. 383-389, Junho 2011. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-47142011000200014](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-47142011000200014) Acesso em: 06 out 2018.

FUKS, B. B. **Freud e a judeidade**: a vocação do exílio. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

GALINKIN, A. L. Judaísmo e identidade judaica. **Interações**, Belo Horizonte, v. 3 n.4, p. 87-97, fev. 2008. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/interacoes/article/view/6710>. Acesso em: 05 out 2018.

GERCHMANN, A.; SPRITZER, M. G. O que Há de Psicanálise no Judaísmo? Como o judaísmo influenciou a pessoa de Freud e sua criação. **Psicanálise**, Porto Alegre, v. 12 n.1, p. 81-99, 2010.

GRESSER, M. **Dual Allegiance: Freud as a Modern Jew**. Albany: State University of New York Press, 1994.

JONES, E. **A vida e a obra de Sigmund Freud**: os anos de formação e as grandes descobertas 1856-1900. Rio de Janeiro: Imaginário, 1989.

JONES, E. **The Life and Work of Sigmund Freud**. Harmondsworth, UK: Penguin Books, 1964.

JONES, E. **Vida y obra de Sigmund Freud**. Tradução de Mario Carlisky e Jose Cano Tembleque. Buenos Aires: Anagrama, 1981.

LOBO, A. L. M. **Freud**: a presença da antigüidade clássica. São Paulo: Humanitas, 2004.

MARGULIES, S. S/CEM por cento kasher: o caminhar judaico. **DEVARIM - Revista da Associação Religiosa Israelita do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 3-6, Fevereiro 2006.

MARTINS, F. **Freud maçom**: a sua loja Wien não seria de fato sua splendid isolation? *Tempo Psicanalítico*, Rio de Janeiro, v. 46 n.2, p. 214-237, 2014. Disponível em: <http://revista.spid.com.br/index.php/tempopsicanalitico/article/view/17> Acesso em 20 out 2018.

MEZAN, R. **Freud, pensador da cultura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MEZAN, R. **Psicanálise, Judaísmo: Ressonâncias**. Campinas: Escuta, 1986.

NUDEL, B. W. **Moreno e o hassidismo**: Princípios e fundamentos do pensamento filosófico do criador do psicodrama. São Paulo: Agora, 1993.

PINKUSS, F.. A criatividade de 19 Séculos da Diáspora Judaica. **Revista de História**, São Paulo, v. 35, n. 71, p. 3-18, set. 1967. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/126419/123312>>. Acesso em: 05 maio 2018.

RICCI, G. **As Cidades de Freud**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

RICE, E. **Freud and Moses: The Long Journey Home**. New York, USA: Suny Press, 1990.

RICHARDS, A. Psicanálise e judaísmo. **DEVARIM - Revista da Associação Religiosa Israelita do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, v. Ano 3, nº 7, p. 56, Setembro 2008. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=devarim&pagfis=588> Acesso: 04 out 2018.

ROUDINESCO, E. **Retorno à questão judaica**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

ROUDINESCO, E.; DERRIDA, J. **De que amanhã**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

SCLIAR, M. J. **Da Bíblia à psicanálise: saúde, doença e medicina na cultura**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1999. Tese (Doutorado) – Escola Nacional de Saúde Pública – Departamento de Ciências. Rio de Janeiro Disponível em: <<https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/4474>>Acesso em 02 nov 2018.

TRACHTENBERG, A. R. C. As fontes judaicas da psicanálise. **Psicanálise**, Porto Alegre, v. 8 n.2, p. 291-302, 2006.

## Narrativas históricas intelectuais: história pública, memória, teoria da história e historiografia.

---

### Quando “os factos marcham mais rápido do que as ideias”: A história da revolução Pernambucana de 1817 e os tempos da Revolução

Lucas dos Santos Silva<sup>47</sup>

**Resumo:** Este trabalho tem como proposta a análise da pluralidade de formas de construção de um “tempo da revolução” que se revelam a partir dos embates pela significação da Revolução Pernambucana de 1817 no contexto de institucionalização da disciplina histórica no Brasil. Para tanto, contrastamos as obras *História da Revolução de Pernambuco em 1817* (1840), de Francisco Muniz Tavares, e *História geral do Brasil* (1854), de Francisco Adolfo de Varnhagen. A ênfase recairá sobre o livro de Muniz Tavares, autor que ao longo do oitocentos e das primeiras décadas do século XX seria um interlocutor recorrente para aqueles que se dedicavam a interpretar o processo revolucionário.

**Palavras-chave:** Tempo histórico; Revolução pernambucana de 1817; historiografia; Francisco Muniz Tavares

**Abstract:** This study aims to investigate the plurality of forms of constructing a “time of revolution” that are revealed by the struggles of the significance of the Pernambuco Revolution of 1817 in the context of the institutionalization of historical discipline in Brazil. To this end, we contrast Francisco Muniz Tavares' *História da Revolução de Pernambuco em 1817* (1840) and Francisco Adolfo de Varnhagen's *História geral do Brasil* (1854). The emphasis will fall on the book by Muniz Tavares, an author who throughout the nineteenth and twentieth centuries would be a recurring interlocutor for those devoted to interpreting the revolutionary process.

**Keywords:** Historical time; Pernambuco revolution of 1817; historiography; Francisco Muniz Tavares; Varnhagen

Nos quinze anos que sucedem a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), inaugurado em 1838, o tema da Revolução Pernambucana de 1817 seria

---

<sup>47</sup> Graduando em História pela UFJF. lucas009911@gmail.com



enfrentado pela instituição com um notável silenciamento<sup>48</sup>. Por seu projeto republicano de ruptura com a tradição, que questionava pretensões continuístas em relação à herança portuguesa, o movimento acabaria por ser interpretado pelas elites letradas e artífices da estabilidade monárquica como estando em franco desalinho com as narrativas da história nacional e suas pretensões centralizadoras. Se os pressupostos do discurso historiográfico gestados no interior do IHGB eram o da representação de um movimento progressivo e sem rupturas em direção ao *telos* da Independência, bem como da gradual interiorização das luzes da civilização, que emanavam do centro de uma monarquia constitucional continuadora do legado português (GUIMARÃES, 1988), a tentativa de ruptura revolucionária em Pernambuco seria lida como um dos mais ameaçadores revezes para o projeto de homogeneização do tempo histórico da nação. Mais do que isso, ela representaria um obstáculo ao trabalho de “sincronização” social e política empreendido pelos historiadores daquela instituição, que pretendia conformar um “senso de orientação histórica” comum aos diferentes espaços da jovem monarquia tropical.

Temístocles Cezar (CEZAR, 2018) argumenta que o empreendimento de “domesticação” do passado nacional – que sedimentou no discurso historiográfico oitocentista uma relação sinonímica entre civilização, Nação e história – tinha como condição necessária a ordenação cuidadosa das múltiplas temporalidades constitutivas da história da nação. Nesse sentido, a demarcação de quais passados deveriam compor o enredo desta narrativa, além de projetar contornos sobre o presente e definir horizontes de futuro possíveis, significava também delimitar quem seria o “outro” daquele tempo, a ser relegado então à condição de subversão. Afinal, como observa Chris Lorenz (LORENZ, 2013), a figuração do tempo histórico não corresponde a um empreendimento espontâneo ou neutro, mas a uma ação *performativa*, realizada por atores sociais a partir de seus valores e pressupostos políticos. Com isso, Lorenz (LORENZ, 2013) argumenta que seria possível falar em “políticas de tempo” para refletir sobre o funcionamento das *performances* temporais produzidas discursivamente, ideia que oferece possibilidades analíticas importantes para o estudo das narrativas que objetivam produzir um tempo histórico propriamente nacional.

---

<sup>48</sup> Lucia Maria Paschoal Guimarães (GUIMARÃES, 2008) argumenta que o tema da Revolução Pernambucana foi silenciado na Revista do IHGB até 1853, quando são publicados documentos relativos ao evento.

Na Modernidade, o progresso torna-se o *padrão* pelo qual as experiências históricas singulares adquirem inteligibilidade. Daí resulta a possibilidade de afirmar que um determinado sujeito, espaço ou processo histórico é “atrasado” ou “adiantado” em relação a outro. A partir de então, cada história seria investida de um estrato temporal próprio, ainda que estivesse inscrita no processo mais amplo da “História em si” [*Geschichte*], singular coletivo que a tudo englobaria. Afirmam-se, assim, as condições para que se definam entidades históricas cronologicamente contemporâneas como não simultâneas<sup>49</sup>. A Revolução pernambucana não ficaria imune a estas formas de “determinação histórico-temporais” (KOSELLECK, 2006: p. 131) que se orientam a partir de pressupostos políticos, atribuindo aos acontecimentos históricos o estatuto de prenunciadores do futuro ou de experiências (ultra)passadas. Se o movimento de 1817 representava as forças do atraso e da “barbárie” para a maior parte dos letrados inscritos no IHGB durante o contexto de afirmação do Segundo Reinado, em outras narrativas, que também teciam formas de modulação do tempo nacional, ele seria figurado como um acontecimento que antecipa o futuro da nação e que, precisamente ao fazê-lo, inscreve-se na história nacional.

Se *Luiz do Rego e a Posteridade* (1861), de Joaquim Caetano Pinheiro e, sobretudo, *História Geral do Brasil* (1854), de Francisco A. Varnhagen, enxergariam no processo revolucionário uma tentativa de ruptura que poderia impedir ou retardar a emergência do progresso e do futuro em Pernambuco e no Brasil, o mesmo não pode ser dito de *História da Revolução de Pernambuco em 1817* (1840), de Francisco Muniz Tavares. Nela, o movimento revolucionário seria uma espécie de futuro *no* passado, na medida em que exprimia o caráter adiantado da condição temporal de Pernambuco em relação ao restante do Brasil e renunciava o tempo da Independência que em alguns anos se imporia nacionalmente.

---

<sup>49</sup> Em diálogo com Koselleck (KOSELLECK, 2006), Lucian Holscher (HOLSCHER, 2013). observa que a definição do conceito de História enquanto uma grande cadeia de acontecimentos ligados entre si como parte de um universo histórico coerente está diretamente relacionada aos significados atribuídos ao conceito de espírito (*Geist*) a partir do século XVIII. A temporalização desse conceito viabilizaria a afirmação de que entidades históricas dispersas estão implicadas a uma entidade mais ampla. Os conceitos de “espírito do tempo” (*zeitgeist*) e “espírito da nação” foram centrais para a afirmação da condição de “simultaneidade” entre entidades históricas que, embora não diretamente relacionadas, coexistem no mesmo ponto do espaço ou do tempo. Segundo Holscher, a construção da ideia de sincronia do assincrônico (*synchrony of a-synchronic*) é o efeito imediato do estabelecimento deste “axioma da simultaneidade”, e é ela que define as condições necessárias à afirmação de que certas entidades históricas, como nações e povos, são o futuro ou o passado de outras. Na narrativa de Tavares sobre a Revolução de Pernambuco, as expressões que mobilizam a ideia de espírito, como “espírito da nação” e “espírito humano” parecem assumir este lugar de “entidades mais amplas” que permitem a afirmação da simultaneidade de entidades históricas tratadas como assincrônicas.

Em *História da Revolução de Pernambuco em 1817*, Tavares propõe-se a narrar o movimento de 1817 desde suas origens até o desfecho de suas lideranças e projetos quando da instauração das Cortes de Lisboa. O pernambucano pretende se posicionar no debate sobre a história da revolução como um interlocutor que – por ter participado como ator do movimento revolucionário – seria capaz de se valer do lugar de testemunha ocular para, então, narrar com “verdade” aquilo que viu. Sua expectativa seria contribuir para a futura redenção da Revolução de 1817 junto aos anais da história brasileira, reivindicando para esse movimento o epíteto de “germe” da “emancipação”, tentativa primeira de aceleração do tempo rumo ao *telos* da Independência. Na narrativa de Tavares, o conceito de revolução mobilizado em referência ao movimento pernambucano condensa ao menos duas camadas de significação, na medida em que é usado tanto como um sinônimo de “liberdade”, “independência” e “governo livre”, quanto para indicar uma ordem temporal em que os acontecimentos desdobram-se de modo acelerado, abreviando as distâncias temporais enquanto demarca rupturas sucessivas com o passado<sup>50</sup> Definida nesses termos, a Revolução pernambucana pode ser pensada como um acontecimento alinhado aos pressupostos meta-narrativos que conformam o sentido intrínseco do tempo histórico na obra de Tavares: a “liberdade” e o “melhoramento humano”. Por essa razão, do ponto de vista temporal, o processo revolucionário de 1817 representaria uma tentativa de antecipação de um futuro para o qual todas as nações convergiriam, cada qual *em seu tempo*. Tal constatação fundamenta o argumento de Muniz Tavares sobre a existência de uma assincronia entre a temporalidade pernambucana e a ordem do tempo nos demais espaços da América Portuguesa em 1817, onde a cadência e evolução temporal seriam ainda atrasadas, não contemporâneas em relação à “nova ordem de coisas” instaurada com a Revolução:

(...) foi essa província, quem primeiro deu o signal ao Brasil de ter chegado o momento tanto suspirado de entrar no gozo dos bens immensos, que a cobiça portuguesa por espaço de tres séculos extorquia; foi ella, quem a presentou-lhe a grande Carta da emancipação civil, e politica, e mostrou com o *exemplo* a maneira de possuil-a. Desgraçadamente não foi seguida, sucumbio; mas *não pereceo o germe plantado*, e regado com o sangue de seus martyres: *em tempo opportuno frutificou e não deixará de crescer com vigor* (TAVARES, 1840: 2-3).

---

<sup>50</sup> Francisco Muniz Tavares refere-se à revolução como um “tempo das convulsões políticas” (TAVARES, 1840: p. 160). Nela, segundo ele, “os factos marcham mais rapido do que as ideias” (TAVARES, 1840: p. 323).

Na economia do texto de Tavares, há um significativo investimento em adjetivar a pluralidade de estratos temporais nos quais se inscrevem os distintos espaços e sujeitos históricos de sua obra. Monarquia absolutista portuguesa, Pernambuco, América espanhola, América inglesa e França são algumas das personagens que, embora cronologicamente contemporâneas, não parecem se desenvolver segundo uma mesma cadência temporal. Tomando de empréstimo a expressão de Marx citada por Koselleck ao discorrer sobre a “simultaneidade do não simultâneo” – traço constitutivo da experiência do tempo histórico moderno – é como se, nas figurações temporais de Tavares, nem todas estas entidades históricas habitassem o “coração do presente” (KOSELLECK, 2006: p.285-286). Em sua obra, o comprometimento com a causa revolucionária se constitui como um elemento central para a definição do “atraso” ou “avanço” de um ator histórico em relação a outro. Nesse momento, é pertinente retomar as considerações de Koselleck a respeito da relação entre o conceito de “aceleração” do tempo histórico e a noção de sincronia do assíncrono. A partir da Modernidade, a noção da “simultaneidade cronológica de fatos políticos e sociais assíncronos” seria frequentemente considerada como algo que produz situações de conflito político. Nesses casos, não raro as tentativas de resolução seriam apresentadas em termos de aceleração do tempo, desdobrando-se na defesa das revoluções como um caminho para tentar diminuir a distância temporal entre duas entidades históricas (KOSELLECK, 2014: 154).

De acordo com Tavares, além de manifestar o caráter “adiantado” de um determinado espaço da monarquia, situando-o como o futuro dos demais, a adesão ao tempo das revoluções estaria também diretamente relacionada ao “esclarecimento”, à “instrução” e, no limite, ao compromisso com ideias liberais. Para justificar a adesão do clero pernambucano ao processo revolucionário, por exemplo, o autor afirma: “O liberalismo está sempre na razão directa da instrucção: o Clero secular, e regular de Pernambuco, não era ignorante : daqui nasceo a cordialidade, com que abraçou a nova ordem de coisas, e a firmeza, com que a sustentou até o fim” (TAVARES, 1840: p. 76-77). Na sua perspectiva, são as condições específicas de instrução dos pernambucanos o que explica sua preeminência como “os principaes motores da regeneração política” inaugurada com a Revolução. Ao tratar da dissolução das forças revolucionárias nas províncias circunvizinhas, Muniz Tavares afirma:

O tempo instava, as circunstancias aggravarão-se [...] Tantas traições, tanta inconstancia dos habitantes das Provincias circunvisinhas, penalisavão, mas não davão a temer igual degradação da parte dos Pernambucanos. A lembrança de terem sido estes os principaes motores da regeneração politica,

o fervor manifestado nos primeiros dias, parecia-lhe dever ainda repetir harmonioso som, se fosse excitado (TAVARES, 1840).

Portanto, se Pernambuco, por antecipar sua participação nas “luzes”, busca alcançar uma cadência temporal análoga a de outras nações já emancipadas na Europa e na América, o mesmo não poderia ser dito sobre a totalidade da monarquia portuguesa. Essa estaria em “desharmonia com a civilização do século”, razão pela qual entrara em conflito com o tempo pernambucano. A dissolução das forças revolucionárias, à despeito de sua harmonia em relação ao sentido da História humana, resultaria dessa colisão de tempos, da inexperiência dos revolucionários e, sobretudo, das dificuldades de “sincronizar” os demais espaços do Brasil naquela ordem temporal própria à revolução. Tratando da “lentidão” do processo revolucionário no Rio Grande do Norte, afirma: “Como a mór parte dos Brasileiros, elles ainda não percebão a que fim directo tendião os principios propagados: no momento não saborearão fruto delicioso” (TAVARES, 1840: 208-209).

Constata-se, então, que a narrativa de Tavares modula ao menos quatro tempos: a) o das nações que já estabeleceram “governos livres”, como a França e os Estados Unidos; b) o tempo próprio à Pernambuco, adiantado em relação ao restante do Brasil por suas aspirações à liberdade que se condensam na tentativa revolucionária; c) o estrato temporal em que se inserem os partidários da Monarquia absolutista, flagrantemente “desarmônico” em relação aos “governos livres”, mas em 1817 ainda suficientemente estável para preservar-se em sua inércia; d) e, finalmente, o tempo da “História em si”, aquele que compreenderia toda a humanidade e cujo pressuposto meta-narrativo, em Tavares, seria a progressiva emancipação e melhoramento humano. Para além desses, é possível pensar ainda em um quinto tempo, implícito aos demais e que os atravessa: o contexto de escrita do livro, isto é, a década de 1830, quando as instabilidades políticas do período regencial colocam em xeque o projeto de “sincronização” do território nacional em um tempo unitário e homogêneo<sup>51</sup>.

O que busquei argumentar, a partir do mapeamento destes estratos temporais e de suas formas de interação, é que uma das questões centrais desenvolvidas por Tavares diz respeito às condições de possibilidade para que a tentativa de aceleração temporal proposta pela Revolução pernambucana afetasse outros espaços do Brasil<sup>52</sup>, isto é, irrompesse nas demais

---

<sup>51</sup> Christian Lynch (LYNCH, 2015) argumenta que com a ascensão do “regresso” no fim da Regência, a ideia de revolução passaria a ser frequentemente tratada de modo receoso pelas elites brasileiras.

<sup>52</sup>A ideia de “espacialização do tempo”, proposta por teóricos da descolonização como Johannes Fabian (FABIAN, 2013: p. 52), pode oferecer instrumentos importantes para a análise, já que permite pensar como os

partes da América portuguesa, tornando-as contemporâneas àquela “nova ordem de coisas”. Para o autor, a especificidade da condição temporal dos pernambucanos explica tanto a eclosão da revolução quanto o insucesso de seus atores em disseminarem a temporalidade revolucionária. Posteriormente, a dificuldade de se conformar à estruturas temporais mutáveis causaria também a ruína do monarca, que por preservar sua “natural inercia” acaba por ser arremetido para fora do tempo de liberdade instaurado com a Independência. Portanto, na perspectiva de Muniz Tavares, a capacidade dos agentes históricos de perceberem as cadências próprias à cada tempo, alinhando as suas ações a elas, seria central para a viabilidade de seus projetos de futuro. O movimento de 1817, pensado a partir de sua relação com a história nacional, seria então uma espécie de futuro *no* passado, um futuro ainda imaturo, e por isso demovível. Os êxitos da Revolução do Porto, e, finalmente, da Independência de 1822, vindicariam a Revolução, na medida em que seriam os sintomas da maturação do “germe” plantado em Pernambuco e da capacidade de “sincronização” das revoluções que ocorrem “em tempo oportuno”.

### **Considerações Finais**

Por articular 1817 a 1822, as apropriações da obra de Muniz Tavares até o fim dos oitocentos passariam frequentemente por um distanciamento crítico<sup>53</sup>. Na *História Geral do Brasil*, de Francisco A. Varnhagen, por exemplo, o livro de Tavares figuraria entre os textos citados. Contudo, Varnhagen retrataria o pernambucano não como historiador, mas na condição de “cronista da revolução”. Tal designação não nos parece fortuita e pode apontar para uma tentativa de delimitar quais, dentre aqueles que de algum modo elaboravam o passado, estariam autorizados a exercerem o papel de “pedagogos da nação”, atuando na conformação de sua identidade (TURIN, 2018: 194). Para Varnhagen, a revolução de 1817 não seria uma tentativa de aceleração e sincronização do tempo histórico no sentido da Independência, mas uma fissura no progressivo movimento civilizatório do Brasil estabelecido mais decisivamente ao menos desde a chegada de D. João VI. Na *História Geral do Brasil*, a evolução da “civilização” em Pernambuco deriva não de aspectos, ou de um estrato temporal, específicos àquela Capitania, mas das graças dadas pelo governo joanino ao

---

sujeitos históricos em um dado contexto atribuíam à diferentes regiões no espaço (e no tempo) certa forma de articulação da temporalidade.

<sup>53</sup> Lucia Maria Paschoal Guimarães (GUIMARÃES, 2007) observa que a obra de Muniz Tavares seria reabilitada pela historiografia republicana nas décadas finais do século XIX.

Brasil sobretudo a partir de 1808. A revolução, nessa perspectiva, representaria uma ruptura que, em Pernambuco, interromperia tal continuidade evolutiva, cindindo o progresso daquela região. São muitas as implicações desta divergência nas formas de figuração temporal entre Tavares e Varnhagen. À esse respeito, não se deve perder de vista que o que parece estar em jogo nessas disputas é a distância temporal em relação ao passado colonial. Enquanto em Varnhagen aquele passado assume a forma de um processo evolutivo de “civilização” do Brasil, em Tavares representa uma dimensão temporal que, embora ultrapassada, segue capaz de produzir “nódoas” no presente. A escravidão seria uma delas:

A escravidão é um monstro, que entorpece, e perverte os corações mais puros. Aos Representantes da Nação Brasileira toca agora decidir, se he chegado, o suspirado momento, que aquellos Governadores Provisorios em sua sabedoria previrão, e com a legalidade por esses recommendada a apaguem a *nodoa*, que nos deixarão *os primeiros deshumanos colonos do nosso solo* (TAVARES, 1840: p. 247-248).

### **Referências bibliográficas:**

CEZAR, Temistocles. *Ser historiador no século XIX. O caso Varnhagen*. Belo Horizonte: Autêntica, 2018. p.253.

FABIAN, Johannes. *O Tempo e o Outro: Como a Antropologia Estabelece Seu Objeto*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2013.

GUIMARÃES, Lúcia M. Paschoal. *Da Escola Palatina ao Silogeu. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2007.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. “Entre a monarquia e a república: a Revolução Pernambucana de 1817 e suas representações no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”, In: LESSA, Mônica; FONSECA, Silvia, (orgs.), *Entre a monarquia e a república: imprensa, pensamento político e historiografia (1822-1889)*, Rio de Janeiro, Ed. UERJ, 2008, p. 151-164.

GUIMARÃES, Manoel Salgado. "Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional". *Estudos Históricos: caminhos da historiografia*. Rio de Janeiro, n.1, 1988, p. 5-27.

HOLSCHER, Lucian. “Mysteries of Historical Order: Ruptures, Simultaneity and the Relationship of the Past, the Present and the Future”, In: LORENZ, Chris; BEVERNAGE, Berber (orgs), *op. cit.*, p. 140-145.

KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo: estudos sobre História*. Trad. Markus Hediger. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2014. p. 154.

LYNCH, Christian. “Modulando o tempo histórico: Bernardo Pereira de Vasconcelos e conceito de 'regresso' no debate parlamentar brasileiro (1838-1840)”. *Almanack*, p. 314-334, 2015.

### **Fontes:**

Anais da XXXV Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Usos públicos da História e a construção da memória popular: Disputa, narrativa e resistência em tempos sombrios. Gabrielle Barra Tarocco; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2019. 617 p.

PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. Luis do Rego e a posteridade. *Revista do IHGB*, t.24, p.353, 1861

VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *História geral do Brazil*. Rio de Janeiro: Caza de L. e H. Laemmert, 1854.

TAVARES, Francisco Muniz. *História da Revolução de Pernambuco em 1817*. Pernambuco: Typ. Imparcial, 1840.



# O ARGUMENTO DO NÃO-OCORRIDO: DESAFIOS PARA A HISTORIOGRAFIA

Geovani Silva Fortunato<sup>1</sup>

## RESUMO

O presente artigo visa analisar os desafios que se apresentam a historiografia na História recente, onde revisões sobre os temas sensíveis circulam fora do ambiente acadêmico. Dentre tais revisões, o destaque será conferido para a o exercício de uma História Alternativa, que deixa seu exclusivo lugar na ficção e migra para o campo da discussão política e da disputa sobre as memórias do passado, dentre eles, o da ditadura civil-militar brasileira. A partir dessa migração de campos e a luz das teorias sobre o uso da memória, busca-se compreender e propor soluções para os desafios que tal prática apresenta a historiografia.

**Palavras-chave:** Memória. Esquecimento. Historiografia. História Alternativa.

## ABSTRACT

The following article intends to analyze the challenges presented to the historiography in recent History, where revisions about the sensible themes circulate outside the academy. Among the said revisions, the highlight shall be given to the exercise of Alternative History, that leaves its exclusive place in works of fiction and migrates to the fields of political discussion and the dispute over the memories of the past, such as the ones related to the Brazilian military-civilian dictatorship. From the union of such fields and under the light of the theories regarding the use of memory, I look to understand and propose solutions for the challenges that such practice presents to historiography.

**Keywords:** Memory. Forgetfulness. Historiography. Alternative History.

## Introdução

Para alcançarmos, analiticamente, o ano de 2019 e os desafios que visou destrinchar nesse artigo, há de se ceder ao vício do historiador de olhar para trás, buscando as raízes dos comportamentos e práticas que irão chamar a sua atenção e força-lo a dispor de seu *métier*. Disponho aqui, antes de chegar a definição do que seria a prática de uma História Alternativa, os seus antecedentes.

No ano de 2016, a palavra “pós-verdade” (no original: *post-truth*) foi escolhida como a palavra do ano pelos *Oxford Dictionaries*: a definição se dá, em uma tradução rudimentar, como “relacionar ou denotar circunstâncias nas quais os fatos objetivos são menos efetivos

em moldar a opinião pública do que os apelos à emoção e credo pessoal.”(WANG, 2016.) Notara-se, à época, um aumento no uso da palavra ao longo do ano em que se discutia a possível saída do Reino Unido do bloco europeu; na América, testemunhava-se o conflito entre Donald Trump e Hillary Clinton pela presidência dos Estados Unidos. Há de se fazer, ainda, a História do conceito da pós-verdade, embora sua origem seja explorada na caricatura cômica confeccionada por Stephen Colbert anos antes, no conceito de *truthiness* (WANG, 2016). Tal apontamento nos levará a pergunta que poderá ser respondida em outros trabalhos acadêmicos: teríamos nós entrado na era da pós-verdade? (SISMONDO, 2017)

Independente de nós termos entrado em um longo matrimônio com a fragilização da verdade ou este ser um simples flerte temporário, há de se investigar os efeitos de tal prática. Grupos de professores, jornalistas e intelectuais em geral debruçaram-se antes, durante e após o florescer dessa prática em um combate incessante em relação a sua proliferação. Destacarei aqui *First 100 Days: Narratives of Normalization and Disruption*, que buscará produzir e analisar as consequências do avanço da pós-verdade sobre a mídia, sociedade e as estruturas do Estado.

Embora a pós-verdade possa ser caracterizada de muitas formas e que os jornais tenham se esforçado sobre as maneiras de se corrigir uma falsa fala sem necessariamente empregar o termo “mentira” (como notado por Dan Barry e Michael Lynch no ano de 2017), a definição de sua circulação que interessará a este artigo será a destacada por Michael Lynch, ao analisar o efeito imediato a eleição americana:

In the emerging alt-episteme of empire-ical reality, facts no longer provide a compelling epistemic base for presenting and resolving disputes. Instead, a partisan base provides the discursive and institutional support for a parallel universe of alt-news, alt-facts, and alt-reality. This symphony in the key of “alt” enhances the appearance of a symmetrical play of charges and counter-charges of lies, fake news, and junk science. A demonstrable, and arguably deliberate, product of this play is an indiscriminate public distrust in government and media. (LYNCH, 2017)

Constitui-se, portanto, o descarte dos fatos e das evidências como base epistêmica para a resolução das disputas no campo político: existem fatos alternativos, notícias alternativas, realidades alternativas, um gênero que não terá qualquer compromisso com a evidência, método ou necessidade de comprovar as suas alegações. A epistemologia alternativa é, em síntese, a não-epistemologia, a não-comprovação do que se propõe ao mesmo tempo em que exclui de si o rótulo de “mentira”.

### **Os casos brasileiros**

Há de se indagar a razão pelo passeio através das eleições americanas e das discussões do Brexit que povoaram a História recente de polêmicas. Não há tarefa mais extenuante ao homem que atestar o óbvio: o Brasil não está alheio aos acontecimentos externos. Sua cultura política não é impermeável; sob nossas águas e ares não pairam mantas que impedem a entrada dos acontecimentos ou influências externas. Houve, pelo contrário, extensiva cobertura jornalística das eleições americanas, assim como os principais lados envolvidos no *Brexit* foram observados de maneira próxima por correspondentes internacionais que habilmente tentaram prever os rumos da discussão.

A facilidade com a qual se “rasgavam” dados, pesquisas, teses e dissertações em prol de declarações “auto-evidentes” (como já citado acima) uniu-se a uma sede por um novo tipo de produção sob a realidade e sobre o passado. Ora, é consenso que a experiência da realidade não é uniforme; ela se altera de acordo com o grupo social no qual o indivíduo está inserido, assim como outros itens (orientação ideológica, sexualidade e etnia figurando entre os mais lembrados). Entretanto, o movimento que buscarei destacar trata-se da proposição de uma realidade não-ocorrida. Dentre todas as proposições que circulam pelo campo da opinião popular, as que se baseiam em eventos ou experiências não-ocorridas capturam a atenção da análise: “se o Brasil tivesse permanecido uma República, seríamos um país decente” sendo a primeira delas, e possível objeto de pesquisas futuras; “o Golpe de 1964 foi necessário para que o Brasil não se tornasse uma ditadura comunista” sendo a segunda. Neste trabalho, me atarei à segunda, a partir do momento em que este é um tema próximo e sensível (GIL; EUGENIO, 2018) e que gera, no momento em que é tratado, revisto e ensinado, um aglomerado preenchido por conflitos narrativos, com origens no âmbito familiar, ou através do consumo de fontes externas a sala de aula.

Essas fontes externas que, por vezes, democratizam o conhecimento e diminuem a distância entre as recentes produções acadêmicas (os louros, no final das contas, devem ser dados quando necessário), alimentam-se também de um interesse por algo supostamente escondido, oculto, cautelosamente envolto em um véu que deve ser rompido sem qualquer cerimônia. Produz-se então um vasto campo onde as revisões sobre os grandes acontecimentos da História, assim como seus pontos de ruptura, são expostos. A “verdade”, habilmente escondida pelo cabal de professores de História, é forçadamente trazida à tona através do esforço dos novos intelectuais.

### **A revisão dos anos da ditadura**

Como supracitado, o caso que engloba a ditadura atrai a atenção do olhar histórico: ressurge como tema sensível na segunda década do Século XXI, por uma miríade de acontecimentos, dentre os quais podem se citar a fundação da Comissão Nacional da Verdade, em 2011, e a eleição de uma presidente cujo passado foi interligado com a atividade de resistência a ditadura. Faz-se necessário então buscar, na produção histórica, a produção relativa ao período e resgatar, nos espaços onde se constitui a memória (como a família), uma representação daquele período.

Por vezes, reside no âmbito familiar a principal referência sobre os períodos autoritários ou controversos, referência esta que balizará a validação, invalidação e contestação das produções históricas sobre aquele período. Em termos menos abstratos: no caso da ditadura civil-militar brasileira, busca-se nos relatos de pais, mães, avôs e avós, a reconstrução do período a partir dos testemunhos em primeira mão: a partir destes testemunhos, formulam-se sobre a História “oficial” os julgamentos que tanto o professor, quanto o historiador, verão sendo confrontados ou apoiados por outros alunos, o que exigirá dele uma forma de resolver tais questões (GIL; EUGENIO, 2018).

Soma-se a isso a revisão histórica feita sobre o período ditatorial – objeto de interesse desta parte do artigo – que busca sofisticar a abordagem e tornar disponíveis novos campos de pesquisa. A mais notória diferença seja, talvez, a adição da palavra “civil” ao vocábulo “ditadura militar”, denotando o apoio da sociedade, que agora entra no jogo de apoio e resistência ao ocorrido em 1964. Há, em tais textos, a responsabilidade de se andar cautelosamente no pântano, isto é: revisar, buscar clarificar o período obscurecido por

políticas de memória e leis controversas, respeitando a dor ainda latente daqueles que perderam familiares e amigos ao longo dos anos de autoritarismo. No campo da política de memória, destaco aqui a proposição da anistia em forma de amnésia (GUAZZELLI, 2010: 61-67) e de como a política que obscurece o acesso aos documentos do período da ditadura formula uma “estratégia do esquecimento” (GRECO, 2005: 6) que permanece firme mesmo após os anos de ditadura e os anos de transição democrática. Há de se analisar, portanto, que na marcha institucional do esquecer, virar a página, através de uma anistia/amnésia (GUAZZELLI, 2010: 5) cujo símbolo máximo reside na Lei de Anistia de 1979, a ditadura civil-militar brasileira aloca-se como tema sensível, ainda que exista o esforço do esquecer e como tema de grande interesse (para negacionistas, revisionistas, revisionistas acadêmicos, historiadores e leigos), seja em termos de produção acadêmica (teses, dissertações), como nos produtos de mídia (novelas, séries, filmes e músicas). Produzir sobre a ditadura é, então, entrar no campo do sensível, do que está sendo esquecido – “será que os jovens de hoje sabem o que é uma ditadura?” perguntava-se Abujamra frequentemente em suas *Provocações*, programa exibido pela TV Cultura – na medida que se busca o que deve ser lembrado.

Entretanto, o que fazer quando o conjunto que busca reconstituir o período visa justificá-lo, ou ainda: o que fazer quando o justifica com o que não ocorreu, e transforma tal prática em um argumento político recorrente?

### **O argumento do não-ocorrido: História Alternativa como argumento político-histórico**

Tendo exposto a tônica que parece reger o final da década, resta analisar o impacto disso no campo da História e nas produções que visam se alocar sob o gênero “histórico”. A fragmentação do conceito de “verdade” como algo que pode ser corroborado por fatos, fontes, pesquisas e produções prévias a submete como alegoria a opinião, isto é: há a constante delegação da verdade subjugada a opinião, agora ferramenta primária de análise.

A produção fora dos corredores acadêmicos tornou-se progressivamente popular, seja ela tendo a consultoria de historiadores da área – prática que confere um ar de legitimidade a tais empreendimentos – ou tendo sua gênese entre profissionais exógenos (ou que tangenciam) ao campo da História, livros que comentam ou buscam esclarecer, sem um “academiquês”, certos períodos de ruptura da História formaram o grosso da paisagem das estantes dedicadas a disciplina, ainda que grande parte de seus organizadores e/ou autores não

sejam historiadores, como já supracitado. Como lidar então com o paradoxo que é apresentado na área da produção histórica, onde os livros mais procurados e consumidos não são daqueles que detém a particularidade do ofício historiográfico?

Entretanto, há de se evocar a necessidade de analisar previamente a percepção predominante da História. Se, no clássico *Apologia da História*, Marc Bloch vê-se confrontando a noção do historiador como um antiquário, há de se questionar a trajetória da percepção pública da História tendo em vista a distância existente entre o ano de produção deste trabalho e o ano de publicação do livro, frente a permanência da percepção da História como um estudo do passado, seja para obter dele exemplos (resposta frequente entre os alunos dos anos de formação básica) ou pela noção constituída ao longo dos anos de leitura de livros didáticos. Oferece-se então algo novo a História: a polêmica, o titereiro escondido por trás das cortinas, o enigma da Esfinge, contido nas páginas de uma nova produção.

Os produtores de tais guias paralelos de Histórias incorretas não são intelectuais da pós-verdade: tem suas trajetórias localizadas prévias a ela. Entretanto, é inegável que a circulação dos ideais que permitiram a solidificação de uma multiplicidade de fatos, isto é, podem haver dois opostos certos, mesmo que discursando sobre o mesmo objeto, concederam a tais intelectuais – que produzem argumentos e incitam confrontamentos – um novo campo de atuação. Há, agora, um palco próprio, e a acústica da casa de óperas da História os favorece: não são intelectuais *da* pós-verdade, como afirmado acima, mas sim intelectuais beneficiados *pela* pós-verdade. Não se trata de expurgar os não-historiadores da produção histórica: fazê-lo seria ignorar as contribuições dadas a História por muitos não-Historiadores ao longo do Século XX, onde a disciplina vê-se ganhando espaço e dinâmica própria, após sua consolidação no final do final do XIX.

Trata-se entretanto de questionar outros pontos, dissecar a estrutura argumentativa que se sobrepõe a tais períodos sensíveis as discussões no recente: não abordarei aqui, por opção, os projetos de lei que visam definir o que deve ser dito ou não no exercício do lecionar, apesar de reconhecer o fronte complexo de discussão que tais projetos representam. Delimitarei, entretanto, a prática encampada pelo título deste trabalho.

O exemplo favorecido por este texto, o do Golpe Civil-Militar de 1964, apresenta-se como um campo de exemplo ideal: o tema é frequentemente discutido, seja nos espaços

acadêmicos ou não, e começa a transcender para além da experiência do horror. Este ponto de ruptura na História não é o único que permitirá o empreendimento que será explicado a seguir, contudo, na História Brasileira, apresenta-se como o espaço mais frequente da argumentação do não-ocorrido.

Interpela-se o questionamento: “e se os militares não tivessem realizado a intervenção?”. Estrutura-se uma narrativa que visa explicitar, nos anos prévios a 1964, uma presença de um forte ideário comunista, presente nas ideias do Partido Trabalhista Brasileiro ou os grupos guerrilheiros que virão a compor a chamada “resistência armada”. Confunde-se – intencionalmente ou não – o ideal trabalhista com o valor do trabalho proposto pelos teóricos marxistas, mesclando nome e coisa. Esquece-se, entretanto, que a trajetória do anticomunismo na país é tão farta e presente que renderá teses históricas, tais como a de Carla Rodeghero (*Norte-Americanos, Católicos e a Recepção do Anticomunismo Brasileiro entre 1945 e 1964*) e a de Rodrigo Patto Sá Motta (*Em Guarda Contra o Perigo Vermelho: O Anticomunismo no Brasil 1917-1964*). Se examinados os recortes, vê-se que a presença de um imaginário anticomunista exibe forte presença durante grande parte do século XX, o que formula forte contestação a estruturação deste argumento. Há de se citar também a cisão entre os conceitos de democracia e socialismo/comunismo, o que aparentemente ignora as proposições, teses e produções marxistas sobre as chamadas democracias burguesas (ou Estados burgueses) e a democracia que deveria ser almejada nos Estados regidos pelo proletariado em um cenário de pós-revolução.

A partir do ponto de ruptura com as instituições previamente existentes – nesse caso, o Estado democrático – empreende-se uma obra ficcional de constituir uma linha cronológica alternativa, onde o fato que leva a tal ruptura (o Golpe Civil-Militar) não ocorreu. A partir do não-ocorrido, tendo em vista que a proposição lógica parte do fracasso do movimento civil-militar ou do seu não-começo, encadeia-se em um enredo obscuro, baseado em opiniões, impressões e comparações com experiências externas. Ora: não há como se prever o futuro. Em específico, não se como se prever um futuro que estaria localizado em um passado que nunca aconteceu, com uma precisão quase suíça na ordem dos fatos e no seu resultado. A multiplicidade de reações possíveis é ignorada em prol de um resultado apocalíptico, hiperbólico, que se põe em retrospecto como inevitável, e o único obstáculo possível ao apocalipse é o fato que leva a tal ponto de ruptura.

Atravessado o ponto de ruptura, o argumento do não-ocorrido retorna para justificar ou amenizar o ocorrido após o fato. Novamente empregando o exemplo ditatorial, examina-se o grande benefício da estrutura argumentativa do não-ocorrido. Não há fontes para estudar a sociedade do Brasil Comunista Autoritário da década de 1960 até meados da década de 1980. Não existem líderes comunistas que comandaram expurgos ou realizaram fuzilamentos em prisões brasileiras, por um item óbvio: o período histórico de um Brasil socialista nunca existiu. É extraído do historiador a fonte de seu trabalho por excelência, a fonte, e a disputa torna-se então retórica.

Neste argumento do não-ocorrido, desvia-se do negacionismo já rotulado como trágico: é permitido, devido ao benefício supracitado acima, condenar a existência de um regime arbitrário e autoritário, na medida que se propõe uma justificativa que o segue: reconhece-se o caráter dúbio da ditadura, ao mesmo tempo em que se projeta, através de narrativa habilmente costurada a ela, o espectro de uma ditadura socialista brasileira que certamente seria pior que a ditadura militar.

A construção de uma linha do tempo ambígua, que estrutura o jogo ocorrido/não-ocorrido, apresenta-se como um desafio: não é relativista, pois reconhece – se necessário – os horrores ditatoriais, ao passo que projeta sobre tal reconhecimento a certeza de um monstro que observa o momento de desatenção da nação para avançar com presas rubras. Condena a ditadura, mas reconhece o mérito de ter afastado algo pior, mais sanguinário, mais nefasto do que a já realizada. Não é negacionista, pelos motivos citados no parágrafo prévio. O que é, então?

Trata-se da afinação de um instrumento da sinfonia em nota de alt (LYNCH, 2017). A História Alternativa, que desvia da reescrita histórica, tendo em vista que o ato de reescrever a História em prol de grupo social A ou B (como pode ser observado na dicotomia americana entre o uso do termo *Civil War* ou *War of the Northern Aggression*) passa obrigatoriamente pelo uso das fontes e pelo emprego de uma memória do período ocorrido, trata-se de um exercício imaginativo flexível, que não precisa responder a fontes ou a questionamentos. Não precisa – e nem pode – ser submetido a questões, fontes ou depoimentos, tendo em vista que sua principal força reside em sua não-existência, que tangencia a todo o tempo as percepções projetadas sobre tal período contidas em seus receptores, o que, em tempos de multiplicação



daquilo que pode ser considerado verdade, apresenta-se como um argumento confortável. Os fatos alternativos, não-ocorridos, podem, a partir deste ponto de vista, justificar todos os atos compreendidos no período ditatorial brasileiro, objeto privilegiado para a análise de tal estrutura argumentativa.

## **Conclusão**

Esta não é uma condenação ou uma conclamação a Inquisição por aqueles que se perguntam “e se?”. A História serve, ao mínimo, para o fim lúdico, e para fins lúdicos a proposição de cenários que nunca ocorreram no passado é item presente em diversas mídias. *Man in the High Castle* propõe um mundo onde os nazistas obtiveram o êxito final na Segunda Guerra Mundial, assim como *Wolfenstein*.

Entretanto, o desafio posto a historiografia atual encontra-se no uso político de tal prática: quando o confronto se dá entre duas memórias ocorridas – a ditadura foi boa para um pai e péssimo para outro (GIL; EUGENIO, 2018) – há como possibilidade o uso das ferramentas adquiridas pelo historiador para abordar o tema. Porém, a não-existência de tal argumento corrobora para as políticas de esquecimento citadas previamente no texto: Se não nego sua existência e desvio-me dos relativismos, mas proponho cenários “certamente” piores, por qual razão deve-se remexer naquilo que já se passou? Anula-se o front de disputa, o cobrindo com uma sombra onipresente de uma experiência pior (ainda que inexistente), o que fortalece a anistia/amnésia (GUAZZELLI, 2010).

Contudo, quando o argumento transcende o ocorrido, trata-se de entrar em um jogo de futebol sem obedecer às regras de impedimento, ou os limites do campo. Cabe a historiografia destrinchar a natureza de tais argumentos que visam alocar-se acima da discussão histórica, de um local onde pode-se esquivar das críticas direcionadas a prática, juntamente a uma retomada dos espaços públicos pelos historiadores e se necessário, ao empréstimo das ferramentas dos historiadores para aqueles externos a área, para que possam – com esperança – compreender a produção histórica que fundamenta as revisões sobre os pontos de ruptura (inclusive apontando continuidades e descontinuidades de tais pontos).

Portanto, a História disputa publicamente a consolidação do ocorrido como espaço privilegiado de análise, observando que cada vez mais busca-se o argumento do não-ocorrido

como escape justificativo; disputa os fatos e o aparecimento recente de fatos alternativos, que fogem a seu métier; disputa também o espaço de recepção da produção histórica com os intelectuais que surgem beneficiados pelo período onde a pós-verdade permanece circulando vigorosamente pelos veículos de comunicação, ao passo que busca se defender da rotulação constante empreendida por seus opositores – doutrinadores, conspiradores, comunistas e anti-patriotas – que também encontra espaços de circulação. Não há receita pronta para a resolução de qualquer problema: não há panaceia argumentativa como não há a Caixa de Pandora daqueles que empreendem a História Alternativa. Cabe, portanto, a cada historiador, fazendo uso responsável de sua fala e produção, traçar caminhos de abordagem frente aos temas que surgirem reforçados por este tipo de argumento, tendo em vista que outros pontos de ruptura na História podem ser abarcados pelo argumento do não-ocorrido.

### **Referências Bibliográficas:**

GIL, Carmen; EUGENIO, Jonas. Ensino de História e temas sensíveis: abordagens teórico-metodológicas. Revista História Hoje, Rio Grande do Sul, vol. 7, n. 13, p. 139-159. 2018.

GRECO, Heloisa. A dimensão trágica da luta pela anistia. Disponível em: [https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548206370\\_0a4840676ea2fbbf4e23afdac2be0936.pdf](https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548206370_0a4840676ea2fbbf4e23afdac2be0936.pdf). Acesso em: 22 de set. de 2019.

GUAZZELLI, Dante Guimaraens. O dever de memória e o historiador: análise de dois casos brasileiros. Revista Mosaico, Rio Grande do Sul, vol. 2, n. 4, p. 47 a 68, 2010.

LYNCH, Michael. Post-truth, Alt-Facts and Asymmetric Controversies (Part II). Disponível em: <http://first100days.stsprogram.org/2017/02/20/post-truth-alt-facts-and-asymmetric-controversies-part-ii/>. Acesso em: 5 de set. de 2019.

SISMONDO, Sergio. Post-truth? Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/0306312717692076#>. Acesso em: 15 de set. de 2019.

WANG, Amy B. ‘Post-truth’ named 2016 word of the year by Oxford Dictionaries. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/news/the-fix/wp/2016/11/16/post-truth-named-2016-word-of-the-year-by-oxford-dictionaries/>. Acesso em: 31 de agosto de 2019.



**Sujeitos das/nas narrativas: História oral, memória, biografia, trajetórias e identidades subalternas nas temporalidades históricas.**

---

**A REPRESENTAÇÃO MEMORIALÍSTICA DO ESCRITOR DANTE  
ALIGHIERI NA OBRA A DIVINA COMÉDIA**

Izabella Maddaleno<sup>54</sup>

**RESUMO:** A literatura nos oferece muitas maneiras de dialogarmos com a sociedade, a partir de fatores sociais, culturais, históricos e religiosos. Neste sentido, este trabalho tem como proposta analisar a obra *A divina comédia* do escritor italiano Dante Alighieri. Para isso, nos embasaremos na perspectiva crítica de Michel Foucault e Jacques Derrida, associando-os as principais considerações teóricas no que concerne à memória. Assim, buscaremos demonstrar como *A divina Comédia* nos faz refletir, acerca da memória, ao retratar as experiências rememoradas das almas pecadoras, que padecem no mundo dos mortos.

**PALAVRAS-CHAVES:** Literatura. Memória. Vida pregressa.

**ABSTRACT:** Literature offers us many ways to dialogue with society based on social, cultural, historical and religious factors. In this sense, this work aims to analyze the work *A divina Comédia* of the Italian writer Dante Alighieri. For this, we will be based on the critical perspective of Michel Foucault and Jacques Derrida, associating them with the main theoretical considerations regarding memory. Thus we will seek to demonstrate how *The Divine Comedy* makes us reflect on memory by portraying the recollected experiences of sinful souls who suffer in the world of the dead.

**KEYWORDS:** Literature. Memory. Past life.

O teórico francês Jacques Le Goff em *História em Memória* estabelece uma definição para o conceito de memória como a capacidade de conservar as informações passadas, e é a

---

<sup>54</sup> Doutora em Letras: Estudos Literários (UFJF), e-mail: izabellalettras@gmail.com.

partir disso que o homem pode atualizar as impressões e informações do passado, assim delinea: A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas (LE GOFF, 1996: p. 423).

Importa aqui demonstrar que na obra *A divina Comédia* do escritor italiano Dante Alighieri, o *Inferno* e o *Purgatório* podem ser caracterizados como o espaço de memórias, no qual a recordação do vivido se faz importante e extremamente necessária. Cabe comentar que o *Inferno* de Dante é uma cratera, que possui a divisão de nove círculos, no qual cada alma condenada, depois da sentença divina é encaminhada para seu respectivo círculo e condenação eterna. Àqueles que cometeram os pecados mais terríveis e cruéis estão postos nos últimos círculos, recebendo punições mais severas.

A memória que é resgatada no círculo infernal é somente a do pecado que levou a condenação do pecador, e nada além disso, não somos informados de como era sua vida pregressa e nada comparece aos detalhes, só em partes, o resto fica obscuro, apagado, silenciado. E este é o estilo que o escritor Dante segue. Aquilo que interessa é só o pecado, o pecador, a condenação que lhe foi imposta e o castigo sofrido. Para isso, iremos delinear o canto V e o XXXIII do *Inferno* e o canto XII do *Purgatório*, demonstrando de que modo tal procedimento memorialístico é posto em cena.

Começemos pelo canto V do *Inferno*, onde localiza-se os luxuriosos, trazendo a história do casal Paolo e Francesca, que foram flagrados em adultério pelo marido de Francesca, e irmão de Paolo. Para se vingar da traição, o esposo traído matou o casal de amantes. Assim, já no quinto círculo infernal Dante avista o casal de amantes, que chama a atenção do poeta, então, assim que possível solicita falar com eles, dizendo: “Ó almas combalidas, / falai conosco, se outrem não o impede” (Inf. V, 80-81). Nota-se que a imagem vista por Dante do casal é bem marcante. Eles estão envoltos por um vendaval gélido, no qual não conseguem mais se tocarem. É essa a condenação que lhe foi imposta, onde padecerão eternamente. Vale observar que a condenação segue o princípio da retribuição, pois a falta cometida é a punição imposta.

Essa pode ser considerada uma das partes mais emocionantes de *A divina comédia*, pois é bem notável que Dante sente compaixão dessas almas pecadoras. E é Francesca quem revisita a memória passada, e rememora tão somente o pecado da traição. Nada diz sobre o marido ou de sua infelicidade estando casada, apenas expressa o amor que teve quando encontrou Paolo e o relato de sua falta cometida que a levou ao padecimento eterno. Desse modo, ela expressa a respeito do amor forte que sentiu por Paolo e o prendeu a ele: “Amor, que a alma gentil pronto apreende, / este prendeu pela bela pessoa / de mim levada, e o modo ainda me ofende. / Amor, que a amado algum perdoa, / tomou-me, pelo seu querer, tão forte, que como vês ainda me agrilhoa / Amor nos conduziu a uma só morte” (Inf. V, 100-106).

Vale enfatizar que a rememoração do passado de Francesca e Paolo é sucinta e breve, sem muitas riquezas de detalhes, acontecendo somente em quatro estrofes cada uma com quatro versos. Ela retrata o momento em que foram surpreendidos pelo marido, pois estavam lendo o romance de Lancelote, conforme nos narra: “Líamos um dia nós dois, para recreio, / de Lancelote e do amor que o prendeu; / éramos sós, e sem qualquer receio” (Inf. V, 127-129). E é através do beijo, que tornaram-se amantes, e foram surpreendidos pela morte. A cena é de tocante comoção, já que demonstra que a morte deles foi um tanto abrupta e ainda cruel, pois não tiveram tempo para defender-se, foi por causa do amor proibido, perderam não somente suas vidas e também suas almas, como lemos: “Ao lermos o sorriso desejado / ser beijado por tão perfeito amante, / este, que nunca seja-me apartado, / tremendo a boca me beijou no instante, / Foi Galeoto o livro, e o seu autor; / nesse dia não o lemos mais adiante” (Inf. V, 133-137).

No canto XXXIII do *Inferno* dantesco, a primeira cena que acontece é impactante, pois nos deparamos com um homem comendo vorazmente a cabeça do outro, e diz o texto: “A boca levantou do vil repasto / aquela alma, limpando-a no cabelo / do crânio que ela havia por trás já gasto” (Inf XXXIII,1-3). É conde Ugolino que por vingança comete tal alto contra o arcebispo Ruggieri, pois esse último por traição trancou ele e os filhos em uma torre, e lá os deixou até morrerem de fome.

A pedido de Dante, Conde Ugolino narra então como aconteceu a sua dolorosa morte e a de seus entes, nota-se que lembrar tal passado evoca sentimentos de sofrimentos e tenebrosa opressão, pois terá que vivenciar toda a história penosa. Nota-se que o ato de

morder o faz envolver somente com o momento presente da punição ao arcebispo, já que recordar o seu passado é um ato comovente, marcado pela dor e choro, como vemos: “E começou: “Medonho pesadelo/ queres que evoque, e o coração espavente, / antes que o diga, só de concebê-lo./ Mas, se meu dito puder ser semente/ que frute infâmia a este que eu escaveiro, / palavra e pranto ouvirás juntamente” (Inf. XXXIII,4-9).

Desse modo, Ugolino descreve como a sua família foi perseguida por lobos, que dilaceraram partes de seu corpo, e depois o jogaram em uma torre: “Já o pai e os filhos pareciam cansados / na breve fuga, e por cruéis colmilhos / os flancos seus já via dilacerados” (Inf. XXXIII, 34-36). Segundo nos narra, no dia seguinte, Ugolino defrontou-se com a realidade da fome, e seus filhos em desespero choravam, segundo a obra italiana: “Quando acordei antes do dia, meus filhos / presos comigo, ouvi choramingar/ no sono, e pedir pão em seus bisbilhos./ És bem cruel se não te dói pensar / no que ao meu coração já se anunciava: / e, se não chorar? de que sois chorar? / Ora despertos, já se aproximava a hora de recebermos nosso pão, / mas, pelo sonho, cada um duvidava / Cravejar ora embaixo ouvi o portão / da horrenda torre, e a perscrutar eu vim / dos meus as faces, sem qualquer menção/ não chorei, feito pedra dentro em mim; / perguntou: “Que tens, pai, que olhas assim? (Inf. XXXIII, 37-51).

É possível observar nesta parte uma sequência de ações que anunciam os caminhos tenebrosos de uma morte lenta, dolorosa e fatal que a família inteira enfrentará, é a chegada de um destino nefasto. É o pai quem primeiro pressente a falta de comida, através de um sonho revelador e profético, depois esse é concretizado. O ponto crucial que fará com que a esperança de sair daquela situação não exista é quando os portões da torre foram trancados. E o pai lança um olhar condenatório, desesperançoso, pois em questão de dias todos estarão sentenciados à morte.

As próximas cenas são fortes e desoladoras, uma vez que o Conde Ugolino é o último a morrer, logo assiste todas as mortes de seus filhos. Um deles pede que o pai alimente-se de sua própria carne: “Pai, menor pena nos colhe/ se comeres de nós: tu nos vestistes / desta míseras carnes; tu nas tolhes!” (Inf. XXXIII).

O silêncio é predominante neste espaço sombrio, sem esperanças e sem forças, suas vozes ficam silenciadas, apagadas. Um dos filhos agoniza, pedindo ajuda. Outros sofrem as

consequências da fome, a fraqueza, a cegueira até a morte, e Ugolino relata: “Do quarto dia chegando as horas rudas, / Gaddo se me atirou estendido aos pés, / dizendo: “Pai meu, porque não me ajudas? Aí morreu e, como tu vês, / ainda vi caírem, de um em um, / do quinto ao sexto dia, os outros três. / Por mais dois dias, já cego, cada um / a tatear chamei depois de morto:/ depois, mais do que a dor pôde o jejum” (Inf. XXXIII, 64-75).

Outro canto que será destaque em nossa análise é o canto XII do *Purgatório*. Vale comentar que as almas que ali estão é por tempo indeterminado, pois arrependeram-se, antes de morrerem, e logo entrarão no céu, depois de purificarem-se de seus pecados. Nesse canto, comparece a figura feminina de Pia de Tolomei, que segundo nos é contado, ela foi morta de forma violenta pelo marido, movido pelo interesse financeiro. Em outros relatos, encontramos a história de que Pia foi morta violentamente pelo marido, após descobrir a traição dela. O que faz inferir talvez isso é o lugar em que ela se encontra no *Purgatório*, juntos daqueles que cometeram a traição.

Contudo, o que é interessante notar é o momento em que ela se dirige a Dante e faz apenas um pedido, nada vai além disso, ela não conta explicitamente o motivo que a levou estar ali, somente pede que seja lembrada no mundo dos vivos, dizendo: “Recorda-te de mim que sou a Pia”. É uma parte bem comvente em que a alma pede que seja lembrada. As hipóteses para isso são várias: talvez ela quer que o crime que foi cometido contra ela não seja esquecido, e o culpado, seu marido, seja responsabilizado, ou que a sua história sirva de exemplo para que as pessoas busquem seguir o bom caminho.

Em suma, o que vale ressaltar é que as histórias apresentadas trazem uma memória dolorosa, já que os três cantos selecionados são entrelaçados pela temática da traição, e ainda todas as almas descritas tiveram uma morte violenta. Se o *Inferno* e o *Purgatório* são os lugares da rememoração. A memória que quer ser lembrada é a sombria, cruel, pecadora e condenatória, pois para a sociedade em que Dante escreve é marcada pela fé, assim o inferno dantesco assume um caráter também evangelizador, uma vez que através dos pecadores a história deles possam servir de exemplo para as outras pessoas não pecarem, pois o *Inferno* apresenta cenas tão realísticas, demonstrando-se tenebroso e opressor.



## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

ALIGHIERI, Dante. *A divina comédia*. 3 vols. Edição bilíngue. Trad. Italo Eugenio Mauro. Prefácio de Otto Maria Carpeaux. São Paulo: Editora 34, 2010.

LE GOFF, J. *História e Memória*. São Paulo: Ed. Unicamp, 1996. [original dos ensaios: 1987-1982] [original do livro: 1982].

## **Africanizar quem, e por quê?**<sup>55</sup>

Estela Maria Gonçalves de Souza <sup>56</sup>

**RESUMO:** A presente pesquisa é fruto do Trabalho de Conclusão de Curso em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora, em que teve por objetivo compreender de que forma o ensino de História e as africanidades constituíram a construção e a (re)construção identitária das e dos alunos dos 6ºs anos da Escola Estadual Duque de Caxias, situada na região central da cidade de Juiz de Fora, e de que maneira essa construção exerceu influência direta no combate à discriminação racial no município. O histórico de silenciamento de Juiz de Fora e a posição que ocupa, 3º lugar no ranking de desigualdade social entre negros e brancos, verificada na pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realizada no ano de 2017, foi o principal elemento para compreender as relações identitárias existentes entre os alunos da instituição pesquisada.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ensino de História – estudantes – relações étnico-raciais – africanidades

**ABSTRACT:** This research is the result of the Course Conclusion Work in History by the Federal University of Juiz de Fora, which aimed to understand how the teaching of history and the Africanities constituted the construction and (re) construction of the students from the 6th grade of Duque de Caxias State School, located in the central region of the city of Juiz de Fora, and how this construction had a direct influence on the fight against racial discrimination in the city. The history of silencing of Juiz de Fora and its position, 3rd place in the ranking of social inequality between blacks and whites, verified in the survey of the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) carried out in 2017, was the main element for understand the identity relationships existing among the students of the researched institution.

**KEYWORDS:** History Teaching - students - ethnic-racial relations – africanities

---

<sup>55</sup> Este artigo faz parte do 1º capítulo da monografia intitulada “Negro com orgulho” Ensino de História e Africanidades nos 6ºs anos da Escola Estadual Duque de Caxias, apresentada como requisito para a titulação de Licenciatura em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora.

<sup>56</sup> Licenciada em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Email: estelamariags@hotmail.com

A escola, principalmente a escola pública, tornou-se ao longo dos anos uma das principais vias de acesso à educação básica para grande parte da população brasileira. Assim como nosso país é caracterizado por sua diversidade, a escola segue o mesmo caminho. Entretanto, a mesma não extingue certas permanências sociais e estereótipos advindos dessa problemática diversidade, entre elas o preconceito e a discriminação. Para Júnia Sales, a escola se caracteriza como um “espaço sociocultural complexo e permeado pelos dilemas e pelos problemas socialmente vivenciados (p. 157)”, trazendo assim a influência direta da sociedade no espaço escolar. Além disso, se caracteriza também como um lugar de poder e disputa relativos à memória e ao pertencimento, afinando ainda mais seu papel socioeducador.

Para a compreensão do espaço escolar da Escola Estadual Duque de Caxias e o modo com que os alunos estabelecem relações voltadas para a discriminação, o preconceito e o racismo, a metodologia utilizada consistiu na aplicação de um questionário e de uma aula temática sobre o continente africano. Numa análise quantitativa, 59 alunos responderam o questionário, colaborando para uma rica pesquisa e reflexão. Durante o momento de prática e observação que pude estar em sala de aula, identifiquei que poucas vezes haviam situações que dissessem respeito diretamente à cor dos alunos, avançando para uma situação mais complexa.

Ao aplicar o questionário, pontuei duas questões que considerei relevantes para tratar das abordagens relativas ao tema em estudo, que dizem respeito à maneira que se veem em relação a sua cor e quais tipos de enfrentamentos pessoais já vivenciaram na escola. As perguntas foram exatamente essas: “Como você se vê quando te perguntam qual é a sua cor?” e a outra: “Você já sofreu algum tipo de bullying, preconceito ou discriminação na escola? Se puder, fale o motivo”. Além dessas duas perguntas, ainda como forma de perceber o modo que se relacionam consigo mesmo, indaguei: “Você gosta das suas características físicas?”; “Se pudesse, o que mudaria em você? Por quê?”.

Como era de se esperar, houveram respostas que constataram o que está sendo discutido ao longo dessa pesquisa, confirmando os argumentos aqui defendidos. Existe um grande conflito em torno da aceitação da cor e os fatores que dela decorrem, resultando muitas vezes nas situações de racismo e discriminação por parte dos alunos e do próprio corpo

docente. O trabalho da escola é imprescindível para o combate dessas questões que afetam diretamente o cotidiano escolar dos seus estudantes. Os resultados obtidos no questionário dos alunos estão discutidos com maior profundidade no capítulo III da monografia que originou esse artigo. Entretanto, essa problemática se caracteriza como a principal questão do capítulo, indo ao encontro da necessidade das africanidades no ambiente da escola e sua consequente execução.

A educação no espaço escolar deveria ser pensada e democratizada de forma a incluir e abarcar sujeitos históricos componentes da grande e diversa sociedade brasileira, na qual as relações estabelecidas ecoam diretamente no cotidiano educacional, social e familiar. Para tanto, trabalhar com o conceito de diversidade se faz fundamental nesse capítulo, uma vez que nos possibilita compreender a necessidade de ampliar o ensino e perceber violências existentes no espaço escolar que antes passavam despercebidas e/ou eram ignoradas. Kabengele Munanga nos diz que

a diversidade não constitui um fator de superioridade e inferioridade entre os grupos humanos, mas sim, ao contrário, um fator de complementaridade e de enriquecimento da humanidade em geral; e por outro lado, em ajudar o aluno discriminado para que ele possa assumir com orgulho e dignidade os atributos de sua diferença, sobretudo quando esta foi negativamente introjetada em detrimento de sua própria natureza humana.

Nesse caso, tratarei de que forma o trabalho com o conceito de diversidade<sup>57</sup>, associado com as africanidades e juntamente com as leis 10.639/03 e 11.645/08, atuam diretamente na desconstrução de vieses estigmatizados na sociedade e introjetados na escola. Dessa maneira, contribuem para a permanência de estudantes negros e não negros no âmbito educacional, de modo que consigam compreender e lidar com as diferenças existentes e não reproduzirem os mitos de superioridade e inferioridade presentes no plano nacional brasileiro.

No pós abolição, em que os negros não foram integrados da devida forma na sociedade, a única maneira de alfabetização e ascensão social era por meio da educação, e

---

<sup>57</sup> O entendimento do conceito de diversidade ao longo de monografia não será considerado como sinônimo de vivência harmônica entre os diversos grupos sociais. Ele traz, portanto, as diferenças como desestruturadoras dos diversos preconceitos e racismos existentes no espaço escolar. ,

consequentemente, da escola. Segundo Gomes, as organizações negras desde o início do século XX reivindicavam a inclusão dos negros na escola pública, aparecendo como recurso argumentativo nos debates educacionais dos anos de 1940 e 1960 (2012, p. 737). Logo, sua introdução na sociedade não foi facilitada, restando aos recém libertos a continuidade dos trabalhos prestados nas fazendas<sup>58</sup>, mas não na condição da dada escravidão, acrescentado também pelas dificuldades de um país extremamente racista e higienista pós 1888. A partir disso pode-se indagar: até que ponto houve a abolição da escravidão?

Percebo que, por mais que se queira falar dos negros na sociedade brasileira, é impossível não tocar no assunto da escravidão, e na forma com que tal agiu diretamente na história individual e coletiva desses sujeitos em nosso país. A crença na superioridade de uns, e inferioridade de outros levou à atual estrutura hierárquica e social, em que os negros ainda ocupam os baixos lugares, sejam em favelas, periferias, minoria quantitativa nos altos cargos, locais de destaque, no ensino superior e de qualidade, sendo o Estado potencializador e mantenedor desse sistema<sup>59</sup>.

Infelizmente, ao observarmos o sistema escolar, é possível constatar a existência dessa hierarquia, que muitas vezes ocorre de forma velada e camuflada por naturalizações. Nas escolas públicas, por exemplo, é comum existir mais “alunos-problema” negros do que não negros. Essa questão advém possivelmente de seu meio social, alargada pelo tratamento recebido na escola como um “aluno-problema”<sup>60</sup> e seu consequente isolamento e exclusão do espaço escolar. Logo, esses alunos passam por um processo de invisibilização, sucedido pela perda de seu lugar como sujeito integrante de um espaço que prima pela educação.

A sequência de acontecimentos descrita acima perpassa todas as escolas públicas que tive experiência em Juiz de Fora. Não são problemas isolados, que acontecem vez ou outra.

---

<sup>58</sup> No momento da abolição da escravidão, pela lei de 13 de maio de 1888, cerca de 750 mil pessoas continuavam escravizadas, e mais da metade da população do país era constituída de homens e mulheres afrodescendentes. (Hebe Mattos, 2001).

<sup>59</sup> Achille Mbembe, no capítulo I de sua obra **Crítica à Razão Negra** (2014), traz o Estado como objeto de análise, fruto de uma tecnologia racista em suas práticas, disfarçada na forma de seguridade social. Ele (Estado) como instituição, atua diretamente na observação de seus indivíduos, selecionando a partir de características físicas, poder aquisitivo, disposição genética, etc., uma espécie de consignaço racial, voltada para a proteção, bem estar, e co-participação na construção de uma sociedade mais digna e justa para TODOS. Ou seja, uma verdadeira inclusão, de fato, está longe de acontecer pelo viés estatal.

<sup>60</sup> Expressão utilizada por Nilma Lino Gomes, e que tomei por base para evidenciar o “destino manifesto” de muitos estudantes negros nas variadas escolas brasileiras.

São fatos dos quais me recordo da época em que era aluna da educação básica. São realidades que ocorrem cotidianamente em várias outras escolas de Juiz de Fora e do Brasil, no qual se tornou tão naturalizado que se desenrola como destino manifesto<sup>61</sup> dos alunos-problema negros. Essas questões, além de afetar diretamente no desempenho e permanência escolar, incide também nas relações sociais e sócio-identitárias, na corporeidade, na forma de se dirigir ao outro, no contato com si próprio. Disso decorre a violência, a baixa autoestima, a vergonha, a insegurança, e inúmeros outros fatores que podem ser enumerados mediante observação.

Dessa maneira, não é possível afirmar que o Brasil vive numa democracia racial, em que os direitos e o acesso são iguais a toda população, sem distinção de cor, origem e classe. Numa relação comparativa que tinha por objetivo analisar o IDH entre brancos e negros no Brasil no ano de 2017, constatou-se que a população negra alcançou em 2010 níveis que a população branca já havia alcançado no ano de 2000<sup>62</sup>. Mesmo com crescimento registrado entre os anos de 2000-2010 <sup>63</sup>para populações vulneráveis, tal crescimento não foi suficiente para a diminuição das desigualdades sociais e a para a democratização do acesso público.

Ao mesmo tempo que os índices relativos à população negra brasileira crescem, os da população branca também crescem, mantendo a disparidade nas análises. Os índices revelam que não há uma coexistência harmônica entre as raças, uma vez que o genocídio da população negra, principalmente da juventude, e o encarceramento em massa dos negros é uma realidade atual, juntamente com a segregação espacial e social, além dos diversos crimes raciais constatados cotidianamente.

Entretanto, no que tange à Educação, essa mesma pesquisa revela que:

---

<sup>61</sup> Se enquadra no destino manifesto desses alunos negros a constante presença nos espaços de poder punitivos da escola, como direção, supervisão, coordenação, além das notas baixas dentro das disciplinas lecionadas; grande repetição nos anos escolares e sua conseqüente evasão. São formatos de racismo que impedem o desempenho e a educação dos alunos. Para maior exemplificação, ver música e clipe **Eminência Parda**, Emicida. 2019.

<sup>62</sup> Ver. Desenvolvimento Humano para Além das Médias: 2017. – Brasília. p. 13 PNUD : IPEA : FJP, 2017. 127.

<sup>63</sup> Em 2000, o IDHM da população branca era 27,1% superior ao IDHM da população negra, ao passo que, em 2010, o IDHM dos brancos passou a ser 14,42% superior ao IDHM dos negros. Esse conceito é englobado por preto, pardos, indígenas e LGBTs.

Para a população negra, a dimensão Educação foi a que mais contribuiu para este avanço (aumento do IDH comparativo entre negros e brancos), com um crescimento médio anual de 4,9%, considerando o crescimento do subíndice de educação. A Educação também foi a dimensão que mais avançou no IDHM da população branca, das mulheres e dos homens.

Desde sempre a educação<sup>64</sup> representou para a sociedade um aumento do *status quo*, seja individual ou coletivamente. A partir do século XV, com a chegada de europeus (portugueses) em solo brasileiro, podemos perceber de que forma a educação se configurava enquanto meio de controle da população do período. Essa associação pode ser observada na relação de poder existente entre jesuítas alfabetizados, que possuíam a missão de converter indígenas ao cristianismo e retirá-los da ignorância, e indígenas, em que sua ligação pautava-se no contato com a natureza, e o saber que não perpassava um vínculo necessariamente com a alfabetização nos moldes europeus. Nos séculos posteriores, nos quais as relações sociais, familiares, econômicas, nacionais eram marcadas pelo patriarcalismo, elitismo e aristocracia, a educação se configurava enquanto manutenção do poder, dominação e controle da sociedade por uma minoria privilegiada. Excluía-se, portanto, mulheres, pobres, africanos escravizados, ou seja, a maior parte do corpo social nacional do período.

A luta pelo acesso à educação é uma característica que percorre todos os grupos historicamente excluídos de seu processo, procurando romper com as limitações construídas em torno do ensino. E em se tratando dos negros, sua luta ainda é uma constante, resistindo à sua forma desde o período escravocrata. A atuação do movimento negro em prol da educação foi decisiva para a inserção individual e coletiva dos negros, num contexto completamente excludente e racista<sup>65</sup>. Logo, os índices avaliados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que traz a educação como um dos principais fatores responsáveis pela elevação do IDH dos negros, revelam uma importante função social que as instituições educacionais deveriam ter, mas que na realidade pouco se atém a essa questão.

---

<sup>64</sup> O termo educação aqui é entendido como condição para elevação do status quo, ou seja, como forma de alfabetização e possibilidade de ascensão social, uma vez que a mesma é dada como critério para se ocupar cargos de prestígio.

<sup>65</sup> As constantes lutas, resistências e exigências do Movimento Negro brasileiro foram decisivas para a existência de políticas públicas, de ações afirmativas e para a aprovação de leis (vide leis 10.639/03 e 11.645/08) relativas aos afrodescentes no campo educacional.

Conforme consta na Constituição, a educação é um direito de todos, assim como o acesso às diferentes fontes e conhecimentos de culturas que são responsáveis pela formação étnico-racial brasileira. A escola, como instituição democrática, local de sociabilidade, descobertas, compreensões e conhecimentos, deve primar pelo bem estar de seu corpo docente e discente, de forma a não reproduzir as violências existentes na sociedade. Infelizmente, a escola como instituição é reflexo da sociedade na qual se encontra inserida, caminhando juntas “no sentido de manter as ideologias das classes opressoras”<sup>66</sup>, contribuindo para a exclusão, segregação e marginalização dos grupos sociais menos privilegiados, além da manutenção e reprodução dos discursos dominantes, que influem diretamente na experiência de aprendizagem dentro do espaço escolar.

A sustentação de um discurso das classes dominantes no âmbito educacional é um empecilho para a desarticulação de estruturas já estabelecidas. Em razão disso, há demasiada resistência e dificuldade para aplicação das leis 10.639/03 e 11.645/08 pela escola, uma vez que sua prática exige formação docente e mudança nos currículos escolares e planos pedagógicos, além de uma adequação interdisciplinar, dialogando com os diversos conteúdos ministrados pelos professores. Todavia, questionamentos internos se materializam ao observar essa problemática: que corpo escolar quer inserir sujeitos invisibilizados ao ministrar seus conteúdos? Da mesma forma, que corpo escolar quer adequar seu Plano Político Pedagógico (PPP), seu currículo, seus materiais didáticos de acordo com as “novas leis”<sup>67</sup>? Por que não manter a configuração no mesmo formato de anos atrás? É necessário mesmo inserir esses “novos” sujeitos?

A escola possui grande potencial no estabelecimento das zonas de poder, assim como seu papel constitutivo na caracterização e naturalização de preconceitos e discriminação. Anderson Oliva ao analisar a constituição da escola, nos expõe que a mesma é perpassada por discursos e práticas, tensões e debates, além de que

---

<sup>66</sup> JUNIOR, Henrique Antunes Cunha. OLIVEIRA, Leyla Beatriz de Sá. **A importância da Lei Federal nº 10.639/03**. Revista África e Africanidades - Ano 4 - n. 16 e 17, fevereiro/maio, 2012. p. 3.

<sup>67</sup> Coloco novas leis entre aspas, porque temporalmente não o são, mas que se configuram enquanto tais devido à adequação das escolas para as exigências advindas dessas leis.



a sala de aula torna-se um lugar de dominação cultural, de colonização imaginária. Nela uma suposta identidade comum ou pré-concebida (brasileiro, homem, mulher, negro, branco) desloca-se e conflita com uma alteridade complexa. (OLIVA, 2012. p. 36).

O ambiente escolar reproduz aspectos advindos da colonização, uma vez que a escola como instituição se consagrou durante esse período. Em função disso, suas práticas hierárquicas perpassaram gerações, de forma a reproduzir continuamente vínculos coloniais. Esses vínculos podem ser observados na manutenção de grande número de negros nos serviços de faxina e zeladoria, como auxiliares de serviços gerais, na presença de mulheres como cantineiras, responsáveis pela comida de todo o ambiente escolar, e nos cargos de poder, ocupados majoritariamente por homens brancos, precedido pelas mulheres brancas.

Não é por acaso que dentro da sala de aula essas relações se fazem presentes, fazendo com que os próprios estudantes hierarquizem a si mesmos. E a omissão do(a) professor(a) diante dessas situações, reforçam ainda mais a perpetuação de racismos e preconceitos em sua sala de aula<sup>68</sup>, aumentando as possibilidades das violências já legitimadas na sociedade externa à escola. Posto isso, a prática das leis se caracteriza como um constante esforço em desarticular uma hierarquia segmentada há séculos no cenário nacional, mas que na prática exige o trabalho em conjunto de todo o corpo escolar.

Entretanto, pode-se indagar: quem precisa ser africanizado? Apenas os alunos, em que os mesmos se caracterizam como receptores passivos dos conhecimentos e conteúdos transmitidos pela escola? Somente os professores, por que são eles que detém todo o saber e precisam transmitir aos alunos? Ou todo o corpo escolar, visto que é composto por uma diversidade em seu meio, e a relação de aprendizagem não deve ser verticalizada? Tanto os alunos, quanto os professores, o corpo pedagógico, os funcionários, a escola em sua totalidade, devem se incluir nos assuntos das africanidades. Todos esses sujeitos compõem uma sociedade marcada por uma diversidade multifacetada e plural em suas práticas, que de

---

<sup>68</sup> Alguns professores tratam como naturais algumas práticas discriminatórias em sala de aula, explicitando também a armadilha do discurso posto em ação no chamado racismo velado: aquele que opera nas margens da invisibilidade, sem ferir frontalmente suscetibilidades já postas como naturais, operando de forma subliminar, como ocorre no caso das piadas e brincadeiras. (PEREIRA, Júnia Sales. 2011. p. 157)

acordo com Anderson Oliva, criou-se “um mosaico de percepções, de pertencimento e de estranhamento” (OLIVA, 2012), levando às atuais hierarquias e segregações.

O conceito de africanidades traz consigo as contribuições dos africanos em diáspora, ressignificado aqui no Brasil e passando a caracterizar as práticas dos afro-brasileiros e seus descendentes. De acordo com o IBGE (2017), o município de Juiz de Fora possui composição de 46% da população de negros<sup>69</sup>, estimativa essa que acredito ter aumentado, paralela ao desenvolvimento da cidade e da taxa de natalidade e migração. Uma vez que a Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), expõe que os cidadãos possuem “igual direito às histórias e culturas que compõem a nação brasileira, além do direito de acesso às diferentes fontes da cultura nacional”<sup>70</sup>, torna-se papel das escolas, de todo o município, abordar questões relativas à influência e cultura de indivíduos que compõem a sociedade, de forma a demonstrar sua influência positiva e permanente.

No entanto, podemos refletir que se foi preciso existir duas leis que tornam obrigatório o ensino da cultura africana, afro-brasileira e indígena nos conteúdos escolares, é porque a instituição escolar falhou e ainda falha em inserir grupos excluídos intencionalmente da história nacional. Não é por acaso que as violências sociais, os preconceitos raciais e as discriminações acerca de diferentes culturas se fazem presentes no ambiente escolar.

Observando a realidade da Escola Estadual Duque de Caxias, vejo que a mesma reproduz essas violências sistêmicas e hierárquicas. O tema relativo às africanidades, todo seu aporte e suporte teórico, quase não estão presentes nas dependências físicas da escola. Percebo, principalmente na entrada, e no corredor que leva à coordenação, à direção e à sala dos professores, a existência de quadros e cartazes que contemplam a religião católica, com fotografias relativas à Coroação de Maria, mãe de Jesus, e as realizações da escola voltadas ao catolicismo. Essas características presentes no eixo central da escola, foram elaboradas como forma de exaltar os feitos de uma direção em um dado período, que se condensam nos anos finais do século XX, e sua participação conjunta com a sociedade católica juizforana, ferindo,

---

<sup>69</sup> Para o IBGE, essa categoria engloba pretos e pardos, e o termo será utilizado ao longo da monografia seguindo o entendimento do instituto.

<sup>70</sup> Ver. Constituição Federal Art. 5º, I, Art. 210, Art. 206, I, § 1º do Art. 242, Art. 215 e Art. 216, bem como Art. 26, 26 A e 79 B Lei 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). As leis 10639/03 e 11645/08 modificam os artigos 26 e 26 A da LDB.

portanto, a laicidade do Estado. Outrossim, em minha análise desse local em específico, não constatei a presença, a não ser de forma simbólica, de indivíduos e elementos negros.

Da mesma forma que há exaltação em relação à religião católica, a escola como instituição deveria também exaltar as outras diferentes culturas e religiões existentes em Juiz de Fora, assim como sua co-participação. Entretanto, não é dessa forma que ocorre a comunicação escola e sociedade, de maneira a reproduzir apenas os privilégios das classes dominantes. Nesse sistema de reprodução, automaticamente a cultura africana e afro-brasileira são marginalizadas socialmente, ficando continuamente na periferia do conhecimento escolar. Em consonância com Anderson Oliva, acredito que as escolas devem assumir uma postura diante da pluralidade cultural e social, possuindo como vetor principal a valorização das identidades que nela coexistem.

Assim sendo, retomo novamente a questão: africanizar quem? E por quê?

A escola se configura enquanto um lugar dinâmico e potencializador de saberes e conhecimentos, além de se caracterizar internamente como uma confluência de diferenças. Na mesma medida, é também um espaço reprodutor de silenciamentos e exclusões, principalmente dos grupos que não compõem a classe dominante. Partindo desse viés, a “escola transforma-se em um espaço também de fabricação de imaginários e de conhecimentos sobre o Eu e os Outros” (OLIVA, 2012). Logo, suas práticas são decisivas para uma visão de mundo e de sociedade na qual os indivíduos encontram-se inseridos.

A Escola Estadual Duque de Caxias, ao exaltar apenas o viés das classes dominantes através dos feitos da escola, em conjunto com a parcela católica de Juiz de Fora, não está contribuindo, a priori, para a valorização de outras culturas. Está apenas reverberando a assertiva de que uma cultura é superior e mais dominante do que a outra, e por isso deve ter maior projeção, seja nas mídias, nos espaços públicos e privados. Isso foge do papel da escola como instituição, na qual deve zelar pela manutenção das características individuais e sociais de seu corpo estudantil, docente e funcional. A inserção de indivíduos fora das classes dominantes, dentro das matérias e conteúdos lecionados, se dá de maneira individual, em que um ou outro professor aborda as diferentes contribuições de outros grupos sociais. Não há, portanto, uma relação interdisciplinar na escola, de forma que as exigências das Leis 10.639/03 e 11.645/08 se configuram como apenas mais uma lei a ser seguida.

Há uma problemática que permeia toda a questão escolar, principalmente do ensino básico. É para a permanência na escola que os estudantes dedicam a maior parte do seu dia e da semana. É nesse local também que os alunos criam vínculos, sociabilidades necessárias para sua convivência, realizam trocas de experiências e vivências, além de ressignificarem e potencializarem seu conhecimento acerca de si mesmos e da sociedade da qual fazem parte. Além disso, a arquitetura da escola, juntamente com as disposições de seu ambiente e sua estética, a relação aluno-aluno, aluno-professor, além dos constantes diálogos com os acontecimentos sociais, acrescentam na experiência escolar vivenciadas por todos os sujeitos ali presentes.

Ao saber dessas informações, podemos depreender que se há uma intensa repetição da superioridade de alguns grupos, e inferioridade de outros, essas concepções passam a fazer parte do cotidiano escolar dos indivíduos, de forma que as tomem por verdade. Ocorre, portanto, sua decorrente naturalização, uma vez que os estigmas não são desfeitos, reverberando a manutenção de noções e preconceitos excludentes. Nilma Lino Gomes nos diz que nesse contexto, “a discriminação racial se faz presente como fator de seletividade na instituição escolar e o silêncio é um dos rituais pedagógicos por meio do qual ela se expressa” (GOMES, 2012). A discriminação racial, assim como os outros preconceitos existentes, relativos à forma física, ao formato do cabelo, às religiões praticadas, o bullying, integram o cotidiano escolar.

Os profissionais não devem tapar seus olhos frente a essas violências, visto que elas possuem influência direta no aprendizado e no convívio com os demais. As salas de aula, conforme já enunciado, caracterizam-se pelas relações de poder e hierarquia, mantendo os vínculos coloniais de domínio e subjugação. Para Júnia Sales (2011),

Piadas e apelidos pejorativos integram um vasto espectro de omissões face à perpetuação do racismo, corroborando a naturalização de desigualdades raciais na experiência escolar; sobretudo em situações de informalidade; em piadas e em apelidos raciais o discurso é tratado como neutro ou desprezioso, porque desprovido de seriedade ou formalidade.

Para que a experiência escolar não seja traumática, é preciso que haja um trabalho

decisivo no corpo escolar, de forma que consiga abarcar e lidar com as diferenças. A figura do(a) professor(a) na desarticulação do racismo e na não perpetuação de discriminações dentro e fora da sala é determinante para as relações futuras a serem estabelecidas. Em se tratando das questões étnico-raciais, é preciso que todo o conjunto escolar saiba lidar com as situações existentes às demandas relativas à raça. Para que isso ocorra além da essência, é necessário um comprometimento capaz de promover mudanças na estrutura organizativa da escola, de forma a abarcar e considerar a pluralidade cultural e social.

A escola como instituição não é um local fechado para novidades e aprendizados. A presença de cada indivíduo nas dependências de seu espaço se fundamenta como ação política, pois demarca sua presença e ocupação num local social<sup>71</sup>. Logo, o corpo é instrumento político. Uso dessa afirmação para elencar algumas percepções durante minha experiência enquanto estagiária e pesquisadora, durante as observações nas aulas de História dos 6ºs anos da Escola Estadual Duque de Caxias.

Uma das principais características das pessoas negras são os seus fenótipos, ou seja, a cor de sua pele, precedida pelo seu tipo de cabelo e seus traços físicos. Sabendo de tais características, minha presença enquanto estagiária, na condição de jovem universitária, negra, cabelo crespo, brincos, e outros elementos que compõem a cultura afro-brasileira, despertou o interesse e a curiosidade dos estudantes, principalmente dos 6ºs anos. Instantaneamente, ao ser apresentada como nova estagiária, houveram identificações e ligações relativas a quem sou, principalmente por parte dos estudantes negros. Os estudantes não negros ficaram animados com a possibilidade de haver mais “uma professora” em sala. De toda forma, me destaquei como um corpo novo e uma então componente de sua rotina escolar.

Uma conclusão a que cheguei em minhas primeiras observações é que há uma significativa ausência de representatividade de pessoas negras nas funções prestigiosas<sup>72</sup>

---

<sup>71</sup> A presença em certos locais e lugares é determinante para a designação de um status individual e coletivo. Em relação à escola, é um ato de resistência, principalmente nas escolas públicas, em buscar educação e conhecimento para auxiliar na constituição de uma sociedade sem preconceitos, discriminação e segregação.

<sup>72</sup> Refiro-me, nesse caso, às funções prestigiosas como funções que não estejam associadas às funções de limpeza, cantina ou zeladoria, mas sim aqueles cargos em que os negros são historicamente excluídos. Cito como exemplo professores, supervisores e coordenadores, que levam também a uma outra análise sobre o acesso das

dentro do espaço escolar. Um outro aspecto que também pude observar diz respeito ao meu corpo como potencializador das africanidades e identidades negras. Nas semanas seguintes à minha primeira apresentação em sala de aula, essencialmente nos 6<sup>os</sup> anos, onde a faixa etária varia de 10-13 anos, pude perceber que as meninas negras passaram a soltar seus cabelos crespos ou cacheados e também a investir em brincos um pouco mais coloridos, além de estabelecerem maior contato dialógico comigo.

Da mesma maneira, os alunos negros passaram também a dialogar junto a mim, demonstrando que sabem a matéria e o interesse em aprender mais, além da grande curiosidade em saber se serei professora de História e como é minha rotina na Universidade. Enfatizo que o interesse é potencializado por essas alunas e alunos quando há um semelhante em seu meio, que seja capaz de entender suas condições, os desafios que enfrentam por serem negros, os racismos sofridos, mesmo que velados, acrescidos, muitas vezes, das dificuldades que podem vivenciar em seu meio familiar. Exponho esses aspectos porque um dia já estive no lugar desses alunos e alunas, ansiosa para ser notada e deter um pouco de atenção de alguma pessoa que estivesse disposta a ouvir o que eu tinha a dizer.

Africanizar o corpo escolar, docente e discente vai além de apenas apresentar as culturas africanas e afro-brasileiras. É pô-las em prática, de forma a praticar e não invisibilizar as ações e culturas dos grupos étnico-raciais brasileiros. É o professor não deixar passar uma situação de racismo, legitimando o poder de um aluno sobre o outro. É a escola reconhecer que sua hierarquia é proveniente de uma sociedade racista, e por isso a ausência de pessoas negras como professoras, diretoras ou vice-diretoras, coordenação ou supervisão pedagógica é incomensurável.

Faz parte das africanidades o reconhecimento dos docentes referente aos diversos enfrentamentos de sobrevivência da população negra, e análise das situações decorrentes desse processo, bem como a necessidade de permanência das e dos alunos negros no âmbito educacional. É na educação pública que se encontra a maior porcentagem de crianças, adolescentes e jovens negros na educação básica, principalmente no ensino fundamental.

Entretanto, como forma de finalização e reflexão do presente capítulo, uma das

---

pessoas negras ao cursos da rede superior de ensino pública ou privada. Realizarei essa discussão em outro momento da monografia.

perguntas feitas aos alunos foi “Como seria a escola ideal para você?”, e em muitas delas, as respostas se encontravam numa só via: “uma escola sem preconceito, discriminação e advertência”, assim como no olhar mais atento dos professores ao que acontece na sala de aula. A escola, se não estiver atenta e vigilante às questões que subalternizam uns alunos, e enaltecem outros, contribuirá para uma geração que acredita que a cor da pele, as características físicas e a sexualidade ditam a personalidade e a contribuição de indivíduos na sociedade. Portanto, se torna a principal via para combater concepções seculares e possibilitar a inclusão, socialização e empatia de uns para com os outros.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALGARVE, Valéria Aparecida. **Cultura negra na sala de aula: pode um cantinho de africanidades elevar a auto-estima de crianças negras e melhorar o relacionamento entre crianças negras e brancas?** Dissertação (Mestrado). UFSCar, 2005.

BRASIL. **Constituição** da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)

BRASIL. **Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996: Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 1996.** Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/LEIS/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/LEIS/L9394.htm)

BRASIL. Parecer CNE/CP n.º 3, de 10 de março de 2004 **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** Brasília: Conselho Nacional de Educação, Ministério da Educação, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/003.pdf>

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser.** FEUSP, 2005. (Tese de doutorado)

GOMES, Nilma Lino. **Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas.** Revista RBPAAE – v.27, n.1, p. 109-121, jan./abr. 2011.

\_\_\_\_\_. **Relações Étnico-Raciais, Educação e Descolonização dos Currículos.** Currículo sem Fronteiras, v. 12, p. 98-109, 2012.

\_\_\_\_\_. **Educação e Relações Raciais: refletindo sobre algumas estratégias de atuação.** In. Superando o racismo na escola. 2ª edição revisada / Kabengele Munanga, organizador. – [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. P. 143-154.

\_\_\_\_\_. **Educação e identidade negra.** Aletria (UFMG) , Belo Horizonte, n.9, p. 38-47, 2003.

\_\_\_\_\_. **Educação e diversidade cultural: refletindo sobre as diferentes presenças na escola.** Revista do Museu Antropológico, Goiânia, v. 3 e 4, n.1, p. 9-17, 2000.

JUNIOR, Henrique Antunes Cunha. OLIVEIRA, Leyla Beatriz de Sá. **A importância da Lei Federal nº 10.639/03.** Revista África e Africanidades - Ano 4 - n. 16 e 17, fevereiro/maio, 2012 - ISSN 1983-2354. Disponível em: [www.africaeaficanidades.com](http://www.africaeaficanidades.com)

MUNANGA, Kabengele. **Superando o racismo na escola.** 2ª edição revisada / Kabengele Munanga, organizador. – [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

\_\_\_\_\_. **Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje?** Revista do Instituto de Estudos Brasileiros. Brasil, 62, p. 20-31. São Paulo, 2015.

OLIVA, Anderson Ribeiro de. **Entre máscaras e espelhos: reflexões sobre a Identidade e o ensino de História da África nas escolas brasileiras.** Revista História. Hoje, v. 1, nº 1, p. 29-44 - 2012.

\_\_\_\_\_. **A Invenção da África no Brasil: Os africanos diante dos imaginários e discursos brasileiros dos séculos XIX e XX.** Revista África e Africanidades - Ano I - n. 4 – Fev. 2009 - ISSN 1983-2354 .

\_\_\_\_\_. **A História da África nos bancos escolares. Representações e imprecisões na literatura didática.** Revista Estudos Afro-Asiáticos, Ano 25, no 3, 2003, pp. 421-461.

PEREIRA, Júnia Sales. **Diálogos sobre o Exercício da Docência - recepção das leis 10.639/03 e 11.645/08.** Revista Educ. Real., Porto Alegre, v. 36, n.1, p. 147-172, jan./abr., 2011.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930.** São Paulo. Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. **Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil. Educação** (Porto Alegre) , v. 30, p. 489-506, 2007.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. **Aprendizagem e Ensino das Africanidades Brasileiras.** In. Superando o racismo na escola. 2ª edição revisada / Kabengele Munanga, organizador. – [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. P. 155-172.



## **Diasporicamente feminegras perguntam: branco qual é seu fardo?**

Giovana de Carvalho Castro<sup>73</sup>

A tomada de uma escrita de si pela população negra é um fenômeno recente nas pesquisas brasileiras, e as análises relativas ao racismo e seus efeitos na constituição das subjetividades negras, embora profícuo, ainda insiste em definir a trama deslindando um único fio: como o negro se constrói sob o crivo implacável de uma estrutura definida por parâmetros discriminatórios, na estruturação de uma narrativa composta pela recorrência de um cenário cujo pano de fundo é sempre a racista sociedade brasileira mas, no enredo só a vítima aparece, quase nunca seu algoz.

Nessa perspectiva o racismo à brasileira foi sendo, de inúmeras formas definido em sua fluidez conceitual já que, enquanto aspecto cultural, suas manifestações se alteram atreladas às condições de sua emergência, bem como se alteram as suas possibilidades de análise e seus efeitos sobre sujeitos históricos diversos, mas sem alterar seu cerne: o negro como protagonista. No entanto, na contramão desse fluxo, pesquisadoras negras se voltaram para o outro lado dessa sentença e foram analisar os efeitos do racismo naqueles que se beneficiam da manutenção dele, ressaltando a impossibilidade de uma compreensão plena de sua sobrevivência na inexistência de um duplo olhar que englobe negros e não negros. Sendo assim, pensar como o racismo age dentro dessa lógica e como intelectuais negras analisaram seus efeitos à sombra de suas existências na racializada sociedade brasileira é o principal objetivo desse trabalho e, para tanto, selecionamos três intelectuais negras pioneiras nessa discussão: Lélia Gonzaléz, Beatriz Nascimento e Cida Bento, utilizando como critério, em primeiro, a escrita de mulheres negras, tão rara no ambiente acadêmico e suas abordagens perpassadas pelo ativismo somada a produção de textos que nos proporcionaram mecanismos suficientes para analisar suas argumentações à luz das relações raciais e dos efeitos da escravidão sobre negros e brancos.

Da escravidão à contemporaneidade o racismo é o ponto de partida para essas intelectuais analisarem a presença negra na sociedade brasileira, mas para além disso é trazida para o centro da discussão a questão do branco no engendramento do racismo. Precursora

---

<sup>73</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora

nessa perspectiva Lélia Gonzalez<sup>74</sup> foi uma das primeiras a apontar o machismo do movimento negro e o racismo do movimento feminista no Brasil ao pensar como as relações de produção e a cultura se somam na produção de opressões sobre corpos negros. Lélia era uma pesquisadora com a lupa na mão: de formação lacaniana flerta diretamente com o Afrocentrismo e o Pan-africanismo sacando ferramentas para pensar os micropoderes numa análise horizontal das relações raciais. Conclui ser o racismo uma construção ideológica com benefícios sociais e econômicos para os brancos, pobres e ricos, inaugurando sua compreensão como base de privilégios, mas também como um sintoma que constrói em todos o desejo de ser branco. Inspirada em Fanon ela escrutina as especificidades do racismo à brasileira, que se nega mediante sua onipresença enquanto hierarquiza pessoas pelos diversos matizes dos fenótipos: quanto mais próximo ao branco melhor.

Racismo? No Brasil? Quem foi que disse? Isso é coisa de americano. Aqui não tem diferença porque todo mundo é brasileiro acima de tudo, graças a Deus. Preto aqui é bem-tratado, tem o mesmo direito que a gente tem. Tanto é que, quando se esforça, ele sobe na vida como qualquer um. Conheço um que é médico; educadíssimo, culto, elegante com umas feições tão finas... Nem parece preto. GONZALEZ, 1984: 225

Ironizando o mantra brasileiro mais recorrente quando o racismo é colocado na mesa Lélia mergulha num esforço conceitual para pôr abaixo o mito da democracia racial: gigante àquele ponto totalmente invisível à grande maioria dos brasileiros, mas duramente combatido pelo movimento negro nos anos 70. Buscando referências na sociologia e na psicanálise Lélia se apropria do conceito de denegação para completar seu quadro de análises sobre o racismo no Brasil; definindo-o como uma contínua rejeição ao negro, que lhe é constitucionalmente inerente, mas que não é reconhecido, nem tampouco absorvido como parte das narrativas da formação identitária brasileira. Denegar o negro assoma-se assim como o principal marcador das práticas brasileiras de matriz racial, embasando a cotidiana negação da existência do racismo em todas as instâncias, e; nos momentos em que isso se torna impossível, associá-lo a um comportamento anômalo e desviante que culpabiliza os indivíduos mas se recusa a enxergar os privilégios obtidos por brancos de todas as classes sociais com sua manutenção.

---

<sup>74</sup> Nascida em 1935 e falecida em 1994 foi professora, pesquisadora, antropóloga e ativista política, além de ser uma das fundadoras do Movimento Negro Unificado e do bloco afro Yle Aye.

As roldanas dessa moenda são lubrificadas com estratégias que fizeram do branqueamento uma forma de assimilação aos valores culturais dos colonizadores, ratificado em todos os espaços sociais

Por aí se vê que o barato é domesticar mesmo. E, se a gente detém o olhar em determinados aspectos da chamada cultura brasileira, a gente saca que em suas manifestações mais ou menos conscientes ela oculta, revelando, as marcas da africanidade que a constituem. (Como é que pode?). GONZALEZ, 1984: 226

Domesticar o corpo negro assume-se como uma obsessão do branco no Brasil e essa negação da africanidade é apresentada como um recalque que levaria a classe dominante, em seu desejo de ser europeia, a negar o papel de indígenas e negros na criação da nacionalidade e a um esforço permanente de apagar essas presenças das suas consciências.

Uma vez que é necessário “ser civilizado à moda europeia”, conseqüentemente “policiar-se”: Não se pode permitir que o negro, que se tem dentro de si fique por aí fazendo as suas ‘negrices’. Questão de ser civilizado, ora. Contenção da voz, do gesto, do corpo, caracterizam a pessoa civilizada. GONZALEZ, 1984: 226

É preciso tirar os negros de cena, controlar sua presença, diminuir sua visibilidade eliminando-os ou encarcerando-os ratificando assim seu genocídio, físico e cultural, e; à essa eliminação histórica soma-se a eliminação social do corpo negro e de tudo a ele associado. Sob o manto da cordialidade e do paternalismo o branco brasileiro se esforça para negar o racismo, resultado exterior de um problema interno vivido pelos brasileiros que ambicionam-se brancos e europeus numa realidade cercada pela presença negra, produzindo uma neurose que, ao mesmo tempo que festeja uma cultura negra marcada pelo compasso de uma identidade afro, se deseja e se pensa como um país branco e ocidental.

Como não é branco, branqueia-se. Para Lélia a ideologia do branqueamento é o braço mais bem armado do racismo porque

reproduz e perpetua a crença de que as classificações e os valores da cultura ocidental branca são os únicos verdadeiros e universais. Uma vez estabelecido, o mito da superioridade branca comprova sua eficácia pelos efeitos de estilhaçamento, de fragmentação da identidade étnica por ele produzidos; o desejo de embranquecer. GONZALEZ, 1984: 229

Inegável é para ela o fato de que, a tomada de consciência da opressão vem antes do tudo, pelo racial: ao suprimir o negro o branco o revela. Ao colocar o branco como fundamental para compreensão do racismo Lélia coloca em xeque a exclusiva racialização do negro bem como a normalização do branco como corpo reificado, questionando seu conforto normativo. Como norma ele se exime da responsabilidade das tentativas negras de se afastar da negritude, resultado do engendramento negativo de sua identidade racial, dos ataques à sua autoestima e da cotidiana discriminação a que está submetido culpando-o pela exclusão que sofre e, por fim, justificando as desigualdades raciais. Insensível a seu fardo de formatador de identidades o branco segue a história como elemento inocentado de culpa e pode, dentre sua lista de privilégios, discursar sobre igualdade a partir de sua trajetória, tendo como base retórica a mística da igualdade racial. Porque, levantado o véu descortina-se, de forma indelével, a geografia do racismo expressa no traçado e na naturalização dos espaços destinados à cada um desses sujeitos. Lugar de negro e lugar de branco sintetizam o racismo que Lélia escrutina e refutam, de forma irrevogável a recorrente alegação de igualdade nas relações raciais brasileiras.

As condições de existência material dessa população negra remetem a condicionamentos psicológicos que devem ser atacados e desmascarados. Os diferentes modos de dominação das diferentes fases de produção econômica no Brasil parecem coincidir num mesmo ponto: a reinterpretação da teoria do lugar natural de Aristóteles. Desde a época colonial aos dias de hoje, a gente saca a existência de uma evidente separação quanto ao espaço físico ocupado por dominadores e dominados. O lugar natural do grupo branco dominante são moradias amplas, espaçosas, situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegidas por diferentes tipos de policiamento: desde os antigos feitores, capitães do mato, capangas, etc., até a polícia formalmente constituída. Desde a casa-grande e do sobrado, os belos edifícios e residências atuais, o critério tem sido sempre o mesmo. Já o lugar natural do negro é o posto, evidentemente: da senzala às favelas, cortiços, porões, invasões, alagados e conjuntos "habitacionais" (cujos modelos são os guetos dos países desenvolvidos) dos dias de hoje, o critério também tem sido simetricamente o mesmo: a divisão racial do espaço. GONZALEZ, 1982: 15

Contemporânea de Lélia, Beatriz Nascimento <sup>75</sup> coaduna com a análise do racismo no Brasil como um desdobramento de um modelo hegemônico que se quer branco e que

---

<sup>75</sup> Nascida em 1942 em Aracaju Beatriz formou-se em História pela UFRJ e foi uma ativa pesquisadora sobre racismo e aos quilombos, abordando as imbricações entre as noções de corporeidade negra e o espaço e suas

ambiciona o ocultamento da cultura negra e periférica. Acadêmica ativista disputou arduamente espaços de fala para denunciar como as pesquisas que, à época, insistiam num negro limitado ao econômico ferramental, serviam como mecanismos de reprodução do racismo alertando para a necessidade de que negros estudassem as relações raciais como forma de reação à dominação histórica orquestrada por pesquisadores brancos.

Sua chegada ao mundo acadêmico foi impactada pelo choque de perceber o hermético silêncio em relação à história do protagonismo negro do Brasil; confinado que estava à condição de escravo nas pesquisas. Através do questionamento dos conceitos de “aceitação”, “integração” e “igualdade”, apontados por ela como estratégias do dominador e por isso grafados entre aspas, Beatriz expõe como a identidade negra é permeada por uma cultura branca e europeizada

Observando bem, a gente chega numa conclusão que vive numa sociedade dupla ou tripla. Na medida em que ela impõe na sua cabeça que é uma sociedade branca, que o seu comportamento tem que ser padronizado segundo os ditames brancos, você como preto se anula, passa a viver uma outra vida, flutua sem uma base onde possa pousar, sem referência e sem parâmetro do que deveria ser a sua forma peculiar. NASCIMENTO In: RATTTS, 2006: 48

Nomeia assim como a identidade do negro se constrói hetero margeada pelo dominador que se envergonha da sua herança escravocrata, mas que, em qualquer direção que olhe é confrontado com a memória da escravidão e seus remanescentes. Na sua ânsia de mirar-se branco alvo, o branco brasileiro, marcado que está pela miscigenação ambiciona narrar a presença negra na sua história como passado, recusando-se a confrontar a questão de que essa história está posta a partir de sua participação nela

Perdoem-nos se não correspondemos mais uma vez às expectativas das necessidades dos nossos antigos senhores. Pelos menos aqui no Brasil não é mais possível encontrar o homem negro “puro”. Por enquanto ainda queremos nos “igualar”, sermos “aceitos”. Por enquanto ainda impera em nós o ideal estético do branco. Por enquanto há de nos ver com “alma branca”, porque nós fazemos parte de um todo em que domina a ideologia do dominador, nós não somos “belos” como o negro americano e não queremos, nem podemos ser. Se algum intelectual branco estiver interessado em saber, nós só podemos ser compreendidos na medida em que ele perca o

---

relações entre as experiências diaspóricas dos africanos e descendentes e sua ressignificação no Brasil a partir dos conceitos de “transmigração” e “transatlanticidade”.

complexo de inferioridade que possui em relação à Europa ou aos Estados Unidos (para não dizer que o brasileiro tem complexo em relação a todo Mundo; uma de suas maiores aspirações é ser estrangeiro, e de língua francesa) e nos encare como nós somos, isto é, aceite-se como, tendo se misturado conosco, tendo usufruído todos os nossos bens, aceite-se ser parte de nós, ter sido alimentado, amado e se defendido por nós, aceite ter negado na prática de sua moral, sua religião, sua cultura dormindo conosco na cama, amamentado por nossas mulheres, defendido e instruído por nossos homens. Aceite-se sem culpa, sem preconceitos. Aceite-se tão miserável quanto seus 101 escravos, tão famintos quanto eles, tão “incultos” quanto eles (ou mais), talvez assim alguma coisa de nós possa ser útil para a compreensão de sua sociedade em crise. NASCIMENTO, 1974: 66

É nas ideologias que Beatriz localiza o epicentro do racismo no Brasil, definindo-o como reflexo de uma sociedade que emerge da dominação de um sobre o outro, e que constrói um legado comportamental e cultural que interfere nas formas de pensar e agir de brancos e negros e que, assim como destacado por Lélia, gerou um permanente desejo de domesticação e eliminação do corpo negro.

O negro de Beatriz é refém da imagem que o branco constrói dele, forçado que é a encaixar-se no discurso hegemônico feito sobre, mas nunca a partir dele. Nesse discurso está dada que a condição de humanidade e passaporte para a inserção é a brancura e, embora reconheça que sua condição é o resultado das atitudes racistas dos brancos, o ideal de brancura e o desejo de alcançá-la permanece. Mas, como refém que é ele tem um carcereiro que constrói inúmeras formas de mantê-lo à margem sem se voltar para sua participação nesse processo. Ao silenciar sobre raça o branco normaliza o não debate sobre racismo.

A ideologia do racismo tem raízes tão profundas na formação social brasileira que temos que levar em conta uma série de formas de comportamento, de hábitos, de maneira de ser e de agir inerentes não só ao branco (agente) como ao negro (paciente). Principalmente, é da parte do negro que se necessita esclarecer todo o produto ideológico de quatro séculos de inexistência dentro de uma sociedade da qual participou em todos os níveis. RATTS, 2006: 50

Cida Bento emenda essa tríade ao realocar nas relações raciais o debate sobre racismo denunciando a ausência de discussões sobre o papel do branco nessas dinâmicas. O legado da escravidão deu a brancos e negros espólios diferentes: para os brancos benefícios simbólicos e concretos extremamente positivados, ao passo que para os negros o saldo é permanentemente

negativo. Ninguém reclama de ter ganhado o jogo o que, em muito, explica o silêncio dos brancos, para os quais é fundamental manter um código de proteção em torno dos seus privilégios e interesses. A denegação de Lélia para analisar a deficiência branca em abordar o racismo é lida por Cida como instinto de autopreservação narcísica, de amor a si mesmo baseado na autoconstrução como ideal e universal, em detrimento de um outro, inferior e ameaçador

Ameaçado o branco cerca-se de medidas que o protejam desse outro, apresentadas como uma sucessão de ações no plano do privado e do público que tem como objetivo primeiro manter a projeção do branco sobre o negro e, como desdobramento disso, focar exclusivamente nos estudos sobre o negro para entender a sobrevivência do racismo no Brasil. Citando Edith Piza, uma das poucas brancas brasileiras e estudar o papel do branco nas relações raciais brasileiras, Cida Bento destaca o papel da pesquisadora em apontar o silenciamento branco sobre a existência do outro.

A racialidade do branco é vivida como um círculo concêntrico: a branquitude se expande, se espalha, se ramifica e direciona o olhar do branco. Segundo as palavras de uma das suas entrevistadas " ... ser branco é não ter de pensar sobre isso o significado de ser branco é a possibilidade de escolher entre revelar ou ignorar a própria branquitude... não nomear-se branca... BENTO, 2002 : 149

Essa condição de poder silenciar sobre sua cor, exclusiva do branco, delineia o tom das relações raciais no Brasil, sempre perpassadas pela hierarquia, definindo branquitude como:

- algo consciente apenas para as pessoas negras,
- há um silêncio em torno da raça, não é um assunto a ser tratado;
- a raça é vista não apenas como diferença, mas como hierarquia;
- as fronteiras entre negros e brancos são sempre elaboradas e contraditórias;
- há, em qualquer classe, um contexto de ideologia e de prática da supremacia branca;
- a integração entre negros e brancos é narrada sempre como parcial, apesar da experiência de convívio;

- a discriminação não é notada e os brancos se sentem desconfortáveis quando têm de abordar assuntos raciais;
- a capacidade de apreender e aprender com o outro, como um igual/diferente, fica embotada;
- se o negro, nas relações cotidianas, aparece como igual, a interpretação é de exibicionismo, de querer se mostrar. (BENTO, 2002: 150).

Instaurou-se assim um universo no qual negros e brancos convivem de forma tangencial. Nele a cor da pele é uma preocupação exclusiva dos negros, já que brancos não são racializados, tendo sua presença entendida como natural, hegemônica e superior em relação aos negros. E nada é dito sobre isso, sob o risco de constranger o branco, desconfortável em seus privilégios que transcendem sua condição sócio econômica. Esse silêncio, segundo a autora, tem suas origens na escravidão, processo traumático que se constituiu da violação e da espoliação durante grande parte da história do Brasil, relegando aos brancos o estatuto de usufruírem seus privilégios sem discutir sua gênese. Como efeitos disso constrói-se uma exclusão moral, definida através da marginalização do outro como ser humano, e em última instância, na sua eliminação, ratificada pela estigmatização desses corpos não normativos como naturalmente perdedores, crivados que são por julgamentos mais duros e que tem suas falhas apontadas com mais frequência. Num pacto macabro, definido como "acordo tácito" pela autora a sociedade brasileira orquestrou não falar sobre racismo, colocando sobre o negro a culpa pelo seu fracasso. O Brasil é um país racialmente desigual? Ora, a culpa é do negro que não se esforça ou não possui as competências necessárias para alcançar o sucesso arduamente obtido pela maioria branca. Esse país que tanto quer ser branco sacou todas as ferramentas possíveis para levar a cabo essa pretensão, e assim, apontando também o branqueamento como sintomático do racismo no Brasil, Cida Bento resgata a história de um país que se quer branco e das estratégias estatais usadas em prol desse objetivo.

Crítica contumaz da democracia racial e sua ode à miscigenação, Cida também sapateia sobre autores consagrados como Florestan Fernandes e Octavio Ianni que, ainda que tragam o mérito de apontar o lugar do negro numa perspectiva de denúncia da exclusão, encerram suas teses sem colocar o branco como ator do processo, explicitando que a trajetória que parte do mito da democracia racial às teorias revisionistas que o deslegitimam ainda



deixam um saldo devedor: nenhum autor se volta para analisar o impacto da desigualdade racial na formação da identidade racial branca. Arquetizada essa sinfonia que deixa de fora a análise do papel do branco na construção da identidade negra o racismo, ou o racista, assim como em Lélia, volta a ser visto como um ponto fora da curva. Negros são mantidos cristalizados nesses estudos como aqueles que ambicionam se miscigenar, se misturar, fazer parte de algo sem nenhuma referência a de que formas esses desejos foram construídos. Porque Cida, assim como Lélia e Beatriz, aponta que não só o negro brasileiro se sente desconfortável com sua condição racial, brancos brasileiros também assim se colocam em seu desejo cotidiano de negar sua ancestralidade e imergir em um Outro melhor, mais civilizado. Mas, não há medida para abarcar a diferença dos efeitos desse desconforto sobre brancos e negros.

Para os brancos o legado é de vitórias, de uma história de protagonismos, de uma estética positivada, de uma naturalização da presença e de um provocar de acolhida em quaisquer espaços. Para o negro, o outro negado, a herança é o reflexo, invertido em todas as suas manifestações, já que, para além da invisibilidade ratificou-se o medo do que se via.

## REFERÊNCIAS

- BENTO, Maria Aparecida & CARONE, Yrai. **Branquitude – O lado oculto do racismo**. In: Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. (147-162)
- GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**, In: Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984, p. 223-244.
- NASCIMENTO, Beatriz. **Negro e Racismo**. Revista de Cultura Vozes. 68 (7), pp. 65-68, Petrópolis, 1974.
- RATTS, Alex. **Eu sou Atlântica, sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento**. São Paulo: Instituto Kuanza; Imprensa Oficial, 2006.

## **Memória, escravidão e população negra em Juiz de Fora: leituras descolonizadas sobre espaços públicos e narrativas**

Luan Pedretti de Castro Ferreira<sup>76</sup>

**RESUMO:** Este trabalho se propõe a refletir sobre memória e escravidão na cidade de Juiz de Fora no contexto do tempo presente através das rupturas e continuidades. O objetivo é perceber se a memória do período da escravidão e dos sujeitos que foram escravizados na região da cidade aparece no contexto do tempo presente, e se aparece, qual narrativa carrega para representar os negros que foram submetidos àquele processo. Outro objetivo ainda se concentra em perceber como os sujeitos negros que estão inseridos atualmente no contexto da cidade de Juiz de Fora se veem representados perante tais elementos que deveriam evocar memórias e construir identidades, ressaltando todo o passado sensível e doloroso desta população.

**PALAVRAS-CHAVE:** escravidão, narrativas, Juiz de Fora.

**ABSTRACT:** This paper aims to reflect on memory and slavery in the city of Juiz de Fora, in the context of the present, through ruptures and continuities. The objective is to understand if the memory of the period of slavery and the subjects who were enslaved in the city region appears in the context of the present time, and if it appears, which narrative carries to represent this group, who were subjected to that process. Another objective still focuses on understanding how the black subjects before such elements that should evoke memories and build identities, highlighting all the sensitive and painful past of this population.

**KEYWORDS:** slavery, narratives, Juiz de Fora.

### **JUIZ DE FORA, FORMAÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO DA POPULAÇÃO NEGRA**

O questionamento que me direciona a refletir sobre tais questões surgiu a partir da vivência na cidade de Juiz de Fora. Ao entender questões relativas à educação do olhar, que nos possibilita passar a perceber o entorno ao qual estamos inseridos, consegui observar que esta cidade comporta alto contingente de pessoas não-brancas. Entretanto, também pude

---

<sup>76</sup> Graduado em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora – [luanpedretti@gmail.com](mailto:luanpedretti@gmail.com) - lattes: <http://lattes.cnpq.br/5286810598324944>

perceber que os espaços de representação e a até mesmo a memória deste grupo populacional não está representada de forma a espelhar a realidade social. Pensando em dados estatísticos, O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística aponta que a cidade comporta, de acordo com os dados do último censo de 2010, 43% da população se identificando enquanto preta ou parda<sup>77</sup>. Sendo assim, entendo que o que eu observava ao transitar pela cidade se comprovava nas pesquisas estatísticas: Juiz de Fora é uma cidade de grande concentração de população negra. A partir de então busquei aprofundar essa reflexão sobre este grupo populacional.

Início essa discussão contextualizando o surgimento e a formação da cidade de Juiz de Fora. Desmembrada de Barbacena, foi elevada à categoria de município em maio de 1850. Era queda da exploração mineradora na região de Minas Gerais, por volta do século XVIII/XIX e havia a necessidade de criação de um caminho que ligasse a região de exploração da matéria prima às principais cidades do império, ou seja, Petrópolis e ao porto de exportação mais próximo que se encontrava na capital do império, o Rio de Janeiro. O geógrafo Yuri Amaral Barbosa, em seu trabalho *Pequena Geografia Histórica de Juiz de Fora: o processo urbano do Caminho Novo ao início do século XX* (2017), considera a construção de estradas como fato crucial para o desenvolvimento da cidade. O autor aponta que a construção do Caminho Novo contribui com o desenvolvimento, entretanto é com a formação da Estrada União e Indústria que Juiz de Fora se firmará como entreposto comercial (BARBOSA, 2017, p. 43). A construção desta ocorreu por volta da década de 1850 e está atrelada, como aponta o autor, à chegada dos imigrantes alemães que receberam incentivos imperiais, a partir de seus interesses, para que pudessem migrar e se instalar no Brasil.

Rita de Cássia Souza Felix Batista, cientista social que reflete sobre a escravização na cidade de Juiz de Fora, entende que devido ao desenvolvimento da agricultura de subsistência e também ao posicionamento privilegiado da cidade com relação ao Rio de Janeiro, Juiz de Fora se tornou um ponto estratégico no escoamento de produtos de toda a região (BATISTA, 2006, p. 42). A assistente social Ana Claudia de Jesus Barreto, discorrendo sobre este período cita apontamentos de Ribeiro (2000) quando esta indica que Juiz de Fora, no final do século XIX era uma das maiores províncias escravistas do país, sendo este grupo maciçamente utilizado enquanto mão-de-obra explorada. Outro apontamento da autora se concentra em apresentar dados quantitativos onde

---

<sup>77</sup> Fonte: IBGE – Censo demográfico 2010

em 1855, Juiz de Fora possuía uma população de 6466 habitantes, desses, 2441 eram livres e 4025 eram cativos. Contudo esses números começaram a decair a partir da introdução da mão-de-obra imigrante na região, cujo intuito não divergiu das outras cidades, como a de São Paulo” (BARRETO, 2013).

Retornando à Rita Batista, a autora ainda apresenta outros dados com relação à concentração de população escravizada nas propriedades, na qual aponta que a cidade foi o único município que chegou a ter cerca de 20.000 pessoas escravizadas, onde cada unidade de produção concentrava cerca de 50 ou mais pessoas escravizadas.

Dessa forma, a comparação do autor e das autoras nos permite chegar a algumas conclusões iniciais. Existia grande população em situação de escravização na cidade de Juiz de Fora e na região da Zona da Mata, que em determinado momento chegou a ser maior do que a população livre. Outro apontamento é que a utilização dos imigrantes enquanto mão de obra atuou no sentido de superar a população negra escravizada que se concentrava na região, sendo o incentivo um elemento que partia dos poderes do Estado brasileiro, de acordo com seus interesses.

De acordo com o site oficial da Prefeitura de Juiz de Fora<sup>78</sup>, a informação apresentada sobre o período da escravização se concentra em justificar a “necessidade” de utilização de grupo enquanto mão-de-obra: *“O trabalho exigia uma grande quantidade de mão-de-obra, pois, para um senhor receber uma pequena porção de terra para extração aurífera, deveria comprovar ter, no mínimo, 12 escravos.”*, além de apresentar dados sobre a concentração de sujeitos escravizados na região: *“A escravidão na Zona da Mata mineira só se instalou definitivamente através da expansão cafeeira. Em 1855, na Vila de Santo Antônio do Paraibuna, havia um total de 4 mil escravos para 2.400 homens livres e, em 1872, havia 18.775 escravos para 11.604 livres.”*.

Desta forma, percebemos que a representação da população escravizada, utilizada pela prefeitura se apresenta de forma a justificar que era necessário desumanizar a subjetividade de cada sujeito que era submetido ao sistema, a fim de enriquecer os donos de terras, que geralmente eram descendentes europeus. Estes europeus recebem destaque na história da cidade como formadores, enquanto o grupo dos sujeitos escravizados que aqui eram

---

<sup>78</sup> <https://www.pjf.mg.gov.br/cidade/historia.php> acesso em 10/08/2019 às 12:40

explorados não recebem a mesma atenção, senão para refletir sobre o cotidiano do processo de escravização. É sobre essa contradição que este trabalho se propõe a refletir.

## **OS CONDUTORES DE MEMÓRIAS E SUAS NARRATIVAS**

Em relação à escravização na cidade de Juiz de Fora, Elione Silva Guimarães e Valeria Alves Guimarães<sup>79</sup> fazem alguns apontamentos importantes para a compreensão do papel do sistema escravista na região. As autoras, refletindo sobre a construção de Juiz de Fora, que antes estava ligada a uma região de passagem, apontam que a consolidação enquanto um município foi consequência da crise da mineração, quando a província de Minas Gerais passou a se dedicar às atividades agrícolas e depois à expansão da economia cafeeira (1850/1870). O sujeito escravizado era elemento principal para o desenvolvimento dessas atividades, sendo a principal mão de obra; que se encontrava nas lavouras, mas também em outras atividades especializadas, urbanas, como ferreiros, pedreiros, marceneiros, parteiras e serviços domésticos.

A província, de acordo com as autoras, no século XIX, tinha a maior população escravizada do país (1819/1872), o que as leva a refletir que a economia de abastecimento foi geradora de riqueza, proporcionando assim capacidade de obtenção de sujeitos para serem submetidos ao sistema de escravidão. Continuando a exposição, Guimarães e Guimarães apontam que, por volta da segunda metade do século XVIII, a economia mineradora entrou em decadência, levando pessoas que trabalhavam na região aurífera em busca de novas oportunidades, que inicialmente se assemelhavam à economia mercantil, gerando recursos que foram aplicados na expansão da produção cafeeira da zona da mata mineira. A região da Zona da Mata de Minas Gerais concentrava cerca de 26% da população escrava da província, sendo que Juiz de Fora concentrou a maioria destes. Os escravizados, sendo considerados enquanto atores sociais na construção da cidade contribuíram para o desenvolvimento da região; porém também enquanto sujeitos submetidos a um sistema de forma impositiva, buscavam brechas dentro do próprio sistema para a resistência. Os casos que aqui propomos a

---

<sup>79</sup> Ver: GUIMARÃES, Elione Silva & GUIMARÃES, Valéria Alves. **Aspectos cotidianos da escravidão em Juiz de Fora**. Juiz de Fora: FUNALFA, 2001

analisar se aproxima da possibilidade de resistência através da fuga e da busca pela liberdade através da alforria.

Delimitando de forma mais específica o recorte do trabalho, podemos perceber que na cidade de Juiz de Fora existem alguns lugares que estão imbuídos da tarefa de levantar a memória da escravidão na região. Estes lugares foram construídos com a luta de movimentos sociais, a partir da necessidade de reconhecimento do seu passado enquanto um elemento de dor, necessário à reflexão; e para além deste fato a necessidade de reconhecimento de seu passado enquanto elemento constituinte do processo histórico do Brasil, da zona da mata de Minas Gerais e mais especificamente da cidade de Juiz de Fora. Portanto este trabalho se ancora na tentativa de recuperar os lugares de memória, preenchendo uma lacuna e colocando os negros na posição de sujeitos ativos no processo histórico de construção da cidade de Juiz de Fora e da cultura da mesma.

A partir de então, realizei o levantamento de quais memoriais, patrimônios, logradouros públicos, entre outros, evocavam tal memória dentro do município. Os selecionados foram O Largo Rosa Cabinda, a Praça Negro Theóphilo e o Bloco de Carnaval Domésticas de Luxo. O objetivo era entender como estavam dispostos os elementos que tinham como objetivo contar alguma narrativa sobre o período da escravidão ou sobre a população negra de Juiz de Fora.

Foram selecionado três elementos na cidade de Juiz de Fora dentre alguns que evocam a memória da escravidão e da população negra<sup>80</sup>. O primeiro deles é a Praça Negro Theóphilo que se localiza no bairro Vitorino Braga. Theóphilo foi um sujeito escravizado que viveu na cidade de Juiz de Fora, fugiu da fazenda que era exposto à exploração, e quando retornou, recapturado, após denúncias, recebeu chicotadas que levaram à sua morte.

A aprovação do logradouro público Praça Theóphilo se deu em algumas sessões de discussão da Câmara municipal de Juiz de Fora, levantada principalmente pelo vereador Gabriel dos Santos Rocha, que acolheu a proposta advinda da comunidade, sobretudo das pessoas ligadas ao Movimento Negro da cidade que reivindicavam necessidade de nomeação do logradouro público, trazendo para o senso comum a memória deste importante sujeito dentre outros, no processo histórico de construção da cidade. Na data de 14 de janeiro do ano de 2003, em nona sessão ordinária de reunião da Câmara Municipal de Juiz De Fora, foi

---

<sup>80</sup> Enquanto “negro” entende-se o grupo de pretos e pardos

aprovada em primeira discussão a nomeação da praça com o nome “Theóphilo”, de acordo com as atas da casa, disponíveis na internet<sup>81</sup>. A discussão do até então projeto 4293/03 compunha a ordem do dia da casa e estava agregada com outros projetos que visavam melhorias do bem estar na cidade. Pela ordem, após a aprovação, o vereador que levou a proposta do projeto para discussão na câmara municipal “agradeceu aos Pares a aprovação desta homenagem ao negro escravo que fez parte da história de Juiz de Fora”. A reunião se deu por encerrada, com a presença de todos os senhores vereadores. A seguir há menção de discussão do projeto na quarta reunião extraordinária do dia 14 de janeiro do ano de 2003, quando o vereador autor da proposta solicitou o pedido de vistas do processo, onde houve votação nominal registrada em ata, na qual todos os vereadores aprovaram o pedido.

Na segunda discussão do projeto ocorrida no dia 15 de janeiro do ano de 2003, o vereador Gabriel Rocha dos Santos fez comentários sobre a importância do projeto em relação à homenagem que a casa estaria prestando “ao negro escravo Teóphilo, torturado e assassinado como consta na história de nossa cidade (...) ”; na segunda discussão a lei foi devidamente aprovada. Mas afinal, quem era Theóphilo? A essa questão o projeto apresentado resume em poucas palavras:

“Theóphilo, homem, escravizado, fugiu de sua fazenda em 20 de janeiro de 1880. Recapturado, foi submetido a sevícias, sendo encontrado morto no outro dia. Seus algozes, julgados no fórum de Juiz de Fora, foram absolvidos”<sup>82</sup>.

Percebe-se então a importância de rememorar tal processo, refletindo sobre a imposição da violência aos sujeitos que aqui eram explorados. Theóphilo se caracteriza enquanto um homem negro, destituído de sua humanidade e tratado enquanto propriedade de um senhor de escravos, entretanto ainda sim este era um sujeito ativo na sua sociedade, que consciente das violências que sofria, fugia como forma de subverter o sistema.

Rememorar Theóphilo enquanto resistência pode se configurar em um potencial elemento de discussão, que aproxima o sistema da escravidão da realidade de Juiz de Fora e contribui para que a sociedade reflita como este foi um sistema altamente difundido pelo Brasil, desde as capitais até os interiores; potencializa a reflexão sobre as violências que os

---

<sup>81</sup>Disponível em: <http://www.camarajf.mg.gov.br/sal/ata.php?cod=291> último acesso ao dia 26 de outubro de 2018, às 14h56min

<sup>82</sup> Projeto disponível no Arquivo da câmara municipal de Juiz de Fora. Acesso em 14 de setembro de 2018

negros em condição de escravidão sofriam, chegando até mesmo a serem mortos; e traz para o tempo presente a rememoração de uma figura emblemática na luta contra o sistema. A praça que recebe o nome de Theóphilo também está localizada em região estratégica, onde, de acordo com o próprio projeto de denominação da praça, estaria assentada a Fazenda do Juiz de Fora, que morava no Rio de Janeiro, mas passou a viver na cidade do interior de Minas. Dessa forma, a memória do local, a memória do sujeito escravizado, a memória da escravidão em si contribuem, em conjunto para que as devidas reflexões sobre o sistema escravista aconteçam<sup>83</sup>.

O segundo logradouro público a fazer menção direta ao processo de escravidão na cidade de Juiz de Fora é o largo Rosa Cabinda, localizado entre as ruas Professor Lander e Moacir Amado dos Santos, também no bairro Vitorino Braga. Este último recebeu seu nome a partir do decreto lei municipal 12.976/14.

O até então projeto de lei 205/13 foi apresentado à Câmara Municipal de Juiz de Fora, pelo vereador Roberto Cupolilo na oitava e nona reunião ordinária da casa, realizada nos dias 28 e 29 de abril do ano de 2014, respectivamente, com o objetivo de defesa da nomeação do largo que se localiza próximo a Praça Theóphilo. O projeto também entrou em votação na ordem do dia e foi aprovado em primeira votação e segunda votação. O autor:

“explicou que na verdade está dando a denominação a um ‘Largo’ existente próximo à Praça Teotônio Vilela, no bairro Vitorino Braga, dando essa denominação de Rosa Cabinda, que foi escrava do Comendador Henrique Halfeld, sendo libertada com a carta de euforria em 02 de julho de 1883. Fica então prestada essa homenagem justa a ex-escrava com essa denominação que deve ser aprovada pela Casa”<sup>84</sup>.

A narrativa que circula sobre a figura de Rosa Cabinda a delimita como uma mulher negra de idade avançada, submetida ao sistema da escravização que juntou a quantia de dinheiro necessária para comprar sua alforria e foi enganada pelo sujeito que detinha sua posse. Quando Cabinda atingiu a quantia necessária, houve a tentativa de impossibilitar que a mesma adquirisse seu direito de liberdade, sendo o valor da alforria aumentado. Então, ela abriu processo judicial reivindicando o direito de adquirir a carta, pelo valor que inicialmente era ofertado. Ao final, Rosa Cabinda adquiriu sua alforria pelo valor inicial oferecido se

---

<sup>83</sup> Projeto disponível no Arquivo da câmara municipal de Juiz de Fora. Acesso em 14 de setembro de 2018

<sup>84</sup> Ata da reunião da câmara municipal disponível em: <http://www.camarajf.mg.gov.br/sal/ata.php?cod=3204> acesso em 28/10/2018 às 11h03



tornando um marco para a história da escravidão da região, pelo fato de uma escravizada ter vencido judicialmente um dos maiores donos de escravos da região, Henrique Halfeld. Atualmente, além do largo, Rosa Cabinda também nomeia uma das mais importantes medalhas concedidas pela Câmara Municipal de Juiz de Fora a mulheres que tem impacto social com suas ações.

A existência dos logradouros públicos enquanto espaço de memória e a narrativa de que são espaços de resistência perante a imposição feita para o grupo social da população negra, não necessariamente significa que efetivamente eles estejam cumprindo seu papel enquanto potencializadores da memória local e promovendo a devida reflexão sobre o escravismo ocorrido na região. No local das praças existem placas apresentando a denominação dos locais e a importância histórica que eles trazem para a reflexão no tempo presente, quando a partir do momento que receberam o nome de duas pessoas que foram escravizadas na região de Juiz de Fora, os locais deixam de ser simplesmente praças para se tornarem locais de memória da escravidão ocorrida em Juiz de Fora

As diversas narrativas de figuras negras na cidade de Juiz de Fora, apresentam-se também em confronto. É o caso do Bloco Carnavalesco Domésticas de Luxo, originário da Associação comunitária e recreativa Domésticas de Luxo. Este bloco foi criado na cidade de Juiz de Fora no ano de 1958, e se envolveu em uma polêmica durante o carnaval do ano de 2018. Em seu desfile um grupo de jovens, em sua maioria negra, se reuniu e protestou pacificamente contra a forma pelas quais os integrantes do bloco carnavalesco desfilam. No bloco, homens, em maioria brancos, de classes médias e altas da cidade, pintam seus rostos e partes do seu corpo de preto, para “representar”, sobretudo mulheres, negras com vestimentas de empregadas domésticas<sup>85</sup>. A narrativa que eles criavam sobre as mulheres negras que trabalhavam de empregadas domésticas era através da caracterização pejorativa destas, aumentando os lábios com maquiagem, colocando enchimentos exagerados para representar os seios e as nádegas, e sobretudo a prática do Black face, que era usado nos Estados Unidos por atores brancos para representar sujeitos negros de forma negativa. Dessa forma, o bloco escolhia uma narrativa que ofendia a população negra para desfilarem durante o período do carnaval, utilizando da justificativa de na verdade estar homenageando as mulheres negras que trabalhavam enquanto empregadas domésticas.

---

<sup>85</sup> Fotografia de integrantes do bloco Doméstica de Luxo em desfile, em anexo.

Em reportagem ao Jornal Tribuna de Minas<sup>86</sup> que circula na região, um dos organizadores do bloco apresenta sua defesa em relação ao protesto, alegando que: “Não somos racistas. Quem começou esta história, no passado, não tinha este objetivo. Estamos dando continuidade a uma tradição. Somos um patrimônio da cidade”. Em contranarrativa, uma jovem envolvida com o protesto alega que

“Este bloco acontece há 60 anos e só reforça que Juiz de Fora é uma cidade extremamente racista e desigual. Um exemplo é que os negros recebem salários menores que os brancos. Não nos deixam falar. Não querem ouvir os negros. Todos os anos, tentamos fazer este tipo de manifestação e somos reprimidos. É um bloco racista. Minha mãe era doméstica e não se sente representada por isto”.

Percebe-se, assim, o conflito em relação à memória em da construção de identidade negra dentro da cidade de Juiz de Fora. Os jovens ativistas, ao se perceberem enquanto grupo social e ao identificarem problemas com as caricaturas pelas quais os integrantes do bloco transmitiam o ser negro enquanto narrativa, os levou a construir uma forma de protesto.

O bloco, de fato, já foi tombado enquanto Patrimônio cultural da cidade de Juiz de Fora. Entretanto, a decisão foi revogada com base no decreto 3551 de 04/08/2000, que institui o registro de bens culturais de natureza imaterial constituindo o patrimônio cultural brasileiro, e cria o Programa nacional do patrimônio imaterial e das outras providências no âmbito nacional. E em âmbito municipal a lei de número 10.777/04, seguindo o mesmo viés do decreto nacional. Em relação ao tombamento do bloco, foi discutido na 8ª reunião ordinária da câmara municipal de Juiz de Fora do dia 12 de julho de 2010, quando “o proc. 6225-00/2010<sup>87</sup>, que declara a utilidade pública, para fins de tombamento como patrimônio cultural da cidade, o Bloco Caricato Carnavalesco Domésticas de Luxo.”, que quando colocado em votação foi aprovado na 1ª discussão. Em segunda discussão, na 9ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Juiz de Fora<sup>88</sup>, realizada no dia 13 de julho do ano de 2010, a proposição também foi aprovada. Revogada a proposição de tombamento, foi incluída uma proposição de registro do bloco enquanto patrimônio imaterial, disponível na Divisão de Patrimônio Cultural de Juiz de Fora sob o registro o processo 2563/12, apresentado na data de 07 de abril do ano de 2014. Até a então consulta, o projeto não havia sido discutido.

---

<sup>86</sup> Acesso à reportagem disponível em: <https://tribunademinas.com.br/noticias/cidade/03-02-2018/domesticas-de-luxo-completam-60-anos-e-desfilam-sob-protesto-em-jf.html> Acesso em 03/11/2018 às 11:57

<sup>87</sup> Ata disponível em - <http://www.camarajf.mg.gov.br/sal/ata.php?cod=2316> Acesso em 03/11/2018 às 12:34

<sup>88</sup> Ata disponível em: <http://www.camarajf.mg.gov.br/sal/ata.php?cod=2317> Acesso em 03/11/2018 às 12:35

Percebe-se, assim, além de uma diferença de representação, uma contradição de narrativas das figuras negras na cidade, em relação aos bens simbólicos aqui analisados, que merecem nossa atenção. As praças de Rosa Cabinda e Negro Theóphilo, apesar de não estarem sendo ocupadas politicamente, ainda sim apresentam uma narrativa que valoriza a figura de pessoas negras em seu processo histórico, dando lugar a estes enquanto sujeitos que, percebendo o sistema desumano ao qual estavam submetidos, resistiam com luta, fugas e buscas jurídicas, objetivando a liberdade. A narrativa transmitida pelo bloco domésticas de luxo vem a público principalmente no período do carnaval, caricaturando a figura da mulher negra, levantando inclusive protestos contrários, pois o bloco representa de forma pejorativa o papel de mulheres negras que trabalhavam enquanto empregadas domésticas. Ainda assim o bloco foi proposto como patrimônio imaterial da cidade, ensejando posicionamentos contrários dentro da cidade de Juiz de Fora. Sobretudo a partir do movimento de construção de identidade das pessoas negras que habitam o município e entendem que, a forma como os integrantes do bloco desfilam (ou seja, pintando suas faces de preto, ressaltando de forma pejorativa os traços físicos da população negra como nariz, corpos, e sobretudo tratando de forma pejorativa a figura de mulheres negras que, por diversos fatores se submetiam ao serviço de empregadas domésticas) é inferida enquanto algo que traz reflexos negativos para a população negra da cidade.

## **MEMÓRIA E HISTÓRIA: RESQUÍCIOS DA ESCRAVIZAÇÃO NEGRA EM JUIZ DE FORA NO TEMPO PRESENTE A PARTIR DE ESPAÇOS PÚBLICOS**

O historiador Pierre Nora, ao discutir História e memória, faz alguns apontamentos importantes que contribuem com a reflexão aqui objetivada. Inicialmente, o autor aponta que uma opção à outra – História e Memória – de forma que a memória sempre é carregada através de grupos vivos, mantendo o elo de evolução com os grupos humanos e sujeita à dialética da lembrança e do esquecimento, vulnerável à usos e manipulações (NORA, 1993, p9). Já com relação à História, o autor entende que esta se apresenta como uma reconstrução problemática e incompleta do passado que não existe mais, ou seja, uma representação. “Uma operação intelectual e laicizante, demandando análise e discurso” (1993, p9). Havia o entendimento da dimensão de implicação de um em outra, de forma que a memória se constituía como parte da

operação histórica, que acaba se tornando um evento do âmbito privado a partir do momento que a História se torna uma ciência social e reivindica o estatuto científico, principalmente através da ideia de imparcialidade. Dessa forma, o autor entende que:

A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história uma representação do passado [...] A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quanto grupos existem; que ela é por natureza, múltipla e dilacerada, coletiva, plural e individualizada. A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá a vocação para o universal. (NORA, 1993. P.9)

A partir dessa citação podemos apreender que o autor entende que memória se constitui nas relações sociais a partir de experiência pessoal de um sujeito (a) com relação a um evento passado. A forma como a memória deste sujeito emerge na sociedade se constitui através de narrativas que evocam a memória pessoal para o âmbito público, podendo em algum momento se conectar com a de outras pessoas, formando a memória coletiva, que parte de elementos comum entre grupos com pautas e vivências semelhantes.

Entendo a reivindicação do movimento negro dentro da cidade de Juiz de Fora para a denominação das praças com os nomes de duas pessoas representativas, que tem suas imagens construídas enquanto heróis. Construir uma memória relativa ao período da escravização ocorrido na região nos direciona a pensar na necessidade de não permitir cair em silenciamento os resquícios que este processo deixou para a população da região, no sentido de desigualdades socioeconômicas, segregação geoespacial, entre outros aspectos. Trazer a escravização ocorrida na cidade para o espaço público e debater sobre a mesma, se apresenta como início de reparação simbólica para este grupo populacional, tal como apontam Hebe Mattos, Martha Abreu e Milton Guran:

Essas reivindicações envolvem, portanto, não só direitos a reparações materiais e simbólicas, como também o que se convencionou chamar de “dever de memória” (Heymann e Arruti, 2012). Ou seja, a luta para que determinados acontecimentos como as histórias do tráfico e da escravização não sejam esquecidos, para que continuem presentes na memória de grupos e nações e para que sejam registrados na memória pública do país. (MATTOS; ABREU; GURAN, 2014, p. 269).

## CONCLUSÕES

Onde estes elementos estão localizados, quais suas narrativas e como são utilizados pelo poder e público e pela população em geral são importantes para que algumas conclusões sejam alcançadas. Em primeiro lugar, que existem esses dois elementos públicos - uma praça e um largo – que evocam narrativas divergentes do Bloco Domésticas de Luxo. Essas narrativas atuam no sentido de trazerem para o âmbito social, histórias e memórias de pessoas negras que foram escravizadas dentro dos limites da cidade de Juiz de Fora, lutaram contra o sistema a eles imposto e acabaram se tornando figuras representativas contra a opressão para este grupo social da região. Entretanto a situação de abandono e não ocupação impede que os mesmos sejam utilizados enquanto potencializadores para a construção do conhecimento e de memórias sobre os respectivos períodos. Enquanto segunda conclusão, foi possível perceber que estes sujeitos que foram em protesto no dia do desfile do bloco, construíram sua identidade enquanto sujeitos negros e negras.

Uma das hipóteses de espaço de construção dessa identidade se concentra em disponibilizar o contato destes sujeitos, através do Ensino de História, percebendo que os mesmos não se apresentavam enquanto passivos diante da imposição que lhes era feita. Sendo assim, abre-se a possibilidade de pesquisa que será explorada posteriormente, em buscar entender como o Ensino de História permitiu a construção da identidade de sujeitos que estão ligados à movimentos sociais com a temática étnico-racial. Portanto, entender o envolvimento ou não destes sujeitos com o Movimento Negro e perceber este espaço enquanto lugar de aprendizagem se coloca como futuro questionamento para prosseguimento com pesquisas que debatam a presença de sujeitos negros dentro dos limites de Juiz de Fora.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Giane Elisa Sales. **Entre palavras e silêncios: memórias da educação de mulheres negras em Juiz de Fora – 1950/1970.** Dissertação de mestrado. UFF/Educação, 2009.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como um não ser como fundamento do ser.** Tese (doutorado) em Educação. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005.

GUIMARÃES, Elione Silva. **Múltiplos viveres de afrodescendentes na escravidão e no pós-emancipação: família, trabalho, terra e conflito (Juiz de Fora/MG 1828-1928).** Juiz de Fora: FUNALFA, 2006

\_\_\_\_\_. & GUIMARÃES, Valéria Alves. **Aspectos cotidianos da escravidão em Juiz de Fora.** Juiz de Fora: FUNALFA, 2001

HYUSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia.** Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

MATTOS, Hebe; ABREU, Martha and GURAN, Milton. **Por uma história pública dos africanos escravizados no Brasil.** *Estud. hist. (Rio J.)*[online]. 2014, vol.27, n.54, pp.255-273. ISSN 0103-2186. RIOS, Ana Lugão.

NASCIMENTO, Abdias do. **O quilombismo**. Petrópolis: Vozes, 1980.  
NORA, Pierre. **Entre Memória e História**: a problemática dos lugares. Prof. História, São Paulo. 1993  
RIOS, Ana Lugão; MATTOS, Hebe. **Memórias do cativo**: família, trabalho e cidadania no pós-abolição. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2005.

# NAÇÕES NO BRASIL: CONTRIBUIÇÕES DOS INTELLECTUAIS NEGROS PARA A AMPLIAÇÃO DO CONCEITO

Ana Cláudia Gonçalves<sup>89</sup>

**RESUMO:** Este artigo, que é parte de uma tese de doutorado em andamento, procura investigar a (re)constituição da nação no contexto da refundação da democracia brasileira, a partir da atuação de alguns ativistas que representaram a população negra **durante a Assembleia Nacional Constituinte (1987-88)**. Procuo demonstrar como estes representantes, em grande parte formada por intelectuais, fizeram o uso da história dos negros no Brasil e a articularam com uma identidade coletiva distinta que coubesse na ideia de nação.

**PALAVRAS-CHAVE:** Nação. Intelectual. ANC.

**ABSTRACT:** This article, which is part of an ongoing doctoral thesis, seeks to investigate the (re) constitution of the nation in the context of the refounding of Brazilian democracy, based on the activities of some activists who represented the black population during the National Constituent Assembly (1987-88). I seek to demonstrate how these representatives, largely made up of intellectuals, made use of the history of blacks in Brazil and articulated it with a distinct collective identity that fit the idea of nation.

**KEYWORDS:** Nation. Intellectual. ANC.

*A pesquisa a ser explorada neste artigo propõe uma análise sobre a (re)constituição da nação no contexto da Assembleia Nacional Constituinte (ANC) 1987-1988, focalizando na Subcomissão de Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias - Subcomissão VII-C<sup>90</sup> vinculada à Comissão de Ordem Social. Durante os trabalhos da Subcomissão, vários militantes e estudiosos participaram dos debates que, ao todo, somaram dezesseis sessões, tendo sido também promovidas audiências entre os dias 22 de abril e 05 de maio de 1987.*

---

<sup>89</sup>Doutoranda em História pelo Programa de Pós-Graduação da UFJF. E-mail: gonalves\_anaclaudia@yahoo.com.br

<sup>90</sup>A *Subcomissão VII-C* teve como presidente o deputado Ivo Lech (PMDB-RS), como primeiro vice-presidente o deputado Doreto Campanari (PMDB-SP), como segundo vice-presidente o deputado Bosco França (PMDB-SE) e como relator o deputado Alcení Guerra (PFL-PR). Além do PMDB e do PFL, a subcomissão ainda contava com a participação de representantes do PT e PDT.

Na quarta reunião, que teve a colaboração de Manuela Carneiro da Cunha, a antropóloga apresentou uma explicação em torno do que estava sendo chamado de *minorias*, esclarecendo que a utilização do termo, especialmente no caso da *Subcomissão VII-C*, dizia respeito a determinados grupos que haviam sido excluídos do projeto da nação brasileira<sup>91</sup>. Nesse sentido, o termo *minorias*, inserido no título da *Subcomissão*, despertou o interesse de vários grupos, que ensejaram suas participações buscando apresentar seus problemas e suas demandas. (BACKES; AZEVEDO; ARAÚJO, 2009: 506).

Portanto, a *Subcomissão VII-C* foi palco de alguns dos momentos mais marcantes da ANC, uma vez que possibilitou a membros da sociedade, até então nunca ouvidos, pronunciarem-se no espaço público. Isso posto, busco verificar como se apresentaram as concepções de nação presentes nos discursos travados na *Subcomissão*, com um enfoque maior na população negra. Para tanto, analiso como os representantes da população negra, em grande parte formada por intelectuais, fizeram o uso da história dos negros no Brasil e a articularam com uma identidade coletiva distinta que coubesse na ideia de nação. *Minha intenção não é fazer uma biografia desses intelectuais, mas discorrer sobre a importância da representatividade negra* na elaboração de um projeto nacional.

*Dito isto, cabe destacar alguns apontamento sobre os estudos acerca dos intelectuais.* Estes abarcam definições variadas, contidas em uma extensa bibliografia, cada qual apresentando relevantes discussões sobre a função, as características e as implicações políticas deste grupo. Ademais, há diferenças de cunho histórico, político, cultural, social e/ou racial (BOBBIO, 1997; SIRINELLI, 1996), entretanto, apesar do amplo debate<sup>92</sup>, predominou certa intenção de analisar a função e a inserção deste agente na ordem política.

Ainda que se remeta o termo a uma longínqua tradição de pensadores/estudiosos, a construção do conceito realizou-se no século XIX<sup>93</sup>. Porém, minhas considerações acerca do intelectual serão feitas a partir de pesquisadores do século XX. Nesta direção, uma discussão que se deseja destacar refere-se á realizada por Gramsci, para este autor, cada grupo cria para si um modelo de intelectual, que o mesmo conceitua como “intelectual orgânico”:

---

<sup>91</sup>BRASIL. Diários da Assembleia Nacional Constituinte. Atas da Subcomissão de Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1987-1988. 4ª reunião, 23 de abril, p. 133.

<sup>92</sup> Dos quais podem ser destacar como principais proponentes: Julien Benda, Antonio Gramsci, Karl Mannheim, Jean Paul Sartre, Raymond Aron, Noam Chomsky, Edward Said, Norberto Bobbio, Jürgen Habermas. Walter Mignolo, Gayatri Chakravorty Spivak, Edward Said.

<sup>93</sup> Surgindo no contexto do caso Dreyfus na França.



Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no campo social e político [...]. (GRAMSCI, 1982: 3)

Ademais, Gramsci difere o ser intelectual - que pode ser aplicado a qualquer indivíduo - do exercício propriamente dito, ou seja, nem todos desempenham a função “diretiva e organizativa, isto é, educativa” de um intelectual. (GRAMSCI, 1982: 15)

Nesta direção, outra conceitualização de relevância para esta pesquisa refere-se à de intelectual negro, assim, Nilma Lino Gomes o define como:

aquele profissional que constrói sua trajetória de produção, reflexão e intervenção na interatividade entre o ethos político da discussão da temática racial e o ethos acadêmico-científico adquirido no mundo da ciência moderna. [...] O intelectual negro é também aquele que indaga a ciência por dentro e problematiza conceitos, categorias, teorias e metodologias clássicas [...]. E ainda aquele que coloca em diálogo com a ciência moderna os conhecimentos produzidos na vivência étnicoracial da comunidade negra (GOMES 2010: 500).

É preciso destacar ainda a diferenciação feita entre Intelectuais Negros e Negros Intelectuais. Para Ana Paula dos Santos Gomes

O negro intelectual pode ser todos/as os/as negros/as que produzem conhecimentos seja como engenheiros/as, médicos/ as, poetas, pintores/as, músicos, pesquisadores/as, cozinheiros/as, professores/as, sapateiros/as, borracheiros/as etc, em benefício de si próprio. Porém os/as intelectuais “negros/as” são aqueles/as que produzem conhecimentos não apenas em benefício de si próprios/as, mas também em benefício da sua comunidade negra. [...] O/a intelectual negro/a produz conhecimentos para fortalecer sua comunidade negra, para melhorar a condição de vida dos/as/as negros/as discriminados/as (GOMES, 2009: 93).

Portanto, um intelectual negro é aquele que por um lado estabelece parceria com os movimentos sociais e por outro lado faz articulações com o poder hegemônico, buscando efetivar ações políticas antirracistas. Ou seja, de modo interativo, o intelectual negro incorpora as pautas dos Movimentos Sociais Negros e o conhecimento acadêmico/científico.

Será tendo em vista esta função de organizar e dirigir as estratégias políticas dos grupos, que pretendo analisar a atuação dos intelectuais que discursaram em prol da

população negra **durante a ANC**. Procuo com isto, demonstrar como estes intelectuais fizeram o uso da história dos negros no Brasil e a articularam com uma identidade coletiva distinta que coubesse na ideia de nação. **Por outro lado, o artigo busca chamar a atenção para** o fato de que os discursos levantando durante a ANC são resultado das mudanças promovidas pela população negra enquanto agentes históricos.

Nesta direção, compartilho da convicção fomentada pelos *Subaltern Studies*, isto é, de que as elites exerceram uma dominância nos projetos nacionais e não uma hegemonia sobre os “subalternos”. Isto pois, em diferentes tempos e espaços, diversos grupos, de forma política e histórica, se identificaram e se posicionaram enquanto portadores de uma identidade negra (MUNANGA, 2006; GUIMARÃES, 2008). Ao retomar tais debates, o que busco não é homogeneizar estes grupos, mas mostrar que há um fio condutor histórico para o debate que se estabeleceu em 1987/88.

## **O MOVIMENTO NEGRO EM BUSCA DE UMA NAÇÃO...**

A ambiguidade que se destaca no pós-abolição é a exclusão dos negros do “projeto republicano” de modernização do Brasil. Nesse sentido, a manutenção da desigualdade racial foi legitimada pelo discurso científico que enfatizava o negro numa escala evolutivamente inferior em relação ao branco. Tal concepção de supremacia tem influência do *darwinismo social*, na qual as relações sociais e econômicas seriam naturalmente seletivas. Assim, até o final do século XIX defendia-se que havia uma inferioridade do negro que seria natural.

Embora o pós-abolição fosse fortemente marcado pela discriminação contra a população negra, foi neste momento que se constituíram as bases teóricas do mito da *democracia racial*. Tal mito fundamenta-se na ideia de uma sociedade desprovida de qualquer manifestação de preconceito. Assim, o Brasil foi representado enquanto uma nação que expressava o ideal de *democracia racial*. Difundindo no imaginário social a ideia de que qualquer desvantagem que uma pessoa negra venha a ter é consequência das suas próprias deficiências. Dado que não haveria no Brasil nenhuma forma de distinção entre negros e brancos.

Sabe-se que alguns indivíduos negros conquistaram certo espaço na sociedade ainda no período colonial. Entretanto, o mito da *democracia racial* transformou algumas destas exceções em regra. Assim, forjou-se e distorceu-se a realidade das relações raciais no Brasil.

Este posicionamento ideológico consolidou-se no século XX, um dos principais marcos deste pensamento é a obra *Casa Grande & Senzala* de Gilberto Freyre. Tal autor descreve a convivência entre senhores e escravos constituída por um “equilíbrio de antagonismos”, na qual tendia a negar o racismo frente a opinião pública, propagando uma harmonia decorrente de um país mestiço.

Não obstante, surgiram várias organizações da população negra pelo país, buscando desmistificar a ideia de que se teria constituído no Brasil uma *democracia racial* e almejando inserir a pauta da marginalização da população negra nos debates nacionais.

Deste modo, no que tange a um cenário mais amplo, uma das organizações da população negra que chegou a ter uma amplitude nacionalmente, foi a Frente Negra Brasileira (FNB)<sup>94</sup> criada na década de 1930, a entidade objetivava integrar os negros a nação a partir da mobilidade social.

Nesta direção, outras organizações de destaque no cenário nacional foram a União dos Homens de Cor (UHC) ou Uagacê e o Teatro Experimental do Negro (TEN). A UHC foi fundada em 1943 por João Cabral Alves, a finalidade da entidade era: “elevar o nível econômico, e intelectual das pessoas de cor em todo o território nacional, para torná-las aptas a ingressarem na vida social e administrativa do país, em todos os setores de suas atividades” (DOMINGUES, 2007:108).

Já o TEN, fundado em 1944, agrupava na entidade representantes de importante expressão dentro dos meios acadêmicos, dentre eles destacam-se os nomes de Abdias do Nascimento e Alberto Guerreiro Ramos. (GUIMARAES, 2008:89).

A proposta original era formar um grupo teatral constituído apenas por atores negros, mas progressivamente o TEN adquiriu um caráter mais amplo: publicou o jornal *Quilombo*, passou a oferecer curso de alfabetização, de corte e costura; fundou o Instituto Nacional do Negro, o Museu do Negro; organizou o I Congresso do Negro Brasileiro; promoveu a eleição da Rainha da Mulata e da Boneca de Pixe; tempo depois, realizou o concurso de artes plásticas que teve como tema Cristo Negro, com repercussão na opinião pública. Defendendo os direitos civis dos negros na qualidade de direitos humanos, o TEN propugnava a criação de uma legislação antidiscriminatória para o país. (DOMINGUES, 2007:108).

Em decorrência do *golpe civil-militar*, ocorrido em 1964, às articulações dos negros no Brasil foram suprimidas. Com isto, a volta do movimento negro a cena política do país só foi

---

<sup>94</sup> Em 1937 a FNB foi extinta, após a instauração do “Estado Novo”.

possível novamente em 1979, a partir da formação do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR), atualmente denominado Movimento Negro Unificado (MNU). Desde então, o MNU vem atuando em vários espaços contra discriminação e reivindicando do Estado medidas que visem combater o racismo e valorizar o negro na sociedade.

Em certa medida, essa rearticulação foi motivada pelos movimentos de direitos civis dos negros norte-americanos e pelos movimentos de libertação dos países africanos, ambos articulados na década de 1960. Neste sentido, a influência do cenário internacional refletiu em novas noções nos discursos dos militantes do movimento negro, deste modo, como refere Petrônio Domingues:

O nascimento do MNU significou um marco na história do protesto negro do país, porque, entre outros motivos, desenvolveu-se a proposta de unificar a luta de todos os grupos e organizações anti-racistas em escala nacional. O objetivo era fortalecer o poder político do movimento negro. (DOMINGUES, 2007:114).

Nesta direção, os discursos promovidos durante a ANC, expressam os acúmulos de debates e experiências dos grupos negros, que vêm desde a década de 30 pautando os impactos sociais da escravatura e reivindicando que uma reparação histórica precisa ser feita devido às desigualdades estabelecidas pelo passado escravocrata. Um exemplo disso foi o comentário feito durante a reunião ocorrida em 28 de abril de 1987, pelo Sr. Raimundo Gonçalves dos Santos, Presidente do Núcleo Cultural da Bahia: “A História deste País ainda não foi contada em relação ao negro. Mas esta Constituinte está com tudo nas mãos para apontar para um novo Brasil, para apontar para um novo conceito de Nação”<sup>95</sup>. Vale ressaltar igualmente a fala Lélia Gonzales:

**Vejam que estou falando de sociedade o tempo inteiro, não falei em nenhum momento em nação brasileira, uma vez que o projeto de nação brasileira, ainda é o projeto de uma minoria dominante, o projeto do qual a população, o povo, isto é, o conjunto dos cidadãos não participam e neste conjunto de cidadãos, temos 60% que são negros. E para criarmos uma nação, temos que criar o impulso comum de projeto com relação ao futuro. E para podermos ter impulso com relação ao futuro, temos de conhecer o nosso. E a história do nosso País é uma história**

---

<sup>95</sup> BRASIL. Diários da Assembleia Nacional Constituinte. Atas da Subcomissão de Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1987-1988. 7ª reunião, 28 de abril, p. 133.

**falada pela raça e classe dominante, é uma história oficial, apesar dos grandes esforços que vêm sendo realizados no presente momento<sup>96</sup>.**

Com isso em mente, o constituinte José Carlos Sabóia expressou a ideia ao dizer: “(...) o Estado brasileiro nos negou toda essa visão histórica, a negação de todo esse sonho de construção de uma Nação pluralista, que nós vimos desenhado hoje aqui. E que nós vamos querer desenhar na Nova Carta”<sup>97</sup>.

Outra fala nesta perspectiva que merece ser ressaltada foi a do Sr. Valdomiro Terena, representante dos kaiabis, guaranis, terenas, guabirós e guapós: “Não só é importante para nós, mas para todos, o reconhecimento do Estado brasileiro como Nação pluriétnica. Isto nós sabemos que é também importante, porque a etnia faz parte do reconhecimento do Estado brasileiro sem a divisão do Território Nacional”<sup>98</sup>.

Enquanto projeto exposto na ANC, a perspectiva de nação que discorro pode ser entendida como um projeto recente. No entanto, como projeto prático e histórico tem uma tradição mais longínqua, isto é, resulta da influência e da negação das ideologias que marcaram a história do Brasil e também das experiências, contidas no lugar social e simbólico de ser negro (MUNANGA, 2006).

Nesta direção, cabe destacar um debate importante para esta pesquisa, o qual foi realizado por Stuart Hall sobre o tema do “multiculturalismo”. O autor apresentou uma interpretação ampla do conceito, apontando as distinções estratégicas e *identitárias* próprias de diferentes grupos, as quais permitem visualizar a existência das diversidades culturais internas às sociedades (HALL, 2003). Dessa maneira, reforça-se a necessidade de reconhecer a riqueza contida nas diferentes experiências sociais, as quais possibilitaram a criação de novos paradigmas para a nação, direcionando-a para o campo *étnico-cultural*. Para Habermas, a homogeneidade étnica e cultural que caracterizou o Estado-Nacional tem sido substituída pelo reconhecimento da diversidade, em suas palavras:

---

<sup>96</sup> BRASIL. Diários da Assembleia Nacional Constituinte. Atas da Subcomissão de Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1987-1988. 7ª reunião, 28 de abril, p. 56.

<sup>97</sup> BRASIL. Diários da Assembleia Nacional Constituinte. Atas da Subcomissão de Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1987-1988. 8ª reunião, 29 de abril, p. 165.

<sup>98</sup> BRASIL. Diários da Assembleia Nacional Constituinte. Atas da Subcomissão de Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1987-1988. 11ª reunião, 5 de maio, p. 149.

Convivemos hoje com evidências cotidianas que se distanciam cada vez mais do caso modelar do Estado nacional com uma população culturalmente homogênea. Cresce a multiplicidade de formas culturais de vida, grupos étnicos, confissões religiosas e diferentes imagens de mundo. (HABERMAS, 2004:140).

Nesta direção, para o entendimento de como a nação se constitui atualmente, Homi Bhabha, esclarece que “a nação deixa de ser o símbolo da modernidade para se tornar o sintoma de uma etnografia do 'contemporâneo' dentro da cultura” ( BHABHA, 1990: 298 apud RAMOS, 1993: 5). Na mesma perspectiva do autor, Anthony Smith define que nações “são 'etnias' economicamente integradas em torno de um sistema de trabalho com complementariedade de papéis, cujos membros possuem igualdade de direitos enquanto cidadãos de uma comunidade política não mediada”. (SMITH, 1983: 187 apud RAMOS, 1993: 3).

Por esse viés, o contexto da refundação da democracia brasileira, bem como as Redes de articulação que se estabeleceram naquele momento, constituem mecanismos privilegiados para analisar a disputa política ao redor do desenho da nação brasileira. Essa perspectiva de análise pode fornecer um cenário muito mais complexo da dinâmica da construção da nação do que a tão difundida redução homogeneizadora.

A grande inovação propiciada pela ANC foi a inserção popular na elaboração do projeto nacional, ainda que este modelo de nação não tenha sido amplamente adotado, esta reconstituição em torno da nação se firmou como importante forma de integração e contestação social.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- BACKES, Ana Luiza; AZEVEDO, Débora Bithiah de; ARAÚJO, José Cordeiro de (orgs). Audiências públicas na Assembleia Nacional Constituinte: a sociedade na tribuna. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2009.
- DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. Tempo, Rio de Janeiro, Departamento de História-UFF, n. 23, 2007.
- GOMES ,Nilma Lino. Intelectuais negros e produção do conhecimento: algumas reflexões sobre a realidade brasileira. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Orgs.). Epistemologias do Sul. São Paulo: Editora Cortez, p. 492-516, 2010.

GOMES, Ana Paula dos Santos. A Educação para as Relações Étnico-raciais a partir do Patrimônio Cultural Negro: educação patrimonial da cultura afro-brasileira e os (as) intelectuais negros(as) In: AGUIAR, Márcia Ângela da Silva (Org.). Educação e diversidade: estudos e pesquisas. Recife: UFPE – MEC/SECAD. Gráfica J. Luiz Vasconcelos Ed., 2009.

GRAMSCI, Antonio. Os intelectuais e a organização da cultura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

GUIMARAES, Antonio Sérgio Alfredo. Preconceito racial. Modos, Temas e Tempos. Preconceitos; v. 6. São Paulo; Cortez, 2008.

HABERMAS, Jurgen. A Inclusão do Outro. São Paulo: Loyola , 2004.

HALL, Stuart. Da Diáspora: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

RAMOS, Alcida Rita. Nações Dentro da Nação: um Desencontro de Ideologias. Brasília: Série Antropologia. 1993.

## **FONTES**

BRASIL. Diários da Assembleia Nacional Constituinte. Atas da Subcomissão de Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1987-1988.

## **Ditadura civil militar, tempo presente e usos do passado.**

---

### **“O povo aprende a ler pelo ABC da revolução”: A presença do anticomunismo em notícias sobre o Método Paulo Freire na imprensa carioca (1963-1964)**

Rafaela Domingues Pereira<sup>99</sup>

**RESUMO:** Após o golpe de 1964 e a imposição da Ditadura Militar no Brasil, os avanços realizados no campo da alfabetização de jovens e adultos foram interrompidos. O método de ensino pensado por Paulo Freire, antes base do Programa Nacional de Alfabetização (PNA) e das experiências dos Movimentos da Educação Popular, passou a ser apresentado como “subversivo” e “esquerdista”. Entretanto, a mobilização do discurso anticomunista para desqualificar tal método pode ser observada antes mesmo do golpe. Assim, o objetivo deste trabalho é investigar a associação desse discurso com o Método Paulo Freire, a partir de notícias da imprensa carioca dos anos de 1963 e 1964. A metodologia adotada se resume a uma incursão por periódicos sediados no Rio de Janeiro, como o *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã* e *Tribuna da Imprensa*, todos estes disponíveis na Hemeroteca Digital Brasileira.

**Palavras-chave:** Método Paulo Freire; Educação Popular; Anticomunismo.

**ABSTRACT:** After the 1964 coup and the imposition of the military dictatorship in Brazil, the advances that were being made in the field of youth and adult literacy were halted. The teaching method devised by Paulo Freire, before the base of the National Literacy Program and also those suffered by the Popular Education Movements, came to be presented as “subversive” and “leftist”. However the mobilization of anti-communist discourse to disqualify such a method can be observed even before the coup. Thus, the objective of this paper is to investigate the approach of this discourse with the so-called Paulo Freire Method, from news published by the Rio de Janeiro press, between 1963 and 1964. The adopted

---

<sup>99</sup> Graduada em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) da UFRJ. Email: rafa\_rdp@hotmail.com.



methodology it comes down in the journalistic material produced by *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã* and *Tribuna da Imprensa*, available in the Hemeroteca Digital Brasileira.

**Keywords:** Paulo Freire Method; Popular Education; Anticommunism.

## INTRODUÇÃO

No pós-golpe de 1964, os Movimentos da Educação Popular foram desarticulados por várias frentes. O educador Paulo Freire, que anteriormente presidia o Plano Nacional de Alfabetização (PNA), foi preso e em seguida partiu para o exílio. Nessa mesma direção, monitores das experiências educativas que se espalharam pelo país foram presos, seus materiais pedagógicos foram apreendidos e suas sedes destruídas. Portanto, barrar o avanço de como a alfabetização das classes populares estava sendo desenvolvida foi uma das primeiras preocupações dos militares que assumiram o poder, os quais apostaram na perseguição “a tudo e todos considerados suspeitos de práticas ou ideias subversivas. A mera acusação de que uma pessoa, um programa educativo ou um livro tivesse inspiração “comunista” era suficiente para demissão, suspensão ou apreensão” (CUNHA e GÓES, 1991:36).

Naquele momento histórico, acionar o imaginário e o discurso anticomunista para justificar a repressão tornou-se uma prática comum, inclusive no caso daquela empreendida contra a área educacional e seus sujeitos. Entretanto, isso não se tratava de uma inovação dos novos representantes do poder, visto que, o fenômeno do anticomunismo sempre figurou no cenário nacional, com maior ou menor intensidade, ao longo da história brasileira. Nesse sentido, uma das formas encontradas para atacar as pessoas e movimentos que se envolviam com a alfabetização de jovens e adultos foi a aproximação do método de ensino adotado por estes com o “comunismo” e a “subversão”. Desse modo, antes mesmo do golpe de 1964, havia movimentações de diversos grupos para que o Método Paulo Freire fosse ligado ao imaginário e as representações anticomunistas que permeavam a sociedade, já que, a conscientização das classes populares era vista como uma possibilidade real de mudança na ordem estabelecida.

A partir de tal chave de leitura, esta pesquisa se propõe a investigar a aproximação do discurso anticomunista ao Método Paulo Freire nas notícias veiculadas pela imprensa carioca,

entre os anos de 1963 e 1964. Para tanto, foram consultados os acervos do *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã* e *Tribuna da Imprensa*, disponíveis na Hemeroteca Digital Brasileira. Cabe salientar que, por se tratar de uma pesquisa ainda em andamento, o presente trabalho tem o objetivo de apresentar uma primeira incursão nas fontes encontradas e começar a delinear a análise desse material. Por fim, no que se refere a organização deste artigo, iniciaremos com algumas considerações sobre a presença do fenômeno do anticomunismo no Brasil e, em seguida, avançaremos na primeira análise das matérias levantadas durante a nossa pesquisa.

### **CONSIDERAÇÕES SOBRE O ANTICOMUNISMO NA HISTÓRIA BRASILEIRA**

A primeira pesquisa de fôlego sobre o fenômeno do anticomunismo brasileiro é exposta no livro “Em guarda contra o perigo vermelho: O anticomunismo no Brasil (1917-1964)” (2000), o qual decorre da tese de doutoramento de Rodrigo Patto Sá Motta e é uma das bases para o presente trabalho. Ao analisar o anticomunismo na longa duração, o historiador identifica que tal fenômeno possui presença cativa ao longo da história brasileira, embora sua intensidade varie de acordo com as condições históricas vigentes. Assim, dois momentos são apresentados como períodos de sua maior incidência: os anos após os Levantes de 1935 e o início da década de 1960. Pois, de acordo com sua tese, na medida em que os comunistas avançavam, estes alimentavam e estimulavam as movimentações dos setores anticomunistas.

Uma importante contribuição que este estudo nos traz é o rompimento com as explicações esquemáticas que apontam o anticomunismo como um fenômeno artificial e que existiria exclusivamente para justificar decisões políticas, golpes de Estado e a repressão movida contra sujeitos específicos. Como afirma o historiador, houveram grupos que de fato acreditavam que o chamado “perigo vermelho” representava uma ameaça para a manutenção da ordem política, econômica e moral em voga, ou seja, o inimigo comunista figurava na visão de mundo desses indivíduos. Em suas palavras,

como imaginara Karl Marx, o comunismo foi efetivamente um espectro rondando a sociedade capitalista (...) embora tal afirmação tenha sido feita em meados do século XIX, ela se aplica melhor ao século atual [século XX], quando o “fantasma” adquiriu um poder sem precedentes de amedrontar os setores mais conservadores da sociedade. Durante os cerca de 70 anos compreendidos entre a Revolução de outubro de 1917 e a crise do socialismo real ocorrida na virada da década de 1980 para 1990, o comunismo tornou-se

muito mais que um espectro (...) o que era antes uma promessa e uma possibilidade teórica transformou-se em existência concreta (MOTTA, 2000:5).

Por conseguinte, não foram poucos os grupos que se empenharam na luta contra o comunismo por um medo real que, em certa medida, se ancorava na realidade do século XX, em um cenário em que as experiências socialistas se espalhavam pelo mundo. Já no caso do Brasil dos anos sessenta, a conjuntura fora marcada pela proliferação das organizações de esquerda, inclusive com estas adentrando setores tradicionalmente anticomunistas, como a Igreja e as Forças Armadas. Dessa maneira, o imaginário e as representações anticomunistas não podem ser pensadas fora da visão de mundo, assim como do caldo cultural e ideológico em que se inseriam.

Como Motta não focaliza a aproximação do discurso anticomunista à educação, convém apontar sua constante mobilização nos ataques a projetos educacionais em diferentes momentos da história brasileira. Por exemplo, esse discurso foi utilizado por indivíduos ligados à Igreja, já no início dos anos 30, para desqualificar o ideário dos Pioneiros da Educação Nova:

os católicos argumentavam que o controle do ensino pelo Estado resultaria na implementação de um verdadeiro *Absolutismo Pedagógico*, característico das sociedades socialistas. Em função dessa ideia, procurava-se forjar uma certa imagem dos Pioneiros: a de predadores conscientes ou inconscientes, da *pedagogia comunista* (XAVIER, 2002:14).

Por sua vez, atualmente, o anticomunismo também é um aspecto sustentador do movimento Escola Sem Partido, o qual persegue professores pela internet e pelas escolas de todo o país. Portanto, pode-se observar que é comum a articulação do imaginário e de representações anticomunistas para dar corpo aos ataques contra projetos educacionais ou a classe docente.

Porém, voltando à década de 1960, Motta nos traz uma importante informação sobre a aproximação do anticomunismo à educação. Esta se iniciaria em 1963, no bojo da denúncia de infiltração - promovida ou fomentada pelo governo de João Goulart - de comunistas nos órgãos estatais, como o Ministério da Educação. Já os fatos catalisadores seriam a prova de seleção de educadores para o Plano Nacional de Alfabetização (PNA) e a utilização de palavras geradoras consideradas politizadas. Mais a frente, procuraremos confirmar tais

indicações através da análise das notícias veiculadas pela imprensa carioca sobre o Método Paulo Freire, entre 1963 e 1964.

## **O MÉTODO PAULO FREIRE NAS NOTÍCIAS DA IMPRENSA CARIOCA (1963-1964)**

“A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não pode prescindir da leitura daquele (...) Se for capaz de escrever minha palavra estarei, de certa forma transformando o mundo. O ato de ler o mundo implica uma leitura dentro e fora de mim. Implica na relação que eu tenho com esse mundo” (Paulo Freire – Abertura do Congresso Brasileiro de Leitura, Campinas, 1981).

Primeiramente, cabe salientar que o próprio Paulo Freire não simpatizava com a denominação “método” para a maneira de ensino idealizada por ele e preferia Sistema Paulo Freire de Ensino. No entanto, a nomenclatura que se tornou conhecida foi a primeira e, por isso, utilizaremos essa denominação ao longo deste trabalho. A espinha dorsal desse Método era alfabetizar jovens e adultos levando em conta o cotidiano dos educandos e as especificidades do universo vocabular de cada comunidade. Isso se expressa na adoção das chamadas “palavras geradoras”, as quais já eram utilizadas pelos alfabetizandos e facilitavam o processo de aprendizagem:

já no levantamento do vocabulário popular, isto é, nas preliminares do curso, “busca-se um máximo de interferência do povo na estrutura do programa. Ao educador cabe apenas registrar fielmente este vocabulário e selecionar algumas palavras básicas em termos de sua frequência, relevância como significação vivida e tipo de complexidade fonêmica que apresentam. Estas palavras, de uso comum na linguagem do povo e carregadas de experiência vivida, são decisivas, pois a partir delas o alfabetizando irá descobrir as sílabas, as letras e as dificuldades silábicas específicas de seu idioma, além de que servirão de material inicial para descoberta de novas palavras. São as palavras geradoras, a partir de cuja discussão o alfabetismo irá tomando posse de seu idioma. Falamos de discussão, e este é um ponto capital para o aprendizado, pois segundo esta pedagogia a palavra jamais pode ser vista como um “dado” (ou como uma doação do educador ao educando) mas é sempre, e essencialmente, um tema de debate para todos os participantes do círculo de cultura. As palavras não existem independentemente de sua significação real, de sua referência às situações. A palavra “favela”, por exemplo (uma das 17 palavras de um dos cursos realizados no Brasil), aparece projetada sobre a representação da situação a que se refere e interessa menos como possibilidade de uma decomposição analítica das sílabas e letras que como um modo de expressão de uma situação real, de uma “situação desafiadora”, como diz Paulo Freire (WEFFORT, 1967:4-5).

Nesse sentido, a perspectiva da liberdade tem um papel de destaque nessa visão pedagógica ao considerar que só é possível “alcançar efetividade e eficácia na medida da

participação livre e crítica dos educandos” (WEFFORT, 1967:4). Assim, a escola é substituída pelo *círculo de cultura*. Onde se reunia “um *coordenador* a algumas dezenas de homens do povo no trabalho comum pela conquista da linguagem. O coordenador quase sempre um jovem, sabe que não exerce a função de “professor” e que o *diálogo* é condição essencial de sua tarefa” (WEFFORT, 1967:4). Outrossim, é impossível dissociar essa forma de alfabetização da conscientização sobre a situação real vivida pelo educando. Como Freire sintetizaria “a leitura do mundo precede a leitura da palavra” (Congresso Brasileiro de Leitura, 1981).

O marco da constatação da efetividade do MPF foi a experiência de Angicos, no estado do Rio Grande do Norte. Nesse período, a região nordeste apresentava os maiores índices de analfabetismo do país, sendo que dos 25 milhões de habitantes, 15 milhões eram analfabetos. Essa experiência ficou conhecida pela alfabetização de 300 trabalhadores em apenas 40 horas. Por conta disso, Freire foi convidado para dirigir o Plano Nacional de Alfabetização (PNA), onde seu método seria aplicado em escala nacional. Naquela conjuntura, a superação do analfabetismo era encarado por setores políticos como uma forma de superação as ditas raízes do atraso nacional e propiciar a modernização do capitalismo brasileiro com o aumento da escolarização da mão de obra do país. Portanto, as experiências da Educação Popular não ocorreram a margem do Estado, pelo contrário, foram incentivadas pelos governos municipais, estaduais e o federal.

No entanto, não seria somente essa visão que alavancaria o combate ao analfabetismo. Até então, as pessoas não alfabetizadas estavam alijadas do processo eleitoral. Dessa forma, a inserção dos recém-alfabetizados com uma visão crítica da realidade em que estavam inseridos possibilitaria a eleição de candidatos mais comprometidos com as classes populares ou mesmo aqueles que se identificassem com o modo populista de governar. Eis aqui um ponto que contava bastante para um rol de políticos brasileiros. Assim, caminhamos para o entendimento de que tal empenho contra o analfabetismo se constituiu como um encontro de interesses diversos e, por vezes, até contraditórios.

Devido à possibilidade de mudanças na ordem vigente pela inserção das parcelas populares na vida política brasileira, a alfabetização consciente pensada por Freire e pelos Movimentos da Educação Popular provocou um grande temor nas classes dominantes. Ao mesmo tempo em que as alternativas educacionais se desenvolviam, também avançavam as movimentações de alguns grupos para barrá-las. Tal fato pode ser constatado através das

notícias produzidas pela imprensa carioca nos primeiros anos da década de 1960, como “Governo ensina com cartilha da revolta”, da Tribuna da Imprensa, 4 de Janeiro de 1964; “Deputado confirma e denuncia a natureza ideológica da prova de seleção de alfabetizadores”, O Jornal, 14 de Janeiro de 1964; “O povo aprende a ler pelo ABC da revolução”, Tribuna da Imprensa, em 24 de janeiro de 1964. Nestas notícias a eficácia do Método Paulo Freire (MPF) não era colocada em questão, mas sim as palavras utilizadas no processo de alfabetização, assim como, a politização “esquerdista” do processo educativo. Inclusive, uma notícia de 20 de janeiro de 1964, da Tribuna da Imprensa, dá conta da aplicação do Método no Rio Grande do Norte com a supressão dos aspectos considerados “esquerdistas”, a transcrevemos abaixo:

O governador Aluísio Alves considera o Plano Nacional de Alfabetização de Adultos, do Ministério da Educação (Método Paulo Freire) puramente demagógico e de **tendências comunistas**. O mesmo método foi adotado pela Secretaria de Educação do Rio Grande do Norte, mas o governador tratou de **retirar do método seu sentido esquerdizante as palavras-chave que conduzem fatalmente o alfabetizando à linha nitidamente revolucionária de esquerda**. Adotou, apenas, a técnica de Paulo Freire, mas não sua ideologia. E as palavras esquerdizantes, que têm o objetivo de “politizar” o homem foram substituídas por outras, que realmente o politizam no sentido democrático (“Aluísio adaptou o método de Freire”, Tribuna da Imprensa, 20/01/1964. **Grifos nosso**)

A partir dessa notícia e das demais encontradas fica claro a intenção em se aproximar o imaginário anticomunista, que foi construído ao longo da história brasileira, ao Método de ensino idealizado por Freire. Nesse movimento, as notícias utilizam amplamente os adjetivos “esquerdista”, “comunista”, “bolchevique” “subversivo” etc., na tentativa de “emprestar” o imaginário construído acerca dos comunistas a essa proposta pedagógica. É essencial considerarmos que, nesse período, os jornais eram importantes espaços de comunicação, deste modo, a mensagem que o MPF era algo “esquerdista” ou “comunista” encontrava ressonância e chegava a diferentes setores da sociedade.

Como já apontado, as “palavras geradoras” eram lidas como provas da ideologia do MPF. Na matéria “O povo aprende a ler pelo ABC da revolução”, publicada na Tribuna da Imprensa, em 24 de janeiro de 1964, é esmiuçado como se daria o processo de alfabetização com a utilização dessas palavras e frisa que

o professor Paulo Freire admitiu a **inspiração política** de seu método de alfabetização ao escrever, em um estudo sobre a questão, que a criação de situações típicas de grupos que se vai alfabetizar, a terceira etapa do trabalho “abre perspectivas para **análise dos problemas regionais e nacionais**”. Segundo os adversários do sr. Paulo Freire, que vão desde educadores a

dirigentes de partidos políticos, o método (...) usa “slides” que projetam diante dos olhos dos alunos frases carregadas de conceitos contra as instituições vigentes, principalmente contra o regime de propriedade no campo (“O povo aprende a ler pelo ABC da revolução”, Tribuna da Imprensa, 24 de janeiro de 1964. **Grifos nosso**).

Em algumas notícias também se destaca o temor da inclusão dos analfabetos nas próximas eleições e aponta o combate do analfabetismo como um plano para a perpetuação de João Goulart no poder. Por exemplo, a coluna de Hélio Fernandes, publicada em 27 de dezembro de 1963, dizia alertar os eleitores que

“o governo está desfechando grande campanha publicitária apregoando as maravilhas do Método Paulo Freire para a alfabetização em apenas 40 horas de aulas. Isso é uma grande mitificação do Governo João Goulart e precisa ser desmascarado imediatamente. O objetivo dessa campanha é **justificar o eleitores fantasmas que estão sendo fabricados no Nordeste**. O governo não está interessado em acabar com o analfabetismo, pois ai perderia a sua principal fonte eleitoral. O que está sendo feito em massa (...) é a preparação de eleitores para o pleito de 1965 (...) calcula-se que com o “maravilhoso” Método Paulo Freire, 5 milhões de analfabetos votarão na eleição de 1965 (“Em primeira mão”, Tribuna da Imprensa, 27 de dezembro de 1963).

Dialogando com o trabalho de Motta (2000), não seria correto apontar a aproximação do discurso anticomunista ao Método Paulo Freire como uma simples justificativa para a desarticulação das experiências que o utilizavam, mas entendê-la como parte de um medo genuíno, o qual, em alguma medida, se relacionava com aspectos da realidade do período. Já que a “motivação anticomunista resultou da intrincada mistura entre instrumentalização (manipulação) e convicção, que se combinam em medida diferente ao longo da história” (MOTTA, 2000:10).

O julgamento dessas manifestações como instrumentalização ou convicção é uma tarefa difícil para os historiadores ou quiçá impossível. No entanto, faz-se necessário apontar quais exageros e afastamento da realidade há nos discursos das notícias aqui analisadas, principalmente no que se refere à acusação da utilização de palavras “esquerdizantes” no decorrer do processo de alfabetização. Se de um lado, as notícias apontam que palavras contra a ordem vigente e que “pregavam a rebelião do povo”<sup>100</sup> eram adotadas, por outro, em “Educação como prática da liberdade” (1967), Freire indica a utilização de 17 palavras em um curso no estado do Rio de Janeiro e que foram coletadas do universo vocabular da região,

---

<sup>100</sup> “O povo aprende a ler pelo ABC da revolução”, Tribuna da Imprensa, 24 de janeiro de 1964.

dentre elas figuravam chuva, arado, terreno, favela, comida, batuque, poço, bicicleta, trabalho, salário, profissão, governo, mangue, engenho, enxada, tijolo e riqueza. Mesmo diante da impossibilidade de mensurar o grau de instrumentalização ou convicção na aproximação do Método à “esquerda” e ao “comunismo” para deslegitimá-lo, os resultados de ambos são semelhantes em última instância. Instaurada a Ditadura tanto a perseguição aos educadores populares, como a destruição das experiências da Educação Popular, se apoiaria fartamente nessa aproximação para justificar a repressão empreendida pelo Estado.

## CONCLUSÃO

Chegado ao fim deste trabalho, esperamos ter demonstrado que a mobilização do discurso anticomunista contra as experiências da Educação Popular, principalmente em torno do chamado Método Paulo Freire, não foi uma novidade imposta pela Ditadura Militar que se instalou no país no ano de 1964. Pelo contrário, essa se constitui como uma prática usual no combate aos projetos educacionais ao longo da história brasileira. No caso dos anos sessenta, antes mesmo do golpe, foi possível constatar tais movimentações através das notícias veiculadas pela imprensa carioca, as quais, em sua totalidade, possuem datas anteriores ao golpe civil-militar.

A tentativa de aproximação do Método ao comunismo fica nítida com o emprego de palavras como “esquerdista”, “comunista”, “bolchevique” e “subversivo” nas notícias analisadas. Nesse movimento, seus autores buscavam conferir a essa proposta pedagógica todo o peso do forte imaginário anticomunista enraizado na sociedade brasileira, já estudado profundamente por Motta (2002). No entanto, em termos de efetividade, o sistema de ensino de Freire não era diretamente questionado, já que, a principal preocupação desses setores era com a conscientização das camadas populares e, logo, com a possibilidade de interferência dos recém-alfabetizados no jogo eleitoral e na ordem estabelecida. Em outras palavras, as classes dominantes não permitiriam uma alfabetização que conscientizassem os ditos “de baixo” sobre sua força para promover mudanças, por menores que fossem, como melhorias nas condições de vida e trabalho.

Por fim, como uma pesquisa ainda em andamento, destacando a nossa intenção de se aprofundar mais no estudo da aproximação do discurso anticomunista com a área da educação e seus sujeitos, já que, no pós-golpe a repressão estatal se apoiaria nessa visão de mundo para



perseguir os educadores populares e dismantelar as experiências da Educação Popular. Outrossim, a importância de tal tema é ampliada ao considerarmos que o anticomunismo ainda é um elemento presente nos ataques a projetos educacionais na atualidade.

## **BIBLIOGRAFIA**

CUNHA, Luiz Antônio e GÓES, Moacyr. **O golpe na educação**. 7 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

FREIRE, Paulo. **Abertura do Congresso Brasileiro de Leitura**, Campinas, 1981.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o “perigo vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

XAVIER, Libânia Nacif. O Manifesto como divisor de águas na história da educação brasileira. In: **Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova: um legado educacional em debate**. RJ-MG, FUMEC/FGV, 2004, pp. 21-38.

WEFFORT, Francisco C.. Educação e Política (Reflexões sociológicas sobre uma pedagogia da Liberdade). In: **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967, pp. 1-26.

## **Fontes:**

Acervo Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>, acessado em 15/09/2019.

“Em primeira mão”, Tribuna da Imprensa, 27 de dezembro de 1963.

“Governo ensina com cartilha da revolta”, Tribuna da Imprensa, 4 de Janeiro de 1964.

“Deputado confirma e denuncia a natureza ideológica da prova de seleção de alfabetizadores”, O Jornal, 14 de Janeiro de 1964.

“O povo aprende a ler pelo ABC da revolução”, Tribuna da Imprensa, 24 de janeiro de 1964.

# **A História Nova do Brasil e a ditadura civil-militar sob a visão do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**

Daniela de Miranda dos Santos\*

**RESUMO:** O presente artigo tem por objetivo debater a visão do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) sobre o projeto da *História Nova do Brasil*. Este projeto criado em 1963 no governo de João Goulart pelo Ministério da Educação e Cultura tinha como finalidade promover uma revisão dos conteúdos dos livros didáticos de História do Brasil, que eram até então concebidos de forma tradicional, factual e heroica. A proposta teve repercussão negativa dentro de um cenário anticomunista e foi encerrado devido às pressões das forças conservadoras do país logo no início da ditadura. O IHGB possuiu participação significativa no desmonte desse trabalho de revisão do ensino de história em função de um duelo historiográfico e também por uma disputa ideológica. Para aprofundar a compreensão sobre essas disputas, utilizarei como fonte o parecer publicado pelo IHGB referente à *História Nova*.

**PALAVRAS-CHAVE:** IHGB, História Nova do Brasil, ditadura civil-militar.

**ABSTRACT:** This article aims to discuss the vision of the Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) about the project of the *História Nova do Brasil*. This project created in 1963 under the government of João Goulart by the Ministry of Education and Culture was intended to promote a review of the contents of the history books of Brazil, which were hitherto conceived in a traditional, factual and heroic manner. The proposal had negative repercussions within an anti-communist scenario and was terminated due to pressure from conservative forces in the early dictatorship. The IHGB had a significant participation in the dismantling of this work of revision of the teaching of history due to a historiographical duel and also for an ideological dispute. To deepen my understanding of these disputes, I will use as source the opinion published by the IHGB regarding *História Nova*.

**KEYWORDS:** IHGB, História Nova do Brasil, civilian-military dictatorship.

---

\* Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: danielamiranda.ufjf@gmail.com

Em fins do mês de março do ano de 1964, a Comissão de História do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)<sup>101</sup> elaborou, a pedido do Diretório Central da Liga da Defesa Nacional, um parecer acerca da coleção *História Nova do Brasil*. Esse parecer foi aprovado entre a diretoria da instituição, assinado por Américo Jacobina Lacombe e publicado na *Revista do IHGB* na edição de abril a junho de 1964. O parecer, que se trata de uma relevante fonte para a discussão aqui realizada, referindo-se ao projeto da *História Nova* expressa veementemente a posição contrária aos fascículos que foram publicados às vésperas do golpe civil-militar de 1964. É um texto elaborado com 19 páginas, onde encontramos 25 tópicos de críticas ao projeto.

Algumas pesquisas mais sistemáticas acerca da *História Nova* já foram desenvolvidas e nos ajudam a compor esse contexto e principalmente a compreender os objetivos e caminhos deste projeto. Menciono aqui o texto da Lucia Maria Paschoal Guimarães e Nanci Leonzo (2003), da Elaine Lourenço (2008) e as investigações de Vanessa Clemente Cardoso apresentadas em artigo (2016) e em suas pesquisas de Mestrado (2013) e Doutorado (2019).

Assim, em busca de dialogar com esses trabalhos, a discussão proposta neste artigo tem como objetivo específico apresentar as visões do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro sobre a *História Nova* e sobre os atores envolvidos neste projeto, em especial, Nelson Werneck Sodré. Do mesmo modo, tem como um propósito amplo, colaborar para investigações acerca da postura do IHGB perante o golpe de 1964, bem como fornecer subsídios para se pensar e interpretar discursos propagados no interior da instituição no fim da ditadura, permitindo-nos, até certo ponto, entender a forma como o Instituto Histórico construiu um memória acerca desse período ditatorial brasileiro<sup>102</sup>.

Com base nas pesquisas mencionadas acima, é possível dizer, de maneira resumida, que a *História Nova do Brasil* foi um projeto que resultou na produção e publicação de obras que visavam uma reformulação dos conteúdos dos livros didáticos de História no Brasil. Os

---

<sup>101</sup> A Comissão de História neste período era composta pelos sócios Américo Jacobina Lacombe, Hélio Vianna, Herbert Canabarro Reichardt, Marcos Carneiro de Mendonça e Wanderley Pinho.

<sup>102</sup> Sobre a postura do IHGB com a ditadura civil-militar, ver: SANTOS, Daniela de Miranda dos. *O IHGB e a ditadura civil-militar brasileira*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2018.

livros didáticos de ensino de História que circulavam no país, em sua maioria, eram formulados de forma tradicional, quadripartite, factual e heroica (CARDOSO, 2016: 128).

A *História Nova* surgiu no momento em que a atuação do movimento estudantil era intensa em torno do debate das propostas de reformas educacionais (CARDOSO, 2019). Tendo início em 1963, com João Goulart na Presidência do Brasil, estava também articulada ao contexto de Reformas de Base do Governo de João Goulart, que se centravam na autonomia nacional e postura do país em relação ao capital estrangeiro, no plano econômico; na pressão pela reforma agrária, no campo político e propostas de alfabetização de adultos em curto prazo no plano educacional (GUIMARÃES; LEONZO, 2003: 236).

Esse projeto foi possível a partir da união de dois órgãos do Ministério da Educação e Cultura - a Companhia de Assistência ao Educando (CASES) e o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) - que fizeram uma parceria com a finalidade de promover a revisão dos conteúdos dos livros didáticos de História do Brasil com base em um incômodo por parte de intelectuais em relação ao ensino de História no país (CARDOSO, 2016: 128). Assim, a proposta, denominada *História Nova*, era editar uma coletânea de textos destinados aos professores de história para uso nos colégios da rede oficial e particular de nível médio com uma nova abordagem do ensino almejando a renovação e alargamento das perspectivas do estudo de História com uma função social (GUIMARÃES; LEONZO, 2003: 237).

Foi então que em meados de 1963, Nelson Werneck Sodré, historiador, militar, um dos principais intelectuais do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e chefe do Departamento de História do ISEB, coordenou a execução do projeto contando com a colaboração de mais cinco jovens: Joel Rufino dos Santos, Maurício Martins de Mello, Pedro de Alcântara Figueira, Pedro Celso Uchôa Cavalcanti Neto e Rubem César Fernandes (CARDOSO, 2016: 129)<sup>103</sup>.

Segundo Vanessa Cardoso (2019), a coleção foi concebida no meio acadêmico da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (FNFi da UB), envolveu

---

<sup>103</sup> Quatro deles eram professores do ensino médio e haviam se formado no curso de história da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil – hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ (GUIMARÃES; LEONZO, 2003, p. 238).

diretamente as atividades do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), que era uma instituição que se dedicava a pesquisa, ao ensino e divulgação de história e ciências sociais, e além disso, foi concretizado como publicação pela Campanha de Assistência ao Estudante (CASES).

A proposta previa a confecção de dez volumes<sup>104</sup>. Mas, com o golpe de 1964 e a instalação da ditadura civil-militar, apenas cinco volumes circularam. Eles foram distribuídos gratuitamente pelo correio para todos os professores de história e geografia registrados no MEC e comercializados nas livrarias do Rio de Janeiro (CAVALCANTI NETO, 1993 apud CARDOSO, 2019).

Em função do cenário de anticomunismo vivenciado, a obra foi recebida com enfrentamento pelas forças conservadoras. A imprensa, se configurando como um grande setor de oposição à *História Nova*, se manifestou de forma contrária à obra. Os jornais *O Globo* e *O Estado de S. Paulo* foram os primeiros a se manifestarem. Também se revelaram contrários: o Estado Maior do Exército e a Comissão Nacional do Livro Didático. Além deles, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro que, com o seu parecer publicado na revista da própria instituição, externou seu despreço pela obra (LOURENÇO, 2008). Todos eles consideram – e por isso mencionaram - que a coleção representava um perigo de avanço da esquerda e do comunismo no país.

Esses ataques acarretaram na suspensão da coleção pelos militares logo após o golpe de 1964. Neste momento, alguns volumes já haviam sido publicados (1, 3, 4, 6, e 7), outros estavam em desenvolvimento e os dois últimos ainda não haviam sido entregues pelos autores para a editora (LOURENÇO, 2008: 396).

Todo esse trabalho, portanto, foi interrompido. Nelson Werneck Sodré em seu livro *História da História Nova* relata, a partir de seus depoimentos, que o ISEB no dia 1º de abril de 1964 foi invadido e depredado por pessoas a mando de órgãos policiais da Guanabara. Segundo ele:

---

<sup>104</sup> Os dez títulos previstos eram: 1. “O descobrimento do Brasil”; 2. “A sociedade do açúcar”; 3. “As invasões holandesas”; 4. “A expansão territorial”; 5. “A decadência do regime colonial”; 6. “A independência de 1822”; 7. “Da Independência à República”; 8. “O sentido da Abolição”; 9. “O advento da República”; e 10. “O significado do Florianismo” (LOURENÇO, 2008: 393).

Nada ficou inteiro no edifício onde funcionara a instituição: cadeiras e mesas foram quebradas, os quadros arrancados da parede e destruídos vidros e molduras, as poltronas foram eventradas, as gavetas atiradas ao chão, os papéis espalhados pelo jardim, a biblioteca teve seus livros rasgados e as estantes derrubadas. Ali se encontravam, no momento, apenas três funcionários, o zelador, o copeiro e o faxineiro; passaram dois meses nos cárceres do DOPS guanabarrino, como se fossem facínoras (SODRÉ, 1987: 45).

Dessa forma, Ranieri Mazzilli, na Presidência da República de forma transitória, fez da extinção do ISEB o seu primeiro ato. Muitas das obras da *História Nova* que haviam sido recolhidas foram queimadas em praça pública e sua venda proibida. Conforme destaca Vanessa Cardoso (2013), algumas pessoas envolvidas no projeto foram presas, outras exiladas, sequestradas. Além de perderem seus empregos e o direito de exercerem suas profissões. Em consequência, todos os autores da *História Nova* foram alvos de Inquéritos Policiais Militares (IPMs) e assim, ocorreu o fechamento do ISEB bem como o desaparecimento das obras (LOURENÇO, 2008: 395).

Foi a primeira vez no Brasil que livros didáticos causaram tamanho alvoroço e retaliação a seus autores (CARDOSO, 2013). E para tudo isso, é importante mencionar que, com a elaboração do parecer, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro teve papel fundamental, pois ele foi usado como documento de acusação e portanto, crucial para a proibição, perseguição, prisão e tortura de alguns dos autores da obra (CARDOSO, 2016:146-149). Em outras palavras, o IHGB colaborou para que o ISEB fosse investigado e destruído junto com o seu projeto de reformulação do ensino de história.

Esse parecer assinado por Américo Jacobina Lacombe e publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em meados de 1964 difamava e destruía a coleção da *História Nova* ao afirmar que se tratava de uma publicação marxista, com uma orientação doutrinária; que não deveria ser recomendada por autoridades educativas do país; que deformava a mentalidade dos jovens com conceitos errados e falsos; que não valorizava exatamente aquilo que se deve na história; que banalizava o culto cívico e fatos memoráveis da nacionalidade e que por ter propósitos “comunizantes”, o projeto deveria ser urgentemente cancelado para que houvesse uma educação livre e democrática (LACOMBE, 1964).

Diante disso, convém analisar esse parecer – que se pretendia ser um parecer técnico – a partir de dois pontos distintos, mas ao mesmo tempo convergentes. De um lado é preciso compreender aquele texto escrito por Lacombe levando em consideração o contexto, que era marcado pela ideologia do anticomunismo – em palavras do historiador Rodrigo Patto Sá Matta. E o IHGB estava mergulhado nesta ideologia<sup>105</sup>. Havia, nitidamente, uma referência de Américo Jacobina ao “perigo vermelho”. Por outro lado, se torna interessante comentar, seguindo também apontamentos realizados por Vanessa Cardoso, que a *História Nova*, com a sua proposta, rompe com uma historiografia orientada sob o prisma de grupos dominantes escrita por “historiadores” do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Dessa forma, a sua existência se confronta com a forma com que o IHGB concebia a história. Segundo Cardoso:

A *História Nova do Brasil* utilizou o modelo marxista para interpretar os fatos e incorporou o estudo de determinantes econômicas nos textos destinados ao ensino secundário. Foi uma nova forma de analisar a História do Brasil, uma análise que se opunha à proposta do IHGB, baseada na exaltação de personagens históricos, fatos, nomes, datas, e no elogio da colonização portuguesa. A *História Nova* questionou a historiografia e buscou ser acessível ao grande público (professores e alunos) em um momento em que a questão do livro didático era um dos grandes problemas do movimento estudantil brasileiro (CARDOSO, 2013: 157).

Nelson Werneck Sodré se incomodou, em especial, com o papel prestado pelo IHGB e faz menção à Lacombe e seus escritos:

O que nos doe, particularmente, foi o papel do Instituto Histórico, veneranda instituição do cônego Januário, onde D. Pedro II assistia sonolentamente às sessões. Conhecido integralista, antigo membro da Comissão dos Quarenta, órgão máximo da AIB (Ação Integralista Brasileira), ramo nacional do fascismo, arvorado em relator de comissão nomeada por aquela instituição, lavrou contra a *História Nova* virulento “parecer”. Ele foi responsável, conseqüentemente, pela prisão e pelo exílio e pela tortura de alguns de seus autores. Teve reconhecidos os seus méritos (SODRÉ, 1993: 35-36 apud LOURENÇO, 2008: 405).

Diante do exposto, é possível inferir que houve um embate entre a *História Nova* (constituído no interior do Instituto Superior de Estudos Brasileiros) e o Instituto Histórico e

---

<sup>105</sup> O IHGB estava mergulhado na ideologia do anticomunismo. Tanto é que, meses após o golpe, o Instituto convidou o Marechal Castelo Branco – 1º presidente da ditadura – para compor o quadro de Presidentes de Honra da instituição, considerando que ele havia surgido em uma hora de grave existência nacional – em referência ao governo de João Goulart. Maiores detalhes, ver em: SANTOS, Daniela de Miranda dos. *O IHGB e a ditadura civil-militar brasileira*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2018.

Geográfico Brasileiro, seja do ponto de vista ideológico, seja do ponto de vista historiográfico. Fato é que esse desenrolar de acontecimentos gerou, evidentemente, indisposições entre os autores da coleção *História Nova* e membros do IHGB, sobretudo, aqueles envolvidos no parecer. Houve principalmente um desagrado por parte de Nelson Werneck Sodré com relação a Américo Jacobina Lacombe, autor principal do parecer do Instituto Histórico.

Para aprofundar a discussão, pesquisas foram realizadas na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (RIHGB) e alguns tópicos observados nesta análise merecem destaque neste artigo.

A partir da investigação na RIHGB nota-se que o assunto sobre a coleção *História Nova*, ao menos em publicações da revista, não foi mais comentado nos anos seguintes. Chama-nos atenção, entretanto, a mobilização e referência em relação ao nome de Nelson Werneck Sodré dentro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro apenas anos depois do fim da ditadura.

Em agosto de 1997, a Assembleia Geral do IHGB reuniu-se para eleger um Quadro Extraordinário de Sócios Honorários. Este quadro havia sido criado há pouco tempo “para contemplar grandes nomes dos estudos brasileiros, das áreas que se dedica o Instituto, que se encontravam fora da entidade” (IHGB, 1997). Segundo consta em Ata da Assembleia, 25 nomes foram elencados, dentre os quais 15 foram eleitos, entre eles Nelson Werneck Sodré. Significa dizer que, Sodré foi eleito, sem consulta prévia, para fazer parte do quadro do Instituto e foi escolhido junto com outros grandes nomes de significação cultural e destacada produção científica – conforme é destacado pelo próprio IHGB em noticiário posterior (IHGB, s/d).

De acordo com esse noticiário divulgado no site do Instituto Histórico, Nelson Sodré dias depois<sup>106</sup> declarou em carta que chegou a pensar em declinar do convite “à conta de divergências que tivera com o Instituto em época anterior” – possivelmente se referindo ao caso da *História Nova* -, porém, refletindo sobre as circunstâncias da eleição, resolveu aceitar o convite, “destacando ser a instituição de todos os brasileiros” (IHGB, s/d).

---

<sup>106</sup> Em carta de 25.08.1997



Logo, diante de seu aceite, 7 meses após o convite - em 23 de março de 1998 -, Sodré passou a fazer parte do quadro social do IHGB. Seu tempo, entretanto, foi breve, pois em janeiro de 1999, faleceu. Assim, o seu envolvimento com o Instituto foi praticamente inexistente em função de sua morte logo após o ingresso na instituição. Cabe ainda ponderar que, propositalmente ou não, sua inserção no quadro social do IHGB se deu apenas anos após a morte de América Jacobina Lacombe, importante nome do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro com quem tivera desavenças no passado em torno da *História Nova* – projeto que Sodré defendeu até o fim de sua vida.

Desde então, diversas publicações foram feitas na RIHGB, já em anos mais recentes, por exemplo em 2011 em virtude de uma sessão comemorativa ao centenário de nascimento de Sodré. Na ocasião, onde vários pesquisadores proferiram conferências, várias menções elogiosas foram realizadas à sua figura, à originalidade de sua metodologia da pesquisa histórica e à sua produção, sendo inclusive citado o caso da *História Nova*, que requerer de nós a exposição de alguns detalhes.

É considerável nesse encontro comemorativo a conferência de Cândido Mendes, sócio titular do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sobre Nelson Werneck Sodré. Antes, torna-se interessante indicar a forma como Cândido Mendes se apresenta neste momento e o lugar de onde fala. Segundo suas afirmações, ele é, naquele momento, um dos dois únicos sobreviventes do Instituto Superior de Estudos Brasileiros que poderia dar o depoimento sobre os “dois ISEBs”. Mendes explica: “[...] o ISEB de Hélio Jaguaribe, de Evaldo Correia Lima, de José Ribeiro de Lira, o meu ISEB. Depois, o ISEB de Álvaro Vieira Pinto, de Nelson Werneck Sodré”. Assim prossegue:

No primeiro ISEB, há um claro contraste com a visão clássica marxista. [...] Mas Nelson, - e aí que vem a riqueza desse segundo ISEB -, ao mesmo tempo, é a presença forte na chamada conversão à política da mudança de um extraordinário pensador, como Álvaro Vieira Pinto (MENDES, 2011: 82).

Ainda de acordo com o conferencista, Nelson, no segundo ISEB, estava mergulhado na práxis da ação e passou ao intento de fazer a releitura da história do Brasil. Ressalta: “Não

foi o autor do projeto, mas o profeta”. Ao avançar sua argumentação, não deixa de dizer que o projeto foi abortado e destruído pelo “golpe-militar” (suas palavras). Mas, ressalta que algumas ideias sobreviveram, sendo elas:

[...] toda uma denúncia do racismo implícito no Brasil, bem como a dessacralização do Exército brasileiro, levando até a crítica da própria moralidade do Duque de Caxias, bem como do mimetismo do pensamento com que se fez o aparelho conceitual da República lastreado nas instituições americanas (MENDES, 2011: 83).

Embora não cite literalmente *História Nova do Brasil* ou apenas *História Nova*, toda a sua descrição nos deixa claro que se trata desse projeto. E assim, Cândido Mendes finaliza a sua exposição sustentando que:

Dentro de todo esse quadro, é difícil se encontrar um caminho, uma circunavegação maior do que a de Nelson Werneck Sodré. Maior capacidade de se manter fiel ao seu pensamento e maior generosidade do arre banhar, no defender, no mobilizar para a ação transformadora (MENDES, 2011: 83).

À vista disso, há uma clara manifestação sobre Nelson Werneck Sodré e sobre o seu projeto destruído com a ditadura civil-militar. É possível perceber na fala de Cândido Mendes uma valorização de Sodré assim como da proposta da *História Nova*. Mais do que isso, nos chama a atenção o espaço dado e a divulgação através da revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro à essa admiração e reconhecimento por um dos autores e pela obra, em divergência da posição propagada pelo próprio IHGB em 1964.

A intenção da reflexão realizada aqui é, contudo, não apenas mostrar como o IHGB lidou com a coleção e o projeto da *História Nova do Brasil* e ressaltar a discrepância, a contraposição que é demonstrada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro com o passar dos anos. Mas, principalmente salientar que essas colocações fazem parte de uma forma de condução mais complexa.

Em pormenores, podemos dialogar com a pesquisa desenvolvida durante o Mestrado<sup>107</sup>, que nos fornece base para interpretar que a negação à *História Nova* por parte do

---

<sup>107</sup> Cf. Santos, 2018.

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro está diretamente ligada a uma postura mais profunda a qual a instituição se prestou. O IHGB, resumidamente, preparou o terreno para a acomodação do regime implementado a partir de 1964, se mostrou avesso ao governo de João Goulart e, dentre outras questões que poderiam ser elencadas, no período da ditadura acolheu todos os generais-presidentes através da concessão do título de presidente de honra (SANTOS, 2018). Isso significa para nós que a desaprovação do IHGB sobre a *História Nova* representa mais uma demonstração de que o Instituto Histórico se entrelaçava e flertava com alguns dos valores, ideologias e concepções que foram difundidas pela ditadura.

Além disso, enquanto em 1964 a visão que a instituição possuía do projeto *História Nova* era depreciativa, já no final da década de 1990 essa oposição em relação à historiografia como também em certa medida em relação à figura de Nelson Werneck Sodré, ao que parece, foi diluída na concepção do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Sobre isso, alguns são os fatores que podem explicar essa ocorrência. Um deles, é o próprio processo de redemocratização e a consequente mudança de olhar e de discurso sobre a ditadura. Como o historiador Daniel Aarão Reis afirma, a partir de 1979 – como um processo gradual – grande parte das pessoas passaram a não mais se identificar com o regime, que passou a ser visto como um passado perverso do qual praticamente ninguém gostaria de ter alguma ligação. O historiador, assim, questiona: “Como o regime durara tanto tempo sem uma viva alma que o apoiasse?” (REIS, 2010: 174). O IHGB – e as pessoas que o compõe – podem estar imergidos nessa mesma estrutura.

Um outro ponto, é a mudança nos quadros da instituição, ou seja, com o passar do tempo houve uma renovação dos membros que estavam compondo o Instituto Histórico. Essa é uma marca que precisa ser melhor investigada. Tornam-se necessárias pesquisas mais profundas sobre a composição do IHGB no período e em comparação com o tempo da ditadura, algo que já está sendo desenvolvido como desmembramento da pesquisa. Mas, de todo modo, essa mudança na composição é facilmente notada: aos poucos o IHGB foi agregando pesquisadores envolvidos em Universidades, o que promoveu uma oxigenação das ideias que circulavam na instituição.

É possível concluir, portanto, a partir da interpretação aqui exposta, que esses dois fatores se entrecruzam. Ou seja, acredita-se que esse novo cenário político e social (a redemocratização) colaborou também para que houvesse essa renovação e mudança de olhar no interior do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

## FONTES

IHGB. Noticiário: Um Centenário e Duas Cartas. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, s/d. Disponível: <https://ihgb.org.br/noticiario/232-n%C3%BAmero-261.html>. Acesso em 10 de agosto de 2019.

LACOMBE, Américo Jacobina. História Nova. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, vol. 263, 1964, p. 283-302.

MENDES, Cândido. Nelson Werneck Sodré. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, v. 453, 2011, p. 79 – 83.

Revista do IHGB, Rio de Janeiro, 1997.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARDOSO, Vanessa Clemente. A polêmica História Nova do Brasil: um projeto de vanguarda derrotado politicamente. *Revista História & Ensino*. Londrina, v. 22, n. 1, 2016, p. 127-154.

\_\_\_\_\_. *A história do ensino de história e a formação da elite intelectual brasileira: uma análise a partir da História Nova do Brasil (1963-1965)*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2019.

\_\_\_\_\_. *História Nova do Brasil (1963-1965): uma nação “imaginada”*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2013.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal; LEONZO, Nanci. A reforma de base no ensino da História pátria: o projeto da História Nova do Brasil. *Revista de História*. São Paulo, n.149, 2º sem, 2003, p. 235-251.

LOURENÇO, Elaine. História Nova do Brasil: revisitando uma obra polêmica. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 28, nº56, 2008, p. 385-406.

REIS, Daniel Aarão. *Ditadura, anistia e reconciliação*. Estudos Históricos. vol. 23, nº 45. Rio de Janeiro, janeiro-junho de 2010. p. 171-186.

SANTOS, Daniela de Miranda dos. *O IHGB e a ditadura civil-militar brasileira*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2018.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da História Nova*. 2ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

\_\_\_\_\_. Trinta anos depois. In: SANTOS et al. *História Nova do Brasil: 1963- 1993*. São Paulo: Loyola; Giordano, 1993, pp. 29-36.

# **ANOS SOMBRIOS: UM OLHAR SOBRE O RELATÓRIO FINAL DA COMISSÃO MUNICIPAL DA VERDADE DE JUIZ DE FORA**

Danielle Dias Gatti<sup>108</sup>

**RESUMO:** Após os anos ditatoriais no Brasil (1964-1985) algumas políticas públicas e esforços civis se consolidaram para a tentativa de superação e busca pela verdade sobre a Ditadura Civil-Militar brasileira. Uma dessas políticas, de extrema relevância para a sociedade, foi a criação da Comissão Nacional da Verdade em 2011 e, por conseguinte, a criação de demais comissões da verdade. Nesta perspectiva, a presente pesquisa tem objetivo de trazer uma síntese sobre o trabalho da Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora – instalada no ano de 2014 e finalizada em 2015. A CMV-JF teve objetivo de promover, com base nos informes obtidos e verificações efetivadas através do Relatório Final, a reconstrução da história dos casos de violação de direitos humanos ocorridos em Juiz de Fora no período entre 1961 e 1988, tendo como foco a ditadura militar instaurada no país em 1964.

**PALAVRAS-CHAVE:** Comissões da Verdade, Juiz de Fora, Ditadura.

**ABSTRACT:** After the dictatorial years in Brazil (1964-1985) some public policies and civil efforts were consolidated for the attempt to overcome and search for the truth about the Brazilian Civil-Military Dictatorship. One of these policies, which is extremely relevant to society, was the creation of the National Truth Commission in 2011 and, consequently, the creation of other truth commissions. In this perspective, this research aims to provide a summary of the work of the Juiz de Fora Municipal Truth Commission - installed in 2014 and finalized in 2015. The CMV-JF aimed to promote, based on the reports obtained and verifications carried out through the Final Report, the reconstruction of the history of cases of human rights violations that occurred in Juiz de Fora in the period between 1961 and 1988, focusing on the military dictatorship established in the country in 1964.

---

<sup>108</sup> Doutoranda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail [danielle\\_gatti@live.com](mailto:danielle_gatti@live.com).

**KEYWORDS:** Truth Commissions, Juiz de Fora, Dictatorship.

## **INTRODUÇÃO**

Entre 2012 e 2015 foram instauradas em diversas regiões do Brasil comissões da verdade à níveis municipais, estaduais e setoriais (sindicais, OAB, universitárias...) (DIAS, 2014, p. 186). Todas criadas com o propósito de investigar e elucidar os vários crimes de graves violações dos direitos humanos cometidos pelo Estado brasileiro entre os anos de 1946 e 1988 – em decorrência dos dois períodos ditatoriais - de forma mais regionalizada e focalizada. As comissões da verdade municipais e estaduais continuaram nos esforços de ampliar os trabalhos iniciados pela Comissão Nacional da Verdade (CNV) criada pela ex-presidenta Dilma Rousseff em 2011 pela Lei 12528/2011 e instituída em 2012.

A instituição da Comissão Nacional da Verdade (CNV), por sua vez, que funcionou entre 2012 e 2014 no país, ao investigar os crimes de violações dos direitos humanos ocorridos no período já citado, incentivou a criação de dezenas de comissões da verdade distribuídas em diversas regiões do Brasil que atuaram de forma independente, sem vínculo formal ou de subordinação hierárquica à CNV.

Nesta perspectiva, a presente pesquisa tem objetivo de trazer uma síntese sobre o trabalho, resultado em um relatório final, da Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora – CMV-JF – instalada no ano de 2014 e finalizada em 2015.

Para melhor compreender o trabalho da CMV-JF tracemos um panorama sintético da conjuntura do fim do período da ditadura civil-militar e dos eventos que propiciaram a criação da Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora.

Com o fim dos regimes ditatoriais por volta dos anos 1980, vários países da América Latina, viam-se esfacelados em seus direitos e precisavam construir a ansiada democracia superando os erros do passado. Nessa busca, atendendo ao cumprimento do eixo previsto pelos Direitos Humanos – direito à memória, à justiça e à verdade –, países latino-americanos instalaram suas comissões da verdade: Bolívia em 1982; Argentina em 1983; Uruguai em 1985; Chile, em 1990; El Salvador, em 1991; Guatemala, em 1994; Equador, em 1996;

Panamá e Peru em 2001; Paraguai, em 2003. No Brasil, a Comissão Nacional da Verdade foi criada apenas quase 30 anos depois do fim da ditadura, pela presidenta Dilma Rousseff, através da Lei nº 12.5282, de 18 de novembro de 2011. Essa foi uma das medidas que o país precisou tomar diante da condenação que sofreu pela Organização dos Estados Americanos (OEA), em virtude do episódio conhecido como Caso Gomes Lund e outros (“Guerrilha do Araguaia”, 1972-1975), durante os anos 1964-1985.

Portanto, mesmo após o fim do trabalho da Comissão Nacional da Verdade em 2014, as comissões herdeiras proporcionaram a continuação dos esforços de esclarecimentos do período mais obscuro da história do nosso país. Cada comissão da verdade foi formada por uma coordenação de conselheiros, conjunto de assessores, consultores, voluntários e diversos pesquisadores que juntos possibilitaram o desenvolvimento de fundamentais pesquisas sobre o período supracitado. As comissões, por lei, tiveram o prazo de 2 anos, após sua instalação, de desenvolver seus trabalhos e produzir um relatório circunstanciado, com a descrição das atividades realizadas, os fatos examinados, as conclusões obtidas e as recomendações devidas, observada a legislação vigente (Instituída..., 2017, p.3). No entanto, cada comissão se utilizou de um prazo distinto das outras, umas concluíram seus trabalhos em apenas um ano, enquanto outras duraram mais que os dois anos previstos.

## **COMISSÃO MUNICIPAL DA VERDADE DE JUIZ DE FORA – CMV**

A Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora foi criada pela Lei 12.643 em 2012 e regulamentada pelo Decreto 11.922 do Executivo Municipal em 2014. Seu trabalho consistiu de esforços na elucidação das circunstâncias, dos fatos, das vítimas e agentes repressores dos casos graves de violação dos direitos humanos cometidos pelo Estado brasileiro na região. A Comissão concluiu suas atividades com a entrega do relatório final aos poderes Executivo e Legislativo no dia 6 de abril de 2015, cumprindo um ano de exercício, conforme disposto na legislação. Em 1 de julho de 2015, o relatório foi publicado como livro e disponibilizado à toda a sociedade. O relatório apresenta 274 páginas, divididas em seis capítulos, que detalham como a violência e a tortura foram utilizadas como prática sistemática pelos agentes de Estado em Juiz de Fora. A CMV ouviu 37 depoentes que vivenciaram o

período, realizou pesquisa em acervos públicos e privados e apresenta documentos e relatos como forma de comprovar as violações praticadas.

A Comissão iniciou seu trabalho em abril de 2014 com o prazo de funcionamento da CMV-JF, previsto na lei 12.643, foi de 180 dias que foi prorrogável por igual período. Totalizando 360 dias. Durante um ano, portanto, a CMV-JF trabalhou intensivamente para conseguir reunir o máximo possível de informações sobre o período 1964-1985.

A rede de membros principais da comissão, consistiu em 7 integrantes, como:

1. Flávio Procópio Cheker - representante da Prefeitura de Juiz de Fora - o secretário de Desenvolvimento Social;
  2. Vereador Roberto Cupolillo (PT) - representante da Câmara Municipal de Juiz de Fora, membro da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Câmara;
  3. Cristina Maria Couto Guerra – advogada e coordenadora da Comissão de Direitos Humanos da OAB Subseção Juiz de Fora;
  4. Antônio Henrique Duarte Lacerda – historiador e supervisor do Arquivo Histórico de Juiz de Fora;
  5. Fernanda Nalon Sanglard – jornalista;
  6. Helena da Motta Salles – cientista política, professora da UFJF;
  7. Wilson Cid – jornalista.
- \*Vereador Jucélio Maria (PSB) substituiu Roberto Cupolillo (PT) durante o período de sua candidatura a deputado estadual em 2014.

A presidência da comissão foi rotativa, renovada a cada três meses:

Entre abril a setembro de 2014, tivemos na presidência:

1. Cristina Couto Guerra (presidência) e Flávio Cheker (vice-presidência)

Entre outubro de 2014 a abril de 2015:

2. Helena da Motta Salles (presidência) e Cristina Couto Guerra (vice-presidência).

O primeiro volume conta toda a trajetória da comissão, desde a criação da mesma até as parcerias e o convênio com a UFJF.



O segundo capítulo aborda o sistema de repressão em JF. Faz uma contextualização histórica do sistema repressivo, fala da sede da Operação Popeye, sobre a 4ª Região e Auditoria Militar e outras unidades de repressão. Traz importantes reflexões sobre tortura, memória e esquecimento.

Já o terceiro capítulo aborda as vítimas da ditadura. O quarto capítulo consiste numa abordagem sobre Justiça e Legislação de exceção. Aborda também a atuação dos advogados em JF.

O quinto capítulo analisa os impactos da ditadura sobre a imprensa, os sindicalistas, a UFJF, a Prefeitura e a Câmara Municipal de JF.

Por fim, o sexto capítulo traz as conclusões e recomendações. Perpassando sobre a ideia de criação de um Memorial da ditadura, substituições de nomes de ruas e prédios públicos, a inclusão de conteúdo histórico nas escolas, melhoria na conservação de arquivos, cuidados em relação às futuras comissões municipais.

Dentre os principais objetivos mencionados no relatório final, destacamos:

- I – esclarecer os fatos e as circunstâncias dos casos de graves violações aos direitos fundamentais;**
- II – identificar e tornar públicos os locais, as instituições, as estruturas e as circunstâncias relacionados direta ou indiretamente à prática de violações aos direitos fundamentais, inclusive as suas eventuais ramificações nos diversos aparelhos estatais e na sociedade civil;**
- III – encaminhar à Comissão Nacional da Verdade quaisquer informações obtidas que possam auxiliar no alcance de seus objetivos;**
- IV – colaborar com todas as instâncias do poder público para a apuração de violação aos direitos fundamentais, observadas as disposições legais;**
- V – recomendar a adoção de medidas e políticas públicas para prevenir ofensas aos direitos fundamentais;**
- VI – promover, com base nos informes obtidos e averiguações efetivadas, a reconstrução da história dos casos cabíveis em suas atribuições, bem como colaborar para que seja prestada assistência às vítimas ou seus familiares.**

Uma das preocupações da comissão era acerca do local para o seu pleno funcionamento. Após a instalação da CMV-JF, seus membros passaram a se reunir com regularidade, inicialmente na Secretaria de Desenvolvimento Social da PJJ; e, posteriormente, por falta de espaço próprio, as reuniões passaram a se alternar entre o auditório da OAB Subseção Juiz de Fora e a sala pertencente ao projeto Escola de Governo e Cidadania, localizada na Casa de Cultura da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

Durante todo o processo de investigação foram promovidas averiguações, exames de documentos, perícias, realização de pesquisa em arquivos públicos e privados, coletados depoimentos de forma a apurar e esclarecer os fatos com o intuito de reconstruir a história, celebrar a memória e a verdade e recomendar a adoção de medidas para que tais violações nunca mais aconteçam.

Foram realizadas pesquisas nos seguintes arquivos:

- 4 circunscrição Judiciária Militar – processos de presos políticos;
- UFJF – processos contra professores e alunos;
- Arquivo Nacional – RJ: arquivos do Serviço Nacional de Informações SNI sobre JF
- Arquivo Público Mineiro – informações sobre casos em destaque neste relatório;
- Arquivos do Cartório Villela e do Cemitério Municipal de JF – cruzamento dos dados dos dois arquivos com a lista de mortos e desaparecidos da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP);
- Fhemig – cruzamento da lista de internações ocorridas entre 1964 e 1985 e a lista da CEMDP, trabalho realizado gentilmente pelos funcionários da Fhemig.

Entre as parcerias e convênios firmados, destacam-se:

#### **O Acordo de Cooperação Técnica com a CNV:**

- Em 25 de julho de 2014 foi assinado um Acordo de Cooperação Técnica entre a CNV, na pessoa de seu coordenador, Pedro Bohomoletz de Abreu Dallari, e a CMV-JF, na pessoa de sua presidente, Cristina Maria Couto Guerra. Esse acordo resultou em um intercâmbio produtivo de informações e sugestões que em muito enriqueceram o trabalho da CMV-JF.

#### **A importante parceria com a Covemg:**

Anais da XXXV Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Usos públicos da História e a construção da memória popular: Disputa, narrativa e resistência em tempos sombrios. Gabrielle Barra Tarocco; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2019. 617 p.

- Embora não tenha sido formalizado um acordo entre a CMV-JF e a Comissão da Verdade de Minas Gerais (Covemg), a parceria, de fato, existiu, sendo esta muito presente, garantindo troca de experiências proveitosa entre as duas comissões. A Covemg esteve representada em dois dos eventos promovidos pela CMV-JF e a presidente da CMV-JF compareceu a um evento da Covemg, em Belo Horizonte, o que abriu a possibilidade de reuniões esclarecedoras a respeito dos respectivos trabalhos. A Covemg apresentou sugestões de metodologia e de encaminhamento da pesquisa no Arquivo Público Mineiro e colaborou com o envio de documentos e informações; por sua vez, a CMV-JF apresentou àquela comissão estadual os resultados obtidos, dados locais e os planos para o futuro próximo.

#### **O Acordo de Cooperação Recíproca com a Comissão de Anistia:**

- Em 17 de novembro de 2014, a CMV-JF firmou Acordo de Cooperação Recíproca com a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça na pessoa de seu presidente, Paulo Abrão. Por meio desse acordo, foi possível à CMV-JF obter relevantes informações sobre as pessoas cujos documentos apreendidos no período da ditadura foram encontrados na Auditoria da 4ª Circunscrição Judiciária Militar (4ª CJM) e que precisavam ser localizadas para a restituição dos mesmos.

#### **A Parceria com a OAB e com a CAA:**

- A OAB Subseção Juiz de Fora não formalizou qualquer termo de cooperação com a CMV-JF, mas mostrou-se parceira indispensável do ponto de vista do apoio logístico ao trabalho da Comissão:
  - A Subseção Juiz de Fora disponibilizou o Auditório da Escola Superior de Advocacia (ESA), no Centro da cidade, para as reuniões da comissão;
  - Financiou a impressão de um folheto para a divulgação dos canais de comunicação da CMV-JF;
  - Financiou diárias de hotel para alguns depoentes que vieram de outras cidades, como os advogados Antônio Modesto da Silveira (Rio de Janeiro) e Obregon Gonçalves (Belo Horizonte);

- Financiou, também, o transporte de pessoas para a realização do evento de devolução dos documentos de presos políticos encontrados na 4ª CJM (item anterior deste relatório).
- A Caixa de Assistência dos Advogados de Minas Gerais (CAA-MG) providenciou automóvel que transportou os que vieram de Belo Horizonte receber os documentos em Juiz de Fora. Da mesma forma, cedeu um carro com motorista para levar a vice-presidente da CMV-JF, Cristina Couto Guerra, a Belo Horizonte para participação em evento da Covemg.
- A OAB compareceu, na pessoa de advogados membros e da própria diretoria da Subseção Juiz de Fora, a todos os eventos da CMV-JF. A Caixa de Assistência dos Advogados de Minas Gerais também se fez presente em etapas importantes das atividades, como a garantia da impressão deste relatório.

#### **A Parceria com a Câmara Municipal:**

- A lei nº 12643 de 6/8/2012, que criou a CMV-JF, determinou que, entre os sete membros designados pela PJJ, houvesse um representante da Câmara Municipal e que “Art. 5º: A Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Câmara Municipal de Juiz de Fora dará o suporte técnico e administrativo necessário ao desenvolvimento das atividades da Comissão Municipal da Verdade”. Assim sendo, a Câmara Municipal cedeu espaço para algumas reuniões da CMV-JF e uma linha telefônica, emprestou uma impressora para os trabalhos da Comissão e um carro com motorista da Câmara foi utilizado, em três oportunidades, para deslocamentos entre o Rio de Janeiro e Juiz de Fora.

#### **A Parceria com a Prefeitura de Juiz de Fora (PJJ):**

- Os membros da CMV-JF foram nomeados pelo Executivo Municipal, através do Decreto 11922 de 2/4/2014. O apoio da PJJ deu-se através da cessão de materiais de escritório, impressão de material gráfico, hospedagem do link institucional no site da Prefeitura e do e-mail institucional da CMV-JF. A PJJ também arcou com as diárias de hotel dos ex-presos políticos que vieram a Juiz de Fora receber os documentos que estavam sob a guarda da 4ª CJM, no evento do dia 17/11/2014.

### **Penitenciária José Edson Cavaliere (PJEC):**

- A PJEC, mais conhecida como “Penitenciária de Linhares”, é uma instituição de grande importância para a compreensão do período militar, pois foi transformada em presídio político a partir de 1969 e recebeu um grande número de presos políticos. Desses presos políticos partiu a iniciativa da redação do primeiro documento, relatando as torturas e maus tratos em geral sofridos por eles, que foi um instrumento fundamental de denúncia do que se passava no país, divulgado também no exterior. Foram realizadas várias visitas à PJEC, onde os membros da CMV-JF, além de conversar com os funcionários, verificaram o estado de preservação dos arquivos. A CMV-JF constatou o sumiço de um livro de registro de entrada de presos do período da ditadura, cujo paradeiro todos os funcionários alegam desconhecer. Informalmente, no entanto, vários disseram ter o livro desaparecido pelas mãos de Flávio Moreira, ex-diretor daquela penitenciária. Além disso, não foi encontrado um prontuário sequer de presos políticos, apenas de presos comuns. A CMV-JF encontrou apenas algumas fichas de presos políticos num pequeno arquivo de “foragidos”. Apesar da insistência da CMV-JF, nada foi esclarecido a respeito desses desaparecimentos, e a Comissão entrou com uma representação junto ao Ministério Público Federal (MPF), solicitando providências a respeito. Em consequência desta iniciativa, foi instaurado o inquérito civil público nº 1.22.001.000612/2014-83 pelo Ministério Público Federal, em andamento (Até o momento da entrega do relatório).

### **A Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF):**

- Foram realizadas reuniões: em 2014, com o pró-reitor de Extensão, prof. Marcelo Dulci, para a efetivação do convênio UFJFCMV-JF; e, em 2015, com o novo pró-reitor de Extensão, prof. Leonardo de Oliveira Carneiro, e a pró-reitora de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação, prof<sup>a</sup> Maria Cristina Andreolli Lopes, para análise de possibilidades de parcerias, incluindo a publicação do presente relatório.

A CMV-JF ouviu os depoimentos de 37 pessoas. Além dessas, incorporou aos seus arquivos os relatos de 15 depoimentos prestados ao Comitê pela Memória, Verdade e Justiça de Juiz de Fora, instalado em 2011, dois depoimentos ao Projeto Marcas da Memória, da

Comissão de Anistia e 3 relatos prestados à CMV JF em audiência pública. Nem todos os que foram convidados pela CMV-JF aceitaram o convite para depor.

Em suma, o relatório final da CMV-JF, partindo das ideias de que “memória é patrimônio e como tal deve ser defendida e resguardada” e de que “memória é faculdade, portanto, deve ser estimulada e impulsionada” recomendou ao Poder Público no Município e à sociedade de modo geral, as 6 providências abaixo. É importante ressaltar que todo relatório final precisa conter recomendações para que a democracia e o Estado de Direito se consolidem.

1. Melhoria na conservação de arquivos:

Sabemos da necessidade de preservação da memória e da história da sociedade, por meio da conservação dos documentos, sendo assim, o relatório traz as complicações do trabalho com documentos da Penitenciária de Linhares, onde disseram ser impossível uma pesquisa no local, a menos que o pesquisador se disponha a, primeiramente, organizar todo o material. Não foi possível encontrar um só prontuário de preso político da ditadura. Recomendamos a digitalização e organização de todo o acervo, bem como a destinação dos documentos referentes às prisões políticas da ditadura militar ao Arquivo Histórico de Juiz de Fora ou ao Arquivo Público Mineiro.

2. Criação de um Memorial da ditadura civil-militar

Assim como existe em SP (Memorial da Resistência). Convidam o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural (Compacc), o Arquivo Histórico Municipal, militantes dos direitos humanos, representantes da classe artística, das universidades locais, especialistas em Museologia, arquitetos e outros, para em conjunto elaborarem uma proposta quanto ao melhor local e forma de organização do memorial. Tal proposta deveria ser debatida com a sociedade.

3. Substituição de nomes de logradouros e prédios públicos

A CMV-JF identificou os seguintes locais com denominações ligadas à ditadura: Av. Presidente Costa e Silva, no Bairro São Pedro, Escola Estadual Presidente Costa e Silva, no Bairro Benfca, e uma estação de tratamento de águas da Cesama “Castello Branco”.

A troca dos nomes deveria vincular-se às vítimas do regime ditatorial, preferencialmente aquelas de algum modo relacionadas ao município, seja por origem, seja por circunstâncias impostas pelo autoritarismo ditatorial.

Importante também será que, nas novas placas indicativas dos logradouros e prédios públicos, faça-se a devida referência aos antigos nomes, indicando-se a razão da mudança.

#### 4. Inclusão de conteúdo histórico nos currículos escolares

A participação histórica de Juiz de Fora nos episódios que concorreram para o golpe civil-militar de 1964 e possibilitaram a sustentação de uma ditadura por duas décadas configura-se conteúdo fundamental para a formação de cidadãos a fim de formar uma consciência histórica na comunidade local.

#### 5. Novas pesquisas

Não houve tempo suficiente para a Comissão investigar mais profundamente os arquivos, documentos e depoimentos que conseguiu reunir. Ainda há um vasto campo de pesquisa a ser explorado. Como, por exemplo, a CMV-JF não conseguiu acesso aos arquivos das instituições militares, o que pode ser viabilizado através da Lei de Acesso à Informação, ainda que tal lei não venha sendo cumprida por alguns órgãos públicos.

#### 6. Cuidados em relação a futuras comissões municipais

Logo que foi instituída, a Comissão usou boa parte do seu tempo organizando a infraestrutura mínima e necessária. Se tais condições já estivessem criadas, a Comissão teria podido agilizar seus trabalhos. Além do mais, os recursos financeiros não foram de fato disponibilizados, e o que garantiu o andamento dos trabalhos foram as parcerias com a OAB e a UFJF.

Recomendam que ao criar uma comissão, a PJJ e a Câmara reservem primeiro os recursos necessários para as atividades correspondentes. Tais recursos devem ser previstos no orçamento, para evitar que a cada etapa do trabalho seja necessário recorrer à boa vontade de eventuais parceiros.

Sabemos que a transição de um Estado autoritário e ditatorial para um democrático que garanta os direitos humanos é um trabalho complexo, pois, enfrenta resistência dos

agentes que cometeram as violações dos direitos humanos e que buscam se autoanistiar. “Eles ocultam provas e negam esclarecer os fatos.” (COVEMG, 2015, p. 356) Dessa maneira, para se fazer a transição é necessário aplicar certos mecanismos de justiça de transição. Tais mecanismos são compostos por quatro pilares que devem ser aplicados de forma conjunta como, justiça, reparação, memória e verdade e, reformas institucionais. Os resultados desse processo dependem do desempenho e pressão da sociedade civil frente aos Estados nacionais, instituições e organismos internacionais. As recomendações feitas pela Comissão à sociedade e às instituições governamentais, lembramos que tais recomendações constituem um elo para garantir a continuidade das atividades iniciadas pelas comissões e efetivar os direitos humanos.

## **BALANÇO GERAL**

Os dados existentes no Relatório Final da CMV-JF mostram que, durante o período pesquisado (1946-1988), 151 casos de violações de Direitos Humanos, desses, 104 pessoas, permaneceram, em algum momento, detidas no município. Consta no banco de dados que 31 pessoas foram presas ou tiveram a prisão decretada em Juiz de Fora. Quase metade dos casos de presos corresponde a pessoas que foram detidas em outras localidades e posteriormente transferidas para a prisão em Juiz de Fora. Esse dado mostra a importância do município para o aparelho repressivo montado no período.

Quanto ao sexo, idade e origem houve um enorme predomínio de homens no conjunto das vítimas da ditadura que compõem a base de dados e forte presença de pessoas com idade entre 18 e 35 anos no momento da primeira violação de direito (83 pessoas ou 77,6% do total). Quanto ao estado de origem, há grande predomínio de pessoas nascidas em Minas Gerais (61,6%), seguido pelos estados do Rio de Janeiro e Goiás.

Quanto às profissões mais representadas pelas vítimas da ditadura estavam os estudantes formando 31,8%, os profissionais liberais em 12,5%, entre os quais advogados, jornalistas, médicos, engenheiros etc., operários/trabalhadores manuais preenchendo 11,9%,



professores com 7,9%, seguidos dos servidores públicos contabilizando 7,2% e, por último, os políticos com 7,2%.

A CMV-JF apresentou no volume I os “Métodos e práticas utilizados nas graves violações de direitos humanos e suas vítimas”. O Relatório considera 4 tipos mais graves de violações de direito, como: detenção/prisão ilegal, tortura, execução primária, arbitrária ou extrajudicial, desaparecimento forçado e ocultação de cadáver.

No ano de 1964 se registram 33 casos de violações, já no ano de 1977 foi registrado apenas um caso. Depois de 1964, os anos com mais registros de violações são 1968 e 1969, quando foram registradas 16 e 43 ocorrências, respectivamente.

## **CONCLUSÃO**

A CMV-JF, assim como a Comissão Nacional da Verdade, consistiu em um esforço grandioso de tentativa de reconciliação do Estado brasileiro com a sociedade e “de recuperar a memória daqueles atingidos pelos processos de violação dos direitos humanos” (CANABARRO, 2014, p.2). Afinal, é importante fazer com que as pessoas saibam o que a ditadura silenciou por anos. O Brasil escondeu suas mazelas, graves violações e genocídios mas a criação das comissões da verdade, possibilitou instituir a transparência como elemento construtivo da memória nacional.

Em suma, as comissões da verdade carregam o propósito de produzir e colaborar para que as sociedades atuais e futuras conheçam e reconheçam as marcas deixadas pelos governos militares nas vítimas, na família das mesmas e na história do próprio país. Assim, se faz também importante a manutenção das memórias do período ditatorial construídas no tempo presente, por via de conscientização das sociedades brasileiras.

O conhecimento do trabalho das comissões da verdade são imprescindíveis para o momento atual do cenário político do nosso país que sofre com políticas impopulares mas que propôs a comemoração, após 55 anos de golpe, pelas Forças Armadas da ditadura civil-militar brasileira.

Portanto, desnaturalizar a história oficial do período e conscientizar as sociedades acerca dos crimes cometidos por um governo ditatorial que mergulhou o Brasil em profundas crises em níveis econômico, social, cultural e político, é necessário para que os erros não mais se repitam. Neste sentido, se torna indispensável a efetivação das recomendações presentes nos relatórios finais das comissões da verdade e o envolvimento das sociedades neste trabalho pois é através dos anseios da população que muitos casos podem ser ouvidos e revistos por pesquisadores e estudiosos para uma nova construção da memória coletiva dos atingidos.

Outrossim, é importante garantir mecanismos democráticos e transparentes de acesso aos trabalhos das comissões, de modo a garantir um processo legítimo e reconhecido amplamente de investigação e esclarecimentos de casos de violações, torturas, mortes e desaparecimentos forçados, e sobre as instituições que apoiaram e financiaram o regime ditatorial. Para tanto, “as garantias de acesso à informação são pressupostos gerais para a mobilização, articulação e participação democrática, e, especificamente, para a construção de uma política de promoção da memória e da construção da verdade” (CHERNICHARO; WESTHROP; SIMI; 2015, p.8).

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

CANABARRO, Ivo. Caminhos da Comissão Nacional da Verdade (CNV): memórias em construção. Sequência (Florianópolis), n. 69, p. 215-234, dez. 2014, p. 2.

CHERNICHARO, Luciana; WESTHROP, Amy Jo; SIMI, Gustavo (org.). Comissão Nacional da Verdade: balanços e perspectivas da finalização de seu processo político-institucional. V Relatório de Monitoramento. Instituto de Estudos da Religião (ISER). Rio de Janeiro: Fevereiro 2015, p. 8.

Comissão da Verdade em Minas Gerais [recurso eletrônico]: Relatório / Governo do Estado. - Belo Horizonte: COVEMG, 2017. 341 p. 20 x 27cm - (Relatório da Comissão da Verdade em Minas Gerais; v. 1).

DIAS, Zwinglio Mota (Org.) Memórias ecumênicas protestantes – Os protestantes e a Ditadura: colaboração e resistência. Rio de Janeiro: KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço, 2014, p. 186.

FICO, Carlos. Artigo Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Rev. Bras. Hist. vol.24 no.47 São Paulo 2004. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01882004000100003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882004000100003). Acesso em 08/09/2017.

Instituída a Comissão da Verdade em Minas Gerais. Conselho regional de psicologia – Minas Gerais. Publicado em Belo Horizonte, 12 de setembro de 2017. Disponível em <http://www.crpmg.org.br/GeraConteudo.asp?materialID=3373>. Acesso em 09/08/2017.

Juiz de Fora. Comissão Municipal da Verdade. Memórias da repressão: relatório da Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora. / Comissão Municipal da Verdade; ilustração da capa Jorge Arbach. Juiz de Fora: MAMM, 2015, p.44-45.

LEE-MEDDI, Jeocaz. Artigo A tortura no regime militar, 2009. Disponível em <https://jeocaz.wordpress.com/2009/03/23/a-tortura-no-regime-militar/>. Acesso em 10/08/2017.

MELO, Jorge José de. Boilesen, um empresário da ditadura: a questão do apoio do empresariado paulista à Oban/Operação Bandeirantes, 1969-1971. Dissertação pelo programa de pós-graduação em História pela Universidade Federal Fluminense. Niterói: RJ, 2012, p. 108.

Memórias da repressão: relatório da Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora. / Comissão Municipal da Verdade. Juiz de Fora: MAMM, 2016. 274 p.

MORAES, Mário Sérgio. 50 anos construindo a democracia: do golpe de 64 à Comissão Nacional da Verdade. São Paulo: Instituto Vladimir Herzog, 2014, p. 56.

NILO, Oliveira Dias. O aparato repressivo na particularidade do estado republicano: as delegacias de polícia política. Artigo publicado no site do Governo do Estado de São Paulo. Edição nº 39 de dezembro de 2009. Disponível em <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao39/materia02/>. Acesso em 08/09/2017.

OLIVEIRA, Marly Job de. A política geral do regime militar para construção de suas políticas econômicas (1964-1985). Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade de São Paulo, 2007, p. 103.

## **Filhos da democracia: percepções de brasileiros nascidos após 1985 sobre ditadura e democracia**

Júlia dos Santos Acerbi<sup>109</sup>

Vitória dos Santos Acerbi<sup>110</sup>

**RESUMO:** Este trabalho visa a analisar as percepções públicas de conceitos-chaves relacionados aos temas da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985) e de democracia, com base na aplicação de um questionário a ser respondido virtualmente por pessoas nascidas após o término do referido regime. Cotejando as respostas recebidas e as variáveis que produzem tendências diferentes nelas com a bibliografia e as discussões historiográficas mais candentes sobre o tema, buscamos elaborar interpretação a respeito do conhecimento - factual e valorativo - que circula publicamente acerca dos diferentes regimes políticos que o Brasil viveu desde a proclamação da república.

**PALAVRAS-CHAVE:** história pública, ditadura civil-militar, democracia, redemocratização.

**ABSTRACT:** This paper aims to analyse the public perception of key concepts regarding the themes of the Brazilian dictatorship (1964-1985) and democracy, based on the application of a questionnaire to be answered virtually by people born after the end regime. Comparing the answers received and the variables that produce different trends in them with the most burning bibliography and historiographical discussions on the subject, we seek to elaborate an interpretation about the knowledge - factual and evaluative - that circulates publicly about the different political regimes that Brazil lived since the proclamation of the republic.

**KEYWORDS:** public history, civil-military dictatorship, democracy, redemocratization.

### **INTRODUÇÃO**

---

<sup>109</sup> Graduada em Direito na Universidade Federal de Juiz de Fora. [juliaacerbi@gmail.com](mailto:juliaacerbi@gmail.com).

<sup>110</sup> Bacharela em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora, Mestranda em Estudos Latinoamericanos da Universidade de Salamanca. [vitoriaacerbi@gmail.com](mailto:vitoriaacerbi@gmail.com).

Nunca antes na história deste país, desde 1985, foram tão disputados a memória e o discurso sobre o regime militar do Brasil, e tão importante que o conhecimento histórico acerca dele seja claro, acessível a todos. Desde 2016, a democracia brasileira sofre ataques severos, com a constituição sendo desconsiderada na arena das decisões políticas, o *modus operandi* democrático sendo ferido por grupos eleitoralmente perdedores, e a falta de representatividade e descrença pública na política e classe política desdobrando-se em manifestações das mais assustadoras, como em favor de intervenção militar, do fechamento do congresso e da nossa corte constitucional suprema, o STF (Supremo Tribunal Federal), nas ruas (GRELLET, 2019); pela instauração de polícia dentro dos campus universitários para vigilância e cerceamento do livre pensamento, da livre expressão e cátedra para evitar “viés ideológico” no ensino, pela Advocacia Geral da União (SADI, 2019).

É nesse contexto que nasce este trabalho, inicialmente como atividade parte da disciplina de História do Brasil República III, no fim da graduação em História, e continuado de modo independente, incorporando reflexões do veio jurídico, seguindo inquietudes e preocupações acadêmicas pessoais a respeito do momento presente. Considerando que um componente fundamental do trabalho do cientista social e jurista comprometido é a escuta e o diálogo com outras formas de conhecimento histórico, além do acadêmico, como o cotidiano e o escolar (ALBERTI, 2015), realizamos este artigo, que busca entender como ditadura e democracia são percebidas por aqueles que não vivenciaram a primeira, nascidos após a reinauguração da segunda no Brasil, em 1985.

Longe de pretender esgotar o assunto, tencionamos oferecer aqui uma contribuição para radiografia social referente a tais percepções, que se fazem de mais a mais presentes e cruciais para o debate político brasileiro, em vista da fragilidade da democracia brasileira, do acirramento das disputas em torno de sua operação e manutenção.

## **METODOLOGIA**

Para realizar este estudo, criamos um formulário através do *Google Forms*, em que inserimos todas as perguntas que deveriam ser feitas aos entrevistados:

- 1- Qual a sua idade?
- 2- Você estudou em escola pública ou particular?

- 3- O que você entende pela ideia de ditadura?
- 4- Você saberia dizer quando teve início e quando terminou a ditadura no Brasil?
- 5- Quando você pensa na ditadura brasileira, qual a primeira ideia que lhe vem à cabeça?
- 6- O que você entende pela ideia de democracia?
- 7- Você pensa que vivemos em uma democracia no Brasil?
- 8- Você trocaria as liberdades garantidas de um regime democrático pela segurança e ordem asseguradas por um regime ditatorial?

Enviamos o *link* do formulário com as perguntas acima, através de aplicativos e redes sociais importantes para o convívio e a comunicação hodiernas - nomeadamente *Facebook e Whatsapp* -, para pessoas de nossos círculos sociais, ou seja, pertencentes às classes trabalhadora e média no sudeste do Brasil, sobretudo na zona da mata e campo das vertentes, em Minas Gerais, entre 12 e 34 anos. Optamos por estipular uma idade mínima, percebendo que jovens com menos de 12 anos ainda não dominam, por ainda não terem tido contato com, não haverem sido suficientemente expostos a, conceitos importantes para a pesquisa, como as ideias de democracia e regimes ditatoriais. Por outra parte, a idade máxima para o preenchimento do formulário, 34 anos, se explica pelo fato de que esse grupo nasceu a partir de 1985, ou seja, já no regime democrático, e são as percepções e memórias de quem não viveu o período ditatorial brasileiro que almejamos auscultar.

O principal recorte de exclusão em relação a quem enviaríamos as perguntas foi a inserção dos possíveis entrevistados em cursos superiores na área de ciências humanas e sociais. Enviamos o formulário preferencialmente para pessoas que não estão manejando tais saberes academicamente, uma vez que estamos buscando compreender as visões acerca de conceitos como democracia e ditadura de conhecimentos históricos não acadêmicos, de pessoas a quem essas discussões dentro da universidade não foi/ e uma parte de sua formação, entender como esses temas trafegam pela nossa sociedade, de forma ampla. Assim, entre os dias 5 de junho de 2019 e 23 de junho de 2019, 68 pessoas responderam às nossas perguntas. Obtivemos o seguinte perfil de entrevistados:

Gráfico 1. Idade dos participantes no questionário

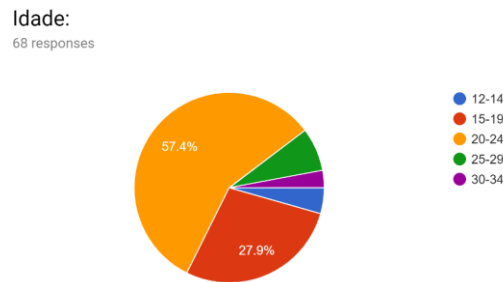
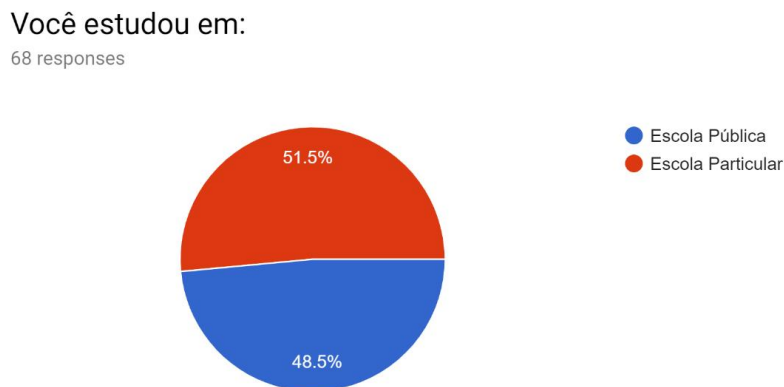


Gráfico 2. Escola onde estudaram os participantes do questionário



Optamos por realizar a pesquisa através dessa ferramenta do *Google* por duas razões principais. Em primeiro lugar, por acreditarmos que com ela conseguiríamos alcançar mais pessoas no curto espaço de tempo que tivemos para a realização do trabalho, visto que o formulário seria enviado através da internet para conhecidos próximos e também para pessoas com quem não temos contato tão direto, mas que sabemos que se encaixariam no perfil definido como nosso alvo, e que as ferramentas que utilizamos tem um poder de proliferação interessante, potencializando a ampliação do nosso raio de alcance para além de pessoas imediatamente pertencentes a nosso círculo de sociabilidade. Se optássemos por fazer as entrevistas pessoalmente, provavelmente não chegaríamos a um número tão alto de respostas como conseguimos através do formulário. Ainda que, por outro lado, teríamos tido o benefício do diálogo, podendo não só acessar verbalmente as percepções declaradas, mas também pela tão fértil e plural linguagem não verbal - as pausas e os ritmos de fala, os gestos e as hesitações, os movimentos dos olhos, do cenho, das mãos -, e poderíamos não só ouvir,

mas falar também, apresentando nosso contraponto, quando entendêssemos necessário fazê-lo, fazendo uso do nosso importante espaço de fala enquanto historiadoras, e detectando de maneira mais precisa as origens e os fundamentos das respostas, ao indagar em camadas distintas, por onde ou por quem foram influenciadas, através de quais suportes, como forjaram-se, mudaram e consolidaram-se as leituras respondidas. Como nosso intuito é mais de diagnóstico e mapeamento, e nossas condições de possibilidade de diálogo eram restritas, entendemos que a modalidade virtual seria a mais adequada para este estudo.

Em segundo lugar, entendemos que, ao responderem as perguntas de maneira virtual e anônima, sem a “vigilância” da interação física no mundo real, no conforto da tela de seus celulares ou computadores, e sobretudo em vista da faixa etária visada, as pessoas se sentiriam mais confortáveis para falarem aquilo que realmente pensam e acreditam, não reproduzindo o que acreditam ser as respostas que estávamos buscando, que idealmente gostaríamos de ouvir. *Claro, também percebemos aqui um outro ponto negativo que potencialmente se abre com o Google Forms*, a entrevista realizada indireta e remotamente através de formulário virtual: ele abre espaço para pesquisa prévia do entrevistado acerca dos temas perguntados. Se de um lado isso provoca exatamente o que queremos, uma aproximação das pessoas com essas questões sensíveis, de tão necessário enfrentamento na sociedade e no tempo delicado em que vivemos; por outro, essa possibilidade embaça nosso acesso às percepções reais dos entrevistados, naquele momento, sem nenhum auxílio direcionado e intencional do imenso repositório de informações que é a internet. No entanto, o teor diverso das respostas recebidas, em termos de adequação delas ao que consideramos correto, de acordo com os critérios que a seguir exporemos, nos dá a entender que esse embaçamento não foi um problema, e se verifica a autenticidade das respostas recebidas, o que nos assegura a qualidade do trabalho desenvolvido e a possibilidade de extrair dele, com essa metodologia, uma radiografia precisa do que a fatia já explicitada da população brasileira tem em seu arsenal de referências acerca da ditadura civil-militar brasileira, de democracia.

### **Debates historiográficos e análise dos resultados**

As respostas dadas pelos entrevistados podem nos ajudar a entender uma questão essencial norteadora das discussões em sala e deste trabalho: como as discussões acadêmicas mais recentes ligadas à ditadura chegam, ou não, ao domínio e debate público, à população



que não está em contato direto dentro das universidades. Pelos questionamentos tão truculentos que vem sido feitos recentemente por setores conservadores da sociedade e da nossa classe política quanto a relevância das instituições federais de ensino superior, do investimento nelas, acima de tudo nas ciências humanas, auferimos a distância entre a universidade e a sociedade de modo geral. Aqui, podemos entrever se, e em que medida, o conhecimento histórico sobre a ditadura civil-militar brasileira, de modo específico, transita entre essas duas esferas.

Um ponto importante que vem sendo bastante discutido pela historiografia que se detém aos debates ligados ao regime militar, está ligado ao recorte temporal a que se refere a pergunta número 4, “você saberia dizer quando teve início e quando terminou a ditadura no Brasil?”. Enquanto boa parte dos historiadores reiteram a tese mais difundida de que a ditadura teria iniciado em 1964 e tido fim em 1985, Daniel Aarão Reis (2010) acredita que o término teria se dado em 1979, quando teria tido fim o Estado de exceção com a revogação dos Atos Institucionais e a Lei da Anistia (DE MELO, 2014). Outro grupo de autores, como pesquisadores do direito que trabalham com justiça transicional, defendem que o regime ditatorial só chegaria ao fim em 1988 com a Assembleia Constituinte.

Dos 68 entrevistados, 41 deles (60%) responderam com exatidão as datas mais figuradas no debate de início e fim da ditadura militar brasileira (1964-1985). Dos 27 (40%) restantes, 7 informaram não saber responder, 6 mencionaram 1964 ou a década de 1960 como data de início, mas não souberam responder o término, 6 responderam incorretamente, apontando datas incorretas precisas, localizando-a temporalmente em tempos tão distintos quanto o entresséculos XIX e XX, 1935-1982 e todo o período desde a proclamação da república até o presente, e 8 responderam incorretamente de maneira vaga ou aproximada, “entorno da década de 1945”. Não houve expressivo predomínio de incorreções em entrevistados advindos de escola pública ou particular, nem de uma determinada faixa etária, dentre as examinadas, estando, portanto, os equívocos bem distribuídos nas variáveis analisadas. Isso nos aponta para o já esperado bem difundido conhecimento factual acerca da ocorrência da ditadura, embora um tanto quanto frágil, pelo elevado número de incorreções, da grande apropriação pública do marco 1964-1985 e da pouca capilaridade das outras delimitações temporais apresentadas pela historiografia, que não foram sequer mencionadas.

Essas diferentes perspectivas relacionadas ao recorte cronológico também estão intimamente ligadas às distintas nomenclaturas que estudiosos atribuem ao regime, como apresenta Demian Bezerra de Melo (2014). Ditadura militar, civil-militar ou empresarial militar são conceitos apresentados pelo autor que atribuem, em seu próprio nome, a importância daqueles grupos que tiveram papel central no regime e também no golpe, sejam os militares, os militares e os civis, ou os setores do empresariado brasileiro juntamente com os militares. Assim, entendemos que as perguntas 3 e 5, “o que você entende pela ideia de ditadura?” e “quando você pensa na ditadura brasileira, qual a primeira ideia que lhe vem à cabeça?”, respectivamente, podem nos auxiliar nesta tarefa, através da possibilidade desses grupos serem citados durante as respostas. Além disso, as questões de número 3 e 5 também podem ser utilizadas ao buscarmos trabalhar o caráter violento e opressivo do regime, através de possíveis referências a temas como censura e tortura.

Entendendo como ditadura um regime político de exceção, em que os poderes estão concentrados nas mãos de um indivíduo ou um grupo de pessoas, em que se suprimem ou restringem liberdades e direitos individuais - como os direitos políticos e civis, direito ao voto, a liberdade de expressão e associação -, percebemos que 54 (84%) dos 64 entrevistados deram resposta adequada a pergunta “o que você entende por ditadura militar no Brasil?”. Dos 10 restantes, 9 foram entrevistados advindos de escolas públicas, e não houve predominância alguma de faixa etária. Entre os 10, 3 entrevistados não souberam responder, um entre eles declarando não ter nem interesse sobre o assunto; 4 entrevistados responderam com elementos que podemos relacionar a ditadura, no geral, e ao caso brasileiro em particular, mas que não são caracterizadores centrais do regime, como “imperialismo americano”, “pensamento militar”, “muito ruim na época”, “tentativa de impedir golpe comunista” e 3 positivaram efetivamente a ditadura, respondendo “Perfeição”, “época boa, com qualidade de vida e respeito”.

Muito nos surpreendeu essa origem das respostas equivocadas, visto que considerávamos que era a escola particular, onde o debate já é em alguma medida interdito, onde está, grosso modo, a classe média brasileira, notadamente muito conservadora, que noções errôneas acerca da ditadura grassariam com mais força. Também ficamos surpresas, gratamente, com o pequeno percentual que as respostas equivocadas representou. De modo geral, portanto, vemos que os filhos da democracia compreendem bem o que foi a ditadura

militar no Brasil. Aqueles que não a compreendem, por não terem interesse, ou por entendê-la positivamente, são uma minoria que, entretanto, assustam pelo fervor de suas respostas - o que pode ser um reflexo da sociedade brasileira neste momento.

As associações à ditadura presentes nas respostas à questão de número 5 são muito sintomáticas. 16 pessoas (23.52%) mencionaram “militar” em sua resposta, o que nos diz o quão consolidada é a percepção da ditadura brasileira enquanto regime comandado pelas forças armadas. 36 pessoas (52.94%) associaram ditadura a infrações de direitos humanos, a sua maioria de maneira violenta (tortura e perseguições), embora número bastante expressivo também de “censura”, “repressão de ideias”. Isso vai de encontro a uma ponderação importante que faz Fico (2013), ao afirmar que, ainda o regime militar brasileira tenha sido muito repressivo, a noção de frustração, em detrimento da de violência, é a mais acertada para caracterizá-la. As 16 restantes não apresentaram padrão tão marcante, mencionando “Bolsonaro” (1), “Vargas” (3), “comunismo” (2), “atraso ao desenvolvimento do país” (1), “Tropicália” (1), valoração neutra ou indecisa (4), “ordem” e positividade (4). Apenas 8 (11,76%) de 68 pessoas, portanto, positivaram ou não negativaram em suas associações a ditadura brasileira, o que nos permite caracterizá-los como minoria no estudo feito.

Já as perguntas, “o que você entende pela ideia de democracia?”, “você pensa que vivemos em uma democracia no Brasil?” e “você trocaria as liberdades garantidas de um regime democrático pela segurança e ordem asseguradas por um regime ditatorial?”, podem nos auxiliar na análise em relação a como os entrevistados entendem a ideia de um regime democrático, compreendendo quais são os valores que eles consideram centrais para que esse regime político seja realmente colocado em prática. Neste sentido, entendemos que para que essas questões se apresentem de forma clara para os entrevistados, é importante que temas como a redemocratização do Brasil e a Constituição de 1988 estejam em seu imaginário e em sua bagagem de conhecimento histórico.

As respostas de número 6 foram surpreendentes. Considerando como democracia uma forma de governo em que a soberania emana da participação popular, 62 pessoas (91%) deram resposta que consideramos satisfatória à pergunta, ou seja, têm noção adequada da definição de democracia. Das 6 pessoas restantes, 5 eram advindas de escola pública, e o espectro de respostas diferentes dadas é interessante e vale menção. “Ilusão burguesa” (1),

“16 anos de PT? Nunca tive exemplo.”(1), “nada” (1), ditadura da maioria (3) foram as afirmativas feitas, essas três últimas mencionadas com níveis diferentes de detalhamento e aprofundamento, uma inclusive trazendo discussão com bibliografia<sup>111</sup>

Quanto às respostas de número 7, “você acredita que vivemos em uma democracia no país, elas também nos surpreenderam, indicando a amplitude da consciência das pessoas de que algo não vai bem no Brasil neste momento, neste aspecto. Tivemos 41 pessoas (60,29%) respondendo sim, embora a maioria com senões. O sim foi puro, monossilábico, em 23 das 41 respostas afirmativas, sendo o resto entreposto, após vírgulas, por poréns, entre os quais estiveram a desigualdade social, os privilégios da elite, o problema da representatividade dos governantes eleitos, o limite da voz do povo ao voto. Os 27 restantes se dividiram em “não” (18), também com muito díspares elaborações a respeito, e alguma formulação que se aproximava de um “mais ou menos, nem sim nem não” (9).

Por fim, na última pergunta, número muito pequeno de entrevistados, 6 pessoas (9%), trocariam as liberdades da democracia pela ordem e segurança da ditadura. Podemos interpretar essa grande maioria de “nãos” como a força da percepção de que, por mais imperfeita que seja, por menos que se creia nela, a democracia ainda é a forma preferida de governo face à alternativa ditatorial, sobretudo - segundo os próprios entrevistados, por ter como bastião principal a garantia de direitos, o que não enxergam como baluarte da ditadura. A ênfase intensa de muitos dos “nãos” nos remete a Raggio (2015), quando ela comenta a condensação dos tempos históricos distintos na memória de eventos traumáticos, que faz com que o passado pareça ou seja sentido como ainda presente. Por outro lado, houve quem respondesse “acho que não, mas não sei”, com base na falta de experiência própria do regime militar, o que nos aponta para uma sobrevalorização da experiência imediata individual como produtora de interpretações históricas, formadora de opiniões e parâmetros avaliativos.

Os 6 entrevistados que responderam sim deram respostas simples (3), com apenas esta palavra, e também outras mais explicativas, como a equiparação de ditadura e democracia

---

<sup>111</sup> “Uma DITADURA da maioria, no caso da maioria dos votos válidos, um sistema antiético de coerção e, basicamente a ideia tola de que pessoas são burras demais para cuidarem de si mesmas, portanto precisam ser dominadas por uma organização que é composta por pessoas (burras) e eleitas por pessoas (burras). Basta assistir TV Câmara para ver que o congressista mediano é, basicamente um Neanderthal (sem querer ofender os neandertais). Democracia, e basicamente o estado, apenas serve para dividir as pessoas fazendo-as se odiarem por cultuarem parasitas diferentes, essa divisão facilita a dominação de uma classe de parasitas. Sugestão de leitura: Democracia o deus que falhou (Hans Herman Hoppe).”

com relação à falta de segurança e de direitos (2) e uma ironia ferina, do mesmo autor do ataque direto ao partido dos trabalhadores já citado, que consideramos uma resposta raivosa “Que liberdade? Desce do ônibus com um iPhone na mão pra você vê oq te acontece...”.

## **CONCLUSÃO**

A realização deste trabalho nos presenteou com a consolidação e o confronto com algumas percepções que vínhamos já formando ao observar a realidade brasileira ao nosso redor, e o tratamento da memória de nossa história traumática. Em primeiro lugar, o quão sensível é o tratamento da história de um passado recente e do tempo presente, que sofre a pressão dos contemporâneos, ou a coação pela verdade, abrindo espaços para confrontos de discursos daqueles que não viveram com aqueles que viveram um determinado processo e buscam narrá-lo e/ou explicá-lo (FICO, 2012). Em segundo lugar, em vista das respostas diferindo substancialmente de acordo com a proveniência escolar dos entrevistados (pública/privada) a importância da escola, enquanto espaço de encontro intergeracional e instituição pública (RAGGIO, 2015), que penetra comunidades distintas, como esteio para discussões de temas sensíveis como a ditadura militar e formação de consciência cidadã e ativa para a preservação de direitos já conquistados e de um Estado democrático de direito que nos é a garantia deles.

Em momento crítico como o que vivemos, o historiador tem dever ético e moral para com a verdade, a justiça histórica e os direitos humanos, e portanto não pode se abster de fazer o que buscamos, de maneira tímida e algo iniciante, concretizar com este exercício e estudo: imiscuir-se em meio à sociedade de maneira ampla, ouvi-la, entendê-la e buscar com ela o diálogo, afinar para ela seu discurso, dirigir a ela seu serviço. Os filhos da democracia brasileira têm, de acordo com o que percebemos nesta análise, percepções (majoritárias mas não unânimes) adequadas dela e da ditadura, que, no entanto, podem e devem ser enriquecidas, robustecidas, problematizadas, por meio do saber histórico escolar e público.

## **BIBLIOGRAFIA**

AARÃO REIS, Daniel. Ditadura, anistia e reconciliação. *Estudos Históricos*, v. 23, n. 45, p. 171-186. jan/jun. 2010.

ALBERTI, Verena. História e memória na sala de aula e o ensino de temas controversos. In: Quadrat, Samantha Viz; Rollemberg, Denise (Orgs). *História e memória das ditaduras do século XX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 283-300, 2015.

Anais da XXXV Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Usos públicos da História e a construção da memória popular: Disputa, narrativa e resistência em tempos sombrios. Gabrielle Barra Tarocco; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2019. 617 p.

ISSN:2317-0468

DE MELO, Demian Bezerra. O golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão. In: *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, p. 157-88, 2014.

FICO, Carlos. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. *Varia História*, v. 28, p. 43-59, 2012.

FICO, Carlos. Violência, trauma e frustração no Brasil e na Argentina: o papel do historiador. *Topoi*, v. 14, p. 239-261, 2013.

GRELLET, Fabio. Ato no Rio tem pedidos de fechamento do Congresso, do STF e intervenção militar. Portal de notícias UOL. 26/05/2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2019/05/26/ato-no-rio-tem-pedidos-de-fechamento-do-congresso-e-do-stf-e-intervencao-militar.htm>. Acesso em junho de 2019.

RAGGIO, Sandra. Ensinar os passados que não passam. In: Quadrat, Samantha Viz; Rollemberg, Denise (Orgs). *História e memória das ditaduras do século XX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 324-342, 2015.

SADI, Andreia. "Professor não pode atuar como militante" diz ministro da AGU sobre pedido para STF liberar polícia nas universidades. *Portal de notícias G1*. 28/05/2019. Disponível em <https://g1.globo.com/politica/blog/andreia-sadi/post/2019/05/28/professor-nao-pode-atuar-como-militante-diz-ministro-da-agu-sobre-pedido-para-stf-liberar-policia-nas-universidades.ghtml> Acesso em junho de 2019.

## PASSADO E PRESENTE DENTRO DO QUARTEL: ENTRE O CONFORTO DO ESQUECIMENTO E O DEVER DA MEMÓRIA

João Marcelo Amaral Machado<sup>112</sup>

**Resumo:** A presente comunicação procura abordar as disputas no campo da memória e do silenciamento em torno do 1º Batalhão de Infantaria Blindada (BIB) em Barra Mansa, Rio de Janeiro. Procuramos demonstrar como uma localidade que funcionava como centro de tortura e assassinato no período da Ditadura Civil-Militar se transformou em um espaço para realização de eventos, shows e feiras, ocasionando o não reconhecimento do local na memória social da cidade. Utilizaremos documentos obtidos pela Comissão Municipal da Verdade D. Waldyr Calheiros – Volta Redonda e estudos realizados pela mesma instituição procurando traçar um panorama de como ocorreu a construção de uma nova memória coletiva e o papel público da História.

**Palavras chave:** Ditadura, memória, história pública.

**Abstract:** This communication seeks to address the disputes in the field of memory and silencing around the 1st Armored Infantry Battle (BIB) in Barra Mansa, Rio de Janeiro. We tried to demonstrate how a place that functioned as a center of torture and murder during the period of the Civil-Military Dictatorship became a space for events, shows and fairs, causing the non-recognition of the place in the social memory of the city. We will use documents obtained by the Comissão Municipal da Verdade D. Waldyr Calheiros - Volta Redonda and studies conducted by the same institution seeking to draw an overview of how the construction of a new collective memory and the public role of history occurred.

**Keywords:** Dictatorship, memory, public history.

*“Nunca houve um monumento de cultura que também não fosse um monumento da barbárie. E, assim como a cultura não é isenta de barbárie, não é, tampouco, o processo de transmissão da cultura.”*

Walter Benjamin, Sobre o conceito de História, 1987.

---

<sup>112</sup> Graduando em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)  
Email: joao\_marceloamaral@hotmail.com

## **1º Batalhão de Infantaria Blindada**

A região Sul Fluminense passa por uma transformação significativa na virada da década de 1930 para a década de 1940, se tornando uma área estratégica para o desenvolvimento industrial brasileiro. A região, que até então era marcada pela produção cafeeira (séc. XVIII e XIX) e leiteira na década de 30 se converte em um polo industrial de extrema importância. A presença de duas grandes siderúrgicas na cidade de Barra Mansa, Companhia Siderúrgica Barbará e Siderúrgica Barra Mansa, além da posterior instalação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) no ano de 1941 em Volta Redonda – até então distrito de Barra Mansa –, transforma a região na maior produtora de coque, ferro-gusa e aço do país (POLL, 2016).

Proporcionalmente ao aumento de importância, cresceu também a preocupação com a área do entorno à Usina. Em busca de resguardar este importante local estratégico, foi instalado, em 1950, o 1º Batalhão de Infantaria Blindada (BIB), com apenas 9,4 km de distância da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). O BIB funcionava em estreita articulação com a CSN (GHAZZAOUI, 2016).

O BIB chegou a atuar como um órgão de repressão antes mesmo do golpe militar em 1964. Nos anos de 1956, 1957, 1963 e 1964, anteriormente ao golpe (CMV-VR, 2015), já havia coibição dos movimentos grevistas na região do Sul Fluminense, sendo a primeira contra os próprios metalúrgicos e a última para reprimir uma tentativa de greve nas indústrias leiteiras do Vale do Paraíba.

### **Atividade do 1º BIB após o Golpe Militar**

Após o golpe militar, a presença e atividade do Batalhão na região se tornaram cada vez mais frequente. No dia 1º de abril de 1964, já estava articulada uma tentativa de greve dos trabalhadores da CSN, porém o plano de segurança da Usina, previamente organizado pela Diretoria Industrial (setor mais próximos dos militares), já havia sido acionado e, assim, o BIB foi convocado para atuar na repressão. Os principais líderes do movimento grevista foram detidos e responderam ao Inquérito Policial Militar (IPM).

A Direção do Sindicato dos Metalúrgicos era atuante e ligada ao Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), o qual era considerado uma “ameaça à segurança nacional” para os



militares. Como dito anteriormente, a articulação entre os civis da direção da Usina e as forças de repressão militar eram estreitas, e tal relação coibiu e anulou os efeitos da greve e da resistência ao golpe na CSN (POLL, 2016). Tal articulação pode ser analisada por meio do relato do engenheiro e diretor industrial da CSN em 1964, Mauro Mariano:

Parei a tentativa de greve, tomei várias providências. Proibi a entrada na Usina dos elementos subversivos que nós tínhamos identificado. Mandei cortar tudo que era telefone. Negócio de greve é comunicação. Greve só pode se desenvolver se houver comunicação, de rádio, de telefone, de pessoas. Mandei ocupar a rádio... eles tinham ocupado antes, mas mandei a polícia lá e eles saíram. Volta Redonda não podia se comunicar com o Rio, com nenhuma parte. Estava tudo em nossas mãos, eu tinha que dar autorização. Eu nunca fui general, mas tive que agir como um. Tinha toda estratégia preparada (Pimenta, 1989).

Depois do golpe, a diretoria da Estatal solicitou a ampliação dos efetivos do 1º BIB e a fixação de residências para sargentos e oficiais em locais próximos da Companhia. Prisões arbitrárias, sessões de tortura, perseguições políticas e demissões sumárias se tornaram cada vez mais comuns na região. Durante o ano de 1968, após a promulgação do AI-5, o Batalhão estava mobilizado para combater qualquer tipo de manifestação, incluindo guerrilhas, e as torturas se tornaram cada vez mais recorrentes. O alinhamento com os demais órgãos de repressão do Estado, como o Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do Rio de Janeiro ampliou ainda mais a importância do Batalhão frente à região.

Porém, no início dos anos 1970 surgiram diversas denúncias de tráfico de drogas no interior do Quartel. Após a realização de uma sindicância interna, dezesseis jovens soldados (de 18 e 19 anos) foram presos e torturados até que confessassem o crime. As sessões de tortura no interior do Quartel ocasionaram a morte de quatro deles: Wanderlei de Oliveira, Juarez Monção Virote, Roberto Vicente da Silva e Geomar Ribeiro da Silva. Os familiares jamais reconheceram a ligação dos jovens com o tráfico e afirmavam que eles foram assassinados por se recusarem a compactuar com as sessões de tortura, morte e descarte dos corpos no interior do Batalhão. Paradoxalmente a todo o contexto de inteligência e eficiência do sistema

militar, jamais foram encontradas evidências do suposto tráfico de entorpecentes nas dependências militares.

Posteriormente, o tenente-coronel Gladstone Pernassetti Teixeira forjou a fuga dos soldados nas rádios como uma forma de justificativa para o desaparecimento dos jovens. Porém, a irmã de Geomar Ribeiro, inquieta com tal manifestação, procurou o Bispo D. Waldyr Calheiros para uma possível ajuda. D. Waldyr era uma importante figura na Diocese de Barra do Piraí-Volta Redonda, sempre ligado aos trabalhadores e aos jovens. Então, o bispo relatou as denúncias à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), no estado da Guanabara, que as levou ao conhecimento do exército.

O ano de 1973 marca uma virada na atuação do 1º Batalhão de Infantaria Blindada em Barra Mansa, após a instauração de um IPM para investigação das denúncias levadas por D. Waldyr à CNBB. O Conselho Especial de Justiça da 2ª Auditoria do Exército iniciou um julgamento do caso, no qual foram acusados e condenados o tenente-coronel Gladstone Pernassetti Teixeira (7 anos de prisão), o capitão Dálgio Miranda Niebus – principal torturador – (84 anos), 2º tenente R/2 Paulo Reinaud Miranda da Silva (77 anos), os 3º sargentos Ivã Etel de Oliveira (62 anos), Rubens Martins de Souza (62 anos) e Sidnei Guedes (57 anos), os cabos Celso Gomes de Freitas Filho (57 anos) e José Augusto Cruz (62 anos) e os policiais civis Nelson Ribeiro de Moura (2 anos) e Iranides Pereira (1 ano).

A imprensa chegou a noticiar, em janeiro de 1973, a condenação dos oficiais pelas ações no interior do Batalhão. Porém, os assassinatos e torturas foram ligados ao tráfico de drogas quando se tornaram públicos, consolidando na memória coletiva da população a ideia de manutenção da ordem e da disciplina – seja ela conduzida pelo Estado, por forças civis ou pela própria imprensa. A reportagem da revista *Veja*, de 31/01/1973, trás em seu título as seguintes palavras: *Oficiais Punidos*.

Desde as primeiras notícias, há um ano, sabia-se de acontecimentos muito graves no quartel do Batalhão de Infantaria Blindada, em Barra Mansa, RJ. E uma nota do serviço de relações públicas do Exército, divulgada em meio à boataria que falava em chacina e massacre, serviria apenas para confirmar o que se propalava. Através dela, confirmava-se que, investigando tráfico de tóxico entre seus subordinados, alguns oficiais ‘agiram de maneira condenável e deformada, provocando a morte de soldados’, a nota informava: ‘Foi

determinado o máximo de rigor na sua apuração' (POLL, 2016: 104 apud Revista Veja, 31 de jan. 1973).

O Jornal do Brasil também lança uma reportagem em 24 de janeiro de 1973, por sua vez com o título Justiça Exemplar, procurando demonstrar a ordem presente do interior das forças militares.

O envolvimento de praças, no tráfico e no uso de entorpecentes, no 1º Batalhão de Infantaria Blindada, em Barra Mansa, determinou a apuração dos fatos no âmbito militar. O Grupo encarregado da missão excedeu os limites e praticou violências que, uma vez chegadas ao conhecimento dos comandos superiores, determinaram a apuração rigorosa das responsabilidades. O episódio encerrou-se agora com a condenação dos que transpuseram os limites, numa punição de caráter exemplar pela Justiça militar, não deixando dúvida de que, quando fatos dessa natureza chegam ao conhecimento superior, são apurados e os culpados não se livram da punição (POLL, 2016: 105 apud Jornal do Brasil, 24 de Jan. 1973).

Tais reportagens reforçam a demonstração do exacerbado controle sobre o dito e o não dito pelo regime militar, além da construção de uma memória coletiva e outra oficial da cidade de Barra Mansa, do Batalhão e do que ocorria em suas dependências.

Devido a grande repercussão, mesmo que supostamente positivas, das reportagens, o 1º Batalhão de Infantaria Blindada é desativado. E suas dependências passam a ser o local do 22º Batalhão de Infantaria Motorizado (BIM'z) – o qual, contudo, permanece com os mesmos objetivos de repressão das atividades consideradas subversivas e movimentos grevistas.

O local do antigo Batalhão passa por diversos processos de ressignificação, em busca até mesmo de um esquecimento de sua história e das ações ali realizadas. Em 1991, o então 22º BIM'z é desativado e o local passa a ser a localização do Tiro de Guerra 01/016, o qual perdura até os dias de hoje. No início dos anos 2000, a Prefeitura Municipal de Barra Mansa também passou a ocupar a localidade, transformando-a em Parque da Cidade Natanael Geremias<sup>113</sup>, onde atualmente são realizados eventos, shows e feiras. Tal fato fortalece o processo de enquadramento de memórias (POLLACK, 1989) e silenciamento contínuo das vítimas e seus familiares, processo inverso do realizado pela Comissão da Verdade.

---

<sup>113</sup> Chefe da Defesa Civil de Barra Mansa que faleceu em 29 de abril de 2015.

## **Comissão da Verdade**

A Comissão Nacional da Verdade foi instaurada pela lei 12528/2011, em 16 de maio de 2012, pela então presidenta Dilma Rousseff. E tinha como objetivos esclarecer casos de assassinatos, desaparecimentos, participação de agentes do Estado em atentados e violações dos direitos humanos, além da repressão política e suas respectivas redes estabelecidas durante a Ditadura civil-militar.

A partir de depoimentos de vítimas e familiares da repressão política, além de outros documentos, a Comissão da Verdade procura privilegiar os marginalizados e oprimidos, considerados “subversivos” pelo regime ditatorial. Assim, trabalha com as memórias subterrâneas (POLLACK, 1989) em uma oposição a “memória oficial”.

A “Comissão Municipal da Verdade D. Waldyr Calheiros – Volta Redonda” foi criada pela lei municipal 4.945/2013 para colaboração com a Comissão Estadual e a Comissão Nacional da Verdade, contando com a participação de diversas instituições durante sua atuação, como a Ordem dos Advogados do Brasil Volta Redonda (OAB/VR), Diocese de Barra do Piraí-Volta Redonda e o Instituto de Ciências Humanas e Sociais – UFF, em especial ao Centro de Memória Sul Fluminense. A CMV-VR colheu cerca de 90 depoimentos, de vítimas ou familiares que sofreram violações dos direitos humanos e organizou diversos projetos para tornar público os resultados do relatório, como caravanas da verdade em praça pública e cinco audiências públicas com a presença da Cúria Diocesana, Ministério Público Federal (MPF) E da Comissão Estadual da Verdade.

A CMV-VR adquiriu acesso a arquivos da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) do período do regime militar, o que possibilitou o levantamento de um grande acervo para confirmação dos depoimentos, procurando emergir as memórias por muito tempo silenciadas.

A professora Ana Paula Poll aborda, tanto em seu texto como em seu vídeo produzido pela CMV-VR, os processos de apagamento da memória que foram e ainda são realizados em Barra Mansa. A transformação de um antigo centro de tortura em Parque da Cidade não causa nenhum estranhamento ou desconforto para a Prefeitura Municipal. Ocorre um processo de enquadramento das memórias e uma fixação da história oficial, contando com o controle dos meios de comunicação e outras dimensões da vida social.

Temos a década de 70 marcada pelo “milagre econômico brasileiro” e pelo tricampeonato mundial da “pátria de chuteiras”, período onde tudo ocorria muito bem, além da presença da imprensa ratificando a normalidade vivida no período, com matérias trazendo a justiça com exemplar e punição, merecida, de determinados oficiais.

Cabe a Comissão da Verdade trazer a público discursos contrários à essa memória oficial, demonstrando as barbáries e os crimes realizados durante o regime militar – trazer para os debates o termo, tão bem colocado por Padrós, de Terrorismo de Estado (PADROS, 2012).

### **Conclusão**

Por fim, torna-se perceptível a necessidade de estabelecimentos de novas ações da Comissão da Verdade, em especial na região Sul Fluminense. Nela, um importante centro de tortura e repressão que se insere nas proximidades do centro da cidade é tratado pela maioria da população como o Parque da Cidade, um local de eventos, festas e celebrações.

Tornam-se necessária ações como as caravanas em praça pública, produção de conteúdo audiovisual, além do cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) que o MPF emitiu em 2016 para certas medidas na localidade, em busca da memória social barramansense reconhecer o lugar com o 1º Batalha de Infantaria Blindada.

Atualmente, o Centro de Memória do Sul Fluminense Genival Luis da Silva (CEMESF), criado no Instituto de Ciências Humanas e Sociais da UFF, está realizando uma seleção para elaboração do futuro Centro de Memória, Verdade e Direitos Humanos em Barra Mansa. O Centro ficará localizado no antigo Batalhão e visa atender as recomendações dos relatórios finais da Comissão Nacional da Verdade, do Rio e de Volta Redonda, além do TAC firmado entre o município e o MPF.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de História. Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política. Editora Brasiliense, São Paulo, 1987.

GHAZZAOUI, Eminny. Entre a barbárie e a cultura: disputas na construção das memórias do antigo 1º batalhão de infantaria blindada de barra mansa (2013-2017). Anais do Encontro

Anais da XXXV Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Usos públicos da História e a construção da memória popular: Disputa, narrativa e resistência em tempos sombrios. Gabrielle Barra Tarocco; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2019. 617 p.

Internacional e XVIII Encontro de História da Anpuh-Rio: Histórias e Parcerias, Niterói, 2018.

PADRÓS, Enrique. Memória e Esquecimento das Ditaduras de Segurança Nacional: os desaparecidos políticos. História em Revista, Pelotas, nº 10, dez. 2004.

PIMENTA, Solange Maria; “A Estratégia de Gestão: fabricando aço e construindo homens. Dissertação de Mestrado. BH, UFMG, 1989.

POLL, Ana Paula. Memória social e esquecimentos, repressão e resistência no sul fluminense. Repressão, resistência e memória dos trabalhadores da cidade e do campo, Rio de Janeiro – São Paulo, 2016.

01. ALEX MARTINS - COMISSÃO MUNICIPAL DA VERDADE. Roteiro Alejandra Estevez e Ozanan Carrara. Edição Rafael Moraes. Pesquisa Alejandra Estevez, Ana Paula Poll, André Carneiro, Antônio Sidekum, Gabriela Naves, Gustavo Bezerra, Katiussia Rodrigues, Lúcia Assis, Ozanan Carrara, Rafael Lima, Raphael Lima e Rayssa Duarte. Mixagem Cirineu Kuhn. Estúdio de Gravação - UFF. Volta Redonda, 2015. 6min.24seg. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=u4uNmlhfbpw&t=25s>> acessado em 15/11/2019.

03. ANDRÉ CARNEIRO - ATIVIDADES DE REPRESSÃO DO 1º BIB EM BARRA MANSA. Roteiro Alejandra Estevez e Ozanan Carrara. Edição Rafael Moraes. Pesquisa Alejandra Estevez, Ana Paula Poll, André Carneiro, Antônio Sidekum, Gabriela Naves, Gustavo Bezerra, Katiussia Rodrigues, Lúcia Assis, Ozanan Carrara, Rafael Lima, Raphael Lima e Rayssa Duarte. Mixagem Cirineu Kuhn. Estúdio de Gravação - UFF. Volta Redonda, 2015. 7min.53seg. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=OEAF4ZpW2fc&t=300s>> acessado em 15/11/2019.

04. ALEJANDRA ESTEVEZ - REPRESSÃO E RESISTÊNCIA DA DIOCESE DE VOLTA REDONDA. Roteiro Alejandra Estevez e Ozanan Carrara. Edição Rafael Moraes. Pesquisa Alejandra Estevez, Ana Paula Poll, André Carneiro, Antônio Sidekum, Gabriela Naves, Gustavo Bezerra, Katiussia Rodrigues, Lúcia Assis, Ozanan Carrara, Rafael Lima, Raphael Lima e Rayssa Duarte. Mixagem Cirineu Kuhn. Estúdio de Gravação - UFF. Volta Redonda, 2015. 6min.59seg. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=o->

0SAcLbD6U&list=PLItmh6bYByFIxcxjeK4IDY0gMaSfTdfIT&index=14> acessado em 15/11/2019.

10. MARCELO AULER- PAPEL DO 1º BIB NA DITADURA MILITAR. Roteiro Alejandra Estevez e Ozanan Carrara. Edição Rafael Moraes. Pesquisa Alejandra Estevez, Ana Paula Poll, André Carneiro, Antônio Sidekum, Gabriela Naves, Gustavo Bezerra, Katiussia Rodrigues, Lúcia Assis, Ozanan Carrara, Rafael Lima, Raphael Lima e Rayssa Duarte. Mixagem Cirineu Kuhn. Estúdio de Gravação - UFF. Volta Redonda, 2015. 13min. 32seg. Disponível em: <  
<https://www.youtube.com/watch?v=cF3JANHfP0Y&list=PLItmh6bYByFIxcxjeK4IDY0gMaSfTdfIT&index=9>> acessado em 15/11/2019.

16. ANA PAULA- PROCESSO DE APAGAMENTO DA MEMÓRIA. Roteiro Alejandra Estevez e Ozanan Carrara. Edição Rafael Moraes. Pesquisa Alejandra Estevez, Ana Paula Poll, André Carneiro, Antônio Sidekum, Gabriela Naves, Gustavo Bezerra, Katiussia Rodrigues, Lúcia Assis, Ozanan Carrara, Rafael Lima, Raphael Lima e Rayssa Duarte. Mixagem Cirineu Kuhn. Estúdio de Gravação - UFF. Volta Redonda, 2015. 5min. 31seg. Disponível em: <  
<https://www.youtube.com/watch?v=1jcaYtOI9P8&list=PLItmh6bYByFIxcxjeK4IDY0gMaSfTdfIT&index=2>> acessado em 15/11/2019

**A IDENTIDADE DO ARTISTA NO AUTORRETRATO DE IDOSO**

Naiany de Araújo Santos Costa<sup>114</sup>

**RESUMO:** Os autorretratos de Henrique Bernardelli e Rodolfo Amoedo pertencentes ao Museu Mariano Procópio mostram os artistas na maturidade, com uma velhice vigorosa em fins dos anos de 1920, período de produção das obras e com ambos sustentando pouco mais de 70 anos de idade. A partir dessas obras é possível rastrear, por meio de um cotejamento de imagens, uma similitude fisionômica dos artistas mantida em outras representações de ambos e ainda verificar modificações na maneira de exibição da figura de artista. Assim, a reflexão debruça-se sobre a representação imagética dos artistas, considerando especialmente a velhice de Henrique e Amoedo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Autorretrato, identidade; representação; velhice.

**ABSTRACT:** The self-portraits of Henrique Bernardelli and Rodolfo Amoedo belonging to the Mariano Procopio Museum show the artists at maturity, with a vigorous old age in the late 1920s, the period of production of the works and with both supporting just over 70 years of age. From these works it is possible to trace, through a collation of images, a physiognomic similarity of the artists maintained in other representations of both and also verify changes in the way the artist figure is displayed. Thus, the reflection focuses on the imagery representation of the artists, especially considering the old age of Henrique and Amoedo.

**KEYWORDS:** Self-portrait; identity; representation; old age.

No acervo do Museu Mariano Procópio encontra-se o autorretrato de Henrique Bernardelli, datado de 1929 e assinado, figura 1. Pertence, do mesmo modo, o autorretrato de Rodolfo Amoedo, assinado e sem data expressa na obra, figura 2.

O periódico do *Jornal do Commercio*<sup>115</sup> de 1931 informa sobre a doação dos dois autorretratos pelos artistas à Alfredo Ferreira Lage por ocasião da Exposição Geral de Belas

---

<sup>114</sup> Mestranda em História pela UFJF; e-mail: nayaraujoscosta@gmail.com. Orientadora Dr. Maraliz Castro Vieira Christo.



Artes de 1929. Especificamente, quando o colecionador adquiriu as telas *Bandeirante* e *Chefe Bandeirante*, sendo as telas respectivamente de Rodolfo Amoedo e Henrique Bernardelli, tal acontecimento teria motivado os pintores a presentear Alfredo Lage.



Figura 1: BERNARDELLI, Henrique. *Autorretrato*. 1929. Óleo sobre tela. 44 x 43 cm. Museu Mariano Procópio. Fotografia: Eduardo Machado.

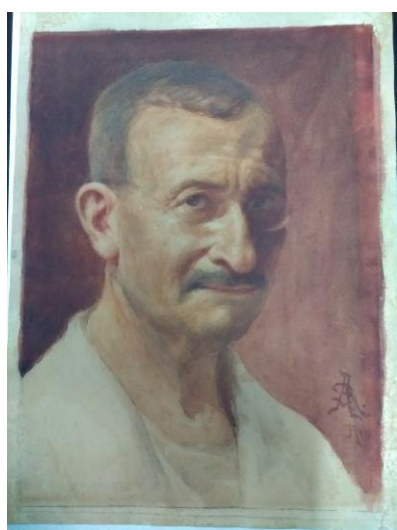


Figura 2: AMOEDO, Rodolfo. *Autorretrato*. c.1929. guache s/papel. 33,5 x 23,7 cm. Museu Mariano Procópio. Fotografia: Eduardo Machado.

Uma incursão nessas autorrepresentações suscita algumas questões, em princípio simples, entretanto, elas se sucedem, se multiplicam, se complexificam, sua continuidade não cessa. Como é sabido, embora a obra de arte tenha vínculos contextuais relevantes, ela não é

---

<sup>115</sup> *Jornal do Commercio*. Museu Mariano Procópio. n. 156, Ano 104, 02 jul. 1931. p. 5.

limitada a uma conjuntura histórica e/ou a apenas uma perspectiva de conhecimento, pois uma obra existe para além de sua época e não está circunscrita a uma única experiência visual, sendo continuamente ressignificada (COLI, 2018. p. 269).

Tal afirmação apresenta inúmeras possibilidades de perceber uma obra de arte. Todavia, considera-se latente nessas telas a seleção de elementos representativos de uma identidade do artista. Em suma, se as expressões fisionômicas, assim como a escolha de determinadas vestimentas e objetos são essenciais para compreender a figura apresentada, não é de menor valor a fase da vida eleita pelo pintor para fazer um retrato de si mesmo, e no caso dos dois autorretratos, evidencia-se a autorrepresentação na velhice.

Com o fim de entender a questão é necessário analisar os dois quadros. Porém, antes de tudo, cabe esclarecer que ambos pintores sustentavam pouco mais de 70 anos de idade no ano de 1929. Pois, Henrique Bernardelli nasceu em 15 de Julho de 1857 (LEE, 1991. p. 34), e coincidentemente Rodolfo Amoedo teve seu nascimento no mesmo ano, em 11 de Dezembro (WANDERLEY, 2017. p. 1), portanto eram dois artistas e professores em velhice vigorosa (BEAUVOIR, 2018.). Isso posto, cabe verificar as obras.

Perscrutinando o autorretrato de Henrique Bernardelli, nota-se o pintor com vestimentas em tom claro, casaco e boina em nuance pastel. Sob o casaco é exposto uma camisa em cor branca, assim como a cravat<sup>116</sup>, mas essa com alguns pontinhos em matiz esverdeada e, ainda, o uso dos óculos pelo artista.

Ao examinar a posição corpórea dele, constata-se não está disposto de frente para o observador, pois o ombro esquerdo está em primeiro plano na tela, enquanto o ombro direito se distancia do observador. A figura do autorretratado ocupa grande parte do espaço do quadro, por consequência, a sua imagem aparece nos limítrofes da tela.

No fundo do quadro verifica-se uma janela coberta por tecidos fluidos e com movimento na extremidade direita. A linha horizontal, proporcionada pela viga inferior, perpassa o quadro na altura da boca do artista e os tons em branco e pastel, manifestados na cortina e na vestimenta, se opõem, evidenciando o rosto do pintor, e por conseguinte, vê-se em destaque o olhar dirigido para fora da tela.

O pintor é mostrado em ambiente interno, a janela é indicadora, e ele é apresentado na altura dela. Pensando na composição da obra e o lugar que a geometria do quadro atribui ao seu espectador (ARASSE, 2019. p. 112), o autorretratado não pode estar em pé, pois as janelas normalmente têm o peitoril entre as alturas de 1 e 1,25 metros, e se a imagem coloca o observador próximo a Henrique e na sua altura, provavelmente ele está sentado ou pelo menos, em teoria, pressuposto na altura do autorretratado.

Em sequência, convém analisar o quadro de Amoedo. De maneira idêntica, ao escrutinar a autorrepresentação de Rodolfo Amoedo, é notório o pintor trajando vestes em tonalidade

---

<sup>116</sup> A vestimenta é um lenço envolto no pescoço com uma pequena amarração na parte frontal, ainda se destaca pela leveza do tecido, sendo mais volumoso que a gravata. Acredita-se que cravat seja a precursora da gravata moderna. AMBROSE. G.; HARRIS P. *Dicionário ilustrado da moda*. Editorial Gustavo Gili: Barcelona. 2012. p. 91.

clara, cor próxima a utilizada na vestimenta de Bernardelli. Rodolfo ainda utiliza óculos, embora a armação seja pouco perceptível no lado direito da face, em oposição a lateral esquerda, de traços mais marcantes.

A figura de Amoedo é identificada ocupando quase todo o espaço da composição, assim como em Bernardelli sua imagem é exibida alcançando as extremidades do papel. Atrás do artista há um fundo neutro, em tom marrom, contrastando às matizes mais suaves, como a cor pastel da indumentária e a tonalidade da pele.

Uma característica relevante nesses quadros é a representação da epiderme, pois os pintores se mostram maduros. Todavia, Amoedo exhibe os fios da cabeça e dos bigodes em pigmentação escura e leves falhas nas laterais da cabeleira, enquanto em Henrique escapa à boina alguns fios de cabelo sem pigmentação, bem como uma calvície frontal.

Destaca-se nessa concisa descrição das telas algumas semelhanças entre elas, assim como diferenças. Esse conjunto de elementos determina, em alguma medida, a particularidade de cada pintor, além disso, as representações são as imagens dos artistas eleitas e feitas por eles. Portanto, há o desejo de se mostrar e uma escolha intencional optada por eles para exprimir, em níveis distintos, a identidade<sup>117</sup> como artista.

Em virtude disso, é observável a similaridade entre os traços fisionômicos de ambos artistas em fotografias e em suas autorrepresentações. Para tanto, convém notar na figura 3 o professor<sup>118</sup> com suas feições facial, ele tem os olhos amendoados e levementes pendidos, seus lábios são mais finos na porção superior contrastando com a parte inferior mais carnuda. Além disso, o formato do rosto, a saliência do nariz podem não ser idênticos na fotografia e no autorretrato, contudo, sugerem alguma semelhança e contribue para o reconhecimento do artista em ambos casos.

---

<sup>117</sup> É sabido que o conceito de identidade é discutido por muitos estudiosos em áreas diversas na ciência, como medicina, antropologia, sociologia, apenas citando alguns. Por essa razão, o termo é utilizado apenas em relação à imagem visual exibidas por eles sobre eles próprios, considerando ainda não ser um conceito definidor do gênero autorretrato, embora contribua para sua compreensão.

<sup>118</sup> Henrique Bernardelli deu aula de pinturas na Escola Nacional de Belas Artes no início do século XX, e mesmo depois de sair da instituição o artista foi professor na sua casa e ateliê. Da mesma forma, Rodolfo Amoedo foi professor na ENBA, entretanto, fixou-se na instituição até sua aposentadoria compulsória em fins do ano de 1934.

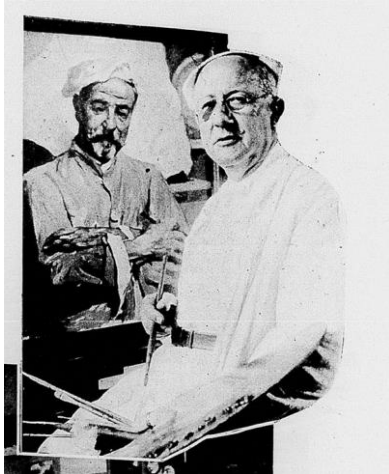


Figura 3: Fotografia de Henrique Bernardelli. Vida Doméstica. Professor Henrique Bernardelli. nº 105, nov. 1926. p. 74.

É curioso observar na última imagem um sinal na face de Bernardelli, uma pequena protuberância arredondada próxima à boca é exibida do lado esquerdo do seu rosto, embora no autorretrato ela apareça na lateral direita. Interessa ainda salientar estar o artista fixado na mesma posição em ambas figuras apesar de ter o sinal da sua face em lados opostos, ora de um lado na pintura, ora de outro na fotografia.

Ao mesmo tempo, é perceptível estar o pintor posando em frente ao retrato de seu irmão Rodolfo Bernardelli, Henrique mostra sua obra simulando uma pausa, haja vista ele sustentar na mão direita um pincel na altura do quadro, enquanto no braço esquerdo apoia a paleta com outros 5 pincéis. A exibição da paleta e dos pincéis, bem como o retrato do irmão fortifica a imagem do artista, essas propriedades não são apontadas no autorretrato, todavia, outros elementos permanecem, como a utilização da boina, dos óculos e uma mancha arredondada em cor marrom sugerindo a paleta.

Dessa maneira, o pintor é apresentado em momentos diferentes na figura 1 e 3, mais que isso, sua imagem é exibida por meios distintos, sendo a pintura normalmente mostrada em exposições ou em ateliê e a do dispositivo de captura da imagem exibida em periódicos. Apesar disso, o artista mantém a aparência concernente ao semblante pessoal.

Semelhantemente, a imagem de Rodolfo Amoedo, na figura 4, sustenta similaridades fisionômicas com a figura 2. Na primeira, o pintor é apresentado de perfil e meio corpo, abaixo de seu nariz alongado vê-se o bigode com poucos pelos e suas extremidades seguem sutilmente as linhas expressivas laterais da boca.

O professor posa em frente à sua pintura, um retrato do escultor Rodolfo Pinto do Couto<sup>119</sup>, na imagem o estatuário e o pintor estão dispostos de modo parecido, ambos são expostos em meio corpo e em perfil, apesar de terem a cabeça direcionada à lente da câmera. Da mesma maneira, vê-se o braço direito deles erguido em ângulo 90 graus, entretanto, na mão do pintor está o pincel apontado para o quadro e insinuando estar a obra em processo de conclusão, mas, a moldura é indicadora da finalização do retrato. Em resumo, Amoedo repete a posição de Couto.

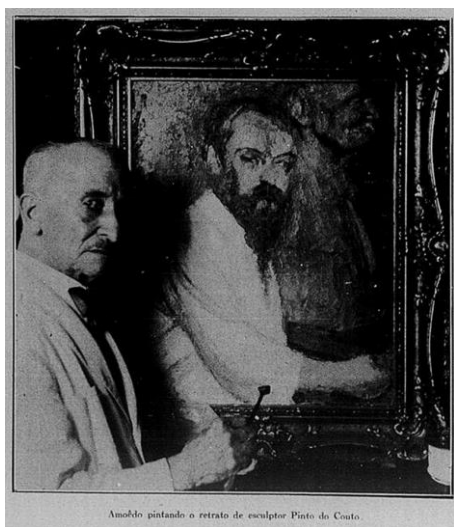


Figura 4: Fotografia de Rodolfo Amoedo. *Revista da Semana*. Grande arte em pequenos ateliers. 28 set 1935. n. 42. Ano, XXXVI. p. 31

O professor sustenta uma casaca de tecido leve sobre uma camisa clara e com gola envolta por uma gravata em tom escuro. A sobreposição tem semelhanças com a indumentária apresentada no autorretrato, em princípio por sua leveza e pela lapela perfazendo o pescoço e descendo até o peito.

Como se pode conferir, Henrique e Amoedo se autorretratam em idade madura, e como se sabe, há uma mudança na fisionomia humana durante as fases etárias. Ademais, a relação do homem com sua imagem física e psíquica se transforma, bem como sua conexão com o tempo, com sua história e por vezes com o seu trabalho.

Nesse sentido, é notável a imagem de Amoedo na juventude, figura 5, ele é exibido sentado em frente a um cavalete com um retrato. O pintor simula um movimento em direção à tela, como se estivesse trabalhando e fosse capturado por alguém que chega no interior, sua

---

<sup>119</sup> O retrato do escultor Rodolfo Pinto do Couto pintado por Amoedo teria sido apresentado no Salão de 1935, e em 1938 o escultor homenageia o pintor com uma escultura de Amoedo exibida na abertura das aulas da Escola Nacional de Belas Artes. Ver: *Jornal do Brasil*. Notas de Belas Artes, ano XLV, nº 187. 07 ago. 1935. p. 24. E: *Jornal do Brasil*, Escola Nacional de Belas Artes. 01 mai. 1938. p. 26. Exemplar sem capa.

atenção se volta para a câmera, ele encara a máquina que o apresenta na tenra idade com semblante macio e afetado.

Sem dúvida há uma mudança da epiderme à medida que o ser humano envelhece, pois, os traços fisionômicos sustentados na mocidade se acentuam na fase madura, entretanto, não descaracteriza o indivíduo por completo, possibilitando uma reminiscência do semblante do jovem de outrora na pessoa idosa. Por essa razão, verifica-se na figura 5 e 2 algumas particularidades do artista mantidas, como o nariz pontiagudo e os lábios finos, bem como o olhar afundado abaixo das sobrancelhas arqueadas.

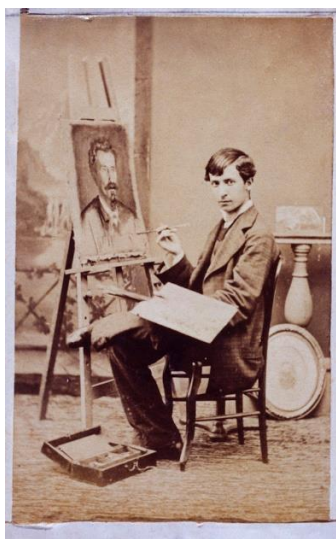


Figura 5: Fotografia de Rodolfo Amoedo. Museu Paulista, USP.

Em todo caso, o não reconhecimento de alguém por outrem depois de alguns anos de ausência é provável, especialmente se considerar inabitual a produção imagética de um indivíduo, e mesmo uma atualização dessa imagem no decorrer dos anos. Pois, somente com o advento e expansão da fotografia a partir do século XIX é que um número maior de pessoas puderam adquirir um retrato individual ou familiar, ainda assim, custava um dispêndio de dinheiro.

A historiadora Natalie Davis explora um caso inesperado em seu livro *O Retorno de Martin Guerre*, a história concentra-se na usurpação da vida do camponês Martin Guerre por Arnaud do Tihl na primeira metade do século XVI. Guerre era casado com Bertrande e juntos tiveram um filho, entretanto, o marido abandona sua esposa e família, depois de oito anos Arnaud do Tihl toma posse por três anos da vida de Guerre alegando ser o esposo de ertrande em regresso.

Davis apresenta uma história com evidente dificuldade de identificação de um indivíduo no século XVI, haja vista não haver dúvidas entre os familiares, em princípio, sobre a identidade de Guerre. Mas, depois de três anos o caso tornar-se um processo em julgamento, a esposa, familiares e amigos apresentam desconfianças sobre a identidade de Martin.

Dessa maneira, o reconhecimento de alguém, não visto por um tempo considerável por um grupo de pessoas, dependia exclusivamente da memória. Portanto, as características particulares dos traços físicos, em modificação pelo tempo, ganham maior possibilidade de percepção com o registro da imagem, como a fotografia, tornando mais visível as singularidades pessoais de alguém ao longo de sua vida.

Mesmo entre fins do século XIX e início do XX, era provável que a maioria das pessoas, tidas como comuns, não tivessem fotografias suas ou pelo menos não as tinham em número considerável. Nesse sentido, é elucidativo um outro exemplo engendrado por Luigi Pirandello no seu escrito intitulado *O falecido Mattia Pascal*.

Nesse livro, publicado nos primeiros anos do século XX, o autor narra a história de Pascal, um bibliotecário endividado e infeliz no casamento, o personagem decide fazer uma viagem breve à Monte Carlo sem dizer a ninguém sobre sua ausência da cidade. Na viagem de retorno ele vê num periódico uma notícia sobre a sua morte, a informação sustenta ter sido o falecido reconhecido pela esposa e parentes.

Apesar de estupefato com a informação Pascal fica animado com a possibilidade de viver como outro, assim, modifica seu nome para Adriano Meis, e insiste na alteração do seu olho estrábico, única lembrança persistente do falecido. Em resumo, a identidade de de um indivíduo, em parte, está estritamente relacionado às suas características físicas que agem como referenciais para a construção imagética de determinada pessoa na memória de um grupo.

Pensando nisso, a fotografia de Henrique Bernardelli, figura 6, mostra em comparação com as outras figuras, 1 e 3, que os olhos do pintor com suas laterais pendidas e o sinal arredondado acima da boca permanecem nas imagens dele mais idoso. Além disso, o uso da boina e do cravat não é excluído, todavia com atualização de época.

Em contrapartida, o seu reconhecimento é dificultado pela barba e bigode, ocultando parte de sua face. Sua postura erigida pela vestimenta torna-se, nas imagens 1 e 3, mais sóbria, inclusive nas escolhas de tonalidades claras e no tecido mais estruturado e alinhado ao corpo, caso da fotografia 3.



Figura 6: Fotografia analógica em preto e branco atribuída a Henrique Bernardelli. Década de 1880. Coleção do Museu D. João VI/EBA/UF RJ. Fotografia: Naiany de Araújo.

O emparelhamento dessas figuras conferem uma personalidade ao artista, é possível perseguir uma substância única de cada pintor por meio de suas imagens. Apesar disso, há de se observar que a representação visual é uma construção do fotógrafo e do pintor, nesse sentido, as escolhas das vestimentas, a posição do artista ao ser fotografado/retratado/autorretratado e mesmo os objetos exibidos em cena não são de modo algum aleatórios.

No entanto, essa qualidade fornece subsídios para entender como a criação imagética do artista perpassa um círculo de relações em constante diálogo com seu trabalho. Mais precisamente, a imagem do pintor é construída a partir de suas obras, sua relação com a arte pictórica, e finalmente com seus clientes e público, assim, a divulgação de sua figura física é o elo aglutinador dessa estrutura.

Concluindo, é um processo complexo exibido por meio de performances visuais, mas elas denunciam uma possibilidade de representação e reconhecimento de um artista pela crítica no entreséculos XIX e XX. Sem contrariar essa questão, não se pode negar a similitude fisionômica dos artistas em suas fotografias e pinturas, apesar de cada uma ter seu significado e contexto de criação é notório, como se pode perceber nas figuras, a singularidade física de cada artista a partir desse arcabouço imagético.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

## **FONTES:**

Anais da XXXV Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Usos públicos da História e a construção da memória popular: Disputa, narrativa e resistência em tempos sombrios. Gabrielle Barra Tarocco; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2019. 617 p.

ISSN:2317-0468



AMBROSE. G.; HARRIS P. *Dicionário ilustrado da moda*. Editorial Gustavo Gili: Barcelona. 2012.

AMOEDO, Rodolfo. *Autorretrato*. c.1929. guache s/papel. 33,5 x 23,7 cm. Museu Mariano Procópio. Fotografia: Eduardo Machado.

ARASSE, Daniel. *Nada se vê: seis ensaios sobre pintura*. São Paulo: Editora 34, 2019.

BEAUVOIR, Simone. *A velhice*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2018. p. 40.

BEAUVOIR, Simone. *A velhice*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2018.

BERNARDELLI, Henrique. *Autorretrato*. 1929. Óleo sobre tela. 44 x 43 cm. Museu Mariano Procópio. Fotografia: Eduardo Machado.

COLI, Jorge. *O corpo da Liberdade: Reflexões sobre a pintura do século XIX*. São Paulo: SESI-SP Editora. 2018.

DAVIS, Natalie Zemon. *O Retorno de Martin Guerre*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987.

Fotografia analógica em preto e branco atribuída a Henrique Bernardelli. Década de 1880. Coleção do Museu D. João VI/EBA/UFRJ. Fotografia: Naiany de Araújo.

Fotografia de Henrique Bernardelli. *Vida Doméstica*. Professor Henrique Bernardelli. nº 105, nov. 1926. p. 74.

Fotografia de Rodolfo Amoedo. Museu Paulista, USP. Disponível em: <[https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:9994\\_-\\_Rodolpho\\_Amoedo\\_-\\_01,\\_Acervo\\_do\\_Museu\\_Paulista\\_da\\_USP.jpg](https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:9994_-_Rodolpho_Amoedo_-_01,_Acervo_do_Museu_Paulista_da_USP.jpg)>. Acesso em: 12 nov. 2019.

Fotografia de Rodolfo Amoedo. *Revista da Semana*. Grande arte em pequenos ateliers. 28 set 1935. n. 42. Ano, XXXVI. p. 31.

*Jornal do Brasil*, Escola Nacional de Belas Artes. 01 mai. 1938. p. 26. Exemplar sem capa.

*Jornal do Brasil*. Notas de Belas Artes, ano XLV, nº 187. 07 ago. 1935. p. 24.

*Jornal do Commercio*. Museu Mariano Procópio. n. 156, Ano 104, 02 jul. 1931. p. 5.

LEE, Francis Melvin. *Henrique Bernardelli*. São Paulo. 1991.

PIRANDELLO, Luigi. *O falecido Mattia Pascal*. São Paulo: Abril Cultural. 1981. p. 97.

WANDERLEY, A. C. T. O pintor Rodolfo Amoedo (1857-1941) no álbum de artistas, doado à Biblioteca Nacional por M. Nogueira da Silva. Disponível em: *BN: Brasileira Fotográfica*. 11 dez. 2017.

## A Observação Astronômica nos Maias, Incas E Astecas

Euarda Peixoto<sup>120</sup>

Victor Custódio<sup>121</sup>

**RESUMO:** Esse trabalho tem o objetivo de analisar o conhecimento astronômico produzido pelos nativos americanos no período anterior à chegada dos europeus e descrever a maneira que a astronomia se manifestava na instância política, como quando o governante desses povos tinha suas decisões orientadas pelos fenômenos celestes, econômica, quando os agricultores usavam os ciclos dos astros para organizar a agenda de cultivo, ou a religiosa na associação de muitas divindades com planetas e constelações. Através de dados qualitativos como, por exemplo, calendários, leituras da mitologia e achados arqueológicos tenta-se entender a astronomia nos Maias, Incas e Astecas e qual era sua importância para a compreensão da realidade nos respectivos povos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Astronomia – Povos pré-colombianos – América – Incas – Maias – Astecas.

**ABSTRACT:** This paper is intended to analyze the astronomical knowledge produced by Native Americans in the period before the arrival of Europeans and to describe the way astronomy manifested itself in the political instance, as when the ruler of these societies had his decisions guided by celestial phenomena, economic, when farmers used the cycles of the stars to organize the cultivation schedule, or the religious in the association of many deities with planets and constellations. Through qualitative data such as calendars, mythology readings and archaeological findings, we tried to understand astronomy in the Mayans, Incas and Aztecs and what was its importance for the understanding of reality in each society.

**KEYWORDS:** Astronomy - Pre-Columbian People - America - Incas - Mayans - Aztecs.

---

<sup>120</sup> Graduanda em História pela UFJF. E-mail para contato: duada.peixoto@hotmail.com

<sup>121</sup> Graduando em História pela UFJF. E-mail para contato: victorwho1963@gmail.com

## INTRODUÇÃO

A astronomia é uma das formas de compreender a realidade mais antigas conhecidas pelo ser humano. Em seu prelúdio, ainda na Antiguidade, esse conhecimento consistia basicamente na observação dos astros visíveis a olho nu, observação a qual orientava chineses, egípcios, assírios, sumérios e babilônicos na localização tanto no tempo quanto no espaço. Ao conseguir identificar os padrões de fenômenos celestes, a humanidade pôde melhor controlar a natureza sabendo qual a melhor época para o plantio e colheita, pôde se orientar pelas constelações nos seus movimentos migratórios além da associação dos astros com as diversas religiosidades que garantiam, em muitos casos, a coesão do tecido social.

A observação sistemática dos astros aparece em diversas sociedades e isso não se modifica com o tempo. Na Europa medieval o caráter político e cultural do conhecimento astronômico se evidencia com Afonso X (1221 – 1284), Rei de Castela (Espanha), na revisão das tabelas astronômicas ptolomaicas e com Nicolau Cusano (1401 - 1464) que por meio de seus cálculos astronômicos elaborou profusas reflexões teológicas. (CORRÊA, 2011)

Apesar dessas diversas funcionalidades e da permanência da astronomia na sociedade ocidental, o conhecimento astronômico não tinha total embasamento em processos empíricos estando muito ligado, como dito anteriormente, a mitologia e variadas crenças. Tal situação mudará num longo processo chamado Revolução Astronômica que vai do século XVI ao XVIII. Essa revolução é iniciada por Nicolau Copérnico e sua ousada teoria heliocêntrica e se consuma com Isaac Newton no nascimento da Física Moderna. Todo esse movimento deu uma nova forma à tão antiga observação dos céus separando-a gradativamente de artes não científicas como a astrologia e a elaboração de profecias. Isso ocorreu tanto pela utilização de aparatos mais sofisticados como o telescópio – contribuição de Huygens e Galileu – quanto pela união da leitura de fenômenos astronômicos com o cálculo e geometria – contribuição de Kepler e Brahe. (CORRÊA, 2011)

Todavia, não foi só na Europa e Ásia que a observação dos céus e seus fenômenos teve extrema relevância. Nas sociedades americanas, mais especificamente nas pré-colombianas, o conhecimento astronômico possuía importância em variados setores. Apesar da diversidade dessas civilizações, o interesse nos planetas e constelações era comum entre elas. Ainda muito ligada à cosmologia, a astronomia dos Maias, Incas e Astecas resultou na elaboração de

calendários, sistemas complexos de contagem e em templos, observatórios dentre outras edificações. (NAVARRO, 2010)

### **Os maias**

A civilização Maia teve seu auge entre os anos 200d.C. e 900d.C. e chegou a ocupar grande parte da Mesoamérica sendo notável por sua complexa língua escrita, arte, arquitetura, matemática e também por seus sistemas e estudos astronômicos. Assim como outras civilizações americanas pré-colombianas, os maias se orientavam política, econômica e socialmente pela religião, nesse caso politeísta. Portanto, o desenvolvimento de sistemas de estudos e compreensão do meio natural no qual estavam inseridos teriam uma legitimação religiosa.

No caso dos estudos matemáticos e astronômicos não foi diferente. Os sacerdotes/astrônomos tentavam decifrar, através da leitura dos fenômenos celestes, astros e suas posições os presságios e vontades divinas. Assim sabiam quando ocorreriam os rituais e possíveis sacrifícios. Não é à toa que muitos astros eram associados a divindades como Kinich Ahau, deus do Sol, Ixchel deusa da Lua, Chak Ek, deus representado por Vênus e Xaman Ek, deus da estrela polar. (ELSON, SMITH, 2001)

Além do sentido religioso, as observações dos astros tinham sua utilidade prática. Num tempo e sociedade que dependiam quase que exclusivamente da produção agrícola, saber o período certo do plantio/colheita de grãos e dos ciclos de chuvas e secas era essencial para a dinâmica econômica e de sobrevivência da civilização Maia. Dessa forma, por não disporem de ciências mais acuradas como a meteorologia, a orientação temporal para a agricultura baseava-se nos cursos dos planetas e constelações coincidentes com as etapas da cultivação de grãos e afins.

A astronomia Maia encontrava sua aplicação também no âmbito político e da coesão social. Isso, devido ao caráter teocrático da civilização na qual os governantes encontravam legitimações para seu poder semidivino nos astros a partir de metáforas e da própria cosmologia. Do mesmo modo, os fenômenos celestes cíclicos ou não diziam o melhor dia para um ritual, um casamento de um nobre ou para uma batalha. Um exemplo disso é o registro do movimento de Vênus – como dito anteriormente conhecido como Chak Ek. Esse

planeta estava muito associado à guerra e era utilizado para orientar quando as incursões militares seriam feitas.

Para essas diversas funcionalidades os estudos astronômicos resultaram em um calendário, um complexo conjunto de ciclos interligados que diziam com precisão a duração de certos fenômenos celestes. Dentre esses se destaca o ciclo de Vênus que, segundo esses estudos dura 583,935 dias (hoje, de acordo com os astrônomos, o número correto é 583,920), o ciclo lunar que dura 29,53086 dias (sendo o número correto 29,54059) e o solar, 365,2420 dias (sendo o número correto 365,2422). Nos três casos, os resultados encontrados são surpreendentes tendo em vista que os maias não dispunham de instrumentos tão sofisticados para o mapeamento dos astros e as observações eram feitas a olho nu.

Todavia, é importante lembrar da complexidade arquitetônica Maia que auxiliou nas descobertas e descrições astronômicas. Seja pelo estudo feito em observatórios astronômicos, templos e outros edifícios alinhados à movimentação celeste ou pirâmides e as chamadas estelas (construções que contavam a história de vida do governante) as quais foram utilizadas para o registro dos ciclos, a genialidade de construção maia teve sua manifestação também na astronomia.

Os estudos astronômicos dessa civilização são encontrados nas construções arquitetônicas, como já foi dito, e também nos “Códices”. Esses códices são livros produzidos a partir de peles de animais ou de cascas de árvore. Os textos encontrados são redigidos em caracteres hieroglíficos e evidenciam o esforço dos astrônomos e escribas nos variados cálculos registrados. Muitos desses códices foram perdidos, principalmente na invasão europeia quando muitos foram queimados. Todavia, existem hoje quatro códices bastante conhecidos que recebem o nome das cidades nas quais estão arquivados. (SICILIANO, 2017)

O trabalho maia que associou de maneira impressionante matemática e observação da natureza sem instrumentos sofisticados levou ainda no primeiro milênio depois de Cristo a conclusões que a astronomia europeia só chegaria no século XVII. Ainda com as crenças e mitologia, porém dispendo de uma verdadeira pesquisa empírica essa sociedade descreveu com precisão fenômenos celestes e se localizou no tempo. Portanto, o legado deixado pela cultura maia é imenso não só para as sociedades mesoamericanas posteriores como também para toda a civilização ocidental atual.

## Os incas

Os incas constituíram uma das principais civilizações da América ao se tornarem no século XV os líderes da confederação Cuzquenha, construindo um império extenso que atingiu territórios que, hoje, encontram-se nos países do Chile, Peru, Bolívia e Equador. Nesse sentido, além da vocação imperialista, a civilização inca tinha como principais características a religiosidade e a agricultura, uma vez que estas estavam relacionadas a diferentes aspectos da sociedade. A religião inca era voltada para o culto à natureza, isto é, para eles as divindades estavam presentes na terra, na lua, no mar e nas montanhas, mas, principalmente, no sol, o qual erigiram os maiores templos dedicado à divindade solar denominada INTI. Em relação à agricultura, esta estava muito atrelada à religiosidade, uma vez que havia uma crença dualista em que existiam as forças do bem e do mal, e que os períodos de sol e chuva corresponderiam a um momento de forças boas e, conseqüentemente, de uma colheita abundante enquanto que os tempos de seca significavam más colheitas. Todavia, esse dualismo não foi o único método utilizado pelos incas para entender o clima terrestre e sua respectiva influência na agricultura. Segundo Henri Favre no texto “*A civilização Inca*”, essa sociedade não desenvolveu nenhuma forma de escrita e as possíveis fontes produzidas foram destruídas com a chegada dos espanhóis, no entanto, assim como em todas as sociedades agrárias, o saber astronômico foi um fator essencial para auxiliar esses povos nas colheitas. Nessa circunstância, para os incas os conhecimentos do céu e sua contribuição para a produção do calendário partiu das observações da lua e do sol. A divisão era feita em doze meses lunares, onde cada mês correspondia às festividades e às atividades rituais ou então, a fatores econômicos ligados à agricultura. (FAVRE, 1987)

Além disso, a astrologia também foi muito utilizada pelos incas para prever os destinos individuais e coletivos da sociedade, posto que acreditavam que os corpos celestes podiam executar uma influência sobre os indivíduos e que sua movimentação representava uma oportunidade de saber mais sobre o futuro. Nesse contexto, assim como a posição da lua podia indicar o melhor período para plantação, a passagem de cometas podia representar a predição de epidemias, fomes e conflitos, ao passo que os eclipses eram vistos como uma ameaça a todas as pessoas, constituindo um medo coletivo. Dessa forma, a astrologia foi utilizada para atender às inquietações das pessoas e, principalmente, junto com a astronomia de auxiliar a agricultura e as preocupações de seus habitantes, tornando-se um eixo de orientação ritual e de

subsistência. É importante ressaltar que os estudos acerca dos corpos celestes e a produção de calendários tiveram como base central o sistema decimal de contagem designado por *Kipu*, o qual era produzido por meio de cordas e nós, servindo, assim, para muitos aspectos matemáticos da sociedade, como o censo e a contagem de alimentos. (RIVEIRO, 1851)

## **Os astecas**

A civilização asteca foi um mosaico de povos, culturas e línguas localizadas no centro do México que perpassaram por diversos obstáculos até se fixarem na ilha de Tenochtitlán no século XIV após o período clássico. Sua sociedade se destacou pela militarização acentuada, mas também por grandes contribuições artísticas em diferentes campos e a organização das cidades-Estados. (LÉON-PORTILLA, 2004) Em relação à astronomia, esta estava muito mais relacionada ao que se denomina astrologia nos dias atuais e teve muita influência dos conhecimentos astronômicos dos maias, principalmente no que se refere ao calendário. Os astecas utilizavam dois calendários ao mesmo tempo e, estes estavam organizados em torno da vida religiosa da população. Nesse sentido, o primeiro se organizava em 260 dias e denomina-se *Tonalpohualli*, o qual não tinha como base o sol e nem a lua, mas sim uma composição de vinte trezenas, os quais cada uma era destinada a consagrar uma divindade que seria responsável pelo período, constituindo dessa maneira um calendário ritual. O segundo, diferente do primeiro, chama-se *Xiuhpohualli* (popularmente conhecida como Pedra do sol) e tinha como estrutura principal as observações solares, composta por 365 dias. Além disso, sua função principal era auxiliar nas práticas agrícolas e na religiosidade, onde cada “mês” corresponderia a um festival religioso distinto que abrangia todos os moradores com festas, sacrifícios e outras formas culturais. Desse modo, quando os dois calendários formavam um tempo de 52 dois anos, iniciava-se um novo ciclo, sendo celebrado pela população com um evento conhecido como Cerimônia do Fogo Novo, onde acontecia um ritual em que as pessoas quebravam uma cerâmica e todo o fogo presente nos *Calpollis* era apagado. Logo após, uma vítima era sacrificada e o fogo reacendia em seu coração, levando o mesmo a todos os habitantes. É válido destacar que por meio dos conhecimentos astronômicos os astecas conseguiram identificar o tempo correto em que os eclipses aconteciam, além de reconhecerem a duração dos ciclos solares, lunares e de Vênus.

## CONCLUSÃO

Dessa maneira, percebe-se que assim como na Europa e na Ásia a observação dos céus foi de suma importância, para os povos originários da América o conhecimento dos corpos celestes estava relacionado às principais atividades realizadas por estes, além de ter contribuído grandemente para que os nativos pudessem compreender a sua sociedade e os acontecimentos que ocorriam ao seu redor, essencialmente, por terem divindades relacionadas à natureza. Ademais, esses conjuntos de povos distintos utilizaram a astronomia juntamente com a astrologia para se orientarem nas instâncias políticas, econômicas e culturais de seus territórios, mostrando, assim, como a movimentação dos astros tinha um papel fundamental para essas civilizações e como estas foram capazes de produzir tamanho conhecimento a partir da observação e da escassa tecnologia.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CORRÊA, Iran Carlos Stalliviere; *A Astronomia através dos tempos*. Porto Alegre 2011

ELSON, Cristina; SMITH, Michael E. Archaeological deposits from the Aztec New Fire Ceremony. *Ancient Mesoamerica*. 157–174. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

FAVRE, Henri. *A civilização Inca*. Rio de Janeiro: Editora Zaar, 1987.

LÉON-PORTILLA, Miguel. A mesoamérica antes de 1519. In: Bethell, Leslie (org). *História da América Latina: América Latina colonial*. Volume 1.2. Ed: São Paulo: Edusp; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2004.

NAVARRO, Alexandre Guida; *A observação astronômica na América pré-colombiana*. Campinas: ComCiência 2010.

RIVEIRO, Mariano Eduardo e Ustariz. *Antiguidades Peruanas*. Viena, 1851.

SICILIANO, Thalles; *Os códices Maias*. História do Livro, 14 de Janeiro de 2017.

Disponível em: <https://frontispicio.wordpress.com/2017/01/14/os-codices-maias/>.



## O EXTRACAMPO DESVELANDO SUBALTERNIDADES EM FOTOGRAFIA DE CHICHICO ALKMIM

Cleber Soares da Silva<sup>122</sup>

### **Resumo:**

A tradicional fotografia de família feita por Chichico Alkmim, ainda na primeira década do século XX, e seu extracampo com personagens inusitadas, suscita muitas polêmicas. Sabemos que a fotografia, antes de ser um testemunho verdadeiro, nada mais é do que o resultado de um processo. Desde os *carte de visite* os fotógrafos se beneficiaram de truques para evidenciar ou tornar invisíveis elementos, contribuindo assim para o direcionamento do discurso. Este texto pretende, além da observar a imagem central, analisar a pequena fração do estúdio que, inadvertidamente, deixou-se revelar impresso no negativo de vidro. A partir da combinação de modelos teóricos tradicionais aliados a novos processos de interpretação, tentou-se entender como funciona esse jogo de apagamento e obliteração, buscando desvelar novas possibilidades de interpretação.

**Palavras-chave:** Identidade; Álbum de família; Estudos Culturais; Feminismo.

### **Abstract:**

Chichico Alkmim's traditional family photography and its extra-field with unusual characters, still in the first decade of the twentieth century, arouses much controversy. It's know that photography, is nothing more than the result of a process, before being a true testimony. From the *carte de visit* the photographers have benefited from tricks to highlight or make elements invisible, thus contributing to the direction of speech. This text intends, besides observing the central image, to analyze the small fraction of the studio that inadvertently let itself to be printed on the glass negative. From the combination of traditional theoretical models with news processes of interpretation, we analyzed how this game of erasure and obliteration works, seeking to unveil new possibilities of interpretation.

**Keywords:** Identity; Family album; Cultural studies; Feminism.

---

<sup>122</sup> Mestre em Artes, Cultura e Linguagens pelo PPG do Instituto de Artes e Design (IAD) da UFJF. E-mail: clebersoares@dotzdesign.com.br

Em 13 de maio de 2017, o Instituto Moreira Salles (IMS), no Rio de Janeiro, inaugurou a exposição *Chichico Alkmim, fotógrafo*, com curadoria do poeta Eucanaã Ferraz, apresentando imagens de Diamantina e arredores, produzidas pelo fotógrafo mineiro nas primeiras três décadas do século XX. Uma parte dos cerca de 5.000 negativos em vidro – que atualmente fazem parte da coleção do IMS – foi ampliada e o público contemporâneo pôde conhecer os rostos de uma população que viveu em um país recém-saído da escravidão que, apesar do discurso republicano em voga, condenou à exclusão boa parte da sua população, principalmente negros e mestiços.

Atualmente o patriarcado é questionado e os direitos das mulheres e de outras minorias são abertamente reclamados. Sendo assim, na vida privada ou nas relações sociais busca-se invariavelmente que os direitos e deveres sejam equivalentes. Todas essas questões moldam nossos olhares e fazem com que a fotografia de Chichico aqui analisada, vista de uma perspectiva simplista, seja interpretada como um exemplo absurdo de abuso contra a mulher. As lutas pela emancipação feminina, assim como a implementação de leis que resguardam e garantem os direitos à infância, nos levam a olhar com espanto a fotografia que mostra, em seu extracampo, uma mulher e uma menina negras em situação de aparente subjugação. Como foi possível que um homem de sensibilidade e de gosto apurado, como comprovam as belas fotografias de Chichico, pudesse ter sido tão desumano com suas assistentes de estúdio? Também olhamos com certo desdém para o casal motivo principal da fotografia. Afinal, aparentemente, eles foram coniventes com aquela situação e nos indigna deparar com o olhar altivo da jovem senhora e com o jeito afetado e aristocrático do marido. O casal branco e seus dois filhos, destacados no centro útil da fotografia, era o tipo exemplar da nova família burguesa. As figuras que seguravam o painel de fundo, habitantes acidentais do extracampo, seriam evidentemente “eliminadas” no trabalho de acabamento da fotografia. Ao final do processo fotográfico, quando o corte no papel retirasse as duas figuras anônimas e indesejadas impressas ao fundo, o retrato reunindo os personagens principais iria, enfim, ocupar dignamente o álbum da família.

Segundo Lilian Schwarcz (2017), em seu artigo *Práticas de subalternidade: uma visita ao ateliê de Diamantina*, “nem sempre o fotógrafo controla a memória do seu ateliê”. Especificamente falando sobre a fotografia, objeto desse estudo, ela afirma que o que julgamos ao ver uma fotografia, antes de ser um “testemunho verdadeiro”, nada mais é do que o resultado de um processo. Apoiada na máxima “a fotografia nasceu para mentir”, cunhada

pela crítica norte-americana Susan Sontag, Schwarcz ressalta que os fotógrafos utilizaram na fotografia, desde os seus primórdios, de truques que podiam evidenciar ou tornar invisíveis elementos, contribuindo assim para direcionar o discurso da maneira que melhor lhes conviesse. Segundo a autora, não parece “mero deslize” o fato da mulher e da menina aparecerem na foto. Nas palavras da autora, “a memória anda sempre às turras com a história. Neste caso, ela aprontou com a história. Trouxe para o primeiro plano o que nasceu para figurar no segundo. Como um escandaloso segundo plano.” (SCHWARCZ, 2017)

Francisco Augusto Alkmim (1886-1978), mais conhecido como Chichico Alkmim foi, durante as três primeiras décadas do século XX, o fotógrafo mais importante de Diamantina. Alkmim aprendeu a fotografar com o Padre Manoel Gonzales e também com Francisco Theodoro Passig – ou com seu irmão João Passig –, possivelmente a partir de 1902, época em que os irmãos fundaram a empresa Photographia Alemã e se estabeleceram em Belo Horizonte<sup>123</sup>. Em livro biográfico lançado em 2015, além das referências citadas por Santos (2015), os autores Souza e França (2005) também incluem Iginio Bonfioli como fonte de aprendizado de Alkmim, no período em que este esteve estabelecido na nova capital mineira.<sup>124</sup> É importante salientar que no aprendizado se mesclaram tanto antigas tradições – como a estética dos ateliês do século XIX, herdada via irmãos Passig –, como também novas ideias, vindas por intermédio de Bonfioli, este último ligado ao Gabinete Fotográfico e à Comissão Construtora da Nova Capital (CCNC), grupo que ficou encarregado de registrar fotograficamente a construção de Belo Horizonte, a primeira cidade planejada do Brasil.<sup>125</sup>

As fotografias feitas em estúdio por Alkmim são herdeiras da estética dos *carte de visite* do século XIX, que, por sua vez, são devedores da tradição do retrato pictórico europeu.

---

<sup>123</sup> Antes de se fixarem em Belo Horizonte os irmãos Passig desenvolveram atividades fotográficas itinerantes por cidades de São Paulo (Franca e Ribeirão Preto) e de Minas Gerais (São João Del Rei, Campanha e Juiz de Fora), desde o ano de 1880 (KOSSOY, 2002; CHRISTO, 2000 e ARRUDA, 2013 *apud* SANTOS, 2015).

<sup>124</sup> De volta ao Vale do Jequitinhonha, Alkmim estabeleceu-se em Diamantina, fundando, em 1913, seu próprio estúdio fotográfico. O fotógrafo registrou os eventos que marcaram os primeiros anos do século XX na região, tais com a chegada dos Correios e Telégrafos, em 1905, a inauguração de escolas, a modernização da cidade centenária com o calçamento de ruas, a chegada da luz elétrica e da rede de água potável. Registrou também a sociedade local e os eventos públicos até meados da década de 1940. Provavelmente, por questões de saúde, passou a produzir fotografias apenas em seu estúdio a partir dos anos 1940 e se aposentou definitivamente por volta de 1955 (SANTOS, 2017).

<sup>125</sup> Alkmim, de acordo com Souza e França (2005), obteve as primeiras informações sobre fotografia com o Padre Manuel Gonzale, ainda quando morava em Caetemirim (MG), e com os Irmãos Passig, em Belo Horizonte. Alkmim teria aprimorado seu aprendizado em rápida passagem pelo estúdio do conceituado fotógrafo Iginio Bonfioli, também em Belo Horizonte. Além dessas experiências, segundo os autores, Alkmim também obtinha informações em manuais, dentre eles o **Manual Prático de Photographia**, de Adalberto da Veiga, editado em 1910.

Embora os manuais divulgassem a necessidade de dar ao modelo um ar de naturalidade e espontaneidade, a pose sempre ficava teatral. Esta encenação acabou por transformar-se em elemento definidor da estética do retrato burguês oitocentista.

As imagens produzidas por Alkmim são importantes, pois “capturaram o semblante” daquela época. Como afirmou Sergio Burgi, “toda Diamantina passou por seu estúdio. Ele pegou uma sociedade muito tradicional e retratou esse universo da religião, das escolas, das famílias”.<sup>126</sup> As fotos de negros e mestiços são um capítulo à parte. Salvo novas descobertas, estes são os primeiros registros de fotografia social de negros após as fotos feitas por Militão, em fins do século XIX. Eucanaã Ferraz (2017: 8) diz que as fotografias de Alkmim são emocionantes e “deixam patente o conhecimento dos recursos técnicos e o completo domínio do *métier* pelo fotógrafo”, que se mantinha atualizado e informado por meio de manuais, catálogos de vendas e revistas especializadas em fotografia.

Entre as fotos divulgadas pelo IMS na ocasião da exposição estão algumas fotografias funcionais de negros e de estúdio o que comprova que as camadas mais pobres em Diamantina, já nas primeiras décadas do século XX, utilizavam os serviços dos fotógrafos com certa regularidade.<sup>127</sup>

Também Schwarcz (2017) ressalta que entre os clientes de Chichico constavam não apenas os moradores locais mais endinheirados, mas boa parte da população afrodescendente do Vale do Jequitinhonha. Essa população que lutou pela sua liberdade, segundo a autora, não aparece de forma vitimizada nas fotografias, pelo contrário “esses clientes posam de maneira orgulhosa e comprometidos com as imagens que pretendem legar”. No entanto há uma exceção, justamente a fotografia objeto desse texto.

### **Subalternidades fotográficas**

A exposição *Chichico Alkmim, fotógrafo*, foi recebida com entusiasmo pela crítica especializada e pelo público em geral, tendo uma imagem em especial chamado a atenção dos espectadores e dos estudiosos da fotografia. Trata-se da foto de uma família branca que tem como fundo um painel sendo segurado por uma menina e uma mulher negras. As

---

<sup>126</sup> Entrevista de Sergio Burgi concedida à Nani Rubin (2016). In. *Chichico Alkmim.... Segundo Caderno*. Jornal **O Globo**. Edição de 03/01/2016: 3.

<sup>127</sup>Disponível em: <<http://www.ims.com.br/ims/explore/artista/chichico-alkmim/exposicoes-e-eventos>>. Acesso em 8 jul. 2018.

duas figuras estão no extracampo da fotografia e seriam eliminadas no final do processo de acabamento.



**Figura 1:** *Família*, cerca de 1910. Acervo Instituto Moreira Salles. Rio de Janeiro. Coleção **Chichico Alkmim**.

A fotografia limita com suas bordas o que tem de ser visto, priorizando e destacando a mensagem que se quer passar. No entanto, o que está fora dessas linhas fronteiriças, no extracampo, são elementos relevantes que muitas vezes trazem informações que o fotógrafo, inconscientemente ou não, deixou registrado para a posteridade. O casal e os dois filhos registrados na foto em questão certamente receberam, revelados em papel, um belo retrato familiar, e as figuras ao fundo foram jogadas fora juntamente com as aparas do papel fotográfico.

Lilia Schwarcz (2017) comenta que “o tempo tratou de pregar uma peça, deixando as marcas do processo fotográfico” e completa “o painel, que deveria preencher todo o fundo da foto, acabou registrado, por deslize, de forma tacanha”. Justamente a presença eternizada, “por deslize”, daquelas pessoas ao fundo é que chamaram tanta atenção do público elitizado e intelectualizado que frequenta as exposições do conceituado Instituto Moreira Salles (IMS). Não é incomum encontrar, tanto em antigos negativos de vidro

quanto nos modernos arquivos digitais, as sobras além das linhas de corte. Antigamente o corte era feito por uma guilhotina (instrumento para cortar papel) e atualmente o acabamento pode ser executado por programas de tratamento de imagens em computadores de alta tecnologia. No extracampo de uma foto é possível notar equipamentos específicos do *metier*, acessórios, mobiliário e a partir daí perceber o tipo de estúdio, se simples ou luxuoso, se grande ou pequeno. Seguindo a tradição dos pintores e escultores, os chamados ateliês eram um aglomerado de quinquilharias que ajudariam a compor os cenários. Com o passar dos anos, esse espaço entre a cena principal e as linhas limites do enquadramento se tornaram fonte importante de informação sobre um determinado fotógrafo, sua clientela e a sociedade em que viviam. A pintura *Interior com retratos*, de Thomas Le Clear (figura 2), de 1865, já mostrava isso de forma encantadora. O pintor coloca em primeiro plano, à direita, o fotógrafo reclinado sobre o seu aparato, segundos antes de apertar o disparador. No centro do quadro, um casal de irmãos posa diante de um fundo de inspiração romântica. Os personagens são envoltos pelo ambiente do estúdio fotográfico cheio de móveis, roupas, objetos decorativos, referências pictóricas e escultóricas e, principalmente, retratos espalhados pelas paredes.



**Figura 2:** *Interior com retratos*, 1865. Óleo s/ tela. **Thomas Le Clear.**  
Smithsonian Museum of American Art, Washington, DC.

A fotografia figura 1 evidencia uma família branca, integrante da elite de Diamantina, composta por pai, mãe, um menino de aproximadamente cinco anos e sua irmã mais nova. Podemos observar, em local de destaque, a figura do pai, um homem relativamente jovem. Na pose tradicional reservada ao membro mais importante a ser fotografado, ele aparece

sentado frontalmente, com a risonha filha caçula ao colo, segurada pelo braço direito. A mão esquerda, livre, se apoia na perna esquerda de forma relaxada, o que demonstra certa tranquilidade e intimidade do retratado com o ambiente do estúdio fotográfico. O homem de bigode ralo está elegantemente vestido com um terno escuro e calça botas com polainas curtas. O jaquetão aberto deixa evidente sobre o colete a corrente do relógio de bolso, uma irrefutável peça de distinção, muito característica da elite da época. Ele olha para um ponto à direita do observador e mantém nos lábios um leve sorriso, condizente com a formalidade da ocasião. A mulher, de pé a sua esquerda, olha fixamente a câmera e de forma séria encara o espectador. Vestida de forma sóbria, ela pousa a mão sobre o espaldar da cadeira onde o marido está sentado, numa adaptação da pose tradicional em que as esposas apoiavam respeitosamente uma das mãos sobre o ombro do esposo. A jovem mãe tem os cabelos presos deixando apenas uma pequena mexa solta sobre a sobrancelha esquerda – um toque de charme e feminilidade. Ela está vestida com uma blusa de cor clara na qual se destaca o bordado florido que lhe envolve o pescoço e segue pela gola descendo entre os botões. Completando o figurino sóbrio, a saia escura de cintura alta dá à figura longilínea, e sem nenhuma joia, um aspecto austero e elegante. A saia escura serve de moldura e destaca o tímido menino que, de camisa e calças curtas, em tons claros, olha para o lado direito do espectador. Sua mão direita toca os cabelos da frente, enquanto a outra segura a barra da camisa, denotando acanhamento diante do fotógrafo. Ao fundo, uma bucólica paisagem pintada com árvores, flores e nuvens, que se mesclam e se fundem em um visual sereno. Complementando o ambiente de tranquilidade, sobriedade e controle, estão sobre o chão, de forma irregular, folhas secas que remetem a alamedas de um parque, no outono. A fotografia descrita acima é a mais perfeita representação da família burguesa dos anos iniciais do século XX e, sem dúvida, deixou clientes e fotógrafo satisfeitos com o resultado final. A foto provavelmente compôs um álbum ou ficou exposta sobre um local de destaque na sala daqueles dignos cidadãos diamantinenses e certamente serviu como registro e memória da história daquela ilustre família.

Cerca de um século depois desse registro, para ser exposta na mostra *Chichico Alkmim, fotógrafo*, os curadores do Instituto Moreira Salles optaram por fazer a ampliação completa a partir do negativo em vidro, mostrando o extracampo da fotografia, ou seja, deixando à vista do público tudo aquilo que foi eliminado pelo corte original da foto feito

por Alkmim. A fotografia dessa família e as figuras que ocupam o extracampo transformaram essa imagem em um dos maiores destaques da mostra, dentre as cerca de duzentas fotos que compunham a exposição divulgadora da importância e relevância da coleção de Alkmim – registros em estúdio e em locais públicos, vistas da cidade e retratos de identificação no estilo 3x4.

Inicialmente, o contraste entre as figuras altivas, alinhadas e limpas do primeiro plano em relação às outras duas ao fundo impactou e aguçou a curiosidade e levou a questionamentos sobre as retratadas sérias e meio tristes, sujas e desalinhadas que seguravam o painel. Como seria possível que, mais de vinte anos após a abolição da escravatura, ainda se mantivessem pessoas nesse estado de subserviência? Em uma rápida e superficial análise chegar-se-ia à conclusão de que a mulher e a criança registradas para a posteridade como simples apoio para o painel eram a prova cabal da situação de desrespeito e dos abusos reservados aos negros e mestiços durante a Primeira República, a que, infelizmente assistimos até os dias hoje. Seria, portanto, o fotógrafo um vetor desse modo de exploração, assim como a própria família branca, pertencente à elite de Diamantina, conivente com o abuso de mulheres e crianças pobres naquela sociedade tão vinculada às tradições do passado escravocrata? Passado este de reconhecida fama, contada em lendas e histórias envolvendo grandes mineradores de diamantes, funcionários públicos, representantes do clero e o povo pobre da região do Vale do Jequitinhonha. Chica da Silva seria a principal referência e representante genuína dessa miscelânea entre história e lendas nas quais o negro ora é valorizado, tratado como herói e outras vezes, relegado ao anonimato e ao esquecimento.

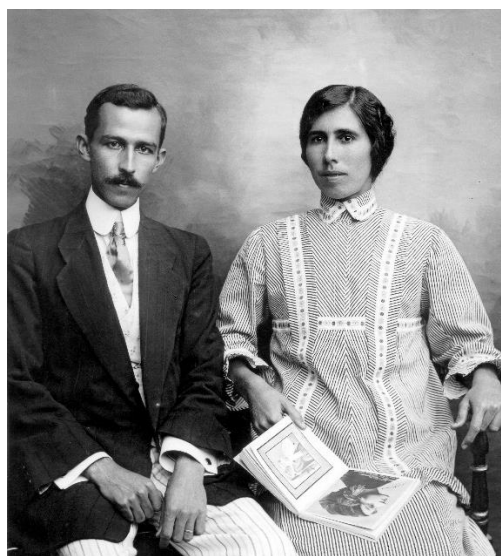
A escravidão foi decisiva para a história econômica do Brasil. Segundo Abdias Nascimento (2016), sem o escravo a estrutura econômica do país jamais teria existido. Sob o signo do “parasitismo imperialista” o autor afirma que foram construídas as fundações da sociedade brasileira. Tanto nas fazendas de cana-de-açúcar e de café, nos campos e nas cidades, nas minas de ouro e de diamante, o africano era as mãos e os pés das classes dirigentes que se poupavam dos trabalhos mais pesados e humilhantes. Nascimento afirma: “A nobilitante ocupação das classes dirigentes – os latifundiários, os comerciantes, os sacerdotes católicos – consistia no exercício da indolência, no cultivo da ignorância, do preconceito, e na prática da mais licenciosa luxúria”. (NASCIMENTO, 2016: 59)

“As feridas da discriminação racial se exibem ao mais superficial olhar sobre a realidade social do país” afirma Abdias (NASCIMENTO, 2016: 97). Em seu livro, o historiador e



ativista negro aponta as estratégias que, mesmo após a abolição da escravatura, em 1889, permaneceram vigentes no país. Não seria, portanto, apenas duas décadas depois de conseguirem sua liberdade que os negros estariam em melhores condições, como a figura 1 pode nos mostrar. No entanto, ao percorrer a exposição ou folhear o bonito catálogo da mostra, o espectador acabaria por encontrar uma foto de Chichico Alkmim com sua esposa, Maria Josephina Netto Alkmim, conhecida pelo apelido de Miquita (figura 3). Os dois retratados estão sentados lado a lado e muito bem vestidos, como era praxe naquelas ocasiões. Um observador atento notará que Miquita é a mesma mulher que segura o painel na fotografia da família. Os cabelos escuros e lisos, o rosto em formato oval, os olhos pequenos e muito próximos, o nariz afilado e comprido não deixam dúvida que a senhora da foto é a mesma que segura o painel da figura 1.

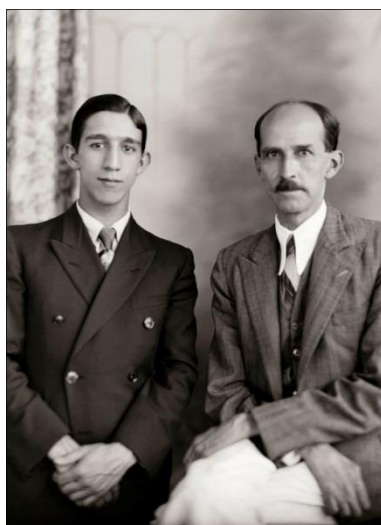
Na figura 3, Miquita segura um álbum de fotografias, o que pode dar a entender que o marido a tinha como auxiliar na profissão ou que quisesse deixar evidenciado para a posteridade a parceria profissional entre os dois. No entanto, não há registros escritos e nem relatos orais entre os familiares sobre essa parceria. Na fotografia percebemos que, por um pequeno deslize, há mais espaço do lado esquerdo dos fotografados que do direito, ou seja, não há uma centralização dos personagens, o que denota pouca experiência ou inaptidão do fotógrafo. Outras fotografias, como o “autoretrato” de Alkmim (figura 4), de autoria atribuída a Miquita pelos pesquisadores do IMS, assim como o retrato de Alkmim e de Assis Horta (figura 5), sem autoria indentificada, esses, sim, centralizados, mostram que Chichico tinha um assistente e que essa função, muito provavelmente, era exercida por sua esposa.



**Figura 3:** *Chichico e Miquita*, cerca de 1910. Acervo Instituto Moreira Salles. Rio de Janeiro.  
Autor desconhecido. Coleção **Chichico Alkmim**.



**Figura 4:** *Retrato de Chichico*, cerca de 1910. Autoria atribuída a Miquita.  
Acervo Instituto Moreira Salles. Rio de Janeiro. Coleção **Chichico Alkmim**.



**Figura 5:** *Retrato de Chichico e Assis Horta*, cerca de 1930.  
Acervo Instituto Moreira Salles. Rio de Janeiro. Coleção **Chichico Alkmim**.

Explorando ainda mais o extracampo da fotografia figura 1 vemos uma menina posta ao lado direito da família. Não se tem registro de quem seria ela, mas certamente era uma agregada da família ou o que as famílias costumavam chamar de “cria” da casa.<sup>128</sup> Podemos

---

<sup>128</sup> Segundo Henriques (2015), nos primeiros anos após a abolição, “no serviço doméstico, onde era preciso muita mão de obra, o sistema adotado [...] era o de cria. O Sistema empregado entre o fim do século XIX e

observar que se trata de uma pré-adolescente negra, com as roupas sujas e os cabelos degrenhados. O rosto da menina demonstra contrariedade. A roupa suja e os cabelos em desalinho tanto podem indicar que ela brincava com as outras crianças quando foi convocada para ajudar no estúdio como também pode insinuar que a menina trabalhava nos serviços domésticos. A jovem também olha para a direita do espectador, a mesma direção em que olham as outras duas crianças da foto, o que reforça os traços infantis ainda presentes na jovem – afinal ela também se interessa por algum subterfúgio criado pelo fotógrafo para chamar a atenção dos filhos do cliente importante. É interessante notar que Miquita, assim como a elegante jovem senhora, olha para a frente, em direção da objetiva encarando o espectador. Talvez não tenha sido somente na direção do olhar que as duas mulheres se irmanassem e se equiparassem.

As condições financeiras de um fotógrafo do começo do século naquela região de Minas, mesmo que relativamente bem sucedido profissionalmente, como parece ter sido Chichico Alkmim, não garantia a sua esposa o *status* e as condições intelectuais de uma mulher das classes mais abastadas na Diamantina do começo do século XX. Podemos conjecturar que Miquita possa ter tido uma vida parecida com a de Maria das Dores Moreira Horta, mulher de Assis Horta, fotógrafo contemporâneo de Chichico, porém 30 anos mais novo. Podemos, a partir das cartas enviadas da Europa para a esposa, que tinha ficado no Brasil, conhecer a relação de confiança entre o casal Horta, ao mesmo tempo que tomamos conhecimento das relações da mulher com os negócios do marido e suas sociabilidades. Nas cartas fica claro que a esposa tinha contato e relação de amizade, por intermédio do marido, com um grupo de personalidades que incluía jornalistas, historiadores, arquitetos, membros da cúpula da igreja e da política local. De acordo com as tradições e com os espaços reservados às mulheres da época, Maria cooperava com a ascensão do marido promovendo jantares e criando relações de amizade com pessoas influentes, que eram convidados a apadrinhar seus filhos. Não se tem até o momento notícia das sociabilidades da família Alkmim, mas a fotografia objeto desse artigo demonstra que Miquita também cooperava com o trabalho do marido, só não sabemos até que ponto. As duas mulheres de fotógrafos citadas aqui trabalhavam com certeza e tinham

---

começo do século XX era mais ou menos assim: as senhoras pegavam para criar negras e mulatas órfãs ou deixadas nas portas, ou mesmo deixadas por suas mães e faziam delas suas criadas. Estas meninas eram usadas no serviço doméstico, sendo que muitas delas eram tratadas como escravas pois não recebiam salários e ainda eram maltratadas pelas patroas. Muitas senhoras disfarçavam o ato alegando caridade pública, outras não escondiam o desprezo e o preconceito em relação as moças nessas condições. (HENRIQUES, 2015: 36)

certa autonomia. No caso específico de Maria Horta, estão documentados em cartas e entrevistas o reconhecimento dado a ela pelo marido, pelos filhos e pela sociedade diamantinense.<sup>129</sup>

Ao nos defrontarmos com a fotografia figura 1, temos de imediato a sensação de que a mulher de traços mestiços ao fundo é pessoa em situação de subjugação. A sensação é complementada pela figura da menina, de olhar triste e pés descalços, também uma possível vítima. Em escalas que se avolumam e se intensificam, a sensação aumenta se confrontarmos a figura mestiça e recatada de Miquita com a pose altiva e serena da mulher branca destacada na composição. Finalmente, ao fazer a comparação com o homem branco sentado, confirmamos de vez a condição de inferioridade da mulher negra, pobre e dominada.

É interessante ressaltar que, na Diamantina dos anos 1920, não era raro a visita dos cidadãos ao estúdio fotográfico. Entre outros registros fotográficos da coleção Chichico Alkmim no IMS, podemos ver famílias e grupos de pessoas em diversas situações como a foto aqui analisada. Brancos, negros e mestiços recebiam o mesmo tratamento do fotógrafo. Chichico dava dignidade aos diamantineses de todas as classes sociais e, como não há registros dos nomes dos fotografados, nada nos garante que a família branca dessa fotografia fosse efetivamente membro da elite, assim como, tanto Miquita como a menina, que seguram o painel, podiam não ser pobres subjogadas às vontades do fotógrafo, como a imagem nos leva a crer.

Uma abordagem que talvez seja mais coerente com a fotografia de Chichico aqui comentada é a proposta feita por Gayatri Spivak em seu livro *Pode o subalterno falar?* Nele a autora faz uma interessante análise sobre o sujeito subalterno, aquele que não tem voz política ou não é ouvido. Spivak afirma que o sujeito subalterno feminino é ainda mais oprimido e geralmente colocado na obscuridade. No livro, sob as lentes das teorias Feministas e Pós-Coloniais, a autora destaca a dupla opressão sofrida pelas mulheres em função da construção

---

<sup>129</sup> As boas relações de Horta com as autoridades eclesiásticas eram muito úteis ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Muitas vezes o fotógrafo foi encarregado de fazer solicitações ao clero local em nome do Patrimônio, como vimos em cartas trocadas entre Rodrigo M. F. de Andrade e Horta. Devido à proximidade com os bispos e padres – Padre João e Padre Walter inclusive eram seus compadres –, Horta ouvia conselhos e permitia que os sacerdotes lhe sugerissem atitudes a serem tomadas, inclusive com relação ao trabalho. Uma amostra de como as relações se misturavam pode ser mensurada no episódio em que Horta foi preterido ao cargo de diretor do Museu do Diamante, para o qual havia tanto se empenhado. Em carta, Maria, preocupada com o marido que ficara chateado pelo ocorrido, afirma que “Padre José Pedro e Jair (um cunhado de Horta) foram nomeados para a Biblioteca e Museu do Diamante. Que tristeza [...] foi a maior decepção da minha vida”. (HORTA, 2015 *apud* SILVA, 2017)

ideológica de gênero. Em se tratando de uma mulher, mestiça e pobre, Miquita sem dúvida foi colocada em um espaço de esquecimento, assim como foi colocada também a produção do próprio marido – um fotógrafo periférico e desconhecido –, só valorizado a partir de 2015, quase cem anos após a produção das fotografias citadas aqui, graças ao contrato de consignação celebrado entre os descendentes do fotógrafo e o IMS. (SPIVAK, 2014 *apud* BACELAR, 2015)

Spivak desenvolveu o método de desconstrução para dar voz ao sujeito subalterno. No caso das mulheres, a prática se dá fazendo-se a crítica à forma como a mulher é percebida e ressaltando a desigualdade associada ao sexo feminino. Destacando a injusta relação entre os gêneros nas relações sociais, Spivk (2014) aponta as diferenças percebidas entre os sexos como forma de significar o poder e exemplifica este fato utilizando a situação em que a fragilidade e delicadeza femininas são interpretadas como sinais de inferioridade, em oposição aos aspectos valorizados no gênero masculino como virilidade e coragem como sinônimo de capacidade e superioridade. (SPIVAK, 2014 *apud* BACELAR, 2015)

Em uma primeira abordagem tendemos a achar que Miquita foi uma mulher dedicada à família e que ainda servia de assistente no estúdio do marido. No entanto, ao analisarmos a foto de Chichico (figura 4), fotografado por Miquita por volta de 1910, descobrimos uma fotógrafa que conhecia os cânones do retrato fotográfico oitocentista. Nessa imagem observamos um elegante homem sentado diante da câmera fotográfica quase frontalmente. Centralizado, o rosto recebe luz que vem da sua direita e lhe destaca as linhas da face assim como molda, em tons claros e escuros, seu torso. O fundo abstrato contrasta com a figura do cavalheiro iluminado estrategicamente, para que o seu perfil se destacasse da área mais clara do painel. O truque realça uma linha que distingue a figura do retratado em relação ao fundo criando áreas de contraste acima e outras que vão se diluindo mais abaixo. O olhar de Chichico é direto para a objetiva. Após esta descrição fica evidente a direção de fotografia feita pela fotógrafa. Seria impossível para uma não iniciada nos truques fotográficos a execução de um retrato tão em conformidade com as normas do bom retrato definidos no século XIX por Disdéri.<sup>130</sup> Graças a este retrato podemos conjecturar que Miquita foi uma

---

<sup>130</sup> O fotógrafo André Adolphe Eugène Disdéri (1819-1889) definiu em seu livro **Estética da Fotografia**, de 1862, os seis princípios básicos da boa fotografia: 1) Fisionomia agradável; 2) Nitidez geral; 3) Sombras e meios-tons e os claros e escuros bem pronunciados, estes brilhantes; 4) Proporções naturais; 5) Detalhes nos negros e 6) Beleza. (MAUAD, 2008: 77).

fotógrafa e só não teve o reconhecimento merecido pelas questões aqui levantadas e identificadas por autoras como Spivak.

A contraposição da cena principal estudada e dirigida por Chichico e a crueza documental eternizada no extracampo oferecem mais motivos para reflexão. A cena encerrada nos limites do painel de fundo nos revela um perfeito exemplo do campo de forças onde os imaginários se afrontam e se deformam, como descrito por Barthes.<sup>131</sup> Ali podemos ver que diante da objetiva de Chichico o jogo fotográfico se completa, transformando os retratados, antes sujeitos, em simples objetos. As figuras no extracampo, pelo contrário, desprovidas dos acessórios e das poses, envoltas em sombras, revelam-se sem truques e sem máscaras.

## Conclusão

Para Eucanaã Ferraz, Alkmim desenvolveu em suas fotografias, de maneira equilibrada e simultaneamente, elementos tradicionais e modernos, mesmo que sem abandonar a tradição do século anterior. Segundo o autor, nas fotografias de Chichico nos deparamos com “vestígios materiais do nosso passado” ao mesmo tempo em que constatamos o “tempo lento do fotógrafo revelado em roupas, penteados, em modos e tramas afetivas dos retratados”. (FERRAZ, 2017: 15). Resta-nos saber quanto dessas fotografias tiveram o auxílio ou até mesmo a autoria de Miquita e como a relação entre a esposa e o marido – e também entre a “fotógrafa” e a clientela –, se davam. Seria muito interessante buscar saber se outras mulheres fotógrafas exerciam a profissão nessa época. Diferente possibilidade é que uma parcela da clientela, formada por garimpeiros negros e mestiços, pudesse aceitar com mais facilidade uma mulher como fotógrafa do que a clientela branca mais abonada. Infelizmente essas informações não estão ainda disponíveis, restando a nós, espectadores curiosos dessa magnífica fotografia, fazer elucubrações sobre as várias possibilidades para as quais a imagem aponta, sem nos deixar levar pela conclusão simplória de que Miquita foi apenas uma mulher subjugada. Em tempos de lutas em favor das mulheres e das minorias em geral, é mais eficaz evidenciar e tirar das sombras – ou de um extracampo –, as mulheres talentosas que por um

---

<sup>131</sup> Barthes afirma que o retrato “é um campo cerrado de forças. Quatro imaginários aí se cruzam, aí se afrontam. Aí se deformam. Diante da objetiva, sou ao mesmo tempo: aquele que eu julgo, aquele que eu gostaria que me julgassem, aquele que o fotógrafo me julga e aquele de que ele se serve para exibir a sua arte.” (BARTHES, 1984: 27)

motivo ou outro ficaram até os dias atuais envoltas pelas brumas do esquecimento. Atitudes assim validam e corroboram com o que foi escrito pela historiadora feminista Joan Wallach Scott: “o aumento da consciência acarreta a descoberta da ‘verdadeira’ identidade das mulheres, a queda das viseiras, a obtenção de autonomia, de individualidade e, por isso, de emancipação”. (SCOTT, 1992: 83 *apud* SIQUEIRA, 2008)

## **Bibliografia**

BACELAR, Bruna Valença. *A mulher subalterna em “Pode o subalterno falar?” de Gayatri Spivak*. FADIC, 2015 Disponível em: < <http://www.faculdedamas.edu.br/externos/posts/files/BACELAR%20GT%2005.pdf>>. Acesso em 12/09/2018.

BARTHES, Roland. **A câmara clara. Nota sobre a fotografia**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

FERRAZ, Eucanaã. *Diamantes, vidro, cristal*. In: **Chichico Alkmim, fotógrafo**. São Paulo: IMS, 2017.

HORTA, Isnard Monteiro. **Cartas de viagem**: Assis Alves Horta, 1954. Belo Horizonte: Edição do autor, 2015.

HENRIQUES, Rosali Nunes. **A mulher em Juiz de Fora sob o olhar de Pedro Nava**. Juiz de Fora: Funalfa, 2015.

MAUAD, Ana Maria. **Poses e flagrantes**: ensaios sobre fotografia e história. Niterói: Editora da UFF. 2008b.

NASCIMENTO, Abdias. **O Genocídio negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. 3. Ed. São Paulo: Perspectivas, 2016.

RUBIN, Nani. “*Chichico Alkmim: vida real nas Gerais*”. IMS recebe acervo do fotógrafo que registrou o cotidiano em Diamantina a partir das primeiras décadas do século XX; coleção com cinco mil chapas de vidro será catalogada e digitalizada, visando um projeto de fôlego sobre sua obra. *Segundo Caderno*. **Jornal O Globo**. Edição de 03/01/2016: 3.

SANTOS, Dayse Lúcida Silva. **Cidades de vidro**: a fotografia de Chichico Alkmim e o registro da tradição e da mudança de Diamantina (1900-1940). (Tese de doutorado) PPG HISTÓRIA FFCH UFMG, 2015.

SANTOS, Dayse Lúcida Silva. “*O que é visto merece ser evocado*”. In: **Chichico Alkmim, fotógrafo**. São Paulo: IMS, 2017.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *Práticas de subalternidade: uma visita ao ateliê de Diamantina*. Disponível em: [https://www.nexojournal.com.br/colunistas/2017/Pr%C3%A1ticas-de-subalternidade-uma-visita-ao-ateli%C3%AA-de-Diamantina?Platform=ho](https://www.nexojournal.com.br/colunistas/2017/Pr%C3%A1ticas-de-subalternidade-uma-visita-ao-ateli%C3%AA-de-Diamantina?Platform=ho%20suite) otsuite. **Nexo Jornal**, 2017. Acesso em 17/12/2019.

SCOTT, Joan. *História das mulheres* in: **A escrita da História**: novas perspectivas. Peter Burke (org). São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. SIQUEIRA, Tatiana, Lima. *Joan Scott e o papel da história na construção das relações de gênero*. **Revista Ártemis**. Vol. 8, 2008: 110-117. Disponível em: < <http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/artemis/article/view/2310>>. Acesso em 24/09/2018.

SILVA, Cleber Soares da. **O olhar de Assis Horta: Tradição e dignidade em retratos de operários** (Dissertação). Programa de Pós-Graduação em Artes, Cultura e Linguagens. Instituto de Arte e Design. UFJF, Juiz de Fora, 2017.

SOUZA, Flander de. FRANÇA, Verônica Alkmim. (org). **O olhar eterno de Chichico Alkmim**. Belo Horizonte: Editora B, 2005.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2014.



# UM NOVO OLHAR SOBRE A COMPOSIÇÃO DOS POVOS ORIGINÁRIOS AMERICANOS.

Gabrielle Barra Tarocco<sup>132</sup>  
Marco Antônio Campos e Souza<sup>133</sup>

## 1 RESUMO

Através da análise do artigo “*Archaeogenomic evidence reveals prehistoric matrilineal dynasty*”, publicado na revista científica norte americana *Nature Communications*, por quatorze cientistas de diversas áreas, em uma coalização entre pesquisas da antropologia, arqueologia, museologia, biologia, genética e ciências médicas, buscaremos reconstituir a antiga sociedade Chaco, analisado a sua particularidade de estruturação de poder matrilinear.

**PALAVRAS-CHAVE:** Chaco; Matrilinearidade; Sociedade; Originária.

## 1 ABSTRACT

Through the analysis of the article “*Archeogenomic evidence reveals prehistoric matrilineal dynasty*”, published in the north american scientific magazine *Nature Communications*, by fourteen scientists of several areas, in a coalition between researches of anthropology, archeology, museology, biology and genetics and medical science. In this paper, we will seek to reconstitute the Chaco’s ancient society, analysing its particularity of matrilinear structuring of power.

**KEYWORDS:** Chaco; Matrilinear; Original; Society.

## 2 INTRODUÇÃO

Para sociedades com sistemas de escrita, a liderança hereditária é documentada como uma das marcas da complexidade política e da governança iniciais. Entretanto, não se sabe sobre o desempenho da sucessão hereditária na formação inicial de sociedades complexas pré-históricas que careciam de escrita.

Assim, analisaremos, usando múltiplas abordagens, uma rede matrilinear de sucessão de poder que persistiu entre 800 e 1130 d.C. em *Chaco Canyon*, o centro de uma sociedade

---

<sup>132</sup> Licencianda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: gabriellebt@hotmail.com

<sup>133</sup> Licenciando em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: marcoantoniosouza99@gmail.com

complexa pré-histórica assentada no sudoeste dos Estados Unidos. Será utilizado como aporte técnico e científico nove indivíduos enterrados em uma cripta de elite em Pueblo Bonito, a maior estrutura do cânion, que possuem genomas mitocondriais idênticos.

Análises dos dados do genoma nuclear de seis amostras com a maior preservação de DNA demonstram relações mãe-filha e avó-neta, evidenciando a descendência matrilinear multigeracional. Tais resultados demonstram a persistência de uma sucessão matrilinear de poder no Chaco por aproximadamente 330 anos.

Os aportes científicos utilizados baseiam-se na sequenciação do DNA mitocondrial dos indivíduos analisados. Porém, a tese é sustentada por outras múltiplas técnicas de reconstituição como: datação pelo carbono 14, simulações de radiocarbono, análise de danos característicos na degradação do DNA, comparação com os modernos genomas mtDNA (DNA mitocondrial) das Américas, estimativa de sexo genético, genotipagem do genoma nuclear do SNP (Sistema Nervoso Periférico), além das estimativas de coeficientes de correlação.

Dessa forma, fica clara a importância dos avanços tecnológicos para se superar uma importante barreira para todos os pesquisadores dos povos originários da América, a falta de fontes escritas que permitiriam o relato do cotidiano da comunidade. Assim, partindo desse aporte científico, desenvolvemos uma análise sobre as possíveis formas de estruturação dessa sociedade, tanto na transmissão do poder, como na forma de construções e práticas que puderam ser reconstituídas através de pesquisas recentes.

### **3 DESENVOLVIMENTO**

A população Chaco deixou diversas ruínas da forma de se estruturarem. Tão relevantes que hoje compõem uma imensa área de proteção histórica, formando o Parque Nacional da Cultura Chaco, reconhecida pela ONU como patrimônio da humanidade.

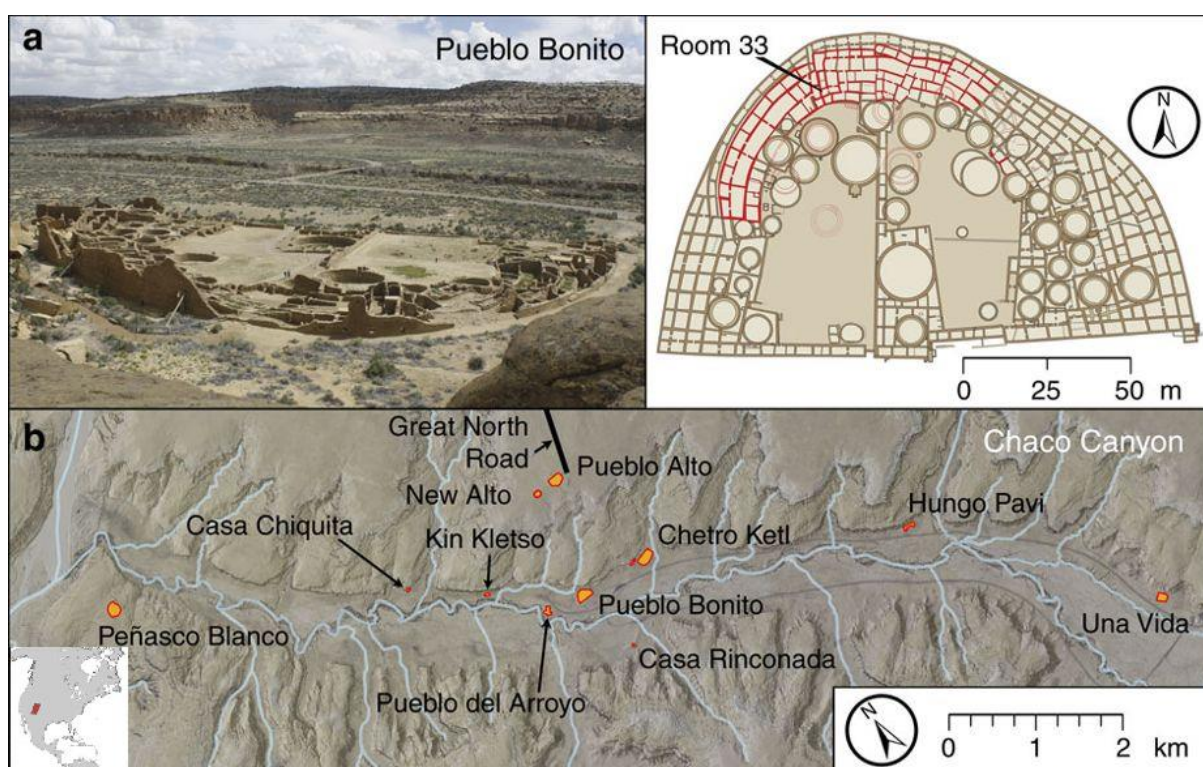
O fator mais representativo são as suas imensas construções. A população Chaco vivia em grandes complexos de casas, conectados e intercalados por prédios chamados *kivas*, que eram locais de cultos religiosos. Pequenos *kivas* eram encontrados em intersecções entre vinte e nove quartos sequenciais, e cada grande complexo abrigava um super *kivas*, com cerca de dezenove metros de diâmetro.

Essa forma peculiar de se abrigar foi um grande avanço social e estrutural para os Chacos, que também desenvolveram um eficiente método de estradas que ligavam seus

assentamentos, bem como conexões entre as centenas de quartos que formavam um complexo, constituindo verdadeiras vias fechadas em suas construções.

Para construir essas estruturas, eram levantadas grossas paredes de tijolos, que envolviam uma camada de folhagem. Esses elementos eram carregados por incontáveis quilômetros até os assentamentos elevados.

As complexas construções eram pré-planejas, e seguiam os trajetos cósmicos da Lua e do Sol, servindo para demarcar marcos importantes, como os solstícios e equinócios, pelo tangenciamento dos astros com as construções.



(a) Fotografar e visualizar o mapa do Pueblo Bonito com a localização da sala 33 anotada (foto: G. Perry). (b) Locais das principais casas primárias no Chaco Canyon. (Kennett, DJ et al . **Evidências arqueogenômicas revelam a dinastia matrilinear pré-histórica**. Nat. Comum. 8. : 2017.)

Sobre a produção de utensílios, os Chacos se utilizavam de uma série de objetos e ferramentas, feitas de barro queimado, tingidas nas mais diversas cores. É percebido que a cor Turquesa era essencial nessa sociedade, já que grande parte dos objetos encontrados nas maiores construções - provavelmente as construções dos chefes - eram no tom turquesa. Até mesmo nas criptas reais, sítios arqueológicos que propiciaram a percepção que o poder dessa sociedade eram transmitidas entre as mulheres, estavam tingidas em tons turquesas.

Além disso, havia algo incomum nos espécimes encontrados na Sala Pueblo Bonito 33, que foi erguida na fase inicial de construção desta grande casa no nono século d.C. Os sepultamentos nos assentamentos de Chacoan era incomum, já que, de outra forma, a maioria dos indivíduos era enterrada do lado de fora em montes de destroços domésticos. O padrão de enterro incomum combinada com uma entrada atípica, através de uma escotilha na parede oriental logo abaixo de um piso de 2 metros sugere que quarto 33 foi propositalmente construído como uma cripta para um membro poderoso dessa comunidade e, finalmente, seus descendentes lineares.

A partir da datação do carbono 14, os cientistas estipularam a data de sepultamento dos indivíduos, e a colocação do piso de tábuas na sala 33. Assim, o colágeno dos resquírios ósseos dos crânios encontrados de nove indivíduos enterrados acima do assoalho de madeira foi extraído e purificados por ultrafiltração. O resultado desse material encontrado foi excelente e a medição dos isótopos estáveis se mostraram coincidentes com uma população que baseava sua alimentação na agricultura do milho.

As datações do carbono 14 apontam para o início do século IX (800-850 d.C.) e datas diretas semelhantes na costa sul da Califórnia que foram sepultadas em associação com esses indivíduos sugerem que a cripta permaneceu intacta e inalterada após esse período.

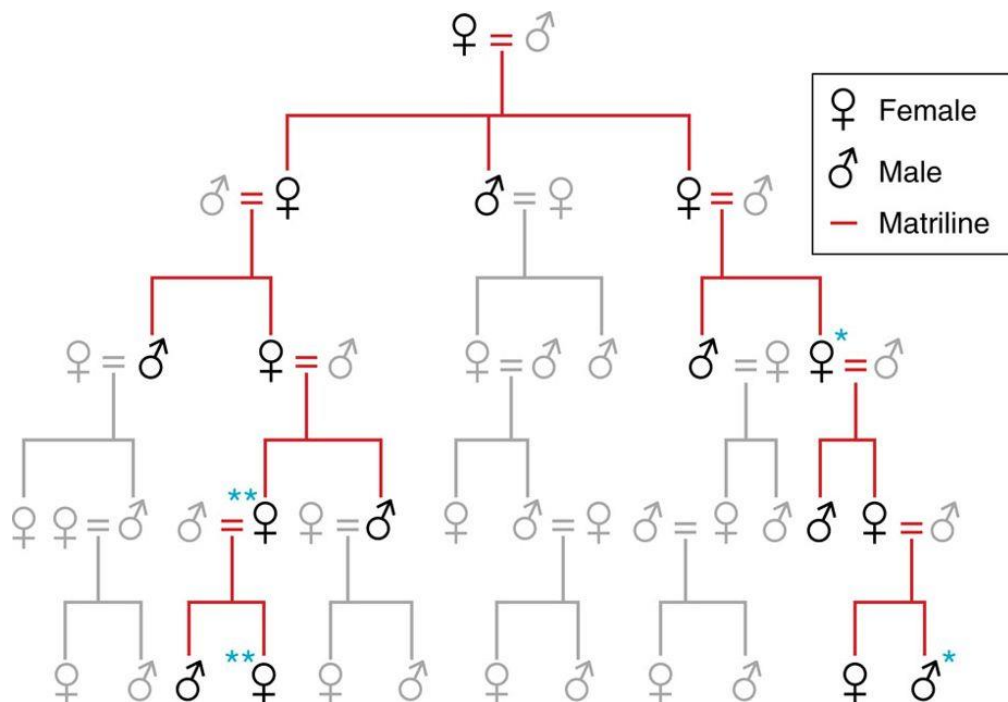
O sepultamento dos indivíduos restantes nesta cripta ocorreu até aproximadamente 1130 d.C. Tais simulações cronológicas indicam que os enterros ocorreram continuamente, em vez de episodicamente, durante este período de quase 330 anos, o que sugere o uso transgeracional persistente da cripta durante todo o crescimento e declínio de Chaco como um centro político e religioso regional.

Acerca do sequenciamento mitogenômico, vale destacar a utilização de métodos arqueogenômicos para a reconstituição dos genomas completos ou quase completos do mtDNA de todos os nove indivíduos do quarto 33, onde seis espécimes apresentaram níveis de preservação de DNA de forma suficientes para essa análise

Após a leitura da sequência e da filtragem de danos, as posições dos nucleotídeos foram mapeados individualmente. Esta observação coincide com a hipótese de que os indivíduos enterrados na sala 33 eram membros de uma única matrilinearidade que desempenhou um papel de liderança central na política Chaco.

Já sobre a estimativa de sexo genético e autenticidade da adenina presente na molécula DNA (aDNA), existem múltiplas linhas de evidências que suportam a autenticidade dos

resultados do quarto 33. Com base numa longa e complexa análise, três indivíduos do quarto 33 foram classificados como do sexo feminino, três como do sexo masculino, e os sexos dos dois indivíduos mais velhos, - não é determinado com confiança, mas - muito provavelmente eram do sexo masculino. Estas estimativas sexuais genéticas são 100% concordantes com as determinações osteológicas sexuais mais recentes da sala 33.



O diagrama ilustra as relações inferidas para pelo menos dois pares de indivíduos enterrados na sala 33. Os membros da matriline e a descendência são destacados em vermelho. Relações lineares (mãe-filha e mãe-filho) e relacionamentos entre irmãos são de primeiro grau. O \* mostra a relação avó-neto sugerida para o crânio 8 e 10 e o \*\* indica a relação mãe-filha sugerida entre o crânio 1 e 7. Etnograficamente, os sistemas matrilineares estão presentes em todos os pueblos ocidentais (Hopi, Zuni, Acoma Laguna), e também entre as Keresans do Rio Grande. Layout gráfico: T. Harper. (Kennett, DJ et al . **Evidências arqueogenômicas revelam a dinastia matrilinear pré-histórica**. Nat. Commun. 8, : 2017.)

#### 4 CONCLUSÕES

O uso da sala 33 - construída com uma elaborada cripta funerária no que se tornou a maior da região - fornece evidências para as primeiras bases hereditárias da liderança no mundo do Chaco.

Com base na combinação das estimativas de parentesco dos dados do genoma nuclear, na análise de alta precisão do carbono 14 e nas estimativas de sexo e idade dos indivíduos da

sala 33, baseados em dados osteológicos e genéticos, foi inferido que duas gerações separaram os indivíduos cujos restos mortais foram identificados: um de 40 anos do sexo feminino, e outro de 35 anos do sexo masculino - sugerindo uma relação avó-neto.

Apenas uma geração separou os indivíduos identificados como uma mulher de 45 anos de outra mulher de 27 anos, sugerindo uma relação mãe-filha. Ambas as observações são coincidentes com a importância de laços matrilineares próximos entre os que estão enterrados na sala.

Embora as relações hereditárias tenham sido exploradas em outros lugares e em contextos históricos, usando a genotipagem repetitiva em curto-tempo; até onde sabemos, este foi o primeiro estudo usando dados genômicos para documentar as relações hereditárias entre indivíduos dentro de uma linhagem de poder usando a arqueogenomia, na ausência de um registro escrito, em qualquer parte do mundo.

Os bens e objetos dos rituais extravagantes associados ao fundador da linhagem na sala 33 cripta são marcadores de status, coincidentes com a elaboração evidente em outras sociedades complexas originárias com uma indicação de um alto grau. A diferenciação social e a complexidade social existiam no Chaco desde o início do século IX até o início do século XII, e tais estudos demonstram que a liderança hereditária institucionalizada foi passada pela linhagem feminina durante todo esse período.

Embora a relação entre povos pré-históricos do Chaco e grupos indígenas modernos específicos permaneça incerta, a descoberta coincide com um padrão generalizado relatado para a organização social de Pueblo Bonito. Esse padrão foi registrado, primeiramente a partir dos registros coloniais espanhóis, e secundamente com as tradições orais registradas desde o século XIX que enfatizavam as comunidades matrilineares como as unidades sociais fundadoras de lideranças matrilineares como protagonistas chave na história social.

## 5 REFERÊNCIAS

Kennett, D. J. *et al.* **Archaeogenomic evidence reveals prehistoric matrilineal dynasty.** *Nat. Commun.* 8, 14115 doi: 10.1038/ncomms14115 (2017).

# O mundo colonial luso-americano: poder, dinâmica social, administração, conquista e dominação (XVI – XIX).

---

## A Real Extração: debate historiográfico

Samuel Paterson Moreira Francischini<sup>134</sup>

**RESUMO:** Neste artigo, procuraremos desenvolver o debate historiográfico referente a Real Extração, a terceira forma de mineração encontrada pela Coroa portuguesa para explorar as jazidas de diamantes encontradas na Comarca do Serro Frio, Minas Gerais. Iniciaremos fazendo um retrospecto das outras formas de organização social para a exploração, o primeiro é a livre exploração, que possui a duração de 1729 até 1739, e o período dos contratadores, de 1740-1771. Depois analisaremos como se deu a organização na Real Extração e por fim, iremos abordar a questão das diferentes pesquisas, desde os primeiros memorialistas, como Joaquim Felício dos Santos, até os estudos mais recentes.

**PALAVRAS-CHAVE:** século XVIII, Real Extração, historiografia.

**ABSTRACT:** This article aims to develop the historiographic debate about the Royal Extraction. This was the third form of mining found by the Portuguese Crown in order to explore the diamonds deposits in Comarca do Serro Frio, Minas Gerais. First, we will remind of other ways of mineral exploration and its social organization: free exploration that went from 1729 to 1739, and the contractors, that went from 1740 to 1771. After that, we will analyze how the Royal Extraction organization happened. Lastly, we will approach the different researches, since the first memorialists, such as Joaquim Felício dos Santos, until recently studies.

**KEYWORDS:** XVIII century, Royal Extraction, historiography.

## INTRODUÇÃO

A economia imperial portuguesa estava em decadência na segunda metade do século XVII, segundo Antônio Carlos Jucá de Sampaio (SAMPAIO,2014), pelo momento político

---

<sup>134</sup> Graduando em licenciatura em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora.

em que se encontrava. A Guerra de Restauração, com o objetivo de se separar politicamente da Espanha, e a expulsão dos holandeses no nordeste brasileiro, sugavam as economias do Império e estancavam o seu crescimento. As autoras Carla Maria Carvalho de Almeida e Mônica Ribeiro de Oliveira iniciam seu capítulo no livro “O Brasil Colonial: volume 2 (1580-1720)”, com o seguinte excerto:

Conta-se que D. João V, que esteve à frente do Império português entre 1706 e 1750, costumava dizer orgulhoso: "Meu avô temia e devia, meu pai devia, eu não temo nem devo". Se tal presunção tinha algo de verdade, isso muito se devia à conjuntura econômica vivida pelo reino ibérico desde a descoberta das minas de ouro no Brasil. Ultrapassando uma longa conjuntura econômica desfavorável que se estendera por parte do século XVII, Portugal colheria nos Setecentos os benefícios derivados da extração de ouro e diamantes na América portuguesa. (ALMEIDA & OLIVEIRA, 2014:267)

As autoras destacam que foi com a expansão para o sul da América portuguesa é que o ouro foi descoberto, sendo que foi realizado pelos sertanistas paulistas, pela sua extensa experiência nas matas, já que atuavam no preamento dos indígenas. Com a chegada cada vez mais constante de pessoas para a região das primeiras minas de ouro, começa haver uma dispersão dessas populações para novas áreas, buscando encontrar novas jazidas auríferas. Foi numa dessas expansões, que se dá o descobrimento dos diamantes em Minas Gerais.

Segundo Joaquim Felício dos Santos, não se sabe exatamente quem foi o primeiro a perceber que as pedras encontradas eram diamantes, ele afirma que há relatos de que foi Bernardo da Fonseca Lobo quem se manifestou a Coroa, já outros que foi um frade e que Bernardo aproveitou tal informação e contou ao Rei (SANTOS,1868). Já outros autores, como Charles Boxer, falam que o primeiro a reconhecer os diamantes, foi o governador D. Lourenço de Almeida, que já havia estado na Índia, reconhecendo as pedras (BOXER,1969). Contudo, o que os autores concordam é que oficialmente o descobrimento é datado em 1729, quando as notícias chegam ao Rei em Portugal e são tomadas medidas para se explorar o diamante com a fiscalização régia.

## **1. OS ANTECEDENTES DA REAL EXTRAÇÃO: A LIVRE EXTRAÇÃO E O PERÍODO DOS CONTRATADORES**



O primeiro modelo de exploração do diamante no Distrito Diamantino foi a livre exploração, datando de 1729 até o ano de 1739. Esse modelo segue o da mineração aurífera, já que as jazidas contendo diamantes foram separadas em datas, que poderiam ser ofertadas a população que tivesse interesse em explorá-las. Havia um preço para tais datas, que variavam conforme o interesse do Rei em incentivar ou não tal atividade econômica. Em concomitância com o pagamento para se conseguir minerar essas datas, havia a capitação anual por escravo ou minerador, tal imposto possuía por finalidade manter a um controle da extração e aumentar os rendimentos da Coroa. Com a chegada dos diamantes nas praças mercantis da Europa, há um decaimento do preço do quilate, e como consequência o Rei aumenta o imposto. Partindo de 5\$000 réis em 1730, para 20\$000 em 1731, 25\$600 em abril de 1733 e 40\$000 em dezembro do mesmo ano, como nos mostram diversos autores (BOXER,1969; PINTO,1979; SANTOS,1868). Esses autores entendem que as medidas tomadas pela Coroa, tiveram como objetivo diminuir a exploração do diamante, fazendo com que os preços se normalizassem na Europa.

Um aspecto fundamental nesse primeiro momento de exploração foi a criação da Intendência dos Diamantes no ano de 1734, um órgão administrativo para a região, sendo que o intendente possuía poderes judiciais, fiscais e administrativos, segundo Boxer. O primeiro intendente foi Raphael Pires Pardini, que através de suas medidas se deu a criação do Distrito Diamantino e houve a primeira delimitação do seu território (SANTOS,1869). A demarcação teve diferentes ajustes, como nos conta Angelo Carrara, sendo que esta primeira possuía um total de 1871,82 km<sup>2</sup>, as demais alterações ocorreram em 1739, 1753 e 1757, sendo que o motivo dessas alterações eram os descobrimentos de novas jazidas diamantíferas que não estivessem dentro do Distrito Diamantino (CARRARA,2017). A mineração de diamantes esteve proibida de 1734 até o ano de 1739, quando o preço do quilate se eleva e estabiliza novamente (PINTO,1979).

O período dos contratadores se iniciou em 1740, e terminou no ano de 1770, nesses anos foram feitos um total de seis contratos. A historiadora Camila Pelinsari Silva, em sua tese de doutorado, realiza um debate historiográfico onde destaca diversos autores e como o entendimento sobre este período se alterou. Sobre os contratos a autora afirma que:

Os contratos eram associações entre o Estado e o capital particular. Significavam a concessão de direitos estatais diversos: arrecadação de

impostos, monopólio sobre o domínio de determinados serviços ou, no caso dos diamantes, sobre sua extração e comercialização. (...) À companhia arrematante era concedido o direito de minerar nas lavras previstas nas cláusulas do contrato com um determinado número de escravos, pagando por eles uma certa capitação anual. (SILVA, 2018:50)

A quantidade permitida durante o contrato era de 600 escravos, essa limitação deriva de duas premissas, a primeira é manter a baixa produtividade e a segunda é manter estabilizado o preço do quilate de diamante na Europa. Noya Pinto apresenta dados referentes aos contratos em seu texto, onde o preço médio do quilate no mercado mundial continuava a decair, como no primeiro contrato de 1740-43 o preço do quilate era 11\$980, enquanto que no último contrato, 1762-71 já havia abaixado para 8\$674<sup>135</sup>. Contudo, o que os autores sobre esse período destacam, é que não houve o cumprimento das regras impostas pelo Rei de serem no máximo 600 escravos, os conflitos entre a Intendência e os contratadores também foram algo recorrente na sociedade diamantina, e muitos dos contratadores se tornaram condizentes com o garimpo e o contrabando de gemas, o que gerou uma insatisfação por parte da Coroa. O sexto contrato não foi renovado, e a partir de janeiro de 1772 funcionaria a Real Extração, modelo implementado pelo Regimento Diamantino de 1771.

## **2. UM POUCO SOBRE A REAL EXTRAÇÃO**

A Real Extração possui uma estrutura bastante complexa, essa nova administração contava com duas sedes, uma em Lisboa denominada Diretoria da Real Extração dos Diamantes das Minas do Brasil sendo composta pelo inspetor-geral do Erário Régio, neste período inicial o conhecido marquês de Pombal, além de três diretores. A outra sede situava-se no Arraial do Tejuco no Distrito Diamantino denominando-se Junta da Administração Diamantina, subordinada a primeira instituição. Esta segunda sede, de acordo com Régis Clemente, possuía diversos cargos: “contava com o tradicional cargo do intendente, além de três caixas administradores, à frente listados, um fiscal, um tesoureiro, um guarda-livros da Contadoria da Administração e outros oficiais” (QUINTÃO, 2017:32). Existiam outros cargos

---

<sup>135</sup> Os dados apresentados pelo autor são: 1º contrato de 1740-43, sendo o preço médio de 11\$980; o 2º contrato de 1744-47, com valor médio de 10\$200; o 3º contrato de 1749-52, com valor médio de 9\$302; o 4º contrato de 1753-59, com valor médio de 9\$294; o 5º contrato de 1760-62, com valor médio de 8\$734; e o 6º contrato de 1762-71, com valor médio de 8\$674. (PINTO, 1979:218-220)

também, como afirma Júnia Furtado ao falar que muitas pessoas da demarcação possuíam cargos por serem mais ligados ao Intendente dos Diamantes, já que, para diversos cargos, era ele quem promovia o candidato. Segundo esta autora, a classe dominante ocupava os cargos melhores da instituição, já as classes mais baixas da população se concentravam em cargos de menor qualidade. A autora chega a falar em cinco mil pessoas trabalhando na Real Extração, portanto era preciso uma organização e administração com alto grau de complexidade (FURTADO, 1996:117-120).

Sobre o Regimento Diamantino existe uma intensa contradição entre dois autores, o primeiro é o memorialista Joaquim Felício dos Santos e a segunda é Júnia Furtado. O primeiro tende destacar o aspecto despótico da nova legislação, acentuando a união de poderes que o intendente possuía, a proibição de lojas, a expulsão da demarcação como forma de punição, o despotismo militar, a entrada limitada de pessoas no Distrito Diamantino, e outros diversos artigos que limitavam a liberdade dos indivíduos que viviam ali (SANTOS,1868: 158-164). Já Júnia Furtado, entende o Regimento Diamantino como uma forma de reafirmação de leis anteriores, ou seja, essas leis já existiam, mas como eram dificilmente cumpridas, a Coroa tinha a necessidade de reafirmá-las constantemente. Além disso, a autora busca fazer comparações entre os artigos do Regimento Diamantino com essas outras legislações anteriores a ela (FURTADO, 1996:76-79). Essa visão despótica e autoritária sobre a demarcação influenciou todos os autores que vieram escrever sobre essa temática até a década de 1990, momento em que Furtado lança livro. A partir desses novos estudos, podemos perceber uma mudança nos tons das novas pesquisa, que ponderavam sobre em qual caminho escolher, já que para ambos existem fontes e possibilidades de comprovação.

### **3. A HISTORIOGRAFIA**

Para melhor organização dividiu-se os autores em blocos por período, abrangendo desde os primeiros escritos sobre a temática, até as análises mais atuais. Convém destacar, que buscou-se trabalhar a maior quantidade de autores possíveis, contudo, sabemos que podem existir outros que foram deixados de lado.

### 3.1 O memorialista Joaquim Felício dos Santos

Joaquim Felício dos Santos nasceu na Vila do Príncipe, sede da Comarca do Serro Frio, na Província de Minas Gerais, no ano de 1828. Dentre suas obras possui um livro intitulado “Memórias do Distrito Diamantino da Comarca do Serro Frio”, no qual busca apresentar toda a história do Distrito Diamantino e da mineração de diamantes na região, desde sua descoberta até os últimos momentos da Real Extração e sua extinção. Vale destacar, que tal obra será utilizada como referência por todos os historiadores posteriores. Na visão de Felício dos Santos, o Regimento Diamantino sufocava a população do Distrito Diamantino, pois era extremamente autoritário e centralizador, como ele destaca neste trecho:

Livro da capa verde! Palavra que excitava o terror na demarcação diamantina: era como o espantalho, que continha os criminosos. (...) Quando em 1821 proclamou-se a constituição das cortes no Tijuco, de envolta com os vivas, que demos a liberdade, ouviram-se repetidos morras ao Livro da Capa Verde. (SANTOS, 1868:158)

Podemos observar como ele trata com terror o Regimento Diamantino, como algo que deveria ser combatido, pois demonstra a força das limitações impostas pela Coroa, coisa que ele exemplifica através de diversos artigos que analisa em seu livro. A questão do Regimento Diamantino se torna ainda mais complexa para o autor quando algum intendente decide segui-lo de forma plena, como o caso do intendente João Ignácio, que toma a posse no ano de 1795 em meio a uma crise econômica e administrativa da Real Extração (SANTOS, 1868). Felício dos Santos destaca que o intendente foi um excelente administrador, que conseguiu diminuir as despesas da Real Extração e sanar parte das dívidas que ela possuía. Contudo, o autor descreve o intendente como sendo o criador de um governo despótico na região, ao buscar implementar de forma plena o Regimento Diamantino (SANTOS, 1868:235).

Um outro tema central no discurso de Felício dos Santos é o protagonismo dado ao garimpeiro, como um sujeito que luta por sua liberdade em minerar os diamantes e enfrenta diretamente as regras impostas pela Coroa, como pode ser visto neste excerto:

Garimpo era a mineração furtiva, clandestina do diamante, e garimpeiro, o que a exercia. (...) Garimpeiro tornava-se muitas vezes aquele que obrigado a expatriar-se ou a passar uma vida de misérias, porque com a proibição da mineração se lhe tirava o único meio de subsistência, ia exercer uma indústria, a mineração clandestina, que

julgava um direito seu, injustamente usurpado; (...). (SANTOS, 1868:68)

Nesta descrição podemos ver claramente como o autor exalta a figura do garimpeiro, utilizando de frases como “julgava um direito seu” e “injustamente usurpado”, o autor busca declarar a legitimidade da ação do garimpo. Portanto, podemos afirmar que apesar do livro de Joaquim Felício dos Santos ser imprescindível para o entendimento correto da sociedade do Distrito Diamantino, deve-se tomar precauções ao lê-lo, já que é possível ser influenciado pelo seu discurso. Para isso é sempre necessário abranger novas fontes e autores, que fazem um debate com o que tal autor afirma ser a verdade.

### 3.2 A historiografia clássica: Caio Prado Jr. e Sérgio Buarque de Holanda

Existem autores que já são considerados clássicos pela historiografia atual, na qual existem perspectivas que nos fazem refletir e servem de base para todo o desenvolvimento de análises sobre um dado assunto. Um autor fundamental para se entender a formação do Brasil e sua economia foi Caio Prado Jr., além disso, outro autor de suma importância na produção histórica brasileira foi Sérgio Buarque de Holanda.

Em um de seus livros mais famosos, denominado “Formação do Brasil Contemporâneo”, o Caio Prado Jr. defende duas visões específicas sobre o diamante, a primeira é de que o diamante tem um papel secundário em relação ao ouro no contexto do Império Português. A segunda visão é a ideia de que a administração colonial portuguesa foi algo ineficiente e altamente arbitrário com a população, como podemos ver no seguinte excerto:

Deixei para falar em último lugar da extração de diamantes, porque o regime todo especial a que estava submetida, e o papel secundário, relativamente à do ouro, que representou na vida econômica e social da colônia, situam-se naturalmente depois daquela última. Interessa aliás muito mais, não como atividade econômica, pois sua posição neste terreno, apesar da auréola de prestígio que a cerca, é secundária, mas como uma das páginas, provavelmente a mais ilustrativa, deste triste quadro que foi a administração colonial portuguesa no Brasil. (PRADO JÚNIOR, 2000:180)

O historiador trata rapidamente dos três períodos da mineração do diamante, e afirma que irá abordar mais o tema da Real Extração por ser nele a transição da independência do Brasil. Para o historiador, a decaimento da Real Extração se inicia com a tentativa de se revigorar a produção do ouro abrindo para mineração as jazidas auríferas que possuíam diamantes, crendo que os mineradores iriam entregar os diamantes para a administração. Entretanto, tal prática levou a um aumento do contrabando, o que desestabilizou os preços do diamante e a própria exploração da Real Extração. Com o fim da Real Extração e do Distrito Diamantino, o autor afirma que “encerrava-se o capítulo mais negro, talvez, da administração colonial portuguesa”, destacando a ação autoritária da Coroa.

Já Sérgio Buarque de Holanda, em uma de suas obras sobre o desenvolvimento da sociedade brasileira, denominada “História da Civilização Brasileira”, repartido em dois grandes volumes, sendo que é no segundo volume que encontramos sua fala sobre a exploração do Diamante. Em tal obra, o autor dedica-se a fazer um breve relato sobre a história da mineração do diamante, destacando o descobrimento deste raro mineral e a fase de livre exploração. Holanda somente cita a existência de uma administração direta por parte do Rei, consagrada através do Regimento Diamantino no ano de 1771. Contudo, não adentra as possibilidades de pesquisa sobre o período, deixando a questão vazia e com uma análise extremamente superficial.

### 3.3 Anos 70: Virgílio Noya Pinto

Nos anos finais da década de 1970, o historiador Virgílio Noya Pinto escreve um importante livro sobre a questão econômica do ouro brasileiro, tratando também da mineração dos diamantes e o Distrito Diamantino, intitulado “O ouro brasileiro e o comércio anglo-português”. Um dos aspectos primordiais do estudo de Noya Pinto é o efeito do diamante nos centros comerciais europeus, causando alvoroço nos locais onde ocorre a lapidação, como Inglaterra, Holanda, Flandres e França (PINTO, 1979:213). O historiador cita cartas de um comerciante intitulado John Gore, que afirmava que a quantidade de diamantes chegadas no continente europeu de origem brasileira era quatro vezes maior do que os de origem indiana, decorrendo uma queda de 10 a 15% do preço, além disso, afirma que se a Coroa portuguesa

não tomasse uma atitude para frear a mineração, o preço poderia cair decair de forma mais acentuada (PINTO, 1979:214).

É por causa dessa necessidade em se restringir a extração dos diamantes, que o autor explica as medidas tomadas pela Coroa, como a delimitação do Distrito Diamantino, a criação da Intendência dos Diamantes, a cassação das lavras auríferas e a proibição das mesmas, a perseguição ao garimpo e aos contrabandistas e o confisco de diamantes que não fossem entregues a Intendência. Noya Pinto afirma que essas medidas geraram consequências dúbias, de um lado gerou descontentamento generalizado nos moradores do Distrito Diamantino, por outro acarretou uma queda acentuada da chegada de diamantes em Lisboa. Buscando organizar a sociedade diamantina de forma a acalmar os ânimos e ter uma exportação que mantivesse o preço estável, a Coroa construiu o modelo dos contratos. Contudo, mesmo com essa nova forma de mineração no Distrito Diamantino, o que o Noya Pinto continua afirmando em seu livro, é que os preços médios do quilate continuaram a decair. Durante os três primeiros contratos o quilate teve uma queda, de 11\$980 entre 1740-1743, decaindo para 10\$200 entre 1744-1747, e finalmente reduz ainda mais para 9\$302 em 1749-1752 (PINTO, 1979:218). O autor afirma que um dos problemas geradores dessa redução era a alta produtividade dos contratos, já que não obedeceriam a norma de se ter somente 600 escravos, mas haviam de 4 a 5 mil escravos.

Outro fator importante, é a passagem do período dos contratos para a Real Extração, sendo que novamente o autor considera que essas transformações são decorrentes da visualização do Rei que o comércio dos diamantes era vantajoso e de que haviam irregularidades profundas cometidas pelos contratadores no Brasil (PINTO, 1979:221). Contudo, ainda afirma que o Livro da Capa Verde era um foco de autoritarismo, especialmente da parte do marquês de Pombal, restringindo e transformando o Distrito Diamantino num “cárcere”. Entretanto, o autor inicia um movimento de tentar entender quantitativamente a produção de diamantes, utilizando tanto os a obra de Joaquim Felício como base, mas também cartas dos comerciantes e jornais da Holanda.

### 3.4 Anos 90: Júnia Furtado e a reformulação do entendimento sobre o Regimento Diamantino

A historiadora Júnia Ferreira Furtado possui um livro intitulado “O livro da capa verde: o regimento diamantino de 1771 e a vida no distrito diamantino no período da real extração”, a autora busca desconstruir muitas das ideias defendidas por Joaquim Felício dos Santos, especialmente a questão do autoritarismo exacerbado feito pelo Rei no Distrito Diamantino. Furtado destaca que grande parte da historiografia sobre a mineração dos diamantes possuem uma visão negativa e extrema do despotismo régio, confirmada pela visão de diferentes viajantes, como Saint-Hilare. Contudo, a autora afirma que:

Examinando mais detidamente o Regimento, percebe-se que ele pouco trouxe de novo. A maioria de seus parágrafos já estava em vigor, sendo que muitos deles se aplicavam também a regiões exclusivamente auríferas. (...) Ao longo de toda exploração dos diamantes, incontáveis ordens, bandos, e leis foram emitidas na tentativa de impedir os descaminhos e aperfeiçoar o aparelho administrativo, judicial e policial. (FURTADO, 1996:76)

Ainda sobre a questão da legislação, vale ressaltar que a historiadora afirma que as classes dominantes do Distrito Diamantino, utilizavam de seus próprios locais na administração para se defenderem de penas e da repressão régia. Que os alvos da Coroa eram bastante claros: os extraviadores de diamantes, os garimpeiros, faiscadores, contrabandistas e os funcionários que cometessem irregularidades. Além disso, o intendente era uma figura com grande força administrativa e judicial, já que tinha o poder de aplicar a justiça, tendo muitas vezes cometido arbitrariedades. Contudo, mesmo essa unificação dos poderes do intendente, era uma reafirmação de leis anteriores, remetendo a 1735 (FURTADO, 1996:80-83).

Um outro aspecto interessante que a autora argumenta, é que grande parte da população do Distrito Diamantino era empregado da Real Extração. Os cargos altos, como o de intendente, fiscal ou tesoureiro, eram vindos do exterior, especialmente o primeiro, ou sujeitos próximos ao intendente. A classe dominante, segundo a autora, era a detentora dos melhores cargos da administração, como tesoureiro, advogado, feitores, escrivão, etc. Sendo que muitos destes eram escolhidos pelo intendente, o que o fazia essencial para as disputas dos poderosos locais, podendo gerar alianças e conflitos. Já os sujeitos de classes inferiores também poderiam adentrar a Real Extração através de empregos, escolhidos pelo intendente, o fiscal ou a Junta, para cargos como o de ferreiro, carcereiro, porteiro, etc. A autora cita a estimativa de Antônio Olynto, que os empregos da Real Extração chegariam em torno de cinco mil pessoas em 1781. A questão de possuir cargos na Extração gerava um outro aspecto



fundamental e de grande diferença para com os outros modelos de mineração do diamante, que era o aluguel de escravos. A Real Extração preferencialmente alugava os escravos ao invés de comprá-los, e o cargo que cada sujeito ocupava definia a quantidade que poderia ser alugados por indivíduo.

### 3.5 Século XXI e os novos autores

O tema do diamante em Minas Gerais durante o século XVIII e XIX tem crescido no decorrer dos anos 2000. Diversos autores trabalham essa temática, tanto destacando a história de certos períodos dessa mineração, quanto focando em aspectos demográficos e geográficos. Por isso, iremos abordar alguns dos novos estudos sobre a região, apresentando os pontos essenciais de cada autor e suas inovações para o entendimento da temática.

Angelo Alves Carrara possui um importante artigo intitulado “Desvendando a riqueza na terra dos diamantes”, onde busca abordar uma parte das fontes históricas existentes sobre a região, além de apresentar muitos dados referentes a administração e a fiscalidade do Arraial do Tejuco e da Intendência dos Diamantes. O segundo momento do artigo, é a apresentação de quatro tabelas e três gráficos com temas variados, por exemplo, a primeira tabela é denominada como “Entrada dos diamantes no cofre da Intendência da Demarcação Diamantina 1740-1753”, e denota mensalmente a quantidade de diamantes e os quilates totais que entravam no cofre da Intendência. Já a quarta tabela, é intitulada “Número de Lojas do Arraial do Tijuco 1735-1764”, e explicita a variação mensal e anual das lojas no Arraial do Tejuco (CARRARA, 2005:18-19).

Além disso, o autor possui também um importante livro sobre a delimitação do Distrito Diamantino, nomeado como “O Distrito dos Diamantes, 1734-1757”. O historiador destaca que houveram três alterações na demarcação do Distrito Diamantino, que foi inicialmente delimitado em 1734, foram nos anos 1739, 1753 e 1757 (CARRARA, 2017:10). Essas modificações, segundo nos conta o autor, foram feitas para abranger novas áreas com jazidas diamantíferas que se encontravam fora da delimitação. Mais do que apresentar somente a demarcação do Distrito Diamantino, Carrara também busca explicar sobre a localização de arraiais e dos quartéis, os locais de registro de entrada e contagem de

mercadorias, as vias de circulação, os caminhos e as sesmarias dentro e nas proximidades da demarcação.

Um segundo historiador que toca na questão da Real Extração, é José Newton Meneses. Ele possui um artigo importante sobre a produção de alimentos na Comarca de Serro Frio, na capitania de Minas Gerais, na qual o Distrito Diamantino está inserido, tal artigo é denominado “Produção de alimentos e atividade econômica na comarca do serro frio século XVIII”. O autor não escreve sobre o Distrito Diamantino e a Real Extração especificamente, ele faz uma análise geral da capitania, tocando na produção alimentícia da demarcação, como nesse excerto ao falar sobre a quantidade de testamentos que trazem informações sobre sujeitos produtores:

Dos Testamentos de 55 pessoas, moradoras de diversas localidades da região, 27 possuíam uma clara vinculação ao processo de produção agrícola, ou seja, a expressiva cifra de 49,1% dos testadores podem ser considerados como produtores rurais, ainda que essa não seja a sua única ou a principal atividade e que não sejam, em sua maioria, residentes na região rural. Há nela pessoas domiciliados em 17 localidades da região, a maioria delas (13) no Arraial do Tejuco. (MENESES, 2000:124)

O autor afirma que havia uma economia diversificada e um dinamismo econômico da capitania. Citando que os historiadores inicialmente acreditavam que a mineração era o foco central, desestimulando outros setores econômicos, entretanto, o autor se baseia em estudos mais recentes, afirmando que setores agrícolas eram formas de se alcançar a riqueza e eram uma resposta a necessidade desses gêneros nos centros mineradores (MENESES, 2000:126). Segundo Meneses, outro aspecto fundamental daquela sociedade é a diversidade de atividades econômicas realizadas por um único sujeito. Ou seja, o sujeito que possuía escravos minerando, poderia alojar outros na agricultura, ou participar de redes comerciais ou de produção artesanal, sendo que no Distrito Diamantino, uma importante fonte de renda era o aluguel de escravos para a Real Extração.

Outro autor do século XXI a escrever sobre o Distrito Diamantino, é o americano Laird W. Bergad, que também margeia a questão no seu livro “Escravidão e História econômica”, publicado no ano de 2004. O autor observa, através de diferentes gráficos em seu livro, que o momento de declínio para o ouro e para o diamante ocorreram em décadas diferentes, o primeiro na década de 1760, e o outro só após a década de 1770. As atividades

da lavoura e da pecuária nasceram em conjunção com a mineração, devido a necessidade de abastecer a região, o autor nos lembra as crises de fome que houveram no início da exploração do ouro como exemplo disto, nos anos de 1697-98 e 1700-1701. Além disso, segundo o autor:

A produção de alimentos não emanou apenas da necessidade, mas também das impressionantes oportunidades comerciais que oferecia, devido aos elevados preços pagos por qualquer mercadoria nas zonas de mineração. Antonil apresenta uma lista de vários preços para as mercadorias básicas de Minas em 1703, preços extraordinários quando comparados aos de produtos semelhantes na costa brasileira. (BERGAD, 2004:51)

Portanto, o comércio também era uma atividade econômica que se destacava na região mineira. Voltando para a mineração, afirma que a mineração na região do Distrito Diamantino, através da Real Extração, permaneceu como fundamental para a região nordeste da capitania. E que, apesar da queda de produtividade, Diamantina continuou sendo um importante centro comercial, necessitando do abastecimento de diversas mercadorias (BERGAD, 2004:73). Além disso, o autor destaca o descobrimento de novas regiões diamantíferas, como em Abaeté e em outros rios na Comarca do Serro Frio, fazendo com que o governo se apressasse a estabelecer sua jurisdição sobre essas novas minas.

O último autor que destacaremos é Régis Clemente Quintão, que possui uma tese de mestrado intitulada “SOB O “RÉGIO BRAÇO”: a Real Extração e o abastecimento no Distrito Diamantino (1772-1805)”. A centralidade do estudo deste autor, é entender como se deu o abastecimento de mercadorias no Distrito Diamantino por um período da Real Extração. O autor afirma que a Real Extração, pelo Regimento Diamantino, era obrigado a controlar as lojas dentro da demarcação, como no seguinte excerto:

Ao assumir as despesas decorrentes da exploração, houve a necessidade de importar tudo que fosse essencial ao trabalho diamantífero. Além das mercadorias para mineração, era importada toda sorte de materiais indispensáveis para o dia a dia dos funcionários, guardas e escravos próprios ou alugados pela Real Extração. Os gêneros alimentícios, no entanto, foram pouco importados pela instituição, pois eram adquiridos dos roceiros e comerciantes locais ou estabelecidos nas proximidades. (QUINTÃO, 2017:10)

O autor busca apresentar a hierarquia da Real Extração, e não argumenta a favor de um modelo arbitrário da Coroa, já que se baseia nos escritos de Júnia Furtado, apesar de

trabalhar outros autores durante sua dissertação (QUINTÃO, 2017). Em uma das unidades de sua dissertação, o historiador realiza um rápido debate historiográfico sobre os autores que comentam sobre a importação de produtos para o Distrito Diamantino, procurando estabelecer as diferentes mercadorias e as argumentações dos autores.

Os alimentos, segundo afirma o autor, poderiam ser importados fora da América portuguesa, como poderiam fazer parte de redes locais de produção e comércio. O autor analisa a transformação da economia mineira, passando da predominância da mineração para o setor agropecuário, onde a capitania de Minas passa de uma importadora de gêneros alimentícios para exportadora. Por isso a Real Extração poderia ser abastecida por um comércio local, tendo também uma relação íntima com o Rio de Janeiro, através de um fluxo comercial constante de mercadorias, por esse ser o principal porto da América portuguesa neste período. Contudo, o historiador José Newton Meneses, já citado aqui neste trabalho, também é utilizado por Quintão, já que este afirma que não houve períodos de fome na segunda metade do século XVIII, sendo que os únicos casos foram no início da colonização da capitania de Minas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A escrita da História muda constantemente, ela sempre se renova através de novos métodos ou novas fontes que começam a ser utilizadas, assim como novas demandas sociais tornam certas áreas da sociedade importantes. A Real Extração é um exemplo dessas mudanças na historiografia, podemos perceber que as transformações são profundas e nos levam a ver esse modelo de exploração de formas distintas.

Inicialmente a Real Extração era vista como um elemento despótico e centralizador, como na escrita de Joaquim Felício dos Santos, algo que influenciou toda a historiografia até a década de 1990. Nela também não havia liberdade nenhuma para a população, sendo que constantemente a população do Distrito Diamantino almejava a alteração do Regimento Diamantino, dando-lhes maior liberdade para se viver na região.

Com o livro de Júnia Furtado, podemos perceber uma alteração profunda quando se trata das análises do Regimento Diamantino, ao invés de percebê-la como uma legislação que

estrangula qualquer liberdade da população, a autora a entende como uma reafirmação de leis. Isso é fundamental, pois gera a percepção de que qualquer parte da América portuguesa seria assim, tirando a concepção do Distrito Diamantino ser um caso exclusivo, à parte da administração régia. Como a própria autora destaca, a população local era contra a desestruturação da Real Extração, já que grande parte dos moradores da demarcação trabalhavam para essa instituição. Além disso, não podemos afirmar que toda a legislação foi cumprida com extremo rigor, pois haviam jogos de poder e de relações de poder entre os indivíduos do Distrito Diamantino e fora dele.

Os demais autores também são fundamentais para se entender completamente as estruturas sociais e econômicas da região, cada um tem suas argumentações, e buscam analisar certos aspectos da população e região.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, C. M. C. & OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. Conquista do centro-sul: fundação da Colônia de Sacramento e o “achamento” das Minas. In: FRAGOSO, João & GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). *O Brasil Colonial: volume 2 (1580-1720)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2014.
- BERGAD, Laird W. *Escravidão e histórica econômica: demografia de Minas Gerais*. Tradução de Beatriz Sidou. Bauru, SP, EDUSC, 2004.
- CARRARA, Ângelo Alves. *O Distrito dos Diamantes, 1734-1757*. Juiz de Fora, Clio Edições, 2017.
- FURTADO, Júnia F. *O livro da capa verde: o regimento diamantino de 1771 e a vida no distrito diamantino no período da real extração*. São Paulo, Annablume, 1996.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. Metais e pedras preciosas. In: *História Geral da Civilização Brasileira v. II*. 10ª ed, Ed. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2003, pg. 289-345.
- MENESES, José Newton C. *Produção de alimentos e atividade econômica na comarca do serro frio século XVIII*. Anais do IX Seminário sobre a Economia Mineira, Belo Horizonte-UFMG, 2000, págs. 123-146.
- PINTO, Virgílio Noya. *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português: uma contribuição aos estudos da economia atlântica no século XVIII*. São Paulo, Ed. Nacional, 1979.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo, Brasiliense, Publifolha, 2000 – (Grandes nomes do pensamento brasileiro).

- QUINTÃO, Régis Clemente. *Sob o “régio braço”: a Real Extração e o abastecimento no Distrito Diamantino (1772-1805)*. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.
- SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. Fluxo e refluxos mercantis: centros periferias e diversidade regional. In: FRAGOSO, João & GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). *O Brasil Colonial: volume 2 (1580-1720)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2014.
- SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memorias do Distrito Diamantino*. Rio de Janeiro: Tip. Americana, 1868.
- SILVIA, Camila Pelinsari. *O caminho das pedras: o contrato de Felisberto Caldeira Brant (1749-1752) e a crise de 1753*. Tese (Doutorado), Universidade Federal de Ouro Preto, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de História, Programa de Pós-graduação em História, 2018.

# **DISTINTOS MILITARES DA REAL EXTRAÇÃO: OFICIAIS PRETOS E PARDOS ENTRE O ESTIGMA E A MOBILIDADE SOCIAL**

Gabriela de Andrade Ferreira<sup>136</sup>

**RESUMO:** Esta pesquisa pretende verificar se a integração de indivíduos pretos e pardos às tropas militares na Comarca do Serro Frio, Minas Gerais, entre 1734 e 1780, foi permeada por um processo simultâneo de estigmatização e alargamento do horizonte de expectativas quanto às vias de mobilidade social intragrupal. Para isso, utilizaremos fontes administrativas e militares encontradas digitalizadas *online* no site do Arquivo Histórico Ultramarino. A partir da documentação, analisaremos o processo simultâneo de referendação do estigma deste grupo enquanto *outsider*, e de abertura a possibilidades de mobilidade social, até então não previstas nos quadros hierárquicos do Antigo Regime lusitano, principalmente para grupos sociais identificados como pretos e pardos.

**PALAVRAS-CHAVE:** História Militar. Oficiais pretos e pardos. Mobilidade intragrupal.

**ABSTRACT:** This research intends to verify if the integration of colored military people in troops of the Comarca do Serro Frio, Minas Gerais, between 1734 and 1780, was followed by a simultaneous process of their stigmatization and the extension of their expectation horizon. Hence, this process is evaluated considering the ways of intragroup social mobility in the world of Portuguese America in the second half of the 18<sup>th</sup> century. To do this, our search is made with administrative and military sources found online on the Overseas Historical Archive website. From the reading, we will analyze the process of stigma of this group as an outsider, at the same time that were opened to them possibilities of social mobility, not allowed in the hierarchical frameworks of that society until then.

**KEYWORDS:** Military History. Black and Brown military. Intragroup mobility.

## **INTRODUÇÃO**

Esta pesquisa pretende verificar se a integração de indivíduos pretos e pardos às tropas militares na Comarca do Serro Frio, Minas Gerais, entre 1734 e 1780, foi acompanhada de um

---

<sup>136</sup>Graduanda em Licenciatura em História, pela Universidade Federal de Juiz de Fora.

processo simultâneo de estigmatização e alargamento do horizonte de expectativas quanto às vias de mobilidade social intragrupal. O sistema do Antigo Regime português foi marcado pela compreensão do regime político enquanto corpo, no qual cada parte se autorregulava diferenciadamente. As mudanças de *status* eram legitimadas em instâncias da justiça; devido a isso, tal sistema foi marcado por escassas vias de mobilidade social. Contudo, no espaço colonial, houve uma adaptação à existência de grupos étnicos diversificados, considerando a aplicabilidade das leis a uma sociedade que contemplava africanos e seus descendentes.

Entendemos que a gênese das milícias de pardos e pretos livres na colônia brasileira coincidiu com o processo de enraizamento social desses sujeitos nessa localidade. Sua institucionalização foi conquistada a duras penas ao longo do século XVIII e implicou na criação de um grupo social numeroso e influente. Embora resultado de um processo social não planejado, a gênese dessas milícias foi dotada de coerência e estrutura, a partir de estratégias de distinção dos demais grupos pela formação de uma identidade coletiva própria mediante traços específicos, como fardas, armas e barretes. A forma de compreensão própria desses sujeitos foi acompanhada da formulação de uma identidade que era também compreendida pelas autoridades coloniais. Portanto, a formação desta *psicogênese* teria tornado possível aos milicianos controlarem a si mesmos ao mesmo tempo em que afirmavam sua lealdade e identidade com a defesa da ordem do Antigo Regime na América.

Ademais, a conquista da patente militar possibilitou esses indivíduos adquirirem lugar de destaque na região mineira, sobretudo na localidade da comarca do Serro Frio, durante o período da Real Extração aqui destacado. Devido à descoberta de diamantes, a região atraiu grande contingente populacional. Cada uma dessas especificidades é importante para entendermos o processo de formação de um ambiente propenso à articulação social que possibilitava a inserção de indivíduos como pardos e pretos em posições de maior influência e poder.

Englobaremos no desenvolvimento dessa pesquisa fontes militares, tais como: requerimentos do oficialato, cartas patentes e provisões, que nos auxiliarão a verificar como tais oficiais eram apresentados e como se apresentavam nas determinadas fontes; se pediam mercês e se as receberam, entre outros aspectos. Tudo isso nos possibilitará enxergar o processo simultâneo de referendação do estigma deste grupo enquanto *outsider*, ao mesmo tempo em que se abriam possibilidades de mobilidade social até então não previstas nos



quadros hierárquicos do Antigo Regime lusitano. Todo o acervo documental mencionado está disponível *online* no site do Arquivo Histórico Ultramarino ([www.resgate.bn.br](http://www.resgate.bn.br)).

### **Entre grupos outsiders e aproveitamento de brechas no sistema de normas do Antigo Regime nos trópicos**

Partindo da hipótese de Norbert Elias de que a sociodinâmica da relação entre grupos interligados na condição de estabelecidos e *outsiders* é determinada por sua forma de vinculação, e não por qualquer característica que os grupos tenham, independentemente de qual seja (ELIAS e SCOTSON, 2000: 32), chega-se ao entendimento de que a hierarquização e diferenciação social dos grupos étnicos encontrados no Brasil colonial durante o período analisado do século XVIII não levavam em consideração aspectos biologizantes, tendo em vista o fato de que as teorias raciais viriam a se propagar, sobretudo, a partir do século XIX. Logo, ainda que haja diferenças de aparências físicas e outros aspectos biológicos, eles serviam apenas como um sinal de reforço que, por sua vez, cooperava ao melhor reconhecimento da condição do grupo já colocado previamente como *outsider* (ELIAS e SCOTSON, 2000: 32). Consequentemente, o processo de criação de um estigma que marcou, principalmente, os indivíduos de cor na sociedade estamental da América portuguesa, pautou-se em uma fantasia coletiva criada pelo grupo dominante – determinado, essencialmente, por aqueles que detinham em sua ascendência a maior distância possível da marca da escravidão. Tal criação, por sua vez, justificava a aversão em relação ao grupo identificado como *outsider*, resignificando o estigma social em um material (ELIAS e SCOTSON, 2000: 35).

Na América portuguesa do século XVIII, especialmente na localidade analisada de Minas Gerais, entende-se que o grupo social identificado como dominante preocupou-se, a todo o momento, em se legitimar a partir da implementação de estratégias que referendavam seu lugar dominante. A região da comarca do Serro Frio, localidade analisada neste trabalho, era uma das quatro divisões administrativas da capitania de Minas Gerais. A Vila do Príncipe era o centro administrativo dessa comarca. Tal região, conhecida por abranger o Vale do Jequitinhonha, teve sua ocupação iniciada no início do século XVIII, associada à exploração do ouro e, já a partir do fim da década de 1720, ao diamante encontrado em torno da região do arraial do Tejuco. Devido à descoberta de diamantes, a região atraiu grande contingente populacional. Além disso, ficou caracterizada como o sustentáculo da economia local durante todo esse período (FURTADO, 2018: 77-78). Dadas as devidas especificidades da localidade, é importante levar em conta cada uma dessas características para entender o processo de

formação de um ambiente propenso à articulação social que possibilitava a inserção de indivíduos como pardos e pretos em posições de maior influência e poder, tendo em vista aspectos como o contingente populacional da localidade e a necessidade de criar uma estrutura que desse conta da importância econômica da região, especialmente a partir da segunda década do século XVIII.

Além disso, também se deve considerar a constituição do Império Português sob a égide da monarquia pluricontinental, na qual havia um só reino (o de Portugal), uma só aristocracia e várias conquistas. Essa monarquia passou a se constituir de grupos locais (espalhados pelo império) que dependiam do reconhecimento e do aval constitucional da Coroa para manter suas posições sociais diante das sociedades em que viviam. Com isso, formou-se um cenário no qual Coroa e ultramar dependiam um do outro para se organizar como áreas de poder, passando a ter suas prerrogativas e jurisdições reiteradas e reforçadas devido aos vínculos articulados, compondo, assim, o conjunto imperial (FRAGOSO e GOUVÊA, 2010: 19). Diante dessa perspectiva, verifica-se na integração de indivíduos de cor nos corpos militares da sociedade colonial brasileira o que Elias chamou de “vínculo duplo”, constituído a partir do momento em que os grupos *outsiders* tornam-se necessários, de algum modo, aos grupos estabelecidos quando aqueles têm alguma função para estes (ELIAS e SCOTSON, 2000: 33).

Portanto, o que se verifica na constituição da América portuguesa no século XVIII, mais especificamente na região e período analisado, é o mundo social classificado por Fredrik Barth como não perfeitamente integrado, dotado de um sistema de normas fissurado e repleto de incoerências. A heterogeneidade, presente em qualquer sociedade, levou a uma transformação das referências teóricas vindas do Antigo Regime europeu e utilizadas pelos conquistadores nos trópicos. Houve, portanto, a invenção de uma nova sociedade a partir da interação desigual entre a concepção corporativa e os valores trazidos pelos vários grupos sociais diferentes que ali chegaram (FRAGOSO e GOUVÊA, 2010: 16), possibilitando a inserção de grupos identitários não previstos anteriormente por serem tão múltiplos e diversos como, por exemplo, africanos e seus descendentes. Esses sujeitos, libertos ou livres, buscavam melhorar sua condição de vida mediante as regras pré-estabelecidas.

Diante disso, a tentativa de inserção em cargos ou posições de influência, como as irmandades, as câmaras, o senhorio e o universo militar, dentre outros, significou um entendimento próprio desses sujeitos da ampliação de sua “gama dos possíveis” mediante as

brechas apresentadas pelo próprio sistema no qual viviam, ainda que este fosse sempre em número finito (ROSENTAL, 1998: 159). Ainda assim, isso representou um alargamento do horizonte de expectativas (KOSELLECK, 2006) desses indivíduos de cor, uma vez que, no caso militar, a conquista da patente abria caminho para uma relativa e gradual mobilidade social, graças a promoções e outras vantagens inerentes aos cargos que exerciam (COTTA, 2010: 89).

De fato, o que se observa no desenvolvimento das relações sócio-políticas da colônia é a constatação de que suas urgências e especificidades levaram a uma constante reestruturação e consequente adaptação do chamado *tripé clássico* da organização militar portuguesa. Além da necessidade apresentada pela colônia em incorporar esses indivíduos nos ofícios militares devido à insuficiência das tropas de primeira linha, eram atribuídas a eles, muitas vezes, as funções que outros corpos, hierarquicamente e socialmente mais valorizados, se recusavam a prestar. Dessa forma, coube principalmente a africanos e seus descendentes, fossem cativos ou libertos, entrar em matos, em lugares trincados e de difícil acesso, a fim de patrulhar estradas e buscar aquilombados, índios bravos, facinorosos e assaltantes que atacavam vilas e arraiais, por serem os mais qualificados para identificar os rastros e vestígios deixados (COTTA, 2010: 65).

Fredrik Barth, ao articular a noção de “gama dos possíveis”, nos permite pensar como os valores definem o conteúdo do que, para os agentes, representa ganhos e perdas, uma vez que estes se refletem em suas ações. Nesse sentido, é importante sempre lembrar que as possibilidades abertas aos atores são sempre em número finito, e os indivíduos analisados, ao se inserirem na instituição militar, rompiam com antigas prescrições, dentre elas a de que oficiais militares deveriam ter sangue limpo, avós de linhagem pura e pele branca (COTTA, 2010: 105). Dessa forma, as brechas do Antigo Regime nos trópicos levaram à incorporação estrategista bem articulada desses agentes ativos, levando, em vários casos, a sua ascensão intragrupal na pirâmide do Antigo Regime, como será apresentado a seguir.

### **Francisco José de Aguilar – estratégias de negociação de um pardo que conseguiu galgar degraus da hierarquia estamental do Antigo Regime**

A primeira referência a Francisco José de Aguilar encontrada no Arquivo Histórico Ultramarino, mediante site do Projeto Resgate, data de 1760. Ao requerer a concessão de uma

licença de seu posto “para vir ao reino tratar dos seus assuntos”<sup>137</sup>, ele se identifica como cabo da esquadra do regimento de Dragões, em Minas Gerais. Na ocorrência seguinte, de 26 de Outubro de 1772, temos acesso a um decreto de D. José I, o qual nomeia Francisco José de Aguilar para o cargo de capitão da companhia de Dragões de Minas.

Hei por bem nomear para capitão da companhia de Dragões, que na capitania das Minas Gerais, se acha sem oficial, que a comande, pela prisão, e impossibilidade de Simão da Cunha Pereira, a Francisco José de Aguilar, alferes de Dragões de uma das três companhias da guarnição das referidas Minas. O conselho ultramarino o tenha assim entendido, e lhe mande passar os despachos necessários.<sup>138</sup>

A partir desse decreto, vemos que Francisco José de Aguilar, antes identificado como cabo de esquadra em 1760, passa a ser capitão da companhia de Dragões na capitania de Minas Gerais, devido à prisão de Simão da Cunha Pereira. No trecho destacado, verificamos também que, antes de assumir tal posto, o suplicante já não constava como cabo de esquadra, e sim como alferes de Dragões de uma das três companhias da guarnição de Minas. Em um requerimento feito pelo mesmo sujeito em 6 de Fevereiro de 1775, identificamos que tal nomeação diz respeito ao regimento do Serro Frio, quando pede que sejam passadas “mais vias da patente de confirmação”<sup>139</sup>

No ano seguinte, em 19 de Agosto de 1776, temos acesso a um requerimento de Francisco José de Aguilar pedindo que seja confirmada sua nomeação ao posto de sargento-mor dos Regimentos Auxiliares da Comarca do Serro Frio.<sup>140</sup> Abaixo, o trecho principal de sua nomeação:

Atendendo a Francisco José de Aguilar, ter servido muitos anos nas tropas pagas desta capitania e ultimamente em o posto de capitão dos dragões, com atividade, zelo e prontidão, e esperar dele que em tudo o de que for encarregado do real serviço se haverá com honra, e acordo, desempenhando o conceito que formo de sua pessoa.<sup>141</sup>

A ascensão militar gradual de Francisco José de Aguilar, a qual observamos sucintamente de 1760 a 1776, exemplifica como o agente social, ator de sua própria história,

---

<sup>137</sup>AHU\_ACL\_CU\_011, Cx. 75\Doc. 13.

<sup>138</sup>AHU\_ACL\_CU\_011, Cx. 103, doc. 67.

<sup>139</sup>AHU\_ACL\_CU\_011, Cx. 108\Doc. 7.

<sup>140</sup>AHU-Minas Gerais, cx. 110, doc. 19.

<sup>141</sup>Ibid.

consegue detectar uma margem de manobra precisa e controlada, e dela tirar vantagens. A partir da análise de sua “gama de possíveis” e entendendo que tais pessoas se utilizavam a todo o momento da teoria dos jogos, percebemos como a dependência e a submissão desses indivíduos não devem ser entendidas apenas de forma unilateral. É preciso atentar para o interesse do dependente pela dependência, do submisso pela submissão, pois estas podem ser estratégicas, servindo como uma maneira de tentar aumentar a segurança em meio aos recursos indisponíveis e às incertezas dos intentos (GUEDES, 2007: 365-366).

No decorrer de dezesseis anos que temos conhecimento, Francisco José de Aguilar ascendeu militarmente e, considerando que a posse de uma patente militar dava aos mestiços e pardos lugares de destaque na sociedade mineira dos Setecentos, entendemos que sua escalada na instituição militar reflete sua mobilidade na pirâmide social do Antigo Regime. Sabemos que as estratégias de ascensão resultavam da combinação de trabalho, estabilidade familiar, solidariedade intragrupal e aliança com as elites, sendo que a promoção a outros cargos militares constituía apenas uma parte desse processo lento e gradual, mas chegamos a essa conclusão considerando a patente militar como caminho para uma relativa mobilidade social, mesmo numa sociedade escravista extremamente hierarquizada (COTTA, 2010: 112).

Então, mesmo que não saibamos quais foram exatamente as estratégias empreendidas por Francisco José de Aguilar, muito menos se ele obteve o resultado esperado em todas elas, sabemos que no período analisado ele se distanciou do cargo inicial de cabo de esquadra e chegou ao de sargento-mor dos Regimentos Auxiliares. Nossa análise se reteve exclusivamente à documentação digitalizada no Arquivo Histórico Ultramarino. Por isso, não tivemos como empreender uma pesquisa mais específica sobre esse sujeito e também não era esse o objetivo do trabalho.

Contudo, de acordo com os documentos analisados, observamos como a justificativa dada para a nomeação de Francisco José de Aguilar ao último posto, de 1776, foi o fato de ter servido muitos anos nas tropas pagas daquela capitania “com atividade, zelo e prontidão”<sup>142</sup>, elucidando, assim, a lógica de obrigação moral do governo em lhe retribuir devido aos seus serviços à Coroa, sendo ele pardo ou não. Enquanto sua nomeação de alferes para capitão se deu pela falta de oficial naquela companhia, funcionando como algo mais impessoal e imprevisível, sua última nomeação (de sargento-mor) exemplifica um desenvolvimento de

---

<sup>142</sup>AHU-Minas Gerais, cx. 110, doc. 19.

seus relacionamentos, que se baseou na submissão com a intenção de se beneficiar no futuro, ao que obteve sucesso.

Podemos concluir que Francisco José de Aguiar soube se aproveitar de ações paralelas e de sua relação com outras pessoas, configurando-se com exemplo do conceito que ficou conhecido na historiografia como “excepcional normal” (ROSENTAL, 1998: 154). Diante de seu caso, podemos imaginar que outros tenham conseguido obter êxito similar em suas estratégias que, embora imprevisíveis e repletas de incerteza, buscavam sempre a melhoria social.

### **O caso de João da Fonseca Barros – as tentativas de modificar o equilíbrio do poder:**

Encontramos três aparições de João da Fonseca Barros no site do Arquivo Histórico Ultramarino. A primeira delas data de 8 de Agosto de 1754, e diz respeito a petição da confirmação da sua nomeação ao posto de alferes da companhia que contava com Francisco Lopes Campos como capitão<sup>143</sup>. Neste primeiro documento, como já constatamos, João da Fonseca Barros pede para ter sua nomeação confirmada em um posto de baixa patente, em uma companhia nem mesmo identificada, na localidade do arraial do Milho Verde, comarca do Serro Frio. Ao longo da documentação, sua petição é atendida, e tendo sua nomeação confirmada pelo capitão da companhia, João da Fonseca Barros, que diz:

Por se achar vago o posto de alferes da minha companhia de que sou capitão do arraial do Milho Verde e também de que *era o alferes João Francisco o qual é falecido nomeio a João da Fonseca Barros para ocupar o dito posto por correr nele os requisitos necessários*<sup>144</sup> havendo assim por bem o meu capitão mor senhor Bernardo da Fonseca Lobo.  
Francisco Lopes Campos<sup>145</sup>

No trecho destacado, o capitão Francisco Lopes Campos articula algumas justificativas para nomear João da Fonseca Barros no posto de alferes. Primeiramente, ele diz que o posto se achava vago devido o falecimento do antigo oficial, identificado como João Francisco. Além disso, o capitão afirma que João da Fonseca Barros pode ocupar o referido posto por ser achado nele os “requisitos necessários” para exercer sua função.

---

<sup>143</sup>AHU-Minas Gerais, cx. 65, doc. 26.

<sup>144</sup>Grifo meu.

<sup>145</sup>Ibid.

A partir dessas informações, podemos tirar algumas conclusões iniciais e preliminares. A primeira delas diz respeito ao fato de João da Fonseca Barros ter sido favorecido pela imprevisibilidade das ações sociais, algo apontado previamente por Fredrik Barth. Sabemos que a inserção dos mestiços e negros libertos nas milícias era permeada por aspectos estratégicos. Podemos presumir que tais estratégias inseriam-se dentro de sua “gama de possíveis”, ou seja, do universo de possibilidades de ações que lhe estavam disponíveis, considerando-o enquanto *outsider* na sociedade estamental e profundamente hierárquica de Antigo Regime.

Embora não tenhamos como averiguar todas as possibilidades disponíveis a João da Fonseca Barros, o que nós, de fato, sabemos, é que ele optou por lançar mão da carreira militar ao requerer a confirmação de sua patente de alferes. Portanto, tendo em vista a teoria dos jogos, também articulada por Fredrik Barth, concluimos que esse sujeito, ainda que em sua posição de *outsider* em relação a seus e outros grupos elitistas considerados socialmente superiores a ele, buscou na instituição militar uma forma de se deslocar de seu lugar inicial para, na medida do possível em seu tempo e espaço, *estabelecido* em relação a outros grupos sociais.

Mais adiante, encontramos outra referência a João da Fonseca Barros no AHU, datada de 4 de Fevereiro de 1767, portanto, 13 anos depois de ser confirmado no posto de alferes. Este documento, por sua vez, trata de uma representação de João da Fonseca Barros, agora como juiz dos órfãos da comarca do Serro Frio, sobre a oposição ao pelouro para que foi eleito, por 3 anos, no termo da Vila do Príncipe, pelo inquiridor contador e distribuidor geral<sup>146</sup>. Acerca disto, o representante afirma:

Representa a vossa majestade o *juiz de órfãos que no ano próximo saiu eleito*<sup>147</sup> no pelouro que se abriu para servir no tempo de três anos no termo da Vila do Príncipe comarca do Serro do Frio: o caso ocorrente para vossa majestade pela sua inata piedade é dar a providência que parecer justa<sup>148</sup> [...]

No documento anteriormente apresentado, tivemos acesso à fala do capitão da companhia acerca de João da Fonseca Barros. Ou seja, pudemos verificar como seu superior o avaliava e quais justificativas articulou para atender sua petição. Nesta segunda ocorrência,

---

<sup>146</sup>AHU\_ACL\_CU\_011, Cx. 90\Doc. 7

<sup>147</sup>Grifo meu.

<sup>148</sup>Ibid.

temos a oportunidade de analisar como o próprio sujeito se identifica e se relaciona com seu superior, vossa majestade. Ademais, verificamos também que, decorridos 13 anos de sua nomeação como alferes, ele se apresenta como juiz dos órfãos, cargo de maior prestígio e reconhecimento social dentro dos quadros do Antigo Regime nos trópicos. Sendo assim, ele teria se deslocado de seu lugar inicial de estigma enquanto simples alferes, para, a partir de 1766, ocupar lugar social de maior prestígio verificado pelo posto de juiz de órfãos, mesmo sendo de cor, tendo maior proximidade com o passado escravista estigmatizador da América portuguesa.

Destarte, a terceira aparição de João da Fonseca Barros no AHU data de 2 de Março de 1769. Desta vez, ele requereu a confirmação, em carta patente, de sua nomeação ao posto de capitão da Companhia de Ordenança de Pé, do distrito de Itambé, termo da Vila do Príncipe, comarca do Serro Frio<sup>149</sup>. Sobre esta nomeação, é interessante destacarmos a seguinte afirmação:

e ser preciso prover-se o dito posto de capitão para o sobredito distrito do Itambé em pessoa assistente nele de *conhecida inteligência, zelo, e atividade, e concorrerem estas circunstâncias na do alferes atual João da Fonseca Barros, segundo o exame a que se lhe procedeu nas evoluções militares, e aritmética, e ser um dos propostos na forma das reais ordens pelos oficiais da câmara da dita vila*<sup>150</sup> com assistência do capitão mor dela para exercer o dito posto; e esperar do dito alferes que em tudo o de que for encarregado do real serviço, se haverá com igual satisfação desempenhando o conceito que de sua pessoa formo<sup>151</sup>.

O que podemos observar a partir dessa citação e, de forma geral, no caso de João da Fonseca Barros, é o momento a partir do qual os grupos *outsiders* tornam-se necessários de algum modo aos grupos estabelecidos, quando passam a ter alguma função a desempenhar para estes. Dessa forma, o vínculo duplo começaria a funcionar mais abertamente, fazendo-se de maneira crescente quando a desigualdade de dependência, sem desaparecer, diminui, a partir do momento em que o equilíbrio de poder pende um pouco a favor dos *outsiders* (ELIAS e SCOTSON, 2000). Com isso, a relação entre os dois grupos estaria sempre pautada em lutas para modificar o equilíbrio do poder. Essa luta constante é observada, no caso do universo bélico, a partir da constante tentativa de oficiais pretos e pardos ascenderem a postos

---

<sup>149</sup> AHU-Minas Gerais, cx. 92, doc. 22

<sup>150</sup>Grifo meu.

<sup>151</sup>Ibid.



militares de maior prestígio, percorrendo, também, caminhos transversais, como a nomeação a juizados, câmaras ou participações em irmandades e confrarias religiosas. O intuito, por sua vez, é o de reduzir os diferenciais de poder responsáveis por sua situação inferior; então, suas ações funcionam como pressões tácitas ou mesmo abertas (ELIAS e SCOTSON, 2000: 33), a fim de se beneficiarem das brechas dispostas pelo sistema do Antigo Regime nos trópicos, aqui analisado.

O trecho destacado em itálico na citação acima indica a legitimação e aprovação de João da Fonseca Barros por seu superior, Luis Diogo Lobo da Silva, governador e capitão general da capitania de Minas Gerais, que expediu sua carta patente de capitão da Ordenança de Pé ao qual foi nomeado. Esse é o momento em que verificamos como o grupo de estabelecidos também exerce pressões a fim de preservar ou aumentar seu diferencial. Sabemos que um grupo só consegue estigmatizar outro com eficácia quando está bem instalado em posições de poder das quais o grupo estigmatizado é excluído (ELIAS e SCOTSON, 2000: 34). Ao afirmar que João da Fonseca Barros procedeu com inteligência e zelo, e tendo sido proposto “na forma das reais ordens pelos oficiais da câmara da dita vila”, o estigmatizador está, na verdade, referendo sua posição superior enquanto aquele que dita as normas a partir das quais o estigmatizado pode ascender. Então, o *estabelecido* dita as regras e também as limita ao *outsider*, à medida que confere a este uma abertura, ou mesmo brechas no sistema, funcionando, estas, como mecanismos de controle e referendação de seu *locus* inferior de *outsider*.

Por outro lado, o comportamento social não depende da obediência mecânica a um sistema de normas. Ao contrário, sua explicação impõe a consideração da posição particular de cada membro da população estudada (ROSENTAL, 1998), a saber, os indivíduos pretos e pardos da comarca do Serro Frio que vêm na instituição militar um meio de galgar degraus na hierarquia social. Logo, simultaneamente ao processo de referendação do grupo *estabelecido* como detentor do poder e controle das normas, há um processo de ramificação intragrupal dos *outsiders*, que se aproveitam das brechas do Antigo Regime e alargam seu horizonte de expectativas a partir da abertura de novas possibilidades de mobilidade dispostas ao seu espaço de experiência. Ou seja, ao mesmo tempo em que as estratégias de mecanismos de controle social são criadas pelo grupo de *estabelecidos*, estas mesmas estratégias resultam de pressões exercidas ao longo do tempo pelo grupo de *outsiders* que objetiva reduzir os diferenciais de poder responsáveis pela sua classificação inferior.

A conquista dessas novas possibilidades de diferenciação social constitui a ampliação do que Reinhart Koselleck chamou de “espaço de experiência”. Entendemos a experiência como o passado no qual foram incorporados acontecimentos a serem lembrados. A partir disto, é neste espaço que se fundem tanto a elaboração racional quanto as formas inconscientes de comportamento. Quanto à expectativa, a entendemos como o futuro-presente, ligado ao que ainda não foi experimentado e, portanto, só pode ser previsto. Concordamos com o autor que as experiências se superpõem e, com isso, novas esperanças ou decepções retroagem, novas expectativas abrem brechas e repercutem nelas (KOSELLECK, 2006: 309-310). Entendemos também que o fator responsável por estender o horizonte de expectativas seria o espaço de experiência (KOSELLECK, 2006: 313). Logo, as especificidades da sociedade da América portuguesa – como a diversidade étnico racial e o contexto escravista – levaram à adaptação do Antigo Regime lusitano clássico. Isso abriu brechas no sistema, aumentando sua “gama de possíveis” quanto às possibilidades de mobilidade social, e proporcionaram uma ramificação do grande grupo de *outsiders* em uma hierarquização intragrupal própria, também dividida entre *estabelecidos* e *outsiders*, e o caso de João da Fonseca Barros ilustra bem essa realidade no contexto da Real Extração na segunda metade do século XVIII.

### **Manuel Antônio dos Santos Rocha – estabelecido ou outsider no Antigo regime nos trópicos?**

Manuel Antônio dos Santos Rocha é identificado em dois documentos no AHU. O primeiro deles data de 3 de Novembro de 1768 e, nele, encontramos a carta patente de confirmação desse sujeito no posto de capitão da companhia da Ordenança de Pé do arraial da Paraúna e Pousos Altos, termo da Vila do Príncipe, Comarca do Serro do Frio<sup>152</sup>. Ao longo da carta, identificamos que o indivíduo em questão ocupava anteriormente o posto de alferes, como podemos conferir na citação:

e ser preciso prover-se o dito posto, para a melhor regularidade, da forma militar, e expedição das ordens, em pessoa assistente no distrito de conhecida inteligência, zelo, e atividade, e concorrerem estas circunstâncias na do *alferes Manuel Antônio dos Santos Rocha*<sup>153</sup>, um dos propostos na forma das reais ordens pelos oficiais da câmara da dita vila, com assistência do capitão mor dela<sup>154</sup> [...]

---

<sup>152</sup>AHU-Minas Gerais, cx. 93, doc. 46

<sup>153</sup>Grifo meu.

<sup>154</sup>AHU-Minas Gerais, cx. 93, doc. 46

Mais à frente, na mesma carta, o capitão e governador general da capitania de Minas Gerais, Luis Diogo Lobo da Silva, aponta alguns privilégios do posto:

e os oficiais maiores, o reconheçam, por capitão da companhia da ordenança do referido distrito, e como tal, o tratem, honrem, e estimem, e deixem servir e exercer o dito posto, e aos oficiais e soldados seus subordinados em tudo lhe obedçam e cumpram suas ordens de palavra e por escrito no que pertencer ao real serviço, tão pontualmente como devem e são obrigados<sup>155</sup>.

Na segunda documentação de Manuel Antônio dos Santos Rocha presente no AHU, ele pede carta patente de confirmação, dessa vez do posto de sargento-mor reformado ao corpo das Ordenanças de Pé do termo da Vila do Príncipe<sup>156</sup>. Mais uma vez observamos como o a abrangência da “gama de possíveis” desses sujeitos, ainda que estigmatizados e detentores de um leque de opções limitadas, ampliou as possibilidades de seu espaço de experiência e, conseqüentemente, alargou seu horizonte de expectativas. Manuel Antônio dos Santos Rocha, homem *outsider*, chegou ao cargo militar de sargento-mor reformado do corpo das Ordenanças de Pé da Vila do Príncipe, no ano de 1782, recebendo recompensas pelos seus anos de serviços prestados à Coroa:

Conferindo lhe o devido premio a seus merecimentos, dos muitos anos que com tanta honra, zelo e prontidão se fez distinguir entre os bons serviços da mesma senhora [...]lhe dará pose e juramento dos Santos evangelhos na forma do regimento e ordens e o devido tratamento e honra de sargento maior reformado; cujo posto lhe confiro em prêmio de seus relevantes serviços e da mesma forma e como tal o estimarão os oficiais e soldados daquele corpo<sup>157</sup> [...]

Tanto na penúltima quanto na última citação, verificamos a ilustração da complexidade das relações sociais entre os grupos em questão. Por um lado, Manuel Antônio dos Santos Rocha ascendeu de alferes para capitão, e, depois, para sargento-mor reformado, não se encontrando mais na mesma posição de *outsider* que antes. Por outro lado, na primeira situação, em que ascende de alferes para capitão, mesmo sendo reconhecido como capitão da companhia e sendo devidamente reconhecido por outros oficiais, ele ainda se encontrava na posição de estigma com relação aos oficiais maiores, mesmo que tivesse obtido sucesso em

---

<sup>155</sup>Idem.

<sup>156</sup>AHU-Minas Gerais, cx. 118, doc. 41

<sup>157</sup>Idem.

reduzir os diferenciais de poder responsáveis por sua situação inferior. Porém, ele também ascende como *estabelecido* em relação aos soldados subordinados à sua posição, que em tudo lhe deviam obedecer e cumprir suas ordens.

Na última citação, vemos novamente essa relação, mas, dessa vez, acrescido ao recebimento de prêmios, além do título propriamente dito, por seus longos anos de serviço à Coroa que, em sua economia de mercês, sabe como recompensar devidamente os anos de devoção com honra, zelo e prontidão de seus súditos. Manuel Antônio dos Santos Rocha galgou degraus na hierarquia social do Antigo Regime ao investir, dentro de seu espaço de experiência, naquilo que seu horizonte de expectativas propunha, ao que obteve sucesso. Ao mesmo tempo em que se deslocou de sua posição de *outsider*, passando a ocupar a posição de *estabelecido* dentro de seu próprio grupo social, ele funciona, para as grandes elites, como referencial exemplar daqueles que aceitam o controle dos grandes *estabelecidos* e que ampliam sua “gama de possíveis” até determinado ponto. De certa forma, o mecanismo de controle e prevenção de revoltas está posto na relação de recompensar os serviços prestados com honra e zelo, pois referenda o caráter inferior dos grupos de pretos e pardos que, a duras penas, galgam degraus na hierarquia, mas nunca conseguem inverter a balança de poder. O máximo que conseguem é reduzir esses diferenciais de inferioridade e, também, colocar-se enquanto *estabelecido* dentro de seu próprio grupo social, apenas reforçando essas categorias de diferenciação pré-existentes.

## CONCLUSÃO

Este trabalho buscou averiguar se a integração de indivíduos pretos e pardos às tropas militares na Comarca do Serro Frio, Minas Gerais, entre 1734 e 1780, foi permeada por um processo simultâneo de estigmatização e alargamento do horizonte de expectativas quanto às vias de mobilidade social intragrupal. A partir da análise da documentação militar encontrada no acervo digital do Arquivo Histórico Ultramarino referente a capitania de Minas Gerais, pudemos observar que os homens pretos e pardos em questão buscavam diminuir o referencial que os legitimava enquanto inferiores na sociedade do Antigo Regime na América portuguesa, se comparados à elite branca.

Concluimos que a instituição militar funcionava enquanto alavanca ao aumento do prestígio social, resultando em melhor enquadramento na pirâmide do sistema em questão.

Nesse sentido, os indivíduos analisados, ao se inserirem na instituição militar, rompiam com antigas prescrições, dentre elas a de que oficiais militares deveriam ter sangue limpo, avós de linhagem pura e pele branca (COTTA, 2010: 105). Ao romperem com tais prescrições, eles se utilizavam das brechas postas pelo Antigo Regime – tendo em vista que nenhuma organização funciona mecanicamente a partir das normas pré-estabelecidas – e galgavam degraus na hierarquia, afirmando-se enquanto indivíduos de prestígio, ainda que identificados enquanto pretos e pardos, tendo sempre sua identidade marcada pela maior proximidade das máculas da escravidão.

Apesar de nunca atingirem o lugar social mais elevado e, portanto, não ascenderem socialmente, o que observamos foi como a possibilidade da conquista da patente militar incentivou tais sujeitos a se lançarem na tentativa de obter cargos de oficiais por meio dos bons serviços à Coroa. Dessa forma, a patente funcionava não apenas como alargamento da “gama de possíveis” e do espaço de experiência desses sujeitos, mas também funcionava como mecanismo de controle e manutenção da obediência dessa parcela da população, que adquiria cargos militares e outras mercês à medida que serviam à Coroa como bons vassalos.

Portanto, no que tange esse “vínculo duplo” apontado anteriormente, tais oficiais exerciam a mobilidade intragrupal e muitos conseguiam se consolidar enquanto *estabelecidos* dentro de seu próprio grupo social, ora pretos, ora pardos. Porém, sempre ocupavam um lugar de *outsiders* por sempre serem lembrados enquanto próximos da ascendência escrava. Isso demonstra como as relações sociais da sociedade mineira do Setecentos era muito mais complexa do que um simples dualismo pautado em escravos e livres. Para além dessas relações, há sujeitos pensantes, autônomos e ativos, que consideram suas possibilidades de melhoria de vida e lançam mão das escolhas que acreditam serem mais benéficas. Contudo, tudo isso se dá dentro da “gama de possíveis” e, ainda que tais possibilidades tenham aumentado seu espaço de experiência e alargado seu horizonte de expectativas, devemos lembrar que o Antigo Regime nos trópicos, ainda que repleto de brechas e fraturas, conferia uma série de limitações à ascensão social, dada sua organização estamental e seu molde consuetudinário. O que fica posto, acima de tudo, é essa luta constante para modificar o equilíbrio do poder.

## **BIBLIOGRAFIA**

BARTH, Fredrik. Os grupos étnicos e suas variações. In: \_\_\_\_\_. O guru, o iniciador e outras variações antropológicas. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

COSTA, Ana Paula Pereira. Corpos de ordenanças e chefias militares em Minas Colonial: Vila Rica (1735-1777). Rio de Janeiro: FGV Editora, 2014.

COTTA, Francis Albert. Negros e Mestiços nas Milícias da América Portuguesa. Belo Horizonte: Crisálida, 2010.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. Ensaio teórico sobre as relações estabelecidos-outsiders. In: \_\_\_\_\_. Os estabelecidos e os outsiders: Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FURTADO, Júnia Ferreira. A história do Vale do Jequitinhonha. Cadernos do LESTE, vol. 1, set. de 2018.

GUEDES, Roberto. De ex-escravo a elite escravista: a trajetória de ascensão social do pardo alferes Joaquim Barbosa Neves (Porto Feliz, São Paulo, século XIX). In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de (Orgs). Conquistadores e negociantes: Histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

KOSELLECK, Reinhart. “Espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”: duas categorias históricas. In: Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

ROSENTAL, Paul-André. Construir o “macro” pelo “micro”: Fredrik Barth e a “microstoria”. In: REVEL, Jacques. Jogos de escalas: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

SILVA, Luiz Geraldo. Gênese das milícias de pardos e pretos na América portuguesa: Pernambuco e Minas Gerais, séculos XVIII e XVIII. Revista de História São Paulo, nº 169, p. 111-144, Julho/Dezembro 2013.

## **O religioso, o militar e o juiz: espaços de atuação do capelão na dinâmica colonial**

Gyovana de Almeida Félix Machado<sup>158</sup>

**RESUMO:** O artigo em questão tem como objetivo analisar aspectos e espaços de atuação do indivíduo chamado capelão na dinâmica colonial, em específico da capitania de Minas Gerais entre os anos de 1732 a 1807. Tendo o capelão como objeto da pesquisa, desloca-se o olhar para duas esferas, a saber, a esfera militar e a esfera da justiça que, em diálogo com a sua formação e atuação inicial, ampliam a discussão contemporânea sobre as redes na qual esse indivíduo se movimentavam promovendo, ainda, um olhar sob aquele que organizava e gestava o calendário social-religioso do arredor da capela. Para isso, iremos dispor de documentos avulsos da capitania de Minas Gerais presentes no AHU (Arquivo Histórico Ultramarino) disponíveis *online* no site do Projeto Resgate.

**PALAVRAS-CHAVE:** Capelão. Capela. Capelania.

**ABSTRACT:** This article aims to analyze aspects and spaces of activity of the individual called chaplain in colonial dynamics in the specific setting of Minas Gerais, between 1732 and 1807. Having the chaplain as a research object, we shift the look at two surfaces, namely, the military and the justice. Which, in dialogue with their initial training and performance, expand the contemporary discussion on the networks in which this individual moved further. This helps to promote a look under the one who organized the social-religious calendar surround the chapel. To this end, we will use documents from Minas Gerais presented in the AHU archive (Arquivo Histórico Ultramarino) available online on the website of Projeto Resgate.

**KEYWORDS:** Chaplain. Chapel. Chaplaincy.

---

<sup>158</sup> Graduanda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)  
gyovanafelix@gmail.com

## INTRODUÇÃO

A presente proposta de pesquisa tem como intuito analisar as possibilidades de atuação do indivíduo conhecido como capelão na capitania de Minas Gerais no período que compreende 1732 a 1807. Esse recorte foi definido a partir de um levantamento prévio das fontes que serão utilizadas na investigação nas quais constatamos que a figura do capelão se movimentava em 3 esferas, a saber, a esfera religiosa, a esfera da justiça e a esfera militar, ao que tudo indica, num movimento duplo que tem como constante e prerrogativa a sua função e formação religiosa.

Permeando a discussão sobre transitoriedade e fronteiras no Antigo Regime Colonial, sobretudo no que diz respeito a uma hierarquia dos títulos, cargos e funções em seu sentido mais amplo, o capelão, nessa lógica, pode dizer respeito a esta profunda e complexa rede carregada dos sentidos do ser e do dever característicos dessa sociedade e, diretamente, deste último debate citado. Para além disso, a articulação que chamo de "duplo movimento" pode ainda, revelar nos uma dinâmica capilar exercida por este ator em sua respectiva localidade espacial de ação, a partir do momento em que assume para si uma função e/ou atuação para além de seu ofício inicial, sendo este, a aplicação de um calendário proposto nas e pelas capelas que responde as demandas de seu entorno, prestando assistência e realizando cerimônias religiosas. Cabe destacar ainda que, em um tom figurativo, a denominação de "juiz" e "militar" dizem de uma análise e, não necessariamente, de um cargo e/ou patente atribuída a esse indivíduo de forma oficial por decreto régio, desta forma, se o mesmo o faz, age na dimensão daquilo que é simbólico por prática permeada pelo costume.

No que concerne a metodologia, lançaremos mão da documentação avulsa presente no Arquivo Histórico Ultramarino relativo a capitania de Minas Gerais, disponíveis online no site: [www.resgate.bn.br](http://www.resgate.bn.br). A metodologia consistiu em transcrição das fontes que possuem caráter plural, podendo então, ser encontradas na forma de: requerimento, carta, representação e decreto. Após esse processo, foi feita a leitura das mesmas com o intuito de analisar se o que foi dito inicialmente está em consonância com os poucos estudos que existem acerca do tema, tal como o estudo de Francisco Eduardo de Andrade<sup>159</sup>.

---

<sup>159</sup>Professor associado da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)



## A HISTORIOGRAFIA DA CAPELA

No que diz respeito as fontes secundárias, até o momento, não foram encontrados trabalhos que se debruçam a uma análise pormenorizada do capelão enquanto o próprio objeto da pesquisa. No entanto, através de trabalhos que relacionam sobretudo as corporações locais de senhores e a instituição de capelas - numa referência que parte do estudo das elites e a sua respectiva organização social - que trata ainda, a capela enquanto um centro de governamentalidade, - "quando o exercício do poder se converte em prática de governo", (ANDRADE,2007: 160, apud FOUCAULT, 1979: 277-293) - consegue se vislumbrar esse indivíduo dado o caráter propínquo que estabelece com a própria capela e a sua instituição, sobretudo no que diz respeito as redes nas quais articula sua trajetória e, sobre esse ponto, os estudos que serão apresentados dialogam entre si.

Um dos primeiros auxílios desta pesquisa, refere se aos artigos de Francisco Eduardo de Andrade. Dois em específico, a saber, "Fronteira e Instituição de Capelas nas Minas, América Portuguesa" (ANDRADE, 2011) e "A conversão do sertão capelas e a governamentalidade nas Minas Gerais" (ANDRADE, 2007). De acordo com Andrade, "A instituição das capelas, especialmente quando havia um trabalho constante de sujeição dos fiéis, dirigido pelo capelão (ou cura), significou efetivamente a manutenção da jurisdição civil e eclesiástica." (ANDRADE, 2011: 293) e, em análise sobre a capela do Arraial do Tamanduá, diz que "A capela fez parte também do jogo de poder, porque servia de peça fundamental para a representação social e a legitimidade das autoridades locais." (ANDRADE, 2011: 293), nesse sentido, é necessário destacar que, para o autor, a capela possui um sentido para além do eclesiástico, pois como foi analisado, esta poderia ter como substrato uma representação social que partia das autoridades locais para a organização civil. Somado a isso, o mesmo autor destaca que "O ritual mais costumeiro da missa assumia um papel político de disciplinar as vontades dos assistentes, angariar respeito para os poderosos e conferir autoridade" (ANDRADE, 2007: 155) e, no que diz respeito ao capelão, analisa:

Era peça importante no jogo de poder local ou familiar e sabia usar o capital religioso e simbólico que detinha. Se parente do patrono ou do dotador da igreja, ele próprio contribuía para a trama das estratégias ou táticas familiares. Além disso, o capelão costumava forjar certa autonomia, equilibrando-se entre os poderes eclesiásticos (pároco, autoridades diocesanas) e leigos da sua capela. (ANDRADE, 2007: 166)

Um comentário a ser feito sobre essa última citação, confere a própria escolha do capelão, que Andrade salienta ser esse um elemento condizente com as redes nas quais esse indivíduo se conectava e movimentava. Partindo de amizade ou parentesco, a sua escolha estava ligada ao jogo político de uma corporação local de senhores.

Em linhas gerais, o espaço da capela possuía sentido, representação e era ainda, a superfície na qual estamentos dos mais diversos se articulavam para a manutenção desta lógica hierárquica de Antigo Regime (pensando agora, no próprio sentido das funções sociais que representavam fronteiras que distinguiram os pobres dos poderosos e das autoridades régias<sup>160</sup>). O curioso passa a ser: quem provia e, em grande medida, entrosava este encontro e quais ferramentas (leia-se atuação, representação e legitimidade social) dispunha para tal conduta.

Um outro estudo utilizado como referência é o texto de Ignasi Fernández Terricabras<sup>161</sup> que faz parte do conjunto de textos reunidos no livro "Optima Pars: Elites Ibero-Americanas do Antigo Regime" e tem como nome "Entre ideal y realidade: las elites eclesiásticas y la reforma católica em la España del siglo XVI". Sobre esse capítulo, em específico ao tópico chamado "Curas y capellanes: seminarios, patronatos y patrimonialización", é necessário destacar que, mesmo em análise externa a América Portuguesa, tratando de regiões concernentes a Monarquia Hispânica, ampliando ainda para o século XVIII - tal como Sevilla e Cataluña -, é válida a leitura no sentido de, buscar-se um diálogo, ainda que mínimo, com as condições nas quais o "ser capelão" é manifesto. Sobre isso, o capítulo enriquece o debate trazendo como argumento e, ao fim e ao cabo, alinhando intrinsecamente, capelania e promoção social, para além do diálogo direto com Andrade na questão sobre a instituição das capelas e o papel das elites locais que permeiam a lógica de representação e legitimidade social sendo que, na fala de Fernández, a capela entra na dimensão do patrimônio familiar e a escolha e substituição do capelão passa pela régua do status e, conseqüente manutenção do poder da família que a instituiu.

No que diz respeito a promoção social pela via da ordenação, o autor diz que:

Una forma de que un clérigo accediera a una situación acomodada, elitista incluso, sin pasar por el concurso-oposición y sin tener que asumir cargas

---

<sup>160</sup> Sendo esses três grupos (pobres, poderosos e autoridades régias) os quais Andrade destacou. (2007, p. 166)

<sup>161</sup> Coordenador da área de História Moderna na Universidade Autônoma de Barcelona

pastorales era la capellanía. Ésta es una institución fundamental de la sociedad del Antiguo Régimen y un elemento básico en la promoción social hacia las élites de muchas familias. (FERNÁNDEZ, 2005: 24).

A respeito disso, cabe sublinhar que a esfera da capela poderia gestar e cooperar para uma elite em ascensão e o capelão, enquanto membro da família que a instituiu, agiria pela reprodução das hierarquias de sua contemporaneidade o que nos tenta a pensar na capilaridade que esse indivíduo detinha e nutria mediante a sua movimentação por esferas aparentemente diversas.

Um outro estudo mobilizado se encontra no livro "História de Portugal: No Alvorecer da Modernidade" e tem como autor Francisco Bethencourt<sup>162</sup>. Sob o título "Os Equilíbrios Sociais do Poder", em especial o tópico denominado "capelas", Bethencourt argumentará sobre o espaço da capela e - o que nos detém o olhar - a escolha do capelão como parte privilegiada da relação entre elite e instituição de capela. Pensando sobretudo em Lisboa no século XVI, o autor refletirá sobre esse movimento mediante a outros estudos e levantamentos de instituições de igrejas e capelas no século citado, sobre isso, cabe destacar o trabalho de Joaquim Veríssimo Serrão<sup>163</sup> no levantamento desses dados.

Partindo não apenas desse suporte como também de inúmeros outros (que não necessariamente nos cabe aqui), Francisco analisará, no que diz respeito a instituição de capelas, que essa, mesmo não possuindo uma dimensão de sociabilidade potenciadora de alianças em comparação com as Irmandades, se trata "claramente da afirmação de uma família ou de uma linhagem" (BETHENCOURT, 1997: 142). Esse espaço onde se legitima a elite, de acordo com o autor, pode ainda, evidenciar interesses em comum quando a instituição de capelas por diferentes famílias numa mesma igreja ocorre. Nesse sentido, percebe-se as redes, vínculos e alianças que esses indivíduos dispunham e os meios nos quais se manifestavam as formas de manutenção, ao fim e ao cabo, do poder. Somado a isso, o autor destacará não apenas a instituição dessas capelas por nobres, mas também os efeitos dessa prática que, segundo ele, é difusa. Assim sendo, ressalta que

os efeitos desta prática difusa são evidentes quer no enraizamento social da Igreja quer na sua <apropriação> pelas elites, que adquirem assim um poder clientelar na colocação dos capelães e na relação privilegiada com certas ordens religiosas. (BETHENCOURT, 1997: 143)

---

<sup>162</sup> Professor de História no Departamento de História do King's College, Universidade de Londres.

<sup>163</sup> Professor Catedrático jubilado da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Sob essa perspectiva, o autor trará ao debate a questão da escolha do capelão enquanto parte de um movimento clientelar, justamente pela lógica do favor e da mercê que rege essa sociedade e deságua na manutenção das ordens de poder que possuem, enquanto substrato, redes, alianças e negociações.

Como um ponto comparativo, é interessante salientar algumas diferenças das análises acima e suas preposições sobre o capelão, sobretudo no que concerne a escolha e função com o estudo de Frans Leonard Schalkwijk<sup>164</sup> exposto em seu livro "Igreja e Estado no Brasil Holandês (1630 - 1654)". Partindo de um recorte do século XVII e de uma análise específica de um momento na história do Brasil, a saber, as invasões e o estabelecimento de holandeses no nordeste brasileiro e o conseqüente conflito político-militar entre os países, o autor irá discorrer sobre a agência dos capelães no capítulo intitulado "Obreiros Eclesiais". Destaca que o trabalho desses era iniciado em alto mar (durante a travessia) e, pelo seu envolvimento com o exército, mediante a necessidade de transporte, por exemplo, a relação entre essas áreas era estreita. No entanto, existe um fator que o autor aponta que acaba trazendo maior clareza sobre esse diálogo entre as esferas - religiosa e militar - e, até em que medida, essas se mesclam. Esse fator consiste no pagamento dos salários, pois, segundo o mesmo, o salário de um capelão militar "provinha de fundos diversos daqueles com que se pagava o salários dos pastores locais." (SCHALKWIJK, 2004: 134).

Com as suas devidas diferenças, o estudo de Frans Leonard indica, em resumo, o diálogo e a organização entre duas esferas que, não necessariamente, se apresentam, nesse contexto específico, como distintas e sem movimentação e conseqüente troca entre elas, pelo contrário, a função do capelão nesse contexto e com essa vertente do cristianismo - protestantismo - é analisada mais pelos vínculos do que pelas diferenças com outras esferas de organização social, tal como é a militar.

## **FONTES PRIMÁRIAS**

Foram levantadas, inicialmente, 22 fontes sobre "capelão" no AHU (Arquivo Histórico Ultramarino) concernente a capitania de Minas Gerais, o que posteriormente se ampliou para 269 documentos dada a procura pela palavra "capela". Todavia, as fontes que foram analisadas são as que correspondem a primeira remessa.

---

<sup>164</sup> Professor aposentado na Holanda, doutor em Teologia.

Partindo de uma escolha que nos ajuda a visualizar a proposta do artigo, destacamos 3 fontes, sendo as 3 em forma de requerimento. No que diz respeito ao movimento duplo entre a esfera religiosa e a esfera da justiça, evidenciamos dois requerimentos. O primeiro deles<sup>165</sup>, se trata de um pedido do Padre Antônio Lopes Pacheco, capelão da capela de Nossa Senhora da Conceição de Santa Bárbara (Comarca do Sabará), onde diz que tem sido vítima de violências e, assim, gostaria que D. João V desse provisão para que o Ouvidor de Ouro Preto intervisse na situação tirando devassa e procedendo contra os implicados. Mediante a transcrição deste último, podemos perceber que a construção narrativa deste indivíduo é pautada numa razão própria da sua formação e função na capela, para além disso, demonstra uma capacidade argumentativa onde, mesmo com a sua justificada razão o que como visto, parte do seu "bom procedimento" na função que desempenha, respeita a hierarquia de quem, ao fim e ao cabo, tomará uma providência oficial sobre o caso, o que é expresso pelo reconhecimento do ouvidor enquanto esse indivíduo.

Um segundo caso<sup>166</sup> diz respeito ao Padre Lauriano dos Mártires, capelão do Serviço Diamantino dos Caldeirões (Comarca Serro do Frio), pedindo que fosse nomeado um juiz isento capaz de dar providências as injustiças que estava sofrendo. Sobre esse documento, mediante a transcrição do mesmo, nos chamou a atenção e, constituiu também a nossa hipótese que, o pedido de um juiz isento partia de um conhecimento prévio sobre as funções de um imparcial. Somado a isso, a situação na qual o padre e também capelão, Lauriano dos Mártires, requere esse "tipo" de juiz, diz respeito a algum nível de autonomia nessa esfera, pois parte se da ideia onde há uma compreensão, ainda que mínima, de uma função externa a sua e também de uma postura quando este se sente injustiçado por um indivíduo que deveria proceder a situação de forma isenta, segundo o mesmo padre.

Sobre o terceiro documento<sup>167</sup>, este apresenta o movimento duplo entre esfera religiosa e esfera militar e nos auxilia no processo de pensá-las enquanto espaços em constante diálogo, assim como os documentos acima representados também nos auxiliam. Tratando se de um requerimento do Padre João Rodrigues do Paço, capelão do Regimento de Dragões de Minas Gerais, este solicitou a D. Maria I a mercê de o confirmar no exercício do referido cargo. No entanto, submetendo este documento a transcrição, analisamos que o padre e também capelão,

---

<sup>165</sup> AHU-Minas Gerais, cx. 20, doc. 71

<sup>166</sup> AHU-Minas Gerais, cx. 117, doc. 20

<sup>167</sup> AHU-Minas Gerais, cx. 123, doc. 107

João Rodrigues do paço, foi confirmado no cargo mas, além disso, foi pedido ao comandante do Regimento, a saber, Francisco de Paula Freire, que o "incluísse nos assentos necessários da matrículas e nas cartas desta" e também o capelão deveria "residir no corpo do regimento" e "atuar mediante as condições deste corpo". Assim sendo, as considerações diziam de uma posição ("o trate e o estime") a ser consolidada, ao fim e ao cabo, pela adaptação do mesmo no que diz respeito a sua formação religiosa nos moldes do regimento, que por sua vez, é composto por condições próprias, como é exposto no decorrer na fonte.

Os 3 documentos apontam para uma relação que vai além de uma interpretação do capelão enquanto um indivíduo desprovido de autonomia que atua pela unilateralidade da capela, pelo contrário, conclui se previamente, que este se caracteriza enquanto sujeito plural na sua contemporaneidade e, por isso, complexo na construção de suas redes, o que pode dizer respeito as esferas nas quais nota se a movimentação deste e que aqui foram mencionadas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciando uma pesquisa que analisa o capelão enquanto indivíduo complexo de sua contemporaneidade, o tendo ainda, como objeto da própria pesquisa, o estudo que foi apresentado da os seus passos iniciais. A proposta não é afastá-lo do seu contexto e do envolvimento e/ou atuação das elites locais na sua escolha, mas partir de uma perspectiva onde este, com as funções que lhe cabem, dialoga com outras esferas que acabam por constituir certa autonomia em seu cotidiano pois, mobilizando outras esferas, este poderia ampliar e dispor de outras ferramentas de organização social.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

TERRICABRAS, Ignasi Fernández. Entre ideal y realidad: las élites eclesiásticas y la reforma católica en la Españã del siglo XVI: Curas y capellanes: seminarios, patronatos y patrimonialización. *In*: MONTEIRO, Nuno G. F.; CARDIM, Pedro; CUNHA, Mafalda Soares da (coord.). **Optima Pars: Elites Ibero-Americanas do Antigo Regime**. Lisboa: Imprensa de Ciencias Sociais, Universidade de Lisboa, 2005. cap. 1.

BETHENCOURT, Francisco. Os Equilíbrios Sociais do Poder: Capelas. *In*: MATTOSO, José (org.). **História de Portugal**. Lisboa: Editorial Estampa, 1997. v. 3.

SCHALKWIJK, Frans Leonard. Obreiros Eclesiais: Capelães. *In*: SCHALKWIJK, Frans Leonard. **Igreja e Estado no Brasil Holandês (1630 a 1654)**. 3 . ed. São Paulo: Cultura Cristã, 2004. cap. 5.

ANDRADE, Francisco Eduardo de. Fronteira e Instituição de Capelas nas Minas, América Portuguesa. **Am. Lat. Hist. Econ**, México , n. 35, p. 271-296, jun. 2011 . Disponível em

[http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1405-22532011000100010&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1405-22532011000100010&lng=es&nrm=iso).  
Acesso em 22 out. 2019.

ANDRADE, Francisco Eduardo de. A conversão do sertão capelas e a governamentalidade nas Minas Gerais. **Varia hist.**, Belo Horizonte , v. 23, n. 37, p. 151-166, June 2007 . Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-87752007000100009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-87752007000100009&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 22 Out. 2019.

## **FONTES**

AHU-Minas Gerais, cx. 20, doc. 71

AHU-Minas Gerais, cx. 117, doc. 20

AHU-Minas Gerais, cx. 123, doc. 107

## Dimensões da arte e da cultura: ressignificação, representação e conhecimento histórico.

---

### A MULHER POR TRÁS DAS ALEGORIAS: A REPRESENTAÇÃO FEMININA COMO REPRESENTAÇÃO DO ANOITECER

Paula Nathaiane de Jesus da Silva<sup>168</sup>

Resumo: Esta comunicação tem como proposta discutir a apropriação do corpo feminino para representar alegoricamente a passagem do tempo, especificamente: o anoitecer. A partir da apresentação de algumas composições, poderemos levantar algumas indagações. Uma delas, é como a figura feminina é apresentada nestas produções pictóricas ao longo do tempo. Como metodologia, iremos nos valer das próprias pinturas como fontes, comparando-as, pois de acordo com o pesquisador Jorge Coli, em sua obra *O corpo da liberdade* (2010) não há um meio melhor para se interpretar uma obra de arte se não, comparando-a com outra.

Palavras-chave: Alegoria; feminino; pintura; representação;

Résumé : Cet article a pour objectif de discuter de l'appropriation du corps féminin pour représenter allégoriquement le temps, en particulier : le crépuscule. À partir de la présentation de certaines compositions, nous pouvons soulever quelques questions. L'une est la manière dont la figure féminine est présentée dans ces productions picturales au fil du temps. En tant que méthodologie, nous utiliserons les peintures elles-mêmes comme sources, en les comparant, car, selon le chercheur Jorge Coli, dans son ouvrage *Le corps de la liberté* (2010), il n'existait pas de meilleur moyen d'interpréter une œuvre d'art sinon, en le comparant avec un autre.

Mots-clés : allégorie ; une femme ; la peinture la représentation ;

---

<sup>168</sup> Mestranda em História no Programa de Pós Graduação na Universidade Federal de Juiz de Fora.

Licenciada em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora.

Professora de História na Rede Básica Estadual de Educação de Minas Gerais.

Membra do Laboratório de História da Arte-LAHA, da Universidade Federal de Juiz de Fora.

<<https://www.ufjf.br/labhistoriadaarte/>>.

Editora Assistente da Revista de História Locus-UFJF. <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/>>.



## Introdução a pintura alegórica

Para início de nossa discussão, é necessário ter a compreensão do que se constitui uma pintura alegórica, ou seja, em outras palavras: o que é uma pintura alegórica? Há alguns autores que discutem sobre este tipo de representação e o que ela engloba. Para Anne D'Alleva, “[...] é uma narrativa que utiliza um conjunto de símbolos que é amplamente reconhecido para representar uma ideia ou entidade, através da forma de uma personificação.” (D'ALLEVA, 2012:19)

Já para Erika Langmuir, a pintura alegórica tem a função de “Falar de outra coisa se não de si mesma.” (LANGMUIR, 1997: 8). Desta forma, a pintura alegórica é compreendida como uma arte que empresta “seu corpo” para transmitir uma mensagem de outro objeto. Este, que é imaterial, ou seja, não há a presença de forma sólida em nosso mundo. Assim, as alegorias personificam sentimentos, ações e estados humanos, como o amor, raiva, miséria, bondade e a guerra.

E para tal, a pintura alegórica carrega em si, alguns elementos que a distinguem de outras pinturas. O que nos faz pensar nesse próprio tipo de arte enquanto um gênero. Não é difícil identificar que uma pintura de paisagem é de paisagem. Obvio! Ela contém o essencial para ser classificada como tal: uma paisagem. Assim, o que uma alegoria necessita ter, para ser classificada enquanto tal?

Primeiramente, são os símbolos. Para apresentar uma abstração, a pintura alegórica se faz reconhecer essa imaterialidade do mundo real, através de símbolos que permitem ao observador compreender a sua personificação e por fim, a sua narrativa. Anne D'Alleva, a respeito dos símbolos, aponta: “[...] símbolos alegóricos são culturalmente específicos e seus significados não são sempre evidentes para todos os membros desta cultura, muito menos fora dela.” (D'ALLEVA, 2012:19).

De acordo com a autora, os símbolos que constituem a alegoria são específicos, ou seja, vão abordar a temática que ela está representando. E para o observador, este, pode ou não compartilhar da mesma cultura em que os símbolos estão inseridos. Dessarte, o observador pode ou não compreender a simbologia presente na alegoria, pois, como menciona a autora, mesmo que este esteja inserido nela, poderá não decodificar a mensagem contida na pintura, muito menos aqueles indivíduos que não compartilham da mesma cultura que a alegoria.

Este pensamento da autora, dialoga em parte com o de Erika Langmuir, ao mencionar que os símbolos contidos nas alegorias: “Pode ser vista como uma linguagem oculta, incorporando uma realidade “superior”, revelando-se apenas para os iniciados.” (LANGMUIR, 1997:8). Ou seja, em sua visão, somente aqueles que já estão inseridos na mesma cultura da alegoria, é que decodificam a mensagem contida nela.

Outro fator interessante deste gênero de pintura, é o fato de grande parte das pinturas serem representadas por figuras femininas. Dificilmente veremos uma figura masculina representando o amor ou a caridade, porém, não se exclui a possibilidade de haver alegorias com a representação masculina.

Eliane Pinheiro em sua Dissertação de Mestrado intitulada: *A construção do visível: alegoria na pintura brasileira na segunda metade do século XIX* (2017), aborda sobre esta questão. A autora menciona que, grande parte das alegorias trazem como personificação a figura feminina justamente por estas abstrações (sentimentos, virtudes, condições de estado humano, etc.) terem a sua origem na língua latina e se apresentarem no gênero feminino.

Somente as abstrações que exprimem algumas ações de certa forma, indelicada, são personificadas através da figura masculina. A fala da autora é facilmente visualizada na obra de Pompeu Batoni (1708-1787), intitulada *Alegoria da guerra e da paz*. Nela, vemos uma figura masculina e outra feminina, sob um cenário escuro, acinzentado. A figura masculina apresenta traços fortes, um corpo musculoso e traça uma armadura de guerra. Com escudo e uma espada empunhados nas duas mãos, parece estar pronto para o combate.

Toda esta força e rigidez presente na figura masculina, é contraposta com a delicadeza da figura feminina. De pele pálida e com os seios à mostra, ela carrega apenas um ramo de folhas em suas mãos. Traça uma veste na cor branca, com uma capa alaranjada. A mão esquerda, toca levemente a espada empunhada pelo guerreiro, como se fizesse um sinal de que abaixe sua arma.

Sua altura em relação ao homem é menor, porém, exatamente no centro da tela, o olhar de ambos se encontram. Trata-se, da representação alegórica da paz e da guerra, onde este último é personificado na figura masculina, e o primeiro, na feminina, de acordo com que Elaine Pinheiro, mencionada acima, descreve.

### **A representação feminina na representação do anoitecer**

O corpo nu feminino, tema caro a História da Arte desde a antiguidade, também se faz presente em representações alegóricas. Porém, apresentam algumas particularidades, estas, que José Américo Pessanha descreve bem:

Anais da XXXV Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Usos públicos da História e a construção da memória popular: Disputa, narrativa e resistência em tempos sombrios. Gabrielle Barra Tarocco; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2019. 617 p.



Figura 1- BATONI, Pompeu. *Alegoria da guerra e da paz*. 1766. Óleo sobre tela, 136 x 99 cm. Instituto de Arte de Chicago, Chicago- EUA. Fonte: Wikipédia.



Figura 2- Ghirlandaio, Michele di Rodolfo del. d'après Michel-Ange.1553-1555. *Allégorie de la Nuit*. Huile sur bois ; 135 x 196 cm. Palácio Collona-Roma. Fonte : Pinterest.

O nu alegorizado é atemporal; recuo no tempo- que o mitificando a abolir do corpo a própria carne com suas vicissitudes e palpitações; é nu á serviço de uma ideia, pois transporta uma analogia; é corpo amortecido que não vibra, que paira além do plano das paixões, pois carrega uma significação intangível e incorpórea que o espiritualiza. (PESSANHA, 1991: 44-45)



Figura 3- HIRSCH, Auguste-Alexandre. *Night*. 1875. Óleo sobre tela, 105 x 168 cm. Fonte: Wikipédia.

artistas no passado para representar o corpo feminino nu<sup>169</sup>.

Dessarte, o nu presente nas pinturas alegóricas é um nu distinto pois, seu corpo não apresenta uma “carne” propriamente dita. Geralmente, o corpo feminino é apresentado com uma pele pálida, sem coloração, conferindo a figura feminina uma aura espiritual.

O corpo apresentado, não é real, ou seja, não representa um corpo de uma mulher do mundo real. Isto, porque este gênero de pintura bem como explicita o autor mais adiante, serviu de justificativa a muitos

Podemos observar esta questão, na representação do anoitecer do artista Michele di Rodolfo (1503-1577), executada entre os anos de 1553-1555, intitulada *Allégorie de la Nuit*. Na cena, vemos uma figura feminina sentada, com o braço esquerdo apoiado na perna direita, com a face voltada para baixo, parece estar adormecida. Seu corpo, torneado com músculos a

<sup>169</sup> Juntamente com a temática orientalista, desta forma, para estes artistas, pintar o outro era aceitável. Pois estas temáticas (alegoria e orientalismo), conferem uma distância entre o artista e o objeto, seja temporal ou geográfico. Assim, “o nu é sempre o outro”. C.f. PESSANHA, José Américo Motta. Despir os nus. In: *O desejo na Academia 1847-1916*. Pinacoteca do Estado de São Paulo, 1991, 44-51p.



mostra, remetendo ao ideal de beleza grega, nos apresentando uma pele bem branca que, somado a luminosidade que a envolve, nos sugere ser algo espiritual, inalcançável.

Entre as suas pernas, há algumas folhagens verdes e flores, em tom rosa e azul. Onde uma coruja, animal atribuído a representação do anoitecer por ter hábitos noturnos<sup>170</sup>, se faz presente. Com sua mão direita, segura uma máscara, fazendo alusão aos poemas de Orfeu. Sua cabeça está envolta por um tecido que mescla duas tonalidades: o roxo e o preto. Este, pode ser o manto, que de acordo com o tratado de alegoria de Cesare Ripa<sup>171</sup>, acompanha esta representação.

Acima da figura feminina, vemos uma figura masculina, com traços infantis, que possui uma chama de fogo tímida, e a ergue para uma lâmpada. Esta, ao que parece, se encontra sob

um móvel coberto por um tecido avermelhado e apresenta sob os pés, mais duas máscaras. O fundo da cena, é coberto por tons escuros, de cinza e preto.

A pele extremamente pálida, presente nas pinturas alegóricas, também pode ser observada em outra representação do anoitecer, esta, executada pelo artista Auguste-Alexandre Hirsch (1833-1912), produzida no ano de 1875 (fig.3). Nela, a aura “espiritual” é mais perceptível, pois, além de apresentar uma pele pálida, a figura feminina possui uma luminosidade maior que na tela de Ghirlandaio (fig.2).

Além do corpo feminino, diferentemente do apresentado na tela anterior, não apresenta um corpo delimitado por músculos, mas sim, “chapado”. São as linhas que delineiam as formas. Toda a construção dessa composição de representação do anoitecer, ao apresentar a figura feminina deitada, adormecida, com o braço esquerdo segurando a cabeça que repousa, e a mão direita que segura um ramo



Figura 4- SILVA, Oscar Pereira da. *A noite*. 1927. Óleo sobre tela, 145 x 85 cm. Museu Mariano Procópio, Juiz de Fora-Brasil. Foto: Museu Mariano Procópio, 2019.

<sup>170</sup> C.f. BATTISTINI, Matilde. *Symboles et Allégories*. Paris, Éditions Hazan, 2004, p.68-73.

<sup>171</sup> C.f. RIPA, Cesare. *Iconologie or moral emblems*. London, Benf Motte, 1709, p.20.

de folhas, nos remete à uma representação delicada do anoitecer. Cujo o símbolo que nos diz esta mensagem, é a presença do manto negro, que surge detrás de sua cabeça.

Claro que poderíamos demonstrar mais algumas representações do anoitecer e que, certamente encontraríamos as mesmas características em relação ao corpo feminino: nu, de pele insípida e com uma luminosidade que eleva o corpo a uma sensação espiritual.

Porém, há uma pintura que nos chama a atenção. A tela executada pelo artista brasileiro, Oscar Pereira da Silva (1865-1939), intitulada *A noite* (fig.4), executada em 1927. Vemos uma figura feminina nua, que ocupa o centro da tela. Sua face, em posição  $\frac{3}{4}$ , encara o observador com seu olhar. Uma coroa de folhas verdes adorna seus cabelos longos e negros, que voam pelo céu.

Na mão direita, com as pontas dos dedos, segura um grande ponto luminoso. Já a esquerda, com a palma voltada para o alto, toca o tecido transparente, em cor azul escuro. Este panejamento, que corta a tela desde a parte superior até a inferior, é conduzido por *puttis* que acompanham o movimento espiralado do mesmo, em torno do corpo da figura feminina.

Com o tecido nas mãos, os *puttis* surgem da parte superior da tela até a inferior, sugerindo ajeitar o panejamento sob o céu. O plano de fundo que contempla o cenário do céu noturno, é repartido em duas cores: azul escuro e laranja. Pequenos pontos luminosos são perceptíveis ao redor da figura feminina. Percebemos que o artista, assim como os outros apresentados aqui, manteve a tradição do manto como representação do anoitecer.

Ao concentrarmos nossa atenção para a figura feminina, percebemos que, em representação corpórea, ela se faz distinta. Porém, conserva a apresentação do ideal de beleza grego, presente na apresentação de um corpo delimitado por músculos, este, mais expressivo que na tela de Ghirlandaio aqui apresentada (fig.2).

Mas, ao mirarmos a sua pele, percebemos que a mesma não apresenta uma pele pálida, sem suas “vicissitudes” e “palpitações” como bem apontara Pessanha (1991), citado por nós mais acima neste texto. Esta composição do anoitecer, nos apresenta uma mulher real, não há nada de espiritual nela, pelo contrário, ela é bem carnal.

Poderíamos realizar uma análise comparativa desta tela com a de outro artista, de mesma temática e temporalidade, para averiguar se outros também estavam executando alegorias do anoitecer com estas mesmas características.

Porém, em nossas pesquisas, *A Noite* de Pereira da Silva se faz a representação do anoitecer mais recente, ou seja, executada no início do século XX. A outras duas representações e, outras que evidentemente nos deparamos em nossas pesquisas, correspondem ao período dos séculos XV-XIX.



Figura 5-GÉRARD, Barão François. *Flora*. 1802. Óleo sobre tela, 169 x 105 cm. Museu de Grenoble- - Jean-Luc Lacroix.

Dessarte, se a representação do corpo feminino na alegoria, de acordo com Pessanha (1991), serviu aos artistas do passado como justificativa para se pintar o corpo nu, sendo “sempre o outro”, a tela de Pereira da Silva aponta para uma geração “alegórica” que não se utiliza da justificativa como um subterfugio para apresentar o nu feminino.

Nem há mais a presença da áurea “espiritual”, muito menos, falta de carnalidade no corpo. Muito pelo contrário, o que vemos, se assemelha com um corpo feminino que se faz presente em nosso mundo, apesar de se apresentar enquanto uma personificação do anoitecer.

### “A inocência violentada”

Edward Lucie-Smith, ao trazer a luz seus apontamentos sobre a representação do corpo feminino nu, traz uma seção dedicada as pinturas alegóricas. Além de abordar questões sobre o nu justificado e a pele pálida, já apresentados aqui nesse texto, o autor indica a sexualidade dentro deste gênero de pintura.



Figura 6-VISCONTI, Eliseu. *As duas irmãs ou No verão*.1894.Óleo sobre tela, 58,9 x 80,4 cm. Museu Nacional de Belas Artes-RJ. Fonte: Projeto Eliseu Visconti.

Para ele, “em meados do século XVIII, artistas europeus tornaram-se cada vez mais preocupados com a ideia de inocência feminina e sua violação.” (LUCIE-SMITH, 1981: 120-121). E nos apresenta a alegoria de Barão François, intitulada *Flora*, datada de 1802.

Nela, podemos observar que uma figura feminina nua ocupa o centro da tela, com os braços cruzados acima dos seios, parece abraçá-los. Seu corpo é envolto por um tecido esvoaçante e transparente, que se movimenta ao ritmo do vento. Seus pés tocam uma pequena porção de terra, que sugere ser arredondada-

talvez o mundo. Flores coloridas e delicadas caem-lhe do corpo para esta porção de terra. De olhos fechados, bochechas ruborizadas e uma expressão prazenteira, sugere agradar-lhe o momento.

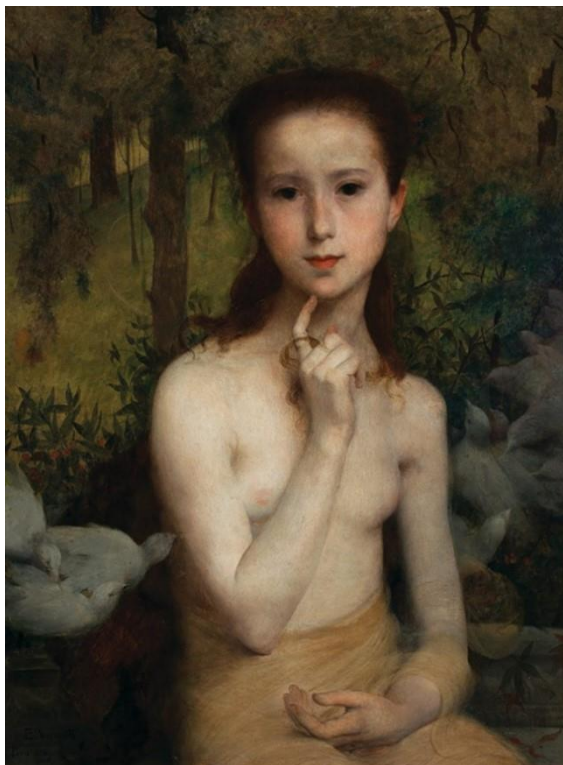


Figura 7-VISCONTI, Eliseu. *Gioventù*. 1898. Óleo sobre tela, 65 x 49 cm. Museu Nacional de Belas Artes-RJ.

E de fato, é justamente este prazer que o autor aponta. Em sua perspectiva, o artista emprega uma novidade no que tange o gênero de pintura alegórica. A sexualidade feminina. Esta, é expressa pelo toque da mulher em seus próprios seios e a expressão deleitável explícita em sua face, que sente prazer ao receber o toque do vento em seu corpo.

Pensando na fala do próprio autor, ao expressar a preocupação dos artistas do século XVIII com a inocência violada das mulheres, nos faz pensar no caso do artista ítalo-brasileiro Eliseu Visconti (1866-1944).

Dentre a sua produção, é possível encontrarmos duas pinturas alegóricas, em óleo sobre tela, versando sobre a juventude e a primavera. Miriam Seraphim (2003), ao discorrer sobre a representação de nu feminino na produção pictórica do artista, nos aponta algo interessante que perpassa por estas duas representações.

A autora menciona que é possível identificar a representação não de mulheres com o corpo nu, mas sim, meninas que estão amadurecendo. Fator este, que denotou alguns apontamentos positivos e outros, nem tanto ao artista. O fato é que, ao estudar a tela *No verão*, seu objeto de estudo que resultou em sua dissertação de Mestrado<sup>172</sup>, a autora menciona que esta pintura, e outras, denotam uma sexualidade infantil.

Percebidas na tela *No verão*, por exemplo, ao apresentar duas meninas nuas na cama, onde uma está adormecida, mas a outra, olha diretamente para o observador. Seus corpos nus tocam-se entre si e nos lençóis da cama. A rubescência na face, poderia sugerir este prazer do toque da pele com o tecido.

---

<sup>172</sup> C.f. SERAPHIM, Miriam Nogueira. *No verão (1894) de Eliseu d'Angelo Visconti*. 2003. 2v. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/278660>>.



A ideia da sexualidade e da inocência violentada, expressa pelo autor Lucien-Smith mais acima, pode ser percebida de certa forma, nesta produção de Visconti. Ao observarmos as suas alegorias *Gioventù* (fig.7) e *Primavera* (fig.8), onde também temos a descrição destes corpos púberes nus.

Como foi mencionado, estas representações denotaram divergências, como Miriam Seraphin (2003) nos apresenta. grande parte da crítica encarou estas produções do artista, somada a mais algumas telas, que apresenta em seu texto, como belas representações da “pura inocência” feminina. Outra parte, encarou Visconti como um pedófilo. Justamente por representar meninas nuas.

A autora não apresenta uma opinião explícita sobre estas duas formas como o artista fora encarado. Mas nós, discordamos de ambas. Primeiramente, apesar da autora desmitificar o caráter de pedófilo do artista, o qual fora acusado especificamente pela execução da tela *No verão*, onde foi delatado de pintar suas sobrinhas nuas- fato que a autora mostra não ser possível, pois na época as duas eram muito mais jovens do que na pintura.



Figura 8-VISCONTI, Eliseu. *Primavera*. c. 1912. Óleo sobre tela, 119 x 80 cm. Localização desconhecida. Fonte: Projeto Eliseu Visconti.

Ela aponta algumas características psicológicas que rodeiam este tipo de indivíduo e, o fato de Visconti apresentar pinturas com “menininhas” nuas, o colocaria apto a esta categoria na sociedade.

Acreditamos que, se pensarmos na fala de Lucie-Smith, Visconti não estava representando apenas meninas púberes nuas, pode ser justamente esta inocência violentada, que dialoga de certa forma, com esta nova produção, manifestando-se igualmente na pintura alegórica, que os artistas europeus estavam executando naquele momento.

Desta forma, ele não era um pedófilo, mas sim, um artista que estava acompanhando a produção do momento. Ele não era o único a realizar tal temática, porém, sua abordagem ao tema, é que se apresenta distinta.

Em segundo lugar, estas representações a nós, não denotam expressões de uma inocência. Muito pelo contrário- não há nada de virtuoso nestas pinturas.

Basta olhar com atenção para a própria composição que o artista emprega para compor estes corpos. Nas duas alegorias, as faces das meninas nos apresentam uma atmosfera de malícia. Com olhos de fundos totalmente negros, toda a áurea imaculada se perde em uma



profunda escuridão. Essa característica também se apresenta na tela *No verão*, na menina que encara o observador.



Figura 10- VISCONTI, Eliseu. Primavera. C. 1902. Detalhe.



Figura 9- VISCONTI, Eliseu. 1898. Gioventù. Detalhe.



Figura 11- VISCONTI, Eliseu. No verão. 1894. Detalhe.

Cabe ressaltar que, especialmente *Gioventù* (fig.7), nos apresenta um corpo juvenil, com uma pele embranquecida, que como vimos, compõe uma das características deste tipo de representação dentro da pintura alegórica.

A tela *Primavera* (fig.8), além de apresentar uma certa malícia nos olhos profundamente negros, é marcante a sua expressão facial. Sua face é voltada para baixo, mas não deixa de encarar o observador. Apesar de apresentar as bochechas coradas, sua face é envolta por uma massa escura, o que confere ainda mais esse ar de tenebroso na tela.

Além de seu corpo esquelético, que completa essa sensação e os tons avermelhados, fortes, gritantes que o artista emprega. Miriam Seraphin (2003) destaca bem esta atmosfera “impura” presente nestas representações de Eliseu Visconti, onde, apesar da crítica, não apresentam em nada, a pureza.

Encontramos igualmente esse corpo juvenil nu, representando o anoitecer. Trata-se da tela de Charles Joshua Chaplin (1825-1891), intitulada *La nuit* (fig. 12). Na tela, podemos ver que uma figura feminina ocupa o centro da tela. Com o braço direito erguido, segura um panejamento, que voa para trás de si.

O braço esquerdo, segura outra ponta desse mesmo pano, atrás de sua cabeça. Seus longos cabelos escuros voam no céu em que se encontra. Encontra-se firmada sob uma nuvem acinzentada, e, ao que sugere, adormecida.



Figura 12- CHAPLIN, Charles Joshua. *La Nuit*. Gouache, 32 x 20cm. Fonte : Artnet.

Toda a ambientação da tela é pautada em cores claras, cinza e branco. Um ponto luminoso acima de sua cabeça, nos referências quem ela é: personificação do anoitecer. Como mencionamos acima, o corpo apresentado é de uma menina jovem, que está para entrar na fase adolescente, apresentando seios ainda pequenos.

Com a pele extremamente pálida, este corpo se apresenta de forma “chapada”, sem delimitações de músculos, como mencionado mais acima, ao apresentar a tela do artista Auguste-Alexandre Hirsch (fig.3).

Dessarte, não era apenas Eliseu Visconti que estava empregando “meninhas” para a sua representação pictórica, sobretudo, a alegórica. Certamente se averiguarmos, iremos encontrar mais artistas que, como bem apontou o autor Lucien-Smith, se preocupavam com esta temática e, pode ser que a apresentaram através de corpos de jovens meninas.

E, como podemos ver, no que diz respeito ao gênero alegórico e a representação do nu feminino, esta temática não passou despercebida. Aqui, a “inocência violentada” pode ser expressa pela sexualidade, como a representação de Barão

François (fig.5), ou pela própria apresentação do corpo púbere nu. A passagem da fase infantil para a adolescência, onde desejos e prazeres começam a ser descobertos pela menina que se transformará em uma mulher.

### **Apontamentos Finais**

Dessa maneira, podemos concluir que, nas representações alegóricas, apesar de suas especificidades com relação a própria representação do corpo feminino nu, como bem foi apontado por Pessanha (1991), sem as suas “vicissitudes e palpitações” nos transpondo a uma atmosfera “espiritual”, há algumas exceções.

Exceções estas que se fazem presentes especificamente na representação do anoitecer, como podemos perceber na tela do artista Oscar Pereira da Silva (fig.4), ao nos apresentar um corpo real e carnal, longe de apresentar uma mulher ideal e espiritual, que não despertaria sensualidade e desejos á quem a vislumbra.

Ou a sexualidade presente neste gênero, que acompanha a produção dos artistas do século XVIII, como fora ilustrado por Lucien-Smith (1981), percebidas nas telas de Eliseu Visconti, *Gioventù* (fig.7) e *Primavera* (fig.8) e o artista francês, Charles Joshua Chaplin, com sua representação do anoitecer, *La Nuit* (fig.12)

Desta forma, as representações alegóricas do anoitecer devem ser olhadas com certo zelo, elas apresentam rupturas e permanências com a sua tradição de representação, no que toca a simbologia, presente nos tratados alegóricos, que serviu de manual a tantos artistas neste tipo específico de produção, como bem pontua Erika Langmuir (1997).

Mas que, ao apresentarem o corpo feminino nu, não deixaram de acompanhar a produção vigente no período, dentro do próprio gênero de pintura. Desta forma, estas produções nos fazem pensar na própria representação alegórica enquanto gênero dentro da pintura, ao perpassar por dois: a alegoria e o nu feminino.

Depreende-se então que, a compreensão deste tipo específico de produção, pensada enquanto gênero, é mais complexa do que parece. Se debruçar somente sobre tratados alegóricos e dicionários de simbologia, auxiliam, no que compete ao reconhecimento dos símbolos que a compõe.

Porém, não são suficientes para compreender a pintura como um todo. Pois ela não é somente uma alegoria, mas ela passa a pertencer também ao outro gênero, no caso aqui apresentado, o nu feminino, que carece de outras vertentes e leituras para realizar tal análise.

## **BIBLIOGRAFIA**

COLI, Jorge. *O corpo da liberdade: reflexões sobre a pintura do século XIX*. São Paulo: Cosac Naify, 2010, 365 p.

D'ALLEVA, Anne. *Methods & Theories of Art History*. Laurence King, 2 ed., 2012, pág. 19.

LANGMUIR, Erika. *Allegory: national gallery pocket guide*. National Gallery London, London, 1997, pág. 8.

LUCIE-SMITH, Edward. *The body: images of the nude*. 1981, pág, 120-121.

PESSANHA, José Américo Motta. Despir os nus. In: *O desejo na Academia 1847-1916*. Pinacoteca do Estado de São Paulo, 1991, pág. 44-45.

SERAPHIN, Miriam N. Nem ninfas nem lolitas: a inocência e a pureza nuas de Visconti. In: *Discutir el canon. Tradiciones y valores en crisis*. II Congreso Internacional de Teoría e História de las Artes. XX Jornadas CAIA. 2003, pág. 179-192.

SILVA, Elaine Pinheiro da. *A construção do visível: alegoria na pintura brasileira na segunda metade do século XIX*. (Dissertação de Mestrado) Universidade de São Paulo- Escola de Comunicações e Arte, São Paulo, 2017.

**CRÔNICAS PICTÓRICAS DO RIO DE JANEIRO: ENTRE A  
GENTRIFICAÇÃO E A NECROPOLÍTICA, CONVERGÊNCIAS E  
DIVERGÊNCIAS NA OBRA DE HEITOR DOS PRAZERES E  
MAXWELL ALEXANDRE**

Isabela Assumpção<sup>173</sup>

**RESUMO:** Heitor dos Prazeres e Maxwell Alexandre se apresentam como dois artistas que tem uma conexão com a cidade do Rio de Janeiro experienciada a partir do corpo negro e observada nas manifestações culturais ligadas à negritude. Este trabalho visa produzir uma possibilidades de leitura desses artistas a partir de um conjunto que compreende cinco imagens. Para além da representação da negritude, como um dado formal, pretendo abordar as tensões que estão implícitas na obra de Heitor e de que modo essas questões anacrônicas persistem na obra de Maxwell Alexandre considerando vivência urbana no Rio de Janeiro, território marcado por profundas desigualdades sociais e que ainda opera a partir da lógica colonial.

**PALAVRAS-CHAVE:** Maxwell Alexandre; Heitor dos Prazeres; negritude; território; colonialismo.

**ABSTRACT:** Heitor dos Prazeres and Maxwell Alexandre are two artists who have a connection with Rio de Janeiro city experience by black body and observed in black culture manifestations. This work wants to produce some possible reading about these artists from a set comprising of five images. Beyond the representation of blackness, as a formal fact, I intend to approach the tensions that are implicit in Heitor's work and how these anachronistic issues persist in Maxwell Alexandre's work considering the urban experience in Rio de Janeiro, a territory marked by social differences and that still operates from the colonial logic.

**KEY WORDS:** Maxwell Alexandre; Heitor dos Prazeres ; blackness; territory; colonialism.

---

<sup>173</sup> Granduandx em História da Arte pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: isabela.historiadaarte@gmail.com.



Figura 1 - Crianças atrás de telas (série *Reprovados/Pardo é papel*) de Maxwell Alexandre, 2018 - técnica mista sobre papel, 360 x 360 cm. Fonte: (<https://www.revistacontinente.com.br/>). Acesso em 14 de novembro de 2019.

Começo pela imagem pois assim como o modernismo fundou uma “ficção brasil” (CAPELOBO, 2018) a qual foi aos poucos aderindo-se a malha social e estruturando relações desiguais dentro desse território, podemos nós fundar nossas ficções que venham não somente questionar uma certa realidade necropolítica<sup>174</sup> já estabelecida mas que de fato possa viabilizar a ficção vida para corpos os quais esse direito foi e é negado, a ficção é antes de tudo sobre alimentar vida em sua dimensão simbólica. Apresento aqui uma possibilidade de leitura para produção visual simbólica de Heitor dos Prazeres e Maxwell Alexandre entendendo essa produção como portadora enunciados políticos e para isso tomo como ponto de partida a representação da infância.

“Crianças atrás de telas se tornam gigantes”, o verso da música *Gigantes* (que é também o nome do álbum) do rapper BK faz menção a esses mundos possíveis por meio das imagens. A capa do álbum *Gigantes* é uma pintura do artista Maxwell Alexandre, nela crianças negras são maiores que os monumentos coloniais da cidade do Rio de Janeiro. À essa

<sup>174</sup> MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. São Paulo: n-1 edições, 2018.

obra foi dado o título *Crianças atrás de telas* parte da série *Reprovados/Pardo é papel* do ano de 2018, nota-se que há dois tipos de representação de crianças, nas margens estão uniformizadas (uniforme da rede municipal de ensino do Rio de Janeiro) e ao centro quatro crianças portam máscaras, essas mesmas crianças estão descalças ao contrário das que estão uniformizadas.

A ausência do uniforme e uso das máscaras reposiciona as crianças ao centro, não como protagonistas mas como sujeito enquadrados sob a mira de um olhar. As crianças às margens brincam com a cidade portando um símbolo paradoxal que é o uniforme, elas aparentam sentir-se protegidas e integradas ao cenário carioca. Marcus Vinicius da Silva, 14 anos de idade, morador da favela da Maré foi assassinado no dia 20 de junho de 2018 pelo Estado com um tiro nas costas enquanto voltava da escola, sua mãe (Buna Silva) relatou ao jornalistas que no pronto socorro antes de vir a falecer o menino questionou “mas mãe, eles não viram que eu estava de uniforme?”. Ao representar crianças negras uniformizadas, representa-se também o que o uniforme escola representa para uma criança negra periférica no Rio de Janeiro, um escudo. Desse modo a obra *Crianças atrás de telas* revela um conteúdo político que está para além de uma crítica social posto que adentra o imaginário lúdico de crianças negras e manifesta a sua acepção do mundo.

Na obra *Crianças brincando* de 1963, entramos em contato com o Rio de Heitor dos Prazeres (1898-1966), é possível ver crianças negras brincando e tais crianças estão calçadas. Os sapatos são um dos símbolos da liberdade de circulação, no século XIX marcavam a diferença entre um *negro* (corpos mercadoria) e um *preto* (aqueles que eram livres). Na obra de Heitor, os corpos pretos estão calçados de liberdade no sentido mais amplo desse conceito pois trata-se também de uma apropriação da paisagem urbana do Rio que naquele momento colhia os resultados das reformas urbanas do prefeito Pereira Passos no início do século XX. As reformas seguiram posteriormente com a destruição da Praça Onze, na década de 40 assim como a desocupação e destruição do Morro do Castelo fazendo parte do conjunto de políticas higienistas montadas pelo Estado que visava dar um tratamento digno dos moldes da modernidade ao centro do Rio de Janeiro. As pinturas de Heitor são capazes de invocar momentos de ócio, a simples prática do lazer, um tempo não capitalizado em que a infância é uma possibilidade real aos corpos pretos. A imagem reconfigura a dimensão identitária, como aponta a historiadora Beatriz Nascimento no documentário *Ôrí*, dirigido por Raquel Gerber:



É preciso a imagem para recuperar a identidade. Tem-se que tornar-se visível. Porque o rosto de um é o reflexo do outro, o corpo de um é o reflexo do outro, e em cada um o reflexo de todos os corpos. A invisibilidade está na raiz da perda da identidade então eu conto a minha experiência em não ver Zumbi que para mim era um herói. (ORÍ, 1989)

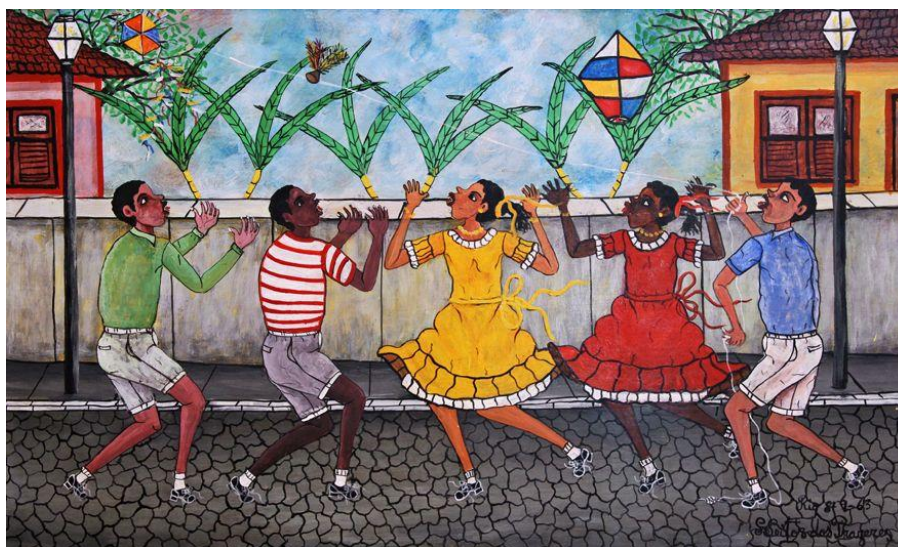


Figura 2 - Crianças brincando de Heitor dos Prazeres, 1963 - óleo sobre tela. Fonte: Pinterest (<https://br.pinterest.com/>). Acesso 14 de novembro de 2019.

Certo dia andando pelo centro do Rio uma criança me contava que teve seu calçado furtado, o sol causticante fez com que o chão quente calejasse seus pés. O VLT Carioca anuncia a entrada do Rio de Janeiro no “primeiro mundo”, esse tipo de contradição se revela em cada esquina. A rua é um território temido como espaço de vulnerabilidade mas é também nas ruas do Rio que uma outra dimensão de tempo se realiza, “um complexo de saberes vinculados às possibilidades de invenção da vida nas frestas” (RUFINO, 2019: 112). As cinco crianças descalças no centro da representação na obra de Maxwell ocultam sua identidade ao portar máscaras, no entanto uma dessas crianças nos encara, segura a máscara em sua mão, tem abaixo de seus pés a Central do Brasil e traz no peito o símbolo de sua redenção.

O cenário colonial contemporâneo proporciona múltiplos encontros com os resultados do projeto de modernidade como política de Estado, a herança da estrutura escravocrata se manifesta de modo eficaz no cotidiano. Portanto, raça enquanto uma categoria social

estruturante permite verificarmos quem é o alvo da morte na cidade do Rio de Janeiro. A respeito do racismo como política de morte, o filósofo Achille Mbembe diz que:

[...] em termos foucaultianos, racismo é acima de tudo uma tecnologia destinada a permitir o exercício do biopoder, “aquele velho direito soberano de morte”. Na economia do biopoder, a função do racismo é regular a distribuição de morte e tornar possível as funções assassinas do Estado. Segundo Foucault, essa é “a condição para a aceitabilidade do fazer morrer”. (MBEMBE, 2016)

Os desdobramentos desse poder soberano podem ser observados na produção também de mortes simbólicas. Atento neste momento para a inscrição de Heitor dos Prazeres na historiografia da arte brasileira enquadrado como um artista naïf e me remendo ao movimento de reparação historiográfica, posto que mesmo correspondendo aos princípios formais modernistas, de desconstrução do modelo clássico de representação e pintando cenas caracterizadas por uma suposta brasilidade, conceito que entusiasmava a produção modernista naquele momento, mesmo assim foi reservada a Heitor a categoria naïf.

Os termos arte primitiva, naïf e ingênua estão vinculados tão intensamente à leitura da pintura do músico que não pudemos deixar de interpretar essas denominações e o quanto elas estão carregadas de preconceitos ideológicos, de classe, étnicos e raciais, reduzindo a amplitude de representação e referências do autor [...] Podemos considerar as pinturas de Heitor como um valioso registro de um dos ambientes de maior efervescência cultural de nosso país, berço das primeiras escolas de samba do Brasil. (D’AVILA, 2009)

De Tarsila do Amaral à Di Cavalcanti a imagem do corpo negro foi exaustivamente explorada pela elite artística modernista no Brasil, essa mesma elite bebeu do repertório cultural de Heitor dos Prazeres. Freqüentador da Praça Onze, onde formou seu repertório cultural, Heitor foi um sambista e artista visual que teve sua produção marcada pelas questões do modernismo - tendo participado inclusive do movimento antropofágico. As pinturas produzidas por Heitor também tiveram grande influência pela localização de seu atelier, situado na Cidade Nova, região da Pequena África, berço do samba e de manifestações



religiosas de matriz africana, embrião do carnaval carioca erguido pelas Tias Baianas oriundas dessa diáspora. As cenas de músicos em rodas de samba, que caracterizam boa parte da obra deste artista, são também demarcadores de uma vivência urbana do corpo racializado em uma momento que a região da Praça Onze passava por intensas modificações que posteriormente deram origem a Avenida Presidente Vargas. O governo do prefeito Pereira Passos, entre os anos de 1902 e 1906, foi responsável pela implementação de uma reforma urbana que ficou conhecida popularmente como “O Bota Abaixo”, o termo refere-se às demolições prediais na região da Pequena África e entorno, o que gerou a expulsão de camadas populares as quais migraram para os morros colaborando para o crescimento das favelas.

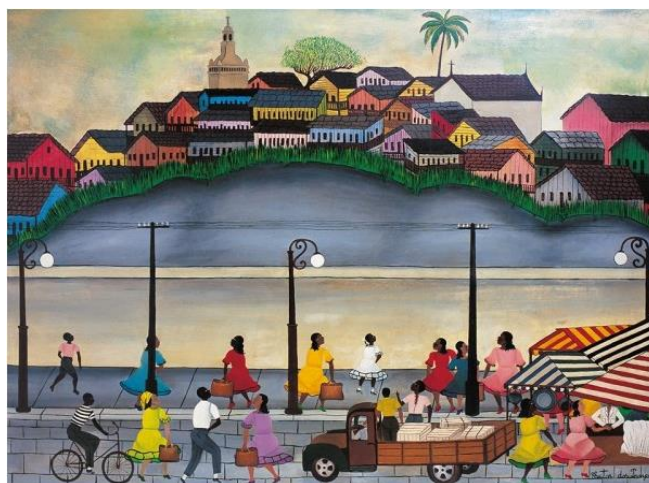


Figura 3 - Morro da Providência de Heitor dos Prazeres, 1965 - óleo sobre tela. Fonte: (<http://www.pordentrodaafrica.com>). Acesso em 14 de novembro de 2019.

Nas muitas representações das favelas cariocas de Heitor dos Prazeres é possível notar uma linha divisora, um muro entre o morro e o asfalto. O lugar onde se mora e o lugar onde se trabalha, o morro da providência é uma das favelas mais antigas do Brasil é foi resultado das inúmeras remoções que sofreram as populações mais pobres na cidade do Rio de Janeiro. A representação não anuncia nenhuma tensão nesse espaço, as pessoas circulam pela cidade e o morro é tratado como paisagem em terceiro plano, o céu esmaecido dá o tom nostálgico característico da obra de Heitor. O tensionamento feito pelo artista está em fundar essa representação, é a representação em si o fato político.

Não há dúvidas de que Heitor foi invisibilizado circuito da arte moderna; mas de que modo o momento contemporâneo rompe esta situação na medida em que o artista tem possibilidade de fabricar sua própria narrativa por meio das mídias digitais? O curto circuito na história da arte ocidental, provocado pelos meios de comunicação independentes, têm de certo modo contribuído para uma renovação crítica e na medida em que outras visualidades vem a tona, as já conhecidas que haviam sido lançadas no esquecimento são recuperadas como referências. Faz a pergunta; onde estão os artistas negros da história da arte no Brasil? E na medida em que vai se escava, percebe-se uma narrativa corrompida pelo racismo que camuflou e nos furtou boa parte da história.

Maxwell Alexandre assim como tantos outros artistas nesse extremo contemporâneo cercam-se dos dispositivos digitais como instrumentos de divulgação de seu trabalho e documentação adentrando o circuito da arte contemporânea por uma via não tradicional. Morador da favela da Rocinha, Maxwell, assim como Heitor, promove a experiência cultural do território onde vive, cartografando não somente os elementos que compõe esse espaço da cidade como também o tempo. A aparição das crianças uniformizadas em suas transladações na favela são um marcador temporal do cotidiano, segundo o próprio artista. O tempo em sua dimensão pictórica se apresenta também por meio da estruturação da obra dentro da representação da malha gráfica das piscinas capri conferindo um ritmo que remete ao gênero musical que declaradamente influencia o artista, o rap.



Figura 4 - Santa Cruz (série Caravelas de hoje) de Maxwell Alexandre, 2018 - técnica mista sobre papel. Fonte: (<https://vejasp.abril.com.br/>). Acesso em: 14 de novembro de 2019.

Já o transporte público representado por Maxwell não é o mesmo que possibilita a entrada do Rio de Janeiro no “primeiro mundo”. O BRT e o ônibus, ao contrário do VLT, podem ser entendidos como as “caravelas de hoje” (ALEXANDRE, 2018). A pintura *Díptico trem e Santa Cruz* - da série *Caravelas de hoje*, 2018 - funde três marcadores recorrentes na obra de Maxwell: as crianças uniformizadas, o transporte público e a polícia. A menção ao empilhamento de corpos pretos reforçam o caráter crítico do transporte público enquanto uma atualização das embarcações responsáveis pelo deslocamento de corpos negros sequestrados no continente africano. O Cemitério dos Pretos Novos na região do maior porto escravista do Brasil publicou em 2017 uma nota de pesquisa arqueológica a respeito das obras do VLT, na região da Gamboa.

Durante as obras foi identificada no leito da via pública a existência de ossos de animais não humanos (bovídeos) e alguns restos humanos, além de fragmentos de adornos (contas), louças e outros vestígios da cultura material da sociedade urbana que habitou a região do Valongo no século XIX. Os ossos humanos estavam dispersos pelo solo em um perímetro já mapeado e conhecido anteriormente (defronte ao cemitério) [...] (JUNIOR; PINTO; TAVARES, 2017).

A relação entre essa modalidade de transporte público (pra inglês ver) e as reminiscências do período escravocrata deixam evidente as persistências coloniais ainda não superadas. Existe um Rio que atravessou Heitor que é o mesmo que atravessa Maxwell no entanto de algum modo é possível ver que as muitas imagens de crianças brincando e de rodas de samba repercutiram e fundaram uma possibilidade das cinzas virem a ser fogo. Na entrada da exposição Histórias Afro-Atlânticas, que aconteceu no Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand, foi possível testemunhar *Éramos as cinzas e agora somos o fogo* (série *Pardo é papel*, 2018). A obra monumental, de 360 x 475 cm, traz no título um verso da música *Quadros* do rapper BK.



Em uma das extremidades uma releitura do famoso cartaz do artista Aleksandr Ródchenko de 1924, imagem que marcou o florescimento da revolução russa, mas ao invés de Lilya Bkik quem anuncia a revolução é uma criança negra com o uniforme da rede municipal de ensino do Rio de Janeiro. Jovens negros tombam viaturas policiais e o artista neoexpressionista norte americano Jean-Michel Basquiat aparece ao lado sentado sobre caixas de som. As pinturas de Maxwell são protagonizada por pessoas negras, assim como as de Heitor, trata-se de imagens-profecias que desatam mundos possíveis.



Figura 5 - Éramos as cinzas e agora somos o fogo (série Pardo é papel), 2018 - técnica mista sobre papel, 320 x 476 cm. Fonte: (<https://www.revistacontinente.com.br/>) Acesso em: 14 de novembro de 2019.

De um lado, a mãe estende o braço com o facão do outro o jovem estende com o canudo. A icônica cena da mãe preta com o facão na garganta do policial, que tem como referência o filme *Cristo Rey*<sup>175</sup>, é pintada na extensão do braço de um jovem vestido com uma beca de formatura que ergue o canudo pra fora da tela. Na *cidade do colonizado*<sup>176</sup>

<sup>175</sup> CRISTO Rey. Direção: Letícia Tonos Poniagua. Produção: Sergio Ehrlich Dit Gobbi. República Dominicana, França e Haiti: Les Films de L'astre, 2013.

<sup>176</sup> Frantz Fanon em *Os condenados da terra*.

múltiplas temporalidades incidem sobre a experiência dos sujeitos racializados, imagens de uma supostos “primeiro mundo” colidem com imagens da fome, uma cena recorrente no Sul da esfera terrestre. As categorias moderno e contemporâneo portanto são insuficientes para uma leitura de dois artistas que viveram e produziram a partir dos abismos coloniais. As características formais, a crítica social e a própria circulação das obras de Heitor dos Prazeres e Maxwell Alexandre criam rupturas no horizonte de eventos, onde toda a luz e matéria já está determinada a destruição. Em cada gesto uma manifestação de poder acionadas por elementos simbólicos que nos lembram o quão grandes já fomos, somos e podemos ser.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

ANDRADE, Derivaldo. Éramos cinza e agora somos fogo: a estética na obra de Maxwell Alexandre. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialista em Cultura, Educação e Relações Étnico Raciais). Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

BARBON, Júlia. ‘Bandido não carrega mochila’, diz mãe de aluno de 14 anos morto no Rio. Folha de São Paulo, 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/06/mae-de-aluno-morto-na-mare-mostra-uniforme-com-sangue-bandido-nao-carrega-mochila.shtml>>. Acesso em: 13 de novembro de 2019.

CAPELOBO, Walla. Meu caminho é de pedra como posso sonhar. Memorial Analítico (Bacharel em História da Arte). Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

D´AVILA, Patrícia Miranda. Primitivo, Naïf, ingênuo: um estudo da recepção e notas para uma interpretação da pintura de Heitor dos Prazeres. Dissertação de Mestrado, USP, 2009.

JUNIOR, Nelson Pereira; PINTO, Andrea de Lessa; TAVARES, Reinaldo. Pesquisa Arqueológica do Cemitério Pretos Novos - 2017. Nota de Pesquisa, Rio de Janeiro, 2017.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. Revista Arte & Ensaios, Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais, UFRJ, ano 22, n. 32, dezembro de 2016, p. 122-151.

ÔRÍ. Direção e Produção de Raquel Gerber. Brasil (SP): Angra Filmes, 1989. 35mm, COR, 91min, 2.493m, 24q, Eastmancolor, 1:1'37

RUFINO, Luiz. Pedagogia das Encruzilhadas. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2019.

# PAISAGEM DE GUERRA NAS POLAROIDES DE ANDREI TARKÓVSKI: AS IMAGENS QUE QUEREM VOLTAR PRA CASA

Monique Alves Oliveira<sup>177</sup>

**RESUMO:** É possível apontar na biografia do diretor Andrei Tarkóvski uma série de construções e destruições de casas que passaram por sua trajetória. Podemos destacá-las tanto em uma construção fílmica, para cenário ligado aos acontecimentos da narrativa de alguns filmes, quanto ligadas a sua vida pessoal, as casas que o diretor morou com sua família. Um tanto curioso é observar como essa repetição de construção e destuição pode estar associada a uma memória ainda mais antiga, a lembrança da infância do diretor, no sentido de que todas essas casas parecem rememorar este outro lugar: a primeira casa. Este trabalho busca analisar esses movimentos de memória relativos à biografia e à produção de imagens do diretor.

**PALAVRAS-CHAVE:** Andrei Tarkóvski; Polaróide; Fotografia; Memória.

**ABSTRACT:** It is possible to point out in the biography of the director Andrei Tarkovsky a series of constructions and destruction of houses that went through his trajectory. We can highlight them both in a film construction, for a scenario linked to the events of the narrative of some films, as well as linked to his personal life, the houses that the director lived with his family. It is rather curious to see how this repetition of construction and destruction may be associated with an even older memory, the director's childhood memory, in the sense that all these houses seem to recall this other place: the first house. This paper analyzes these memory movements related to the director's biography and image production.

**KEYWORDS:** Andrei Tarkóvski; Polaroid; Photography; Memory.

## A REPRESENTAÇÃO DA CASA NO FILME *O ESPELHO*

<sup>178</sup>O filme *O Espelho*, lançado em 1975, dirigido e escrito pelo diretor Andrei Tarkóvski, apresenta uma narrativa autobiográfica inspirada nas lembranças do diretor e de

---

<sup>177</sup> Monique Alves Oliveira é mestranda do Programa de pós-graduação em Artes, Cultura e Linguagens, na linha de pesquisa Cinema e Audiovisual da UFJF. Contato: moniquealvoli@gmail.com

seus familiares. A história do filme é contada a partir do ponto de vista do menino Alexei. Seus pensamentos, sonhos, memórias e emoções são encenados, ora através de imagens de arquivos da Segunda Guerra, ora através de sonhos destacados pela imagem em preto e branco. O tempo passado, presente e futuro se alternam durante as cenas, promovendo um espaço para que outros personagens da vida familiar de Alexei ganhem ênfase na história, principalmente a figura da mãe, do pai e da casa. O filme possui 200 tomadas de sequências longas - na época o término da montagem foi tido como impossível, já que o filme parecia não se sustentar. A finalização do filme é contada como uma conquista pelo próprio diretor, no livro *Esculpir o tempo*. No trecho, ele parece narrar uma experiência transcendental: “o material adquiriu vida, as partes começaram a funcionar organicamente, como se unidas por uma corrente sanguínea (...) o próprio tempo fluindo através das tomadas, acabara por harmonizar-se e articular-se”<sup>179</sup>

Demorou um ano para que o nome do filme *O Espelho* fosse definido. Durante esse período também se iniciavam as primeiras filmagens, escolhas de locação e atores. Apesar do intenso esforço do diretor para que tudo saísse como planejado, é possível perceber, nos seus relatos, o constante sentimento de fracasso e de culpa em relação ao filme. Diferente de suas outras produções, a película dessa vez significava uma exposição íntima, profundamente ligada à sua infância, a memórias pessoais, a sonhos, e ao relacionamento com seus familiares. Talvez por esse motivo, o filme aparentava nunca estar bom o bastante para ser concluído e finalizado.

Além desses dados, o filme começa a ser censurado já em maio de 1974, antes de seu lançamento oficial. As autoridades soviéticas insistiam para que cenas fossem cortadas e que o diretor fosse mais claro no que queria propor. Outros diretores viam seus filmes serem ignorados e já alertavam Tarkóvski de que o mesmo poderia ocorrer com ele. Dessa forma, o diretor precisou conviver por mais de quatro anos com a sensação de que seu filme não havia sido concluído, porque, apesar de finalizado, não era visto e muito menos distribuído para outros lugares além de Moscou. Esse sentimento de frustração leva o diretor a questionar sua

---

<sup>178</sup> Alguns trechos deste texto foram atualizados e retirados do meu trabalho de conclusão de curso intitulado: *A Construção do luto nas Polaroides de Andrei Tarkóvski. Uma análise do filme “O Espelho”*, apresentado em novembro de 2018 no Instituto de Artes e Design. Disponível em: <http://www.ufjf.br/cinema/files/2018/06/TCC-Monique-Alves-Oliveira.pdf>

<sup>179</sup> TARKOVSKI, Andrei. *Esculpir o tempo*. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p 138.



forma de trabalho, suas crenças de vida e valores patrióticos. Esses questionamentos são, de certa forma, o prelúdio de um extenso conflito do diretor com sua terra natal.

A representação da casa é o plano de fundo principal exibido no filme. É nela ou em seu entorno que a maior parte das cenas ocorre. As “datchas”<sup>180</sup>, chamadas assim pela cultura russa, têm um significado especial no que diz respeito à religiosidade e aos valores de tradição familiar. Além disso, eram nessas casas de madeira que os russos se protegiam do frio. Outro significado da importância da casa para a cultura russa se liga diretamente à guerra. A “terra queimada” foi uma tática criada pelos russos na Primeira Guerra. Com a ameaça da invasão de inimigos, as populações locais abandonavam e queimavam suas casas, para em seguida fugir para o interior do país. Curiosamente, a queimada das residências tinha um sentido complexo: representava, ao mesmo tempo, um sacrifício (o abandono das propriedades), um elogio da terra natal (a permanência no território) e um sentimento de orgulho (não ceder a casa ao inimigo). Em relação a construção cenográfica da casa para o filme, Tarkóvski relata:

O Espelho é também a história da velha casa onde o narrador passou sua infância, da fazenda onde ele nasceu e onde viveram seu pai e sua mãe. Esta casa, que com o passar dos anos se transformara em ruínas, foi reconstruída, “ressuscitada” a partir de fotografias da época e dos alicerces que ainda sobreviviam. Assim, acabou ficando exatamente como fora quarenta anos antes. Quando mais tarde levamos até lá minha mãe, que passara a infância naquele lugar e naquela casa, sua reação superou todas as minhas expectativas. O que ela experimentou foi uma volta ao seu passado, e isso me deu a certeza de que estávamos no caminho certo. A casa despertou nela os sentimentos que o filme pretendia expressar... (TARKÓVSKI, 1990, p.158).

## **AS IMAGENS QUE QUEREM VOLTAR PRA CASA**

### **A PRIMEIRA CASA**

Além da reconstrução da casa de sua infância para o filme, Tarkóvski, nesse momento, também está terminando de reconstruir sua própria casa de campo com a esposa Larissa

---

<sup>180</sup> As datchas são casas de madeira feitas pelos russos e possuem um valor histórico, cultural e afetivo pois são elas que protegem as famílias do frio, tornando-se principal abrigo no inverno. É um símbolo de união e do valor da família para cultura russa. Ver: TARKÓVSKI, Andrei. Tarkóvski, Instantâneos. São Paulo: Cosac Naify, 2012, p. 21.

Tarkóvskaia, em Miásnoie, a treze quilômetros de Moscou. A casa havia pegado fogo em outubro de 1970, três anos antes de começarem as filmagens do filme. Desde esse período, ele e a esposa tentavam finalizar a reconstrução e a reforma da casa. O ano de 1970 foi difícil e decisivo na vida do diretor. Além de sua casa pegar fogo, ele não tinha nenhuma estabilidade de trabalho e renda. A Mosfilm, espécie de reguladora do governo Soviético, responsável por financiar os projetos do diretor, não autorizava os pagamentos e nem renovava os contratos. Sua situação de saúde não era boa - os médicos o proibiram de beber e fumar, pois seu coração estava fraco, com bloqueio da aorta, gerando diversas crises de fraqueza e mal-estar. Além de tudo isso, 1970 também é o ano em que seu filho Andriucha nasce. Os cuidados de um recém-nascido demandavam tempo, dinheiro, estabilidade e força - tudo que Tarkóvski aparentava não possuir. Entretanto, é a partir do nascimento do filho que as coisas começariam a melhorar. Aos poucos o Mosfilm voltaria a autorizar a liberação de verbas para custear seus projetos, e o processo de reconstrução da casa se iniciaria. Em meio a esse turbilhão de acontecimentos e sentimentos, é criado o roteiro do filme *O Espelho*.

É importante notar como o movimento de construção atuava em vários aspectos na vida do diretor. Primeiro, na casa de cenário para o filme, que incluiria uma pesquisa de campo com fotografias da época, lembranças do diretor e de seus familiares e o esforço de profissionais da direção de arte envolvidos para efetivarem a produção. Segundo, a construção da própria casa do diretor, que o envolveria efetivamente no trabalho, participando de todos os processos braçais. Dois movimentos que parecem pertencer a um mesmo tempo e com desejos diversos. Entretanto, ao analisar as imagens das duas casas podemos apontar algumas semelhanças. As duas moradias eram casas de campo, ligadas à paisagem natural da Rússia, e ambas abrigavam a família, um símbolo importante para a cultura e tradição religiosa dessa sociedade. Outra semelhança se dá ao pensarmos nas estruturas dessas casas, feitas integralmente com peças de madeira. Esse material natural ganha mais sentido quando pensamos nas *datchas* russas, que como já foi comentado, eram feitas sobretudo para proteger as famílias do rigoroso inverno. Essas condições mantinham as famílias juntas dentro de um mesmo ambiente por dias e até meses, potencializando as relações familiares num trato que significava, por vezes, a sobrevivência em temporadas mais severas.

Apontando essas semelhanças podemos supor que a casa do filme, construída no mesmo momento da casa do diretor, pode ter incorporado algumas traços da casa de sua infância. É interessante tentar compreender como essas semelhanças podem surgir por meio

da memória afetiva do diretor ao construir um lar lembrado e estimado - com desejo de voltar ao seu passado e, por conseguinte, alimentar essas memórias e transportá-las para construção da sua própria casa. Ecléia Bosi, no livro *O Tempo Vivo da Memória*, elabora alguns estudos relacionados ao pensamento sobre memória proposto pelo filósofo Henri Bergson, no livro *Matéria e Memória*. Alguns exemplos trabalhados pela autora podem ilustrar com mais clareza os impulsos presentes na obra de Tarkóvski.

Tudo fala, o teto, o fogo, as esculturas, as pinturas. Os pratos e as colheres blasonadas com o totem do clã são animados e feéricos: são réplicas dos instrumentos inesgotáveis que os espíritos deram aos ancestrais. O tempo acresce seu valor: a arca passa a velha arca, depois a velha arca que bóia no mar, até ser chamada de a velha arca que bóia no mar com o sol nascente dentro. A casa onde se desenvolve uma criança é povoada de coisas preciosas que não têm preço. As coisas que modelamos durante anos resistiram a nós com sua alteridade e tomaram algo do que fomos. Onde está nossa primeira casa? Só em sonhos podemos retornar ao chão onde demos nossos primeiros passos. (BOSI, 2004, p.27)

A casa da infância repetida no filme e a casa reconstruída durante a filmagem do filme sobre a infância são movimentos de repetição que acompanham o diretor no universo de sua obra, com figuras representativas que reverberam. Ecléia Bosi ainda destaca “que a memória opera com grande liberdade escolhendo acontecimentos no espaço e no tempo, não arbitrariamente, mas porque se relacionam através de índices comuns”. Segundo a autora, muitas vezes a memória é iniciada por algum fator do presente, como se o instante libertasse essa condição passada e se conectasse com o momento. Esse impulso atuaria diretamente nas recordações, que através desses “índices comuns” originariam a imagem da lembrança.

Pela memória, o passado não só vem à tona das águas presentes, misturando com as percepções imediatas, como também empurra, “descola” estas últimas, ocupando o espaço todo da consciência. A memória aparece com força subjetiva ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora. Em outro texto Bergson dirá das lembranças que estão na cola das percepções atuais, “como a sombra junto ao corpo”. A memória seria o lado subjetivo de nosso conhecimento das coisas”. (BOSI, 2004, p.36)

Com base na ideia proposta por Ecléa Bosi, pode-se propor que a memória atua com uma série de imagens com circuitos complexos ligados ao instante presente. Dessa forma, há uma possibilidade de que a construção da casa para o cenário pode ter invocado uma imagem da infância que se fixou no momento de vida do diretor, atuando na construção da sua própria casa de família. E esse movimento profundo de retorno ao passado foi complementado pela concepção criativa e pela fabricação de estruturas e detalhes desse lugar, já que ele próprio se ocupava da construção dessa casa.

É interessante perceber, nos relatos de Tarkóvski, através dos diários dessa época, o cuidado e zelo relacionados a essa reconstrução. A preocupação surge quando sua ausência ou impossibilidade física e econômica não correspondem ao que ele espera. São diversas as confissões que reforçam esse incômodo: “Ainda há pendências na casa de campo (...) o dinheiro que recebi por Solaris não é suficiente nem mesmo para pagar as dívidas”<sup>181</sup>. Outro descontentamento em relação à casa é feito pelo fato de não obter estabilidade com a profissão: “Em breve terei 42 anos, mas ainda não tenho minha casa própria”<sup>182</sup>.

Outro relato importante é feito pelo diretor após a conclusão do filme *O Espelho*. Ele passava uma temporada na casa de campo em Miásnoie, que, mesmo finalizada, sofria uma série de reparos que prolongavam o trabalho. A descrição aparece com uma série de detalhes, dando enfoque para os cuidados futuros que se relacionavam ao clima do lugar. Um destaque pode ser feito a esse intenso movimento de reparação, já que é possível encontrar outros relatos como esse em épocas futuras. A casa parece ser um lugar em contínua reforma, sempre com algo a ser consertado ou modificado, como se a construção do lugar não pudesse ser finalizada.

Passei um mês em Miasnoye. Não li uma única linha. Serrava e cortava lenha, consertava com M. I. Rodin a fiação elétrica feita com muita negligência. Faz frio no interior da casa. No verão, será necessário trabalhar no isolamento e na proteção contra o frio (o teto da cozinha, talvez um aquecimento central a vapor, de lenha seca.) (TARKÓVSKI, 1990, p. 129)

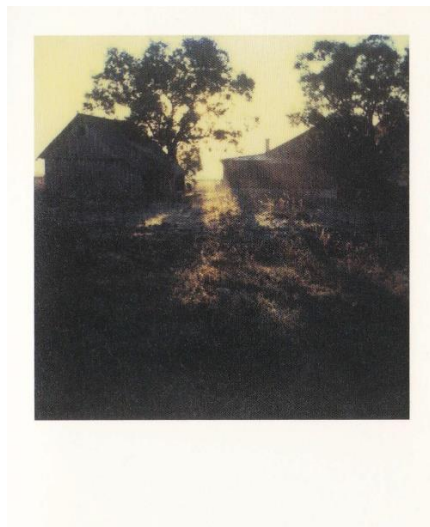
## AS CASAS NAS POLAROIDES

---

<sup>181</sup> Andrei Tarkóvski, Diários 1970-1986. Tradução: Lázarev, Alexey. São Paulo: É Realizações, 2012, p. 75.

<sup>182</sup> *Ibidem*, p. 104.

Boa parte das polaroides realizadas por Tarkóvski e publicadas no livro *Tarkóvski Instantâneos* apresenta a casa em Miásnoie como tema. É possível perceber também o foco nos arredores do campo, com paisagens naturais e efeitos do tempo, ressaltadas pelo filme em polaroide. A fotografia abaixo, por exemplo, foi feita em 02 de outubro de 1981. A casa de campo ao fundo é coberta por uma fina camada de neblina e luz solar, que parece tomar os fundos da casa – o que gera um contraste marcante na imagem. Na foto, os detalhes da casa são ocultados por conta desse contraste e, mesmo assim, ela ocupa quase todo espaço do quadro, o que aponta para uma escolha premeditada do enquadramento. Conforme a data da fotografia, nesse momento já havia três anos que o diretor fazia fotografias polaroides. Dessa forma, podemos pensar que existe algum critério em se fazer a imagem nessa posição, já perseguindo um provável resultado. Existe também a instabilidade da câmera polaroide dessa época, que não apresentava quase nenhum controle de luz, foco e velocidade. Apesar disso, é importante não perder de vista que quem as realizava era o diretor, e suas intenções, mesmo no registro de família, sempre poderiam ser construídas na imagem.



Fotografia 1 - Polaróide feita por Andrei Tarkóvski em Miasnóie, Rússia. Fonte: TARKÓVSKI, 1981, p. 39.

Georges Didi-Huberman apresenta em seu livro *Quando as imagens tomam posição*, um estudo sobre a composição das forças das imagens e de como elas tomam posições em contextos complexos da história. No quarto capítulo, “A composição das forças”, o autor utiliza uma série de escritores para analisar imagens ligadas à memória e à linguagem. Na

passagem abaixo, ele cita o filósofo Gilles Deleuze, e ressalta antes: “lembremo-nos de que a própria imagem não está nunca no presente.”<sup>183</sup>

Parece-me evidente que a imagem não está no presente. (...) A própria imagem é um conjunto de relações de tempo das quais o presente não faz senão emanar, seja como múltiplo comum, seja como menor divisor. As relações de tempo não são nunca vistas na percepção ordinária, mas o são na imagem, desde que seja criativa. A imagem torna sensíveis, visíveis as relações de tempo irreduzíveis ao presente. (DELEUZE apud DIDI-HUBERMAN, 2017, p. 164)

A cena proposta demonstra como a memória utiliza recursos do presente para construir as imagens do imaginário das lembranças. Vindas de um complexo sistema, as recordações parecem flertar com o instante, mas sempre procuram um lugar que as reúna, que as ligue ao espaço conhecido dos sonhos do passado. As polaroides de Tarkóvski comovem pelo sentido espiritual do tempo que parece elucidar um mesmo pedido: voltar para casa de infância, para as datchas, para a terra natal, para casa da mãe. É possível pensar que a repetição na confecção dos reparos da casa só tenha sido continuada para, de alguma forma, não finalizar o filme em torno da infância, iniciado junto à persistente reconstrução. As polaroides, dessa forma, podem denunciar, com seus enquadramentos, escolhas de luz, posição, e recortes, a nostalgia e as reminiscências presentes nas escolhas do diretor, que parece não querer sair de casa.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

BOSI, Ecléa. *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BERGSON, Henri. *Matéria e Memória. Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. Tradução: Paulo Neves - São Paulo: Martins Fontes, 1999.

---

<sup>183</sup> Georges Didi-Huberman, *Quando as imagens tomam posição. O olho da história I*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017, p.164.

DIDI - HUBERMAN, Georges. *Quando as imagens tomam posição. O olho da história I*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017.

TARKÓVSKI, Andrei Arsensevich. *Esculpir o tempo*. Tradução de Jefferson Luiz Camargo e Luís Carlos Borges. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

\_\_\_\_\_. *Diários 1970-1986*. Tradução: Lázarev, Alexey. São Paulo: É Realizações, 2012.

\_\_\_\_\_. *Tarkóvski Instantâneos*. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

# RETRATO PICTÓRICO NO MODERNISMO LITERÁRIO BRASILEIRO: ANÁLISE DO *RETRATO DE MURILO MENDES 1930*, POR GUIGNARD.

Gabriele Teodoro<sup>184</sup>

**Resumo:** Descrevemos neste artigo um fenômeno associado à história do retrato pictórico durante o modernismo, no Brasil — escritores retratados por pintores, seus contemporâneos. Dentro das discussões que envolvem a produção retratística do modernismo brasileiro, representações do poeta Murilo Mendes são frequentes, em virtude de sua relevância como poeta e intelectual. No presente artigo analisaremos a obra *Retrato de Murilo Mendes 1930*, por Guignard. Para análise do retrato foi necessário construir uma tipologia para explicação da variedade de casos empíricos observados no modernismo, por exemplo “retrato dialógico” e “narrativo”.

**Palavras-chave:** Retrato. Arte Moderna. Padrões de atividade estética.

**Abstract:** We describe in this article a phenomenon associated with the history of the pictorial portrait during modernism in Brazil — writers portrayed by painters, their contemporaries. Within the discussions involving the portraiture production of Brazilian modernism, representations of the poet Murilo Mendes are frequent, due to his relevance as a poet and intellectual. In this article we will analyze the work *Portrait of Murilo Mendes 1930*, by Guignard. For portrait analysis it was necessary to construct a typology to explain the variety of empirical cases observed in modernism, for example "dialogical portrait" and "narrative".

**Keywords:** Portrait. Modern Art. Patterns of aesthetic activity.

---

<sup>184</sup> Doutoranda em Comunicação Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: gabrieleteodoro91@gmail.com.



## INTRODUÇÃO

Fenômeno de notável importância são os retratos pintados de poetas no modernismo brasileiro, especialmente no período entre 1921 e 1945. Nosso principal argumento aqui sugere que o pintor brasileiro modernista representa, ou representou, padrões regulares de representação observados na obra do poeta. Tais padrões podem ter "origem" no sistema-fonte, signo ou entidade-fonte, que é o escritor retratado, e/ou no sistema-alvo, signo ou entidade-alvo, que é o retrato do escritor ou poeta. Ele não pinta, ou pintou, no modernismo, o fato, o acontecimento, ou o sujeito diante dele, mas a obra do retratado.

Em uma investigação preliminar de quarenta e seis poetas do modernismo brasileiro, observamos treze deles retratados, alguns mais de uma vez, por pintores modernistas. Entre eles está o poeta Murilo Mendes, que foi retratado oito vezes. As obras são: *Retrato de Murilo Mendes, 1945*, por Flexor Samson; *Retrato de Murilo Mendes, 1942*, por Vieira da Silva; *Retrato de Murilo Mendes, 1931*, por Guignard; *Retrato de Murilo Mendes, 1931*, por Cândido Portinari; *Retrato de Murilo Mendes, 1930*, por Guignard; *Retrato de Murilo Mendes, 1923*, por Reis Júnior; *Retrato de Murilo Mendes, 1922*, por Ismael Nery; *Murilo Mendes*, por Arpad Szenes (sem data).

O poeta Murilo Mendes durante toda sua trajetória teve grande influência no mundo da arte, não somente através de sua poesia, mas também de seu convívio com uma vasta gama de artistas. No presente artigo analisaremos o *Retrato de Murilo Mendes, 1930*, pintado por Alberto da Veiga Guignard que pertence ao acervo do MAMM/UFJF. A coleção de arte do escritor e poeta Murilo Mendes se localiza em Juiz de Fora, Minas Gerais. A coleção, ainda pouco estudada e conhecida por pesquisadores, é composta por alguns retratos do poeta Murilo Mendes, como os de Flávio de Carvalho, Alberto da Veiga Guignard, Reis Júnior e Cândido Portinari. A coleção atualmente faz parte do acervo do Museu de Arte Moderna Murilo Mendes, depois de esforços do professor Arlindo Daibert para que existisse dentro da Universidade Federal de Juiz de Fora um movimento para estabelecer uma estreita relação entre poesia e artes visuais (FROES, 1988: [s.p.]). O acervo artístico do Museu de Arte Murilo Mendes tem reconhecido valor nacional e internacional. Sua coleção de artes destaca-se não apenas pelo valor das obras, mas por estar intimamente ligada à própria vida intelectual

do poeta, permitindo mapear as relações mantidas entre Murilo Mendes e diversos pintores. Este fato é documentado pelas dedicatórias dos autores nas obras doadas ao poeta, que constituem a maior parte do acervo. O restante do acervo, um pequeno conjunto de obras, foi adquirido pelo poeta (DAIBERT, 1995: 110).

No Brasil, nos períodos que antecedem o modernismo, não se observa com frequência este fenômeno — retratos de escritores e poetas. Esse fenômeno aparece mais intensamente a partir da década de 1920, formando uma espécie de *network* de intelectuais que “moviam as reflexões modernistas” no Brasil (OLIVEIRA, 2012: 102). Também sabemos que não se trata de um fenômeno que ocorreu apenas no Brasil, mas em muitos outros países. O fenômeno tem equivalência em diversas tradições, a partir do final do século XIX. A relação entre Pablo Picasso e Gertrude Stein está entre os mais mencionados exemplos, no início do século XX. Eles se conheceram através do negociante de arte Clovis Sagot e desse encontro resultou o *Retrato de Gertrude Stein* (1906), para o qual foram necessárias cerca de noventa sessões, durante aproximadamente três meses em 1905-06, no final do “Período Rosa” de Picasso, em seu apartamento na Rue Ravignan (STEIN, 2001: 52-53). Picasso representou os traços distintivos da revolução literária steineana, seu cubismo fragmentário e metonímico (WEST, 2004: 195). A relação Picasso-Stein foi multifacetada — ela era modelo, sujeito artístico e corresponsável pelo retrato, como fenômeno semiótico complexo. Eles concordaram mutuamente sobre a “representação dura e austera” resultante do retrato, segundo o prefácio de Laurence Madeline e Marilyn Martin (2006) a uma edição de 2006 das correspondências de Stein e Picasso. Para Madeline e Martin (2006) “A radicalização de uma tendência primitivista comum a ambos foi se tornar a pedra angular de suas respectivas obras”. Stein foi mais tarde referida como “a cubista das letras” (MADELINE e MARTIN, 2006).

No modernismo brasileiro, os pintores e poetas, e suas práticas, são parte de sistemas sociais e culturais amplos e embora tenham identidades estéticas muito particulares, estão inseridos, e são influenciados, por esse conjunto de ideias comuns, grupos de amigos, artistas, etc. “Conjunto de ideias”, em nossa abordagem, pode ser caracterizado como um “modelo” seguido por artistas em um certo local e período temporal. Um modelo pode ser considerado um conjunto de restrições de comportamentos e atividades semióticas. O importante é que por quaisquer motivos, muitos fatos podem conduzir os artistas a outras, ou novas, formas de constrangimento (material, tecnológico, conceitual, filosófico, etc).

O pintor representa a obra literária do poeta. O que significa isso? Ele não pinta, no modernismo, o fato, o acontecimento, ou o sujeito diante dele. Ele pinta a obra do retratado, seguindo uma lógica que estrutura as influências do movimento artístico representado. A pergunta mais relevante neste ponto é: ele pode ter representado um conjunto de estratégias, que chamamos geralmente de movimento artístico? Ele representa um conjunto de estratégias seguidas por um grupo de artistas inseridos em um movimento artístico ou estético. Como sugerimos, cada movimento artístico exhibe certas similaridades ou atributos compartilhados por certas obras em um determinado recorte temporal, a que associamos uma expressão manifesta por um grupo ou movimento.

## **O RETRATO NO BRASIL**

É importante compreender que a representação de um indivíduo pelo retrato não é comum em todas as épocas e civilizações e se transforma muito ao longo dos tempos. Quando estamos diante de um retrato, é comum que nossa expectativa seja a de confirmar a real identidade do retratado, como e onde ele estaria sendo representado genuinamente; mas esta fidelidade nem sempre é real, mesmo quando o retratado é um poeta, uma figura conhecida. A representação de um personagem pressupõe uma interpretação de sua personalidade, que pode ser influenciada pelo retratante ou/e retratado.

A retratística de escritores e poetas foi um fenômeno especialmente relevante, embora não inédito, no modernismo. O séc. XV foi um ponto de virada significativo na história do retrato e do retratista, pois representou o início da profissionalização da pintura do retrato europeu. Os retratos eram encomendados por pessoas de alto poder financeiro e social. No século XVI, nota-se uma variedade do motivo/tema do retrato. Alguns artistas faziam retratos de anões da corte, alfaiates e outros comerciantes, bem como monarcas, cortesãos e eclesiásticos. No XVII e XVIII o retrato tornou-se uma prática comum na Europa, e depois na América; pintores de retratos itinerantes, fora da metrópole, viajavam de cidade em cidade, ou de casa em casa, oferecendo seus serviços. Essa prática fez com que pessoas ordinárias começassem a ser retratadas. Assim, o modelo acadêmico francês das artes começa a se estabelecer, um modelo que preza, acima de tudo, a representação da figura humana. Este pensamento ecoou no ensino de artes na França, até o século XIX, sendo adotado de maneira

muito efetiva durante o Neoclassicismo, vindo a desembarcar no Brasil através da missão francesa (WEST, 2004: 17-19).

O gênero do retrato no Brasil, mesmo que influenciado por movimentos internacionais, parece ter seguido, entre nós, um percurso particular. A preocupação do período em identificar tipos e valores singulares e nacionais tem reflexos na retratística, a partir do final do século XIX, através da introdução e consolidação do gênero no Brasil. No século XX, o retrato brasileiro “mescla” diversos atributos, como gênero, com questões que marcaram as artes nacionais ao longo de sua história.

O retrato chegou no Brasil a partir da missão francesa. Burckhardt (1990) afirma que, a missão chegou ao Brasil em 1816, transformando a mentalidade da produção artística nacional, ainda centrada em uma tradição barroca intrinsecamente religiosa. Ligado ao Neoclassicismo e ao modelo acadêmico francês, o grupo introduziria este pensamento artístico no Brasil, o que já pode ser percebido na produção de retratos da família real portuguesa feita por artistas integrantes da missão. A produção efetiva de retratos na arte brasileira nasce, portanto, sob a forma da tradição acadêmica e neoclássica francesa, inserindo-se assim no mesmo pensamento artístico que seria dominante no ensino de arte de grande parte do século XIX no Brasil (BURCKHARDT, 1990: 99).

No Brasil, no séc. XX, período do fenômeno investigado, diferente de outros períodos descritos, os pintores começaram a retratar intelectuais, principalmente escritores. As relações entre retrato pictórico e poesia no modernismo brasileiro, aconteceram, segundo Abreu (2008: 32-34), pelo fato de que nesse período poucos escritores ficaram indiferentes às transformações que estavam ocorrendo no âmbito da pintura. Diante desta relação entre pintores e escritores no início do século, podemos dizer que a transposição das inovações das artes plásticas para a literatura foi muito efetiva, variando apenas a extensão da sua manifestação no trabalho de cada escritor (ABREU, 2008: 32 a 34). Para Abreu (2008: 27), a preocupação com a intertextualidade que marcou a pintura modernista refletiu-se, igualmente, na literatura, passando o texto a valer por si só e devendo, assim, ser interpretado nessa perspectiva (ABREU, 2008: 27).

Podemos então compreender os dados modernistas na produção retratística sem preocupações com a verossimilhança. No modernismo houve uma rejeição do retrato, por ser

intrinsecamente mimético. Retratos estavam abaixo nas hierarquias artísticas no início do período moderno por causa de sua suposta falta de inventividade e idealização e por sua associação com a semelhança. Apesar das tentativas de artistas e críticos para colocar retratos fora do modernismo, o retrato desempenhou um papel fundamental, repensando os tipos de questões que envolvem a representação e interpretação artística que preocupavam artistas de vanguarda. Apesar de poucos artistas modernistas serem exclusivamente retratistas no sentido convencional, a maioria deles se voltou para retratos em algum momento de suas carreiras. O lugar do retrato no século XX é complicado pela sua diversidade: enquanto alguns artistas de vanguarda tentaram fazer “retratos” abstratos, outros continuaram uma tradição de fazer retratos miméticos e vendê-los profissionalmente (WEST, 2004: 188).

## **ANÁLISE DO RETRATO DE ACORDO COM AS CLASSES DE RETRATO DIALÓGICA E NARRATIVA**

Os retratos podem ser separados, de forma exaustiva, em muitas classes ou categorias (cf. Rosa Martinez-Artero 2004; Collins [2008?]). Para analisar a obra *Retrato de Murilo Mendes*, 1930, por Alberto da Veiga Guignard, propomos a introdução de, ao menos, duas novas classes — retrato dialógico e retrato narrativo. Tais categorias foram desenvolvidas por Felicity Allen (2014) e Sara Lawrence-Lightfoot (2005). Supostamente, e de acordo com nossa abordagem, um retrato pode ser classificado como pertencente a mais de uma categoria, classe ou tipo, em diferentes níveis de intensidade.

Através do levantamento bibliográfico, encontramos onze classes de retrato, nove das quais por Rosa Martinez-Artero (2004) e Collins ([2008?]). Porém, para o fenômeno investigado, notamos que as classes elaboradas são insuficientes para categorizar esses retratos em específico. Neste artigo detalharemos apenas duas classes: retratos narrativos e dialógicos — resultantes de uma surpreendente morfologia de tipos e categorias advindos do estudo dos retratos de poetas feitos por pintores no período do modernismo brasileiro. O desenvolvimento teórico dos retratos narrativo e dialógico se deu a partir das autoras Felicity Allen (2014) e Sara Lawrence-Lightfoot (2005), que aplicaram os termos em um contexto

diferente. É necessário o desenvolvimento mais aprofundado dessas classes, mostraremos aqui, resultados ainda iniciais. Há uma importância muito grande em investigar essas duas classes de retrato, pois são fundamentais para a compreensão da retratística pictórica do modernismo brasileiro. No retrato dialógico, são examinadas as propriedades que “dialogam” diretamente com um movimento artístico reconhecido. Neste caso específico, o que é examinado são as propriedades que caracterizam um determinado movimento artístico. Neste caso específico, no modernismo brasileiro, tais propriedades são regras comuns, convenções, disposição, leis, prescrições, tendências, composição (cor e forma). Trata-se, supostamente, de um retrato que “conversa” que faz parte de um diálogo com um determinado movimento artístico. Neste caso nós estaríamos observando um fenômeno retratístico que atua sobre seu objeto (retratado) e sofre, dele, forte influência causal. O pintor ao retratar o poeta, pode se influenciar pela obra literária do mesmo, assim como se influencia pelas propriedades do movimento. Supõe-se que não estamos vendo pessoas nesses retratos, mas padrões de atividades estéticas. Tais padrões tem "origem" no sistema fonte (escritor retratado) ou/e no sistema alvo (poeta/escritor).

A artista visual Felicity Allen (2014) usou o termo "retrato dialógico" no seu projeto *Begin Again*, mas com uma abordagem diferente da presente pesquisa. Segundo a autora, em seu projeto os retratos se desenvolveram ao longo da duração do mesmo e em resposta aos seus 76 espectadores. Felicity Allen (2014) desenvolveu dois outros projetos, e os nomeou de retratos dialógicos: *Six Encounters* e *Life Painting*, cujos temas incluíram tempo, lugar, reconhecimento e performatividade, através dos quais Allen explorou diversas possibilidades do retrato (ALLEN, 2014).

Sobre o retrato narrativo, ele exhibe uma sequência temporal, ou narrativa, de eventos ou fatos. Trata-se, supostamente, de um retrato que “narra” um acontecimento, como uma espécie de um monólogo. Neste caso nós estaríamos observando um fenômeno retratístico que atua sobre seu objeto (retratado), mas que não sofre dele influência causal. Mas o que significa isso? Os retratos dessa classe se descrevem em uma sequência narrativa, que aparecem na obra através de elementos que indicam seus aspectos. Ex: expressão do personagem, ambiente onde se insere (se interno ou externo, se possui cortinas e objetos), suas roupas (paletó e gravata do sujeito, que podem remeter a características de sua personalidade).

O conceito de Retrato Narrativo foi encontrado apenas em um artigo publicado em 2005 por Lawrence-Lightfoot, no *Sage Journals*. No artigo a autora Lawrence-Lightfoot (2005), relata que o processo de criação de retratos narrativos é um processo criterioso e altamente criativo em que os dados devem ser examinados cuidadosamente, pelo enredo que emerge do material. No entanto, não há uma única história; muitas poderiam ser contadas. Então, o retratista está ativo na seleção dos temas que serão utilizados para contar a história, estratégico na decisão de pontos de foco e ênfase, e criativo na definição da sequência e ritmo da narrativa. O que fica de fora muitas vezes é tão importante quanto o que é incluído — os espaços em branco, os silêncios, que também moldam a forma da história. Segundo a autora, para o retratista, então, há uma dinâmica crucial entre documentar e criar a narrativa entre receber e modelar, refletir e impor, espelhar e improvisar uma sequência de paradoxos. O esforço para alcançar coerência flui organicamente a partir dos dados e do testemunho interpretativo do retratista (LAWRENCE-LIGHTFOOT, 2005: 5).

#### **RETRATO DE MURILO MENDES, 1930 por ALBERTO DA VEIGA GUIGNARD**

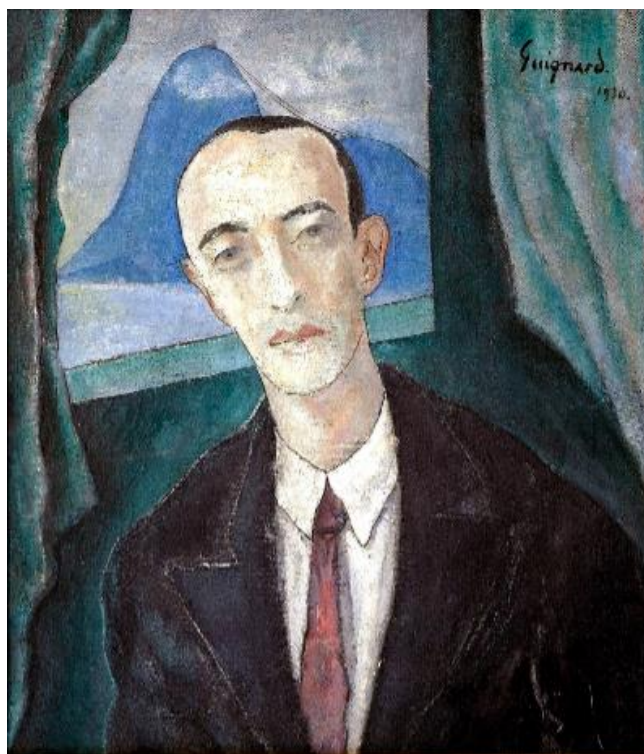


Figura 1: Murilo Mendes - *Retrato de Murilo Mendes* por Guignard, óleo sobre a tela, 60,5 X 52 cm, 1930.

Fonte: <http://www.museudeartemurilomendes.com.br/index.php>.

O poeta Murilo Mendes nasceu em Juiz de Fora, Minas Gerais em 1901. Na década de 20, o poeta se mudou para o Rio de Janeiro para trabalhar como arquivista na Diretoria do Patrimônio Nacional. Mendes recebeu o Prêmio Graça Aranha com seu primeiro livro "Poemas" e participou do Movimento Antropofágico. Iniciou seus estudos em Juiz de Fora — entre 1912 e 1915, estudou poesia e literatura. Em 1920, passou a colaborar com o jornal “A Tarde”, de Juiz de Fora, produzindo artigos para a coluna Chronica Mundana, com a assinatura MMM e depois com o pseudônimo “De Medina-celli”. Em 1924, passou a escrever poemas para as duas revistas modernistas: “Terra Roxa e Outras Terra” e “Antropofagia”. Em 1930, lançou seu primeiro livro "Poemas", revelando nessa primeira fase de sua poesia a influência do Movimento Modernista, quando aborda os principais temas e procedimentos do Modernismo brasileiro dos anos 20, como o nacionalismo, o folclore, a linguagem coloquial, o humor e a paródia. Escreve ainda: “Bumba-Meu-Preta” (1930) e “História do Brasil” (1932) fonte (SOUZA, 2006).

Segundo Oliveira, “sua afeição aos pintores foi uma constante de sua vida. [...] Seus livros de poesia e de prosa estão cheios de referências a pintores, de apreciações de suas obras, de louvores aos de sua admiração” (OLIVEIRA, 1991: 16).

Em 1930 Murilo Mendes foi retratado por Alberto da Veiga Guignard (1896-1962), um dos maiores retratistas do período modernista, que trazia referências européias para suas obras pelo fato de ter estudado dos 11 aos 33 anos na Alemanha e Itália. Quando ingressou na academia de Munique em 1917, se aproximou do pintor Hermann Groeber e ilustrador Adolpho Groeber e ilustrador Adolpho Hengeler. Prosseguiu os estudos em Florença, onde se identificou com a obra de Alessandro Botticelli e de Raoul Dufy. Fez muitos retratos de seus amigos, intelectuais, artistas e de si mesmo em auto-retratos (estima-se o total de 300 retratos). O pintor ficou muito conhecido na historiografia brasileira pelo seu uso da cor e pela capacidade de pintar diversos gêneros da pintura (FROTA, 1997: 301).



Para investigar o retrato que o artista plástico Guignard produziu, é importante compreendermos o percurso dessa obra no contexto da história da arte brasileira no período que abrange os anos 20/30. Guignard retratou Mendes quando volta da Europa para o Rio de Janeiro, em 1930, quando rapidamente se integrou no cenário carioca:

O centro do Rio de Janeiro, tendo como eixo a Avenida Rio Branco, era então reduto da boemia artística. Guignard foi um animado frequentador de clubes, festas da sociedade, concertos no Teatro Municipal e bailados Klara Korte no teatro João Caetano. A Pro-Arte, associação cultural fundada pelo alemão Theodor Heuberger, promovia, entre outros eventos, bailes carnavalescos chamados de "festas artísticas". Guignard circulava tanto pelos lugares da sociedade quanto pelas ruas, registrando os personagens e os modos de viver cariocas (FROTA, 1997: 302).

Antônio Bento relata como Guignard se inseriu no meio cultural do Rio de Janeiro:

Pelas minhas recordações, já recuadas no tempo, embora ainda nítidas, travei conhecimento com Guignard em 1929 — faz agora precisamente meio século — através do poeta Murilo Mendes. Foi um encontro em frente ao antigo Palace Hotel, quando íamos à abertura de uma exposição de pintura lá apresentada. Ficamos amigos desde então. Muito ligado a Ismael Nery, Murilo logo levou Guignard à casa desse seu colega, o pioneiro do surrealismo no Brasil. Lembro ainda que o expressionista fluminense se mostrou interessado pelas obras de Ismael Nery. Portinari tinha partido nesse mesmo ano para a Europa, no gozo do prêmio de viagem ao estrangeiro. Só regressou ao Rio em 1931, quando Guignard o conheceu e passou a ter por ele muito apreço. Também o mestre Di Brodóski retribuía os sentimentos de amizade e admiração por Guignard. Julgava-o, depois dele próprio, o pintor brasileiro mais importante, pela sua maestria como desenhista (DA VEIGA GUIGNARD et al., 2005: 77).

Na obra analisada (Fig. 1), o personagem central é o poeta Murilo Mendes. De acordo com as classes desenvolvidas no presente artigo este retrato de Murilo Mendes feito por Guignard é proporcionalmente dialógico e narrativo. O dialogismo é observado pelas influências do movimento modernista através da estética usada na representação tanto do personagem quanto do fundo. Guignard foi influenciado fortemente pelo modernismo. A Alemanha foi uma importante fonte de conhecimento para os artistas brasileiros que foram

estudar no exterior, como Segall, Anita Malfatti — que estudou com Lovis Corinth, e Guignard — que estudou com Adolfo Hengeler. O pintor no período em que permaneceu em terras germânicas, visitou algumas exposições de arte moderna, e desde então se fascinou pelo modernismo. Em 1929, Guignard voltou para o Brasil, onde teve um choque com o ambiente artístico, notavelmente atrasado em relação à Europa. O pintor volta da Europa e vai diretamente para o Rio. Por intermédio de Ismael Nery conhece um grupo de artistas e intelectuais no Rio de Janeiro — Cícero Dias, Emiliano Di Cavalcanti, Murilo Mendes, Antonio Bento e Mário Pedrosa entre outros (MENDES, 1996: 35). Um ano depois, em 1930, Guignard retrata o poeta Murilo Mendes, que integrava sua rede de *network* artístico.

Pode-se perceber uma sequência narrativa nesta obra, pela presença de elementos que indiciam o momento da produção do retrato. O personagem está inserido em um ambiente interno, com vista para o externo, onde é possível identificar a paisagem carioca do Pão de Açúcar. Na obra, as cortinas são verdes com muitas sombras escuras e contrastes com branco. O cenário parece ser um quarto com uma janela muito grande. As cores são usadas em tons frios para pintar céu, mar e morros. A tinta é usada de forma diluída, com a pincelada fluida pela obra. A paisagem do retrato se localiza a esquerda com uma linha vertical que separa o exterior e interior e a imagem do poeta ao centro. A desproporção sugere a intersecção dos planos e mantém um fundo que enfrenta a perspectiva tradicional. As linhas comprimem os volumes das coisas e dos corpos.

Através desta representação é possível observar a sobriedade do cenário por suas cortinas escuras e tons sombrios na parede. Esta tonalidade sombria do interior da cena é interrompida pela luz que emana da pele e da roupa do poeta. A seriedade do poeta pode ser indicada por sua indumentária que atribui a ele um caráter formal, porém, esta indumentária, mesmo simples — paletó preto sobre camisa branca, com o adereço da gravata ocre avermelhada, ao contrário de denunciar as dificuldades materiais do retratado neste período carioca, indicam sua ousadia tipicamente modernista. Há algumas entradas de luz que iluminam essa indumentária do personagem, destacando-se as cores de sua vestimenta que contrastam com o escuro do fundo e os detalhes da janela (FURTADO, 2003).

Murilo Mendes é visto por Guignard como um poeta intelectual. O esforço do retratista em representar os traços fisionômicos de Mendes, particularmente no que se refere

ao caimento dos ombros, à redução do volume do cabelo e ao alongamento da testa e do pescoço, conferem à sua imagem um aspecto respeitável e senhoril. Os olhos delineados de modo tênue, como que ausentes ou em devaneio, prenunciam o futuro epíteto de “poeta visionário”. A cabeça avantajada demonstra a forma como Guignard enxerga Murilo — inteligente e intelectual (FURTADO, 2003).

Segundo Eleotério (2011), em *Retratos-relâmpago, Janelas Verdes, A idade do Serrote* escritos por Murilo Mendes, estão repletos de referências afetuosas e de admiração intelectual. A valorização da amizade entre artistas acontecia tanto no nível estético, na medida em que funcionaria como motivo de organização e inspiração poética, quanto no nível afetivo. Murilo colecionava amigos assim como essa parte de sua obra colecionava “personagens” (ELEOTÉRIO, 2001).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pintores modernistas, mesmo que distintos por singularidades particulares, estão inseridos, e são influenciados, por um conjunto de ideias comuns de um período, grupo de amigos artistas, técnicas e artefatos, etc. Nessa abordagem, caracterizamos um “conjunto de ideias” como um “modelo” seguido por artistas, em uma mesma região e período temporal.

O fenômeno que abordamos aqui, neste artigo, embora notavelmente relevante, é pouco, ou mal, compreendido por diversas comunidades acadêmicas: (i) ele possui certa correspondência, ou equivalência, com fenômenos correlatos em diversos países (França, Inglaterra, Irlanda, etc). (ii) Ele possui uma alta incidência entre nós (iii) os retratos no modernismo representam padrões e recursos estéticos associados ao modernismo, e suas subdivisões. Não trata-se, portanto, do registro documental, pictórico, de indivíduos. (iv). Construimos uma tipologia, que inclui noções que designam classes não apreciadas (dialógica e narrativa). Em nossa argumentação, elas são cruciais para explicar a variedade de casos empíricos observados.

Para muitos teóricos, a função do retrato é mimetizar indivíduos, muitas vezes representando seu status social, posição hierárquica, perfil étnico, posição religiosa e política, entre outros. Retratos não são “apenas” semelhanças, mas complexos processos representacionais, ou semióticos, em que se observam diversos aspectos que podem ser interpretados em diferentes momentos e lugares.

O rico e complexo cenário do modernismo no Brasil influenciou a produção artística do período, caracterizando uma nova modalidade de retratos no qual o produto final foi o resultado de todos os aspectos internos e externos que circundavam a obra, tais como características pessoais do retratado, linguagens particulares do artista, movimento inserido, material de trabalho, etc. O pintor, ao executar a sua obra sofre forte influência tanto de seu próprio repertório como da obra literária do escritor e estes aspectos estão intrínsecos na construção do retrato. Tal processo pode ser entendido como uma espécie de “filtro” — a junção do repertório associado a obra pictórica do pintor e da obra literária do escritor e poeta, somados as propriedades que caracterizam os movimentos a que pertencem pintor e escritor. Fatores externos também atuam sobre o fenômeno. A produção do pintor de retratos é influenciada pela crítica de arte, pelos fabricantes de tintas, pelo curadores e críticos. Neste sentido, o retrato pintado não fornece apenas o registro de um evento, mas o modo como ele nos permite ver certos sujeitos ou personagens, às circunstâncias e os relacionamentos em suas próprias experiências. O pintor retratista não retrata um indivíduo, mas um padrão complexo e regular de comportamento que é, ao mesmo tempo, histórico, estético, social, psicológico e semiótico.

No presente artigo foi analisada a obra *Retrato de Murilo Mendes, 1930*, de acordo com as principais proposições teóricas — elas delimitam a natureza das classes “retrato dialógica” e “narrativa”. A análise não refuta nossa principal argumentação — o retrato, no modernismo brasileiro, representa um movimento artístico, um padrão regular de atividade estética, e não um indivíduo. O *retrato de Murilo Mendes, 1930* observado e analisado não exibiu atributos classificatórios puros. Isto é, muito dificilmente, através da análise de retratos modernistas, encontramos um retrato puramente narrativo ou dialógico. Mais correntemente, assim como a obra analisada, encontramos casos em que as categorias se fundem, com graus ou gradientes distintos de intensidade.

## BIBLIOGRAFIA

ABREU, Andreia Manuela Passos de. Gertrude Stein e o cubismo literário. 2008. Tese de Doutorado. Universidade Aberta.

ALLEN, F. Dialogic Portraits: Life Painting by Felicity Allen. 2015. Turner Contemporary. Disponível em: <<https://www.turnercontemporary.org/exhibitions/dialogic-portraits-life-painting-by-felicity-allen>>. Acesso em: 05 abr. 2019.

BURCKHARDT, Jacob. A cultura do renascimento na Itália: um ensaio. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

COLLINS. Neil. Portrait Art. History, Characteristics, Types of Portraiture [2008?]. Disponível em: <<http://www.visual-arts-cork.com/genres/portrait-art.htm>>. Acesso em: 14 de maio de 2019.

DAIBERT, Arlindo. Caderno de escritos. GUIMARÃES, Júlio Castañon (Org.), Rio de Janeiro, Sette Letras, 1995.

ELEOTÉRIO, Maria de Lourdes. Murilo Mendes, Colecionador. Remate de Males, Departamento de Teoria literária IEL/UNICAMP, Campinas: UNICAMP, no. 21, 2001.

FURTADO, Fernando Fábio Fiorese. *Murilo na cidade: os horizontes portáteis do mito*. Blumenau: Edifurb, 2003.

FROES, Leonardo. Quadros e Dólares. O Globo. Rio de Janeiro, 27 de setembro de 1988. Segundo Caderno.

FROTA, Lélia Coelho. Guignard: arte, vida. Rio de Janeiro: Campos Gerais, 1997.

LAWRENCE-LIGHTFOOT, Sara. Reflections on portraiture: A dialogue between art and science. *Qualitative Inquiry*, v. 11, n. 1, p. 3-15, 2005.

MADÉLINE, Laurence; MARTIN, Marilyn. Picasso and Africa. Réunion des musées nationaux, 2006.

MARTÍNEZ-ARTERO, Rosa. El retrato: del sujeto en el retrato. Editorial Montesinos, 2004.

OLIVEIRA, Caetano. Murilo Mendes Por Flávio de Carvalho. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/ppghistoria/files/2012/04/Renata-Oliveira-Caetano1.pdf>>. Acesso em: ago. 2019.

SOUZA, Valmir de. *Murilo Mendes: da história satírica à memória contemplativa*. 2006. PhD Thesis. Universidade de São Paulo.

STEIN, Gertrude. "Picasso". 1912. *Look at Me Now and Here I Am: Writings and Lectures 1911-45*. Ed. Patricia Meyerowitz. London: Penguin, 1971. 213-215.

WEST, Shearer. *Portraiture*. Oxford: Oxford University, 2004.

## Usos públicos do medievo e perspectivas acadêmicas: possibilidades de diálogo.

---

### A FIGURA DA MULHER CORTESÃ: AS MANIFESTAÇÕES DA ESCRITA FEMININA NO RINASCIMENTO

Mercede Guardato<sup>185</sup>

**RESUMO:** O presente trabalho se propõe a apresentar as manifestações da escrita feminina na literatura italiana no período do *Rinascimento*. As escritas femininas da época constituem um número bastante limitado, embora esse número esteja aumentado consideravelmente conforme os estudos e as pesquisas sobre o tema aumentam. No ambiente da corte surge a figura da mulher cortesã que revolucionaria a prática poética feminina, permitindo que as mulheres conseguissem empunhar uma caneta para manifestar seus amores e seus desejos, suas experiências de vida e suas reflexões sobre religiosidade, mas principalmente fazer com que suas vozes fossem ouvidas em um contexto no qual o homem era detentor da cultura e da instrução, subvertendo os valores que retratavam uma figura feminina idealizada.

**PALAVRAS-CHAVE:** Escrita feminina; *Rinascimento*; poesia.

#### INTRODUÇÃO

A prática da leitura, mas principalmente a prática da escrita, não eram difundidas nas populações mais baixas. Enquanto a leitura ainda era mais frequente nas classes médias e popular, a escrita ocorria somente entre as classes mais privilegiadas, as quais tinham acesso à instrução e aos estudos. Nesse quadro, as mulheres não tinham participação expressiva, sendo excluídas muitas vezes do processo educativo mesmo fazendo parte de classes mais elevadas da sociedade. Em questão de quantidade, é importante destacar que o fato da escrita ser restrita a uma população privilegiada representa uma problemática não especificamente ligada às mulheres, mas independente dos gêneros.

---

<sup>185</sup> Graduanda em Letras Italiano-Português pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail: mercedeguardato.design@gmail.com

A escrita pode ser analisada como um produto literário ou como uma prática social, mas em todos os casos, o gênero masculino na época do *Rinascimento* italiano detinha seu uso para ingressar ou tornar-se participante das elites. Portanto, a escrita era praticada pela elite e seus produtos eram dirigidos para um público igualmente elitizado.

Neste momento a escrita literária é diretamente associada ao nascimento da individualidade moderna: a participação do indivíduo e o pensamento humanista aceleram o desenvolvimento da escrita na cultura do contexto histórico, obviamente ainda manipulada pelas mãos dos homens e das elites, mesmo que de forma renovada.

## **1. O PAPEL FEMININO NO RINASCIMENTO**

A história das mulheres parece ocorrer ao longo dos séculos de forma lenta e até silenciosa, porque, até o século XIX, o gênero feminino vive uma história de submissão e ocupação nas tarefas domésticas. No entanto, existem diferenças significativas da situação da mulher na sociedade entre as classes sociais e seus modos de vida.

As mulheres que eram capazes de escrever produziam documentos escritos, e essa produção diz respeito a ambientes aristocráticos e mais ricos. Entre as manifestações da escrita feminina temos especialmente cartas e diários, entre textos literários mais raros. A figura feminina era mais uma representação feita pelos escritores, que apresentam em suas obras uma mulher aristocrática que deve saber administrar a casa e comportar-se bem na sociedade. Figuras bem identificadas de mulheres emergem das fontes. Em muitos tratados escritos por homens é apresentada a imagem ideal da mulher, descrita com aspectos morais tais como dignidade, discrição e honestidade. Além dessas virtudes, devem ser adicionadas habilidades práticas, como saber costurar e governar a casa. Sem mencionar o fato de a mulher ideal ser vista como procriadora dos filhos e como uma esposa fiel ao marido, sem poder interferir em seus negócios. Essas qualidades deviam ser inerentes às mulheres de todas as classes sociais. Uma menina que nascesse em uma família aristocrática não era bem recebida, pois apesar da família ter condições ideais para criá-la, não contribuía para o aumento das economias como os filhos homens faziam, e ainda gerava a necessidade de se estabelecer um dote compatível com as riquezas dos pais. As meninas das famílias aristocráticas eram proibidas de saírem de casa e eram educadas no ambiente familiar até os sete ou oito anos, momento no qual eram enviadas para um convento, onde aprendiam a



escrever e a realizar tarefas domésticas. Já as meninas das classes mais modestas viviam no lar e aquelas que moravam nas zonas rurais eram mais livres e tinham a oportunidade de ter contato com outras pessoas além dos familiares.

De todo modo e em todas as camadas sociais, a educação para as mulheres era vista como inútil, e aquelas que eram instruídas eram vistas com desconfiança e eram fortemente criticadas ao se expressarem ou até mesmo ao se pronunciarem. Todavia, a partir do *Cinquecento*, especialmente no Norte da Europa, se difundiram as instituições educacionais exclusivas para as meninas da classe média, nas quais elas aprendiam a ler e a escrever. Até o século XIV a contribuição feminina na produção literária veio em toda a Europa principalmente das freiras, que montavam livros para a biblioteca do mosteiro, especialmente por ordens externas. As freiras se ocupavam das cópias de trabalhos recebidos. Depois do século XV, as mulheres envolvidas neste trabalho de copistas apareceram fora da esfera monástica, atuando em lojas de copistas, ao lado dos pais, dos maridos ou dos irmãos. O exemplo mais famoso é de Christine de Pizan. Nascida em Veneza, mudou-se para a França e casou-se com o chanceler do rei da França, através do qual aprendeu a auxiliar o marido na preparação de atos e documentos, conseguindo depois de sua morte se sustentar graças a seu trabalho como copista de livros de luxo para a corte. Assim sendo, a princípio a escrita feminina era um instrumento de trabalho, fator que certamente abriu as portas para a criação literária verdadeira e própria pelas mãos das mulheres.

## **2. O SURGIMENTO DA CORTESÃ E A PRODUÇÃO LITERÁRIA FEMININA**

Os estudos existentes sobre escrita feminina ainda não conseguem gerar um panorama vasto de modo a permitir uma reconstrução da difusão da prática, mas acima de tudo não conseguem descrever o que significava para uma mulher na época do *Rinascimento* empunhar uma caneta. Uma mulher escrever equivalia a um grande desafio, habilidade abordada ainda com medo e limitada pelo ambiente e pelas condições sociais.

Embora possa ser denotada a presença da escrita feminina na família e nos arquivos monásticos e notariais, essas memórias até o século XVII são desprovidas de subjetividade, e somente entre os séculos XVIII e XIX os escritos das mulheres tornam-se, pouco a pouco, cada vez mais conscientes. A vontade das mulheres expressarem suas vozes e de contar sobre suas vidas encontra espaço na escrita biográfica, uma elaboração intimista de representar seu

contexto social através da experiência pessoal. Mesmo que tímidas, as narrativas biográficas vão surgindo, mas ainda conscientes de que a escrita que nascia não tinha muita capacidade de ação dentro do sistema social.

No *Rinascimento* ocorre uma evolução notável da figura feminina em muitas áreas, levando à sua efetiva emancipação e alcançando sua promoção social que aconteceria apenas no século XVIII na Europa. Durante os séculos, o papel da mulher permaneceu subordinado ao homem nos mais diversos campos. Esse discurso emancipatório é válido para a sociedade aristocrática e não diz respeito aos estratos inferiores da população, por não estarem no âmbito dos interesses da cultura do mundo da corte. Nesse ambiente da corte, ao lado dos homens que detêm o poder político e militar, aparecem algumas figuras de mulheres nobres que não são mais relegadas a uma posição subordinada. Um exemplo significativo é a representação das cortesãs, senhoras da corte que tinham a função de alegrar com a “sua graça”: trata-se de figuras destinadas ao entretenimento do homem e a serem "objeto de desejo", característica que será expressa em mais de um autor do período do *Rinascimento*. Este é precisamente o conceito de cortesã, que se tornou quase sinônimo de prostituta, ou pelo menos a figuração de uma mulher fácil que se doa aos seus pretendentes. Em geral, as cortesãs faziam parte das camadas mais altas da corte e eram mulheres cultas, leitoras de obras literárias e muitas vezes, apreciadoras de música.

Durante o *Rinascimento*, havia uma certa liberdade quanto à moralidade sexual, reflexo da cultura renascentista que cessaria com o advento da Contrarreforma, que atuou contra outras denominações religiosas promovendo meios de expansão da fé católica.

A figura da cortesã é até mesmo reconhecida em documentos autênticos da cúria papal. Em um censo compilado por ordem da autoridade suprema de Roma, as cortesãs são contabilizadas em números exorbitantes e são divididas e categorizadas entre cortesã honesta e cortesã prostituta.

As cortesãs honestas eram mulheres que tiveram acesso à educação e por isso, provinham de famílias de classe mais alta. Além de atributos sociais, eram escolhidas pelos atributos físicos e as “boas maneiras”, tais como a educação e a capacidade de saber se comportar seguindo as etiquetas dominantes na corte. Na maioria dos casos, essas cortesãs eram de origem próspera e podiam até ser casadas e somente agiam como cortesãs para o progresso social ou político de si mesmas e de seus cônjuges. As relações entre cortesã e amantes duravam pouco e terminavam quando a mulher ou o cônjuge recebessem o status ou

a posição política almejada. Muitas vezes as relações extraconjugais eram tratadas como um acordo comercial, que envolvia favores e compensações financeiras. Geralmente, os cônjuges envolvidos, tanto o do benfeitor quanto da cortesã, estavam cientes das disposições dos acordos. Acordos desse tipo eram comuns durante os séculos XVII, XVIII e XIX, bem como no início do século XX, e publicamente aceitos em ambientes ricos. Já as cortesãs honestas não casadas, eram mantidas por um ou mais clientes ricos e gozavam de grande independência e liberdade. Segundo alguns escritores da época, as cortesãs geralmente se vestiam melhor do que as mulheres nobres, de modo era difícil distinguir umas das outras.

As cortesãs prostitutas eram mulheres também instruídas e não casadas, que por algum motivo social ou familiar se prostituíam principalmente para o próprio sustento. Durante o dia atuavam como “damas de companhia” passeando com seus amantes e clientes, dos quais recebiam presentes e compensações financeiras. As casas dessas mulheres se transformavam em salas de recepção populares, nas quais os nobres se reuniam em busca de diversão. Os salões das cortesãs eram frequentados por artistas conhecidos, membros das autoridades locais e nobres estrangeiros. Os salões de nível superior foram locais nos quais ocorreu uma grandemtroca cultural, pois os frequentadores muitas vezes eram ilustres estudiosos da época e discursavam sobre literatura, poesia e arte.

No entanto, a diferença das cortesãs honestas, as prostitutas não gozavam de respeito dentro da sociedade e essas mulheres “livres” eram frequentemente excluídas e banidas das vidas sociais, restringindo seus convívios nas paredes de seus salões ou sendo obrigadas a mudar de cidade por causa de perseguições e preconceitos sofridos. Sem falar das doenças mortais da época como a sífilis, que se disseminavam largamente. Enquanto as prostitutas honestas possuíam recursos para se tratar com médicos sem levantar suspeitas de suas doenças dentro da corte, as prostitutas ou não podiam recorrer a médicos, ou tinham seu segredo revelado ao consultar-se. Muitas continuavam exercendo a profissão até a morte e outras recorriam a charlatães em busca da cura. De todo modo, as cortesãs prostitutas sofriam muitas consequências caso adoessem.

Como foi visto, muitas cortesãs eram nobres e foram educadas. Algumas delas eram poetisas dentro da corte ou nos salões e produziram canções inspiradas em poemas petrarquistas, dando origem à primeira manifestação de literatura feminina dentro da corte. O ambiente de elevada cultura das cortes em que a cortesã viveu no século XVI, influenciou a competição entre essas e as assim chamadas “mulheres honestas”, igualmente cultas. Entre as

mulheres cortesãs, destacam-se grandes nomes como Vittoria Colonna e Veronica Gambara, Veronica Franco, Gaspara Stampa e Tullia d'Aragona.

A pesquisa visa trazer à luz manifestações de escrita poética de duas mulheres entre as maiores expoentes da produção literária do *Rinascimento*: as cortesãs Tullia d'Aragona, e Gaspara Stampa. Para tal, as autoras serão abordadas sob uma perspectiva social focando em problemas interpretativos comuns das limitadas obras existentes, no intuito de questionar a exclusão das mulheres da escrita como fenômeno totalizador.

### **3. AS MANIFESTAÇÕES POÉTICAS DE TULLIA D'ARAGONA E GASPARA STAMPA**

Tullia d'Aragona nasceu em Roma em 1508, filha de Giulia Campana, uma cortesã de Ferrara muito conhecida na alta sociedade. Presumivelmente, era filha de Luigi de Aragão, nobre de sangue real e cardeal durante o pontificado de Leão X. Viveu em Roma, em Florença e depois Siena, cidades nas quais recebeu uma excelente educação.

Tullia, uma personalidade descrita como sedutora, retorna à cidade natal Roma, que vivia um momento de grande efervescência. Logo ela se torna uma cortesã e começa a desenvolver suas habilidades literárias. Incentivada pelas inúmeras dedicatórias de escritores que a descreviam como uma mulher inteligente e elegante, continua cultivando a literatura e a música, tornando-se uma figura bastante conhecida na cidade. Inaugura uma sala de estar frequentada por figuras proeminentes da sociedade da época. Nesse local, Tullia apresenta seus versos e encanta muitos homens com seu jeito sedutor e sua bagagem cultural. Teve diversos amantes, entre os quais o cardeal Ippolito de' Medici, e o pai de Torquato Tasso, Bernardo Tasso. Devido à sua atividade cortesã, se encontra com muita frequência em situações de perseguição, sendo obrigada a mudar de cidade com frequência. Sofre humilhação ao ser obrigada a usar as marcas de identificação impostas àquelas que praticavam a profissão de cortesã: um véu ou uma fita amarela.

Sua poesia recebeu muitas críticas dos moralistas e dos homens que rejeitava. Busca no casamento com Silvestro Guicciardini a proteção contra as leis impostas às mulheres cortesãs, mas sua fama a persegue impedindo que seu valor literário seja devidamente reconhecido, sendo ironicamente apelidada de “cortesã dos acadêmicos”. Tullia morreu em

1556, deixando sua marca na literatura feminina italiana como uma das maiores poetisas do *Rinascimento*.

Como a maioria dos escritores do século XVI, Tullia é fortemente influenciada pela obra de Petrarca, dedicando-se assim à poesia amorosa. Entre os seus trabalhos o mais famoso é *Diálogo do Infinito do Amor* (1547), uma extrovertida conversa amorosa com a qual pretende entreter um de seus amantes, Benedetto Varchi.

#### **A Benedetto Varchi**

Varchi, il cui raro e immortal valore,  
ogni anima gentil subito invoglia,  
deh! perchè non poss'io, com'ho la voglia  
del vostro alto saver colmarmi il core?

che con tal guida so ch'uscirei fore,  
de la man di fortuna, che mi spoglia  
d'ogni usato conforto: e ogni mia doglia  
cangerei in dolce canto, e 'n miglior ore.

Ahi! lassa, io veggio ben che la mia sorte  
contrasta a così onesto e bel desire,  
sol perchè manch'io sotto l'aspre some.

Ma s'i me pur così convien finire,  
la penna vostra almen, levi il mio nome  
fuor degli artigli d'importuna morte.  
(D'ARAGONA, 1891, pag. 35)

Em seu dialogo amoroso, a poetisa traz à tona o ponto de vista feminino, atraindo a atenção para sua escrita por parte do público feminino. Em sua obra, os poemas parecem ocasionais e utilizam amplamente as metáforas de forma artificial, todavia revelando grande liberdade de expressão. Tullia não se isenta de expressar o prazer físico e suas alegrias ao se encontrar com os amantes, escrevendo sobre o desejo feminino, demonstrando certa sexualidade em seus versos.

Gaspara Stampa, nasceu em Pádua em 1523. Seu pai era um rico joalheiro que lhe permitiu ter uma boa educação. Ainda muito jovem começa a estudar música e métrica. Após a morte de seu pai sua família se mudou para Veneza com o intuito de continuar dando uma boa instrução para ela e seus irmãos. Na cidade ganha fama com suas obras literárias, adquirindo a alcunha de "excelente música", sendo a ela dedicadas diversas obras literárias devido à sua beleza. No auge da juventude e da fama conhece o homem que amará

apaixonadamente e a quem dedicará suas canções: o conde Collaltino di Collalto, um jovem capitão dos exércitos de Henrique II da França, obrigado muitas vezes a estar longe de Veneza para servir ao rei. Enquanto a fama de Gaspara cresce e sua consciência literária aflora cada vez mais, a relação entre os dois dura três anos, mas Collalto acaba se casando com outra mulher, e Gaspara se sente abandonada, até se aventurar em uma nova história de amor com o veneziano Bartolomeo Zen.

Em sua obra *Rime*, Gaspara segue os princípios da poesia petrarquista ao tentar exteriorizar os sentimentos dos amores vividos. Ao contrário dos versos de Petrarca, os amores descritos em seus versos não são idealizados ou sonhados. Os amores de Gaspara não são platônicos, mas reais. A poetisa também expressa o medo de ser infeliz, em forte contradição com os momentos de felicidade vivenciados. Ao compreender seu valor como poeta, Gaspara foi uma mulher que reconheceu seu mérito, apesar do temor de se expor por causa das convenções sociais da época, que demandavam discrição. A escritora morreu precocemente em 1554, sem ter sido casada. Sua situação como mulher da época era considerada irregular, pois ou as mulheres viviam com seus maridos ou eram prostitutas. Ao exibir sua obra, Gaspara poderia ter sofrido uma condenação pública, mas acreditou em seu trabalho dedicando-se a cantar em seus versos sua liberdade amorosa e criativa. Seus casos de amor encontram espaço em seu livro de canções, que é considerado um dos mais relevantes da poesia do *Cinquecento*.

A obra *Rime* é um livro de canções que recolhe trezentas e onze composições, entre sonetos, madrigais e canções baseados no modelo petrarquiano, apresentando-se, assim como *Il Canzoniere* de Petrarca, como uma espécie de diário lírico. A estrutura desse diário de amor também segue a estrutura da celebre obra, abrindo-se com um soneto proeminente, *Voi, ch'ascoltate in queste meste rime*, claramente inspirado em *Voi ch'ascoltate in rime sparse* de Petrarca, e termina com um poema de arrependimento. As citações de Petrarca são inumeráveis, mas Gaspara Stampa não é capaz de reproduzir seu estilo ou não deseja fazê-lo, dando vida a versos que expressam grande espontaneidade mediante a libertação da repetição. A coragem emerge de sua poesia ao competir com o modelo de Petrarca.

**Voi, ch'ascoltate in queste meste rime**  
Voi, ch'ascoltate in queste meste rime,  
in questi mesti, in questi oscuri accenti  
il suon degli amorosi miei lamenti

e de le pene mie tra l'altre prime,

ove fia chi valor apprezzì e stime,  
gloria, non che perdon, de' miei lamenti  
spero trovar fra le ben nate genti,  
poi che la lor cagione è sì sublime.

E spero ancor che debba dir qualcuna:  
- Felicissima lei, da che sostenne  
per sì chiara cagion danno sì chiaro!

Deh, perché tant'amor, tanta fortuna  
per sì nobil signor a me non venne,  
ch'anch'io n'andrei con tanta donna a paro?  
(STAMPA, 1994, Pag. 5)

O amor infeliz e não correspondido é o tema dominante desse soneto. A paixão se faz presente nos versos através de referências a encontros amorosos, demonstrando a modernidade de Gaspara ao escrever livremente sobre sua condição de mulher que se permite desfrutar dos momentos de ardor. Seu sofrimento interior é exteriorizado ao pensar sobre a mulher de sorte que tomou o amor de seu homem, uma clara referência ao fato de Collalto ter se casado com outra.

Dotada de grande força estilística e movida por uma forte paixão, Gaspara narra seus amores repletos de desejo, alegria e ciúme. *Rime* foi considerado um livro demasiadamente romântico pelos moralistas e a poetisa somente teve seu trabalho reconhecido dois séculos após sua produção.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As poetisas apresentadas são apenas algumas das muitas que animaram a literatura feminina durante o período do *Rinascimento*, e não há dúvida de que muitas vezes se mostram mais originais que seus colegas homens seguidores de Petrarca, muitos dos quais são apenas imitadores do grande modelo. Algumas dessas cortesãs fizeram uma reinterpretação pessoal da obra-prima do século XIV, expressando o ponto de vista da mulher, que até então era objeto do desejo dos poetas, derrubando de alguma forma uma situação poética até então estagnada.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- E. SONZOGNO: *Rime di tre gentildonne del secolo 16.* / Vittoria Colonna ; Gaspara Stampa ; Veronica Gambará ; con prefazione di Olindo Guerrini. - Ed. stereotipa. - Milano, 1882.
- G. SERVADIO, *La donna nel Rinascimento.* Italia: Garzanti Vallardi, 1986.
- G. STAMPA, *Gaspara Stampa, The Complete Poems: The 1554 Edition of the "Rime," a Bilingual Edition,* a cura e con trad. ingl. di T. Tower e J. Tylus, Chicago, University of Chicago Press, 2010.
- G. STAMPA, *Rime.* Biblioteca Universale Rizzoli, 1978, Introduzione di Maria Bellonci Note di Rodolfo Ceriello R.C.S Libri & Grandi Opere S.p.A., Milano, 1994.
- L. BALDACCI, *Vittoria Colonna, in Lirici del Cinquecento,* a cura di L. Baldacci, Milano, Longanesi, 1975, 581-592.
- N. COSTA ZALESSON, *Scrittrici italiane dal XIII al XX secolo.* Testi e critica, Longo 1982.
- R. DE MAIO, *Donna e Rinascimento,* Napoli, 1995.
- S. RITROVATO, *T'amo mia vita, la mia cara vita.* Antologia portatile del madrigale cinquecentesco, Palomar, Bari 2009.
- T. D'ARAGONA, *Le rime di Tullia d'Aragona, cortigiana del secolo XVI / edite a cura e studio di Enrico Celani* Bologna, presso Romagnoli Dall'Acqua libraio editore, 1891.
- T. D'ARAGONA, *The Poems and Letters;* L. Battiferri degli Ammannati, In: *Il primo libro delle opere toscane,* a cura di E. M. Guidi, Urbino, Accademia Raffaello, 2000.
- V. COPELLO, *Nuove fonti (e prospettive) per Vittoria Colonna.* In: *L'Italianistica oggi: ricerca e didattica,* Atti del XIX Congresso dell'ADI - Associazione degli Italianisti (Roma, 9-12 settembre 2015), a cura di B. Alfonzetti, T. Cancro, V. Di Iasio, E. Pietrobon, Roma, Adi editore, 2017.



# ENTRE A “VIRGEM DO SILÊNCIO” E AS MULHERES ATUANTES: REFLEXÕES SOBRE O LUGAR DO GÊNERO FEMININO NO CATOLICISMO

*Ismael da Silva Nunes\**

**RESUMO:** O presente artigo fará uma busca pelo lugar do gênero feminino na história do catolicismo. Nossa pergunta é se a ideia de mulher da cultura religiosa medieval foi ou não superada, ou ainda, se há caminhos abertos para esta superação. Para tanto, valeremos de fontes medievais e outras mais recentes, aliado a uma observação atenta de fatos que ocorreram e que ocorrem ainda hoje que explicitam o ativismo feminino. Acreditamos na importância de se pensar esta temática tendo em vista seu conteúdo atual e de longa duração.

**PALAVRAS-CHAVE:** Mulheres, Igreja Católica, religião

**ABSTRACT:** This article has searched for the place of women in the history of Catholicism. Our question is whether or not the idea of a woman of medieval religious culture has been surpassed, or are there ways open for this overcoming. To this end, we will use from medieval and more recent sources and with an observation of facts that occurred and still occur today, explicitly or actively female. We believe that the importance of thinking about this theme is to see its current and long-term content.

**KEYWORDS:** Women, Catholic Church, Religion

*“Na sua natureza particular, a fêmea é um ser deficiente e falho. Porque a virtude ativa, que está no sémen do macho, tende a produzir um ser perfeito semelhante a si, do sexo masculino. Mas o facto de ser a fêmea a gerada provém da debilidade da virtude ativa, ou de alguma indisposição da matéria; ou ainda, de alguma transmutação extrínseca, p. ex., dos ventos austrais, que são úmidos, como diz Aristóteles (...)”*

*Tomaz de Aquino, Suma Teológica, I, Q. 92 art. 1º*

---

\* Graduando em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora

*“Mulheres de todo o universo, cristãs ou não crentes, vós a quem a vida é confiada neste momento tão grave à história, a vós compete salvar a paz do mundo.”*

*Paulo VI, 8 de dezembro de 1965*

*“Portanto, para que seja excluída qualquer dúvida em assunto da máxima importância, que pertence à própria constituição divina da Igreja, em virtude do meu ministério de confirmar os irmãos (cfr Lc 22,32), declaro que a Igreja não tem absolutamente a faculdade de conferir a ordenação sacerdotal às mulheres, e que esta sentença deve ser considerada como definitiva por todos os fiéis da Igreja”*

*João Paulo II, Ordinatio Sacerdotalis, 1994*

## **INTRODUÇÃO**

As três citações que iniciam este artigo querem mostrar aquilo que, dentro da história, é um elemento fundamental de compreensão do seu sentido: história é um jogo entre continuidades e descontinuidades; rupturas e permanências. Assim sendo, um dominicano do século XIII como Tomaz de Aquino tem uma visão diferente da de um pontífice do século XX, num período de grandes mudanças dentro do ceio do catolicismo, como o foi Paulo VI. Contudo, a passagem de João Paulo II, em sua definitiva sobre a questão do sacerdócio feminino, *Ordinatio Sacerdotalis*, reforça o elemento da continuidade. Paulo VI, ou mesmo João XXIII, papas tidos como grandes reformadores da Igreja Romana, também mantiveram elementos de continuidade com outros períodos da história. Neste sentido, este trabalho buscará analisar em que passo está o lugar da mulher dentro do catolicismo. Nossa pergunta é se a ideia de mulher da cultura religiosa medieval foi ou não superada dentro do catolicismo, ou ainda, se há caminhos abertos para esta superação. Para responder as questões propostas, necessário é entender qual era o lugar da mulher no cenário religioso medieval, e como este lugar foi se modificando com o tempo.

## II

Três figuras constituem chaves de compreensão para o arquétipo de mulher que vai ser montado no mundo medieval e que seguirá, em certa medida, no imaginário religioso moderno/contemporâneo: Eva, Maria e Maria de Madalena.

**Eva** é a causadora do pecado original, ardilosa, o símbolo da perfídia feminina. Facilmente corrompível, pois caiu nas tentações da serpente, mas pernicioso, perigoso, por ter feito o homem comer do fruto proibido. Esta imagem do feminino está presente na fala de vários homens de importância para o cenário religioso medieval. Abelardo, por exemplo, em sua carta autobiográfica: *Pedro Abelardo a história das minhas calamidades*, afirma em sua defesa diante de Fulberto, tio de Heloísa, que

(...) tal fato não surpreenderia a quem quer que tivesse experimentado a força do amor, e que ele se lembrasse de quantas desgraças já haviam existido nas quais as mulheres atiraram os maiores homens logo desde o início da humanidade.<sup>186</sup>

Paulo de Tarso, apóstolo de escritos que influenciaram de forma significativa o imaginário religioso medieval, irá dizer a cerca das mulheres que “O melhor é o homem não tocar (...). Todavia, para evitar a fornicção, tenha cada homem a sua mulher e cada mulher o seu marido”<sup>187</sup>.

Esta mulher demoníaca vai aos poucos ganhando outros moldes e já no século XI outro tipo de literatura e ações tendem a mudar, um pouco, a visão sobre a mulher. No século XII cresce o culto a virgem Maria, dentro de um contexto de exaltação da virgindade, o que leva a ideia de redenção das mulheres. Maria é a Ave, ou seja, aquela que faz o contrário da Eva. Se pela última o pecado entra no mundo, pela primeira, a salvação se é alcançada. Assim, a mulher tem em Maria um ideal a ser buscado, porém, um ideal inatingível, ora pois, a mãe de Jesus de Nazaré é pura perfeição. Enquanto isso, na cabeça destes homens medievais a mulher é, por extremo e inevitavelmente, pecadora. Como conciliar, como encontrar caminhos para um ideal de vida reta para o gênero feminino?

---

<sup>186</sup> ABELARDO, 1988, p. 226

<sup>187</sup> BIBLIA DE JERUSALEM 1 Cor. 7: 1-3

É em Maria Madalena que se encontra a conciliação entre o desequilíbrio Eva/Maria. Ela é o meio termo possível que se constrói na reconciliação. Aquela que era pecadora, que abrigou a totalidade dos demônios em si, agora, foi liberta por Jesus de Nazaré e passa a O acompanhar dia a dia, cara a cara e intimamente. Madalena é, assim, a imagem da mulher possível, alcançável. O seu exemplo se torna base de referência para a ação de muitos padres que começam a buscar auxiliar as mulheres no “caminho à salvação”. No dizer de Duby estes homens buscavam ajudar “as virgens a permanecerem puras, as viúvas a permanecerem castas e as damas a cumprir sua função de esposa” (2001: 67-68).

Precisamos lembrar, contudo, que a expansão do culto “madalenico” não significou a promoção do sexo feminino. Se de um lado, algumas lendas de Madalena do séc. XI apresentam-na não como a pecadora e sim como “uma dama, uma mulher que viveu, que conseguiu se separar das coisas da terra para se aproximar das do céu”, (DUBY, 1996: 25) de outro, figuras importantes como a do beneditino Geoffroi de Vendôme, talvez um dos homens mais influentes de seu tempo, apresenta uma Madalena que é “antes de tudo a que foi habitada pelos sete demônios, ou seja, pela totalidade dos vícios.” (DUBY, 1996: 31 )

O momento que este monge beneditino esta escrevendo é marcada por uma forte reforma moral na Igreja. A reforma gregoriana, os conselhos de Reims, Concílio de Clermont, todos estes, eventos que marcavam novas posturas da Igreja num século agitado para a vida religiosa. Estas reformas confirmaram a demonização do sexo e colocaram a mulher, mais ainda, como principal autora de tão grave delito. Aqui já se tem espaço o debate acerca do celibato<sup>188</sup> e muitos padres aderem a uma vida privada das mulheres, o que coloca muitas delas em condição de abandono. Era preciso, então, uma solução para estas mulheres que iam para as ruas e que viviam em condições de “devassidão.” Neste século XII se localiza a expansão e legitimação do casamento como regulador da mulher, Com Madalena evocou-se “A mulher (...) que chora e que não fala, que obedece, prosternada diante de seu homem. Por conseguinte, desde a puberdade a jovem deve tornar-se esposa. Esposa de um mestre que irá refreá-la.” (DUBY, 1996: 34)

Assim, somos convocados a lembra que por mais que a visão sobre o feminino se modifique, o olhar negativo a cerca das mulheres permanecerá. O sexo desconhecido pelos homens e,

---

<sup>188</sup> O debate acerca do celibato sacerdotal não se inicia e nem termina no momento dos acontecimentos citados acima, mas, sem dúvida tem uma ampliação considerável.

ironicamente, explicado por estes mesmos homens, continuará despertando medo e cautela. Mudanças ocorreram, mas o período medieval, menos ou mais, será um tempo regulado pela religião, pelos escritos de seus doutores, seja patrísticos ou escolásticos, e, sobretudo, pelas reflexões acerca dos textos bíblicos, em especial o Genesis, todos estes, escritos que inferiorizam a mulher.

O discurso de que existe na mulher algo de inferior em relação ao homem, ou pra ser mais claro, algo de mais perverso, não se finda com a Idade Média. Perpassa o período moderno, o que nos mostra o poder de absorção de tal mentalidade. Contudo, é preciso que mudanças aconteçam, até mesmo para que a mulher seja incorporada num novo tipo de organização social/familiar que vai sendo desenvolvida durante o período moderno.

Na modernidade o discurso de formação e educação das mulheres ganha espaço, em um momento em que a família é vista, não mais como simples cadeias de relações, mas como “um meio físico, denso, saturado, permanente, contínuo, que envolva e favoreça o corpo da criança” (RIBEIRO, 1995: 29 apud FOUCAULT, 1979: 199). Ou seja, na sociedade moderna do indivíduo, a família é o berço protetor da criança, até que se torne adulta.

Às mães é, então, entregue a função de educadoras e protetoras da prole. A maternidade ganha uma valorização até então desconhecida no ocidente de cultura medieval. Era preciso, contudo, criar legitimação para este papel da mulher. Como aquela mulher, outrora demonizada na figura de Eva, poderia educar um ser tão importante para esta sociedade moderna como o era a criança? Vânia Vasconcelos ressalta que

“No século XVII os reformadores religiosos, os filósofos e os intelectuais se voltam para o debate sobre a educação feminina. Muitos deles compartilham da ideia de que os defeitos das mulheres são decorrentes da sua falta de instrução.” (2005: 7)

Do lado católico, o culto a sagrada família ganha força significativa no século XVII. Percebemos esta força, por exemplo, no mundo das artes. Rafael Sanzio pinta no início do século XVI a obra *A Sagrada Família Canigiani*<sup>189</sup>, onde Maria e Isabel estão protegendo João Batista e Jesus; ao centro do quadro, está José, na figura de patriarca da família. O

---

<sup>189</sup> Disponível em <https://www.sammlung.pinakothek.de/en/artist/raphael/die-heilige-familie-aus-dem-hause-canigiani> Acesso em 10.09.2019

mesmo Rafael é autor de inúmeras outras obras<sup>190</sup> que trazem a figura da Sagrada Família de forma afetuosa, onde Maria está sempre mais próxima do Menino Jesus do que José, porém, sempre protegidos por este pai.

O culto a Sagrada Família cresce durante toda modernidade. [Paula Elisabete Cerioli](#) funda a Congregação da Sagrada Família, reconhecida em 1868; Em 1882 tem-se início as obras de construção da igreja da Sagrada Família, em Barcelona; O Papa Leão XIII institui, em 1883, a festa da Sagrada Família. Firma-se o modelo de família onde os papéis estão bem definidos: a mulher do lar, responsável pela educação dos filhos e cuidado da casa; o pai protetor e chefe; o filho submisso. A mulher deste modelo familiar é silenciosa, porém, nem todas as mulheres se encaixam nele. O desejo por maiores espaços de atuação leva muitas delas a luta e a usar de suas vozes.

### III

"Os homens da Igreja só toleram uma mulher no meio deles: Maria" (BISPO, 2019: [s. p.] )

Diante de mais um "não" papal, mulheres alemãs resolveram lutar de forma mais ativa pela sua participação e maior espaço dentro da Igreja. Assim sendo, o grupo Mary2.0, que disse a frase expressa acima, organizou uma semana de protesto/boicote contra a fala do Papa Francisco, na volta da Macedônia do Norte, de que: "depois do trabalho da comissão que criou para o estudo da possibilidade de ordenar diaconisas na Igreja, o tema "até este momento não vai""(BISPO, 2019: [s. p.]). Em 2002 um grupo de 7 mulheres, sendo destas quatro alemãs, duas austríacas e uma norte americanas, foram além, resolveram contrair a ordenação sacerdotal pelas mãos de um bispo argentino, numa melindrosa ação que culminou com a excomunhão das sete mulheres (devido ao não arrependimento).(VATICANO, 2002, [s. p.]) A frase de Dulce Xavier: "'as mulheres, pelo trabalho que têm na igreja, têm plena condição de ser ordenadas," (VATICANO, 2002, [s. p.]) ou ainda a da colombiana Yury Puello de que "Os argumentos que justificam essa lei estão totalmente em contradição com todos os princípios de direitos humanos que defendem igual dignidade e direitos para homens e mulheres. As mulheres estão reivindicando o reconhecimento dos direitos que elas têm

---

<sup>190</sup> Outros exemplos de quadros de Rafael que trazem a mesma temática:

Madona de Loreto; A Sagrada Família sobre um carvalho; A Virgem com um peixe.

Disponível em: <https://www.museodelprado.es/en/the-collection/art-work/the-holy-family-with-rafael-tobias-and-saint/aec8373f-f502-4095-9c8f-d61b8b2fffc1> acessado em 22.06.2019

dentro da igreja como batizadas e confirmadas”. (VATICANO, 2002, [s. p.]) Todas estas expressões representam o desacordo das mulheres com o cânone 1024 do código de Direito Canônico que estabelece que “Só o varão batizado pode receber validamente a sagrada ordenação”<sup>191</sup> mas do que isso, ainda, represente o grito por mais vez, espaço e lugar dentro do catolicismo.

O desejo de participação mais ativa dentro da Igreja não tem início aqui nos séculos XX e XXI. Claro que com o advento do movimento feminista na segunda metade do século XX os apelos por participação feminina em todas as esferas da vida pública, seja política, social ou religiosa se intensificaram como não visto outrora na história. Contudo, mesmo no passado medievo já existiam mulheres que reclamavam lugar de participação na Igreja. As Beguinhas, por exemplo, que queriam seu lugar na vida religiosa medieval e, de fato, por um momento conseguiram. Elas ganharam muita força entre os Países Baixos e durante os séculos XII a princípios do XIV, estiveram fortemente presentes. Contudo o “excesso” de liberdade que elas gozavam na época deixou o alto clero alarmado e culminou com a condenação como seita herética pelo concílio de Vienna. Como bem ressalta Denise do Nascimento

O postulado da Igreja, no qual a mulher era igual ao homem no plano da Redenção e subordinada no campo social e religioso foi questionado pelas beguinhas, já que elas não estavam subordinadas juridicamente a uma ordem religiosa masculina e não recebiam uma supervisão do clero secular tal qual as demais religiosas. (2004: 33)

Os escritos de beguinhas, como Mechthild e Hadewijch, estudados pela autora citada acima, ou mesmo de Margaret Porete, estudados por Leandro da Motta Oliveira (2018), nos ajudam a ver uma Idade Média onde as mulheres tem atividade religiosa, mesmo que perseguidas.

Santa Clara de Assis é outro exemplo de mulher, que no ceio do catolicismo desponta como figuras chave. Dentro da tão efervescida discussão sobre o lugar da pobreza no espírito franciscano, que animará as mais ferrenhas disputas religiosas do século XII e XIII, Clara não

---

<sup>191</sup> CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO, cânone 1024. 1983

deixa de fora sua contribuição, seja por seus gestos concretos, ou por meio de seus escritos, sobre tudo sua *Regra de Vida*.<sup>192</sup>

Assim, o ativismo feminino tem lugares mais antigos que o século XX ou XXI, o que muda é quais são os campos de batalha, pelo que se luta e como se luta. As mulheres religiosas de ontem, ao seu modo, buscavam seus espaços, as de hoje também estão buscando. E não podemos deixar de reconhecer suas conquistas, mesmo que ainda não se tenha alcançado o ideal.

#### IV

Quando pensamos a mulher dentro da vida religiosa católica no hoje é preciso se atentar a uma série de elementos. A compreensão de seu papel se modificou em alguns sentidos, em outros permaneceu igual. Se no século V um homem como Santo Agostinho Estabelecia uma relação de dependência da mulher ao homem<sup>193</sup>, mesmo que reconhecendo sua igualdade imaterial. Por outro lado, em 1992, “o Papa João Paulo II entregava aos fiéis de todo o mundo o Catecismo da Igreja Católica, apresentando-o como «texto de referência» para uma catequese renovada nas fontes vivas da fé.”<sup>194</sup> Neste documento a Igreja Católica estabelece uma relação entre masculino e feminino em que

O homem e a mulher foram criados por Deus com uma igual dignidade enquanto pessoas humanas e, ao mesmo tempo, numa complementaridade recíproca enquanto masculino e feminino. Deus quis que fossem um *para* o outro, para uma comunhão de pessoas. Juntos são também chamados a transmitir a vida humana, formando no matrimônio «uma só carne» (*Gn 2, 24*), e a dominar a terra como «administradores» de Deus.<sup>195</sup>

---

<sup>192</sup> FONTES, 2005

<sup>193</sup> (...) assim como na sua alma há uma parte que impera pela reflexão e outra que se submete para obedecer, assim também a mulher foi criada, quanto ao corpo, para o homem. Ela, possuindo, sem dúvida, uma alma de igual natureza racional e de igual inteligência, está, quanto ao sexo, dependente do sexo masculino, assim como o apetite, de que nasce o ato, se subordina à inteligência para conceber da razão a facilidade em ordem ao bom procedimento (Confissões de Santo Agostinho, Livro XIII, Cap. 32)

<sup>194</sup> CIC, 1992: 5

<sup>195</sup> CIC. Cp. 71 § 369-373383



Nesta compreensão contemporânea da relação homem/mulher, certamente diferente da do santo medieval, o que prevalece é a complementariedade e não mais a dependência. Mudada neste aspecto a compreensão dos sexos, em outro ponto, há uma afirmação de papéis: masculino e feminino, enquanto uma constituição divina. Este ponto acaba por apresentar as questões de gênero e o discurso feminista como inimigos, ou, no mínimo, mal vistos pela Igreja. Este aspecto será percebido, corriqueiramente, sobretudo numa ala conservadora do Catolicismo, nos discursos acerca de uma “ideologia de gênero,” ou mais formal, por meio do documento “homem e mulher os criou”<sup>196</sup> em que o Vaticano manifesta preocupações contra aquilo que define como ideologia e não diálogo.

O feminismo, ao ganhar força especial com Simone de Beauvoir em seus escritos famosos, se torna um discurso que irá se espalhar pelas mais diversas áreas e instâncias da vida social. Pensar a mulher em sua relação com o tempo, com as narrativas históricas - em sua ausente e deturpada imagem - ganha, desde o campo científico, até o religioso. O historiador quer pensar a mulher em sua relação com o tempo, quer explicar que a ciência que estuda os homens no tempo, estuda homens e mulheres. Para isso este historiador, fiel ao seu ofício, desgrenha os cabelos da história atrás de fontes para dizer destas mulheres: quem são? O que fizeram? Como fizeram? Ou ainda, Porque não fizeram? Os padres, num exercício de reflexão, que não lhes pode escapar tendo em vista a capilaridade do discurso acerca do feminismo, dizem e criam narrativas acerca do lugar da mulher no ontem e no hoje. Assim, vemos um Papa Francisco convidar uma mulher, Linda Ghisoni, para dar uma conferência num espaço outrora reservado a homens. Mulher esta que, o mesmo pontífice, coloca em cargos de alta importância, subsecretária do dicastério para leigos, família e vida, membro da congregação para a doutrina da fé.

Mas é preciso aludir que o Papa faz questão de distanciar-se do feminismo, ou daquilo que foi chamado de “feminismo eclesiástico”, de forma contundente. Na compreensão do Papa o feminismo é mais um “femismo,” é a repetição contrária do machismo.<sup>197</sup>

---

<sup>196</sup> Este documento, apesar de afirmador de um posicionamento da Igreja católica, não é um documento doutrinário.

<sup>197</sup> Digo baseado na fala do Papa Francisco de que: Convidar uma mulher para falar não é entrar na modalidade de um feminismo eclesiástico, porque no final todo feminismo termina sendo um “machismo” de saias. Não. Convidar uma mulher para falar sobre as feridas da Igreja é convidar a própria Igreja para falar de si mesma, das suas feridas. E creio que este seja o passo que

Creio que não se pode perder de foco, em nossa compreensão, esta figura da mulher que consegue espaços de certo poder dentro da Igreja Católica. O Concílio Vaticano II abriria portas para a participação laica dentro de uma organização hierárquica que passa, agora, a compreender o papel do leigo de forma mais ativa. As mulheres vão, então, se apropriando deste espaço de atuação laical muito mais do que os homens. Estas mulheres vão se tornando, paulatinamente, as catequistas, as ministras da eucaristia e da palavra, líderes de pastorais.

No aspecto social da Igreja Católica as mulheres se destacaram, e permanecem se destacando, de forma significativa. Seja no lado laical, como a figura de Zilda Arns, seja no lado consagrado como a Irmã Doroty. Mas não se pode pensar somente na ótica destas mulheres que se destacaram nacionalmente. Com a formação das Comunidades Eclesiais de Base e o discurso da teologia da libertação muitas mulheres, em cidades de todos os tamanhos, das metrópoles as zonas rurais, do norte ao sul, se tornaram coordenadoras das CEBs. Passaram a ganhar um lugar de autoridade.

Mas algo permanece distante: o sacerdócio. Enquanto este sacramento permanecer distante das mulheres, o espaço delas será diferente qualitativamente do homem. Isto porque a Igreja Católica é uma instituição que se organiza de forma hierárquica. Sua Hierarquia tem no Papa o líder máximo, seguido pelo colégio dos cardeais, os bispos, os padres, os diáconos. Faz parte da hierarquia da Igreja àqueles que recebem o sacramento da *Ordem*, sacramento este que as mulheres não têm acesso. Neste sentido elas não fazem parte da hierarquia eclesial, não ocuparam os postos altos da Igreja. Mas antes mesmo de pensar em dar este lugar na hierarquia da Igreja para a mulher, talvez fosse conveniente, como o fez Leonardo Boff em seu polêmico livro *Igreja, carisma e poder*, pensar o lugar e o papel da hierarquia em si. Para o Teólogo da Libertação o modelo de **vida cristã**, presente em Romanos 12: 5<sup>198</sup> é diferente do modelo hierárquico em que se “acumula todo poder sagrado e todo meio de produção religiosa em suas mãos e praticamente dita ao leigo: ‘Tu escuta, não pergunta, obedece e faz’”. (BOFF, 1994: 255) Para o entendimento do teólogo, a organização da Igreja deveria

---

devemos dar com muita força. A mulher é a imagem da Igreja que é mulher, é esposa, é mãe. Um estilo. Sem este estilo falaremos do povo de Deus, mas como organização, talvez sindical, mas não como família nascida da mãe Igreja. (BISPO, 2019: [s. p.] )

<sup>198</sup> “De modo análogo, nós somos muitos e formamos um só corpo em Cristo, sendo membros uns dos outros.”

ser voltada para a construção de harmonia e não de obediência. Nesta harmonia, poderíamos pensar, a mulher não precisaria ter um espaço diferente do que o homem possui.

## CONCLUSÃO

Depois deste sucinto passeio pela história da participação feminina dentro do universo religioso católico, suas lutas e conquistas, somos obrigados a perceber que o caminho rumo a uma igualdade de papéis ainda está distante. Contudo somos chamados também a ver progressos alcançados. O lugar da mulher hoje, dentro do catolicismo, não é, nem de longe, igual ao do homem; contudo é um espaço mais alargado do que aquele de séculos passados. O anseio por maior participação tem levado a um inevitável debate sobre seu lugar, e este debate, conseqüentemente, aproxima aberturas. A Igreja católica é uma instituição milenar, como todo ancião ela caminha a passos lentos.

## FONTES PRIMÁRIAS DOCUMENTAIS

ABELARDO, Pedro. **A história das minhas calamidades**. São Paulo: Nova Cultura, 1988.

AGOSTINHO, Santo. **Confissões**. São Paulo: Paulus Editora, 2002

AQUINO, Tomás de. **Suma teológica**. [S. l.], 1265 a 1273. Disponível em: <https://sumateologica.files.wordpress.com/2017/04/suma-teologica.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2019.

BÍBLIA de Jerusalém (edição brasileira da edição francesa Bible de Jérusalem da École Biblique de Jérusalem). [S. l.]: Paulus Editora, 2002.

CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO. **Lei nº cânone 1024, de 25 de janeiro de 1983**. CAPÍTULO II DOS ORDINANDOS. Lisboa, 1983. Disponível em: [http://www.vatican.va/archive/cod-iuris-canonici/portuguese/codex-iuris-canonici\\_po.pdf](http://www.vatican.va/archive/cod-iuris-canonici/portuguese/codex-iuris-canonici_po.pdf). Acesso em: 17 jun. 2019.

FONTES FRANCISCANI. Português. Fontes Franciscanas: Legenda de Santa Clara segundo Tomás de Celano. Frei Dorvalino Francisco Fassini e col.. 1. ed. Santo André. SP: Mensageiro de Santo Antônio, 2005. 1596 p. v. único

JOÃO PAULO II, Papa. **CARTA APOSTÓLICA ORDINATIO SACERDOTALIS DO SUMO PONTÍFICE JOÃO PAULO II SOBRE A ORDENAÇÃO SACERDOTAL RESERVADA SOMENTE AOS HOMENS**. Roma - Itália, 1994. Disponível em: [https://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/apost\\_letters/1994/documents/hf\\_jp-ii\\_apl\\_19940522\\_ordinatio-sacerdotalis.html](https://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/apost_letters/1994/documents/hf_jp-ii_apl_19940522_ordinatio-sacerdotalis.html). Acesso em: 20 jun. 2019.

PAPA JOÃO PAULO II. **Catecismo da Igreja Católica**. Vaticano: Copyright 2005 - Libreria Editrice Vaticana, 2005. Disponível em: <http://www.paroquiaz.org/downloads/acolitos/livros/compendio.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2019.

PAULO VI, Papa. **MENSAGEM DO PAPA PAULO VI NA CONCLUSÃO DO CONCÍLIO VATICANO II**. Roma - Itália, 8 dez. 1965. Disponível em: [https://w2.vatican.va/content/paul-vi/pt/speeches/1965/documents/hf\\_p-vi\\_spe\\_19651208\\_epilogo-concilio-donne.html](https://w2.vatican.va/content/paul-vi/pt/speeches/1965/documents/hf_p-vi_spe_19651208_epilogo-concilio-donne.html). Acesso em: 20 jun. 2019.

## REFERÊNCIAS SECUNDÁRIAS

BLOCH, Marc. **Apologia da História**. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2002.-DUARTE, Luiz

Anais da XXXV Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Usos públicos da História e a construção da memória popular: Disputa, narrativa e resistência em tempos sombrios. Gabrielle Barra Tarocco; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2019. 617 p.

BOFF, Leonardo. **Igreja: Carisma e poder**. São Paulo: Ática, 1994.

DUBY. Georges. *Eva e os padres*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001 p. 168.

DUBY. Georges. *Damas do século XII*. São Paulo- SP: Editora Schwarcz S.A. 1996 p. 276

NASCIMENTO, Denise da Silva Menezes. *Caritas Christi e Mulieres Religiosae. Um olhar histórico sobre a espiritualidade das beguinhas*. 2004: 170p. Dissertação (mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro – RJ, 2004.

OLIVEIRA, Leandro da Motta. Marguerite Porete e as Beguinhas: a importante participação das mulheres nos movimentos espirituais e políticos da Idade Média. 2018. 124 f., Dissertação (Mestrado em História)— Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

RIBEIRO, Ivete; RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Família em Processos Contemporâneos: inovações culturais na sociedade brasileira**. São Paulo - SP: Loyola, 1995.

VASCONCELOS, Vânia Nara Pereira. VISÕES SOBRE AS MULHERES NA SOCIEDADE OCIDENTAL. **Revista Ártemis**, Universidade do Estado da Bahia UNEB, Dezembro 2005. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/artemis/article/view/2209>. Acesso em: 17 jun. 2019.

## SITES

BISPO apoia "greve de mulheres" contra Igreja pelo 'não' do Papa às diaconisas. ACI digital, Munique-Alemanha, 16 de maio de 2019. Disponível em: <https://www.acidigital.com/noticias/bispo-apoia-greve-de-mulheres-contra-igreja-pelo-nao-do-papa-as-diaconisas-19644-> acesso em 19.06.2019

JOSÉ, Silvonei. **Documento do Vaticano sobre “gender”: sim ao diálogo sobre estudos, não à ideologia**. Cidade do Vaticano, 10 jun. 2019. Disponível em: <https://www.vaticannews.va/pt/vaticano/news/2019-06/documento-do-vaticano-sobre-gender-sim-ao-dialogo.html>. Acesso em: 17 jun. 2019.

Madona de Loreto; A Sagrada Família sobre um carvalho; A Virgem com um peixe. Disponível em: <https://www.museodelprado.es/en/the-collection/art-work/the-holy-family-with-raphael-tobias-and-saint/aec8373f-f502-4095-9c8f-d61b8b2fffc1> acessado em 22.06.2019

PAPA: dar espaço ao gênio feminino na Igreja que é mãe. Cidade do Vaticano, 23 fev. 2019. Disponível em: <https://www.vaticannews.va/pt/papa/news/2019-02/papa-encontro-protECAo-abusos-mulher-vatiab.html>. Acesso em: 17 jun. 2019.

SAMMLUNG, Acervo da pinacoteca antiga de Munique, disponível em <https://www.sammlung.pinakothek.de/en/artist/raphael/die-heilige-familie-aus-dem-hause-canigiani> acesso em 09.09.2019

VATICANO excomunga sete padres mulheres. [S. l.]. Folha de S. Paulo, São Paulo – SP, 6 ago. 2002. Disponível em: [https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2002/020805\\_padrescs.shtml](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2002/020805_padrescs.shtml). Acesso em: 17 jun. 2019.

## **O que há de novo na História? Natureza, narrativas e interdisciplinaridade na pesquisa de história.**

---

### **LUCÍOLA: PROSTITUIÇÃO E REDENÇÃO NA NARRATIVA DE JOSÉ DE ALENCAR**

Tamara Cecília Rangel Gomes<sup>199</sup>

**RESUMO:** O artigo propõe uma discussão acerca da inserção da mulher prostituída e a viabilidade de uma salvação redentora nos Processos Históricos do Rio de Janeiro do Século XIX. Seu objetivo geral é a ressignificação do papel da mulher cortesã e sua redenção a partir da narrativa literária Lucíola. Por objetivos específicos busca-se analisar a articulação História x Literatura, problematizando a prostituição e o protagonismo da mulher na sociedade fluminense do Século XIX e na literatura alencariana. Metodologicamente analisa-se textos e contextos históricos, considerando – inclusive – a carreira política do literato. As demais fontes utilizadas são de Mary Del Priori, Sidney Challoub e outros.

**PALAVRAS CHAVE:** Literatura. História. Gênero.

**ABSTRACT:** The article proposes a discussion about the insertion of prostituted women and the viability of a redemptive salvation in the historical processes of Rio de Janeiro of the 19th century. Its a general objective is to redefine the role of the courtly woman and her redemption from the literary narrative Luciola. By specific objectives we seek to analyze the history x literature articulation, problematizing prostitution and the protagonismo f women in 19th century fluminense society and in alencariana literature. Methodologically, historical texts and contexts are analyzed, considering including – the political career of the literate. The other sources used from Mary Del Priori, Sidney Challoub and others.

**KEYWORDS:** Literature. History. Genre.

---

<sup>199</sup> Licenciada em História. Especialista em História do Brasil. Mestra em Gestão e Avaliação da Educação Pública. Endereço Eletrônico: tamaracrangelgomes@gmail.com.

A cidade do Rio de Janeiro efervesceu em ato contínuo à vinda da Família Real Portuguesa para o Brasil. Este evento reverberou, no Século XIX, dentre outras coisas, na criação de Bibliotecas, da Imprensa Régia, na permissão para funcionamento de tipografias e publicação de jornais, estabelecimento do Real Horto e Fundação do Banco do Brasil.

Posteriormente, em ocasião da consolidação do Império, a Corte Portuguesa criou regras de comércio, entreteu-se com arte, estabeleceu moda e comportamento. Imputou padrões europeus com seus usos e costumes. E as narrativas literárias do Romantismo Brasileiro corroboraram para a construção de uma identidade nacional.

Nas narrativas que envolvem a temática mulher nos processos históricos do Século XIX e suas contribuições para a formação dessa sociedade, importante ressaltar o papel desempenhado pelo literato e político José de Alencar em seus cenários de atuação.

Seus perfis femininos vislumbram tipos brasileiros criteriosamente escolhidos em suas percepções políticas. Nestas percepções houve inserção de mulheres brancas e indígenas, instaladas em meio rural ou urbano, transeuntes de diferentes contextos socioeconômicos.

Nos padrões morais e culturais da Sociedade Fluminense do Século XIX, seria um dado minimamente curioso se um literato com a envergadura política de José de Alencar construir uma narrativa com abordagem na prostituição. Da pena de um Deputado e Ministro da Justiça nascer a história de uma prostituta, de uma cortesã, teria um poder simbólico potente.

No entanto e, apesar disto, cumpre pontuar que o literato utiliza do recurso de um pseudônimo para a publicação de *Lucíola*. A personagem Paulo remete cartas apresentando Lúcia e sua história à G.M. que as “compila e publica”.

Outrossim, é relevantemente simbólica a forma como esta história é contada. Importante ressaltar que tipo de abordagem é tecida que configure processos históricos envolvendo mulher e prostituição neste cenário. A narrativa apresenta-se com dois cortes cronológicos distintos: antes e depois da prostituição. Antes da prostituição Maria da Glória, pura e casta. Depois da prostituição, Lúcia em redenção.

Não há linguagem ou idioma que atenua o significado da palavra prostituição e os motivos pelos quais uma mulher se submeta a ela. Há discussões que tangenciam prostituição com profissão, buscando enquadrar conceitos como “força de trabalho” e “meios de produção” no mercado do sexo, nos usos sobre o corpo de outrem, promovendo embates entre consentimento e tolerância. O poder coercitivo que o dinheiro exerce no mercado do sexo

promove a confusão entre sexo consentido com o sexo tolerado. Tolerase o uso de seu corpo para o sustento de uma família.

Não foi diferente na narrativa de Alencar. Pontua-se que Lúcia se vendia cedendo aos caprichos de seus clientes, recordando os motivos pelos quais fez pela primeira vez e os motivos pelos quais permaneceu fazendo. Fez pela primeira vez para angariar recursos financeiros para cuidar da saúde de seus familiares. Quando seu pai soube da origem dos recursos a expulsou de casa, fato que culminou na permanência da prostituição.

Mulheres miseráveis que moravam em casas térreas ou mulheres que ocupavam casas de sobrado, com plumas, sedas, joias, frequentadoras de teatros e lugares públicos poderiam estar envolvidas nesta situação, motivadas pelas mesmas questões. Num diálogo entre as personagens Paulo e Cunha, no teatro lírico, Cunha pontua que todos os presentes recebidos por Lúcia são convertidos em dinheiro. Vestidos, sapatos, joias poderiam estar empenhados num valor de trinta ou quarenta contos. Dinheiro parecia ser uma preocupação intermitente de Lúcia.

Em outra ocasião, em ceia na casa do Couto, este caracterizado como “capitalista”, apresenta queixa por seus convidados não terem feito menções aos quadros que estavam nas paredes, destacando neles a arte expressa, chamando a atenção para “posições admiráveis”, “ausência de sexo feio” e “mau gosto das filhas de lesbos”. Embora o texto não mencione diretamente o teor pornográfico das obras de arte, relata que Lúcia fora convidada pela anfitriã a encenar as paixões que deviam sentir as mulheres representadas nos quadros.

Compradores de sexo consomem não apenas o sexo em si, mas os demais elementos que fazem parte deste mercado. Pornografia é um destes elementos. Na narrativa, propriamente falando, a personagem Couto apresenta obras de arte e o *grand finale* da noite é uma performance de uma cortesã. Não era a performance de uma atriz. Era a performance sabidamente aos convidados da noite de uma prostituta.

Em pleno Século XIX, o vocábulo “*consentir*” (grifo meu) aparece na narrativa de Alencar quando a personagem Paulo questiona a Lúcia os motivos pelos quais se expôs na representação performática em residência de Couto, provocando um enfrentamento e constrangimento que ameaçavam as tentativas de justificativas apresentadas por ela.

Lúcia cuidou de sua família, mas não foi cuidada por isto, aceitava os benefícios financeiros de seus amantes (forma como o literato se refere aos clientes dela) e, intimamente,

se esforça para modificar sua realidade, abdicando a vida faustosa para conquistar Paulo e sendo por ele conquistada quando este lhe oferece amor, amizade e colaboração.

O planejamento de abdicação de uma vida faustosa incluiu abster-se de possuir novos clientes, aquisição de casa mais modesta, resgate da irmã Ana do colégio interno para o convívio familiar.

O clichê redentor do relacionamento amoroso bem-sucedido não foi suficiente para ressignificar a vida da personagem com seu passado na prostituição. O ponto crucial desta questão é que a mulher prostituta não foi plenamente feliz na recondução de sua vida com um relacionamento estável.

Em sua narrativa, a personagem Lúcia apresenta problemas em sua gestação sem que se especificasse, exatamente, qual enfermidade se instalava. Os únicos sintomas descritos se resumem a um mal-estar e uma febre persistente. A abordagem do médico que lhe sugere o aborto e a insistência do Paulo para que ela não recusasse o medicamento prescrito pelo médico para “resolver o problema” culminaram no falecimento de mãe e feto, sendo o desenlace da redenção de todo passado de prostituição.

A morte de uma mulher grávida causa comoção, independente de classe social ou corte cronológico. Além de causar comoção, promove as discussões do acesso que esta mulher teve a médicos, exames, medicamentos e afins.

Impacta os leitores dos romances/folhetins do século XIX a morte de Lúcia, a tensão criada na narrativa da morte da cortesã com o filho no ventre conduzem a elucidação de sua perspectiva redentora para a prostituição. Suprimir a personagem principal da trama em morte tão trágica a eleva, a diviniza, a salva.

Tendo ocupado cargo político de Ministro da Justiça, certamente José de Alencar tinha ciência dos capítulos, artigos e incisos que versavam no Código Criminal do Império do Brasil. A Terceira Parte do mencionado Código tinha por título “Dos Crimes Particulares”, Título II especificamente “Dos Crimes contra a Segurança Individual” – Seção III “Aborto”.

Previa-se aplicação de penalidades para a prática do aborto. “Art. 200 – Fornecer com conhecimento de causa drogas ou quaisquer meios de produzir o aborto, ainda que este não se verifique – prisão de trabalho por dois a seis anos”. Em atendimento médico que Lúcia recebeu, foi-lhe apresentada a possibilidade de abortar sem menção de que tal apresentação configurava crime previsto em legislação em vigor à época. Apesar de criminosa, a



abordagem do médico e do Paulo passam intocadas, pois a narrativa foca a reação de Lúcia à proposta recebida. Consolidou-se, mesmo com sua morte, o projeto de família do Século XIX.

José de Alencar nos brinda com outros perfis femininos distintos, igualmente complexos, mas inseridos em contextos que poderiam produzir outras e prováveis reflexões: mulheres fortes (Berta, personagem de “Til”), mulheres ricas (A Emília, personagem de Diva, Alice, personagem de “O Tronco de Ipê), mulheres abandonadas e enganadas por seus maridos (Carolina, personagem de “A Viuvinha”) mulheres indígenas (Iracema). No entanto, não por acaso, deixaremos de vislumbrar nas obras do literato referências ao protagonismo de mulheres negras. Ocorre que enquanto político (Deputado e Ministro da Justiça) Alencar foi favorável a escravidão no Brasil.

Eventos sociais, festas, bailes organizados nos salões ou em festas populares da Corte que ocorriam nas ruas, com grandes romarias, grandes eram as oportunidades. As narrativas de Alencar sobre inserção da mulher nos processos históricos do Século XIX reverberam sua percepção e subjetividade.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

ALENCAR, José de. **Lucíola**. São Paulo: Ática, 1991.

ALENCAR, José de. **Senhora**. São Paulo: Ática, 1992.

ASSIS, Machado de. **O jornal e o livro**. Disponível em <<http://machado.mec.gov.br/obra-completa-lista>>. Acesso em 11 set. 2019.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BRASIL. **Lei de 16 de dezembro de 1830**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/LIM-16-12-1830.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-16-12-1830.htm)>. Acesso em 21 out. 2019.

DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

DEL PRIORE, Mary. **História do Amor no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2005.

DEL PRIORE, Mary. **Histórias e Conversas de Mulher**. São Paulo: Planeta, 2013.

DEL PRIORE, Mary. **Histórias Íntimas: Sexualidade e Erotismo na História do Brasil**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2011.

GOMES, T. C. R. **Mulheres de Papel e Mulheres no Papel: O Universo Feminino Alencariano**. Monografia. (Especialização em História do Brasil). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte: 2001.

MATTOS, I. R. Mas não somente assim!?! leitores, autores, aula com texto e o ensino-aprendizagem de História. In: **Tempos**. Revista do Departamento de História da UFF. V. 11. P.15-26. 2007.

MATTOS, I. R. **O Tempo Saquarema: A Formação do Estado Imperial**. Rio de Janeiro: Access, 1994.

**GERALDA ARMOND E O CONTEXTO DA DITADURA MILITAR: A CRIAÇÃO DA SALA GENERAL MOURÃO FILHO NO MUSEU MARIANO PROCÓPIO**

Carolina Martins Saporetti<sup>200</sup>

**Resumo:**

Este trabalho busca dissertar sobre a Sala General Mourão Filho que integrava parte da exposição do Museu Mariano Procópio entre as décadas de 1960 e 1980. Esta sala tinha o objetivo de homenagear o líder do golpe de 1964. A partir deste estudo busca-se analisar a representatividade desta exposição para a sociedade juizforana.

**Palavras-chave:** General Mourão Filho, ditadura militar, Museu Mariano Procópio.

**Abstract:**

This paper aims to dissert about the General Mourão Filho Room that was part of the exhibition of the Mariano Procopio Museum between the 1960s and 1980s. This room was intended to honor the leader of the 1964 coup. representatives of this exposition to the juizforana society.

**Keys Word:** Mourão Filho Generaly, military dictatorship, Mariano Procópio Museum.

**1. O CONTEXTO HISTÓRICO E POLÍTICO DA DÉCADA DE 1960 NA CIDADE DE JUIZ DE FORA E NO BRASIL**

No início da década de 1960, ocorre um período turbulento no Brasil. Em 1961, assume a presidência João Goulart, um político conhecido por suas ideias de caráter trabalhista. Essa caracterização, atribuída quando Ministro do Trabalho de Getúlio Vargas, fora devida às promoções de greves e à suposta “infiltração” de líderes esquerdistas no poder. Goulart era presidente do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) (FICO, 2014, p. 15).

Durante seu governo, Jango foi muito criticado pelo empresariado nacional e multinacional pelas medidas que haviam beneficiado a classe trabalhadora, como as reformas

---

<sup>200</sup> Mestra em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora - carolinamartinssaporetti@gmail.com

de base. Segundo Lucília de Almeida Neves Delgado, Jango lutava pela efetivação de uma democracia mais social. Mas os conservadores, encabeçados pela elite econômica e política, discordavam de suas ideias e o apontavam como comunista, o que fez com que as pessoas temessem a implantação de um governo comunista no Brasil. Entre os principais opositores ao seu governo, estavam a União Democrática Nacional (UDN), setores das forças armadas, igreja católica conservadora, proprietários rurais, grande parte do empresariado nacional e investidores internacionais (DELGADO, 2018 p. 143).

O período em que João Goulart esteve na presidência foi conturbado, principalmente nos últimos meses, que foram tempos de incerteza política, com várias greves, fortes críticas à política econômica do governo e à alta inflação. Sendo assim, observa-se um aumento das mobilizações contra o seu governo, que elevou a instabilidade econômica e financeira do país.

De acordo com Fico, em âmbito nacional, os principais veículos de comunicação impressa, que haviam apoiado a posse de João Goulart, nesse momento estavam contra as medidas tomadas pelo presidente. É possível observar essa postura ao analisar os jornais da época, inclusive um dos principais jornais que circulavam nesse período na cidade de Juiz de Fora, o “Diário Mercantil”, que adotou uma postura contrária a João Goulart, criticando suas atitudes.

Na década de 1960, Juiz de Fora se destacou nacionalmente pela criação de uma universidade federal e, posteriormente, pela construção de uma cidade Universitária.

Em relação à sua participação no golpe de 1964, o município também se sobressaiu nacionalmente por ter participado do seu planejamento e da execução do levante que levou ao poder os militares, momentos que se destacam em relação às mudanças políticas, econômicas e culturais em Juiz de Fora.

Além disso, os estudantes da UFJF foram responsáveis por várias manifestações que ocorreram na cidade neste período, relacionadas à luta por reformas universitárias, objetivando um ensino superior de qualidade. A implantação da UFJF também contribuiu para reafirmar a principal característica da cidade neste momento. Observa-se, nesta época, um crescimento dos bairros periféricos de Juiz de Fora. O aumento no número de habitantes, cujo percentual é de 40,8%, refere-se, sobretudo a 430 emigrantes, o que comprova o caráter de prestadora de serviços que a cidade adquiriu nesta década.

Segundo Christiane Silva de Abreu, nos anos 60, ampliaram-se as discussões de maneira expressiva em torno da constituição de favelas no espaço urbano da cidade e sobre os

problemas resultantes da sua crescente ampliação. Estes espaços se expandiram progressivamente nos anos seguintes, fator que pode ser visto como consequência do crescimento desordenado da população (ABREU, 2010).

Em 1962, Minas Gerais elegeu como governador o Magalhães Pinto, e em 1963, em Juiz de Fora foi eleito para prefeito Ademar Rezende de Andrade, e para vice-prefeito, Fábio Nery. Neste ano, a prefeitura doou uma área de 831.610 m<sup>2</sup> para a construção da Cidade Universitária, algo que voltou os olhos do Brasil para a cidade, visto que seria uma obra de grande expressão e com vultoso investimento (OLIVEIRA, 1966, p. 309).

Neste período, como citado anteriormente, havia uma forte propagação dos preceitos anticomunistas, uma vez que João Goulart se aprofundou no caráter nacionalista investido por Jânio Quadros, que lançou a Política Externa Independente, e reatou relações diplomáticas com a URSS em novembro de 1961, o que fez com que ele fosse execrado pela direita (MOTTA, 2007, p. 240).

Segundo Heloisa Maria Murgel Starling (1986), os opositores a João Goulart (visto pela autora como “Novos Inconfidentes”) temiam que esse comício fosse a primeira parte de um “Plano Geral dos Comunistas”, que seria concretizado em três etapas: primeiramente, haveria um comício de Goulart no Rio de Janeiro; depois, um comício em Minas, no dia 21 de abril; e, finalmente, um comício em São Paulo, onde seria declarada a “comunização” do país.

O golpe estava cada vez mais próximo, a população queria o fim do governo João Goulart e a imprensa cada vez mais pressionava para que ele fosse deposto do poder.

Em 31 de março de 1964, foi iniciado o movimento que gerou o golpe. Juiz de Fora começou a viver um clima de tensão. As emissoras de rádio foram censuradas e colocadas em silêncio; os postos de gasolina vendiam apenas três litros de gasolina por cliente, temendo a falta do combustível; as estradas que dão acesso ao município foram fechadas; e as donas de casa fizeram estoque de produtos básicos, abastecendo as despensas, temendo o que poderia ocorrer (OLIVEIRA, 1984, p. 73).

Foi neste contexto de tensão que, em Juiz de Fora, foi desencadeado o primeiro deslocamento de tropas, liderado pelo General Olympio Mourão Filho, comandante da 4ª Região Militar (atual 4ª Brigada de Infantaria Motorizada), localizada no bairro Mariano Procópio, rumo a Brasília, objetivando depor o presidente João Goulart. Como a iniciativa

partiu de Juiz de Fora, a cidade ficou conhecida como Capital Revolucionária (ROSA, 2009, p. 9).

Nos jornais "Diário Mercantil" e "Diário da Tarde" constam que o silêncio das emissoras foi rompido somente após um manifesto à nação, redigido pelo general Mourão Filho, na tarde do dia 31, declarando que Minas Gerais estava em estado de guerra contra o Presidente da República, o que aumentou a tensão dos juizforanos. Além disso, vários boatos de prisões por motivos políticos foram espalhados pela cidade, aspecto que alarmou ainda mais a população (OLIVEIRA, 1966, p. 310).

Foi nesse contexto que em 1966, a então diretora Geralda Armond criou a Sala Mourão Filho no Museu Mariano Procópio para prestigiar o “herói da revolução”, General Olympio Mourão Filho, e a “Revolução Gloriosa”.

## **2. GERALDA ARMOND**

Geralda Ferreira Armond Marques (1913-1980), filha de Adalberto Ferreira Armond e Marinha Barbosa Armond, foi a primeira diretora do Museu Mariano Procópio (MMP) após a morte de Alfredo Lage. Ela foi indicada pelo próprio fundador como sua sucessora devido à relação de parentesco e a dedicação ao museu (COSTA, 2011, p. 65 e 66).

Geralda Armond foi professora, escritora e poetisa, além de antes de assumir a diretoria do museu também trabalhou como bibliotecária desta instituição. Dona Geralda, como era conhecida, foi casada com Zacharias Cirilo Marques, na época funcionário do Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais e tenor lírico do Teatro Municipal do Rio de Janeiro.

Além disso, Geralda Armond foi colunista do Diário Mercantil, jornal que fazia parte do grupo dos Diários Associados comandado por Assis Chateaubriand, onde se é possível encontrar algumas notícias sobre Dona Geralda e sobre as suas ações relacionadas ao MMP.

Armond era uma mulher que possuía visibilidade pública, uma vez que além de ter destaque como colaboradora de imprensa detinha uma posição valorizada. Na década de 1960 foi o seu auge na imprensa, visto que em suas matérias é possível observar o seu posicionamento contra o governo de João Goulart e posteriormente favorável a “Revolução

Democrática” de 1964. Como nesse trecho de uma crônica publicada no Diário Mercantil no dia 15 de março de 1964:

“O espetáculo que Juiz de Fora está vivendo, poder-se-ia também chamar de “CRUZADA DO SÉCULO XX” com protagonistas que convencem, porque sentem na própria carne o grande DRAMA.

O espectador, comungando dos mesmos sentimentos do ator, é outro artista no episódio comum – defesa da democracia – luta contra o Comunismo.

[...]

A você minha companheira de lutas nas escolas, nas salas de cultura e de arte, nos escritórios e repartições públicas, a você minha irmã, que abraça os teares das fábricas, as oficinas onde geram as riquezas e de onde você retira o pão de cada dia, a você mulher do campo, na preocupação do amanhã da terra, da farta messe, a você, finalmente, mulher que labuta dentro do lar, nos afazeres e na grandeza da família, a minha Mensagem de Fé, na Profissão máxima: - AÇÃO! LUTA PELA DEMOCRACIA! LUTA PELA LIBERDADE” (ARMOND, 1964).

Esse apoio aos militares lhe aproximou mais fortemente da política, lhe ocorrendo em 1962, um convite do Partido Social Democrático (PSD) para que Geralda se candidatasse a vereadora pelo partido. Algo que não era comum às mulheres da época.

Armond se candidatou, mas não venceu as eleições. Sempre defendeu o catolicismo, a democracia, a participação das mulheres na política, no mesmo ano, Geralda se engajou em um grupo chamado Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), onde participou de várias ações como palestras anticomunistas nos colégios, abaixo assinados, jantares de adesão, publicação de artigos em periódicos, entre outras.

Segundo Carina Martins Costa, Geralda Armond como muitas figuras públicas teve um período de deslocamento na construção de sua imagem. Se no início era saudada por ser uma mestra no museu, no final é vista como um empecilho para a instituição, devido a péssima gestão, que sofreu com roubos ao acervo do museu devido a falta de organização e falhas na segurança (COSTA, 2011, p.71 e 72).

Como diretora do Museu Mariano Procópio, Geralda Armond, além de dar continuidade ao trabalho de Alfredo Lage, ela conseguiu aumentar o acervo, criar salas, organizar a biblioteca, promover eventos culturais, solenidades, comemorações e missas. Assim, ela conseguiu realizar grandes feitos para a instituição, embora não tenha conseguido terminar a sua gestão sendo bem vista pelos grandes feitos, mas lembrada pelas falhas.

Pode-se incluir nessas falhas a criação da Sala Mourão Filho que foi criada por interesse pessoal da Geralda Armond, que não consultou o conselho e nem respeitou as normas estabelecidas por Alfredo Ferreira Lage quando doou o acervo do MMP ao município. Uma dessas normas exigia que as salas permanecessem com os mesmos nomes e que não fossem criadas novas salas.

Mesmo tendo sido muito criticada no fim de sua vida, quando Geralda Armond faleceu em 10 de agosto de 1980, ela recebeu muitas homenagens de amigos, parentes e colegas de trabalho, que a reconheceram como uma figura feminina ímpar daquela época e de grande relevância para a cidade de Juiz de Fora.

### **3. O MUSEU MARIANO PROCÓPIO NA DÉCADA DE 1960**

A direção do Museu Mariano Procópio sempre se preocupou em realizar exposições homenageando figuras importantes do Império no Brasil, se tornando um dos museus com maior quantidade de objetos pertencentes a esse período.

No decorrer dos anos tiveram a preocupação de enaltecer a República também, realizando exposições relacionadas a heróis e líderes da República como Tiradentes e Duque de Caxias.

Na década de 60, observa-se que além de exposições relacionadas ao Império e a República outro setor ganhou grande prestígio, os militares. Principalmente na década de 60, o MMP foi um grande prestigiador dos militares. Muito dessa devoção vinha-se da então diretora Geralda Armond, que apoiou os militares no golpe de 1964 e criou uma sala em 1966, para homenagear o general Mourão Filho, responsável pelo primeiro levante para o golpe em 64.



O patriotismo sempre foi uma característica expressa nas exposições e salas do MMP. Assim, exaltavam alguns grandes heróis nacionais.

#### **4. A SALA MOURÃO FILHO**

Durante a gestão de Geralda Armond é possível observar que nas comemorações realizadas no Museu Mariano Procópio, o Exército foi à instituição mais homenageada (ARMOND, 1960-1980).

Em sua administração, ela aumentou o acervo que pertencia a Alfredo Lage com medalhas, condecorações, armas e objetos pessoais pertencentes a altas patentes do Exército, assim como cria salas expositivas destinadas ao Duque de Caxias e ao General Mourão.

Armond acompanhou de perto a consolidação da “Revolução Democrática”. Um dos motivos seria a proximidade física entre o MMP e a 4ª Região Militar que se instaurou na época na antiga propriedade de Frederico Lage, ao lado do museu.

A partir de 1945 (fim da Segunda Guerra Mundial), o MMP passou a realizar comemorações relacionadas ao Dia do Soldado. Depois do golpe que implantou a ditadura militar no Brasil em 1964, passou-se a comemorar os aniversários da “Revolução Democrática” (como era visto pela Geralda Armond). Em 1966, na comemoração do segundo aniversário da revolução, o General Mourão Filho doou ao MMP o fardão que ele usou no dia 31 de março de 1964.

Em 31 de março de 1966 foi inaugurada a Sala Mourão Filho, no Museu Mariano Procópio, criada pela ex-diretora Geralda Armond. Esta sala foi criada no intuito de homenagear o líder da “Revolução Democrática” General Olympio Mourão Filho, ao Exército Nacional e a Revolução Redentora (ARMOND, 1966). Em relação à localização, esta sala ocupava o primeiro quarto, à esquerda, do segundo pavimento, posteriormente os objetos desta sala foram transferidos para Sala Duque de Caxias.

No ato da inauguração foi proferido um discurso pelo General Olympio Mourão Filho, no Museu Mariano Procópio, onde ele agradece a homenagem com as seguintes palavras:

“Os revolucionários de Minas Gerais agradecem, com eterna gratidão, a homenagem da inauguração da Praça 31 de Março e a desta sala que contará aos pósteros a página de audácia que foi escrita pelo Governo, povo, forças armadas nacionais e a policia militar deste Estado, que, desta Capital da democracia, partiram correndo risco de uma quase certa destruição” (FILHO, 1966).

Nesta sala ficavam exposto alguns objetos doados principalmente pelo General Mourão Filho e pela sua esposa Maria Mourão. Pertenciam a essa sala objetos como: diversas condecorações, diplomas de mérito e medalhas, a espada de ouro do General Mourão filho, doada ao museu no 6º aniversário da revolução, no dia 31 de março de 1970, fotografias da revolução, assim como o fardão doado em 1966.

De acordo com os relatórios anuais do Museu Mariano Procópio escritos por Geralda Armond, anualmente ocorriam celebrações no museu em comemoração ao aniversário da “Revolução Democrática”, onde esses objetos eram expostos, deixando em dúvida se essa sala permanecia aberta a visitas durante todo o ano, ou se essa era aberta somente para as celebrações nos dias 31 de março de cada ano.

A última data que consta nos relatórios sobre esta exposição em comemoração a “Revolução Democrática” é no ano de 1978. Através dos documentos disponibilizados pelo Museu Mariano Procópio não foi possível identificar quando essas celebrações deixaram de acontecer.

De acordo com Carina Martins Costa, a homenagem a “Revolução Democrática” que teve maior duração foi a comemoração do 13º aniversário da revolução, em 1977, quando a exposição permaneceu exposta por uma semana (ARMOND, 1977).

Então, ao analisar os relatórios administrativos realizados por Geralda Armond de 1960 a 1980, não se consegue averiguar se os objetos ficavam expostos nessa sala durante todo o período em que esta é relatada nos relatórios ou se era uma exposição que era montada e exposta apenas para as comemorações da “Revolução Democrática”.

Com o intuito de completar essas informações procurei algumas pessoas que visitaram a Sala Mourão Filho. Assim, através da metodologia de História Oral elaborei um roteiro para realizar entrevistas com essas pessoas.

De acordo com o depoimento de Wilson Cid observa-se que a sala Mourão Filho foi um espaço adequado no Museu Mariano Procópio e que esta exposição era permanente, ou seja, era uma sala fixa no circuito deste museu pelo menos entre 1966 e 1980.

É ela é (a sala)... adaptou muito pedaços dos espaços do museu, ela ela (Geralda Armond) adaptou um pedaço de uma das salas e colocou ali esse pequeno material. Não era coisa coisa muito grande não (CID, 2014).

Além disso, segundo Wilson Cid, essa sala foi criada por uma vontade pessoal de Geralda Armond, que passou por cima do conselho e das normas impostas por Alfredo Ferreira Lage quando doou o acervo do MMP ao município de Juiz de Fora.

A criação dessa sala, dessa sala dedicada ao Mourão, General Mourão Filho, ao golpe de estado de 1964 é resultou em primeiro lugar de passar por cima de uma, de uma ordenação própria do museu por já ter todas as suas salas definidas. Tanto é que no instrumento de doação do acervo do museu ao município ficou estabelecido que as salas não podiam ter os seus nomes alterados. Isso é da expositivo da doação do Alfredo Ferreira Lage, não pode mudar... A criação dessa sala foi resultado de uma decisão pessoal, pessoal da então diretora do museu prof. Geralda Armond, porque ela era pessoalmente muito entusiasmada com essa questão de do golpe militar apoiou entusiasticamente aquela coisa toda, ela foi membro da, da, da campanha da mulher pela democracia, a CAMDE que tinha aqui em Juiz de Fora, então ela tinha essa convicção de apoio aquilo lá. É também ajudou o fato da vizinhança do museu com o comando da 4º Região Militar (CID, 2014).

Através das fontes pesquisadas foi possível comprovar a importância de Geralda Armond para a criação da Sala Mourão Filho. A construção desta sala está diretamente relacionada com as características e pensamentos pessoais da então diretora do MMP. Que não respeitou o conselho e as normas estabelecidas pelo Alfredo Ferreira Lage ao criar essa sala.

## **5. MEMÓRIAS DA SALA MOURÃO FILHO**

O museu, assim como os arquivos, as datas comemorativas, os periódicos, as celebrações são considerados lugares de memória (NORA, 1981). É um lugar com os três

sentidos que definem o conceito de lugares de memória salientado por Pierre Nora: material, simbólico e funcional.

A possibilidade de repensar a história brasileira a partir da experiência trazida pelos lugares de memória avança na construção de uma identidade nacional, que se tornam fonte da cultura nacional, assegurando as futuras gerações à oportunidade de acesso a este acervo representativo da sociedade, que formam o Patrimônio Cultural Brasileiro (GORSDORF, 2014, p. 2).

Assim, analisando o período em que a Sala Mourão Filho foi criada e a figura de sua fundadora, Geralda Armond, observa-se que o objetivo desta, era guardar a memória de uma “revolução” e do “herói desta revolução”.

Assim, através do texto “Memória e poder: contribuição para teoria e prática nos ecomuseus”, de Mário Chagas, pode-se refletir sobre a memória a partir de objetos de museus. Segundo, o autor os agentes museais confrontam-se articuladamente com dois movimentos de memória: um voltado para o passado e lá se cristaliza e o outro que se orienta para o presente (CHAGAS, p. 1).

Analisando esse texto e relacionando-o com a Sala Mourão Filho pode-se refletir e questionar: qual memória foi instituída a partir da criação dessa sala? E o que esses objetos representam hoje?

Pesquisando no jornal Diário Mercantil, é possível notar na coluna escrita por Geralda Armond, seu apoio a “Revolução Democrática” (modo como ela fazia menção ao golpe de 1964). Portanto, era necessário salvar a memória deste tempo visto como glorioso e revolucionário para o país. E de grande importância para a cidade de Juiz de Fora, como foi dito anteriormente, a caminhada para a retirada de João Goulart no poder se iniciou nesta cidade.

Atualmente, tem-se vividos tempos de incertezas no Brasil. Dúvidas sobre a permanência da democracia devido as atitudes do presidente eleito Jair Bolsonaro. Assim, se pensarmos nos dias atuais e relacioná-los a sala estudada, percebe-se um momento de negação deste resgate glorioso. Cada vez menos as pessoas defendem o regime militar.

Então, através da análise destes fatos pode-se concluir que a função destes objetos que continuam guardados no MMP mudou. Se quando se criou a Sala Mourão Filho a intenção era homenagear, prestigiar a revolução e o General Olympio Mourão Filho, que iniciou o golpe, acredita-se que agora esses objetos representam uma lembrança de um período trágico da história do Brasil. Que deve ser lembrado para não acontecer novamente.

## 6. FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

*Arquivo Histórico da Cidade de Juiz de Fora – Juiz de Fora/MG*

- Jornal ‘Diário Mercantil’

*Acervo Histórico da Fundação Museu Mariano Procópio – Juiz de Fora/MG*

- ARMOND, Geralda. Relatórios Administrativos. AH/MMP, 1960-1980.
- Discurso proferido pelo General Mourão Filho na inauguração da Sala do MMP em que é patrono.

*Departamento de Acervo Técnico da Fundação Museu Mariano Procópio – Juiz de Fora/MG*

- Departamento do acervo técnico. Guia Histórico do Museu Mariano Procópio - Reedição de documento produzido por Geralda Armond, 2011.

ABREU, Christiane Silva de. Favelas em Juiz de Fora: a ocultação do fenômeno. *Libertas*, Juiz de Fora, v.4, n.1, p. 146 - 170, jul / 2010.

CHAGAS, Mário. Memória e poder: contribuição para teoria e a prática nos ecomuseus. Disponível em: <http://www.quarteirao.com.br/pdf/mchagas.pdf>. Acesso em: 06/10/2014 às 18 horas e 36 minutos.

CID, Wilson. *Wilson Cid*: depoimento [out.2014]. Entrevistadora: Carolina Martins Saporetti. Juiz de Fora, 2014.

COSTA, Carina Martins. *Uma arca das tradições: educar e comemorar no Museu Mariano Procópio*. Rio de Janeiro: FGV, 2011 (tese de doutoramento), p. 65 e 66.

COSTA, Carina Martins. “Uma guardiã da tradição: Geralda Armond e as ações educativas no Museu Mariano Procópio (Minas Gerais- Brasil)”. *Revista Museologia & Interdisciplinaridade*. Brasília: UnB, Vol. 2, No 3 (2013), p. 47-58.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. “O Governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia”, *Tempo*, Niterói, v. 28, p. 123-144, 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/tem/v14n28/a06v1428.pdf>.

FICO, Carlos. Além do Golpe – Versões e controvérsias sobre 1964 e o regime militar. Rio de Janeiro/ São Paulo, Record, 2004.

GORSODORF, Leandro Franklin. Ditadura e lugares de memória: as diretrizes do Mercosul e o direito ao patrimônio cultural. Disponível em: [www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=d073bb8d0c47f317](http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=d073bb8d0c47f317). Acesso em: 01/08/2014 às 10 horas e 04 minutos.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O Perigo é Vermelho e vem de Fora: O Brasil e a URSS. In: Locus: revista de história, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, 2007.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: Projeto História. São Paulo: PUC-SP, 1981, pp. 7 a 28. Disponível em: <http://www.pucsp.br/projetohistoria/downloads/revista/PHistoria10.pdf>. Acesso em: 05/05/2014 às 17 horas e 20 minutos.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. Juiz de Fora: Vivendo a história. Juiz de Fora: EDUFJF, 1994.

OLIVEIRA, Paulino de. História de Juiz de Fora. Juiz de Fora: Gráfica Comércio e Indústria, 2ª edição, 1966.

ROSA, Rita de Cássia Vianna. “A General das Letras”: a literata Cosette de Alencar e a “sua” cidade – Juiz de Fora (MG) - 1918 a 1973. 2013. 419 folhas. Tese de Doutorado – Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia – Departamento de História. 1. Alencar, Cosette de, 1918-1973. 2. Biografia. 3. Memória. 4. Gênero. 5. Literatura. 6. Imprensa.

ROSA, Rita de Cássia Vianna. As mulheres de “Paraiburgo”: representações de gênero em jornais de Juiz de Fora/ MG (1964 a 1975). 2009. 247 folhas. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. . Imprensa – Aspecto histórico – Juiz de Fora (MG) – 1964-1975 2. Mulher na imprensa - Juiz de Fora (MG) 3. Gênero 4. Representação.

STARLING, Heloisa Maria Murgel. Os senhores das gerais: Os Novos Inconfidentes e o Golpe Militar de 1964. Petrópolis: Editora Vozes Ltda., 5ª edição, 1986.

# MAPEAMENTO DE CONJUNTOS ARQUIVÍSTICOS EM JUIZ DE FORA

Andreia de Freitas Rodrigues<sup>201</sup>

Luiz Henrique Souza de Giacomo<sup>202</sup>

**RESUMO:** Juiz de Fora é uma cidade com uma grande quantidade de instituições custodiadoras de conjuntos arquivísticos. No entanto, não há um diretório que reúna todos esses ambientes e permita ao cidadão e aos pesquisadores um real conhecimento da realidade arquivística de nossa cidade. Nosso objetivo principal é mapear essas instituições e fornecer aos usuários informações sobre as instituições, os profissionais e os acervos que possuímos em Juiz de Fora, destacando suas potencialidades e desafios.

**PALAVRAS-CHAVE:** Arquivos. Mapeamento. Juiz de Fora.

**ABSTRACT:** Juiz de Fora is a city with a large number of archival custodian institutions. However, there is no directory that brings together all these environments and allows citizens and researchers a real knowledge of the archival reality of our city. Our main objective is to map these institutions and provide users with information about the institutions, professionals and collections we have in Juiz de Fora, highlighting their potential and challenges.

**KEYWORDS:** Archives. Mapping. Juiz de Fora.

## INTRODUÇÃO

Juiz de Fora, desde seu surgimento, sempre foi uma das mais importantes cidades da Zona da Mata mineira. Por aqui passava o ouro das Minas, pelo Caminho Novo, em direção ao Rio de Janeiro. Em nossa região se desenvolveu a produção cafeeira em meados do século XIX. A cidade, depois, foi importante polo industrial, com fábricas têxteis, a primeira usina hidroelétrica da América do Sul, importantes bancos. Foi o lugar em que imigrantes alemães e

---

<sup>201</sup> Restauradora/Arquivo Central da UFJF. Doutora PPGArtes/UERJ. Email: andreia.rodrigues@ufjf.edu.br.

<sup>202</sup> Bacharel em Arquivologia/UFF. Doutorando em História Social/USP. Email:luizgiacomo@yahoo.com.br.

italianos se instalaram, como os irmãos Arcuri, com a sua construtora, a Pantaleoni Arcuri. Nas décadas seguintes, apesar da queda do poder industrial, Juiz de Fora continuou como um relevante polo cultural e universitário.

Desse modo, esse destaque não poderia deixar de ser percebido por meio do legado documental. Importantes conjuntos documentais foram produzidos como fruto natural de todas essas atividades<sup>203</sup>. Muitos deles ainda estão preservados em instituições ou setores arquivísticos, tanto públicos, quanto privados, os quais nos permitem conhecer melhor o passado de Juiz de Fora e dos habitantes da cidade. Os desafios são muitos, pois os arquivos e o patrimônio histórico, de forma geral, são muito pouco valorizados e vistos como investimentos pouco rentáveis. Para as instituições públicas, temos, em razão da lei de Arquivos, a obrigatoriedade da preservação do patrimônio documental como um dever do Estado, bem como de sua consulta, além da proibição da alienação e da eliminação de documentos de valor permanente (BRASIL, **Lei 8.159 de 9 de janeiro de 1991**. Arts 1º; 4º; 7º-10º). Para os documentos privados ou pessoais, a preservação só é obrigatória quando considerados de interesse público e social (BRASIL, **Lei 8.159 de 9 de janeiro de 1991**. Arts 11-16).

Isso posto, não é difícil vislumbrarmos um pouco do cenário arquivístico, não somente em Juiz de Fora, mas num plano nacional, em que existem mais dificuldades e demandas para que sejam tomadas providências em relação ao cuidado do patrimônio documental e ao acesso a informações, por parte dos cidadãos, de todo o nosso corpo social, presentes nos documentos de arquivo. Os arquivos devem ser tomados não enquanto espaços apenas para pesquisadores ou curiosos do passado. Essa mudança de visão que temos sobre os arquivos, reforçando sua importância social, é essencial para que possamos cobrar do Poder Público e das entidades privadas um maior zelo para com os conjuntos documentais.

Compartilhamos da mesma opinião de Heloísa Bellotto sobre o papel instrumental dos arquivos. De acordo com a autora,

Arquivos são instrumentos, arquivos são ferramentas. Ferramentas da administração (dos órgãos públicos ou das organizações privadas); ferramentas da cidadania (dos direitos e dos deveres dos cidadãos); ferramentas do direito (fontes do exercício jurídico); ferramentas da historiografia (os documentos são os instrumentos de trabalho do historiador); tudo isso, ademais de serem instrumentos indispensáveis da ciência, da tecnologia, do dia a dia das pessoas. Arquivos são

---

<sup>203</sup> Cabe lembrar a definição de documento de arquivo, como aponta a lei 8.159 de 1991, em seu artigo 2º: “Consideram-se arquivos, para os fins desta Lei, os conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos” (BRASIL, **Lei 8.159 de 9 de janeiro de 1991**. Art 2º).



instrumentos nos quais a informação está registrada, para quem dela faça uso (BELLOTTO, 2014: 179).

No entanto, para nós, o principal papel desenvolvido pelos arquivos é o de ser ferramenta da cidadania, pois apenas a partir dele que podemos fortalecer o papel social que estes possuem. Mas cabe o questionamento: Como os arquivos podem de fato ser instrumentalizados, em especial, como uma ferramenta da cidadania?

Também concordamos com Heloísa Bellotto quando esta aponta que

É com este sentido, o do *acesso pleno do cidadão* ao universo da informação, seja a de caráter jurídico, trabalhista, militar, previdenciário, econômico, cívico, etc., tanto quanto a de caráter cultural, social, educativo e de entretenimento, que os arquivos devem se posicionar na sociedade (BELLOTTO, 2014: 134, grifo nosso).

Portanto, é por meio do acesso que se torna possível a transformação dos arquivos em ferramentas da cidadania, já que terão maior valor, espaço e ação social.

Quanto às possíveis modalidades de uso a serem feitas dos documentos de arquivo, a arquivista destaca três: 1) o uso prático, realizado pelo administrador, pelo jurista ou por outros profissionais, isso de modo operativo (ações ou informação para ações); 2) o uso popular, realizado pelo cidadão, de modo informativo (sentido cultural ou de caráter pessoal e para direitos); e 3) o uso acadêmico, realizado pelo pesquisador ou pelo historiador, de modo especulativo (científico ou sociocultural) (BELLOTTO, 2014: 180).

A partir disso, devemos destacar que os “arquivos são entidades destinadas a gerir, guardar e dar acesso às informações contidas naqueles documentos” (BELLOTTO, 2014: 132). Isso por meio de um tratamento técnico com base nos princípios arquivísticos.

Nosso trabalho procura ajudar o Poder Público e os cidadãos a conhecerem os conjuntos documentais existentes em Juiz de Fora, os acervos custodiados, as equipes de profissionais existentes e o trabalho técnico realizado e a realizar, por meio de um mapeamento das instituições e setores arquivísticos que a cidade possui.

Partimos da lista de Museus e Centros Culturais<sup>204</sup> elaborada e disponibilizada pela Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage (Funalfa), a qual será complementada com as visitas presencial e online (quando possível) a esses espaços e a aplicação de um questionário a

---

<sup>204</sup> Disponível em: <[https://www.pjf.mg.gov.br/administracao\\_indireta/funalfa/servicos/museus centros.php](https://www.pjf.mg.gov.br/administracao_indireta/funalfa/servicos/museus centros.php)>. Acesso em: 18 out 2019.

respeito dos usuários, dos profissionais e dos acervos. Buscamos reforçar os arquivos de Juiz de Fora enquanto ferramentas da cidadania, dando aos seus usuários informações sobre os mesmos, as quais são essenciais para que possamos cobrar providências do Poder Público e das instituições privadas que custodiam esses conjuntos documentais.

Nosso texto, no presente momento, visa apresentar as diretrizes do nosso processo de trabalho, apresentando nossas justificativas, nossos objetivos, nossa metodologia, e os resultados e produtos esperados no decorrer e após a conclusão de nossa tarefa.

## **JUSTIFICATIVA**

Acima apontamos algumas razões que nos movem a realizar o presente trabalho, dentro da perspectiva de reforço do caráter social dos arquivos. Contudo, de forma mais pontual, relacionando com nossa realidade contextual, alguns pontos devem ser destacados como base de nossa justificativa, mais especificamente.

Primeiramente, buscamos tornar conhecidos os acervos e as instituições da cidade de Juiz de Fora. Passo essencial na estruturação desse mapeamento e como motor de nosso trabalho. A partir disso, procuramos apontar os desafios técnicos enfrentados pelas instituições e pelos profissionais, bem como suas demandas para a realização do tratamento arquivístico adequado desses conjuntos documentais sob sua responsabilidade.

Visamos desenvolver um instrumento – conhecido como diretório na literatura arquivística – que sirva de suporte para o desenvolvimento de pesquisas, trazendo informações sobre as instituições, os acervos, os profissionais, além das formas de acesso aos documentos. Sendo a sua publicização, talvez, a maior contribuição que possamos oferecer com nosso trabalho, o que permitirá a um conjunto maior de pessoas compreender a realidade arquivística de Juiz de Fora.

Ao fazermos isso, acabamos por contribuir na busca pela preservação dos conjuntos arquivísticos, visto que para saber o que é preciso preservar, é essencial (re) conhecer o que existe e em quais condições está. Assim, esse mapeamento serve de proposta para a preservação e instrumento de cobrança do Poder Público e das instituições privadas detentoras de conjuntos documentais arquivísticos providências adequadas para seu tratamento técnico, manutenção e acesso.

## **OBJETIVOS**

De forma geral, nosso objetivo é mapear as instituições custodiadoras de conjuntos arquivísticos em Juiz de Fora e observar o tratamento arquivístico realizado nas mesmas. No entanto, este se desdobra em alguns objetivos específicos, que colaboram para a sua realização.

É com esse fim que buscaremos elencar as instituições e os conjuntos documentais arquivísticos existentes em Juiz de Fora; identificar as técnicas e metodologias aplicadas no tratamento técnico dos arquivos; observar as formas de acesso e os tipos de usuário; e traçar o perfil do profissional responsável pelo trabalho arquivístico nessas instituições.

Elaborando ao fim, uma espécie de inventário com as informações coletadas, o qual deverá ser disponibilizado ao público em geral. Além disso, também teremos outras produções técnicas que visam trazer uma análise qualitativa e quantitativa dos dados obtidos.

## **METODOLOGIA**

Como apontado anteriormente, o ponto de partida de nosso projeto é a lista de ‘Museus e Centros Culturais’, que pode ser acessada no site da Funalfa. Nessa listagem, temos o apontamento de diferentes instituições que possuem acervo cultural na cidade de Juiz de Fora. Há uma breve explicitação dos documentos que elas custodiam e informações sobre as instituições, como horário de funcionamento e localização. É um trabalho muito interessante da Funalfa, mas, para o campo arquivístico, acreditamos que podemos completá-lo a fim de atender melhor às demandas dos usuários de arquivo.

Dessa forma, nosso trabalho se propõe a refinar esse instrumento da Funalfa, trazendo algumas outras informações que são importantes para o universo arquivístico, ao mesmo tempo em que complementamos e atualizamos o material com, por exemplo, o destaque para outros conjuntos documentais existentes e não contemplados anteriormente.

Nosso mapeamento se realizará, portanto, através de algumas ações, como: visita às instituições; aplicação de um questionário aos profissionais desses arquivos; observação dos instrumentos de pesquisa; busca na Internet pelos sites das instituições; e elaboração de gráficos e tabelas com os dados colhidos. Passos que nos permitirão ter uma análise quantitativa e qualitativa da realidade arquivística de Juiz de Fora, refletido no instrumento final que visamos construir e divulgar.

## QUESTIONÁRIO

Aqui não nos cabe pormenorizar o conteúdo do questionário a ser aplicado. Apenas pontuamos que é por meio dele que teremos alguns dos meios de acessar algumas informações sobre os trabalhos técnicos, os conjuntos documentais e os profissionais junto aos conjuntos documentais arquivísticos em Juiz de Fora. Portanto, isso reforça a importância das visitas às instituições e o diálogo direto com os profissionais que nelas atuam.

Alguns pontos centrais do questionário, ao redor dos quais giraram nossas demandas informacionais, são: Primeiro, conhecer o processo de tratamento dos acervos (identificação, descrição, definição de fundos, digitalização, formas de recolhimento, etc.), o que nos permitirá reforçar as potencialidades informacionais dos conjuntos documentais e as estratégias de trabalho que vêm sendo adotadas, mas, também, destacar os desafios existentes e as carências existentes para essas ações, seja num plano material, seja no caráter metodológico do desenvolvimento dos trabalhos.

Segundo, traçar o perfil profissional dos ‘arquivistas’ que atuam em Juiz de Fora, observando a formação profissional dos profissionais responsáveis e a composição das equipes de trabalho. Isso nos permitirá propor cursos, minicursos, oficinas e outras atividades, visando complementar o que esses profissionais conhecem, bem como, possibilitar a troca de informação entre os diferentes profissionais que, muitas vezes, acabam presos em seu pequeno microcosmo arquivístico, sem saber o que existe para além dos muros de seus arquivos.

Terceiro, avaliar as ações desenvolvidas pelas instituições referentes à educação patrimonial, às modalidades de consulta, aos perfis dos usuários e etc.. Essa é a forma de apreender como os arquivos cumprem o seu papel social. Lembrando, os arquivos não são depósitos, apenas, de documentos antigos, mas fontes de conhecimento e devem, sempre, ser encarados e atuarem como ferramentas da cidadania. Dessa maneira, esse levantamento nos permitirá, também, avaliar o que é feito nesses campos e propor ações futuras.

Logo, a aplicação dos questionários é fundamental para que possamos refinar o que sabemos dos arquivos juiz-foranos. Grosso modo, é a partir deles que poderemos complementar, qualitativamente, a listagem da Funalfa, que tomamos como base, traçar a realidade arquivística existente na cidade, pensar em medidas futuras para uma melhoria e ampliação do tratamento técnico realizado e cobrar ações efetivas do Poder Público e dos custodiadores dos conjuntos documentais.

## RESULTADOS E PRODUTOS

Nosso projeto tem como resultado esperado, a elaboração de uma nova lista com as instituições custodiadoras de conjuntos arquivísticos, trazendo informações sobre os conjuntos documentais, sobre o funcionamento das mesmas, os trabalhos técnicos desenvolvidos, as formas de acesso e as equipes responsáveis. Mas, especialmente, marcando nossa especificidade em relação à lista da Funalfa, abordando apenas instituições com arquivos. Visamos, dessa forma, proporcionar aos cidadãos de Juiz de Fora um mapeamento dos arquivos existentes e as demandas e desafios que eles enfrentam para continuarem suas atividades.

No entanto, no decorrer da realização de nosso trabalho, pensamos em apresentá-lo por meio de comunicações em eventos científicos e publicações pontuais de textos em revistas ou anais de eventos. Esses momentos são importantes para refletirmos sobre o que estamos fazendo, trocar experiências com outros colegas e apontar a todos o próprio o *en train de faire* de nossa proposta. Como buscamos uma análise mais complexa, cada uma das etapas, ao serem compartilhadas, possibilita um verdadeiro amadurecimento das reflexões empreendidas e um cruzamento com outras realidades analíticas.

Ao final, buscamos apresentar esse mapeamento de forma íntegra em alguma publicação de maior circulação e peso nacional, permitindo uma verdadeira divulgação científica de nossa proposta e da realidade arquivística da cidade de Juiz de Fora para além de um cenário meramente regional.

## CONSIDERAÇÕES

O que trouxemos no presente texto são apenas apontamentos iniciais, por isso não podemos denominar nossas considerações como finais. Temos todo um percurso a realizar, no intuito de permitir, a Juiz de Fora, conhecer os conjuntos documentais arquivísticos existentes na cidade, o tratamento técnico realizado e as equipes responsáveis, para, assim, cobrar do Poder Público e das instituições privadas maior atenção a ser dada aos arquivos.

Acima foram expostos justificativa, objetivos, metodologia, resultados esperados. Contudo, nosso principal foco é permitir que os arquivos juiz-foranos sejam encarados com o seu devido valor social, como espaços do cidadão, o que só será possível por meio do acesso destes aos documentos que são custodiados. É por encarmos os arquivos, principalmente, como ferramentas da cidadania, que nos predispomos a elaborar o diretório e compartilhá-lo com nossos futuros leitores.

## **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 4.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

\_\_\_\_\_. O papel instrumental dos arquivos. In: **Arquivo**: estudos e reflexões. Belo Horizonte: UFMG, 2014. p.179-185.

\_\_\_\_\_. Arquivo e sociedade: políticas e ações voltadas para a educação. In: **Arquivo**: estudos e reflexões. Belo Horizonte: UFMG, 2014. p.132-143.

BRASIL. **Lei 8.159, de 9 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8159.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8159.htm)>. Acesso em: 18 out 2019.

FUNALFA. **Lista de ‘Museus e Centros Culturais’**. Disponível em: <[https://www.pjf.mg.gov.br/administracao\\_indireta/funalfa/servicos/museus\\_centros.php](https://www.pjf.mg.gov.br/administracao_indireta/funalfa/servicos/museus_centros.php)>. Acesso em: 18 out 2019.

# **Relações de sociabilidade Juiz-forana por trás do Palacete Santa Mafalda (1860 – 1904)**

Mariana Cunha de Faria <sup>205</sup>

## **Resumo**

Este trabalho tem como objetivo apresentar uma breve análise das relações de sociabilidades na cidade de Juiz de Fora, entre 1860 e 1904. Neste período se construíram relações sociais em torno das famílias abastadas da cidade, o que redundou na construção de uma das edificações mais emblemáticas do município o Palacete Santa Mafalda. Esta pesquisa entende este patrimônio como produto destas relações que foram construídas por meio do poder, status e interesses diversos que propiciaram a intensificação das relações de sociabilidade das mais abastadas famílias que disputavam a vereança do município de Juiz de Fora. A edificação encontra-se situada no centro da cidade, a Avenida Barão do Rio Branco, antiga Rua Direita defronte à Catedral Metropolitana de Juiz de Fora.

**Palavras chave:** Palacete Santa Mafalda, Manoel do Valle Amado, Redes de Sociabilidades, Patrimônio Histórico, Juiz de Fora

## **Abstract**

This paper aims to present a brief analysis of social relations in the city of Juiz de Fora, between 1860 and 1904. During this period social relations were built around the city's wealthy families, which resulted in the construction of one of the most emblematic buildings of the municipality the Santa Mafalda Palace. This research understands this heritage as a product of these relationships that were built through the power, status and diverse interests that led to the intensification of sociability relations of the wealthier families who disputed the truth of the city of Juiz de Fora. The building is located in the city center, Barão do Rio Branco Avenue, former Rua Direita opposite the Juiz de Fora Metropolitan Cathedral.

**Keywords:** Santa Mafalda Palace, Manoel do Valle Amado, Social Networks, Historical Heritage, Juiz de Fora

A presente pesquisa tem como objeto as relações de sociabilidade que obtiveram como produto material a construção do Palacete de Santa Mafalda, um patrimônio cultural de Juiz de Fora, que foi construído na segunda metade do século XIX e que possui um importante papel na história e memória afetiva da cidade.

---

<sup>205</sup> Licenciada em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: faria.mary62@gmail.com.

Neste período, Juiz de Fora possuía uma estrutura urbana organizada em relação a outros municípios da região atraindo assim os olhares para a cidade (PIRES, 1993, p.120). Um exemplo era abastecimento de energia elétrica, bancos e sistema de comunicação que para época eram desenvolvidos em Juiz de Fora, que estava em pleno crescimento econômico. Foi nesta conjuntura que se construiu o Palacete Santa Mafalda, por ordem do Comendador Manoel do Valle Amado, para oferecer como presente a casa de veraneio para a família Imperial (NOBREGA, 1997). Este palacete foi encomendado para ser entregue ao Imperador D. Pedro II e sua família, quando estes visitaram Juiz de Fora no dia 24 de junho de 1861. Nesta data ocorreu a inauguração do trecho da estrada União Indústria que ligava a província do Rio de Janeiro a Juiz de Fora.

Após a inauguração, as atenções se voltaram para o Palacete Santa Mafalda, uma vez que neste local ocorreu uma cerimônia de Beija-mão (PEDRO II, 1861, p.12-17), ocasião em que o Imperador atendeu a pessoas de expressão política e assinou documentos (NOBREGA, 1997). Neste dia lhe foi oferecido o luxuoso palacete de presente. Nesta mesma cerimônia, o Imperador ofereceu a Mariano Procópio o título de Barão, porém Mariano Procópio declinou-se da oferta e pediu que sua mãe fosse agraciada com essa mercê, tornando-se a Baronesa de Sant'Ana (BASTOS,1991,p.61).

Ao receber as chaves do Palacete das mãos do Comendador Manoel do Valle Amado, o Imperador, como um entusiasta das tecnologias e educação, alegou que só receberia o presente em prol de alguma benfeitoria, como escola ou algo que servisse a comunidade. O Comendador Valle Amado não ficou satisfeito com a recusa do presente para uso pessoal da família imperial, já que o imóvel era considerado a edificação mais luxuosa de sua época na cidade de Juiz de Fora. Hoje em dia, este Palacete é considerado o mais antigo prédio do conjunto arquitetônico do centro (FIORAVANTE e col., 2008). O mesmo detinha mobiliário requintado que fora importado, além de pinturas a óleo do Imperador e da Imperatriz e um trono que foi utilizado somente na cerimônia Beija-mão. Então, o Comendador ordenou que o local fosse fechado até a sua morte.

Seu filho obedeceu às suas ordens e o Palacete ficou fechado por um pouco mais de 40 anos, mantendo somente um homem como morador e seu fiel zelador. O Barão de Santa Mafalda, filho do então já falecido Comendador Manoel do Valle Amado, por sua vez legou o



Palacete em seu testamento para a Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora, e todo o seu acervo foi a leilão em 1904. (NOBREGA, 1997).

A pesquisa que esta sendo desenvolvida buscará circunscrever e historicizar as relações de sociabilidade que resultaram no Palacete Santa Mafalda, edificação posteriormente utilizada para a utilização dos Grupos Centrais<sup>206</sup>, responsáveis pelo enraizamento da edificação na memória dos juiz-foranos, o que ajudou, inclusive, a transformá-lo em um patrimônio histórico da cidade.

O Palacete Santa Mafalda recebeu em um curto prazo de tempo em relação aos outros grupos escolares que ali se mantiveram, a Escola Normal, que depois foi transferida provisoriamente para a casa comprada pelo Estado da Família Horta Barbosa localizada na Rua Espírito Santo. Local em que esta escola permaneceu até que a sua sede ficasse pronta e fosse inaugurada em 14 de agosto de 1930, lugar onde se mantém até os dias atuais (ARCURI)<sup>207</sup>. Em 1907, após o governo do estado assinar contrato com a Santa Casa de misericórdia o Palacete Santa Mafalda, recebeu o primeiro grupo escolar de Minas Gerais. Em 1913, José Rangel (ex-diretor da Escola Normal) foi autorizado pelo secretário das finanças, a iniciar as negociações com a Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora, para que o governo do estado pudesse adquirir o imóvel. Em outubro do mesmo ano, o governo do estado arrematou o Palacete por 120 contos de réis (RANGEL, 1904)<sup>208</sup>.

A parte do terreno que não foi ocupada pela edificação continuou em posse da Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora. Era delimitado pela Avenida Barão do Rio Branco até a atual Rua Batista de Oliveira. Posteriormente, as construções foram demolidas e o portão direito foi retirado por ordem da prefeitura para a abertura da Rua Bráz Bernardino (ARCURI)<sup>209</sup>. A partir do que foi dissertado sobre a história do Palacete, observa-se a importância deste imóvel como um patrimônio cultural para a cidade de Juiz de Fora, pela história e memória latentes nele contidos. Segundo, o Artigo 216 da Constituição patrimônio cultural são os bens “de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em

---

<sup>206</sup> O Palacete Santa Mafalda adquiriu a alcunha de Grupos Centrais ao abrigar três grupos escolares ao mesmo tempo, trabalhando em três turnos (O Grupo Escolar José Rangel, Escola Estadual Estevão de Oliveira e Escola Estadual Delfim Moreira)

<sup>207</sup> Disponível em: <http://www.ricardoarcuri.com.br/jfora/colegrafaculd/escolanorma>

<sup>208</sup> RANGEL, José. Escola Normal: Relatório apresentado ao Dr. Secretario do interior, pelo diretor da Escola Normal, Jornal Correio de Minas, Juiz de Fora, dias 28, 29, 30 e 31 de Maio de 1904.

<sup>209</sup> Disponível em: <http://www.ricardoarcuri.com.br/jfora/colegrafaculd/grupo/>

conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (BRASIL, 1988).

Para que tais bens possam ser utilizados pelos poderes em favor da criação da nação, é necessário que, em primeiro lugar, façam com que os indivíduos passem a ser entendidos enquanto coletividade, ou seja, devem servir como um instrumento integrador. Caso contrário, eles não efetivarão o que foi intencionado (CRIVELLI, BIZELLO, 2012, p.174).

Os bens culturais de natureza material podem ser divididos em imóveis, como as cidades históricas, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais; ou móveis, como coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos (IPHAN).

O Palacete Santa Mafalda foi reconhecido oficialmente como um patrimônio imóvel da cidade de Juiz de Fora, ao ser tombado pelo decreto 2864/19.01.83. Sua preservação não se deve somente por sua arquitetura, mas também pelo seu valor histórico e cultural para a cidade de Juiz de Fora. Portanto, a partir desta pesquisa busca-se construir uma narrativa deste episódio, a fim de demonstrar as relações de sociabilidades que tem por resultado material o Palacete Santa Mafalda construindo tal narrativa retrocedendo os fatos históricos.

Segundo o autor Jacques Le Goff “A memória na qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens” (LE GOFF, 1990, p. 471). Então, deve se trabalhar a memória para a conservação e memoração sem romanizações e ruídos oriundos das lembranças de um passado distante, mas que precisa ser lembrado no caso do Palacete Santa Mafalda também como local de memória. De acordo com Le Goff (1990), toda essa evolução das sociedades, elucida a relevância do papel que a memória coletiva representa. Ela está presente nas grandes questões das sociedades desenvolvidas e em desenvolvimento. O historiador francês defende essa idéia como “[...] um elemento essencial do que se costuma chamar de identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia.” (LE GOFF, 1990, p. 469).

A partir da pesquisa realizada, observa-se que as relações políticas na câmara de vereadores do município de Juiz de Fora, também se enquadram como local de relações de sociabilidades que veio a se expressar por meio do Palacete Santa Mafalda.

Essas relações existem por inúmeros motivos, tal como observa o alemão Georg Simmel: “Instintos eróticos, interesses objetivos, impulsos religiosos, objetivos de defesa a ataque, jogo, conquista, ajuda, doutrinação e inúmeros outros fazem com que o ser humano entre, com os outros, em uma relação de convívio [...]” (2006, p. 59-60). Segundo Simmel, a sociedade é produto das interações entre os indivíduos. Assim o conceito de sociedade se modifica do original grupo que divide o mesmo território se despreendendo do sentido territorial e se construindo no sentido de relações interpessoais, contatos sociais e reciprocidade entre os indivíduos, que compartilham espaços, idéias semelhantes ou até conflitivas. Essas relações mesmo de conflito são benéficas para assimilar idéias e decisões.

A sociação é, portanto, a forma (que se realiza de inúmeras maneiras distintas) na qual os indivíduos, em razão dos seus interesses – sensoriais, ideais, momentâneos, duradouros, conscientes, inconscientes, movidos pela causalidade ou teleologicamente determinados-, se desenvolvem conjuntamente em direção a uma unidade no seio das quais esses interesses se realizam (SIMMEL, 2006, p.60-61).

Estes indivíduos se encontram em determinados grupos sociais dos quais fazem parte, seja uma roda de estudos, um templo para praticas religiosas, uma mesa de discussões políticas ou confrarias. Existem características, pontos de convergência em comum que envolve as pessoas que participam como as características da fala e interesses em comum caracterizando e compondo esse grupo social. Uma das características da sociabilidade perpassa pela busca por pertencimento, uma identidade social que define e identifica esse individuo a um grupo social. Esse sentimento é a sociabilidade (SIMMEL, 2006, p. 60). Nesse aspecto a sociabilidade, e o sentimento de pertencimento que os indivíduos têm pelos grupos e pelos espaços onde se encontram podem contribuir para o reconhecimento do patrimônio cultural do meio, no caso dessa pesquisa o bem tombado como produto de relações de sociabilidade.

Quando os homens se encontram em reuniões econômicas ou irmandades de sangue, em comunidades de culto ou bandos de assaltantes, isso é sempre o resultado das necessidades e de interesses específicos. Só que, para além desses conteúdos específicos, todas essas formas de sociação são acompanhadas por um sentimento e por uma satisfação de estar justamente

socializado, pelo valor da formação da sociedade enquanto tal (SIMMEL, 2006, p. 64).

Portanto, as relações de sociabilidade podem acontecer em variados meios de convívio, mesmo contendo suas divergências de pensamento seja de cunho político ou religioso. Os indivíduos podem conter áreas de divergência e congruência de idéias e mesmo assim por meio dessas relações produzirem frutos representativos para o bem comum no presente ou futuro.

### **Relações de sociabilidades**

A partir das informações que foram dissertadas sobre o Palacete Santa Mafalda, observa-se que as relações de sociabilidades em torno deste patrimônio têm por base, as relações políticas da província (CARVALHO, 1996, p.26). Dentro de uma cadeia sucessória na câmara municipal, se cria uma espécie de hierarquia entre as partes, se baseando no prestígio dos empossados pela quantidade de vezes que os mesmos foram eleitos (GENOVEZ, 2002, p.36).

Respaldada nas informações expostas se coloca em questionamento o propósito do Comendador Manoel do Valle Amado, ao ofertar o luxuoso Palacete Santa Mafalda como presente ao Imperador Dom Pedro II. Essa oferta, caso fosse aceita poderia incomodar alguns políticos da cidade, já que o Imperador lhes apoiava declaradamente em seus atos. Porém, o Imperador Dom Pedro II recusou o presente, deixando claro a partir deste gesto, para quem concederia seu apoio político e de qual lado se estabelecia as suas relações de sociabilidade, que implicitamente já não estavam ao lado da família centenária Valle Amado, uma vez que, na mesma cerimônia de beija-mão o imperador concedeu a dona Maria José Ferreira Armando o título de Baronesa (BASTOS, 1991, p.61).

O estudo sobre as relações de sociabilidade que resultaram no Palacete Santa Mafalda se faz necessário para o resguardo do patrimônio cultural e memória das redes de sociabilidade que se entrelaçam ao passado imponente do município de Juiz de Fora. Portanto irá questionar os laços de sociabilidade e identificar os grupos que estabeleciam essas relações, que se formaram na câmara municipal e se materializou na forma do prédio do Palacete, dentre outras formas de expressão.

## **Compreendendo as redes de sociabilidades**

A expressão “rede de sociabilidade” é utilizada pelas Ciências Sociais enquanto instrumento de análise que permite a reconstrução dos processos interativos dos indivíduos e suas afiliações a grupos, a partir das conexões interpessoais construídas cotidianamente. A História empresta das Ciências Sociais a utilização dessa categoria. Portanto, nos valeremos da literatura das Ciências Sociais e dos ecos dessas na História como base para a apreensão do conceito de sociabilidade<sup>210</sup>.

A relevância da pesquisa sobre as relações de sociabilidades que resultaram no Palacete Santa Mafalda como um produto de redes de sociabilidades, de fato é uma forma de resguardo da história e memória do município de Juiz de Fora, portanto preservando a memória afetiva enraizada ao Palacete como patrimônio histórico e cultural, pois a construção já fora estudada pelo viés da engenharia e arquitetura, mas sem ênfase ao caráter histórico.

O Palacete Santa Mafalda se mostra importante para a preservação da memória e história da cidade de Juiz de Fora, não somente pelo Palacete como Produto material das relações de sociabilidades, mas pelo valor histórico que nele está contido deste modo, o estudo sobre o Palacete Santa Mafalda como produto material das relações de sociabilidades, no âmbito político da segunda metade do século XIX e início do séc. XX (1860-1904), na cidade de Juiz de Fora e região, se consagra como uma fonte relevante para se compreender as relações de poder dentro e fora da cidade.

## **Conclusão**

O Palacete Santa Mafalda ou Colégio Central como assim é conhecido pela maior parte da população juiz-forana, não está marcado na memória afetiva da população puramente por ser um bem cultural, mas também, pelo passado imponente do mesmo, tanto que há várias tipos de manifestações da sociedade civil, alunos e professores que um dia desfrutaram de seu

---

<sup>210</sup> Ver: BARNES, J.A Redes Sociais e processo político. In: A antropologia das sociedades contemporâneas. Organização e introdução de Bela Feldman-Bianco. São Paulo, Global, 1987, pp. 159-192; VELHO, Gilberto. Subjetividade e sociedade, uma experiência de geração. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986; FONTES, Bruno S. Maior & STELZIG, Sabina. Sobre trajetórias de sociabilidade. ([http://revista.redes.rediris.es/webredes/novedades/breno\\_sabina.pdf](http://revista.redes.rediris.es/webredes/novedades/breno_sabina.pdf)); e, principalmente, SIMMEL, Georg. Sociabilidade: um exemplo de sociologia pura ou formal. In: MORAES FILHOS, E. (org.). Simmel. São Paulo: Ática, 1996.

aprazível ambiente para que seja feita a reforma do casaram que hoje se encontra quase em estado de ruínas.

A baliza temporal abordada na pesquisa, se deve pela conjuntura cronológica dos fatos acontecidos. A cronologia se inicia no ano de 1860 em que o comendador Manoel do Valle Amado encomenda a construção do Palacete para ser entregue como presente ao Imperador D. Pedro II e Família Real em consonância a inauguração da Estrada de Rodagem União e Indústria, que contaria com a presença das principais famílias do município e a Família Imperial, tal feito ocorreu em 1861. Após a solenidade de inauguração da estrada de Rodagem União e Indústria foi realizada a cerimônia de beija-mão ocorrida nas dependências do Palacete, o comendador Valle Amado aproveitou a ocasião para entregar as chaves do Palacete como presente ao Imperador, entretanto o mesmo declina do presente e pede que sirva a coletividade como por exemplo uma escola contudo o comendador descontente com a recusa ordenou que o palacete fosse fechado, permanecendo deste modo por cerca de quarenta anos após sua morte em 1862, legando em testamento o Palacete ao seu filho Barão de Santa Mafalda que vem a dar o nome ao palacete.

Em 1904 com o falecimento do Barão de Santa Mafalda em 04/01/1904 o palacete e herdado pela Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora que por sua vez negocia a venda do Palacete com o governo do estado de MG para que a partir desse momento o Palacete Santa Mafalda começasse a seguir o curso rogado por D. Pedro II, que o Palacete servisse a coletividade abrigando o primeiro grupo escolar de Minas Gerais. A temporalidade utilizada na pesquisa se justifica pelos marcos temporais perpassarem entre 1860 a 1904 com a construção, inauguração e entrega enquanto presente do Palacete Santa Mafalda a D. Pedro II seu fechamento como foi ordenado pelo Comendador Manoel do Valle Amado e a transferência de posse para a Santa Casa de Misericórdia como herdeira do Barão de santa Mafalda filho do Comendador. Por este motivo, a pesquisa trabalha para elucidar as relações de sociabilidade no âmbito político de vereadores do município de Juiz de Fora, trabalhando os tênues laços que compuseram as redes de sociabilidades formadas de acordo com os interesses dos vereadores, redes de sociabilidades essas que obtiveram como produto material, o Palacete Santa Mafalda.

## Referências bibliográficas

BASTOS, Wilson de Lima. Mariano Procópio Ferreira Lage: sua vida, sua obra, descendência, genealogia. Juiz de Fora: ED. Paraíbuna. 1991.

BRASIL. Artigo 216 da Constituição Brasileira Disponível em: [https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988\\_05.10.1988/art\\_216\\_.asp](https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_216_.asp). Acesso em: 24/06/2018 às 15:38 horas.

FONTES, Bruno S. Maior & STELZIG, Sabina. Sobre trajetórias de sociabilidade. ([http://revistaredes.rediris.es/webredes/novedades/breno\\_sabina.pdf](http://revistaredes.rediris.es/webredes/novedades/breno_sabina.pdf))

CARVALHO, José Murilo. A construção da Ordem: A Elite Política Imperial; Teatro de Sombras. Rio de Janeiro, UFRJ. [s.d]

CRIVELLI, Renato; BIZELLO, Maria Leandra. Patrimônio, Documentos e Informação. Ibersid, Zaragoza, 2012.

FIORANTE, Livia Duarte; MATTOS, Marcela Caixero; MACHADO, Paula Meyer Cabral e RUSSO, Sumaya Elias. Palacete Santa Mafalda: Parte 1- Dados da edificação e Parte 2- Pesquisa Histórica. UFJF, 2008.

GENOVEZ, Patrícia Falco. As Malhas do Poder: Uma Análise da Elite de Juiz de Fora na Segunda metade do séc. XIX (Versão Revisada). Juiz de Fora: Clio edições eletrônicas, 2002.

Grupos escolares. Disponível em: <http://www.ricardoarcuri.com.br/jfora/colefaculd/grupo/> . Acesso em: 05/05/18 às 18:30 horas.

\_\_\_\_\_ Juiz de Fora Escola Normal. Disponível em: <http://www.ricardoarcuri.com.br/jfora/colefaculd/escolanormal>. Acesso em: 10/09/18 às 12:34 horas.

IPHAN, Patrimônio Cultural. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/276>. Acesso em: 25/04/2018. 13:48 horas.

NOBREGA, Dornevelly. A casa do Imperador: - Escola Normal - Grupos Centrais. Juiz de Fora: Edições Caminho Novo, 1997.

PEDROII, Imperador do Brasil. Centenário da estrada União e Indústria: A inauguração da primeira rodovia brasileira, de Petrópolis a Juiz de Fora, narrada pelo imperador D. Pedro II em seu diário n.º 8, de 22 a 27 de junho de 1861. Touring, Rio de Janeiro, 328/330, p.12-17, [s.d.]

PIRES, Anderson. Tendências da produção agroexportadora da Zona da Mata de Minas Gerais - 1870/1930. UFF, 1993.

RANGEL, José. Como o tempo Passa. Rio de Janeiro: A encadernadora S.A. 1940.

\_\_\_\_\_. Escola Normal: Relatório apresentado ao Dr. Secretario do interior, pelo diretor da Escola Normal, Jornal Correio de Minas, Juiz de Fora, dias 28, 29, 30 e 31 de Maio de 1904.

SIMMEL, Georg. Sociabilidade: um exemplo de sociologia pura ou formal. In: MORAES FILHOS, E. (org.). Simmel. São Paulo: Ática, 1996. SIMMEL, Georg. “A Metrópole e a Vida Mental”. In: Velho, Otávio G. O Fenômeno Urbano. Rio de Janeiro, Zahar, 1973, p. 11-25.

\_\_\_\_\_. “As Ruínas”. In: Souza, J. & Oélze, B. Simmel e a modernidade. Brasília, UnB, 1998, p. 79-108.

\_\_\_\_\_. “Bridge and Door”. In: Frisby, David & Featherstone, Mike. Simmel on Culture Selected Writings, London, Thousand Oaks, New Delhi, Sage Public, 2000, p. 170-174.

\_\_\_\_\_. Questões fundamentais da sociologia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

VELHO, Gilberto. Subjetividade e sociedade, uma experiência de geração. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986;



**A GUERRA CIVIL ESPANHOLA SOB O OLHAR DA IMPRENSA  
INTEGRALISTA EM “A OFFENSIVA” (1936-1937)**

Karoline Esmério Fernandes<sup>211</sup>

**RESUMO:** Este trabalho se propõe a analisar as notícias a respeito da Guerra Civil Espanhola e seus antecedentes veiculadas na imprensa Integralista. O método para a construção desta análise foi a pesquisa documental, tendo como fontes as edições do periódico “A Offensiva”, jornal associado à Ação Integralista Brasileira, dos anos de 1936 e 1937. Considerando a importância que a cobertura jornalística do evento e seus usos políticos possuem para o Brasil dos anos 30, o objetivo deste artigo é tentar compreender como esta narrativa construiu-se neste espaço específico de discussão, voltado para os militantes integralistas. Esta análise inicial possibilitou perceber o caráter anticomunista cristão do jornal, bem como reflexos das inclinações ideológicas do movimento.

**PALAVRAS-CHAVE:** Integralismo, Guerra Civil Espanhola, Imprensa, Anticomunismo.

**ABSTRACT:** This paper aims to be an analysis of the news about the Spanish Civil War and its backgrounds published in the Integralist press. The method for the construction of this analysis was a documental research, using “A Offensiva”, a newspaper associated with the Ação Integralista Brasileira, through 1936 and 1937. Considering the importance that the news coverage of this specific event, as well as its political uses, have for 1930’s Brazil, the intent of this paper is to understand how this narrative has been built in this specific space of discussion, destined to the Integralism militants. This initial analysis made possible to notice the christian anti communist disposition of the periodic, as well as reflexes the ideological inclinations of the movement.

---

<sup>211</sup> Graduanda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. karoline.e.f95@gmail.com

**KEYWORDS:** Integralism, Spanish Civil War, Press, Anti communism.

## **INTRODUÇÃO**

O universo dos anos 30 estava em polvorosa, muito em decorrência da crise do modelo econômico liberal pós crise de 1929, que causou grandes mudanças em torno de todo o mundo. As disputas ideológicas, cada vez mais intensas em cada extremidade do espectro político, que caracterizam a década anterior à Segunda Guerra Mundial em todo o mundo também alcançam ao Brasil. Com a Grande Depressão e a subsequente desestabilização das oligarquias cafeeiras depois da revolução de 30, que quebrou a hegemonia vigente desde o início da República, o país foi tomado por discussões e disputas pela dominância política. É neste ambiente que os debates tornam-se cada vez mais acirrados e levam a uma radicalização política, tanto à direita, como por parte destas esquerdas. Em 1932, surge a Ação Integralista Brasileira, fundada e idealizada por Plínio Salgado, que, de acordo com Héglio Trindade, atendia aos anseios de uma classe média urbana, cristã, conservadora e anticomunista, que, no Brasil dos anos 30, encontrava-se em ascensão e em busca de uma posição de poder na sociedade, opondo-se a um sistema político que não os representava. (TRINDADE, 2016) Para organizar, uniformizar e doutrinar estes militantes que estavam espalhados por todo o território nacional, o Integralismo contava com um repertório amplo de elementos textuais, muito principalmente a imprensa, que fazia possível com que a doutrina do Sigma, como seus ideais nacionalistas e anticomunistas, alcançasse os militantes nos mais remotos cantos do país. (SIMÕES, 2017)

Entretanto, não foi apenas a imprensa militante que ocupou um espaço importante na sociedade brasileira na construção do imaginário da primeira onda anticomunista do país. Como demonstrado por Rodrigo Patto Sá Motta, frente ao desgaste do governo Vargas, à gradual intensificação da atividade política no Brasil, e principalmente a tentativa revolucionária fracassada em 1935, o “perigo comunista” foi deixando de ser uma ideia abstrata para tornar-se um temor com raízes no terreno da realidade. Estes temores, de certa forma, foram amplificados pela ação da Igreja Católica, antagonista tradicional do comunismo, e também pela imprensa. (MOTTA, 2002) Como defendido por João Henrique Botteri Negrão e Gerson W. Fraga, as notícias sobre a Guerra Civil Espanhola, juntamente a suas imagens de destruição, um confronto entre fascistas e comunistas, foram utilizadas

amplamente pelos meios de comunicação - à época controlados pelo aparato de censura e repressão estatal - para acirrar o sentimento anticomunista no país.

O presente trabalho é uma tentativa de analisar, através das notícias que figuravam na imprensa Integralista, o discurso e a forma como esta narrativa construiu-se neste específico espaço de discussão, voltado para seus militantes, considerando o perfil ideológico e as afinidades políticas destes. As fontes utilizadas são as edições do jornal “A Offensiva” dos anos de 1936 e 1937, recorte temporal que corresponde ao início da desordem no país europeu, até a mudança de direção e subsequente extinção do jornal, com o golpe que deu início à ditadura varguista.

## **A GUERRA CIVIL ESPANHOLA NA IMPRENSA BRASILEIRA**

Explicada normalmente como consequência de um país extremamente polarizado pela disputa ideológica entre o comunismo e as forças fascistas, existem inúmeros fatores que precisam também ser contabilizados. Josep Buades enumera alguns, entre os quais um processo de industrialização lento e desigual, que intensificou as desigualdades sociais que já marcavam a Espanha daquela época, a falha na construção do Estado-Nação que criou e manteve sem resolução os sentimentos separatistas pelo país, o clericalismo (e o anticlericalismo), e as anomalias causadas no fluxo migratório pela crise de 1929 (BUADES, 2013). As imagens de violência e destruição do conflito fratricida, ainda mais vivas devido à popularização do fotojornalismo, causaram um profundo impacto na opinião pública brasileira. O clima político-social do país guardava certas semelhanças com o espanhol (no que diz respeito a uma sociedade bastante polarizada, além do fantasma do comunismo que era cada vez mais tangível, desde o levante frustrado em 1935), o que facilitava a identificação com as partes envolvidas no conflito e, obviamente, ao uso político destas informações, se lembramos que estamos falando de uma imprensa controlada pelo aparato repressor do Estado.

Dentre a bibliografia que trata do assunto, é importante destacar o trabalho de João Henrique Botteri Negrão, “Selvagens e incendiários: o discurso anticomunista do governo

Vargas e as imagens da guerra civil espanhola”, e o de Gerson Wasen Fraga, “Branco e Vermelho: a guerra civil espanhola através das páginas do jornal Correio do Povo (1936-1939)”. O primeiro mostra a relação entre os usos da imagem da guerra pela imprensa e a construção da imagem de Vargas como aquele que salvaria o país do comunismo, enquanto a tese do segundo procura se afastar da ideia de manipulação, prevalente na bibliografia, e argumenta que os órgãos de imprensa representavam determinados grupos e seus interesses - sendo assim, para além de serem ferramentas da máquina de propaganda do Estado, a maneira com que apresentavam estas informações não apenas estavam em harmonia com o clima político da década de 30, mas eram reflexos destas entidades que representavam.

## **A IMPRENSA INTEGRALISTA**

A imprensa possuía papel fundamental no projeto Integralista. Rodrigo Simões de Oliveira mostra que Plínio Salgado, principal ideólogo do movimento, tinha já fortes laços com a imprensa mesmo muito antes de sua fundação, tendo iniciado sua carreira no jornalismo em 1916. (OLIVEIRA, 2017) O autor ainda discorre sobre o jornal “A Razão”, fundado por Salgado, que foi fundamental para estabelecer as bases ideológicas do Integralismo. Renata Duarte Simões aponta que o movimento integralista investiu num amplo arsenal de elementos textuais, com a intenção de doutrinar e ordenar seus “camisas-verdes” que se espalhavam por todo o país. (SIMÕES, 2017) Ainda de acordo com a autora, para Plínio Salgado, os jornais ocupavam um espaço crucial nisso, pois era a mídia impressa que alcançava os militantes das camadas mais populares - os livros eram destinados aos mais intelectualizados e levavam as ideias do movimento, enquanto os jornais deveriam servir para as propagar e popularizar.

“A Offensiva”, fonte documental deste trabalho, foi um jornal integralista que chegou a ter circulação nacional e teve, dentre os tantos que existiram, o maior número de tiragens do país (SIMÕES, 2017) - chegando, inclusive, a ser recomendado aos núcleos integralistas que mantivessem uma assinatura deste periódico em “Protocollos e Rituais”, de Plínio Salgado. (SALGADO, 1937) Simões ainda chama a atenção para as diferentes fases pelas quais o periódico passou, sinais das alterações pelas quais precisou passar para sobreviver às mudanças da sociedade brasileira, durante o período em que existiu. Resumidamente, ao

longo dos anos, o jornal foi deixando de tornar-se estritamente doutrinário, esclarecendo sobre as bases ideológicas e organizacionais do movimento, para abordar um número maior de tópicos, como política, economia e sociedade, com o objetivo não apenas de atrair mais leitores, simpáticos ao integralismo ou não, mas também para levar a doutrina do Sigma para um número maior de pessoas.

## **A GUERRA CIVIL ESPANHOLA EM “A OFFENSIVA”**

As notícias a respeito da situação espanhola começam a aparecer no jornal no início de 1936, após as eleições de fevereiro deste ano, onde a Frente Popular, aliança das esquerdas e dos anarquistas, saiu vencedora. Na primeira página da edição de “A Offensiva” de 13 de fevereiro, lia-se “Tenta-se na Hespanha um novo golpe comunista”<sup>212</sup>, numa nota que descreve um suposto plano para uma rebelião militar em caso de vitória das esquerdas. Na edição de 20 de fevereiro, a notícia sobre o resultado das eleições veio acompanhada do título “A Frente Popular domina a Hespanha”<sup>213</sup>. A nota ainda incluía menções sobre “numerosos aristocratas e abastados hespanhoes” que buscaram refúgio fora do país, inclusive em Portugal. No dia seguinte, aparecem em “A Offensiva” as primeiras notícias sobre os saques a convento e incêndios em igrejas, claramente associados à “ebulição revolucionária”<sup>214</sup>. Nos dias seguintes, os eventos violentos e os conflitos continuam a ser noticiados pelo jornal, sempre com manchetes alarmistas que alertam para a grave natureza dos eventos e o avanço comunista no país. Neste primeiro período, pré-Guerra Civil, já é possível perceber a posição do jornal, que é claramente a de desaprovação e alerta com o que se passava no país.

O trabalho de Rodrigo Patto Sá Motta a respeito do anticomunismo brasileiro é bastante relevante para analisar as escolhas, deliberadas ou não, da redação do jornal para transmitir estas notícias. Um primeiro ponto a citar seria a análise do autor a respeito das matrizes do anticomunismo, duas das quais estão diretamente relacionadas ao universo ideológico integralista - o catolicismo e o nacionalismo. (MOTTA, 2002) A narrativa

---

<sup>212</sup> A *Offensiva*. Rio de Janeiro, ano II, nº 104, 13 fev. 1936

<sup>213</sup> A *Offensiva*. Rio de Janeiro, ano II, nº 110, 20 fev. 1936

<sup>214</sup> A *Offensiva*. Rio de Janeiro, ano II, nº 111, p. 1, 21 fev. 1936

construída pelo “A Offensiva” passava, obviamente, por estes dois pilares. Desde o primeiro período da cobertura, o jornal destaca as imagens de conventos saqueados, igrejas incendiadas - atos que podem ser compreendidos como uma guerra contra o catolicismo em si, além de ressaltar o caráter anti-religioso dos comunistas. Outra possibilidade para a análise que o trabalho do autor nos oferece é a de compreender o universo de imagens que compunham o imaginário anticomunista. De acordo com ele, a imagem do comunismo era usualmente associada com o mal, a desordem, o caos, como pode-se perceber em títulos como “A marcha dos hespanhoes nacionalistas para salvar a Hespanha da horda communista”<sup>215</sup>. De maneira semelhante, é também frequente nas páginas de “A Offensiva” que as tropas fascistas sejam mostradas como forças benévolas, prontas para enfrentar o mal que assolava o país. Um exemplo disto é a edição de 26 de Agosto de 1936, de dias antes do primeiro bombardeio de Madrid, que exalta as ações das tropas revolucionárias na mesma página ocupada por notícias de atrocidades causadas pelos “vermelhos”, os “marxistas”. Também reflexo de suas inclinações ideológicas, é possível perceber no jornal o apoio irrestrito à extrema direita e ao comandante Franco, como pode ser visto na edição de 9 de agosto de 1936, onde fala-se do “entusiasmo revolucionário” que “empolga as populações libertadas do comunismo”<sup>216</sup>, assim como mostra sempre num tom positivo as intervenções fascistas italianas<sup>217</sup> e alemãs.

A Guerra Civil Espanhola não aparecia, no entanto, apenas nas sessões de noticiários do jornal, sendo também bastante presente nos artigos de opinião, como em “O Drama da Hespanha”, escrito pelo próprio Plínio Salgado. Este artigo, que se propõe a sumarizar para os leitores a situação espanhola, é sintomático pois sintetiza, a grosso modo, o olhar integralista em relação ao conflito. Ele mostra, em A Offensiva de 9 de agosto de 1936, p.2, que:

(...)O nacionalismo apenas não basta para o mundo moderno. Sentiram perfeitamente isso o Partido Nacionalista, que acabou aderindo ao fascismo italiano, o Exército da Italia, que terminou dando todo o apoio aos camisas-pretas, os Capacetes e Aço da Alemanha, que se confraternizaram com os camisas-kaki, aos quaes se fundiram também todas as expressões militares da Patria de Bismarck.

---

<sup>215</sup> A *Offensiva*. Rio de Janeiro, ano III, nº 268, p. 1, 26 ago. 1936

<sup>216</sup> A *Offensiva*. Rio de Janeiro, ano III, nº 254, p. 1, 9 ago. 1936

<sup>217</sup> A *Offensiva*. Rio de Janeiro, ano IV, nº 452, p. 2, 4 abr. 1937

O reaccionarismo, o combate puro e simples ao esquerdismo não satisfaz a *psychologia collectiva* dos tempos modernos. Hoje o problema é mais complexo. As aspirações de justiça social e bem-estar economico são realidades objectivas irremovíveis. O anseio por uma definição espiritual entra, por outro lado, de um modo impositivo, na composição equacional em que o nacionalismo é um termo.

Em resumo, o que se observa com mais clareza nas páginas de “A Offensiva” é o claro caráter anticomunista, religioso e nacionalista da narrativa. Nestes pontos, a cobertura deste jornal não possui grandes diferenças a respeito daquela difundida pelo restante da imprensa. Entretanto, neste periódico, é possível perceber uma certa simpatia pelas tropas nacionalistas e as ideias de extrema-direita, reflexo das próprias inclinações integralistas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O movimento Integralista não estava alheio aos acontecimentos internacionais e sua época de maior atividade. E mostraram isto de muitas formas, principalmente através de seus órgãos de imprensa, seu espaço de discussão e difusão de ideias. Este trabalho é uma tentativa introdutória de analisar esta “voz” com a qual o Integralismo falava através de “A Offensiva” - que consideramos um caso especial por sua capacidade de se reinventar e se manter relevante aos interesses da opinião pública ao longo dos anos. A Guerra Civil Espanhola é um ângulo interessante para esta análise não apenas por ter sido um ensaio para a Segunda Guerra Mundial, ou pelo impacto que teve na opinião pública brasileira, mas também pelo advento do fotojornalismo, trazendo novos elementos para a construção destas narrativas.

Além disso, as manchetes internacionais da imprensa integralista se mostram um elemento importante para compreender como os militantes compreendiam o restante do mundo e como se identificavam com ele. Diante disso, é possível dizer que não se esgotam as possibilidades de trabalho dentro deste contexto, não apenas em relação à Guerra Civil Espanhola e o Franquismo, mas também com toda a ascensão da extrema-direita na Europa dos anos 30.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- BUADES, Josep. A Guerra Civil Espanhola. São Paulo: Editora Contexto, 2013.
- FRAGA, Gerson Wasen. Brancos e Vermelhos: a guerra civil espanhola através das páginas do jornal Correio do Povo (1936-1939). 2004.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A Primeira Grande "Onda" Anticomunista: 1935-1937. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil. São Paulo: Editora Perspectiva/Fapesp, 2002.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Imaginário Anticomunista. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil. São Paulo: Editora Perspectiva/Fapesp, 2002.
- NEGRÃO, João Henrique Botteri. Selvagens e incendiários: o discurso anticomunista do governo Vargas e as imagens da guerra civil espanhola. Editora Humanitas, 2005.
- OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. A imprensa da Ação Integralista Brasileira em perspectiva. In: GONÇALVES, Leandro Pereira; SIMÕES, Renata Duarte (orgs.). Entre tipos e recortes: histórias da imprensa integralista. 2. ed. Porto Alegre: EdIPUCRS, 2017, v. 1, p. 27-56.
- SALGADO, Plínio. Protocolos e Rituais: regulamento. Niterói: Edição do núcleo municipal de Niterói, 1937.
- SIMÕES, Renata Duarte. Imprensa Oficial Integralista: usos e ciclo de vida do jornal A Offensiva. In: GONÇALVES, Leandro Pereira; SIMÕES, Renata Duarte (orgs.). Entre tipos e recortes: histórias da imprensa integralista. 2. ed. Porto Alegre: EdIPUCRS, 2017, v. 1, p. 57-98.
- TRINDADE, Hélió. O universo ideológico do integralismo. In: TRINDADE, Hélió. A tentação fascista no Brasil: imaginário de dirigentes e militantes integralistas. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

## **FONTES**



*A Offensiva*. Rio de Janeiro, ano II, nº 104, 13 fev. 1936.

*A Offensiva*. Rio de Janeiro, ano II, nº 110, 20 fev. 1936.

*A Offensiva*. Rio de Janeiro, ano II, nº 111, p. 1, 21 fev. 1936.

*A Offensiva*. Rio de Janeiro, ano III, nº 254, p. 1, 9 ago. 1936.

*A Offensiva*. Rio de Janeiro, ano III, nº 268, p. 1, 26 ago. 1936.

*A Offensiva*. Rio de Janeiro, ano IV, nº 452, p. 2, 4 abr. 1937.

## **A influência do I Congresso de Eugenia para o Movimento Integralista**

Jackeline dos Santos Ferreira <sup>218</sup>

**RESUMO:** O presente paper tem por objetivo analisar as influências do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, realizado no Rio de Janeiro em 1929, e sua influência no Integralismo. O congresso contou com a participação de inúmeros intelectuais, que a partir dos textos apresentados formularam as bases para o pensamento eugênico brasileiro do período que servirão de base para algumas doutrinas integralistas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Eugenia, integralismo.

**ABSTRACT:** This paper aims to analyze the influences of the First Brazilian Congress of Eugenia, held in Rio de Janeiro in 1929, and its influence on Integralism. The congress was attended by numerous intellectuals, who from the texts presented formulated the basis for Brazilian eugenic thought of the period that will serve as the basis for some integralist doctrines.

**KEYWORDS:** Eugenics, integralism.

## **INTRODUÇÃO**

---

<sup>218</sup> Estudante do curso de História da UFJF, formada em Administração de empresas e Pedagogia.  
jk\_keline@hotmail.com

Para a realização do presente estudo, foram utilizadas como fontes primárias, exemplares do Boletim de Eugenia, Vol 1, nº 1, Janeiro, 1929, p. 3 e Boletim de Eugenia Vol 2, nº 19, Julho, 1930, p. 1. O Boletim contou com uma tiragem inicial de 1000 exemplares, sendo disponibilizada como suplemento da revista médica “Medicamenta”. O Boletim encontra-se disponível no acervo da Biblioteca Nacional Digital. Outra fonte primária utilizada foi o jornal A Offensiva de 8 de junho de 1935, periódico doutrinário e prescritivo do movimento Integralista.

## **1. DESENVOLVIMENTO**

No final do século XIX, o Brasil presenciou inúmeras mudanças, como o processo de industrialização, avanços tecnológicos, bem como o fim do sistema escravistas e transições no regime de governo. Diante de tais mudanças, novos problemas e questionamentos passam a ser levantados, e com isso ganha espaço o conceito de eugenia.

Segundo Stepan (STEPAN,1994) o período de 1900 e 1940 é marcado por um processo de industrialização tardio e dependente, por uma urbanização crescente e imigração europeia. Segundo a autora o país é marcado pelo analfabetismo, mestiçagem racial, com uma população predominantemente rural e católica.

Conforme (STEPAN,1994) o termo eugenia foi utilizada pelo cientista inglês Francis Galton em 1883. Para Galton, a eugenia seria a ciência do aperfeiçoamento racial, para trazer a realidade biológica do homem em consonância com seus avançados ideais morais.

Na segunda metade da década de 1910, o movimento eugênico ganha espaço, com a realização do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, realizado entre os dias 30 de junho e 7 de julho de 1929, no Rio de Janeiro. Tal evento fez parte das comemorações do Centenário da Academia Nacional de Medicina.

O congresso de Eugenia foi um sucesso, o que rendeu espaço na imprensa e a publicação do jornal mensal Boletim de Eugenia como suplemento do jornal médico Medicamenta. O Boletim foi publicado entre julho de 1929 e dezembro de 1931. Encontra-se disponível no site da Biblioteca Nacional. O I Congresso Brasileiro de Eugenia foi anunciado:

Em comemoração ao primeiro centenário da Academia Nacional de Medicina foi convocado o 1º Congresso Nacional de Eugenia para reunir-se no Rio de Janeiro nos primeiros dias de junho do corrente ano. Na mesma

data terão lugar dois outros congressos, todos eles sob os auspícios do Sr. Presidente da República e patrocínio das altas autoridades do país, conforme se lê no regimento interno, redigido pela comissão organizadora. No próximo número daremos a relação dos temas”. Boletim de Eugenia, Vol 1, nº 1, Janeiro, 1929, p. 3

Os artigos do Boletim de Eugenia de uma forma geral visavam propor diretrizes específicas ao governo que relacionavam eugenia e higiene, e focavam nas questões de saneamento, com o intuito de se fazer pensar o saneamento e educação como base de uma nação saudável.

No Brasil, seu principal entusiasta foi Renato Kehl, fundador da associação eugênica no Rio de Janeiro. No transcorrer do tempo a eugenia aproximou-se dos propósitos sanitaristas, e juntos tiveram um papel importante na reconstrução da identidade nacional, sobretudo no integralismo.

Segundo (STEPAN,1994) no I Congresso Brasileiro de Eugenia, havia um grupo que defendia o aperfeiçoamento da população através da hereditariedade e de outro lado um grupo que acreditava na intervenção do meio ambiente, através de ações preventivas para a regeneração da população.

A preocupação dos eugenistas brasileiros estava mais voltada para os aspectos físicos, intelectuais e morais, assim segundo (SOUZA, 2007) para um enfoque mais sociológico. Para Renato Kehl, a sociedade deveria ser hierarquizada, forte, bela e saudável, esse deveria ser o objetivo, a constituição de uma sociedade idealizada (KEHL, 1929).

O discurso eugênico ganha espaço e parte da intelectualidade brasileira procura entender o contexto da sociedade até então formada (STEPAN, 2004). Cresce a preocupação com a regeneração do então “homem brasileiro”. A eugenia passa a ser vista como um instrumento do processo civilizador, sendo importante para o progresso. Este se daria através de uma ampla reforma social, mudanças nos hábitos higiênicos, na conduta pública, na educação intelectual e nos valores sexuais (SOUZA, 2006).

O Instituto Brasileiro de Eugenia não foi avante, o Boletim de Eugenia não foi mais publicado. Mas Kehl foi o responsável por intensificar a propaganda eugenista e convertê-la em uma doutrina orientadora dos projetos governamentais que se seguiram.

No Boletim de Eugenia, Vol 2, nº 19, Julho, 1930, p. 1, em um editorial sem autoria trazia no título “Não basta gritar: viva o Brasil!”, um título que definia como dever a preservação da saúde da população:

É preciso ser bom brasileiro auxiliando por todos os modos o melhoramento físico, psíquico e moral dos nossos patrícios. É preciso ser também um bom cidadão zelando eugenicamente pelo futuro das gerações que povoarão o Brasil de amanhã. Eis porque devemos todos estudar, pregar e praticar as leis ditadas pela eugenia. Boletim de Eugenia, Vol 2, nº 19, Julho, 1930, p. 1

Neste edital, a população é convocada a contribuir como cidadãos seguindo aos ideias da eugenia, os leitores são convocados a responder algumas perguntas e enviá-las a Renato Kehl assinadas ou com pseudônimo.

O movimento eugênico, não foi em si um movimento homogêneo, havia várias linhas de pensamento. Os sanitaristas eram contrários ao racismo científico, e viam no Brasil, uma mestiçagem que não deveria ser vista negativamente. Assim temos:

Tudo quanto se tem apurado, no laboratório de antropologia do Museu Nacional, confirma [que] (...) a nossa população mestiça, quando sã, não apresenta nenhum caráter de degeneração física ou psíquica. (...) não denunciam absolutamente nenhuma inferioridade biológica. Quanto ao que raça pode dar como energia moral (...) são o melhor instrumento de que ela não fica a dever nada aos povos fortes. (ROQUETTE-PINTO, 1927: 202)

Para (LENHARO,1986), a década de 30 é marcada por uma preocupação com o corpo, pois este fisicamente educado facultaria o desenvolvimento das mais elevadas faculdades morais. Assim, haveria um aprimoramento físico, com a formação de pessoas disciplinadas e saudáveis, com doenças combatidas e vontades degradantes subjugadas. O esporte passa a assumir importância para a formação do caráter, e o modo de vida do atleta se torna um modelo de força e vitória, que representariam a sociedade como um todo.

Segundo (CAVALARI,1999), o movimento conhecido como Integralismo, teve início em outubro de 1932, com o manifesto de Outubro, escrito por Plínio Salgado. Tal movimento foi inspirado no fascismo italiano, com valorização do nacionalismo e fundamentada no cristianismo. Foi um movimento de extrema-direita que emergiu como primeiro movimento de massas no País, contando com uma doutrina baseada na arregimentação e impregnada de um pensamento eugênico.

Para (SIMÕES E GONÇALVES, 2012) o discurso integralista, visava a formação completa do homem, valorizando a formação integral, para isso, era necessário o desenvolvimento moral, físico e intelectual. Plínio Salgado, líder do movimento, defendia que o verdadeiro ideal educativo era o que se propunha a educar o homem como um todo, com o desenvolvimento pleno de sua personalidade, visando o aspecto físico, econômico e religioso.

Além de Plínio Salgado, a AIB contava com a participação de Gustavo Barroso.

Nesta passagem ele exalta o papel de Renato Kehl. No Boletim de Eugenia de agosto de 1929, Barroso escreve:

Nenhum paiz precisa tanto melhorar a sua raça do que o Brasil e, como elle hoje se curva para si próprio, interessando-se pelos seus problemas vitaes de toda ordem, serão benemeritos todos os esforços por uma cruzada pró-melhoramento da espécie. Á frente della, felizmente se encontra um sábio e um “bandeirante” de rara envergadura de lutador de rara fibra de patriota, o dr. Renato Kehl. Ha quinze anos, elle combate pela eugenia, entre nós. Ha dez, fundou a Sociedade Eugénica de São Paulo, que tão grandes serviços vae prestando. E, tendo sido taxado de utopista, no alvorecer de sua campanha, tem a dita de vê-la nos nossos dias vencedora em todos os espíritos, porque somente os cégos poderão negar a “imperiosa necessidade da defesa eugênica da família e da nacionalidade. (BARROSO,1929 :4).

Como se pode verificar, a Eugenia estava atrelada ao discurso que mais tarde seria retomada ao integralismo, Gustavo barroso demonstra-se simpático às ideias de Renato Kehl.

Segundo (SIMÕES E GONÇALVES, 2012) a educação referenciada pelo integralismo se apresenta como redentora de uma massa popular que necessita ser educada, vigiada e doutrinada. O povo é visto como incapaz de autogerir-se, daí o incentivo a criação de núcleos de ensino. As escolas visavam alfabetizar e doutrinar seus militantes, para que assim fosse possível, construir uma nova Nação, uma Nação forte, poderosa e Instruída. Subordinada às ideias integralistas e obedientes ao Chefe Nacional Plínio Salgado.

A ação Integralista dedicava atenção a prática da educação física e esportes, fazendo parte integrante e fundamental da educação. Nesse ponto merece destaque Francisco de Assis Hollanda Loyola, membro integralista responsável por publicar artigos no jornal integralista A Offensiva. Para ele o integralismo, “compreendendo o alcance da Educação Física”, não poderia prescindir, “de maneira alguma”, dessa prática no processo de formação do militante.

De uma forma geral, Loyola compreendia que somente o melhoramento de uma raça, seria capaz de tornar uma nação forte e digna, e isso se daria através de uma unidade doutrinária que entenderia as características e necessidades do povo brasileiro. Assim, fez questão de reafirmar a necessidade de criação de um método de Educação Física nacional capaz de realizar uma grande obra na sociedade.

A prática de exercícios físicos, entusiasmo pela prática esportiva seja coletiva ou individual foram ressaltadas pela revista como forma de estimular o melhor desempenho do praticante, e uma forma de estimular sua prática pela sociedade.

A importância dada à Educação Física é explicitada no artigo “Educação Physica: finalidades”, publicado em A Offensiva de 8 de junho de 1935, cujo argumento é da

Educação Física “[...] a função de preparar para vida, de dar normalidade e capacidade às funções orgânicas, tonicidade aos músculos, resistência ao esqueleto, flexibilidade às articulações, controle ao sistema nervoso” (LOYOLA, 1935: 6)

A Educação Física teria por propósito auxiliar na formação de homens e mulheres saudáveis fisicamente, através da correção de corpos raquíticos e doentes. A saúde era fundamental para a formação de uma Nação Integral, assim a Educação Física foi aplicada como instrumento de disciplina e capacitação orgânica da população.

Segundo (MALVANO,1996) o esporte seria um instrumento para a regeneração física e moral da raça. A rapidez, a eficiência e boa forma formavam a base do mito esportivo e serviriam de suporte para designar, assim como o “‘Jovem Estado Fascista’, dinâmico e moderno”, o Jovem Estado Integralista de ideias novas e apto a salvar a Nação. Segundo (GOELLNER e FRAGA,2003), tem-se:

Nos primeiros anos do século XX, a constituição homogênea do povo brasileiro passou a ser o pilar fundamental de um projeto de humanidade centrado na eliminação de tudo aquilo corporalmente inominável. O disciplinamento e a crença na transformação da sociedade através da padronização do corpo brasileiro se tornaram mais sofisticados ao ganharem contornos científicos mais ‘apurados’. Buscando modelar os corpos físicos, a eugenia remodelaria o corpo social pelo revigoramento orgânico e pela instauração de uma ‘consciência’ no cidadão e a higiene asseguraria aos brasileiros e brasileiras uma condição física e moral capaz de legar robustez e integridade às gerações futuras.(GOELLNER e FRAGA,2003:61)

Para (GERALDO,2001) relata que os integralistas se apropriaram da concepção eugênica de que a família seria a base de sustentação de uma proposta racial e formação de uma nação forte e disciplinada. Para Plínio Salgado a família seria a base para uma nação forte, assim o que ameaçava desagregar a família também seria visto como uma ameaça a nação. Essa nação forte seria construída através de medidas inspiradas nos debates eugênicos da época, e envolviam a educação, saúde, aprimoramento físico e valorização do mestiço como síntese das raças.

A família, seria responsável por regenerar a raça através do controle da hereditariedade e prática de hábitos higiênicos, assim reproduziria comportamentos e valores capazes de fortalecer a família e conseqüentemente a nação.

O sanitarista Belisário Penna, membro do integralismo, defendia a construção da identidade nacional através de uma educação higiênica, para que assim fossem erradicadas as doenças e o Brasil liberto de sua condição doente. Para ele os maus hábitos, educação

higiênica nos lares e escolas seriam importantes para se formar um novo homem, comprometido com Deus, a Pátria e a Família. Belisário Penna escreveu os motivos de ter se tornado integralista:

Do exposto posso responder que sou integralista, porque já o era desde mais de vinte anos; porque creio em Deus e pratico a moral cristã; porque não sou um instintivo e quero o primado do espírito sobre a matéria; porque não sou regionalista e amo com igual afeto os patricios de todas as regiões do nosso Brasil, que quero unidos, integrados numa só aspiração, num só sentimento; porque amo a família, célula mater da sociedade, que, sem ela, não passa de um rebanho de animais, como ora acontece na Rússia; porque, finalmente, tenho plena e absoluta confiança em Plínio Salgado, o criador e o chefe nacional do integralismo, predestinado por Deus para libertar o Brasil do regionalismo destruidor da pátria, da sua escravização ao capitalismo internacional e da calamidade da peste bolchevista.” Penna, Belisário. Porque sou integralista. Datilografado, 29.6.1937 (Fundo Pessoal B. Penna, DAD-COC).

O integralismo contou com a participação de membros que acreditavam na construção de uma nação brasileira capaz de desenvolver uma nova civilização, regenerada e moralmente elevada. Médicos, intelectuais e homens da ciência, fizeram parte do movimento integralista, imprimindo nele suas crenças e ideologias. Muito do que foi debatido e questionado no I Congresso de Eugenia, ganha novos contornos e uma nova roupagem no Integralismo.

## CONCLUSÃO

Por fim, foi no I Congresso de Eugenia que as principais perspectivas eugênicas no Brasil foram questionadas e debatidas. Nesses debates buscou-se uma solução para transformar o país em uma grande nação, para isso diversos aspectos foram analisados como a questão de hereditariedade, imigração, raça e genética. O Boletim de Eugenia foi um instrumento para a disseminação de ideias acerca da eugenia e suas práticas.

Diante do contexto de miscigenação brasileira as propostas eugênicas se aproximaram das propostas higienistas, e diversas abordagens levantadas foram levadas como base das questões de políticas públicas de saúde.

Essas questões levantadas no início do Século XX, que circulavam no meio intelectual da época, foram utilizadas pelo movimento Integralista Brasileiro como base para

formação de uma nação forte e saudável. De uma forma geral é possível visualizar muitas das questões levantadas pelo Congresso e pelo Boletim de Eugenia no discurso de membros integralistas e até mesmo em suas doutrinas.

## REFERÊNCIAS

- BARROSO, Gustavo. (1929). O Brasil e a Raça. *Boletim de Eugenia*. Rio de Janeiro, n. 8, p. 4, agosto.
- GERALDO, Endrica. Entre a raça e a nação: a família como alvo dos projetos eugenista e integralista de nação brasileira nas décadas de 1920 e 1930. 2001. 143p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/281857>>. Acesso em: 30.maio.2019.
- GOELLNER, S.V.; FRAGA, A.B. Antinous e Sandwina: encontros e desencontros na educação dos corpos brasileiros. *Movimento*, Porto Alegre, v.9, n.3, p.59-82, 2003.
- KHEL, Renato. A Eugenia no Brasil: esboço histórico e bibliográfico. In: *Actas e Trabalhos do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia*. Rio de Janeiro, vol. I, 1929, p. 45-61
- LENHARO, A. Sacralização da política. 2. ed. São Paulo: Papyrus, 1986.
- LOYOLA, Hollanda. A Educação Física no Integralismo. *Anauê*, n. 1, p. 43.
- MALVANO, L. O mito da juventude transmitido pela imagem: o fascismo italiano. In: LEVI, G.; SCHIMITT, J. *História dos jovens 2º: a época contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p.259-90
- PENNA, Belisário. Saneamento do Brasil. Rio de Janeiro, Typ. Revista dos Tribunais, 1918
- PENNA, Belisário. Porque sou integralista. Datilografado, 29.6.1937 (Fundo Pessoal B. Penna, DAD-COC).
- ROQUETTE-PINTO, Edgard. *Seixos Rolados*. Rio de Janeiro: Mendonça, Machado & Companhia, 1927.
- SIMÕES, Renata Duarte; GONÇALVES, Leandro Pereira. Nem só mãe, esposa e professora: os múltiplos campos de atuação da mulher militante integralista. In: CRUZ, Natalia dos Reis. (org.). *Ideias e práticas fascistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012, p. 61-81.
- SOUZA, Vanderlei Sebastião. A Política Biológica como Projeto: A “Eugenia Negativa” e a Construção da Nacionalidade na Trajetória de Renato Kehl (1917 – 1932). Dissertação (Mestrado em História), 2007
- SOUZA, Vanderlei Sebastião de. A política biológica como projeto: a “eugenia negativa” e a construção da nacionalidade na trajetória de Renato Kehl (1917-1932). Dissertação de Mestrado em História das Ciências. Rio de Janeiro, Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz. 2006
- STEPAN, Nancy. ‘A hora da eugenia’: raça, gênero e nação na América Latina. Rio de Janeiro: Fiocruz. 2005.
- STEPAN, Nancy. A eugenia no Brasil – 1917 a 1940. In: HOCHMAN, Gilberto; ARMUS, Diego (Org.). *Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe*. Rio de Janeiro: Fiocruz. p. 331-391. 2004.



# CHARGES ANTIPLINISTAS NA REVISTA CARETA: LANTERNINHA DO PARTIDO DE REPRESENTAÇÃO POPULAR NAS ELEIÇÕES À PRESIDÊNCIA (1955)

Paulo Roberto Franco Ferreira<sup>219</sup>

**RESUMO:** O objeto de interpretação dessa pesquisa se trata do conjunto de charges ilustradas pelo chargista Théo (1901-1980) e disponibilizadas na revista “Caretta” (1908-1960). Assim, as charges selecionadas apresentam as caricaturas de Plínio Salgado (1895-1975), encontradas mediante sua candidatura pelo Partido de Representação Popular (PRP) nas eleições para presidente, em 1955. O objetivo dessa pesquisa se refere a análise do simbolismo integralista e da posição de lanterninha do candidato no Partido de Representação Popular. A metodologia utilizada se trata da investigação qualitativa, desenvolvida pelo sociólogo alemão Ralf Bohnsack. Como principais fontes de análise dessa pesquisa, observamos o mérito das investigações de historiadores ligados a abordagem política e social como Rodrigo Patto Sá Motta, Vinícius Liebel, Leandro Gonçalves, dentre outros.

**PALAVRAS-CHAVE:** Plínio Salgado; Partido de Representação Popular; Careta; Integralismo; caricaturas.

**ABSTRACT:** The object of interpretation of this research deals with the set of caricatures illustrated by the character Théo (1901-1980) and available in “Caretta” Magazine (1908-1960). Thus, as charges selected as caricatures of Plínio Salgado (1895-1975), his candidacy was applied by the Popular Representative Party (PRP) in the presidential elections in 1955. The objective of this research refers to the analysis of the integralist symbolism and the candidate's position of lantern in the Popular Representation Party. The methodology used is the qualitative research developed by the German sociologist Ralf Bohnsack. As main sources of analysis of this research, observations or merit of investigations of historians linked to a political and social approach such as Rodrigo Patto Sa Motta, Vinicius Liebel, Héglio Trindade, Leandro Gonçalves, Odilon Caldeira Neto and Gilberto Calil.

**KEYWORDS:** Plínio Salgado; Popular Representation Party; Careta; Integralism; caricatures.

---

219 Graduando do curso de História, desde 2015, pela Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais. E-mail para contato: <[robertofferreira09@gmail.com](mailto:robertofferreira09@gmail.com)>.

## INTRODUÇÃO

O objeto de interpretação dessa pesquisa se trata de um conjunto de charges de Plínio Salgado (1895-1975), ilustradas pelo chargista Théo (1901-1980), disponibilizadas na revista “Careta” (1908-1960). Assim, as charges foram encontradas mediante a pesquisa em relação à candidatura do Partido de Representação Popular (PRP) nas eleições à presidência, no ano de 1955. Aliás, apontamos que as charges estão disponibilizadas numa coleção com vários números da revista “Careta” no site da Hemeroteca Nacional Digital<sup>220</sup>.

Numa análise sobre a tipologia da revista “Careta”, observamos que esta pertencia à imprensa periódica brasileira no fim do século XIX e início do XX, bem como circulava nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Desse modo, podemos apontar para uma coleção com vários números dessa revista se encontra no site da Hemeroteca Nacional Digital, mas que o potencial desse tipo de publicação foi diferencial na escolha desse tipo de fonte. Originada em 1908, essa revista era publicada semanalmente e possuía inovação na maneira como apresentava sua comunicação social e representação gráfica. Observamos que a relevância da revista está na influência do convívio entre imprensa e literatura, ou seja, intelectuais de comportamento boêmio, tendo como colaboradores o escritor Olavo de Bilac (1865-1918), bem como contar com profissionais de grande renome em suas ilustrações, como os importantes chargistas J. Carlos e Théo (LIMA, 1950, p. 18).

Nascido em Salvador, o chargista com pseudônimo Théo, mais conhecido como Djalma Pires Ferreira, teve sua primeira aparição na imprensa coincidindo com a vibração política competitiva entre Rui Barbosa e Epitácio Pessoa nas eleições presidenciais de 1919. Seus primeiros trabalhos foram publicados na imprensa local pelo jornal “Tarde” (1918-1922) e no “Diário de Notícias” (1919), sendo transferido, depois em 1922, para o Rio de Janeiro, onde passou a colaborar com mais frequência no “Don Quixote”. A seguir, ingressou em outras publicações ilustradas, entre elas a da revista “Careta”, colaborando ente 1926 a 1960, intermitentemente. O caricaturista sofreu influência de vários desenhistas da época, utilizando-se delas para formar sua personalidade, com segurança pelo traço e pela destreza do desenho (LIMA, 1963, p. 1388).

Nesse momento político, Théo ilustrou charges do líder integralista Plínio Salgado. De acordo com a biografia de Plínio Salgado, escrita pelo pesquisador Leandro Pereira Gonçalves, a candidatura para as eleições de 1955 se tornou um marco, pois o integralismo ampliaria seu número de adeptos.

---

220 Mais da coleção pode ser vista no site da Hemeroteca Nacional Digital, disponível no endereço: <[http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_periodicos/careta/careta\\_anos.htm](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/careta/careta_anos.htm)>.

Desse modo, a candidatura de Plínio Salgado se constituiria numa estratégia política para promoção de si próprio, bem como a necessidade de fortalecer a doutrina integralista nacional cristã (GONÇALVES, 2017, p. 319).

Aliás, o termo caricatura se distingue de charge, cartum ou até tirinha. Diferentemente do conhecimento comum, o especialista em História do Brasil República, Rodrigo Patto Sá Motta aponta o desenho caricatural como um elemento inicial para as demais classificações propostas, como a charge e o cartum. Segundo ele, as charges são utilizadas comumente para apontar fatos ou acontecimentos específicos com comentários críticos às pessoas e à situações próprias. Já o cartum se trata de uma ilustração de estilo mais livre, ao se dedicar à temática atemporal e universal, ignorando personagens (MOTTA, 2016, p. 15)

A partir de estudos sobre caricaturas, observamos a emergência da memória do chargista ao demonstrar a visão política e social dos personagens retratados. Apresentado por Vinícius Liebel, especialista em História Política e Social, a metodologia utilizada no presente artigo se trata da investigação qualitativa, desenvolvida pelo sociólogo alemão Ralf Bohnsack. Assim, o método qualitativo destaca uma interpretação aprofundada das capacidades acerca das fontes analisadas, buscando-se um possível significado documentário. Bohnsack aborda que o método documentário de interpretação remonta à Sociologia do Conhecimento de Karl Mannheim (1893-1947), bem como na influência do método de análise iconográfica e de interpretação iconológica, utilizado por Erwin Panofsky (1892-1968). Aliás, é importante destacamos os dois tipos de etapas de análise, denominadas como Interpretação Formulada e Interpretação Refletida (BOHNSACK, 2007, p. 291-292). Para isso, apontamos o Método Icônico do alemão e historiador da arte Max Imdahl (1925-1988), como estudo da constituição formal da imagem, observando-se aspectos como planimetria e perspectiva. Ainda, abordamos a possibilidade de traçar um paralelo sobre o método iconológico com a semiótica de Roland Barthes (1915-1980), especificamente acerca dos estudos sobre o nível conotação na interpretação de imagens (LIEBEL, 2011, p. 172-189).

Diante das charges escolhidas, a metodologia qualitativa observada será utilizada de maneira parcial nas charges selecionadas, resultando em seções. Evidenciaremos qual seria o caráter simbólico da Ação Integralista Brasileira, para depois compreendemos como se deu a inserção das charges de Théo no momento das eleições. Desse modo, a partir do foco dado pelo chargista nas ilustrações críticas sobre Plínio, apontaremos a relação do Partido de Representação Popular nas eleições para a presidência, em 1955.

## 1. PLÍNIO SALGADO: SIMBOLOGIA DA AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA

Nessa primeira sessão, acerca do conjunto de charges pesquisadas na revista “Caretta”, destacaremos aquelas com as caricaturas de Plínio Salgado em que aparece a simbologia marcante da Ação Integralista Brasileira. Durante a análise dessas imagens, questões relevantes foram levantadas, como quais eram os principais símbolos e o que eles representavam na AIB, sendo que utilizaremos documentos importantes para entender tal relevância simbólica. Ao longo dessa sessão, analisaremos três charges relevantes, sendo que uma delas foi publicada no jornal “A Hora”, em 1954, ano anterior às eleições presidenciais. Além disso, usaremos textos de destaque nos estudos sobre o Integralismo, do período de 1932-1937, como as pesquisas de autores como Héglio Trindade, Leandro Gonçalves, Odilon Caldeira Neto e Pedro Ivo Tanagino.

Nessa primeira charge (*fig. 1*), observamos a caricatura de Plínio Salgado e sua representação refletida no espelho. Numa análise da charge, vemos que esse personagem histórico foi reproduzido, pelo chargista Théo, trajando um bracelete com o “Sigma” e realizando o cumprimento “Anauê”, ambos importantes símbolos integralistas. Sua representação no espelho repete esses símbolos, bem como apresenta uma faixa presidencial. A imagem do espelho destoa da realidade, não só representada como menor, mas também de maneira inclinada, diferentemente do corpo físico real de Plínio Salgado. As cédulas no chão denotam o momento da votação para presidência no ano de 1955. Já o cãozinho ao lado é representado repetindo o gesto “Anauê”.

**Figura 1:** Na (mesma) panela que todo mundo.



Um megalomano qualquer, em uma de suas crises de egolatria, proclama-se salvador da pátria e candidato à suprema magistratura do país... e não vai passar a noite no xadrez!

Fonte: FERREIRA, Djalma. In:

Revista Careta. Edição nº 2451, jun.,

Mas quem foi Plínio Salgado? No texto “O Corporativismo e a Tríade Integralista: Miguel Reale, Plínio Salgado e Gustavo Barroso”, publicado em 2019, Odilon Caldeira Neto e Leandro Pereira Gonçalves abordam que o principal nome da AIB era Plínio Salgado. Plínio nasceu no estado de São Paulo, em 1895 e se destacou no modernismo da década de 20, com escritos alinhados a vertente nacionalista, participando discretamente da Semana de Arte Moderna, de 1922. Esses dois historiadores políticos apontam que na década de 30, o líder integralista formaria a AIB, o primeiro movimento de massa brasileiro, com normas que suprem as vontades individuais a favor da unidade do Brasil, sobrepujado por um Estado Integral, bem como a criação de uma complexa estrutura própria de propaganda e de imprensa (GONÇALVES&CALDEIRA NETO, 2019, p. 2).

Ligados ao campo de História Política e Social, os autores destacam que a doutrina apresentada pelo Chefe Nacional era incontestada pelos membros da AIB, tendo Plínio Salgado (1895-1975) como principal intelectual dentro da hierarquia do movimento, criando correntes de pensamento relacionadas a outros intelectuais integralistas, como Miguel Reale e Gustavo Barroso (GONÇALVES & CALDEIRA NETO, 2019, p. 4).

Desse modo, os historiadores citados enfatizam o aspecto do caráter doutrinário católico, defesa da revolução espiritual ao revigorar a alma brasileira e resgatar raízes nacionais através da inserção do Estado Integral. Os autores apontam que essa revolução visava a instituição corporativista ligada a um mecanismo intelectualizado para combater o comunismo, criando uma defesa contra o materialismo e uma valorização do espiritualismo na sociedade brasileira (GONÇALVES&CALDEIRA NETO, 2019, p. 9).

A pesquisa de Gonçalves & Caldeira Neto enfatizam que o maior projeto revolucionário espiritualista de Plínio Salgado foi apresentado pela primeira vez em uma palestra, pronunciada na Faculdade de Direito de São Paulo, em 1921, e que está inserida na obra “A Quarta Humanidade”. Segundo Salgado, era necessário a construção de uma quarta humanidade, ou seja, uma humanidade integralista, advinda de um processo revolucionário integral, baseado num corporativismo de estado, no qual iriam se fundar o Manifesto Integralista de 1932, produzido por Plínio Salgado (GONÇALVES&CALDEIRA NETO, 2019, p. 10).

A partir da pesquisa de Hégio Trindade, apresentamos como um exemplo, de representação integralista global da história humana, o desenvolvimento da publicação de Plínio Salgado denominada “A Quarta Humanidade”, de 1934. Logo, ao estabelecer as linhas fundamentais da evolução humana durante o tempo, Salgado profetizava que estágio da humanidade se localizaria na

América Latina, possuindo sutilezas dos instintos ligados à sua origem étnica indígena, bondade aguçada e grande espiritualidade (TRINDADE, 2016, p. 61).

No texto “O universo ideológico do integralismo”, publicado em 2016, Héglio Trindade observa a ideologia integralista ao aprofundar sua hipótese como movimento de tipo fascista, destacando o fundamento que esse movimento possuía acerca de concepções esboçadas no Manifesto, bem como em rituais e normas estabelecidos diante do Chefe nacional. Desse modo, Trindade destaca o Manifesto Integralista de Outubro, de 1932, ligado a ética de inspiração cristã, relacionando-se com a crença no progresso moral do ser humano, sendo avaliado por seu trabalho em favor da Família, da Pátria e da Sociedade. Assim, este humanismo espiritualista elabora a concepção de que a vida social aspira uma sociedade harmoniosa, resultado da organização hierárquica. Tal ideologia se alinha aos fascismos conservadores europeus, como o salazarismo português e o franquismo espanhol (TRINDADE, 2016, p. 59-60).

Logo, a AIB possuía uma estrutura forte se configurando a partir de uma organização hierárquica e burocrática acerca da complexidade das funções de seus órgãos e do papel relevantes de seus rituais, desenvolvido pelo Chefe nacional e pelos militantes de base (TRINDADE, 2016, p.77). Assim, Trindade aborda a submissão total ao Chefe nacional através do juramento de reverência, dando poder ilimitado a essa função. Na AIB, o novo militante deveria proclamar a promessa de honra ao trabalho, executando as ordens de seus superiores e, principalmente, das determinações indiscutíveis do Chefe nacional (TRINDADE, 2016, p. 79).

Ademais, na charge do jornal “A Hora” (*fig. 2*), de novembro de 1954, Plínio Salgado é representado, novamente, com o bracelete com o símbolo Sigma e o cumprimento Anauê. Ao analisarmos a charge, percebemos que Salgado está ao lado do trono da presidência, bem como apresenta o olhar mirando o horizonte, demonstrando que ele estava pensando em seu futuro, além de suas capacidades. Na descrição dessa charge, o personagem é apontado como Chefe Nacional ligado a Ação Integralista Brasileira.

**Figura 2:** Chefe Nacional.



**Fonte:** Jornal “A Hora”, Porto Alegre: Edição n° 0, 26 de nov., 1954.  
In: GONÇALVES, Leandro Pereira. **Plínio Salgado: um católico integralista entre Portugal e o Brasil (1895-1975)**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais (ICS), 2017.

No documento “Protocollos e Rituaes” da AIB, escrito por Plínio Salgado e publicado no periódico “Monitor Integralista”, em abril de 1937, especificamente no primeiro artigo, observamos a relevância dos rituais criados por esse movimento, bem como a sua finalidade em codificar os dispositivos gerais e importantes de regulamentos e estabelecimento de normas, fórmulas e usos que regulem os atos públicos e os cerimoniais integralistas, fixando honras, regalias, diretos e deveres relativos a autoridades da AIB (SALGADO, 1937, p. 10).

Assim, uma investigação que merece atenção é o artigo “o Homem integral: uma contribuição para a construção do conceito através da análise dos “Protocollos e Rituaes” da Ação Integralista Brasileira (1937)”, escrito pelos historiadores Leandro Pereira Gonçalves e Pedro Ivo Tanagino. Nessa publicação, especificamente no capítulo denominado “Dos Símbolos”, é possível encontrar uma explicação sobre os significados acerca do símbolo Sigma ( $\Sigma$ ), a décima oitava letra do alfabeto grego. Adotado como ideal filosófico da Ação Integralista Brasileira, essa letra significa uma somatória, estabelecendo sequência ou progressão aritmética, ou seja, utilizada como símbolo matemático. Além disso, essa letra que seria correspondente ao “S” do nosso alfabeto, é apontada como escolha do filósofo alemão Leibniz (1646-1716) para indicar o somatório de números infinitamente reduzidos. Tal analogia seria, também, incorporada pelos próprios membros da Ação Integralista Brasileira (GONÇALVES&TANAGINO, 2012, p. 69).

No mesmo artigo, Gonçalves & Tanagino destacam a camisa verde e o cumprimento “Anauê” como importantes símbolos relacionados a Ação Integralista Brasileira. Para eles, a camisa verde foi entendida como elemento de atenuação do desequilíbrio entre raça ou classe, diminuindo as individualidades, juntando os membros desse movimento de uma maneira que não houvesse “diferenças”, diante da luta contra o inimigo interior e exterior ao Estado Integral. Além disso, os autores apontam que a palavra “Anauê” tinha como inspiração os povos indígenas de origem tupi, bem como sua utilização como saudação e grito de guerra, sendo traduzida como “eis me aqui” ou “você é meu parente”. Agregando sentido ao movimento integralista, a saudação consistia no movimento de estender um dos braços no ar e da exclamação em voz natural (GONÇALVES&TANAGINO, 2012, p. 69).

## **2. PLÍNIO SALGADO NAS ELEIÇÕES DE 1955: LANTERNINHA DO PARTIDO DE REPRESENTAÇÃO POPULAR**

Nessa segunda sessão, abordaremos mais duas charges da revista “Caretta”, destacando a posição de Plínio Salgado, representadas pelo chargista Théo. Também, durante a análise, as questões levantadas foram acerca do porque esse personagem foi apresentado nessa posição de lanterninha e qual era o papel do Partido de Representação Popular nas eleições de 1955.

Na charge de Théo (*fig. 3*), acerca da observação de elementos pré-iconográficos, percebemos quatro personagens numa cena. Assim, os personagens estão enfileirados, evidenciando o tamanho deles. Logo, o último candidato é o menor e carrega uma lanterna com uma das mãos, andando de forma cuidadosa. Esta charge possui o título “Iluminando o caminho” e uma frase exclamativa de Plínio Salgado: “Eh! Pessoal, o lanterna costuma ir na frente!”. Ligada mais a uma análise iconográfica, entendemos que a metáfora de lanterninha quer dizer aquele que está na última posição de uma disputa. Contudo, na frase abordada pelo chargista, Plínio Salgado está reclamando de sua posição, sendo que não condiz com o serviço de lanterna, enfatizando a refutação do candidato a respeito de sua posição inferior. A partir da composição formal da imagem, evidenciamos que o primeiro candidato da fila, representado por Etelevino, não possui necessariamente a maior altura em relação às demais figuras. Logo, Plínio Salgado possui uma expressão de preocupação e andar sorrateiro, denotando seu desapreço em segurar a lanterna, ou seja, ficar na última posição. Acerca da análise icônico-iconológica, compreendemos que o humor está na ideia disseminada de que, logo no começo da disputa, o candidato Plínio Salgado será lanterna até o final das eleições para presidente. Desse modo, a impaciência de Salgado em estar nessa posição reflete essa ideia de preocupação do candidato na ciência de que será inferior aos demais.

**Figura 3:** Iluminando o Caminho.





**Fonte:** FERREIRA, Djalma. In: **Revista Careta**. Edição n° 2454, jul., ano 1955.

De acordo com um trecho do artigo “A Formação do Partido Integralista de Representação Popular e a Intervenção Integralista na Política Brasileira (1945-1964)”, Gilberto Calil aponta que o movimento integralista se destacou entre os anos de 1932 a 1937 no processo político brasileiro, constituindo relevante movimento de massas, sendo a maior agremiação fascista da América Latina. Em contraposição, a criação do Partido de Representação Popular (PRP) se tornou uma rearticulação, sob liderança de Plínio Salgado, reencontrando algum destaque para o movimento integralista durante os anos de 1945 a 1964 (CALIL, 2004, p. 33).

Gilberto Calil enfatiza que o Partido de Representação Popular não alcançaria a mesma dimensão da AIB, mas seria relevante na intervenção do processo político, após lançar como candidato a presidência o antigo líder integralista Plínio Salgado, nas eleições de 1955. Sua candidatura retiraria votos de concorrentes como Juarez Távora (1898-1975) pela União Democrática Nacional (UDN) e Adhemar Barros (1901-1969) pelo Partido Social Progressista (PSP), possibilitando a eleição do Partido Social Democrático (PSD), através da candidatura de Juscelino Kubitschek (CALIL, 2004, p. 34).

Na próxima charge da “Careta” (*fig. 3*), constatamos que a representação de Plínio Salgado, apresentado no cartaz de candidatura, se limita apenas pelo uso do cumprimento “Anauê”, marcante símbolo integralista. Aliás analisando essa imagem, seu cartaz aparece em tamanho menor, em relação aos demais candidatos à presidência no mesmo ano: Juscelino (PSD), Juarez Távora (UDN) e Adhemar de Barros (PSP). Assim, o cartaz de Salgado está mais ao centro da charge, na posição mais próxima do olhar do caipira. Desse modo, compreendemos que Salgado pode ser a principal escolha de votação desse tipo de eleitor.

**Figura 4: Última Lona.**



**Fonte:** FERREIRA, Djalma. In: **Revista Careta**. Edição nº2455, jul., ano 1955.

Para compreender o contexto do Partido de Representação Popular (PRP), Calil aborda que no ano de 1946, a repressão imposta pelo presidente Eurico Gaspar Dutra (1883-1974), apresentada acerca do novo contexto anticomunista ligado à Guerra Fria (1947-1991), permitiu que Plínio Salgado retornasse do exílio, assumindo presidência do Partido de Representação Popular. Para o retorno dos integralistas no cenário político nacional, o autor aponta a necessidade da reformulação doutrinária e o redimensionamento do projeto político, principalmente acerca da estrutura de corporativismo, da ritualística e simbologia relevantes na antiga AIB, da década de 30 (CALIL, 2004, p. 40). Aliás, Calil expõe que o PRP retomou o caráter nacionalista, mas de maneira diferente da dimensão econômica dos anos 30, restringindo-se a elementos simbólicos de exaltação da pátria e a determinação da tradição nacional cristã (CALIL, 2004, p. 42). Logo, o pesquisador demonstra as milhares de coligações realizadas pelo PRP como relevante para a superação de obstáculos, acerca da sua ligação com o aspecto fascista e acusação de traição nacional. Destaca que tais coligações revelaram mediações dessas diferenças entre integralistas e principais partidos políticos do país (CALIL, 2004, p. 44).

Na última charge analisada (*fig. 5*), desse conjunto pesquisado sobre a revista “Careta”, observamos as charges de Plínio Salgado junto a Adhemar Barros. Nessa representação, a descrição aponta os candidatos conversando sobre o resultado das eleições do ano de 1955. Assim, Salgado

espera uma virada nessa eleição que está disputando, mas uma virada que nunca consolidada, sendo que Juscelino Kubitschek seria o grande vencedor.

**Figura 5:** Minoria Absoluta.



**Fonte:** FERREIRA, Djalma. In: **Revista Careta**. Edição n° 2468, jul., ano 1955.

Retomando as ideias de Gilberto Calil apontadas por Cleiton Moreira, o autor aborda o lançamento, por Plínio Salgado, de um manifesto para a população, contendo o apoio dele ao vencedor dessa votação, reconhecendo como legítimo, seja como for o resultado das urnas, o governo que a justiça eleitoral der como eleito, em conformidade com a Constituição da República e as Leis que estavam vigentes. Aliás, militantes integralistas, dentro do PRP, não aceitariam a postura obtida pelo chefe, ao apoiar a legalidade do presidente Juscelino Kubitschek, pelo argumento de que possuía apoio advindo das alianças que também apoiaram Getúlio Vargas (MOREIRA, 2012, p. 08).

Christofoletti demonstra que, após a participação de Plínio Salgado nas eleições presidenciais, percebia-se descontentamentos dos antigos adeptos do integralismo acerca da participação do partido no rearranjo da política institucional. Segundo ele, a comemoração dos 25 anos do lançamento do Manifesto de Outubro, de 1932, foi providencial para a coesão

entre sua militância, principalmente sobre a retomada da simbologia integralista, até em então esquecidas pelo PRP (CHRISTOFOLETTI, 2010, p. 279).

Por fim, apontamos Predebon acerca da trajetória política do Partido de Representação Popular. Assim, o autor demonstra que a sobrevivência do movimento integralista acontece durante as duas décadas posteriores ao início do período de redemocratização brasileira. Para isso, muitos problemas estiveram presentes na rearticulação do integralismo sobre essa nova configuração política. Observamos que, mesmo com a vinculação dos integralistas ao golpismo e ao fascismo, além de ocorrer descontentamentos acerca da resistência militante no reconhecimento da política de alianças, houve consolidação do aspecto democrático, inserido nesse momento político. Ainda, enfatiza o esforço para a manutenção, por parte do PRP acercado integralismo ligado à década de 1930, mas privilegiando no auxílio aos grandes partidos políticos, sucumbindo ao fisiologismo político (PREDEBON, 2019, p. 92).

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Portanto, concluímos que o conjunto de charges ilustradas pelo chargista Théo e disponibilizadas na revista “Careta” foram relevantes na compreensão do simbolismo da Ação Integralista Brasileira, comandada principalmente por Plínio Salgado, bem como entender a inserção das caricaturas ilustrada por Théo no momento das eleições pelo Partido de Representação Popular, em 1955. Já a metodologia qualitativa ajudou na análise das charges apreendidas, bem como os textos de teóricos relevantes, ligados ao campo da História Política e Social, foram necessários para refletir sobre o contexto das eleições para presidente nesse mesmo ano e aspectos relevantes do movimento da AIB e do PRP.

Além dos mais, percebemos a maneira como Plínio Salgado foi apresentado na posição de lanterninha do Partido de Representação Popular nas eleições desse mesmo ano, sendo que a trajetória desse partido foi marcada pela sobrevivência do movimento integralista durante o período de redemocratização brasileira, presente na rearticulação do integralismo sobre nova configuração política, bem como no auxílio de grandes partidos. A revista “Careta” se colocava contra a figura de Plínio Salgado, principal líder da AIB e integrante do PRP. Atentamos para a utilização da simbologia do integralismo relacionada a representação de Plínio Salgado nas charges divulgadas, principalmente pelo chargista Théo. Aliás, esse artista procura, durante as eleições para a presidência no ano de 1995, apresentar Salgado a partir de sua posição de lanterninha, concepção disseminada da falta de sucesso desse líder na política do século XX, bem como acerca dessa personalidade diante de sua problemática vida.

## FONTES

SALGADO, Plínio. **Protocollos e Rituaes: regulamento**. Niterói: Edição do núcleo municipal de Niterói, 1937.

REVISTA CARETA. **Hemeroteca Nacional Digital**. Disponível em: <[http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_periodicos/careta/careta\\_anos.htm](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/careta/careta_anos.htm)>. Acesso em 11 de nov., de 2019.

## REFERÊNCIAS

BARTHES, Roland. **Elementos da Semiologia**. São Paulo: Editoria Cultrix, 2006. Disponível em: <[https://pt-static.z-dn.net/files/dab/addaaf73b5ebab782153e4814ec\\_7826\\_e.pdf](https://pt-static.z-dn.net/files/dab/addaaf73b5ebab782153e4814ec_7826_e.pdf)>. Acesso em: 11 de jun. de 2019.

BOHNSACK, Ralph. Qualitative Methoden der Bildinterpretation und dokumentarische Methode. Tradução de Luisa Gunther e revisado por Wivian Weller. **In: Periódico Sociologias**. Porto Alegre, ano 9, nº 18, jun./dez. 2007, p. 286-311. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n18/n18a13.pdf>>. Acesso em: 15 de jun. de 2019.

CALIL, Gilberto. A formação do Partido de Representação Popular e a intervenção integralista na política brasileira. In: DOTTA, Renato Alencar; POSSAS, Lídia Maria Vianna; CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro (orgs.). **Integralismo: novos estudos e reinterpretações**. Rio Claro: Arquivo Público do Município de Rio Claro, 2004, p. 33-52.

CHRISTOFOLETTI, Rodrigo. **A enciclopédia do integralismo: lugar de memória e reinvenção do passado (1957-1961)**. Tese (Doutorado em História) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2010.

GONÇALVES, Leandro Pereira. **Plínio Salgado: um católico integralista entre Portugal e o Brasil (1895-1975)**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais (ICS), 2017.

GONÇALVES, Leandro Pereira; CALDEIRA NETO, Odilon. O corporativismo e a tríade integralista: Miguel Reale, Plínio Salgado e Gustavo Barroso. In: ABREU, Luciano Aronne de; VANNUCCHI, Marco Aurélio (orgs.). **Corporativismos Ibéricos e Latino-Americanos**. Porto Alegre: EdIPUCRS, 2019 (no prelo).

GONÇALVES, Leandro Pereira; TANAGINO, Pedro Ivo Dias. O Homem Integral: uma contribuição para a construção do conceito através da análise dos Protocollos e Rituaes da Ação Integralista Brasileira (1937). **Revista Portuguesa de Ciência Política: Portuguese Journal of Political Science**, v. 2, p. 61-74, 2012.

IMDAHL, Max. **Giotto – Arenafresken. Ikonographie – Ikonologie – Ikonik**. München, 1988.

LIEBEL, Vinícius. Entre sentidos e interpretações: apontamentos sobre a análise documentária de imagens. **Revista Educação Temática Digital (ETD)**: Campinas, v. 12. n. 2, p. 172-189, jan./jun. De 2011.

LIEBEL, Vinícius. Charges. In: RODRIGUES, R. (org.). **Possibilidades de Pesquisa em História**. São Paulo: Contexto, 1ª ed., 2017. p. 83-114.

LIEBEL, Vinícius. **Reconstruindo Imagens: o método documentário de análise**. Disponível em: <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:-AQqf2o6sb>>

MJ:www.sbsociologia.com.br/portal/index.php%3Foption%3Dcom\_docman%26task%3Ddoc\_download%26gid%3D2143%26Itemid%3D171+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em 23 de jun. de 2019.

LIEBEL, Vinícius. **A análise de charges segundo o método documentário. 2010.** Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/291347982\\_A\\_Analise\\_de\\_Charges\\_segundo\\_o\\_Metodo\\_Documentario](https://www.researchgate.net/publication/291347982_A_Analise_de_Charges_segundo_o_Metodo_Documentario)>. Acesso em 16 de jun. de 2019.

LIMA, Herman. **História da Caricatura no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora José Olímpio. 4 vols, 1963.

LIMA, H. J. Carlos. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde. Serviço de Documentação. Coleção Artistas Brasileiros, ano de 1950.

LOREDANO. Cássio, (org.). **J. Carlos contra a Guerra: As grandes tragédias do século XX na visão de um caricaturista brasileiro.** Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2000.

MOREIRA, Cleiton Vieira. **ARevanche Verde: O Partido de Representação Popular na experiência Democrática Brasileira (1945-1964).** FFP/UERJ: São Gonçalo, 23 e 27 de julho de 2012, p. 08.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Jango e o golpe de 1964 na caricatura.** Disponível em: <<https://zahar.com.br/sites/default/files/arquivos/t1049.pdf>>. Acesso em: 27 de out. de 2018.

PANOFSKY, Erwin. Iconografia e Iconologia: Uma introdução ao estudo da arte da Renascença. **In: Significado nas Artes Visuais.** Tradução: Maria Clara F. Kneese e J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 2ª ed., 1986.

PREDEBON, Gabriel Soares. **A trajetória e as colunas cinematográficas de Ironides Rodrigues para a Marcha (1954-1962).** Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, Dissertação de Mestrado, 2019, p. 92.

SILVA, Marcelo Almeida. **O reich, o traço e o riso: o nazismo segundo os caricaturistas da careta durante a II Guerra Mundial.** In: Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Juiz de Fora: vol. 1, n. 2, jul e dez. 2015, p. 115-135. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/facesdeclio/files/2014/09/2.7.Artigo-Marcelo.pdf>>. Acesso em: 09 de out. de 2018.

TAVARES, Caroline. **Humor e crítica no semanário Bundas.** São Paulo: EXTRAPRENSA, USP, ano vii, n° 13, dez. De 2013.

TRINDADE, Hélió. O universo ideológico do integralismo. In: TRINDADE, Hélió. **A tentação fascista no Brasil: imaginário de dirigentes e militantes integralistas.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016, p. 59-102.

# **O IMIGRANTE ALEMÃO NA SOCIEDADE JUIZ-FORANA: IMPACTOS SOCIAIS DAS AÇÕES DE REPRESSÃO DE UM ESTADO AUTORITÁRIO (1937-1945)<sup>221</sup>**

Carolina Munck Schaeffer<sup>222</sup>

**RESUMO:** Esta pesquisa tem por objetivo verificar o impacto das políticas nacionalistas sobre a vida dos imigrantes alemães e seus descendentes, no governo de Getúlio Vargas, durante o Estado Novo (1937-1945), sobre a sociedade de Juiz de Fora (MG). Busca-se compreender como ocorreu o processo de mudança na perspectiva que se tinha sobre o imigrantealemão, considerando essa mudança, parte indispensável para a disseminação do discurso nacionalista do Estado Novo. O surgimento da concepção do alemão e de seus descendentes enquanto inimigos nacionais foi elemento crucial para as medidas tomadas pelo governo, tanto na criação de leis que interferiram demasiadamente no cotidiano dessas comunidades, como na promoção de ações de perseguição que impactam a realidade social desses indivíduos. A pesquisa se pautará na análise do Processo Crime de acusação contra Viktor Schwaner e sua esposa.

**PALAVRAS-CHAVE:** Estado novo. Imigrante. Política nacionalista. Juiz de Fora.

**ABSTRACT:** This research aims to verify the impact of the nationalists' politics over the Germans immigrants and their descendents, while in Getúlio Vargas government, during the Estado Novo (1937-1945), in Juiz de Fora (MG) society. We seek to understand how occurred the perspective changing process over the German immigrant, considering this change as indispensable to disseminate the Estado Novo nationalist speech. The emergence of the conception about German and their descendents as national enemies was a crucial element to government politics, such as laws that interfered in these communities daily and the persecution, which impacted their social reality. The research will be guided by the crime process against Viktor Schwaner and his wife.

---

<sup>221</sup> Grande parte da minha pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso: SCHAEFFER, Carolina Munck. **A mudança do imaginário sobre o imigrante alemão dentro da sociedade brasileira:** o uso social de uma concepção ideológica legitimando as ações de repressão do governo estadonovista dentro da sociedade juiz-forana. Juiz de Fora (MG), UFJF, 2019.

<sup>222</sup> Graduanda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. [munckcarol@yahoo.com.br](mailto:munckcarol@yahoo.com.br)

**KEYWORDS:** Estado novo. Immigrant. Nationalist politics. Juiz de Fora.

## **1- A CIDADE DE JUIZ DE FORA E OS IMIGRANTES ALEMÃES**

O nascimento da cidade de Juiz de Fora é bem anterior ao seu desenvolvimento enquanto polo industrial. A partir da concessão de sesmarias pela Coroa Portuguesa, fazendas foram se estabelecendo às margens do rio Parahybuna, com a criação de gado e plantações de produtos agrícolas, dando início a formulação de povoados com igrejas e comércios, que margeavam o Caminho Novo da Estrada Real que cortava toda a região do Vale do Parahybuna. Antônio Dias Tostes, importante fazendeiro do Vale, que chegou na região em 1812, almejava a emancipação do município e seu desmembramento de Barbacena. Em 1850, uma Lei Provincial eleva a área a Município de Santo Antônio do Parahybuna, atual cidade de Juiz de Fora, com cerca de 1419 habitantes nesse período (MAESTRINI, 2018).

Também em 1850 há a assinatura da chamada “Lei de Terras” que abolia o sistema de doações que configuravam as sesmarias, e que vigorou no Brasil desde o período colonial. Com essa nova lei, havia a reconfiguração do acesso a terra no Brasil, que agora passaria a ser através da compra. Essa condição de acesso ao mesmo tempo em que regulava as condições de propriedade, restringia o acesso a terra à elite, que possuía dinheiro suficiente para comprar vastas regiões de terras, dando condições para a ampliação dos chamados latifúndios, extensões de terra que em várias regiões pertenciam aos conhecidos “Barões do Café”. No mesmo ano há a proibição do Tráfico de Escravos no Atlântico, portanto, da entrada de novos escravizados no Brasil, pela lei “Eusébio de Queiroz”. Essa medida, como uma resposta às pressões inglesas, encareceu o preço do escravo no Brasil, e, na região Sudeste com o desenvolvimento das Fazendas de Café, há uma concentração da mão de obra escrava (MAESTRINI, 2018).

A proibição do tráfico de escravos indica para a elite cafeeira uma necessidade futura, afinal, o número de escravizados, agora, aumentaria de forma restrita, somente a partir dos filhos dos escravizados já existente no Brasil. Essa questão, como também o encarecimento do escravo, e discussões que já se estabeleciam na época sobre desenvolvimento e progresso, indicavam para uma nova forma de obtenção da mão de obra. A imigração, surge então como uma medida de suprir a falta provável de mão de obra escrava, assim como para povoar regiões desabitadas e fundir-se à população participando do



branqueamento e do desenvolvimento econômico-social da sociedade brasileira em formação (PEREIRA e FERREIRA, 2017).

No vale do Parahybuna as fazendas se desenvolviam, e novas se formavam. A cidade vivenciava um grande crescimento populacional e econômico que a diferenciava no contexto nacional. Próxima ao Rio de Janeiro, e com grandes nomes da época, o Município de Santo Antônio do Parahybuna era uma importante região, com grandes riquezas provenientes do café, e com o desenvolvimento de um expressivo centro urbano. Visando facilitar o escoamento do café, Mariano Procópio Ferreira Lage, membro de uma elite próxima a D. Pedro II, consegue a permissão para a construção da estrada União e Indústria, iniciada em 1856 e inaugurada em 1861, ligando a cidade de Juiz de Fora (MG) à cidade de Petrópolis (RJ) (CIMINO, 2018).

Esta configurou um importante passo para o desenvolvimento fabril na região, possibilitado pelo acúmulo financeiro vindo do café, pela disponibilidade de mão de obra imigrante e pela proximidade da cidade com a Capital Federal, Rio de Janeiro (VIEIRA, 2016). Junto com a possibilidade de construção do novo empreendimento tecnológico, no Decreto nº 1031, de 07 de agosto de 1852, é concedido a Mariano Procópio a exploração exclusiva da estrada, como também, a possibilidade de estabelecer na região uma colônia de imigrantes. Na cidade do Parahybuna foi construída então a sede da Companhia União e Indústria, em 1856, e no mesmo ano chegaram em Juiz de Fora os primeiros imigrantes contratados por Mariano. Esses imigrantes, configuravam profissionais especializados e estabeleciam-se a fim de formar a Colônia alemã D. Pedro II (COUTO, 2018).

A contratação desses alemães se fez através de agentes que eram encarregados do contrato desses imigrantes. No final de 1858 haviam se instalado em Juiz de Fora um total de cerca de 1193 colonos contratados pela Companhia União e Indústria a partir de um contrato assinado ainda nas terras germânicas. Os imigrantes vindos em cinco embarcações, desembarcaram no Rio de Janeiro, pegaram um trem até a Serra da Estrela, e de lá vieram a pé e em carroças até a cidade Mineira, passando por Petrópolis. Em Juiz de Fora a colônia existiu em uma ampla porção de terras compreendidas nos atuais bairros Borboleta, São Pedro e Fábrica. Os colonos foram estabelecidos em pequenos prazos divididos para os novos moradores da cidade. Nessas porções de terra os colonos construam suas moradias e iniciavam o cultivo do solo (COUTO, 2018).

Mesmo com a falência posterior da Companhia União Industria, a ela é atribuída grande importância por ter trazido para a cidade uma grande oportunidade de crescimento e desenvolvimento. Os imigrantes trazidos por Mariano Procópio Ferreira Lage ocuparam importantes funções dentro da sociedade juiz-forana, e foram cruciais no progresso da cidade

Após a falência da Companhia União e Industria, devido à concorrência da Estrada de Ferro D. Pedro II, os imigrantes assumem um importante papel no processo de urbanização e industrialização da cidade, auxiliando decisivamente no desenvolvimento industrial, através de pequenas iniciativas fabris. No início da década de 1880, entre os estabelecimentos industriais existentes na cidade, cujos proprietários eram imigrantes, destacavam-se a Fábrica de Cerveja e Águas Minerais Poço Rico; Fábrica de Cervejas José Weiss; Fábrica de Máquinas; e Fundação Georg Francisco Grande; além do Curtume Krambeck, especializado na produção de couro e peles. Juiz de fora, cuja produção econômica despontava, iniciava desse modo, um desenvolvimento que a levaria a ser um centro industrial mineiro de destaque (CIMINO, 2018: 58).

Com o desenvolvimento da cidade, junto da sociedade brasileira e de outros imigrantes que formaram a sociedade juiz-forana, como italianos, Sírio-libaneses, portugueses e negros, os alemães foram ocupando o espaço social dessa cidade e se tornando parte importante no desenvolvimento da região. Eles estabeleceram instituições de ajuda mútua, em que os grupos de imigrantes participavam auxiliando nas necessidades básicas, como também, construindo espaços de socialização. Algumas dessas importantes instituições que ajudaram os imigrantes durante seu estabelecimento e continuidade na cidade de Juiz de Fora, encontraram resistências durante o Estado Novo e sua política de nacionalização (RODRIGUES, 2017).

Como é possível perceber, a comunidade alemã que se estabeleceu em Juiz de Fora participou densamente no processo de construção da cidade, e no desenvolvimento econômico da região. Os alemães viveram até o Estado Novo tendo reconhecido seu pertencimento à sociedade juiz-forana, e foram importantes atores na construção de fábricas, na participação da ampliação urbana da cidade e na formulação da cultura e social de Juiz de Fora, deixando marcas na sociedade que são vistas até os dias de hoje. Durante o período do Estado Novo encontraram algumas dificuldades que acirraram as relações sociais estabelecidas na sociedade desde o século XIX, e dificultaram o cotidiano dessas comunidades e de seus descendentes durante, principalmente o período da Segunda Guerra Mundial. No entanto, mesmo que mais intensamente expressado no Estado Novo, debates em torno da figura do imigrante e do possível “perigo” deste para a construção da Nação brasileira, foi um assunto

que se estendeu ao longo de todo o século XX, encontrando na política autoritária do Estado Novo, espaço de atuação.

## **2- A MUDANÇA NA PERSPECTIVA ACERCA DO IMIGRANTE DENTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA**

A imigração para o Brasil, desde o Império, foi assunto privilegiado entre as elites intelectuais e políticas da época. Considerava-se a importância dos imigrantes em diversos aspectos elencados enquanto obstáculos para a entrada do Brasil no “rol” das nações desenvolvidas (DREHER,1984). Tanto para alavancar a produtividade nacional, já que os imigrantes eram visto como superiores no lidar com a terra, quanto para povoar regiões pouco ou nada ocupadas pelo governo brasileiro, regiões estas que criavam oportunidades para que outras nações tomassem os territórios do Brasil. Além disso, havia outra preocupação, que se tornou crucial na virada do século XIX para o século XX, o embranquecimento da população brasileira, e a criação de um “tipo brasileiro” (SEYFERTH,1996).

Assim após 1822, discussões em torno de terras brasileiras desocupadas e de possíveis conflitos territoriais, indicavam para a necessidade de fiscalização e instalação efetiva do Brasil nessas regiões. Para isso, no entanto, era necessário um grande contingente populacional que pudesse se estabelecer na região, e produzir em suas terras, iniciando seu desenvolvimento (SEYFERTH, 1996). Foi nessa esfera de preocupações territoriais que se retornou a ideia de estabelecer nas regiões colônias de imigrantes, destinadas a cultivar, no modelo da pequena propriedade, pedaços de terras divididos, e em sua maioria comprados pelos próprios imigrantes, e estabelecer nelas um domínio pelo governo brasileiro.

Porém, foi após 1850, com a elaboração da Lei de Terras e com a lei de proibição do tráfico de escravos, que a discussão se aprofundou. A proibição do tráfico de escravos no Atlântico destacou um problema econômico; os intelectuais passavam a refletir sobre os impactos financeiros que tal mudança poderia ocasionar ao Brasil, caso ele não estivesse preparado para substituir futuramente a mão de obra escrava que tenderia a acabar. Além da necessidade legal que dizia de um fim inevitável da escravidão, havia a ideia de que o país para se tornar uma nação desenvolvida, como às nações europeias, deveria substituir a mão de obra escrava, pela mão de obra livre. Aqui, outras discussões pautariam o debate da época. Se para a escravidão o negro era “naturalmente apto”, como pensavam, para o trabalho livre, ele

seria considerado incapaz, por não se adaptar a um trabalho independente (SEYFERTH, 1996). Por isso, vinculado à noção de fim do tráfico, veio à ideia de substituir o negro escravizado pelo imigrante europeu livre. Este, considerado mais acostumado a esse modelo produtivo, portanto, mais capaz de elevar a produtividade do Brasil e empreender para o desenvolvimento do país.

Além da considerada superior capacidade no trabalho livre, estabeleceu-se uma discussão paralela que dizia da necessidade de tornar a população brasileira branca. As teorias racistas do embranquecimento, associadas ao cientificismo do final do século XIX, estabeleceram discussões sobre formas de se conseguir embranquecer o Brasil. Para tal, a miscigenação foi considerada o modelo ideal para se chegar ao objetivo. Acreditava-se que em três gerações, a população negra desapareceria, dando espaço a um Brasil branco. Neste espaço de discussões, o imigrante branco surge como uma possibilidade de “correção” do problema, participando como elemento central do processo de miscigenação e na criação de um tipo “brasileiro” (SEYFERTH, 1996).

Logo, a fim de solucionar os diversos problemas considerados na época, optou-se pela colonização através de imigrantes provenientes da Europa. Quanto a escolha de quais europeus estabelecer a relação política da imigração, havia a preocupação em estabelecer tal vínculo com os países que não possuíam colônias, visto que os outros, como França e Inglaterra, poderiam significar um risco de perda dos territórios (DREHER, 1984). Assim, a partir das já consideradas superioridades desses imigrantes com relação a produtividade, e agora considerando a questão imperialistas dos países, vinculou-se a colonização a Alemanha, Suíça e Itália.

Em contrapartida, esses países na Europa enfrentavam problemas opostos dos brasileiros. Havia nos países europeus, devido a recente urbanização e industrialização, um excedente em mão de obra. Logo, a imigração para o Brasil significava reduzir a massa de trabalhadores necessitados nos países europeus, que por precariedade de vida, aumentavam a criminalidade. Já a preferência por germânicos, era ressaltada por vários intelectuais e políticos da época que os consideravam ordeiros, disciplinados e com grande capacidade para agricultura e para o artesanato (PEREIRA, 2010).

Assim, ainda no Império várias colônias foram assentadas, em sua maioria de caráter homogêneo, sendo essa homogeneidade, a presença massiva de imigrantes europeus, em sua maioria alemães e italianos, que conviviam entre si conservando seus costumes e as tradições

dos seus países, pela falta do elemento nacional (PEREIRA, 2010). Essa imigração foi coordenada pelo próprio Estado, através do envio de agentes que ofereciam aos imigrantes oportunidades de terra e trabalho (DREHER, 1984). Esses imigrantes, vinham, portanto, em busca de novas oportunidades de vida, visto que na Europa vivenciavam dificuldades, sendo distribuídos no território nacional em zonas coloniais onde o elemento europeu se destacava enquanto desenvolvedor das recentes localidades.

Apesar da maioria dos intelectuais e políticos, até a década de 1930 manterem-se favoráveis à imigração dos europeus, e mesmo, dos germânicos, ainda no século XIX surgiram desconfianças relacionadas à formação dos agrupamentos homogêneos de imigrantes. Teóricos como Sílvio Romero, no início do século XX, publicaram textos assegurando o perigo das colônias alemãs enquanto locais estratégicos para um possível Imperialismo Alemão, podendo surgir das colônias, principalmente do Sul, pois eram mais afastadas e menos integradas a sociedade brasileira, movimentos separatistas que originariam espaços de domínio Alemão (SEYFERTH, 1999).

As regiões coloniais, que tiveram um crescimento populacional alarmante desde a década de 1880, chamaram a atenção das autoridades, por seus isolamentos, e por seu crescimento econômico. Além disso, com a República iniciaram-se debates em torno da formação do elemento nacional, preconizando a assimilação dos imigrantes à nacionalidade brasileira, que, enquanto brancos auxiliariam na miscigenação, transformando a sociedade brasileira em uma sociedade branca, mas estando no Brasil, deveriam se dissociar de suas nacionalidades, atrelando-se aos costumes nacionais, e integrando-se completamente a sociedade brasileira (PEREIRA, 2010).

É nesse momento que há o complexo paradoxo que se estabelece com relação a imigração. Se até aqui o imigrante alemão foi valorizado pela sua superioridade no trabalho e na ordem, agora, seria desvalorizado pela sua dificuldade em se assimilar a sociedade brasileira. Além disso, é nesse momento que começam a considerar a forma com que o Império brasileiro conduziu a imigração, formando as colônias homogêneas do Sul, um desastre para o futuro do Brasil, visto que claramente o aspecto isolado e uniforme das colônias, tornaria a formulação de uma nação homogênea no aspecto nacional brasileiro, uma complicação (SEYFERTH, 1996).

Logo, aos imigrantes cabia a participação no processo de miscigenação, visto que possuíam a cor desejada, e a participação no crescimento e desenvolvimento econômico do

Brasil, visto que acreditavam serem eles mais bem qualificados ao trabalho livre. No entanto, não se esperava do imigrante uma contribuição cultural, visto que para os intelectuais da época, o Brasil já tinha sua cultura definida, assim como, sua religião oficial e sua língua nacional (SEYFERTH, 1996). Se estes imigrantes se recusavam a tornarem-se culturalmente latinos, prendendo-se às suas tradições, não havia serventia na continuação desse modelo colonizador.

O papel do imigrante, portanto, está bem definido – concorrer para a formação de um tipo brasileiro, elemento da unidade nacional (...). Trata-se de uma construção racial – clarear a pele do brasileiro do futuro, pelo menos – pois a nacionalidade já tem sua cultura, sua língua e sua religião. Na concepção de Romero a nação brasileira do futuro deve ser uma civilização latina e branca, o que implica na assimilação dos imigrantes à formação lusitana do País. Assim, as políticas de imigração e colonização deviam estar voltadas para as gentes latinas – da Espanha, Portugal, Itália. Alemães irredutíveis à assimilação podiam ser bons para colonizar, mas consistiam ameaça à nacionalidade. (SEYFERTH, 1996: 51).

Ou seja, neste momento ocorre uma mudança na hierarquização de quais imigrantes seriam interessantes na constituição da nação; se antes os alemães foram enaltecidos pela desenvoltura econômica que poderiam fornecer à nação brasileira, agora, os imigrantes brancos, de origem latina, portanto, mais semelhantes culturalmente ao Brasil, seriam valorizados em comparação com os germânicos (SEYFERTH, 1996), por não oferecerem riscos ao novo projeto de constituição de um modelo de ser brasileiro. A partir de 1930, as preocupações relativas a assimilação desses imigrantes são aprofundadas, e surge uma política, principalmente a partir de 1937, empenhada em assimilá-los, a qualquer custo, à nação brasileira (RODRIGUES, 2017).

### **3- O ESTADO NOVO E A INTENSIFICAÇÃO DAS MEDIDAS CONTRA OS IMIGRANTES ALEMÃES**

Em 10 de novembro de 1937, inaugurava-se uma nova fase do longo período consagrado pela historiografia como Era Vargas. O Estado Novo (1937-1945), pode ser entendido como o período de maior autoritarismo do governo de Getúlio Vargas. Houve uma forte centralização dos poderes no Executivo, e as ações autoritárias ultrapassaram a dimensão

estatal, política, atingindo plenamente a vida social (RODRIGUES, 2017). Além de autoritário, o governo estadonovista conserva em si um dos períodos mais contraditório da história brasileira, no qual o Estado e a sociedade vivenciaram uma relação dúbia compreendida de encontros e desencontros.

Inserido em um contexto social de relativização do liberalismo econômico, o Estado Novo surgiu como mais um dentre os vários governos autoritários que ascenderam ao poder neste período. Esses governos, pretendiam maior controle das massas, a fim de evitar a eclosão de ideologias socialistas, assim como, a elaboração de projetos condutores da Nação, a fim de estabelecerem uma conformação de cidadania, como também, de identidade coletiva. Instaurado por um golpe de estado, o novo governo preocupou-se em estabelecer sua legitimidade perante a sociedade, fortalecendo os meios de comunicação, controlados pelo Estado, assim como, definindo e perseguindo os opositores deste Estado (CAPELATO, 2003).

A fim de construir essa identidade coletiva, o Estado investiu em um articulado projeto político-ideológico. O governo estadonovista conseguiu conquistar a sociedade, a fim de que ela compreendesse seu discurso, e, defendesse sua ideologia. Assim, aqueles que eram contrários a esse modelo político foram enquadrados enquanto inimigos do Estado. Também, aqueles que não se adequavam às exigências desse governo, eram incorporados ao grupo dos indesejáveis do regime. Então, tornaram-se preocupações do Estado tanto defesas ideológicas contrárias a ele (como o Comunismo e o Integralismo), quanto, grupos sociais que simbolizavam resistências aos seus projetos de unidade nacional.

Visto que depois de 1935, com a derrota da Intentona Comunista, esse grupo político foi controlado através da repressão do Estado, perdendo sua esfera central, outros grupos passaram a deter uma maior atenção do governo (PEREIRA,2010). O imigrante, que já vinha sendo desclassificado enquanto elemento construtor da Nação, com o estabelecimento do novo governo de 1937, sua transformação em inimigo nacional foi sendo cada vez mais fundamentada sob a perspectiva da nacionalização dos estrangeiros.

É neste momento que as ideias sobre a assimilação dos imigrantes já existentes no Brasil ganham corpo enquanto política de Estado. Sob uma perspectiva de que os imigrantes significavam uma ameaça à unidade nacional e à consagração de uma identidade brasileira, estabeleceu-se neste governo, um conjunto de leis restritivas, que indicavam para a sociedade qual era o principal elemento indesejado. Os imigrantes precisavam ser transformados em

brasileiros, caso contrário, representavam uma ameaça aos projetos do governo. Para isso, vários decretos foram escritos, com a prerrogativa de coibir as manifestações culturais desses imigrantes referentes aos seus países de origem (RODRIGUES, 2017).

Se até o ano de 1937 apenas doze decretos haviam sido elaborados tangenciando o tema da imigração, desde 1915, durante o Estado Novo, de 1938 a 1939, ou seja, em apenas dois anos, o governo lançou mais de 20 decretos que tratavam do tema dos estrangeiros (KOIFMAN, 2012). Esses decretos significavam a restrição de direitos desses imigrantes e seus descendentes, assim como, uma repressão destes indivíduos legalizada pelo Estado. O grande volume de decretos em um curto período indica a preocupação que o governo estadonovista tinha em relação aos imigrantes e como esse regime estabeleceu-os enquanto inimigos do Estado.

Nesse sentido, os imigrantes alemães, assim como os japoneses, foram os principais afetados pelos decretos. Ambos, representavam grupos sociais considerados resistentes à assimilação. Os alemães, que são o foco central dessa pesquisa, configuravam um grupo denso e coeso, vivendo em colônias, e mantendo tradições, culturas e idioma ainda vivos dentro de suas regiões, principalmente os que viviam nos estados do Sul do Brasil. Mesmo que as discussões sobre a assimilação destes imigrantes tivessem se iniciado antes da instauração do Estado Novo, a partir de 1937 ocorre um adensamento das pretensões das políticas nacionalistas, que pode ser visto inclusive no grande número de decretos que relacionam o tema do imigrante, o que representou para os alemães e seus descendentes um período turbulento para a existência étnica teuto-brasileira (PEREIRA, 2010).

Com o início da Segunda Guerra Mundial, 1939, as questões referentes a nacionalização dos estrangeiros e sua periculosidade para os projetos de construção de uma Nação, ganham outra amplitude. Com a Guerra, o Brasil busca afirmar uma postura de neutralidade diante do conflito. Se inicialmente a postura ideológica do Estado Novo induzia a uma aproximação com os países do Eixo, as pressões econômicas vindas dos Estados Unidos e o torpedeamento de navios brasileiros, pela marinha alemã, romperam a neutralidade do Brasil, e a pedido da própria população, Vargas declarou guerra ao Eixo, colocando toda a Nação em Estado de Guerra em agosto de 1942, e criando uma nova realidade social entre os imigrantes alemães e seus descendentes e a sociedade brasileira (RODRIGUES, 2017).



De perigo étnico à perigo ideológico e militar, os alemães passaram a ser mais controlados e fiscalizados pelos aparelhos repressores do Estado (PEREIRA, 2010). A situação gerada pela Guerra, legitimou as ações anteriores do governo, contra os imigrantes, e gerou na sociedade a necessidade de participar do processo de proteção do país contra as ameaças internas. Se até aqui o perigo dos “indesejáveis” era o risco que eles simbolizavam para os projetos de integridade nacional do governo Vargas, por causa da suposta “resistência à assimilação” desses grupos à sociedade brasileira, a partir de 1942 o perigo que os imigrantes vindos dos países do Eixo passam a representar foi uma ameaça enquanto “espiões”, também chamado de “Quinta-Coluna” pelos jornais e políticos da época, e auxiliares de seus países de origem no embate contra o Brasil.

A declaração de guerra representou um corte radical na vida de muitas pessoas que viviam aqui há muitos anos. Os idiomas destes países foram definitivamente proibidos de serem falados, e as pessoas passaram a ser “súditos do eixo”. A expressão “Quinta-Coluna”, que nomeava os espiões e sabotadores, era usada para humilhar os estrangeiros (LESSA, 2011) (RODRIGUES, 2017: 39).

Com a atribuição social e governamental dada ao imigrante enquanto inimigo de guerra da sociedade brasileira, houve uma transformação nas relações entre a sociedade e estes estrangeiros. A Segunda Guerra Mundial cria dentro da sociedade brasileira, a partir da veiculação de informações sobre a guerra, como também, a partir das restrições ao longo do período da guerra, um “front interno” capaz de gerar na sociedade o medo e a aversão ao externo que era a causa das mudanças sociais (PEREIRA, 2010). A partir dos jornais, é possível ver que o “front interno” causado pelo medo, pelas restrições de produtos e pela circulação de notícias contrárias aos imigrantes, fomentou dentro da realidade social dos sujeitos da época, uma transformação nas relações sociais, possibilitando as denúncias contra os imigrantes e seus descendentes, assim como, ações violentas contra o chamados “súditos do “Eixo” (RODRIGUES, 2017).

É nessa percepção que a presente pesquisa pretende analisar o Processo Crime contra o Pastor Luterano Viktor Schwaner e sua esposa Annelise Schwaner. O Processo, presente no Arquivo Público de Juiz de Fora, na caixa “Crimes contra a existência política da República”, possui 119 páginas e é catalogado com o número 4432, tendo sido autuado em 23 de julho de 1942. O Processo tem sua relevância de análise pela importância do Pastor Luterano dentro da

sociedade juiz-forana da época, e principalmente, dentro da chamada Colônia Alemã existente na cidade, nos atuais bairros São Pedro, Borboleta e parte do bairro Fábrica. Também, sua relevância se dá pelo período em que ocorreu, pela rápida execução dos interrogatórios e da sentença, e por demonstrar a ação da população em acordo com o discurso oficial do governo.

O Pastor Viktor Schwaner e sua esposa foram acusados em 12 de fevereiro de 1942 de fazerem propagando em favor do Partido Nacional Socialista Alemão. Com o pastor, inicialmente cinco pessoas foram convocadas para serem ouvidas na delegacia, quatro destes eram de nacionalidade alemã, e apenas um de nacionalidade brasileira. Nos depoimentos consta a informação da existência do Partido Nacional Socialista em Juiz de Fora, entre os anos de 1934 e 1937, que segundo Herman Zahn, testemunha, foi fechado pelo decreto do Governo Federal. Que durante sua existência, Herman Luipold, o Pastor Viktor Schwaner e ele, Herman Zahn, haviam sido presidentes do Partido. Também consta que havia uma orientação do partido de que filhos de alemães fossem à Alemanha aprender um ofício, financiados pela Frente do Trabalho alemã, e depois voltassem ao Brasil. Ele informa que de Juiz de Fora apenas um jovem foi enviado, filho de Alfredo Möller, Paulo Edmundo Möller, em 1937, estando ainda na Alemanha por causa do início da Segunda Guerra Mundial, que impediu seu retorno. Também, no mesmo depoimento, a testemunha menciona a Escola Alemã, vinculada a Igreja Luterana Alemã de Juiz de Fora, assim como, a Juventude Jungschar, organização vinculada a escola, para o ensino de Educação Física. Ele diz que ambas as Instituições foram fechadas a partir das medidas tomadas pelo Governo Brasileiro<sup>223</sup>.

O Partido Socialista Alemão, assim como outros partidos e Instituições Políticas não vinculadas ao Estado Novo, foram dissolvidos pelo Decreto-Lei nº 37, de 02 de dezembro de 1937. De uma forma específica, o Decreto-Lei nº 383, de 18 de abril de 1938, complementa o anterior ao proibir aos estrangeiros fixados no país o exercício de qualquer atividade política ou a participação, de forma direta ou não, em atividades públicas do Brasil. Ou seja, os imigrantes estavam excluídos da vida pública do país.

Mesmo com essa proibição, com o avançar da Guerra a acusação de que os imigrantes alemães eram adeptos ao nazismo, era frequente e largamente utilizada. Nas colônias, as denúncias principais vinculavam-se à participação de alemães “nazistas” em grupos secretos que conspiravam contra o regime estadonovista.

---

<sup>223</sup> PROCESSO 4432, p.7.

O nazismo está intimamente ligado ao discurso relativo aos alemães, já que mesmo aqueles que não eram partidários ou sequer simpatizavam com a doutrina nacional-socialista sofreram com a alcunha “nazista” e foram vítimas de perseguições durante o envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial, alterando significativamente o cotidiano desses imigrantes e da população brasileira. A ligação equivocada de todo alemão com o partido suscitou inúmeros desentendimentos e denúncias em delegacias de polícia e gerou situações adversas para a comunidade teuta estabelecida no Brasil. (PEREIRA, 2010: 58)

No entanto, podemos relativizar a presença do nazismo, entre os imigrantes alemães, e seus descendentes. Segundo René Gertz, principalmente após 1942, as denúncias e associações de alemães com o nazismo são constantes. A imprensa, segundo o historiador, teve grande influência no imaginário social, e influenciou na ideia de que os germânicos em sua maioria seriam nazistas. É claro, que existiam os que se interessavam pelo nazismo, no entanto, o autor chama a atenção de que eles não eram a maioria entre os alemães existentes no Brasil. Segundo ele, no Rio Grande do Sul tanto os policiais, quanto os partidários, aumentavam o número provável de envolvidos com o Partido Nazista, e as fontes utilizadas para afirmar esse elevado número, normalmente não se referiam a eventos oficiais do partido, mas sim, a eventos proporcionados pelo Governo brasileiro (GERTZ, 1991).

Pensando nisso, seguimos a análise do Processo 4432, cujo Pastor Luterano Viktor Schwaner e sua esposa foram acusados de propagandear folhetos nazistas. Seguindo as acusações, o depoimento de Walkirio Seixas de Faria, faz referência a um “*grupo de propagandistas nazistas exaltados e que o chefe desse grupo era o pastor luterano, que era ainda mais exaltado*” afirmando que o germanismo entre os alemães existia na preservação dos costumes e língua dos próprios alemães<sup>224</sup>. As acusações continuam solicitando outras testemunhas que tinham envolvimento com o Culto Luterano, Pedro Petermann, do bairro Borboleta, antiga Vila São Vicente de Paulo, e Eduardo Petermann, do bairro São Pedro, que ele chama de Colônia São Pedro. Além de haverem solicitado o depoimento do presidente do “Culto Evangélico Alemão”, Francisco Gustavo Faulhaber. Nesses depoimentos são mobilizadas fotos das igrejas do São Pedro e do Mariano Procópio, nas quais, nas fotografias referentes a igreja do Mariano Procópio, o Pastor Viktor se encontra no centro e bandeiras com a suástica estão estendidas no altar. No entanto, como é esclarecido pelo Pastor, as

---

<sup>224</sup> PROCESSO 4432, p. 18-19.

fotografias são antigas, sendo as da suástica, de 1934<sup>225</sup>. Os depoentes mencionados afirmam a não feitura de propaganda nazista nos cultos. Há também, como forma de acusação, anexado no processo um “Manual do Integralista, fascículo 1” e um folheto do Jornal “Mensageiro Lutherano”, de 1933, do sínodo Evangélico Lutherano, jornal contrário a união dos cristãos alemães às propostas de Hitler.

Todas essas “provas” são mobilizadas na acusação contra Pastor, ou seja, os materiais enquadrados como propaganda ao nazismo, as fotografias e o Jornal Mensageiro Lutherano, mesmo que as fotografias, por exemplo, fossem referentes a um período em que o Partido não era considerado ilegal. O crime praticado pelo pastor é enquadrado como um descumprimento do decreto-lei 383, de 1938, inciso 2º do art. 2. Seguem-se novas testemunhas e todas afirmam que o casal não fazia propagandas políticas nazistas, e que seguiam as determinações do governo. A audiência ocorre em 29 de agosto de 1942. A defesa argumenta não haver provas de que os acusados fizeram propaganda política e alega que a ligação da Igreja Luterana com a Alemanha não deveria ter importância visto que a Igreja Católica é ligada a Roma. No entanto, o Juiz condena ViktorSchwaner a 3 meses de prisão e ao pagamento de 7 contos e 500 mil réis, além de absolver Annelise Schwaner<sup>226</sup>.

No documento em que a sentença é proferida, há o reconhecimento de que os folhetos não são de propaganda política contrária ao regime vigente no país, mas, é dito que as ações do pastor indicam uma intromissão nas atividades públicas do Brasil, indo contra, portanto, ao art. 1º do decreto-lei 383. Além disso, há no documento a menção que a defesa faz de estar havendo uma perseguição contra o Pastor e sua esposa, que é desconsiderada pelo inquérito, como não sendo objeto do processo e escapando das possibilidades de exame “face do estado de emergência”<sup>227</sup>. O mandado de prisão do Pastor Viktor é espedido em 10 de outubro de 1942 e o alvará de soltura é efetivado em 24 de dezembro de 1942<sup>228</sup>.

## CONCLUSÃO

O processo escolhido tem sua relevância por possibilitar as amplas análises feitas durante a pesquisa. Entender que o nazismo foi uma ideologia mobilizada por um grande

---

<sup>225</sup> PROCESSO 4432, p. 74.

<sup>226</sup> PROCESSO 4432, p. 99.

<sup>227</sup> PROCESSO 4432, p. 100-102.

<sup>228</sup> PROCESSO 4432, p.111 e 116.

volume de denúncias nos possibilita relativizar a profundidade de sua verdade. A análise do Processo, no entanto, não dever ser conduzida a fim de entendermos ser o pastor Viktor Schwaner e sua esposanazistas ou não. Como tantas outras, a denúncia contra o Pastor e sua esposa também giraram em torno do nazismo. No entanto, a questão central seria perceber a apropriação da população comum às ideias difundidas pela imprensa e pelo governo que colocaram os alemães enquanto inimigos comuns da pátria brasileira.

Uma pessoa comum fez uma denúncia, a partir de um evento cotidiano e aparentemente sem periculosidade. O fato de um cidadão brasileiro ter a ação de se envolver com uma questão política da época, e atuar enquanto “fiscalizador” social, verificando se as pessoas, no caso, os estrangeiros, estariam andando de acordo com as medidas determinadas pelo Estado, demonstra o grau de envolvimento da sociedade brasileira com as medidas estadonovistas, principalmente, com as ações e argumentos enfatizados pelo governo contra os “indesejáveis” da nação.

Esse fator é uma evidência de como os vários anos de reformulações teóricas com relação aos imigrantes foram ganhando espaço dentro do imaginário popular. Com o Estado Novo e as determinações autoritárias proclamadas por esse governo, principalmente através de Decretos-leis contrários aos imigrantes, regulando e controlando suas vidas, sob a égide da necessidade da nacionalização e da criação de um “tipo brasileiro”, essas questões da assimilação e da negatividade do imigrante ganharam espaço social. A instauração da Segunda Guerra Mundial, e principalmente, a entrada do Brasil ao lado dos Aliados, portanto, contra o Eixo, acirraram os ânimos da população e legitimaram os argumentos do governo, seus decretos e as ações repressoras da polícia, levando a população brasileira a extremos contra esses imigrantes.

As ações evidenciadas no processo como a denúncia, a investigação, a busca na casa do Pastor e sua prisão, tudo de uma forma rápida, considerando que levou menos do que um ano para a conclusão e cumprimento da pena, mostram a visão que se tinha naquele momento do imigrante alemão. Neste caso, desconsiderando a importância social que o Pastor tinha, não só para os colonos, como também dentro da sociedade juiz-forana, sendo ele o representante maior da Igreja Luterana Alemã em Juiz de Fora. A partir de uma análise individual da situação do Pastor, buscou-se nessa pesquisa a visualização de uma conjuntura social, na qual, houve uma alteração política e ideológica do Estado que impactou fatalmente

a sociedade, modificando, inclusive, as relações de confiança pré-estabelecidas anteriormente ao contexto do Estado Novo.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

### **FONTES PRIMÁRIAS:**

PROCESSO 4432 - Processo Criminal contra o Pastor Luterano Viktor Schwaner e sua esposa Annelise Schwaner, 1942, 119 páginas.

### **BIBLIOGRAFIA:**

ARMOND, Vivian. Projeto de Lei que reconhece o Borboleta como “bairro alemão” é sancionado pelo Executivo. Diário Regional, 2018. Disponível em: <<https://diarioregionaldigital.com.br/2018/08/07/projeto-de-lei-que-reconhece-o-borboleta-como-bairro-alemao-e-sancionado-pelo-executivo/>> Acesso em 05 nov. 2019.

CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In FERREIRA, Jorge, DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CIMINO, Claudia Carvalho Gaspar. *História e Memória da Ferreira Guimarães em Juiz de Fora*. Juiz de Fora (MG): Funalfa, 2018.

COUTO, Rita de Cássia Lara. *São Pedro – o coração da colônia alemã de Juiz de Fora*. Juiz de Fora, Editar Editora Associada Ltda, 2018.

DREHER, Martin N. *Igreja e Germanidade*. São Leopoldo: Sinodal, 1984.

GERTZ, René E. *O perigo alemão*. Porto Alegre: Ed. Da Universidade. UFRGS, 1991.

KOIFMAN, Fábio. *O imigrante ideal. O ministério da Justiça e a entrada de estrangeiros no Brasil (1941-1945)*. Rio de Janeiro: Ed Civilização Brasileira, 2012.

MAESTRINI, Alexandre Müller Hill. *Franz Hill – Diário de um Imigrante Alemão*, Juiz de Fora: Editar Editora Associada Ltda, 2018.

PEREIRA, Márcio José. *Politizando o cotidiano: repressão aos alemães em Curitiba durante a Segunda Guerra Mundial*. 2010.

PEREIRA, Rodrigo; FERREIRA, Frederico Antonio. Estado, Luteranismo e Imigração no Brasil: para além da epopeia dos primeiros pastores alemães. *Fronteiras: Revista de História*, Dourados – MS, vol. 19, nº. 34, p.159-181, jul.-dez. 2017.

RODRIGUES, Luiz Antônio Belleti. *Perseguição a estrangeiros em Juiz de Fora durante o Estado Novo: autoritarismo e repressão no contexto da Segunda Guerra Mundial*. 2017.

SEYFERTH, Giralda. Construindo a Nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz/CCBB, 1996.

\_\_\_\_\_. *Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo*. In: REPENSANDO o Estado Novo. Org. Dulce Pandolfi. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

VIEIRA, Bernardo da Silva. A comunhão das artes e da natureza: as residências de Arthur Arcuri. Juiz de Fora (MG), Funalfa, Ed. UFJF, 2016.

## **Odilon Braga (UDN) e Plínio Salgado (PRP): um estudo das relações das direitas políticas no contexto das eleições de 1950**

Jordan Marcos Rocha<sup>229</sup>

**RESUMO:** Após visitas ao Arquivo Central da UFJF, tivemos acesso ao fundo Odilon Braga, no qual um documento, discurso proferido por Odilon Braga em uma convenção do PRP (Partido de Representação Popular), nos despertou uma inquietação: a aproximação entre Odilon Braga e o partido de Plínio Salgado, ambos figuras conhecidas da direita política brasileira, consistia em uma simples aliança política na busca da consolidação de uma candidatura de Braga a vice-presidência, ou mais que isso, uma semelhança ideológica que se fazia cada vez mais presente e em torno de ideais conservadores e autoritários, que faziam parte do ideário integralista? Esse artigo se destina a analisar o documento em questão e tentar resolver e aprofundar essa questão através de outros documentos do mesmo fundo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Odilon Braga, Plínio Salgado, UDN, PRP, Direita, Integralismo.

**ABSTRACT:** After visits to the UFJF Central Archive, we had access to the Odilon Braga fonds, in which a document, speech given by Odilon Braga at a PRP (People's Representation Party) convention, aroused a question: the rapprochement between Odilon Braga and the Plínio Salgado, both well-known figures of the Brazilian political right, consisted of a simple political alliance seeking to consolidate Braga's candidacy for vice-presidency, or more so, an ideological resemblance that was increasingly present around conservative and authoritarian ideals that were part of the integralist action? This article is intended to analyze the document in question and to attempt to address and deepen this issue through other documents localized in the same fonds.

**KEYWORDS:** Odilon Braga, Plínio Salgado, UDN, PRP, Right-wing, Brazil, Republic, Integralism.

### 1. Introdução:

---

<sup>229</sup> Graduado em licenciatura e graduando em bacharelado em História pela UFJF. E-mail: jordanmarcosrocha@gmail.com



Desde os últimos meses de 2018, temos realizado visitas ao Arquivo Central da UFJF e acessado o fundo Odilon Braga nele presente. Nosso plano inicial era investigar essa figura política brasileira, reconhecida como Ministro da Agricultura do Governo Constitucional de Vargas (1934-1937) e como Presidente da UDN (União Democrática Nacional). O objetivo inicialmente era o de verificar as posições políticas de Odilon e suas mudanças, que eram refletidas em projetos e contribuições, estudos e discursos disponíveis no fundo.

Contudo, na análise da pasta 115, intitulada “Discursos pronunciados por Odilon em diversas ocasiões”, encontramos um documento, definido pelo arquivista como “Discurso de Odilon Braga na Convenção do PRP”, em que Odilon faz discurso se referindo diretamente a figura de Plínio Salgado, salientando suas virtudes do “chefe” e de seu novo partido, agora em um contexto pós-Segunda Guerra Mundial, quando o ideário fascista que tanto inspirou Plínio e demais idealizadores do movimento Integralista havia sido derrotado por ideias políticas liberais, e também de esquerda. No início do discurso, Odilon rememora e agradece as saudações e solidarizações de integralistas no momento em que deixou o governo e o cargo de Ministro da Agricultura por convicções democráticas em 1937. Esse documento nos chamou atenção por revelar aproximações entre dois políticos que, embora dentro de um mesmo espectro político, tinham aparentemente grandes divergências iniciais em período político anterior ao da Segunda Guerra e Estado Novo. Nesse sentido, procuramos revelar aqui algumas divergências e aproximações que explicariam essa aliança para além da necessidade prática da formação de coligações, na qual Odilon precisaria estreitar laços para lançar-se em uma chapa forte como candidato a vice-presidente. Na investigação, também será possível refletir sobre as semelhanças que poderiam unir pensamentos liberais com pensamentos autoritários.

Para isso, continuamos a nossa investigação no fundo Odilon Braga, no qual selecionamos três pastas principais, sendo elas a pasta 115, “Discursos pronunciados por Odilon em diversas ocasiões”, a pasta 124, “Entrevistas de Odilon – Assuntos Econômicos”, e pasta 125, “Entrevistas de Odilon – Assunto Políticos”. Através dos documentos delas foi possível ter acesso a informações e trechos que revelassem ideias políticas de Odilon. Com relação a figura de Plínio Salgado e seu partido, o PRP, nossa investigação contou com ajuda de Gilberto Calil através de dois dos seus artigos. Tais textos nos fizeram refletir sobre as adaptações de Plínio Salgado ao novo contexto pós-Segunda Guerra Mundial. Nesse contexto,

o novo partido teve de se adaptar as novas condições as quais estava submetido, fazer alianças. Até porque Plínio havia perdido influência política após o fechamento da AIB (Ação Integralista Brasileira) pelo Estado Novo: seu movimento de massa, o maior do Brasil até então, havia se esfacelado. Uma reflexão importante a se fazer é que a repressão de Vargas aos integralistas fizeram esses sentirem a presença de um estado totalitário, do qual em parte advogaram, desde que estivessem em seu comando, assim tendo esses, de certa forma, experimentado o veneno de seus próprios ideais excludentes. O impacto dessa repressão ao ideário integralista é bastante subjetivo, embora constitua mais um interessante objeto a ser futuramente estudado.

Livro também importante para o entendimento das mudanças e táticas políticas que Plínio Salgado tivera em seu exílio em Portugal é o de Leandro Pereira Gonçalves, intitulado “O exílio de Plínio Salgado em Portugal” (2015), em que é possível perceber as influências que esse personagem político estava recebendo em sua estadia no Estado Novo português, onde se destacam a aproximação com a Igreja Católica, a obra “A Vida de Jesus” escrita por Plínio e sua aproximação das ideias de democracia cristã que marcarão as linhas do partido em foi presidente, o PRP.

## 2. Os posicionamentos de Odilon Braga:

Com base nos documentos dessas três pastas, podemos perceber que, após largar o cargo de Ministro da Agricultura em 1939, Odilon enfatiza que tal atitude de abandonar o ministério se deu por convicções democráticas. Conforme presente no livro guia do fundo, coordenado por José Eustáquio Romão (1979: 9), que utiliza os rascunhos “de traços autobiográficos (elaborado a propósito de uma solicitação dos editores de “quem é quem)””, este teria sido “o clímax de sua carreira como homem público”, no qual Odilon realizaria “o primeiro protesto, de grande repercussão, contra a ditadura de Vargas”, e sobre o qual anos mais tarde “frutificaria” no Manifesto dos Mineiros, do qual Odilon teve expressiva participação como signatário. Ainda conforme Romão (1979), sua carta renuncia teve muitas cópias mimeografadas, as quais foram inúmeras distribuídas entre amigos. Entre os documentos das pastas, como também em um discurso de Odilon Braga sobre a Assembleia Constituinte de 1946, percebemos análises jurídicas que avaliam negativamente a carta de 1937, em que se utilizando de considerações de Francisco Campos, já no pós-guerra, afirma que tal carta não passou de “documento histórico”, um “decreto de auto-organização de um governo de fato”.

Com relação a pasta 125, “Entrevistas de Odilon – Assunto Políticos”, encontramos outro documento, também um discurso, aparentemente de época mais remota, mas sem data aparente, em que Odilon, se dirigindo ao Partido Nacionalista, fundado por Benedito Valadares, retoma alguns ideais republicanos, assim como admite ser necessária a renovação simbólica da democracia, para mantê-la com a mesma força sugestiva do “primeiro ciclo histórico”. Importante é sua conclusão de que reações de força são ineficazes contra o comunismo e o integralismo:

São ineficazes contra movimentos do espírito as reações de força. O comunismo e o integralismo devem ser combatidos por um firme enérgico e sistemático trabalho de crítica destrutiva e de construção democrática

Durante o texto desse documento, Percebemos claramente o pensamento republicano de Odilon que via com preocupação o novo ciclo político da década de 1930 e, através de referências a Rousseau, Danton, Montesquieu e críticas ao totalitarismo, pedia a retomada de ideais de renovação social e de postulados fundamentais e simples, que “corporificam os símbolos de compreensão imediata e intuitiva”, propondo através dessas referências soluções nacionalistas ao país. Importante lembrar que já em contexto de Guerra Fria, quando o ideal democrático voltou a ser fortemente defendido por diversos setores sociais brasileiros, o PRP também propôs semelhante solução ao incorporar a valorização dos símbolos nacionais em sua política nacionalista.

Ainda na mesma pasta, com relação à união sindical de profissões, um dos instrumentos valorizados por concepções social-democratas, o posicionamento de Odilon não era tão favorável assim, se aproximando a um posicionamento anticomunista. Em um discurso no Club Rotary, também sem data aparente, Odilon diferencia a união presente no Club Rotary das demais uniões vistas em sociedade. Nesse sentido, explica que:

Semelhante à tolerância, a união nem sempre conduz à verdadeira fraternidade. A união de profissões sob forma sindical é um ato de defesa ou agressão, próprio do sistema de livre concorrência ou luta de classes. Diversa é, porém, a união rotária de profissões. É um ato genuína solidariedade, que objetiva indistinta e concomitantemente o bem individual e o bem comum.

No mesmo documento, critica o “ciclo da ciência de vocação materialista”, argumentando que até mesmo os cientistas descobriram que a “matéria não existe senão na aparência, uma vez que por derradeiro se resolve em energia e movimento”. E que, então, “nos limites da pesquisa atômica perceberam que os espíritos são reais”. Percebemos nesses trechos,

elaborados dentro de uma interpretação dos avanços da ciência, uma crítica ao materialismo, ainda que esse conceito seja amplo e usado contra tudo aquilo que não pressupõe uma espiritualidade ou metafísica. O mesmo ocorre no âmbito da recusa à união sindical, vista por ambos como expressões de uma visão materialista da sociedade.

Refletido em seu discurso, tais posicionamentos de Odilon são pontos de aproximação à doutrina integralista de Plínio Salgado. Em seus escritos, Salgado defende uma visão cristã contra o que seria o grande mal do século XX: as ideias comunistas e liberais, que se baseavam em visões materialistas da vida humana e sociedade. Ainda que essa visão de Plínio criticasse também o liberalismo, do qual Odilon faz inúmeras referências positivas, existe uma aproximação dos dois em considerar a religião cristã e sua espiritualidade fundamentais para a sociedade. No fundo de Odilon Braga, a pasta 12, intitulada “religião”, com 15 itens, nos passa a ideia de que a religião também era alvo de atenção das análises do udenista, assim como em grande parte de seus textos há referências a alguma ideia religiosa, norteadora de valores.

No campo econômico, Odilon Braga possuía uma visão diferenciada e complexa. Contribuía para isso o fato de ter sido advogado do Banco de Brasil e elaborado o projeto de criação da Caixa de Mobilização Bancária, como também Ministro da Agricultura (Romão, 1979). Especificamente na pasta 124, “Entrevistas de Odilon – Assuntos Econômicos”, e em uma entrevista a respeito do tema “nacionalismo” na pasta 125, “Entrevistas de Odilon – Assunto Políticos”, há análises econômicas detalhadas. Muitas pastas do arquivo também possuem documentos a respeito da extração petrolífera relacionados ao inquérito sobre o petróleo, do qual Odilon teve efetiva participação. Em alguns desses documentos, defendia políticas para a indústria de base, assim como as indústrias de extração, as quais não via o desenvolvimento sem a presença de investimentos estatais. Em uma entrevista ao jornal do Brasil sobre siderurgia, datada de 05 de junho de 1958, Odilon aborda as vantagens do minério brasileiro, a situação do comércio mundial, com a adoção de novas medidas e tecnologias de redução de minérios de baixa qualidade, que mesmo existindo não evitariam a concorrência do minério brasileiro. Há também uma explicação sobre os grupos de produção de minério de ferro, com destaque para a “United States Steel Corporation”, “International Steel Cartel” e “Vereinigte Stahl-Worke”. Segundo Odilon, a solução para a exportação do minério em grande escala estaria atrelada ao “plano concebido pela Itabira” com a importação

de carvão do exterior para a redução do frete marítimo, como também melhoria dos meios de transporte, destacando-se a construção de melhores linhas férreas e sistemas de carga e descarga de minério que tornariam a atividade com margens de lucro e preço de mercado sustentáveis no combate aos carteis no exterior. Tais melhorias deveriam ser realizadas, não só para viabilizar a exportação, mas para tornarem a produção no interior do Brasil menos custosa.

Em outros documentos da mesma pasta, Odilon também se refere a questão petrolífera e suas sondagens. Especialmente, em uma “entrevista sobre a conferência do General Horta Barbosa” (também sem data) é possível perceber alguns posicionamentos do ministro. Nesse documento, saltam aos olhos o modo como enxerga o papel que o Estado deve ter na extração petrolífera, sobre o qual sua comissão discordava de Horta Barbosa no “processo de chegar aos mesmos resultados”, mas defendendo, como o general, que o “Estado deve manter-se na propriedade das jazidas, dos oleodutos, das refinarias”, mesmo entendendo que o “Estado, no terreno econômico e em concorrência com a empresa privada, administra mal”. Odilon também se refere ao caso soviético, em que “o estado russo se sai menos mal porque os administradores, os técnicos e os operários que falham são punidos, e, em certos casos com a pena última”. Assim como discorre sobre as mudanças do mercado mundial que faziam os EUA dependentes da importação de petróleo e as possibilidades de exportar essa fonte energética, caso fossem desenvolvidos novos campos de extração que tornassem o Brasil autossuficiente. Mas que essa expansão para além da exploração de petróleo no nordeste brasileiro seria muito difícil através somente do capital nacional. Apesar das divergências, também diz ter respeito as teses do General Horta Barbosa, as quais “darão muito o que pensar aos que propunham a facilitar a participação de capitais e técnicos estrangeiros na pesquisa e exploração do nosso petróleo”. Também com relação ao general, Odilon também reconhece que será necessário contornar e “prevenir-se contra a ação perigosa dos trusts”. Como conclusão, Braga reconhece que onde há interesses de reciprocidade, então “ninguém pode ditar condições, pelo que estas haverão de ser o fruto de entendimentos de boa vontade, que componham, no interesse de ambas as partes, as exigências convergentes”. Mas somente, desde que os investimentos privados e estrangeiros obedeçam

[...]a duas condições irredutíveis: - à de absoluta garantia do abastecimento interno e da sua provável ampliação: à da imediata montagem de destilarias que o garantam desde já, que também sejam de propriedade do Estado, mas

construídas por empresas de economia mista ou por empresas controladas por acionistas brasileiros.

Em entrevista sobre “sociedades por ações”, e em especial sobre o “tema nacionalismo”, na pasta 125 (“Entrevistas de Odilon – Assuntos Políticos”), Odilon prossegue com seus posicionamentos econômicos. Nesse último documento, tece inicialmente críticas a pouca estabilidade da moeda brasileira, que na prática se tornava o café no mercado exterior, como também repudia o “desenvolvimento econômico por via plutocrática”, que seria aquele que concede aos homens de empresa

[...] o odioso privilégio da sociedade conseguida sem risco, a poder do crédito a favor, de crédito alimentado pela popança forçada [...] que são pagos em dólares arrancados da lavoura, em razão do confisco cambial.

Apesar de inicialmente parecer muito liberal nesse documento, Odilon depois dessas críticas iniciais, defende a linha nacionalista argumentando que “ninguém poderá defender “de boa fé, que o Brasil não se encontra em situação de impulsionar seu desenvolvimento apenas com base na iniciativa privada”, já que “os homens de empresa” teriam se habituado nos “negócios excepcionalmente lucrativos”, dessa forma não havendo interesse da iniciativa privada em investimentos que não ofereçam “grandes e rápidas acumulações de lucro”. Reconhece assim, que “a estrutura da economia brasileira assenta, de modo direto ou indireto, na ação do poder público”. Em seguida, realiza uma explicação sobre os setores em que o poder público havia atuando na economia brasileira, com foco nos serviços de eletricidade, que sempre dependeram do auxílio estatal para obter seu crescimento. Tais serviços, ainda segundo Odilon, já gigantes em tamanho, estavam agora acumulados em empresas estrangeiras que ameaçavam através da “sedução do conforto proporcionado pelos indispensáveis serviços e com o tremendo poderio que exercem sobre a imprensa e círculos oficiais”.

Já em resposta a uma última pergunta, conclui Odilon seu raciocínio dizendo que o nacionalismo era “uma ideia-força em expansão” e que a campanha contra o nacionalismo promovida pela grande imprensa e “maiorais da indústria e do comércio” era “contraproducente”. Essa campanha contra o nacionalismo indicava o acirramento da luta e prenuncio de que “o dinheiro iria ser empregado por toda a parte como fator decisivo” pela elite econômica, para a obtenção de maiorias na câmara. Mas que tal situação acabaria por ser transformada pelo poder das “formações populares, de massa e classe média”.

Através desses estudos e, principalmente, discursos analisados, podemos traçar genericamente as “redes de sociabilidade” (BERSTEIN, 2009: 36) de Odilon Braga, e que perpassam pela valorização de interesses de uma classe média organizada em torno de discursos mais tradicionais, conservadores. No discurso em que se dirige ao Partido Nacionalista, Odilon faz ampla referência aos símbolos republicanos, como o barrete frígio, além dos já citados revolucionários franceses, que nos revelam parte da “Cultura política” do personagem em questão e suas “redes de sociabilidade”, e que merece ser analisada com foco maior em artigos posteriores.

### 3. O discurso de Odilon Braga na convenção do PRP e as políticas de aliança desse partido:

Presente na pasta 115, “Discursos pronunciados por Odilon em diversas ocasiões”, o documento, intitulado pelo arquivista como “Discurso de Odilon na convenção do PRP”, tem sua importância ao materializar as relações de proximidade entre o ex-ministro e Plínio Salgado, agora novamente em terras brasileiras, depois de ter sido exilado em Portugal. Embora o documento não tenha expresso data clara, o contexto de candidatura de Odilon Braga a vice-presidente da República expressa no documento, assim como o apoio do PRP a sua candidatura, nos faz considerar que esse discurso de Odilon tenha ocorrido no âmbito de sua única candidatura a vice-presidente, ocorrida em 1950.

Logo de início, destaca-se no documento a maneira como Odilon agradece os integralistas que se solidarizaram com sua decisão de largar o ministério da agricultura por “convicções democráticas”. Percebemos que Odilon tentou, através de suas lembranças quanto à solidariedade dos integralistas, criar uma relação de proximidade com os ex-membros e simpatizantes do integralismo. Relação de proximidade problemática, na qual Odilon não deixa de dizer, ainda em primeira página, que tal movimento de solidariedade de alguns integralistas se dava no momento em que os integralistas estavam “certos de que o golpe de Estado não visava implantar no país uma simples ditadura do velho estilo latino-americano, mas um novo regime”, um novo regime em que:

poderiam ser, desde logo postas em execução muitas das soluções que, para as crises da ordem moral e política em que se debatia a Nação, o eminente sr. Plínio Salgado insistia em propor, embora como resultados finais de uma ação preparatória de largo fôlego e prazo indeterminado.

Em tal trecho, fica clara a alusão a proximidade de muitas soluções propostas por Plínio Salgado com as soluções autocráticas propostas pelo Estado Novo varguista. Mas tal similaridade com as ideias varguistas, ou mesmo com regimes autocráticos, captadas pelo ex-ministros não pareciam ser mais fortes do as afinidades, que estariam para além da simples “piedoso sentimento de solidariedade”. Pois, segundo Odilon, estas afinidades estariam nas percepções daqueles integralistas, que viam personificadas na figura do ministro resignatário:

[...] as qualidades morais que seu chefe timbrava em lhes infundir e que caracterizava o homem, leal a si mesmo e aos seus ideais políticos, íntegro no sentido de confirmar pelo gesto ou pela atitude pensamento falado ou escrito.

As divergências quanto “aos ângulos mentais diferentes” e as soluções propostas para o país, das quais Odilon cita o centralismo, a “desestima pelo regime federativo e pelas diferenciações políticas regionais” e a “frieza no culto às garantias individuais”, não impediriam a aliança política entre ambos políticos e o apoio do PRP a sua candidatura. Também não impediram os elogios de Odilon Braga a figura de Plínio Salgado, por longos trechos, em que se destaca o reconhecimento dos valores morais do ex-chefe integralista, assim como o espiritualismo presente no momento, como bem presente no trecho a seguir:

Há no vosso movimento uma límpida e fulgúrea chama de espiritualidade. Combateis o materialismo, sobretudo o chamado materialismo histórico, que não vê no homem a chispa que o ilumina e o conduz no seu retorno ao divino pleroma. Declarai-vos fieis a Deus. Empolga-vos a crença salutaríssima na sobrevivência da alma. E meditando assídua e profundamente nas palavras do Mestre dos Mestres, cuja vida inspirou ao Dr. Plínio Salgado um poema em prosa, acabastes convencidos de que não há regime que mais garanta a dignidade e o aperfeiçoamento da pessoa humana do que o democrático e que tanto mais eficaz será este quanto mais se ajuste aos ensinamentos do Evangelho.

Após elogios a figura de Plínio Salgado, Odilon Braga em parte considerável critica a maioria relativa do sistema eleitoral vigente, problema que mais tarde, já na eleição de Juscelino Kubitschek, causaria ruptura entre o PRP e a UDN. Então, com base nessa crítica, argumenta ser absurdo que cada partido tivesse seu candidato próprio, porque se tal situação ocorresse, “o que fosse eleito poderia recolher votação ainda mais minguada e inexpressiva”. Salientando essa condição, como conclusão de seu discurso, defende a candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes à presidência, enaltecendo suas virtudes democráticas e seu ato de



bravura na Revolta dos 18 do Forte de Copacabana, assim como agradece o gesto nobre do PRP em aceita-lo como candidato à vice-presidência da República.

Gilberto Calil, em artigo intitulado “A formação do partido de representação popular e a intervenção integralista na política brasileira (1945-1964)” nos ajuda a entender esse contexto de alianças na política brasileira. Em tal texto, Calil nos instiga a pensar na relevância do PRP em um contexto contraditório de democracia restrita, em que a historiografia hipervalorizou o manifesto dos mineiros, deixando de enfatizar a dinâmica autoritária e os outros projetos políticos antagônicos ao projeto democrático presente após a segunda guerra mundial e a pressão de movimentos antifascistas e populares. É nesse contexto que se consolida “uma articulação conservadora que uniu a oposição liberal-oligárquica a setores autoritários do exército”, numa tentativa de reter o avanço das pautas populares. Ainda segundo Calil, o governo do General Eurico Gaspar Dutra, considerado uma exceção reacionária dentro de um contexto populista, é que tivera a influência decisiva na formulação da Constituição de 1946 e sua legislação complementar, em parte restritiva com o fechamento do Partido Comunista e da CGTB.

Nesse contexto conturbado, Gilberto Calil foca seus estudos sobre a formação e participação do PRP na vida política brasileira. Nesse processo, considerado de rearticulação do integralismo, a história da AIB fora reescrita, com o esquecimento e omissão de documentos de ideário fascista e não democrático. Junto a tal processo, o PRP também modificava a identidade do movimento, agora ligado ao conceito de democracia cristã, que permitia conservar o nacionalismo, o espiritualismo e o anticomunismo e a centralização de poder que davam vida a antiga AIB. Procurando se integrar na vida política brasileira, a estratégia inicial do partido em seus primeiros cinco anos (1945-1950) p.40 era a de promover alianças para garantir a “obtenção e preservação de seu registro partidário” e a “inserção harmônica no espaço político brasileiro”.

Dentro dessa estratégia, ponto singular do PRP com relação a antiga AIB era seu nacionalismo, agora desvinculado, segundo Calil, da dimensão econômica. Diferente de antes, quando se rejeitava as “correntes internacionalizantes” e a presença do capital estrangeiro, agora esse nacionalismo se restringia a valorização dos “símbolos pátrios”. Esse ponto singular, em nossa visão, facilitou uma aproximação inicial entre os ideários da UDN e o PRP dentro da nova estratégia de alianças, refletida no apoio desse último a candidatura a vice-presidente de Odilon Braga. Tal novo posicionamento, junto com o ideário anticomunista e

espiritualista, comuns aos espectros da direita política, tornaram compatível e desejável a aliança inicial.

Porém, não podemos nos esquecer das divergências políticas, também fortemente marcantes entre os dois partidos, e em especial, os dois atores políticos. Em seu discurso, Odilon não deixa de valorizar o ideário do federalismo dos direitos individuais, com os quais critica a frieza de Plínio e seu partido:

O vosso guia, homem de mentalidade poderosa e culta, tende, por irresistível vocação, a conduzir-se e a conduzir-vos obedecendo, de preferência, à linha ideológica de que, no Império, resultou a centralização política e administrativa e sobretudo o fortalecimento da autoridade. [...] Daí a vossa desestima pelo regime federativo e pelas diferenciações políticas regionais, vossa frieza no culto às garantias dos direitos individuais. Possuído de mesma sinceridade com que vos mostreis descrentes das virtudes do regime federativo, de proteção constitucional dos direitos individuais e da universalização do sufrágio, persisto em defende-las e propaga-las.

Ao mesmo tempo, em posicionamentos presentes na entrevista sobre o nacionalismo (da qual abordamos no capítulo anterior), Odilon ao criticar grandes conglomerados econômicos também parece querer se diferenciar das elites econômicas centralizadas, dependentes de financiamento governamental e monopólios para manter suas margens de lucro. Resta saber se o PRP também tinha visão parecida a essa em seus possíveis posicionamentos econômicos. De qualquer forma, Odilon e Plínio Salgado são distantes da tradição do trabalhismo brasileiro com a qual a esquerda, representada principalmente pelo PTB, tinha grandes relações. Tal distanciamento, porém, nem mesmo impediu, conforme mesmo cita Calil, que diante de um futuro racha político ocorrido com a UDN em 1958, o PRP apoiasse a candidatura de Leonel Brizola para o governo do Rio Grande do Sul, numa reorganização de alianças daquele estado federativo.

Então, pensamos também ser necessário considerar a aliança entre ambos políticos como algo intrínseco a dinâmica das relações políticas desse contexto político, em que como Odilon critica em seu discurso, contava com eleições de maioria relativa. Tal condição tornava inconveniente a partidos de um mesmo espectro político reforçar as suas diferenças de posicionamento, embora elas fossem muito presentes, sob pena de ter o espectro oposto como governista.

#### 4. Conclusão:

Observamos, através de entrevistas e posicionamentos políticos e econômicos, que Odilon Braga defendia diversos pontos comuns ao do espectro da direita política do contexto de Guerra Fria. Tais pontos consistiam principalmente em uma visão crítica do governo Vargas e do trabalhismo e na defesa do liberalismo, do espiritualismo e do anticomunismo. Por outro lado, a “rearticulação do integralismo” ocorrida através do PRP procurou adaptar o ideário do antigo movimento ao novo momento político, em que posições políticas fortemente antiliberais não eram bem-vindas na direita política brasileira e mundial, pois iam de encontro à ideologia do novo país referencial no combate ao comunismo, os EUA.

Desse modo, ainda que divergências fossem vistas entre Odilon Braga e Plínio Salgado, principalmente relacionadas a frieza do passado da AIB na garantia aos direitos individuais e na defesa de um nacionalismo econômico pouco liberal, essas não impediram a união entre ambos, cujos ideários já nesse contexto eram mais similares e permitiram, com a pressão das forças políticas e condições do contexto, em que se destaca a eleição de maioria relativa, o apoio político de Plínio e seu partido à candidatura de Odilon Braga em 1950.

Por fim, constatamos também a riqueza do fundo Odilon Braga para o entendimento de parte importante da História Política brasileira e as oposições ao governo de Vargas e as ideias trabalhistas no Brasil. Um estudo aprofundado desse personagem e suas “redes de sociabilidade”, através dos demais discursos, convites e cartas presentes no fundo, pode resultar em bons artigos futuros.

## REFERÊNCIAS

BACAS, Lucas Maia Felipe. Os liberais e as oposições na Era Vargas. Trabalho de Conclusão de Curso em História pela UNB, Brasília, 2013. 42 f. Disponível em: <[http://bdm.unb.br/bitstream/10483/6745/1/2013\\_LucasMaiaFelippeBacas.pdf](http://bdm.unb.br/bitstream/10483/6745/1/2013_LucasMaiaFelippeBacas.pdf)>. Acesso em 23 de out. 2019.

BERSTEIN, Serge. Culturas políticas e historiografia. In: AZEVEDO, Cecília; ROOLEMBERG, Denise; KNAUSS, Paulo; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; QUADRAT, Samantha Viz. *Cultura Política, Memória e Historiografia*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2009, p. 29-46.

CALIL, Gilberto. A formação do Partido de Representação Popular e a intervenção integralista na política brasileira. In: DOTTA, Renato Alencar; POSSAS, Lídia Maria Vianna; CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro (orgs.). *Integralismo: novos estudos e reinterpretações*. Rio Claro: Arquivo Público do Município de Rio Claro, 2004, p. 33.

GONÇALVES, Leandro Pereira. O exílio de Plínio Salgado em Portugal: a Vida de Jesus e a composição do apostolado político. *Projeto História*, v.52, p.140 – 177, 2015.

ROMÃO, J. E. (coord.). Arquivo “Odilon Braga”. Juiz de Fora: Imprensa Universitária, 1979, p. 100.

TRINDADE, Héglio. O universo ideológico do integralismo. In: TRINDADE, Héglio. *A tentação fascista no Brasil: imaginário de dirigentes e militantes integralistas*. Porto Alegre. Editora da UFRGS, 2016, p. 59 – 102.

Anais da XXXV Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Usos públicos da História e a construção da memória popular: Disputa, narrativa e resistência em tempos sombrios. Gabrielle Barra Tarocco; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2019. 617 p.

# TRAJETÓRIA DO INTEGRALISMO E RAIMUNDO PADILHA: UMA ANÁLISE HISTÓRICA DE SUAS RELAÇÕES

Marcelo Luiz Guimarães Pereira<sup>230</sup>

**RESUMO:** Raimundo Padilha, como observamos neste breve ensaio, foi demasiadamente importante para que o integralismo tivesse prosseguimento em um contexto de pós-guerra com seu chefe exilado e, conseqüentemente, impossibilitado de fazer suas movimentações políticas e contatos com os demais integralistas. Por isso, o trabalho tem como objetivo fazer uma retrospectiva geral do integralismo focalizando no PRP (1945-1965) e expor a relação de amizade e proximidade que tinha Plínio Salgado e Raimundo Padilha.

**PALVRAS-CHAVE:** Plínio Salgado. Raimundo Padilha. Integralismo. PRP.

**ABSTRACT;** Raimundo Padilha, as we noted in this brief essay, was too important for integralism to continue in a postwar context with its exiled leader and, consequently, unable to make its political movements and contacts with the other integralists. Therefore, the paper aims to make a general retrospective of integralism focusing on the PRP (1945-1965) and expose the relationship of friendship and proximity between Plínio Salgado and Raimundo.

**KEYWORDS:** Plínio Salgado. Raimundo Padilha. Integralism. PRP.

A Ação Integralista Brasileira, síntese do pensamento do seu líder Plínio Salgado, foi um movimento político lançado no dia 7 de outubro de 1932 com o “Manifesto de Outubro”. É considerado por muitos estudiosos como um dos maiores movimentos fascistas fora da Europa. A AIB chegou a mobilizar mais de duzentos mil militantes (apesar desse número ser incerto) e, contrariando muitos de seus ideais, acaba se tornando partido político em 1935.

---

<sup>230</sup> Marcelo Luiz Guimarães Pereira é graduando do curso de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: marcelo-luiz26@outlook.com

Durante toda sua existência, este foi um movimento inspirado no fascismo italiano, eram detentores de uma concepção espiritualista da existência, de um pensamento cristão, eram fortemente nacionalistas, defendiam a unidade da pátria, a coordenação das forças econômicas e a justiça social cristã. Algumas outras características que se assemelham ao fascismo europeu: doutrinas nacionalistas, já mencionadas anteriormente, políticas autoritárias (representadas até no próprio Manifesto de Outubro), o anticomunismo, antiliberalismo, o uso da simbologia, como por exemplo: o uso do sigma como o símbolo que representa o movimento, as marchas, a questão da moda, o culto ao chefe (seu líder era constantemente chamado de “Chefe Nacional” e era incontestável).

Com o passar dos anos, os Integralistas percebem que a única maneira de conseguir chegar ao poder, seria pela via democrática. Após se tornarem um partido político em 1935, Plínio Salgado deseja se candidatar à presidência da república nas eleições de 1938, sendo assim, as propagandas dos jornais integralistas passaram a girar em torno de sua campanha à presidência.

Já em 1937, após o surgimento do suspeito plano Cohen, Getúlio Vargas realiza o golpe do Estado Novo. Para conseguir o apoio de Plínio e os demais integralistas, o presidente promete ao chefe do movimento um Ministério caso a AIB o apoie. Por conseguinte, em 1938 Vargas reprime a constituição de 1934, as eleições de 1938 são canceladas e os partidos políticos foram extintos, incluindo a própria AIB.

Como consequência do fechamento do partido dos integralistas, em 11 de maio de 1938 surge o levante conhecido como Intentona Integralista, que objetivava a deposição do presidente da República, porém, foi rapidamente reprimida pelas forças de Vargas. Após o levante, os integralistas começaram a serem perseguidos e presos. Boa parte de sua documentação foi queimada e perdida durante o processo. Toda essa situação resultou na prisão e no exílio de Plínio Salgado em julho de 1939.

Plínio passa todo o período do exílio em Portugal, foi um momento de extrema religiosidade. Não obstante, a publicação de sua principal obra “A Vida de Jesus” foi durante esse tempo em que ficou exilado. Salgado não deixou de se comunicar com os integralistas no Brasil, não apenas isso, mesmo exilado tenta estabelecer alguns acordos com Vargas, todos eles sem sucesso. Um dos principais integralistas que trocava cartas era Raimundo Padilha.

Uma das atitudes que ratifica a aproximação dos dois integralistas são as atuações de Padilha ao libertar alguns integralistas que foram presos durante o Estado Novo. Essas ações acabam por impressionar Plínio. Algumas cartas trocadas entre essas duas figuras legitimavam essas afirmações acima.

Mas, o que mais me satisfaz, recebendo sua carta, foi verificar que, após tão longos meses de prisão, precedidos de todo o dismantelo de sua vida particular, da desorganização de sua família, do sofrimento de sua heroica esposa e de seus numerosos filhinhos, das angustias de sua mãe e irmãos, depois de absoluta carência de notícias de minha parte, sem nenhuma orientação ou informe acerca do que eu poderia estar pensando, você comparece, por intermédio de sua carta, à minha presença, como um companheiro impecável, um amigo leal, um interpretador exato do que se passa em meu espírito nestes dias.<sup>231</sup>

Há algumas cartas que ressaltam alguns aspectos importantes na vida dessas duas figuras. Uma delas foi escrita ainda no ano de 1938. Neste documento, Salgado dialoga com Padilha fazendo uma série de elogios a sua pessoa:

Quando a V., posso dizer que nunca se afastou do cumprimento do dever. [...] É realmente notável a nossa comunhão de ideias e sentimentos e eu verificando esse facto, tenho a impressão de que V. é a intelligencia, a sensibilidade e a estrutura moral e política que mais se aproxima de mim.<sup>232</sup>

Uma segunda carta é escrita alguns anos depois, em 8 agosto de 1941. Plínio, já no exílio incentiva Padilha a ser seu substituto na liderança integralista, e também, a dar apoio ao governo de Getúlio Vargas: “Foi no período que medeu entre o Manifesto de Maio e minha segunda prisão e exílio, que eu entreguei a você a tarifa que eu principiára<sup>233</sup>”. Ao decorrer do diálogo, Salgado demonstra como o discurso de Vargas é baseado nos princípios integralistas. Há também, assim como na primeira carta por nós analisada, uma série de elogios a figura de Padilha. “Tranquilei-me a sua carta-relatório, através da qual verifico a perfeita ordem

---

<sup>231</sup> (SALGADO, 1938)

<sup>232</sup> Ibid.

<sup>233</sup> (SALGADO, 1941)

espiritual, moral, social e política em toda a grande família que lhe confiei. [...] Felicito-o, pelo que tem feito, e agradeço-lhe os sacrifícios<sup>234</sup>”.

Após essa demonstração da proximidade entre os integralistas, percebemos que Padilha coloca-se a disposição de Plínio. Assim, o antigo líder exilado determina que Raimundo agora vai dar prosseguimento a movimentação do integralismo no Brasil, ou seja, seria o novo representante de Plínio no país. Essa decisão acaba gerando uma série de conflitos entre o próprio Padilha, Miguel Reale e Gustavo Barroso que, na década de 30, eram grandes integralistas.

Esses novos conflitos que surgiram no começo da década de 1940 resultam em uma tensão entre Raimundo Padilha e Gustavo Barroso e o afastamento de Miguel Reale, que foi uma grande perda para os integralistas. Plínio fica em Portugal até 1946, um ano após o fim do Estado Novo. Apesar de estar ausente todos esses anos, ele tenta fazer uma reorganização dos integralistas através do próprio Raimundo Padilha.

Em abril de 1945, todos os adversários do Estado novo foram anistiados. Plínio Salgado preferiu, contudo, não voltar ao país, limitando-se a escrever uma carta ao integralista Raimundo Padilha com instruções para que este reorganizasse o antigo movimento sob forma de partido, de acordo com as normas da nova legislação eleitoral. (LEAL, 2019: 1)

A partir dessa nova proposta de Salgado, surge o PRP (Partido de Representação Popular), que atuou durante todo o período populista e têm suas ações encerradas com o surgimento do Ato institucional número 2.

O PRP tentou reagrupar os antigos integralistas que acabaram se dispersando após 1938, porém, não consegue mobilizá-los por completo. Além disso, foram adotadas novas estratégias para que os integralistas lá presentes, conseguissem realizar seus objetivos. A partir dessa nova abordagem do cenário político do partido, podemos perceber o surgimento de uma série de alianças com quase todas as forças políticas da época, desde a UDN até o PTB.

---

<sup>234</sup> Ibid.

Dos partidos nos quais não foram estabelecidas alianças, como por exemplo o PCB, foi por conta das opções ideológicas opostas dos dois grupos. Assim, pode-se notar a permanência do anticomunismo como uma das características marcantes dessa nova organização dos integralistas.

O Partido de Representação Popular, a princípio, opta por esconder suas origens integralistas/fascistas, até porque, no período do pós-guerra, o fascismo se torna uma doutrina derrotada e ultrapassada. O integralismo ainda é “malvisto” por conta do levante em 1938.

Nas eleições de 1944 não há representantes do PRP, entretanto, os mesmos deram apoio à candidatura do general Eurico Gaspar Dutra. Salgado, com a mesma estratégia que utilizou com Vargas, apoia Dutra na esperança de obter algum cargo de importância dentro do governo. Plínio acaba não sendo nomeado. Por outro lado, em setembro de 1946, assume oficialmente a presidência do PRP.

Já nas eleições de 1947, foram eleitos 15 deputados estaduais pelo PRP. Ainda no governo de Dutra, ocorre uma das ondas anticomunistas. A mesma resulta no fechamento do PCB e, por conta disso, muitas acharam que o PRP deveria ter o mesmo destino por conta de suas aproximações com a ideologia fascista, característica que não foi facilmente apagada.

Para tentar mudar a opinião da população acerca de suas características fascistas, o PRP desenvolve sua política de alianças, como já foi mencionado anteriormente. Através dessas alianças, o PRP pretendia deixar de ser identificado como partido nazifascista ou extremista.

Nas eleições que iriam eleger o presidente sucessor de Dutra, Getúlio Vargas retornava ao cenário político e acaba sendo eleito de maneira democrática. O novo presidente e Salgado estabelecem um acordo garantindo o apoio discreto do PRP à sua gestão. Desta forma, o PRP consegue duas vagas na Câmara Federal.

Nos debates acerca da sucessão presidencial após a morte de Getúlio, Plínio lança sua candidatura à presidência. Os candidatos da eleição de 1955 eram Juscelino Kubitschek, Juarez Távora, Ademar de Barros e Plínio Salgado. Alguns votos do segundo colocado (Juarez Távora, candidato pela UDN) foram transferidos para o Plínio, totalizando 8% dos votos para o candidato do PRP. À vista disso, percebe-se que a candidatura de Salgado acaba por ajudar JK a tomar a liderança naquelas eleições, e acaba levando-o a vitória.



O cenário político de 1955 e a vitória de JK em cima de Juarez Távora, acaba trazendo um ódio muito grande da UDN para com Salgado, e também, grande gratificação do presidente eleito. Nas eleições seguintes, o PRP vai eleger alguns deputados federais. Na véspera das eleições de 1962, Salgado retoma alguns princípios “afirmando que seu partido continuava a ser regido pela mesma doutrina que havia orientado a atuação da AIB”.

Pesquisas sobre a crise dos anos 60 que resultaram no golpe militar, demonstram que os integralistas fazem parte do grupo que desestabilizou o governo de Jango. Entretanto, um pouco antes disso, houve publicações no principal jornal do partido “A Marcha” que teciam uma série de elogios a figura do candidato à vice-presidência da república. Esse fato muda em 61 por conta da crise referente à renúncia de Jânio, mencionada logo acima.

Observa-se que os integralistas foram propositores da proposta do parlamentarismo. Apoiam a decisão para cortar os poderes de Jango. Com isso, a colaboração dos integralistas contribui para a radicalização da crise política. Isso resultou em campanhas constantes contra o governo de João Goulart.

Já em 64, apoio total aos militares. O PRP acaba sendo extinto um ano após o golpe militar, em 1965, com o surgimento do Ato Institucional número 2. Posteriormente, os integrantes do PRP vão acabar se movendo para a ARENA.

O economista e político integralista brasileiro Raimundo Padilha, no qual já foi mencionado logo acima, além de atuar pela ARENA, se torna governador do Rio de Janeiro. As movimentações do PRP muitas vezes são descartadas por serem consideradas secundárias, isso leva o partido a ser pouco citado nas grandes pesquisas.

O PRP teve uma intervenção relevante no processo que conduziu ao golpe civil-militar de 1º de abril de 1964, ainda que esta seja praticamente desconsiderada pela historiografia. Esta intervenção se efetivou tanto através das manifestações públicas do partido nos meses que antecederam o golpe, utilizando-se de manifestos, notas públicas e discursos parlamentares, quanto pela articulação concreta de lideranças integralistas com outros grupos golpistas, sempre tendo como tônica principal o anticomunismo. (CALIL, 2005: 63)

Seguindo para a década de 70, com a morte de Plínio em 1975, houve uma grande dispersão dos integralistas. Isso ocorre pelo fato de o movimento ser uma síntese das ideias de Salgado, e quando seu líder morre, não há nenhuma figura que seja capaz de substituí-lo. Com essa dispersão, há um surgimento de vários grupos que fazem uma tentativa de retomada dos princípios integralistas. Alguns desses grupos são nomeados de: FIB, MIL-B, AIR (Já extinto).

Esse trabalho tem como objetivo fazer uma retrospectiva geral do integralismo focalizando no PRP (1945-1965) e expor a relação de amizade e proximidade que tinha Plínio Salgado e Raimundo Padilha. Este segundo, como observamos neste breve ensaio, foi demasiadamente importante para que o integralismo tivesse prosseguimento em um contexto de pós-guerra com seu chefe exilado e, conseqüentemente, impossibilitado de fazer suas movimentações políticas e contatos com os demais integralistas.

## FONTES

SALGADO, Plínio. **Carta de Plínio salgado a Raimundo Padilha em 10/12/1938**. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/GV/textual/carta-de-plinio-salgado-a-raimundo-padilha-elogiando-suas-atividades-e-comentando-sua-impossibilidade-em-evitar-o-golpe-de-maio-que-qualifica-de-a>>. Acesso em: 05 out. 2019.

\_\_\_\_\_. **Carta de Plínio salgado a Raimundo Padilha em 08/09/1941**. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/GV/textual/carta-de-plinio-salgado-a-raimundo-padilha-interceptada-pela-censura-incentivando-o-como-seu-substituto-na-lideranca-do-movimento-integralista-a-c>>. Acesso em: 05 out. 2019.

## REFERÊNCIAS

CALIL, Gilberto Grassi. Os integralistas e o golpe militar de 1964. **Revista História & Luta de Classes**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 55-76, 2005.

**O INTEGRALISMO e o Partido de Representação Popular**. Produção de Renato Alencar Dotta. São Paulo, 2018. (24 min.), color. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=zW2syGP2-OM>>. Acesso em: 05 out. 2019.

OLIVEIRA, Alexandre Luís de. **Do integralismo ao udenismo: a trajetória política de Raymundo Padilha**. 2014. 133 f. Dissertação (Mestrado em História) — Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora.

LEAL, Carlos Eduardo. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **PARTIDO DE REPRESENTAÇÃO POPULAR (PRP)**. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-de-representacao-popular-prp>>. Acesso em: 05 out. 2019.

# UMA ANÁLISE SOBRE A IMPORTÂNCIA DOS RITUAIS INTEGRALISTAS NA CONSOLIDAÇÃO DE PERTENCIMENTO AO MOVIMENTO.

Marco Antônio Campos e Souza<sup>235</sup>

## 1 RESUMO

Nesse artigo, buscarei analisar a importância dos rituais, protocolos e destaques praticados na Ação Integralista Brasileira (AIB). Nessa ótica, será analisado como o prestígio, tão rigorosamente instituído pelo movimento, era um motor social que instigava a participação, principalmente de uma classe média brasileira da década de 1930, nas milícias integralistas. Também será objeto de estudo como os elementos constituintes, como uniformes, bandeiras, métodos de agir e se portar em eventos e até na vida cotidiana fundaram um sentimento de pertencimento, que reforçava o ciclo de atração para novos membros.

**PALAVRAS-CHAVE:** Integralismo; Protocolos; Rituais; AIB.

## 2 INTRODUÇÃO:

A Ação Integralista Brasileira (AIB), fundada na década de 1930 por Plínio Salgado, é considerada pela historiografia como o primeiro movimento de massas do Brasil. Seu caráter conservador de extrema direita levou mais de um milhão de pessoas<sup>236</sup> a compactuarem com seus ideais, norteados por um forte sentimento nacionalista.

Seu rápido crescimento permitiu inúmeras ações, que reforçavam a doutrina integralista, como a criação de escolas, hospitais e grupos jovens e de mulheres, paralelos ao funcionamento do movimento. As ações foram tão expressivas que inclusive fundaram, em 1935, um partido político, pelo qual vereadores e prefeitos foram eleitos e ocuparam os espaços públicos com sua ideologia.

---

<sup>235</sup> Licenciando em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: marcoantoniosouza99@gmail.com

<sup>236</sup> Esse número baseia-se nos documentos próprios do movimento. Outras fontes, inclusive cartas pessoais do próprio Plínio Salgado, apontam um número bem reduzido de integrantes.

Em torno dessa grande estrutura o Integralismo floresceu, propiciando um impacto social considerável, através da promoção de incontáveis reuniões, congressos, passeatas, seminários e eventos que tornaram alavancaram sua popularidade. Para se gerir, o movimento contava com uma complexa estrutura de liderança, subordinada ao Chefe Nacional, mas repartindo o prestígio entre outros membros.

Além disso, inúmeros pesquisadores debruçam-se sobre as mais variados aspectos ritualísticos do movimento, que garantia aos integralistas um sentimento de pertencimento, bem como criava espaços de poder e influência às camadas elevadas da sociedade.

Neste estudo, dirigirei o olhar para os “Protocollos e Rituaes”, uma série de regulamentações que regiam todos os aspectos do movimento e de seus militantes. Publicado em 1937 e regulamentada na 18ª edição do monitor integralista os Protocolos integralistas, elaborados pelo Chefe Plínio, serviam tanto como uniformização dos padrões de um grupo em ascensão, mas também impunha um “modo de vida integral”, envolvendo os participantes em uma mística restrita, exclusiva aos membros, que permutavam a sociedade com um fator de destaque e importância. Nesse sentido, é primordial entender como se formavam os protocolos e rituais, que refletiam a própria dinâmica do movimento e o imaginário de seus apoiadores.

### **3 DESENVOLVIMENTO**

Nos primeiros dois capítulos dos “Protocollos e Rituaes Plínio Salgado traça os objetivos gerais de sua publicação, que tinha por fim:

Art. 1.º - [...] codificar os dispositivos geraes e mais importantes de seus Regulamentos e estabelecer normas, formulas e usos que regulem os actos públicos e os cerimoniaes integralistas e bem assim fixar honras, regalias, direitos e deveres relativos a todas as autoridades do Sigma. (SALGADO, P. **Protocollos e Rituaes**. 1937, p. 3)

Dessa forma, o Chefe Nacional deixava clara sua intenção de padronizar e distinguir as ações integralistas que garantissem a formação de uma identidade comum ao grupo. Além disso, a própria função do Chefe Supremo, que seria eternamente Plínio Salgado, é reforçada como intangível e inquestionável, que comanda as fileiras do Sigma plenamente, auxiliado

pelos diversos cargos descritos, que estavam hierarquizados verticalmente, diminuindo sua importância a medida que se afastavam da posição do Chefe.

No capítulo seguinte, Salgado trabalhara os símbolos integralistas, seus distintivos e uniformes, exacerbadamente detalhados, permitindo a exata reprodução em todos os núcleos por seus membros, bem como destacar o lugar dos símbolos integralistas ao lado dos símbolos nacionais, reforçando sua corrente patriótica.

Após, Plínio apresenta os “Hymnos e Canções”, um capítulo inteiramente dedicado as formalidades necessárias para a execução dos hinos nacional e integralista, bem como regulamentar e garantir a disseminação das canções que exaltam a pátria e a ideologia do sigma.

Na próxima parte, o autor regulamente as saudações e os sinais de respeito, descrevendo o gesto integralista, feito com o braço direito, o “anauê”, as formas corretas de uso e as situações em que deve ser utilizado, bem como as saudações devidas às autoridades, onde destaco:

Art. 73 – Na saudação colectiva tem direito:

I – A 3 *Anauês*:

O Chefe Nacional ou seu representante por ele previamente designado;

II – A 2 *Anauês*:

Membros do Supremo Conselho Integralista

Membros da Câmara dos Quarenta;

Secretario Nacionaes e Assistente;

Archi-Provinceaes e

Chefes Provinciaes

III – A 1 *Anauê*, nas suas Provincias:

Secretarios Provinviaes;

Governadores de Região;

Chefes Municipaes e

Chefes Districtaes. (SALGADO, P. **Protocollos e Rituaes**. 1937, p. 21-22)

Em seguida, trata-se das sedes Integralistas, divididas pelos Estados da Federação, denominada província, nos departamentos internacionais e nos núcleos espalhados pelas cidades. Além de detalhar as funções das repartições também regulamenta a estrutura física esperada e os adornos visíveis que devem ser colocados nas fachadas. Há nesse ponto um cuidado expressivo com a propagação da memória e doutrina integralista, atribuindo às sedes

o dever de abrigar uma biblioteca, grupos de estudos e museus, para lembrar os Mártires do Integralismo e os principais símbolos, documentos e acontecimentos do movimento. Também ocupava as sedes de seu dever cívico, baseadas na propagação da doutrina, através da criação de escolas e postos médicos de amplo acesso à população.

Na continuidade, Plínio regula as Sessões e Reuniões integralistas, desde a natureza dos encontros até as posições que as autoridades devem ocupar na mesa, organizadas pela hierarquia. Há também um ritual a ser seguido para que se inicie e encerre os encontros, bem como regulem alguns aspectos importantes. Igualmente, também regulamenta os encontros das “Cortes do Sigma”, e atesta seu papel de liderança subordinada ao chefe.

Ainda nos ritos, o capítulo seguinte traça como proceder com as cerimônias especiais, como inscrições de novos membros, juramentos, exclusões, batizados, casamentos e falecimentos, regulamentando elementos tradicionalmente civis, mas que ganham o tom integralista em sua execução. Da mesma forma, as Datas e Festas Integralistas compõem um capítulo com o cerimonial esperado nos dias emblemáticos, como por exemplo a “Noite dos Tambores Silenciosos”. Em todos esses é expressivo a preocupação com a memória e sua perpetuação no tempo. O cerimonial de exclusão, por exemplo, baseia-se no esquecimento do membro que abandonou as fileiras do sigma:

A autoridade local reunirá, na sala principal da sede, no mínimo vinte Integralistas, e pronunciará as seguintes palavras: - “Integralistas!... Nosso companheiro F... é morto; ele faltou à sua fé e à sua palavra de honra!” – Os presentes responderão: ‘ “Seja esquecido!” Em seguida, sai ficha, cujos dizeres deverão ser transcritos no livro de exclusões, severa ser queimada na presença de todos. (SALGADO, P. **Protocollos e Rituais**. 1937, p. 44)

O detalhamento dos protocolos é tão minuciosos que os capítulos que se apresentam a seguir regulamentam as visitas às cidades que possuam outros núcleos integralistas, as viagens, transportes e hospedagem que devem ser realizadas pelos integralistas, a forma de se receber o Chefe Nacional e como proceder suas viagens bem como o cerimonial esperado na cidade pelo acontecimento de sua visita.

Se encaminhando ao fim do documento, Plínio aponta como os regulamentos são postos em prática pela liderança, através de seus ofícios e correspondências, que possuem uma formatação e indicações próprias para serem válidas. Também discorre sobre a Imprensa

Integralista, seu papel subordinado ao Chefe e a obrigação dos núcleos em disseminar sua produção para garantir o alcance da doutrina.

Nos capítulos finais o Chefe Nacional mostra como é uma conduta esperada de um integralista, que deve estar presente e reflexiva em todos os aspectos da vida cotidiana do membro, sempre ligada ao movimento e seguindo seus preceitos. Também aponta a consciência do dever que todos os integralistas devem ter, garantindo sua pró-atividade e realização das demandas encaminhadas pelo chefe nacional.

Dessa forma, encerra-se os “Protocollos e Rituaes” Integralistas, profundamente ligado à memória, tanto recuperando-a para se criar uma base comum, sob a qual se estrutura a mística do movimento, mas também sobre os membros, expressando um rico detalhamento das formas de se portar, para que o compartilhamento por todos de continuidade a essa memória heroica do movimento.

#### **4 CONSLUSÕES**

Analisar os “Protocollos e Rituaes” Integralistas é se debruçar sobre uma construção histórica, fundada pela ação de Plínio para constituir uma estrutura onde o Integralismo pudesse crescer ainda mais.

Ao nos voltarmos para a história de vida de Salgado poderemos entender a sua preocupação com a ascensão social, já que o Chefe Nacional nunca fez parte de uma elite política e intelectual antes da consolidação da AIB. Dessa forma, ao ascender ao poder, tenta de todas as formas ressaltar seu prestígio e posição elevada.

Além disso, a própria conjuntura temporal da época impulsiona as ações Integralistas. Na década de 1930 o mundo vive o final de seu período entre os conflitos mundiais, e o estabelecimento do sistema comunista na URSS já bipolariza o pensamento brasileiro. Levando em conta a tradição conservadora do país, era de se esperar que uma manifestação contrária ao comunismo ascendesse nas terras nacionais, e nesse solo fértil o Integralismo firmou suas raízes, com seu discurso conservador extremista e nacionalista exacerbado.

O crescimento no alcance da AIB proporcionou o estabelecimento de uma estrutura sob a qual o prestígio era o motor das atividades. Ocupar papéis de destaques no Integralismo era ocupar postos de destaque dentro de uma camada elitizada da sociedade, mesmo que os

sujeitos que a ocupavam não pertencessem a este lugar social, tal como o próprio Plínio. Foi essa conjuntura que incentivou, por exemplo, a significativa aderência de mulheres e negros ao integralismo, que dispunham no movimento de espaços de prestígio parcialmente mais abertos que na sociedade brasileira da década de 1930.

Os “Protocollos e Rituaes” assumem então, nessa conjuntura, um dos mais importantes papéis. Lançado em 1937, no auge do movimento, ele regulamentava muito mais do que o prestígio que a classe média tanto almejava alcanças, mas também reforçava as suas próprias estruturas de liderança e estabelecia a integridade do “ser integralista”. Esse documento fundou um meio comum de se viver, que criavam semelhanças entre os membros e os aproximavam.

Em uma análise ainda mais profunda é possível perceber que a publicação veiculada na 18ª edição do monitor integralista tinha por fim criar uma memória, do passado, presente e futuro integralista. Todos os cerimoniais são baseados na contemplação do mártir, as reuniões exprimem a importância dos chefes, e os códigos regulam os objetivos do movimento que apenas podem ser alcançados pela atuação íntegra de todos os seus participantes.

Nos trechos destacados durante este estudo essas intenções ficam ainda mais claras. A estrutura integralista foi cercada por místicas e rituais específicos. Não havia uma data importante ao movimento que era ignorada e todos os membros coexistiam neste mesmo local de memória. Até na exclusão de seus membros a recordação estava envolvida, mas como ausência, pois aqueles que se afastavam das fileiras do sigma eram esquecidos pela comunidade à sua volta, ligada a uma morte social.

Desta forma, podemos compreender os “Protocollos e Rituaes” como um rico campo para se compreender o próprio Integralismo e a forma como Plínio Salgado perpetuou seu movimento, bem como fundou os principais elementos que propiciaram seu alcance nacional.

## **5 REFERÊNCIAS**

SALGADO, Plínio. *Protocollos e Rituaes*: regulamento. Niterói: Edição do núcleo municipal de Niterói, 1937.

GONÇALVES, Leandro Pereira; TANAGINO, Pedro Ivo Dias. O Homem Integral: uma contribuição para a construção do conceito através da análise dos Protocollos e Rituaes



da Ação Integralista Brasileira (1937). *Revista Portuguesa de Ciência Política: Portuguese Journal of Political Science*, v. 2, p. 61-74, 2012.

ATHAIDES, Rafael. O fascismo genérico e o Integralismo: uma análise da Ação Integralista Brasileira à luz de recentes teorias do fascismo - *Diálogos*. v. 18, p. 1305-1333, 2015.

LINZ, Juan. Prefácio à segunda edição. In: TRINDADE, Héglio. *Integralismo: o fascismo brasileiro da década de 30*. 2. ed. Porto Alegre: Difel/UFRGS, 1979, p. VII-XVII.

## **Ensino de História: teoria, praticas e desafios.**

---

### **As práticas do Pibid de História e Ciências Sociais no Instituto Estadual de Educação de Juiz de Fora e na Escola Estadual Sebastião Patrus de Sousa**

Brendo Filipe Costa Diniz<sup>237</sup>

Caio Luiz Cardoso Oliveira<sup>238</sup>

**RESUMO:** O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) é um projeto do governo federal que oferece bolsas com o objetivo de antecipar o vínculo entre os licenciandos e a vida escolar na rede pública de ensino. Na Universidade Federal de Juiz de Fora, há um subprojeto interdisciplinar que envolve os cursos de Ciências Sociais e História, que se concentram em duas escolas estaduais na cidade de Juiz de Fora. O objetivo deste artigo é refletir sobre a atuação deste subprojeto se levando em conta a perspectiva dos autores, que atuaram no programa durante um ano e meio, além de se pensar a importância do Pibid para a formação docente.

**PALAVRAS- CHAVE:** Ciências Sociais; Educação; Formação Docente; História; Pibid.

**ABSTRACT:** The Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Institutional Program for Teaching Initiation Scholarships) (Pibid) is a federal government project that offers scholarships to anticipate the link between licenciate students and school daily in the public school system. At the Federal University of Juiz de Fora (UFJF), there is an interdisciplinary subproject involving the Social Sciences and History courses, which concentrates in two state schools in the city of Juiz de Fora. The purpose of this article is to reflect on the performance of this subproject taking into account the perspective of the authors, who worked in the program for a year and a half, in addition to thinking about the importance of Pibid for teacher training.

**KEYWORDS:** Education; History; Pibid; Social Sciences; Teacher Training.

---

<sup>237</sup> Graduando de Licenciatura em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: brendofcd@hotmail.com.

<sup>238</sup> Graduando de Licenciatura em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: ccardoso210@gmail.com.

## Introdução

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) oferece bolsas de iniciação à docência aos alunos de cursos presenciais com o objetivo de antecipar o vínculo entre os futuros mestres e as salas de aula da rede pública. Com essa iniciativa, o Pibid faz uma articulação entre a educação superior (por meio das licenciaturas), a escola e os sistemas estaduais e municipais com a intenção de melhorar o ensino nas escolas públicas em que o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) esteja abaixo da média nacional.

Na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), há o Subprojeto dos cursos de Ciências sociais e de História, que contempla dois orientadores na universidade, que são as professoras doutoras Yara Cristina Alvim<sup>239</sup> e Katiúscia Cristina Vargas Antunes<sup>240</sup>, e três supervisores em escolas estaduais, que atualmente são a professora doutora Roberta Muller<sup>241</sup> na disciplina de História e o professor mestre Weibert Guiduci<sup>242</sup> na disciplina de sociologia, ambos no Instituto Estadual de Educação de Juiz de Fora (IEE), além do professor doutor Mateus Fernandes<sup>243</sup> que ministra História na Escola Estadual Sebastião Patrus de Sousa (Patrus). Além disso, o projeto se concentra no ensino médio e na Educação de Jovens e Adultos e contempla 24 bolsistas, sendo 14 da licenciatura em História e 10 da licenciatura em Ciências Sociais.

No Pibid é buscado uma aproximação dos bolsistas com a prática docente, que tem a oportunidade que acompanhar e ministrar aulas, planejar e conduzir atividades, além da participação no desenvolvimento e correção de provas. Além disso, o projeto tem um amplo foco extracurricular, desenvolvendo atividades como palestras sobre política e movimentos sociais e também intervalos culturais em que são sugeridos temas e apresentações pelos próprios alunos.

---

<sup>239</sup> Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Professora Ajunta da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora.

<sup>240</sup> Doutorada em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Professora Ajunta da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora.

<sup>241</sup> Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora e Professora de História no Instituto Estadual de Educação de Juiz de Fora.

<sup>242</sup> Doutorando em Estudos Literários pelo Programa de Pós-graduação da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Juiz de Fora e Professor de Sociologia no Instituto Estadual de Educação de Juiz de Fora.

<sup>243</sup> Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Professor de História na Escola Estadual Sebastião Patrus de Sousa.

O artigo se propõe a analisar a atuação do projeto nos diferentes colégios tendo como base a trajetória e a atuação dos bolsistas, as culturas de cada escola, além das diferentes formas de supervisão pelos professores das escolas estaduais, buscando demonstrar a importância do projeto para a formação docente, principalmente no que concerne a importância do Pibid para a constituição dos autores como professores de história, capazes de trabalhar de forma interdisciplinar e também em projetos extraclasse.

A abordagem aqui construída utiliza a concepção de Selva Magalhães sobre a atuação dos docentes, uma vez que “por entender que, sendo o professor uma pessoa, a maneira como cada um de nós ensina está diretamente ligada à nossa maneira de ser, aos nossos gostos, vontades, gestos, rotinas, acasos, necessidades, práticas religiosas e políticas.” (FONSECA, 1997: 14). Dessa forma, sabendo que nossas ideias, concepções e maneira de ser interferem de modo determinante na prática educativa, este trabalho torna-se deverás importante ao analisar a relação de ambos com o Pibid e sua importância para a formação docente.

### **A atuação do projeto**

Em um primeiro momento, as expectativas gerais dos bolsistas quanto ao Pibid eram bem confusas, uma vez que o curso de História da UFJF nunca havia participado do programa, além do fato de que o projeto havia ficado mais de três meses paralisado em todo o Brasil, como consequência do atraso do lançamento de um novo edital. Algumas mudanças foram realizadas neste novo edital, o que atravancou o entendimento da nova proposta do programa.

Com as dúvidas sanadas, houve uma introdução à ampla estrutura de ambos colégios e a partes de sua equipe, como os diretores e professores. Neste dia, foi notório também a precariedade em que se encontram as escolas em Juiz de Fora, com contingenciamento de verbas do estado para a educação, falta de orçamento para manutenção, falta de professores e salários atrasados.

Inicialmente, os autores deste artigo concentraram suas experiências no Instituto Estadual de Educação, que em seu início se resume à um choque entre o que é uma escola

pública central, caso do IEE, e uma localizada na periferia da cidade, caso do Patrus, que é um colégio de bairro. Enquanto no Patrus a realidade dos alunos era bastante parecida, com poucas exceções, sendo assim notável um certo padrão cultural e comportamental entre os alunos, que tinham bagagens e experiências muito parecidas devido ao seu lugar comum, no IEE a realidade já é bastante heterogênea, o que constitui um desafio para a prática docente. O que também se constituiu enquanto uma surpresa para os professores em formação, que antes do início das experiências com o Pibid, tinham suas percepções em relação aos alunos do ensino público se estreitando à suas respectivas experiências escolares pessoais.

Com o andar do projeto, foi possível começar a entender a pluralidade de realidades contidas nas escolas, que reúnem alunos de realidades muito diversas, o que acaba sendo um desafio maior para o professor, que tem que se desdobrar para atingir os alunos dessas diferentes vivências pessoais. Perceber as nuances do processo educacional público logo nas primeiras experiências ao frequentar a escola foi possível também graças à supervisão pela professora Roberta Müller Scafuto, que consegue estabelecer um diálogo com os alunos, que por sua vez são razoavelmente disciplinados. Porém, fica nítido que a boa interação estabelecida entre professor e aluno não é suficiente para que se crie uma relação de entendimento nos discentes. Apesar de apelar para diversos materiais audiovisuais compatíveis com a geração dos estudantes, o mero uso de tais recursos sem algum estímulo didático ou alguma atividade elaborada através deste, não atinge o seu potencial de causar reflexões acerca dos temas. Entretanto, é válido destacar que o uso de recursos didáticos que dialogam com a época do espectador é uma estratégia inegavelmente importante para que seja possível chamar a atenção dos mesmos quando tratamos de períodos mais distantes da realidade atual.

Uma experiência bastante satisfatória que o projeto possibilitou foi o acompanhamento das aulas de Sociologia com o professor Daniel, que se dispôs a supervisionar os bolsistas do IEE, que não tinham nenhum professor de Sociologia formalmente ligado ao projeto. Com ele, foi possível experienciar a vivências nos 1º anos, algo que não era possível com a professora Roberta. Assim, foi perceptível a precariedade do colégio, uma vez que nesta turma, que era de 1º ano, houve ampla desistência, ainda mais acentuada pelo período de greve dos professores, que tiveram que assim fazer para que a administração pública consertasse o telhado de uma das salas que havia desabado. Deste

modo, o professor já atribuía como reprovado por falta mais da metade da turma. Além disso, metade dos restantes estavam de recuperação, evidenciando a chamada grande lacuna da educação brasileira, que é o ensino médio, além das dificuldades da Sociologia para penetrar no ensino brasileiro, tendo em vista a sua recente inserção como matéria obrigatória.

No mesmo colégio o projeto organizou uma grande palestra de conscientização política, uma vez que o período era próximo das eleições presidenciais de 2018. Esta apresentação fazia parte de um ciclo de palestras que o projeto estava elaborando para ambos os colégios em que atuava. Para a atividade foram convidadas duas mulheres, uma de um coletivo feminista e outra ligada ao Diretório Central dos Estudantes da UFJF. A exposição foi feita com bastante precariedade, tanto pela qualidade do som e também pela dispersão dos ouvintes, mas foi um bom aprendizado para futuras atividades. Além de tudo, a organização das palestras muito repentina, o que impediu uma elaboração com mais cuidado para todas as atividades, fazendo que algumas funcionassem melhor que outras, o que, no meu entendimento, faz parte do início de um projeto. Ficou a importância de se discutir a política de forma contínua nas escolas e o aprendizado para a realização de futuros eventos.

Também no IEE, foi organizado um debate com alunos de três turmas do terceiro ano do Ensino Médio, no qual foram convidadas a professora Lorene Figueiredo<sup>244</sup>, do departamento de Educação da UFJF, para discutir sobre questões de gênero e o feminismo. O evento foi realizado no terraço do prédio, um local desconhecido até mesmo pelos alunos mais antigos da instituição, apesar de ser de fácil acesso e contar com um espaço muito proveitoso para tais atividades, além da vista privilegiada sobre o centro da cidade. O debate foi muito enriquecedor, pois além da facilidade de comunicação da professora Lorene, que já foi professora da escola, os alunos também trouxeram diversas experiências pessoais de situações em que se sentiram afetados pelo machismo presente em suas realidades, principalmente no caso das meninas. Também foram mencionadas situações em que os meninos se sentiram coagidos a se comportar de certa maneira para se sentirem incluídos em grupos de homens. A conversa também contou com conscientização sobre sexualidade e questões de consciência de classe. Os participantes deste debate saíram com o espírito renovado, pois dentre todas as tentativas de promover alguma atividade extraclasse no IEE.,

---

<sup>244</sup> Doutorada em Políticas Públicas pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Professora Assistente da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora.

esta foi a mais bem-sucedida, em que foram recebidos diversos feedbacks positivos dos alunos presentes, além da professora Lorene que teceu diversos elogios à iniciativa de levar os alunos para fora da sala e discutir temas de extrema relevância de maneira conjunta e democrática.

O fim do primeiro semestre letivo de 2019 também trouxe uma importante atuação do Pibid. Em um cenário de ataque à reputação das Universidades Públicas como um todo, principalmente advindos do governo federal, a instituição organizou o *UFJF na Praça*<sup>245</sup>, onde cerca de 500 atividades desenvolvidas por alunos, professores e técnico-administrativos em educação foram apresentadas à população na programação ao longo de uma semana. O evento irá reunir mais de 250 projetos nas diferentes áreas do conhecimento, todos produzidos na própria instituição.

Um destes projetos foi exatamente a participação do Pibid. Nele, os participantes do projeto foram para uma praça central na cidade, a Praça da Estação, no qual apresentavam o projeto, como quem eram os integrantes, o que ele realizava, quais eram os objetivos, de modo com que a população em geral se inteirasse da atuação da Universidade e suas repercussões na vida do cidadão comum. Foi uma atividade bastante proveitosa e que deve se tornar uma pauta constante de todas as universidades, ainda mais em um cenário de ataque às universidades federais.

Com o fim do primeiro semestre de 2019, houve uma mudança no quadro de supervisores do nosso projeto, fazendo com que nós fôssemos realocados para o Patrus, sob supervisão do professor doutor Mateus Fernandes, presente no projeto desde seu começo.

Logo na primeira experiência no novo colégio, pôde-se constatar que seria interessante observar as diferenças entre as duas escolas, além de conhecer um novo tipo de professor, com diferentes métodos e abordagens. Nos deparamos também com uma distinta realidade em relação ao IEE; as salas são maiores, com menos alunos e estes compartilham de uma vivência parecida, pois em sua maioria, são moradores da região do estorno da escola e geralmente são matriculados no colégio desde o Ensino Fundamental, o que colabora para a construção de uma afinidade entre professor e aluno, muito importante para que o docente

---

<sup>245</sup> Para saber mais sobre o evento: “UFJF na Praça” amplia o diálogo com a comunidade. Disponível em: <<https://www2.ufjf.br/noticias/2019/05/31/ufjf-na-praca-amplia-dialogo-com-a-comunidade/>>. Acesso em: 13 dez. 2019.

reconheça a realidade particular de cada um deles e possa trabalhar para que o conteúdo ganhe um sentido e passe por um entendimento do aluno.

Nesta nova vivência, colocamos em prática a nossa primeira aula realizada pelo projeto, esquematizada em três aulas temáticas sobre questões vinculadas ao mundo do trabalho. A experiência foi muito rica, pois o desafio já começou na formulação das ideias sobre os temas, que foram: O Tempo e o Trabalho, que tratava das relações humanas com o tempo no pré e no pós revolução industrial, fazendo relações com a uberização do trabalho nos tempos atuais; Direitos Trabalhistas, que tratava da luta histórica da classe trabalhadora por seus direitos no Brasil; e Trabalho Feminino e Infantil, que explorava as transformações no trabalho dessas duas classes durante a revolução e a situação atual com a Reforma Trabalhista e a terceirização.

A formulação das aulas foi dividida entre as três duplas de bolsistas que atuavam no Patrus, sendo que cada uma das ficou responsável por um dos temas e as duplas os alternaram na hora de aplicar as aulas, ou seja, demos aulas que não montamos, o que exigiu uma flexibilidade maior e um maior entrosamento no grupo. As aulas foram dadas em duplas, momento que também exigia uma afinidade e comunicação entre os bolsistas. Nós optamos por revezarmos as falas de forma espontânea, de forma que pudéssemos completar a fala do outro, sem que houvessem interrupções e nem divisões específicas que pudessem engessar a aula. Assim, as aulas ficaram bastante dinâmicas e acabaram por alcançar os objetivos propostos, de conscientizar os alunos de como o mundo do trabalho mudou e como ele se encontra na contemporaneidade. A aula também foi bem-sucedida porque dialogou com a realidade dos alunos, de 3º anos, e que, portanto, estão inseridos ou próximos de serem incorporados ao mercado de trabalho. Assim, fica evidente a importância de um diálogo com a vivência e interesses dos alunos.

Por fim, vale-se ressaltar toda o dia a dia do projeto, que envolvia uma constante presença em ambiente escolar e inúmeras reuniões envolvendo todos os integrantes, o que possibilitava uma rica reflexão entre diversas pessoas, sejam professores universitários e da educação básica, além de graduandos de licenciatura.



## Considerações Finais

A análise deixa notória a importância do conhecimento da realidade escolar e do aluno, principalmente quando se compreende a potência da realização de uma aula dialógica, sendo que esta é uma questão bastante complexa e que exige amplo preparo em sua constituição, mas com benefícios bastante evidentes, levando à um aluno mais ativo e mais consciente não somente do constructo histórico, mas de como se dá a construção das “verdades históricas”, que como demonstrado, “Não basta apresentar argumentos esteticamente construídos, é necessário que sejam validados pela comunidade que os cerca, que sejam legitimados e aceitos como “verdade”.” (AZEVEDO, 2015: 124-125). Assim, somente uma aula dialógica é capaz de deixar transparente para os alunos o processo de construção histórica, de forma que o professor não funcione como uma mera figura de autoridade em sala de aula, mas como um condutor do aprendizado dos alunos.

Outra questão que se evidenciou na observação é que o aluno parece estar acostumado com um ensino tradicional e pode estranhar a introdução de um ensino diferente, que busca uma maior participação do grupo de discentes e que desloca seus interesses e memórias para o centro de estudo de aula, podendo haver assim rejeição dos alunos por este modelo, o que foi expresso em observações de determinados alunos, que reclamam de um ensino que busca trazer questões fora do conteúdo programático e desejam a substituição por um ensino mais tradicional. Acácia comenta sobre a pedagogia em que é baseada este ensino tradicional em

Esta pedagogia do trabalho taylorista/fordista foi dando origem, historicamente, a uma pedagogia escolar centrada ora nos conteúdos, ora nas atividades, mas nunca comprometida com o estabelecimento de uma relação entre o aluno e o conhecimento que verdadeiramente integrasse conteúdo e método, de modo a propiciar o domínio intelectual das práticas sociais e produtivas.[...] Concebidos desta forma, os diferentes ramos da ciência deram origem a propostas curriculares que organizam rigidamente as áreas de conteúdo, tanto no que diz respeito à seleção dos assuntos quanto ao seu sequenciamento, intra e extradisciplinas. (KUENZER, 2000: 2)

Assim sendo, é essencial a vivência no Pibid, uma vez que ele possibilita um acesso às salas de aula ainda no começo do caminho percorrido pelos licenciandos, que desta maneira possuem um contato desde cedo com os sistemas escolares, ficando mais confortáveis em sala

de aula e conhecendo melhor seus futuros alunos, algo essencial para a realização de uma aula dialógica. Ademais, a formação de discentes preocupados com uma aula realmente substantiva é essencial para que o paradigma da aula tradicional deixe de ser o mais presente em sala de aula, se refletindo em alunos mais participativos e acostumados com uma aula que exija maior atenção e presença.

Outro ponto relevante do projeto é que ele se concentra principalmente no ensino médio, onde ocorre uma predominância da ótica mercadológica, que tende a menosprezar as humanidades. Este aspecto está relacionado ao receituário do Banco Mundial para a educação brasileira e da América Latina, esclarecendo que este sistema didático proposto deve estar voltado para o papel de “transformar gastos na educação em resultados educacionais.” (MOTA JUNIOR; MAUÉS, 2014: 1147). Portanto, as disciplinas que não possuem um caráter de capacitação para o mercado e que possibilitariam um diálogo mais vigoroso, por não estarem presas à uma ótica positivista e factual, acabam por serem subvalorizadas. Este é o caso da História e das Ciências Sociais, sendo ainda mais necessário que suas aulas sejam realizadas de modo a difundir uma consciência crítica entre os alunos.

Como já apresentado, no modelo dialógico se trabalha com uma questão cara a Kuenzer, que em seu texto propõe que “há que se tomar como ponto de partida para o desenvolvimento do processo pedagógico, o conhecimento e as concepções que o aluno/trabalhador acumulou no transcurso de sua experiência de vida, de educação e de trabalho (saber tácito).” (KUENZER, 2000: 6), isto é, deve-se realizar um trabalho com a memória do aluno, levando-a para o cerne do aprendizado da turma, não de forma esporádica e desconexa, mas de forma constante e integrada, de forma a gerar sentido no aluno. Com isso, é essencial a antecipação do vínculo entre alunos e as salas de aula que o Pibid proporciona.

O subprojeto de Ciências Sociais e História também possui uma característica única, que é seu caráter interdisciplinar. Assim, o aprendizado foi ainda maior, uma vez que os integrantes foram obrigados a buscar uma reflexão interdisciplinar, algo bastante raro no ensino brasileiro, tradicionalmente compartimentado em suas disciplinas. Com isto, o projeto foi capaz de gerar um grande desafio e aprendizado a todos integrantes e também uma experiência bastante satisfatória para os alunos, que puderam ter um primeiro contato com uma aula interdisciplinar, que possui uma grande potência para a compreensão de um mundo cada vez mais globalizado (THIESEN, 2008).

Dessa forma, foi possível concluir que a experiência condicionada pelo projeto possibilitou a vivência em duas escolas bastante divergentes; o acompanhamento de dois professores muito diferentes; uma reflexão constante em torno das interdisciplinaridades; além de uma ampla atuação extraclasse, foi muito proveitosa, pois além de conhecermos realidades e métodos de ensino bastante diversos, pudemos lançar um olhar privilegiado sobre os desafios exigidos pelo nosso sistema educacional público. E, como nosso projeto é de natureza interdisciplinar, aprendemos a trabalhar com profissionais de outras áreas, acarretando em uma experiência bastante rica para futuros professores.

### **Referências Bibliográficas**

AZEVEDO, P. **Ensino de história, história, historiografia e produção de sentido em práticas de letramento**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

FONSECA, S. G. **Ser professor no Brasil: História Oral de Vida**. 3ªed. Campinas: Papirus, 1997.

KUENZER, A. Z. **As mudanças no mundo do trabalho e a educação: novos desafios para gestão**. In: Naura S. Carapeto Ferreira. (Org.). *Gestão democrática da Educação: atuais tendências, novos desafios*. 7ed. São Paulo: Cortez, 2011, p. 43-72.

MOTA JUNIOR, W. P; MAUÉS, O. C. **O Banco Mundial e as Políticas Educacionais Brasileiras**. *Educação e Realidade*. V.39, p. 1137-1152, 2014.

THIESEN, J. S. **A interdisciplinaridade como um movimento articulador no processo ensino-aprendizagem**. *Revista Brasileira de Educação*, v. 13, p. 545-554, 2008.

## AS RESISTÊNCIAS DE UMA PROFESSORA DE HISTÓRIA NA DITADURA CIVIL-MILITAR (1970 A 1980)

Kássia Barros<sup>246</sup>

**RESUMO:** O presente trabalho aborda estudos e pesquisas sobre as resistências cotidianas de um professor do ensino de História durante a ditadura civil-militar, no período de 1970 a 1980. O mesmo se baseia na pesquisa narrativa e biográfica para o seu desenvolvimento. Dessa forma, entrevistei a Andreia, uma professora de História que atuou no contexto do regime militar. Tal trabalho busca investigar sobre como foi para Andreia ser professora de História nesse contexto, se houve mudanças de fato na sala de aula e no ambiente da escola, se ela sofreu algum tipo de repressão e desenvolveu práticas de resistências e quais foram essas práticas desenvolvidas por ela como docente.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ensino de História; ditadura civil-militar; resistência; prática docente.

**ABSTRACT:** The present work deals with studies and research on the daily resistance of a professor of History teaching during the civil-military dictatorship, from 1970 to 1980. The same is based on narrative and biographical research for its development. In this way, I interviewed Andreia, a history teacher who worked in the context of the military regime. This work seeks to investigate how it was for Andreia to be a history teacher in this context, if there were changes in the classroom and in the school environment, if she suffered some type of repression and developed resistance practices and what were these practices developed by her as a teacher.

**KEYWORDS:** History teaching; civil-military dictatorship; resistance; teaching practice.

---

<sup>246</sup> Licenciada em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Kassiabarro96@outlook.com

## INTRODUÇÃO

Nos nossos dias atuais muito se tem falado sobre a ditadura civil-militar. Muitas discussões populares e de áreas científicas de pesquisa, como Sociologia, Antropologia e História. Muita discussão historiográfica recente. Em todo esse contexto atual, me vi interessada em estudar mais profundamente esse período tão discutido, porém com um olhar mais específico para uma área que sofreu mudanças com a instalação do regime militar no Brasil, o ensino de História. Com esse interesse, decidi então, pesquisar sobre os professores de História que já atuavam em sua profissão no período de 1970 a 1980, por serem os anos considerados mais duros e de maior repressão da ditadura, os “Anos de Chumbo” do governo do general Emílio Garrastazu Médici. A escolha por esse recorte temporal ocorre também pelo fato de, a partir de 1968, se iniciarem as transformações na educação e nos anos de 1970 elas começarem a ser colocadas em prática.

Assim, optei por me dedicar aos estudos sobre o cotidiano docente e suas práticas de resistências a tudo que ocorria no país naquele contexto e, principalmente, às mudanças no ensino de História. Minhas indagações principais centraram-se em saber se realmente houve mudanças efetivas sobre a disciplina no cotidiano escolar e se houve resistências dos professores de História.

Diante do tema, encontro Andreia<sup>247</sup>. Ela é uma professora de História e com uma trajetória de vida ligada à atuação em movimentos sociais e políticos que lutam pelas causas negras, periféricas e pela reforma agrária. Ela começa a atuar como professora de História, já nos anos de 1970, período privilegiado da presente pesquisa.

Meu interesse foi investigar sobre como foi para Andreia ser professora de História nesse período de 1970 a 1980, se houve mudanças efetivas na sala de aula e no ambiente da escola, se ela sofreu algum tipo de repressão e desenvolveu práticas de resistências e quais foram essas práticas desenvolvidas por ela como docente. Por se tratar de uma pesquisa que privilegia o sujeito na sua relação com o contexto, me ancoréi na Pesquisa Narrativa como abordagem de investigação e também para abordar o contexto pela ótica do sujeito. É

---

<sup>247</sup> Nome fictício utilizado para preservar a identidade do sujeito .

importante ressaltar como a narrativa faz parte do processo histórico e o quanto de historicidade ela carrega. São espaços de memórias que constituem e ajudam a observar fatos históricos e experiências que foram possíveis de serem vividas dentro desses fatos. Lucilia Delgado afirma que:

As narrativas, tal qual os lugares da memória, são instrumentos importantes de preservação e transmissão das heranças indenitárias e das tradições. Narrativas sob a forma de registros orais ou escritos são caracterizadas pelo movimento peculiar à arte de contar, de traduzir em palavras as reminiscências da memória e a consciência da memória no tempo. São importantes como estilo de transmissão, de geração para geração, das experiências mais simples da vida cotidiana e dos grandes eventos que marcaram da História da humanidade. São suportes das identidades coletivas e do reconhecimento do homem como ser no mundo. (DELGADO, 2003, p. 22).

Saliento que optei por entrevistar somente a professora Andreia, por não se tratar de uma pesquisa quantitativa, mas sim uma pesquisa sobre o cotidiano de um docente do ensino de História, no contexto da ditadura civil-militar, e suas dificuldades e resistências no âmbito profissional. Assim, redirecionando o olhar para as resistências diárias e individuais, tratando-se, assim também, de uma pesquisa biográfica.

A pesquisa biográfica centra-se em compreender como o indivíduo social vive suas experiências de vida e a relação desse sujeito com o mundo histórico e social, ou seja, como o ele se coloca dentro das experiências e acontecimentos históricos, sociais e políticos. Christine Delory-Momberger afirma sobre a pesquisa biográfica que:

O objeto da pesquisa biográfica é explorar os processos de gênese e de devir dos indivíduos no seio do espaço social, de mostrar como eles dão forma a suas experiências, como fazem significar as situações e os acontecimentos de sua existência. E, conjuntamente, como os indivíduos – pelas linguagens culturais e sociais que atualizam nas operações de biografização – contribuem para dar existência, para reproduzir e produzir a realidade social (“linguagens” tem aqui um sentido muito amplo: códigos, repertórios, figura de discurso; esquemas, scripts de ação etc.). Nessa interface do individual e do social – que só existem um por meio do outro, que estão num processo

incessante de produção recíproca – o espaço da pesquisa biográfica consistiria então em perceber a relação singular que o indivíduo mantém, pela sua atividade biografia, com o mundo histórico e social e em estudar as formas construídas que ele dá à sua experiência. Para dizê-lo de modo mais sintético: o objeto visado pela pesquisa biográfica, mediante esses processos de gênese socio individual, seria o estudo dos modos de constituição do indivíduo enquanto ser social e singular (Delory-Momberger, 2003, 2005). (DELORY-MOMBERGER, 2012, p. 524).

Assim, busquei na pesquisa narrativa e biográfica com Andreia, saber como a docente vivenciou a experiência de ser uma professora do ensino de História no contexto da ditadura civil-militar brasileira e se dentre essas vivências houve práticas de resistências.

## **DITADURA CIVIL-MILITAR E AS TRANSFORMAÇÕES NO ENSINO DE HISTÓRIA**

No ano de 1964 o Brasil inicia uma parte de sua história de muitas transformações, lutas e resistências que durou longos vinte e um anos, o qual conhecemos como ditadura Civil-Militar<sup>248</sup>. O golpe do dia trinta e um de março de 1964, orquestrado pelos militares junto ao empresariado brasileiro e aos Estados Unidos para derrubar o então presidente João Goulart, trouxe mudanças sociais, econômicas e políticas. Tais mudanças se fizeram presente também na educação, principalmente na área das ciências humanas. (FONSECA, 2000).

A ditadura teve, em seu tempo de vigência, muitas fases com características diversas, até mesmo a censura, a repressão, as perseguições e torturas foram diferentes em cada período militar. Houve as fases mais brandas do regime e aquelas de maior repressão, o que influencia diretamente a análise sobre a educação do período, pois essa foi se transformando junto às mudanças do governo militar. Diante dessa análise é válido ressaltar que:

---

<sup>248</sup> Desde os anos 2000, há debates historiográficos sobre a renovação conceitual para a compreensão do regime ditatorial, que vigorou de 1964 a 1985. Partindo da constatação que o golpe de Estado e sua condução teve participação importante de setores não militares e que em sua maioria pertencia a setores empresariais, é definido o termo civil-militar para melhor caracterização e denominação desse período.

Não é fácil caracterizar a ditadura militar no Brasil, pois adquiriu várias faces e fases. Segundo o historiador Napolitano (2014), até a criação do Ato Institucional número 5, em dezembro de 1968, a censura prévia não era rigorosa e o terror sistemático do Estado contra os seus opositores ainda não era intenso e vigoroso como foi a partir de 1969. Cassações, perseguições, mortes, cerceamento da liberdade, censura, mas também resistências foram a tônica desse regime. E a educação dentro desse contexto? (NASCIMENTO, 2016, p. 32)

Respondendo à pergunta acima, a educação encontrava-se nesse contexto como parte da legitimação do regime e foi usada como um espaço para divulgar suas ideologias. Os governantes se apoiavam na ideia de que o golpe ocorreu para defender a democracia que se encontrava ameaçada.

A primeira reforma foi direcionada ao ensino superior, sendo promulgada pela lei 5.540 em 28 de dezembro de 1968. Essa reforma apresentava os lados ideológicos da gestão militar e ajustava as universidades aos parâmetros da política e economia do país naquele período. Selva Fonseca destaca que:

De um lado, a reforma universitária aparece como instrumento de desenvolvimento e progresso social, supostamente atendendo às demandas sociais por cursos superiores em nível de graduação e pós-graduação. Por outro lado, tinha um objetivo desmobilizador, pois atacava duramente a organização do movimento estudantil, a autonomia universitária e a possibilidade de contestação e crítica no interior das instituições de ensino superior. Medidas como a departamentalização, matrícula por disciplina, unificação dos vestibulares, que passam a ser classificatórios, fragmentação dos cursos, o controle ideológico administrativo dos professores e o modelo administrativo empresarial implantando nas faculdades representam o “ajustamento” da universidade brasileira à ordem política e econômica que se impunha, aprofundando linhas já existentes. (FONSECA, 2011, p.21).

Outra reforma no ensino ocorreu na educação básica em 1971 no governo do General Emílio Garrastazu Médici, que completou o projeto educacional que vinha sendo planejado desde 1964. Essa se deu pela lei 5.692 de 11 de agosto de 1971 e tem a mesma base da reformulação do ensino superior. De acordo com Circe Bittencourt (2008) a partir dessa lei, o ensino secundário (que corresponderia do primeiro ao terceiro ano do ensino médio nos dias



atuais) sofreu uma descaracterização, pois dividiu-se em dois níveis, o ginásial que seria a continuidade do ensino primário (primeiro grau de oito anos) e o colegial denominado de segundo grau. É nessa lei de reformulação do ensino básico de 1971 que a História e Geografia se fundem e se tornam uma única disciplina, Estudos Sociais, junto com as disciplinas de Moral e Cívica (EMC) e Organização Social e Política do Brasil (OSPB) no curso de 1º grau. Na reforma de 1971, observamos como o ensino de História se torna alvo de controle do governo, tirando assim a legitimidade da disciplina autônoma e a diluindo dentro de outras disciplinas. Isso se deve também ao teor tecnicista que a educação do período militar carrega consigo, pois o governo desejava maior número de trabalhadores possíveis para atender ao projeto de desenvolvimento econômico da época, assim traz fortemente a formação para o trabalho, além do caráter autoritário de não desejarem pessoas.

Uma outra reformulação em relação ao ensino superior ocorreu pelo decreto lei n. 547, de 18 de abril de 1969, amparado pelo Ato Institucional de n. 5 de 1968, em que o governo autorizava a criação e funcionamento dos cursos de Licenciatura Curta. Com a reforma de 1971 que incluía EMC e OSPB nos currículos escolares, muitas instituições públicas e privadas implementaram tais cursos para a formação em Estudos Sociais. Essa formação possuía um curto período de duração, em torno de dois anos, e se perspectivava em formar professores com base no que o governo desejava que fossem ensinados aos alunos, pois o regime autoritário tinha um alto controle sobre tal formação. É válido ressaltar também que a formação se focava em estudos sociais em geral, já com a inclusão de Educação Moral e Cívica e OSPB, rejeitando História e Geografia. Ou seja, os licenciandos dos cursos de polivalência, que foram assim chamados, não possuíam uma formação abrangente, aprendendo um pouco de todas as áreas das Ciências Humanas, mas com maior instrução em EMC e OSPB.

Com o golpe em 1964, o Estado autoritário tem uma forte preocupação com a necessidade do ensino de moral e civismo, claro que apoiado em uma visão doutrinadora de preservar a segurança nacional. Por isso que na reforma de 1971, o ensino de Moral Cívica entra nos currículos, tendo como foco também o abandono do ensino de História. Circe Bittencourt (2008) ressalta, ainda, que o pouco que restou do ensino de História nesse período pelo governo militar era pautado em memorização de datas e eventos que julgavam importantes.

Na reforma de 1971 a pretensão do regime ditatorial de remover a história do ambiente escolar se mostrou de forma clara e concisa, pois no ensino de primeiro grau, (que corresponde do primeiro ano do ensino fundamental ao nono ano do mesmo), a disciplina de História desapareceu do currículo escolar, dando lugar aos Estudos Sociais. Somente no segundo grau (que corresponde do primeiro ao terceiro ano do ensino médio) que a disciplina aparece em uma etapa específica. Com a divisão ocorrida na reforma educacional, o ensino no primeiro grau ficou responsável pela formação social, moral e cívica do aluno. Já o ensino de segundo grau, ficou responsável pela formação técnica, ou seja, formar o aluno para ser trabalhador e exercer função no mercado de trabalho (FONSECA, 2011). Nos locais e regiões em que muitas vezes, os alunos encerravam seus estudos na oitava série, o ensino no primeiro grau também tinha a finalidade profissionalizante. Percebe-se assim, que a educação para o regime militar servia, apenas, para formar uma classe trabalhadora brasileira maior. (FONSECA, 2011). Nos locais e regiões em que muitas vezes, os alunos encerravam seus estudos na oitava série, o ensino no primeiro grau também tinha a finalidade profissionalizante. (LOURENÇO, 2010). Percebe-se assim, que a educação para o regime militar servia, apenas, para formar uma classe trabalhadora brasileira maior.

Todas essas mudanças em torno do ensino de História ocorrem devido ao fato da disciplina sempre ter sido usada como forma de “educar” os alunos para um certo tipo de sociedade e de comportamento, além de ser fortemente controlada pelo Estado. Dessa forma, o contexto da ditadura Civil- Militar somente intensificou esse controle e essa finalidade. Até mesmo o fato do esvaziamento da disciplina de História foi uma medida de controle dentro da própria disciplina. Jaime Cordeiro afirma que:

O controle do Estado brasileiro sobre o ensino de História foi sempre bastante intenso, e a disciplina, objeto de muitas discussões e de ações institucionais que visavam à sua adequação aos objetivos dos detentores do poder. Sendo um dos lugares privilegiados para a construção do sentimento de unidade nacional do cidadão integrado a sociedade, a História ensinada na escola, desde de sua implementação como disciplina, foi submetida a uma série de medidas no sentido de reforçar uma determinada concepção sobre o passado, estando desde os seus primórdios associada ao ensino de civismo, no intuito de formar cidadãos bem-comportados. (CORDEIRO, 2000, p. 43).

Podemos, assim, perceber que a História desde sempre foi vista muito mais do que uma simples disciplina escolar. Ela carrega consigo, a carga de poder provocar transformações e até mesmo “criar” sentimentos de pertencimento e nacionalidade, mas também pode gerar as visões críticas sobre os acontecimentos sociais, políticos e econômicos.

Temos conhecimento de que a História foi usada para criar o espírito de nacionalidade brasileira na época do Império, para se criar de fato, o pensamento de cidadãos pertencentes ao Brasil, pois o sentimento de pertencimento a Portugal nesse contexto era enorme. A História pode gerar mudanças, e assim, o poder vigente sempre prefere tê-la sobre forte controle, sendo usada da maneira que os agradam, como ocorreu na ditadura.

Assim, como no período imperial em que a História ficou com o papel de criar uma identidade nacional, na ditadura brasileira o ensino de Moral e Civismo junto com a Organização Social e Política do Brasil, ficaram com a responsabilidade de fomentar o patriotismo e fortalecimento da nacionalidade e preservação da mesma. Segundo Selva G. Fonseca (2011), “a nação, a pátria, a integração nacional, a tradição, a lei, o trabalho e os heróis: estes conceitos passaram a ser o centro dos programas da disciplina educação moral e cívica ...” (FONSECA, 2011, p.39). Dessa forma, o ensino de História pela reformulação educacional de 1971, vai sendo vinculado aos princípios da educação de moralidade e civismo, ou seja, ela continua em seu papel de moldar e criar cidadãos de acordo com o que o governo desejava, além de continuar alimentando o patriotismo. A disciplina de EMC trazia consigo ainda as atividades cívicas extraclasse, que foram instituídas de forma legal dentro dos espaços escolares, que tinha o objetivo de afirmar uma maior “eficiência” da prática educativa e da exaltação da nação.

Vemos que o controle e a centralização do ensino, de áreas diversas, se apoiavam em instrumentos e matérias didáticos formulados pelo regime autoritário. E que se tinha todo um aparato para fazer com que esse controle fosse de forma efetiva, até mesmo um conselho e Secretarias de Educação, no qual os membros eram escolhidos pelos governantes com a função de criarem medidas para centralizar e poder vigiar os conteúdos que eram ensinados. Nos guias curriculares encontravam-se as listas dos conteúdos para cada série a ser ensinado. No caso de Estudos Sociais, o programa fornecia a lista de conteúdos separadamente para cada disciplina englobada na mesma. A partir desse guia, o professor devia montar seu

planejamento integrando tais conteúdos, mostrando ao final para a coordenação pedagógica da escola para ser aprovado ou não. É importante deixar claro, que a formulação dos guias e até mesmo as escolhas didáticas das Secretarias de Educação não eram homogêneos para todas as regiões do país, havendo diferenciações. Diante dessa análise, percebemos que o governo era responsável pelo planejamento de conteúdos e os professores aos poucos foram sendo retirados de sua função criadora. Os governantes queriam apenas que o professor fosse uma fonte reprodutora dos conhecimentos ditados por eles.

Diante desse cenário de grandes modificações em torno da educação feitos durante o período da ditadura civil-militar, ainda temos marcas deixadas por tais mudanças em nossa atual educação. Mesmo após trinta e sete anos do fim do regime, esse deixou muitas marcas na sociedade, na política, na economia e também na educação, principalmente quando se trata de divisões curriculares, formação de professores apoiados na mera transmissão de conhecimento, uma cultura de baixa valorização e investimento educacional e em seus profissionais e também a formulação de ordem e disciplina no ambiente escolar. Em se tratando da disciplina de História, especificamente, um ensino pautado na memorização, uma história eurocêntrica e que para grande maioria da sociedade doutrina e prega um sistema político ideológico comunista, que foi a grande ameaça do sistema autoritário, são marcas do sistema que ainda persistem na nossa atualidade.

## **AS RESISTÊNCIAS DOS PROFESSORES DE HISTÓRIA**

Vimos no início desse trabalho que durante a ditadura civil-militar o governo trabalhou fortemente para englobar a área educacional aos padrões do regime vigente. Assim a partir de 1968 se inicia todo um projeto de transformações na educação para que o Estado tivesse um poder e controle sobre a escola, seus profissionais e estudantes, além de um controle sobre o que era ensinado pelas disciplinas escolares.

Diante desse contexto de repressão e resistência, temos Andreia, uma professora de primeiro grau, que em suas práticas pedagógicas cotidianas tentava resistir às opressões e mudanças provocadas pelo regime militar no espaço escolar.

A vigilância e o medo eram questões presentes no cotidiano escolar, mas Andreia tentava contornar para continuar fazendo em sala de aula o que acreditava como o verdadeiro ensino.

A dona Ester (diretora) vigiava bastante, tomava bastante conta, mas por outro lado a gente driblava muito bem (Risos). Dava para driblar e acabar fazendo o que a gente queria, (...) E assim o medo também que os professores ficavam, você não podia falar muita coisa. ” Mesmo sendo possível driblar a vigilância escolar, foi um período também de constantes pressões e que se tinha que ter cuidado com o que falava em sala de aula. Segundo Andreia: “Então assim, a situação era problemática, porque às vezes você queria falar certas coisas era difícil, não podia falar, tinha aluno que o pai era (Risos), do exército duro então ele falava: ‘Meu pai falou que vai te matar.

Para Andrea, a ditadura civil-militar não chegou a coibir nem influenciar suas práticas pedagógicas em sala de aula, porque ela acreditava que o que estava acontecendo no país tinha que ser enfrentado e questionando, pois não enfrentar era “reafirmar o que o governo queria que ocorresse nas aulas e também ajudar a manipulação em massa”. Assim, em suas aulas, a professora tratava da realidade dos fatos que aconteciam naquele contexto.

Não coibiu, porque a gente tinha que enfrentar, a gente não podia ficar com medo. Se você acreditava naquilo que você estava falando e que você estava fazendo então você tinha que ir com a cara e com a coragem e fazer o que você acreditava. Então assim, os comentários dentro da sala eram ácidos mesmo, não eram doutrinação, mas a gente colocava o que estava acontecendo no país e porque também nas periferias o pessoal sabia assim, tinha encontros e tal, então todos sabiam o que estava rolando no Brasil quando a ditadura estava. E assim, uma coisa que eu achava interessante, é que a mídia não noticiava nada, ela noticiava tipo assim, os terroristas e colocava o retrato dos participantes de grupos clandestinos, foi morto um terrorista, um assassino, no caso o Maringuela e o pessoal chegavam assim: ‘Nossa, que esses comunistas são bravos mesmo. E são isso e mais o que.’ E eu questionava, o por que eles estavam falando isso, e eles respondiam: ‘Não

porque na televisão falou que eles foram presos e foram assassinados na rua porque eles revidaram, porque eles não valem nada mesmo e tal. Então era a gente questionar, qual a situação que a gente estava vivendo no país e o que levaram eles a tomarem essa atitude, porque eles não eram bandidos, eles estavam lutando por uma causa. Então o que levava eles fazerem aquilo? Se eles condição de serem bem informados, qual que seria a posição deles, assim era o máximo que a gente poderia fazer em relação a eles, porque tinha o filtro da própria escola e tinha o filtro da família.

Na fala acima da entrevistada percebemos palavras que remetem à ideia de resistência, como enfrentar, ir com a cara e coragem para realizar o que acreditava e que os comentários dela enquanto professora em sala eram ácidos sobre a realidade. Essas palavras contidas na fala da docente nos transparece uma resistência cotidiana em seu agir dentro do espaço da sala de aula. Outras resistências que são expressadas dizem respeito à mídia e o que está mostrava à sociedade como forma de manipulação; às concepções familiares e da própria escola que ela vai resistindo pela forma do conhecimento, mostrando aos alunos outras perspectivas dos acontecimentos sociais e políticos do contexto ditatorial.

Andrea afirma também que nesse contexto da ditadura civil-militar, não precisou realizar nenhuma mudança em suas práticas como docente, pois mesmo diante das pressões e repressões devido ao contexto, ela construía suas aulas de acordo com o que acreditava e não seguindo as ordens e os parâmetros do Estado e até mesmo da própria direção da escola.

Não, porque o que eu fazia dentro de sala eu respondia por isso, fechava a porta e dentro da sala a responsabilidade era minha. Tinha dia que o pessoal falava: 'Não vamos estudar hoje não.' E eu questionava: 'Então o que vocês vão fazer?' E eles: 'Ah, vamos brincar.' E aí a gente brincou, e brincava de muitas coisas, de jogo da velha, de adivinhação. Lógico que a gente tentava fazer certas brincadeiras que aguçavam o raciocínio, mas era isso, depois que fechava a porta da sala era eu, como dizem o povo, era eu, Deus e os meus orixás e pronto.

Assim, ela expressa sua resistência no ato de fechar a porta e assumir o controle em sala de aula, além de continuar realizando nesse espaço o que ela acreditava, deixando assim, de seguir as regras que o governo militar ditava naquele período. Porém, mesmo diante dessa

postura firme, Andreia fala que sofreu pressões por parte da direção, dos colegas de escola e até mesmo ameaças por parte dos pais de alunos, mas que devido à sua experiência adquirida nos movimentos sociais ao qual fazia parte, ela não deu importância e continuou resistindo e realizando seu trabalho conforme acreditava. Se ela mudasse sua postura e prática estaria sendo covarde.

Sim, eu resistia, porque se não era covardia, você acredita. É mesma coisa, você acredita em Deus e está em um ambiente ateu e você negar que acredita, que coisa é essa? Que ética é essa? Que fé é essa? Que moral é essa? Então você tem que levar a sua crença, aquilo que é a sua vida. Se aquilo é a sua vida, então você tem que levar aquilo para a sala. A sua crença, as suas lutas, o que você acredita, o que você deve fazer para criar um mundo mais justo, mais solidário, mais fraterno.

Mesmo diante de todas essas pressões, ameaças e o medo que se encontrava nas escolas devido ao momento ditatorial e as mudanças que ocorreram na área educacional, principalmente no ensino de História, era possível driblar o sistema de vigilância e de coibição de práticas pedagógicas a partir de resistências e ações cotidianas. Dessa forma, Andreia afirma que mesmo no contexto da ditadura civil-militar conseguiu a partir de algumas atitudes cotidianas desviar-se do contexto do regime dentro de sala de aula.

Porque eu sabia, a gente estava em um período de exceção, ou a gente dança conforme a música ou a gente muda a música. Então a gente muda a música e vamos levando a maneira que a gente acredita e que dê para você levar a sua mensagem. Porque não adianta nada você radicalizar e depois você perde o direito de falar, então você tem que manter falando, manter passando algo, mesmo que seja em conta gotas, você vai disseminando aquilo que você acredita e deixando para que o aluno corra atrás e procure enriquecer mais aquelas poucas informações que você deu porque a gente falava que tinha biblioteca, tinha livros assim, tem uma bibliografia assim, então quem quiser ler, aumentar o conhecimento é uma boa, então todos traziam. Teve gente que levou sobre o Integralismo e eu fiquei muito indignada, porque os pais eram integralistas, mas assim, eu fiquei sabendo de várias coisas que eu não sabia. Então eu achei superinteressante, porque a gente estudava no período da História o que era o integralismo na teoria, mas na prática o esquema era outro. É muito diferente, então assim, e dessa maneira a gente procurava os espaços, as brechas.

Outro aparato que Andreia utilizava em relação à disciplina do ensino de História eram os passeios que ela realizava com suas turmas nos finais de semana. Nesses passeios ela realmente se sentia mais “livre” para falar o que realmente pensava e sabia que acontecia no país naquele momento durante o governo militar. Além de propor ainda mais questionamentos aos alunos e promover o pensamento crítico e político. Questiono a ela se esses passeios também eram uma forma de resistência a tudo que acontecia naquele contexto ditatorial no país e na educação. A resposta de Andreia é que sim, era realmente uma forma de expressar resistência e tentar mostrar uma verdade aos alunos.

Claro, é verdade. Era uma maneira de você passar, de ser fiel às suas ideias, fiel e honrar a quem estava penando e sofrendo nos porões da ditadura e era uma maneira de honrar você falar para eles que tinha gente nessa situação e que isso não era normal, que a gente tinha que lutar para que todos tivessem liberdade de participar, de se expressar e tudo. Então sobre a questão da democracia quando a gente estudava a Grécia, a gente falava sobre a democracia, como que era, a democracia criada a partir da Revolução Francesa e como era aquilo que a gente estava vivendo. Então cada um tinha sua opinião e eu os deixavam fazerem o resto, porque eu ia falar também ‘Nós estamos vivendo em uma ditadura.’ Eles mesmo chegavam à conclusão que aquilo não era legal você viver com esse tipo de pressão, que tinha gente sendo perseguido, ‘Ah, mas são todos bandidos’, não são bandidos, são pessoas como você, são meninos da classe média, pessoas que acreditam, que sonham. Jesus Cristo também foi assim, ele morreu não foi porque ele quis, porque ele achou bonitinho morrer na cruz, ele morreu porque ele foi condenado e perseguido devido à sua proposta de reino, de mundo que ele passava para os pobres e isso não podia, nunca pode na História. Então nos passeios que a gente fazia a gente lia de tudo.

Durante as aulas de História, Andreia procurava relacionar os conteúdos com o seu cotidiano e experiências fora do espaço escolar e também mostrar aos alunos um pouco dos movimentos os quais ela participava. Um deles era o movimento pela reforma agrária, também muito reprimido pela ditadura civil-militar. Assim, ela falava com os alunos sobre o movimento e suas propostas e os convidavam a participar de uma reunião para que eles realmente soubessem o que acontecia naquele espaço relacionando tal movimento a um período específico do conteúdo dado em sala.



É, era assim, eu falava com eles que ia ter um encontro que ia discutir a reforma agrária, e a gente estudou sobre as ligas camponesas que tiveram no Brasil, então assim, ‘Vocês lembram que a gente estudou sobre as ligas camponesas? Agora tem um grupo de pessoas que estão querendo, assim entre aspas ‘ressuscitar’ as ligas camponesas e vai ter um encontro sobre a reforma agrária, vai ser o dia inteiro, nós vamos para lá as sete horas da manhã e vamos sair as seis horas, vocês topam? Vai ter almoço, vai ter muita palestra, vocês querem ir?’

O ensino de História foi duramente atacado durante o regime militar devido ao seu viés de promoção do pensamento crítico, o que deixaria o governo com certos temores pelo que a disciplina poderia causar contra o mesmo. Andreia enquanto professora de História se preocupava justamente em promover o pensamento crítico dos alunos e é importante observar como a resistência da professora Andreia ocorria diariamente, também, a partir de suas escolhas didáticas para abordar um tema histórico. Ela trazia o seu conhecimento aos alunos de forma a fazê-los pensarem e não apenas transmitia um conhecimento, mas sim questionava e incentivava o pensamento dos alunos.

Observamos que a professora de ensino de História Andreia, no contexto da ditadura civil-militar se constituiu como um sujeito que formulou em seu cotidiano diversas práticas de resistências contra o regime instalado e as mudanças educacionais também feitas pelo mesmo, principalmente na disciplina de História. A educadora se preocupou em realizar um ensino crítico e não mera transmissão de conhecimento e pautado na memorização, indo contrária ao que era hegemônico naquele momento no país.

## **CONCLUSÃO**

Podemos concluir, diante do trabalho apresentado, que realmente o governo ditatorial brasileiro trabalhou fortemente para construir um projeto educacional descaracterizando e retirando a autonomia das disciplinas de Ciências Humanas. As mudanças que começaram a

acontecer em 1968 a partir das reformas na graduação e pós-graduação e que a partir de 1971 se estende à educação básica se mostram como um projeto para que a educação fosse controlada e ditada pelo Estado, assim reforçando as ideias do governo e retirando da população qualquer espaço para que houvesse pensamento crítico a tudo que acontecia no país naqueles anos. Ou seja, a educação foi usada para a legitimação do regime e como um espaço para divulgar suas ideologias.

A educação durante o regime militar teve um forte caráter tecnicista, pois o governo necessitava de mão de obra para o seu projeto de desenvolvimento econômico, além de não desejarem alunos pensantes e críticos que poderiam interferir nos propósitos dos governantes. Assim, o governo ataca as disciplinas de humanidades, principalmente o ensino de História. Esse esteve na mira do governo, sendo esvaziada por completo e tendo desaparecido dos currículos escolares no ensino de primeiro grau, sendo englobado em Estudos Sociais junto às disciplinas EMC, OSPB e Geografia.

Diante de toda essa repressão voltada para o ensino de História, vimos também que foi possível desviar-se da vigilância e medo instalados pelo Estado e que houve brechas que tornaram possível a resistência e a continuação de um ensino de História realizado fora das regras do governo.

Andreia se coloca como uma professora que resistia em suas práticas pedagógicas e em suas ações cotidianamente. Ensinando aos seus alunos uma História crítica e que realmente se pautava em mostrar a realidade do país naquele contexto de ditadura. Realizava práticas que até então eram censuráveis pelo regime militar, práticas essas diferenciadas e que trouxeram para ela algumas discussões e problemas com a direção da escola que era bem rígida e até mesmo ameaças de pais de alunos. Mesmo com a vigilância por parte da direção e o medo que transitava pelo ambiente escolar a professora conseguia, nas brechas e espaços deixados, desenvolver uma docência a qual realmente acreditava, criticando uma história construída por uma elite e eurocêntrica. Assumindo as responsabilidades de suas ações e práticas em sala de aula, Andreia se mostrava resistente contra a ditadura civil-militar em ações cotidianas, como o fechar a porta e ter o controle do que acontecia em sala e não mudar suas práticas didáticas de acordo com o que estava estabelecido.

Percebemos assim, que mesmo com toda formulação de um projeto político educacional em que o Estado pudesse controlar o ambiente escolar e seus profissionais, ainda sim eles deixaram lacunas. Lacunas essas que foram usadas para construir uma resistência diária. Ou seja, o governo não conseguia ser tão vigilante assim e reprimir tudo o que não desejava.

## **REFERÊNCIAS**

BITTENCOURT, Circe M. Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 2ª Ed. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

CORDEIRO, J.F.P. **A História no centro do debate: as propostas de renovação do ensino de história nas décadas de setenta e oitenta**. Araraquara: Laboratório Editorial Unesp, 2000.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História oral e narrativa: tempo, memória e identidades**. História oral, v. 6, p. 9-25, 2003.

DELORY-MOMBERGER, Christine. **Abordagens metodológicas na pesquisa biográfica**. Revista Brasileira de Educação, v. 17, n. 51, 2012.

FONSECA, Selva G. **Caminhos da História Ensinada**. 13ª Ed. São Paulo: Papyrus Editora, 2011.

LOURENÇO, Elaine. **O ensino de História encontra seu passado: memórias da atuação docente durante a ditadura civil-militar**. Revista Brasileira de História, v. 30, n. 60, 2010.

NASCIMENTO, Bruno Rafael Machado. **A Ditadura Militar e o ensino de História: uma relação conflituosa**. Estação Científica (UNIFAP), v. 6, n. 3, p. 29-39, 2017.

# DITADURA OU REVOLUÇÃO: CONCEPÇÕES E MEMÓRIAS DE MULHERES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS ACERCA DO GOLPE DE 1964

Júlia Canella da Silva <sup>249</sup>

**RESUMO:** O presente texto pretende apresentar os resultados da pesquisa desenvolvida para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso, desenvolvido no curso de Licenciatura em História da UFJF.<sup>250</sup> Temos como objetivo investigar as memórias e representações que o período da Ditadura Civil-militar no Brasil, compreendido entre 1964 e 1985, imprimiu na vida de mulheres iletradas ou com pouca escolarização, que vivenciaram este período, e que hoje retornam à escola através da Educação de Jovens e Adultos. Neste artigo a ênfase se dá sobre a discussão entre a ideia de “revolução de 1964” presente na fala das entrevistadas e o desenvolvimento de uma memória hegemônica que estabelece o momento social e político vivido pelo país como uma Ditadura Militar, visto que as memórias sobre a Ditadura no Brasil se constituem em um campo de disputas de poder.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ditadura. Educação de Jovens e Adultos. Memória. Mulheres. Narrativa.

**ABSTRACT:** This text intends to present the results of the research developed for the elaboration of the Course Conclusion Work, developed in the degree in History of UFJF. We aim to investigate the memories and representations that the period of the Civil-Military Dictatorship in Brazil, from 1964 to 1985, imprinted on the lives of illiterate or poorly educated women, who experienced this period, and today return to school through Youth and Adults Education. In this article the emphasis is on the discussion between the idea of "revolution of 1964" this speech of the interviewees and the development of a hegemonic memory, establishing the social and political situation experienced by the country as a military dictatorship, as the memories of The dictatorship in Brazil is a field of power disputes.

**KEYWORDS:** Dictatorship. Youth and Adult Education. Memory. Women. Narrative.

---

<sup>249</sup> Graduada em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora.

<sup>250</sup> Histórias e subjetividades femininas na EJA: memórias e narrativas sobre a ditadura. Trabalho de conclusão de curso entregue como requisito para obtenção do título de licenciada em História pela UFJF sob orientação da Profa. Dra. Yara Cristina Alvim.

## INTRODUÇÃO

A presente pesquisa surge a partir de um interesse pessoal da pesquisadora na Educação de Jovens e Adultos, e nas mulheres enquanto sujeitos de pesquisa. A EJA se constrói enquanto campo de pesquisa possível através de um primeiro contato com a modalidade de ensino em duas bolsas de Iniciação Científica na Faculdade de Educação, entre os anos de 2017 e 2019. Por outro lado, compreender as mulheres enquanto sujeitos de pesquisa que produzem história, narrativas e vivências particulares, se dá enquanto um recorte de gênero que me afeta pessoalmente, enquanto mulher e pesquisadora, que se propõe a conhecer e produzir conhecimento sobre outras mulheres.

As inquietações sobre temas sensíveis no Ensino de História se colocam a partir de questões políticas do tempo presente; e de vivências universitárias em diferentes contextos. Dessa forma, a Ditadura Civil - Militar<sup>251</sup> se coloca atualmente como um debate em pauta, sendo constantemente questionada e relativizada pela sociedade, questionando-se também a produção historiográfica estabelecida e até mesmo relatos de memórias, pessoais e coletivas, sobre o tema. A pesquisa é traçada então a partir de uma questão central, a qual se propõe pensar, a partir de uma análise biográfica, como, e se, o período da ditadura civil – militar brasileira aparece na história de vida de mulheres iletradas, ou com pouca escolarização, que retornam à escola através da Educação de Jovens e Adultos.

A escolha de tais sujeitos tão característicos não se dá aleatoriamente, o recorte da narrativa a ser utilizada como fonte de pesquisa ocorre a partir da compreensão de mulheres enquanto sujeitos historicamente silenciados por uma sociedade em que predomina a imposição pela força da voz masculina.

O desenvolvimento da história das mulheres acompanha em surdina o “movimento” das mulheres em direção à emancipação e à libertação. Trata-se da tradução e do efeito de uma tomada de consciência ainda mais vasta: a da dimensão sexuada da sociedade e da história. (PERROT, 2008, p.15)

Tratar de mulheres no contexto da Educação de Jovens e Adultos se coloca enquanto ponto ainda mais sensível na construção desta pesquisa. Historicamente a EJA se estabelece enquanto modalidade de ensino não de caráter compensatório, mas sim enquanto um

---

<sup>251</sup> Neste trabalho utilizaremos o conceito de Ditadura Civil – Militar, o qual será discutido posteriormente no segundo capítulo do texto. Entretanto, em alguns momentos do texto trataremos somente por ditadura para evitar repetições constantes.

compromisso do Estado em garantir o direito à educação àqueles que, por quaisquer motivos, tiveram seu acesso negado na idade apropriada.

Ao lançar mão da narrativa autobiográfica como metodologia de pesquisa proporcionamos às mulheres em questão a possibilidade de se colocarem como agentes que constroem suas próprias narrativas, dando voz às suas subjetividades, desejos, e expectativas para perceber de que forma estas se constituíram em relação ao meio em que se inserem. Nesse contexto permitir que estas relatem sua história, ainda que destacando o período específico que constitui objeto de interesse da pesquisa, as coloca em um patamar de agentes e sujeitos históricos através do qual se possibilita a construção do conhecimento. Através da narrativa pessoal do sujeito acreditamos ser possível compreender características próprias do meio social e do contexto que este se insere, de maneira a construir a partir de sua trajetória particular uma narrativa histórica.

Numa tal perspectiva, elaborada nos últimos anos pela micro-história, não é necessário que o indivíduo represente um caso típico; ao contrário, vidas que se afastam da média levam talvez a refletir melhor sobre o equilíbrio entre a especificidade do destino pessoal e o conjunto do sistema social. (LORIGA, 1998, p. 248-249)

Entretanto, é necessário encarar que a vivência de experiências sociais é um processo extremamente característico do contexto em que os sujeitos se inserem. Sendo assim, estabelecemos como possibilidade que através da narrativa dessas mulheres podemos encontrar experiências e memórias muito diferentes daquelas hegemonicamente construídas. Suas narrativas biográficas se colocam então, no início da pesquisa, como territórios do desconhecido, do imprevisível, de onde poderiam ou não surgir memórias marcantes e traumáticas em relação ao regime. Entretanto, a construção de uma narrativa do período que não retrate toda sua carga traumática, comumente retratada por biografias de guerrilheiros, políticos e participantes de movimentos políticos e sociais, se coloca necessária do ponto de vista que reflete a experiência social do cidadão comum, com pouco ou nenhum envolvimento político.

O recorte temporal a ser tratado, que se pauta pela vigência do regime da ditadura Civil-militar no Brasil entre 1964 e 1985, foi escolhido não só pela dimensão da experiência social e política que integram as discussões sobre o período, mas também para problematizar de que forma tal experiência tem sido relativizada e questionada pela opinião pública

atualmente. Perceber a visão e a construção da memória de diferentes camadas sociais sobre um mesmo período se mostra essencial para pensarmos a partir de qual narrativa se constroem os questionamentos em relação ao período, quais as diferentes memórias sociais que circulam, e quais narrativas compõem o que se constitui enquanto memória comum da ditadura.

## **TRAJETÓRIAS QUE SE CRUZAM**

Abordar a narrativa biográfica de mulheres iletradas ou com pouca escolarização acaba por se tornar, ainda que não intencionalmente, um recorte de classe, gênero e lugar social de fala desses sujeitos. Tais características devem surgir a partir de sua própria narrativa, onde estas se incluirão em seu contexto social e tempo histórico específicos de forma a colaborar com a construção de seu próprio espaço de vivência e percepção, social e política, em relação ao período de 21 anos de ditadura que acaba por atravessar grande parte de sua juventude.

A utilização da História Oral e da Biografia enquanto metodologias de pesquisa ocorrem a partir da revisão de uma bibliografia que trata da relação de ambas com a história enquanto ciência. Partindo de autores como Giovanni Levi, compreendemos a biografia enquanto possibilidade de transmissão das particularidades próprias de um texto literário à escrita historiográfica.

Obviamente as exigências de historiadores e romancistas não são as mesmas, embora estejam aos poucos se tornando mais parecidas. Nosso fascínio de arquivistas pelas descrições impossíveis de corroborar por falta de documentos alimenta não só a renovação da história narrativa, como também o interesse por novos tipos de fontes, nas quais se poderiam descobrir indícios esparsos dos atos e das palavras do cotidiano. Além disso, reacendeu o debate sobre as técnicas argumentativas e sobre o modo pelo qual a pesquisa se transforma em ato de comunicação por intermédio de um texto escrito. (LEVI, 2006, p.169)

A escolha da história oral como metodologia de pesquisa se dá pela compreensão desta enquanto forma de seleção de procedimentos investigativos que possibilitem a utilização dos relatos orais enquanto fontes de pesquisa. Desta forma “na área teórica, a história oral é capaz apenas de suscitar, jamais de solucionar questões, ou seja, formula as perguntas, porém não pode oferecer as respostas” (AMADO; FERREIRA, 2006, p.XVI), as questões que surgem a

partir do relato oral enquanto fonte devem ser analisadas, problematizadas e interpretadas a partir da historiografia e da teoria da história.

A interdependência entre prática, metodologia e teoria produz o conhecimento histórico, mas é a teoria que oferece os meios para refletir sobre esse conhecimento, embasando e orientando o trabalho dos historiadores, aí incluídos os que trabalham com fontes orais. (AMADO; FERREIRA, 1996, p.XVII)

A partir da escolha de utilização dos relatos orais enquanto metodologia e fonte, foi elaborado um questionário de forma conjunta entre orientanda e orientadora. As questões expressam diretamente os objetivos da entrevista e, conseqüentemente, da pesquisa. A partir das oito perguntas geradoras e de seus desdobramentos pretendemos provocar as entrevistadas ao exercício de reflexão e rememoração, incentivando-as através de uma atitude acolhedora a se sentirem à vontade para partilhar suas histórias à sua própria maneira e linguagem.

As entrevistas, aqui tratadas como fontes de pesquisa, foram realizadas no município de Juiz de Fora – MG, em uma escola da rede municipal que atua somente com Educação de Jovens e Adultos, o Centro de Educação do Menor, CEM. A escola, por trabalhar somente com a EJA, propõe sua atuação por meio de um currículo diferenciado, oferecendo no turno da tarde um projeto voltado somente para escolarização de adultos acima de 55 anos. Devido ao recorte temporal da pesquisa e à idade mínima estabelecida para as entrevistas, priorizamos o contato com as duas turmas bisseriadas deste projeto, as quais, por coincidência, eram formadas somente por mulheres.

Neste contexto foram realizadas cinco entrevistas com mulheres entre 68 e 75 anos. Ao visitar as turmas pela primeira vez, me apresentei enquanto estudante e pesquisadora, apresentando também o projeto e deixando claro que a participação era facultativa, ainda assim todas as mulheres acima de 65 anos concordaram, com incentivo do professor de história, a participar.

Ao apresentar a proposta do projeto e o modelo de entrevistas, a alegação de algumas delas se direcionava a impressão de não terem memória, podendo este ser apontado como uma ausência de percepção de si enquanto sujeito histórico, constituído por vivências e memórias pessoais que se diferenciam a partir de seus lugares de fala. Desta forma dar a estas mulheres a oportunidade de contar suas histórias, partilhar memórias e lembranças de sua vida, colabora



com a construção de sua autoestima, além de provocar um exercício de reflexão sobre o contexto que viveram e o espaço da escola em sua vida ontem e hoje.

En la investigación narrativa es importante que el investigador escuche primero la historia del practicante, y es el practicante quien primero cuenta su historia. Pero esto no quiere decir que el investigador permanezca en silencio durante el proceso de la investigación. Quiere decir que al practicante, a quien durante mucho tiempo se le ha silenciado en la relación de investigación, se le está dando el tiempo y el espacio para que cuente su historia, y para que su historia también gane la autoridad y la validez que han tenido siempre los relatos de investigación. (CONNELLY; CLAUDININ, 1995, p.21)

Dentre as narrativas aqui apresentadas podemos perceber diversos pontos em que as histórias de nossas mulheres se cruzam. As dimensões da vida doméstica, do trabalho e da ausência de oportunidades de escolarização se torna uma narrativa comum a época, a classe social e ao gênero ao qual todas pertencem. Ao tocar nas questões de gênero, especificamente, ficam claras as limitações e obrigações que este impõe a todos os aspectos de suas vidas, o cuidado com o outro, a dedicação à família acima de si e o retorno à escola na vida adulta somente quando percebem que não há mais uma forte relação de dependência estabelecida, principalmente com os filhos. Outra questão que se relaciona diretamente a condição feminina de existência são as imposições e limitações pelo casamento, caminho colocado para muitas delas como o único possível a ser traçado para mudarem sua condição de vida, mas que acaba se constituindo como mais um fator de afastamento da escola.

O direito a educação que lhes foi negado representa uma dívida histórica do país ainda não superada. Os índices de analfabetismo no Brasil, apesar de terem caído 51,7 % no último século <sup>252</sup> permanecem altos se comparados a países vizinhos como a Argentina e o Chile. Segundos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) O Brasil ainda possui cerca de 11,8 milhões de analfabetos, o que corresponde a 7,2% da população de 15 anos ou mais.<sup>253</sup>

## **O PROCESSO DE SILENCIAMENTO E A CONSTRUÇÃO DE MEMÓRIAS**

---

<sup>252</sup> Mapa do analfabetismo no Brasil. INEP. Disponível em: [portal.inep.gov.br/documents/186968/485745/Mapa+do+analfabetismo+no+Brasil/a53ac9ee-c0c0-4727-b216-035c65c45e1b?version=1.3](http://portal.inep.gov.br/documents/186968/485745/Mapa+do+analfabetismo+no+Brasil/a53ac9ee-c0c0-4727-b216-035c65c45e1b?version=1.3)

<sup>253</sup> Jornal O Globo. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/brasil-ainda-tem-118-milhoes-de-analfabetos-segundo-ibge-22211755>

Em se tratando da construção de uma memória coletiva acerca da Ditadura pela sociedade brasileira, esbarramos em um ponto de discussão sensível e controverso, a Lei da Anistia. Na contramão dos demais países latinos que se redemocratizavam após períodos ditatoriais, o Brasil estabelece através da Lei da Anistia, aprovada em 1979, uma política de esquecimento. A anistia brasileira, de acordo com autores como Silva (SILVA, 2004, p. 270) não deixou espaço para revanchismos, todos foram perdoados pelos crimes cometidos no período em questão, desde os presos políticos, exilados, e torturados no processo de resistência, até os militares que torturaram e perseguiram civis em nome do Estado.

A ausência de julgamentos ou punições de qualquer tipo aos torturadores, implica também na ausência de uma memória coletiva que sensibilize a sociedade brasileira em relação aos crimes ocorridos na Ditadura. Para Daniel Aarão Reis a anistia brasileira se configurou como um “pacto de sociedade que a fundamentou e os silêncios implicados” (REIS, 2010, p. 177).

No ano de 2009, durante a Conferência Nacional de Direitos Humanos, instituiu-se a criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV), a qual teve por objetivo esclarecer e tornar públicas as diversas violações de direitos humanos praticadas no Brasil durante a Ditadura Civil – Militar:

A criação da Comissão Nacional da Verdade assegurará o resgate da memória e da verdade sobre as graves violações de direitos humanos ocorridas no período anteriormente mencionado [1964-1988], contribuindo para o preenchimento das lacunas existentes na história de nosso país em relação a esse período e, ao mesmo tempo, para o fortalecimento dos valores democráticos.<sup>254</sup>

Os relatórios produzidos pela CNV contribuíram imensamente para o resgate e a construção de memórias sobre os crimes cometidos durante a ditadura, bem como contribuíram para que seja possível contabilizar os mortos, desaparecidos e torturados pelo regime, de maneira a se constituir como um dossiê de pesquisa imprescindível para compreendermos a construção da história recente do país. No contexto político brasileiro atual, entretanto, o que se observa é um processo de incitação ao questionamento e a revisionismos incabíveis, que colocam sob ataque memórias sensíveis e pessoais de

---

<sup>254</sup> Mensagem de 12 de maio de 2010 do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, ao Congresso Nacional, encaminhando o projeto de lei da criação da Comissão Nacional da Verdade.

resistência ao regime, de forma a não contribuir minimamente para construção da memória sobre a Ditadura.

As memórias sobre a Ditadura no Brasil se constituem em um campo de disputas de poder, exercendo forte influência na construção política e na identidade social do país. De acordo com Michael Pollak “O que está em jogo na memória é também o sentido da identidade individual e do grupo. ” (POLLAK, 1989, p.10). Sendo assim, ainda que sob disputa, a memória hegemônica do período ditatorial brasileiro se relaciona diretamente à tortura e à repressão como características principais, aliadas, em controvérsia, às perspectivas dos que não foram diretamente atacados pelo regime, lembrando deste como um momento de prosperidade econômica, segurança e ordem.

Assim, o denominador comum de todas essas memórias, mas também as tensões entre elas, intervém na definição do consenso social e dos conflitos num determinado momento conjuntural. Mas nenhum grupo social, nenhuma instituição, por mais estáveis e sólidos que possam parecer, tem sua perenidade assegurada. (POLLAK, 1989, p. 11)

Ao discutirmos relatos de memória sobre a Ditadura, se tornou comum que a prioridade seja dos relatos de presos políticos e pessoas perseguidas pelo regime, as quais representam sintomaticamente o contexto de repressão vivido. Neste trabalho, entretanto, nos dispusemos a refletir sobre os relatos de memória de mulheres iletradas, ou com pouca escolarização, em relação ao período, de forma a perceber de que forma este atravessa ou se ausenta de suas histórias de vida.

No processo de construção deste trabalho refletimos sobre qual recorte temporal deveria ser utilizado para que os sujeitos entrevistados estabelecessem relação direta com o contexto da Ditadura no Brasil a partir de seu cotidiano. Para tanto, definiu-se que as entrevistas deveriam ser feitas com mulheres a partir dos 65 anos de idade, compreendendo que dessa forma toda sua juventude seria atravessada pelo período de tensões políticas, desde o golpe até o processo de redemocratização.

Entretanto, ao contrário do esperado quando definimos quem seriam os sujeitos de pesquisa, o que extraímos sobre a ditadura de seus relatos diz respeito muito mais à ausências do que a lembranças propriamente. Ainda assim, é necessário compreender a ausência e os silêncios enquanto aspectos tão sintomáticos de suas vivências do período quanto seriam quaisquer outras memórias, visto que:

Esquecimento, omissões, os trechos desafiados de narrativa são exemplos significativos de como se deu a incidência do fato histórico no cotidiano das pessoas. [...] Grande mérito dos depoimentos é a revelação do desnível assustador de experiência vivida nos seres que compartilham a mesma época; a do militante penetrado de consciência histórica e a dos que apenas buscaram sobreviver. Podemos colher enorme quantidade de informações factuais, mas o que importa é delas fazer emergir uma visão de mundo. (BOSI, 2003, p. 18-19)

Apoiando-nos nas afirmações de Éclea Bosi, é possível perceber que a ausência de impressões e memórias marcantes sobre o período nas narrativas coletadas representa a visão de mundo de sujeitos específicos, que viveram a Ditadura a partir de seu contexto social, demarcado aqui por questões como o gênero, visto que são mulheres; a falta de escolarização; o pertencimento à classe trabalhadora ou de baixa renda; e sua convivência que se reduz quase inteiramente ao ambiente doméstico. As demarcações aqui listadas perpassam suas narrativas, mesmo quando estas eram questionadas diretamente sobre o período, como podemos perceber na narrativa de Carolina:

Ah falava da ditadura, que a ditadura era muito ruim, eu acho que o que eu estava passando era ditadura já, por isso que eu nem ligava, porque o que eu estava passando já era ditadura, porque só o que eu estava vivendo ali meu Deus do céu, não era fácil. [...]. Eu lembro por causa da Dilma né, ela falava que foi do tempo da ditadura, e não sei o que, que ela foi amarrada, essas coisas eu lembro de lá pra cá, antes não.

Através dos relatos percebemos as dificuldades vividas por essas mulheres durante toda sua juventude, estas se constituem como a característica mais marcante de seus depoimentos independente da época, ou contexto social e político vividos. Suas questões de urgência do cotidiano passavam pelo cuidado com os filhos, a casa, os maridos, a dedicação ao emprego, sobrando pouco ou nenhum tempo para se informar ou refletir sobre o que acontecia no país ao seu redor.

Outro fator que influencia a sociabilização de nossas entrevistadas é o acesso limitado aos meios de comunicação. A leitura de jornais e revistas se impossibilitava pela dificuldade de acesso e à pouca escolarização. Os aparelhos de televisão, no contexto tratado, eram artigos de luxo, disponíveis apenas nos lares mais abastados, não sendo este o caso de nenhuma das entrevistadas. Dessa forma, o rádio se torna o único meio de comunicação disponível a essas mulheres, como aponta Clarice em seu relato:

O que me marcou muito foi, eu ainda estudava, foi a morte do Getúlio Vargas, depois veio outros presidentes... conhecia assim pelo falar, porque eu não assistia muito... nem todo tinha televisão, então ouvia falar pelo rádio, era o Juscelino Kubitschek, João Goulart, Jânio quadros... Na minha casa não tinha televisão, então único meio que tinha era o rádio, sabe? Então tinha também as rádios aqui de Juiz de Fora que a gente ouvia muito, eu me lembro o nome que era BRB3, a rádio industrial. Então tinha uns programas que a gente gostava, dava no horário daqueles programas a gente estava perto do rádio pra ouvir.

Rachel, por sua vez, aponta uma relação de tensão a respeito do rádio, afirmando que em sua casa este era completamente controlado pelo pai:

Eu não ouvia rádio, quem ouvia muito era meu pai. Meu pai era surdo, colava o ouvido no rádio, então só ele ficava ali na sala. Então se você falasse assim “a” já perturbava ele. [...]. Mas eu não me interessava por isso, porque a gente não podia ouvir porque só tinha um rádio, meu pai era meio surdo aí ficava ele na sala, se a gente falasse já perturbava. Aí então era só ele que ouvia rádio em casa, não tinha televisão... eu tive televisão eu já era casada, já tinha três filhos. Aí depois que eu fui ter televisão, então não me envolvia com política por isso.

Três das cinco mulheres entrevistadas afirmaram não possuir memórias específicas que se relacionassem ao período da Ditadura Civil-Militar no Brasil, entretanto, em duas das entrevistas houve relatos de memórias marcantes sobre o período. As narrativas de Conceição e Rachel são brevemente atravessadas pelo que elas denominam “Revolução de 1964” a partir de um fio condutor comum, ambas tinham parentes ligados às forças armadas ou à polícia quando se instaura o golpe.

Rachel relata a experiência da família com o irmão, o qual era militar e se encontrava em serviço entre os dias 31 de março e 1º de abril no ano de 1964, tendo sido retido por alguns dias no quartel onde servia sem poder se comunicar com ninguém da família. Está é a única memória direta que ela possui. Quando questionada sobre a relação posterior e possíveis conversas com o irmão sobre o assunto, a entrevistada diz não se lembrar de mais nenhum aspecto significativo:

Me lembro, me lembro sim. De um fato, que houve uma revolução em 60 e meu irmão estava no quartel servindo o Exército aqui em Juiz de Fora e ele ficou preso aqui sem poder ir lá em casa, porque ele ia em Rio Novo né? No

final de semana ele ia, aí ele não pode, é só isso que eu lembro da ditadura, mais nada.

O relato de Conceição é atravessado pela ditadura em dois momentos. No primeiro deles a entrevistada ainda era solteira e trabalhava em uma casa de família, tendo como patrão um advogado, o qual comentou com os empregados sobre a iminência do golpe e de que forma este atingiria seu cotidiano, dizendo que todos deveriam ter cuidado ao sair de casa. Entretanto, como ainda era menina, Conceição contrariou as recomendações e foi com algumas amigas e uma prima assistir ao desfile de soldados no centro de cidade:

[...] mas mesmo assim, eu era nova e tudo né, saí e fui ver os soldados passar. Ai nessa época, deixa eu ver se eu já conhecia o Renato (nome fictício)... eu acho que já, já conhecia sim. Então aí eu fui... a gente ia com a minha irmã, colega e tudo... tinha uma moça que trabalhava nesse prédio perto de um hotel que tem ali na Rio Branco, o Ritz, Ritz hotel. Aí foi ali perto, tinha um prédio ali e nós ficamos ali na sacada, vendo aquela multidão de soldado passando. Então eles estavam indo pra lá pra... como que a gente fala... pra ajudar né? Porque se saísse alguma confusão, foi revolução né?

Posteriormente, já depois de casada, seu marido passa a integrar as forças policiais permanecendo por um período bastante breve, entre 1964 e 1967, a entrevistada não soube precisar as datas com exatidão:

Ele era policial, mas assim, não ficou muito tempo não. Ele ficou mais ou menos... deixa eu ver, de 64... foi uns dois anos e meio, sabe porquê? Ele não quis ficar, ele não quis ficar de jeito nenhum. E começou a pedir pra sair sabe? Dar baixa nele, pedir baixa que eles falam né. E aí ele saiu, mas saiu porque ele quis mesmo.

O que se torna mais interessante nesse relato é a razão pela qual seu marido abandona o cargo tão precocemente. Conceição, ao ser questionada, relata que houve um assassinato de um soldado que não foi solucionado. Este era amigo próximo de seu marido que logo após o episódio pede baixa em seus serviços e se desliga da corporação. A entrevistada relata então que o assunto não foi muito discutido à época, mas que o marido chegou a relatar situações de abuso com presos que a impressionaram, afirmando sempre torcer para que ninguém próximo a família fosse preso.

Outro aspecto que chama a atenção nos relatos é a percepção e a impressão sobre a Ditadura que uma das entrevistadas constrói a partir de suas vivências no presente, que se faz

através da televisão, de livros, filmes, jornais, e demais meios de comunicação que se popularizaram e se tornaram mais acessíveis. A partir dessas informações ocorre um processo em que se ressignifica sua compreensão e sua percepção acerca da Ditadura enquanto experiência socialmente partilhada, conhecendo vivências sobre o período que diferem muito de sua experiência pessoal.

A experiência de Rachel é o exemplo, quando ela relata ter lido o livro “Brasil nunca mais” escrito pelo cardeal Dom Paulo Evaristo Arns se constitui em uma espécie de dossiê que reúne diversos crimes cometidos durante a Ditadura Civil-Militar no Brasil, dentre eles a tortura, o assassinato e a ocultação de cadáveres que nunca mais foram encontrados.<sup>255</sup> O livro foi emprestado a Rachel por um vizinho militante de um partido de esquerda ao qual a entrevistada prefere não citar:

O que eu sei é o que eu vejo falar em televisão, e pessoas que contam de filhos desaparecidos. Igual daquela estilista de moda, Zuzu Angel, que ela não encontrou o filho até hoje. E também eu tenho uns vizinhos, que é de um partido, não vou falar o nome porque não pode fazer propaganda política... que eles me deram um livro pra mim ler, Brasil nunca mais, ele relata a história da ditadura um horror, um horror! É filme de terror parece, porque o que as mulheres sofriam, então eu li, eu li sobre a ditadura, eu li esse livro todinho. [...]. Então é isso que eu entendo da ditadura, mas eu não entendo de política... é um horror, é um horror o que eles faziam. Eles torturavam mulheres grávidas de enfiar na vagina delas espeto, as coisas, meu Deus, nas unhas dos homens... tortura. Eu fiquei assim, eu não sabia que tinha existido até então, eu não sabia nada de ditadura não, eu pensava que ditadura quem passou por ela fosse só pessoas... políticos, do meio político, mas o que eu vi de pessoas de fora, isso segundo livro, não sei se é verdade também, é um livro, aí eu não sei te falar, mas é um horror, total horror eu senti da ditadura.

Percebemos então que a compreensão do que ocorreu na ditadura para a entrevistada se deu a partir de uma experiência no tempo presente que a fez refletir sobre um contexto vivido, mas não experimentado de forma traumática como os relatos com os quais teve contato através do livro. Por meio do seu relato é possível perceber como a perspectiva de memória e vivência do sujeito se modificam com o passar do tempo, a bagagem acumulada e os diferentes espaços que este ocupa.

Dessa forma, apesar de compreendermos a Ditadura como uma experiência socialmente partilhada no Brasil, visto que essa faz parte da memória pública nacional, através das entrevistas coletadas para esta pesquisa é possível apontar que tal experiência se

---

<sup>255</sup> ARNS, Dom Paulo Evaristo. *Brasil nunca mais*. Editora: Vozes, 1986.

configura em narrativas e impactos muito diferentes a depender do contexto no qual o sujeito está imerso.

## CONCLUSÃO

Os resultados obtidos a partir dessa pesquisa reafirmam as potencialidades do uso da narrativa e da História Oral enquanto metodologias da pesquisa em História, visto que estas permitem a problematização de temas, acontecimentos e períodos históricos a partir das memórias pessoais e coletivas de diferentes grupos. A compreensão da memória e dos relatos biográficos como fontes históricas pode colaborar diretamente com a construção da memória coletiva, principalmente quando tratamos de um passado recente que atravessou a vida de parte da população que ainda vive e se relaciona com as consequências e influências desse passado em seu presente.

O que se reforça a partir desta pesquisa é a compreensão de que tais memórias, sejam sobre a Ditadura ou sobre qualquer outro período histórico, dependem diretamente do lugar que o sujeito que relembra ocupa na sociedade. Como exemplo, podemos utilizar a pesquisa desenvolvida por Jorge Manzi a respeito da ditadura chilena, em que o pesquisador se dispõe a aplicar um questionário que trata de diversos aspectos da ditadura no país como a composição política, as violações de direitos humanos e a memória social sobre o período. Para tanto, o autor contempla em seu levantamento três variáveis sociais sendo estas a condição socioeconômica, o gênero, a geração e o posicionamento político dos entrevistados, visto que:

Desde o início, a noção de memória coletiva combina ao menos duas condições: a natureza social de muitos eventos que se mantém ativos na memória de uma grande quantidade de integrantes de uma sociedade e o caráter social das influências que incidem em sua interpretação e evocação. [...] Tais recriações tem uma dimensão coletiva, pois, ao recordar os fatos da vida cotidiana, a importância dos fatores sociais se intensifica, sendo, muitas vezes, as instituições sociais e as características culturais dos grupos que determinam de maneira central as formas de recordação. (MANZI, 2015, p. 244)

Sendo assim, reafirmamos novamente a relevância do recorte feito para a escolha dos sujeitos que produziram as narrativas utilizadas como fontes nesta pesquisa para pensarmos



de que forma a Ditadura atravessa diferentes sujeitos em contextos sociais e políticos diversos. Ao tratarmos de narrativas de mulheres, os atravessamentos de gênero se fazem claros com a emergência de memórias do ambiente doméstico, da família, e da compreensão dos sujeitos de seu lugar social, bem como as razões e contextos pelos quais estas tiveram seu direito à educação negados durante a infância, que se relacionam diretamente com sua condição feminina.

Sua condição socioeconômica também é um fator que define suas experiências sociais, não só pelas dificuldades enfrentadas devido à ausência da escolarização, como também pela imersão no mundo do trabalho como único meio de sobrevivência possível, não restando espaço para o envolvimento com questões políticas e sociais em geral. Promover um espaço para que suas histórias sejam ouvidas, para além de pensar a problemática do relato histórico sobre um período específico, significa encarar todo e qualquer sujeito como um sujeito histórico, dotado de percepções e marcas temporais próprias que podem representar parte da composição de uma sociedade ou de um povo:

[...]. Isto significa entender a memória como uma atividade social, não tanto por seu conteúdo, como também por ser compartilhada por uma coletividade e, sobretudo, pelo fato de que os processos de intercâmbio social das recordações que se produzem mediante a comunicação interpessoal, influem de maneira fundamental na construção e na conservação de memórias (Paez, Basabe e González, 1998). Assim a lembrança de um acontecimento é dividida pelos membros de um grupo, que modifica sua representação do passado em função das tarefas e necessidades presentes, e, por isso, essa recordação cumpre, entre outras coisas, funções de coesão grupal (Jedlowski, 2000) e preservação da identidade (Ramos, 1999). ” (MANZI, 2015, p. 244)

Dessa forma, percebemos nossos sujeitos enquanto pertencentes a um grupo social específico que produz sua representação singular do passado a partir de sua realidade, apesar de pertencerem, em um sentido macro, a uma identidade social partilhada. A Ditadura no Brasil, apesar das muitas controvérsias que as discussões sobre o período levantam, ainda se afirma como um tema sensível, ainda que sempre muito urgente e necessário de ser debatido. Através dessa pesquisa pudemos, para além das questões iniciais, refletir sobre diferentes perspectivas sobre a pesquisa em história e o trabalho com história oral e narrativas de vida e vivência de sujeitos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- BOSI, Éclea. *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- CONNELLY, Michael F. CLANDININ, D. Jean. Relatos e Experiencias e Investigación Narrativa. In: LAROSSA, Jorge. *Déjame que te cuente: ensayos sobre narrativa y educacion*. Editorial Laertes.
- LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques (org). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998.
- MANZI, Jorge. A memória coletiva do golpe de Estado do Chile. In: CARRETERO, Mario. ROSA, Alberto. GONZÁLEZ, Maria Fernanda. *Ensino de História e Memória Coletiva*. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- PERROT, Michele. *Minha História das Mulheres*. São Paulo: Contexto. 2008.
- POLLAK, M. Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200 – 212.
- \_\_\_\_\_. *Memória, esquecimento, silêncio*. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, nº3, 1989, p. 3-15.
- REIS, Daniel Aarão. *Ditadura, Anistia e Reconciliação*. *Est. Hist.*, Rio de Janeiro, vol.23, nº 45, p. 171-186, janeiro-junho de 2010.
- SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil*. In: *O Brasil Republicano: O tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2004.

# **GAME ON: A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO HISTÓRICO ATRAVÉS DOS JOGOS DIGITAIS**

Jorgeana Roberta Alcântara Teixeira<sup>256</sup>

**RESUMO:** O objetivo desse trabalho é discutir as relações possíveis entre os jogos eletrônicos e a construção do conhecimento histórico, procuramos apresentar os seguintes questionamentos: qual formação histórica é produzida e relatada pelos adolescentes que consomem jogos digitais com temáticas históricas? Porque eles consomem esses jogos? Quais passados e temas esses jogos são capazes de representar? Qual significado que esse passado representa para os alunos jogadores em conjunto com a escola? Quais as contribuições do jogo para a construção de pensamento histórico? E por último, se eles enxergam os jogos como uma construção de narrativa e de que forma se estabelece para esses sujeitos a relação entre ensino de história e *games*, além de compreender a influência desses jogos como fonte na construção do conhecimento histórico.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ensino de história, Jogos Eletrônicos, Aprendizagem histórica.

**ABSTRACT:** This article aims to discuss the possible relationships between electronic games and the construction of historical knowledge. We seek to present the following questions: What historical context is produced and reported by adolescents who consume digital games with historical themes? Why do they consume these games? What backgrounds and themes can these games represent? What does this past mean for students players in conjunction with the school? What are the contributions of the game to the construction of historical thinking? And finally, games are seen as a narrative construction and how the relationship between history teaching and games is established for these subjects, besides understanding the influence of these games as a source in the construction of historical knowledge.

**KEYWORDS:** History teaching, Electronic games, Historical learning.

---

<sup>256</sup> Graduada em Licenciatura em História pela UFJF – joo\_alcantara@hotmail.com

## INTRODUÇÃO

Os jogos eletrônicos são os produtos de entretenimento mais consumidos do século XXI, ocupando o terceiro lugar no ranking de lucratividade da indústria cultural no mundo, ultrapassando até mesmo o cinema e a música.<sup>257</sup> Se tornaram extremamente populares no Brasil entre os anos 80 e 90 com o surgimento dos primeiros videogames pequenos, mais baratos e privados em lares com a aparição da Nintendo, que foi de fato a primeira grande empresa a fazer sucesso com seus consoles, em 1990 quando lançou o *Super Nintendo*, alcançando mais de 46 milhões de unidade vendidas no mundo, seu sucessor o *Nintendo 64*, não conseguiu repetir o mesmo alcance de vendas e posteriormente a empresa foi perdendo o mercado para os consoles mais modernos, uma vez que não conseguiu acompanhar as inovações tecnológicas.

Mas foi durante os anos 2000 com a febre das *lan houses* que os jogos começaram a atingir seu ápice, em 2017, o Brasil ocupou o 4º lugar no *ranking* de países que mais possuem jogadores e 13º entre os que mais consomem jogos eletrônicos nas plataformas modernas, com aproximadamente 75 milhões de jogadores movimentando cerca de 1,3 bilhões de dólares anualmente, sendo o maior consumidor de jogos da América Latina.<sup>258</sup>

Os jogos seriam então uma forma de interpretação da sociedade e do mundo, muito além de algo infantil ou de brincadeira, e apesar de ter uma certa leveza, por trás há uma ferramenta poderosa e divertida, que reúne conhecimento das mais diversas áreas como lógica, história, arte, matemática, computação, psicologia e etc., tornando-se, portanto, interdisciplinar.

O historiador Johan Huizinga (2007) considerou os jogos como um grande fenômeno da cultura humana, algo que seria capaz de trazer a perfeição e assim se diferenciando da vida real, ainda que limitado, mas fazendo a sociedade atingir seu maior ápice de criatividade e

---

<sup>257</sup> Sobre essa temática, conferir a matéria de Harada, Janaina. Que indústria fatura mais: do cinema, da música ou dos games? Disponível em <<https://super.abril.com.br/mundo-estranho/que-industria-fatura-mais-do-cinema-da-musica-ou-dos-games/>> Acesso em: 03 nov. 2018.

<sup>258</sup> Sobre essa temática, consultar a matéria de Pacheco, Paula. Mercado de games no Brasil cresce, apesar da crise. Disponível em: <[https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2018/07/24/internas\\_economia,975277/mercado-de-games-no-brasil-cresce-apesar-da-crise.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2018/07/24/internas_economia,975277/mercado-de-games-no-brasil-cresce-apesar-da-crise.shtml)> Acesso em: 04 Nov. 2018.

sendo uma atividade livre e voluntária, mesmo que possuam regras. Explorando as qualidades humanas como jogador, tal como o raciocínio e coragem, ao jogar, o sujeito descobre uma fascinação pelo jogo e continua jogando repetidamente resultando em prazer, mas também em divertimento.

Os jogos digitais seriam então uma atualização de outras mídias para o mundo contemporâneo, como o cinema e a televisão, só que agora controlados por um jogador, que pode realizar escolhas próprias e criar seu próprio universo. Considerando que o jogo tem um sentido dentro de um contexto, emitindo hipóteses com limitação de tempo e espaço.

Portanto, os jogos seriam uma espécie de representação histórica, dando poder, pontos de vista diferenciados e objetivos ao jogador. Transitando entre um paradigma de diversão e sucesso de vendas, e que ainda precisam afirmar sua importância, pois é natural que novas tecnologias causem estranhamento e também resistência, mas é crucial e urgente que os jogos ganhem credibilidade, para enfim poder ser utilizado em diversas áreas, além da diversão, sendo um meio de romper fronteiras, não só sociais como também acadêmicas.

Desse modo, os jogos digitais permitem um universo além da simulação, do movimento, há a criação de novos efeitos sonoros e visuais, que buscam se aproximar cada vez mais do real, abusando de uma nova linguagem, resultando em novas formas de pensar e socializar. Encorajando seu jogador a explorar os mais diversos mundos e tempos, verdadeiros ou fictícios, mas além disso permitindo criar sua própria história e personagem e, por fim, explorando suas relações de diferentes ângulos, movimentos e possibilidades. O público consumidor de jogos foram se tornando cada vez mais exigentes e diversificado, fazendo ser necessário que ampliassem os conteúdos que os jogos poderiam abordar. E se tornando uma mídia que o jogador precisa constantemente tomar decisões e aumenta sua interatividade.

## **A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO HISTÓRICO**

Em outro trabalho, ALCÂNTARA (2019), a qual trago uma análise acerca da importância de se utilizar os jogos digitais como uma ferramenta didática no ensino de história, a qual defendo a potencialidade dos jogos digitais para a aprendizagem histórica, visando suprir uma carência no ensino tradicional ao estimular novas formas de se aprender e ensinar, abrangendo os diferentes tipos de inteligências presentes em sala de aula. É preciso

pensar os jogos pedagogicamente e não apenas como diversão, tendo uma preocupação com o ensino de história e sua aprendizagem, buscando cativar e despertar a curiosidade dos alunos para uma determinada época, acontecimento, personagem ou contexto histórico. Uma vez que, através dos jogos eletrônicos é possível extrapolar as barreiras de espaço e tempo, surgindo um efeito de pertencimento ao período histórico retratado e, por fim, potencializando a qualidade da aprendizagem do ensino de história.

Jogar na aula de História é um belo exercício amoroso. Uma vez que o jogo pressupõe uma entrega ao movimento absoluto da brincadeira e que jogar implica um deslocamento. Um deslocamento do espaço, da ordem, das medidas dos horários, das imposições disciplinares, da avaliação, das provas, numa palavra, da obrigação. [...] jogar é desobrigar-se das utilidades da sala de aula (GIACOMONI e PEREIRA, 2013: 9)

Como afirmado por Marcella Albaine (2017), é preciso entender os jogos enquanto um acervo próprio que o aluno traz para a escola, rico em termos e expressões, e que os jogos podem ser a potente ferramenta para o despertar o conhecimento, ainda que os jogos se aproximem mais de relatos fictícios e que não necessariamente possuam um compromisso com a verdade, necessitando portanto da problematização por parte do professor quando usado em sala de aula.

É o que defende Lynn Alves (2017) ao dizer que, embora os jogos eletrônicos não sejam criados pensando na educação, é preciso encará-los como instrumentos de aprendizagem, pois são os próprios alunos que registram o potencial cultural e cognitivos desse artefato, possibilitando uma aprendizagem em rede, pluralista, diversa e lúdica se opondo ao tradicional, linear e previsível. A pesquisadora ainda afirma que é preciso a construção de um currículo adequado e lúdico para educar os jovens que estão presentes em um novo mundo.

Mas quem são esses jovens que consomem esses jogos? O que aprendem jogando? Como os jogos contribuem para a construção de seus conhecimentos históricos? E que conhecimentos são esses?

A fim, de investigar essas perguntas realizamos uma pesquisa através de um formulário online hospedado na plataforma *google*, tendo sido aplicado em três grupos do

*Facebook*, a rede social mais acessada no mundo em 2018. Trata-se de grupos que possuem relação com os jogos eletrônicos, sendo eles *TAG GAMES* com aproximadamente 67 mil membros e também com um canal no *Youtube* com cerca de 160 mil inscritos; *NAÇÃO PS4 BRASIL* com 80 mil membros; e *PS4 BRASIL*, com 297 mil membros.

No formulário em questão foi solicitado aos membros que respondessem diversas perguntas, afim de perceber e investigar de que forma se estabelece para esses sujeitos a relação entre ensino de história e *games*. O formulário foi disponibilizado através de uma publicação em cada um dos grupos citados e as perguntas foram formuladas tendo como objetivo perceber quais jogos com temáticas históricas eram jogados pelos membros desses grupos, qual a relação que eles tinham entre os jogos e o conhecimento histórico, porque jogam jogos com temáticas históricas e se era possível usar os jogos eletrônicos como ferramenta didática na sala de aula. Foram obtidas aproximadamente 150 respostas, de diversas idades, escolaridades e regiões do Brasil.

Decidimos analisar as respostas no formulário dos jogadores que ainda estivessem em idade escolar, mais especificamente cursando entre o 9º ano do ensino fundamental II e o 3º ano do ensino médio, pois estes já teriam uma maior construção do conhecimento histórico na escola e também foram a maioria entre as repostas do questionário, como podemos observar no gráfico abaixo. Analisando as respostas observamos que os jogos mais citados, com 47% de resposta no questionário, foram os jogos eletrônicos relacionados à história contemporânea, com a Primeira Guerra Mundial e a Segunda Guerra Mundial, conteúdos que estão presentes entre o 9º ano e o 3º ano, justificando o recorte escolhido. Cabe destacar que, apenas um jogador de 11 anos de idade, trouxe diversas abordagens que contribuem para o pensamento acerca de jogos eletrônicos e ensino de história. Para a análise, nos baseamos em uma metodologia de pesquisa quali-quantitativa (CRESWELL, 2010) envolvendo métodos quantitativos e qualitativos, obtendo coleta de dados e quais as causas dos resultados, sendo então uma pesquisa com método misto.

Para garantir o sigilo na pesquisa substituímos o nome real das pessoas que responderam ao questionário por nomes de personagens do mundo *gamer*. Retornando para as perguntas do formulário, a primeira análise extraída foi em relação aos jogos com temáticas históricas, quais são citados e por que estes são os mais jogados.

Sim, eu sou uma pessoa que sou muito ligado à História, então os jogos que eu jogo geralmente são muito ligados à temas históricos, independente de qual seja, desde a era antiga da História, Império Romano, baixa Idade Média, Alta Idade Média, da época da invasão dos hunos na Europa. Eu gosto muito de jogos assim e eu aprendo muito com eles. Grande parte dos meus conhecimentos históricos, que hoje em dia eu posso falar que tenho são derivados desses jogos que me motivam a conhecer e pesquisar mais sobre os fatos ocorridos. (Ezio, 18 anos e 3ºano EM)

Sim, por que eu gosto e por causa que jogando vejo coisas que aconteceram no passado, mas também com algumas ficções e acho interessando como os jogos retratam a história e jogo com personagens que foram importantes para a nossa história como a Cleópatra. Já joguei battlefield, assassins origins e unity. (Link, 11 anos, 5ºano)

Sim, Battlefield 1, BF 1942, CoD WWII , BFV que está para chegar em outubro. Eu gosto de história, e quando misturam contexto histórico com jogos, fica melhor ainda. (Ryu, 17 anos e 3º ano EM)

Sim, costumo jogar call of duty, pois além de ser divertido se passa em momentos históricos das guerras (Sonic, 14 anos e 9º ano)

Sim, jogo assassin's creed porque que adoro jogar em épocas importantes e interagir com pessoas que mudaram a história. (Mario, 14 anos e 9º ano)

Sim, jogos com assassins creed por exemplo. Pois além de ser uma franquia incrível, nos mostra costumes e paisagens dos séculos já passados (Luigi, 14 anos e 9º ano)



Entre os jogos citados podemos observar uma preferência por dois estilos de jogos, aqueles os com temáticas de guerra como *Call of Duty*, cujo os jogadores chamam de *COD*, *Battlefield*, e também o *Assassin's Creed*, que aborda entre seus temas, a História Antiga. O *Call of Duty* é uma franquia norte americana que apresenta em sua narrativa temáticas voltadas a Segunda Guerra Mundial. Especificamente, seu lançamento em 2018, denominado “*Call of Duty WW2*” que retrata o dia D, vendeu cerca de 1 bilhão de dólares, sendo um dos jogos mais consumidos do último ano. Já *Assassin's Creed* aborda diversas temáticas relacionadas à história, como a Idade Antiga, entre eles Grécia, Roma, Esparta, Pérsia e Egito. Há também jogos dessa franquia com demais temas, como Renascimento, China Imperial, Revolução Francesa, Revolução Russa e História da América.

Também podemos observar que todos os sujeitos entrevistados possuem uma consciência de que os jogos apresentam personagens históricos e possuem interesse nas ilustrações que narram a história. Especificamente, o primeiro jogador, Ezio, afirma jogar apenas jogos relacionados a temáticas históricas e afirma aprender muito com eles, contribuindo para o seu conhecimento histórico. Também chama atenção a resposta de Link, que possui apenas 11 anos, mas que já está inserido nos games. Em sua fala, Link chama a atenção para a história da Cleópatra, que nem sempre é abordada a fundo na escola. E por último, Mario e Luigi, que nos fazem refletir sobre a importância da representação para se associar o conteúdo, compreendendo como os jogos podem aproximar algo distante para algo possível e inteligível.

Na pergunta seguinte, foi questionado se o tema do jogo se parecia com os conteúdos aprendidos na aula de história e como se dava essa relação, se as informações das aulas ajudavam a jogar, o que se diferenciava dos conteúdos e o que se parecia. Algumas respostas nos chamaram a atenção, como os trechos abaixo:

Em cod, por exemplo você consegue aprender igual retrata bem a liberação de Paris, o orgulho que os franceses deviam estar sentindo de estar expurgando o regime nazista. Uma situação que você consegue sentir a emoção do momento através do jogo. Como também a situação do regime de toda hora querer exaltar ele mesmo, tendo muitos estandartes símbolos, bandeiras, brasões. Assim a exaltação do

regime totalitário. E eu acho que não tem nada assim que eu não teria aprendido o jogo está bem fidedigno a história pra mim. Olhando para trás com o que a gente já aprendeu, porque a gente aprende assim primeiro sobre a hegemonia alemã a dominação alemã pela Europa depois as uniões rebeldes que acontecem pela França, alguns movimentos que acontecem contra a Itália fascista, a Europa oriental contra o movimento alemão, a liberação de Paris. Então assim ficou bem bacana a situação toda a vivida em 44. (Ezio, 18 anos e 3º ano EM)

O trabalho de arqueólogos se parece muito no assasins unity onde encontrei vários artefatos de pessoas mortas, mas aprendi mais nos jogos do que na escola pois a professora ainda não chegou na parte da matéria do battlefield. Mas a revolução francesa se parece quando jogando tive ajuda do Napoleão para ganhar a guerra. (Link, 11 anos, 5º ano)

o Cod é muito bom e eu acho uma boa você pegar e aprender o que a gente vê na escola e depois relembrar esse conhecimento no jogo porque, assim, eu acho que se você simplesmente jogar as vezes a perspectiva fica meio vaga, a não ser que você preste muita atenção em vários detalhes. Mas é só uma complementação né, até porque no jogo você tem a perspectiva de uma pessoa e normalmente quando a gente estuda no colégio é uma coisa muito ampla, vemos mais os grandes acontecimentos e acaba que a gente não fica tão inserido e não entende a grandiosidade de um evento como esse. (Kratos, 17 anos, 3º ano EM)

Podemos perceber que o padrão de ensino de história presente atualmente abrange as temáticas apresentadas nos jogos eletrônicos, reafirmando a ideia que podem se complementar como afirmado por Kratos, que o jogo pode ser usado para relembrar o conhecimento aprendido na escola. E também, como ressaltado por todo os sujeitos da pesquisa, a importância que atribuem aos detalhes, que muitas vezes não são vistos na escola, a qual trata a história de maneira mais ampla e focada apenas nos grandes acontecimentos.

Acreditamos que isso se dá diante a necessidade de se trabalhar diversos conteúdos em pouco tempo, fazendo que o professor precise fazer recortes de acordo com a orientação da escola.

A seguir, foi perguntado o que os jogadores aprenderam com os jogos que não estavam presentes na escola, ou ainda se aprenderam algo que não foi estudado na escola. Buscamos com essa pergunta, investigar como se dá essa construção do conhecimento histórico através dos jogos e, portanto, se seria possível aprender história com os jogos eletrônicos. Destacamos um trecho que nos chama a atenção.

Com certeza, porque por exemplo eu sou uma pessoa que gosta de história então eu tenho uma facilidade em aprender mesmo sem me divertir, mas para as pessoas que não gostam muito as vezes e querem se divertir, eu falo que a diversão é algo que te incentiva a poder dar o seu melhor naquilo e fazer você gravar muito mais do que uma coisa que é maçante pra você, que te deixa numa encheção de saco. Por exemplo as guerras napoleônicas que eu comprei um jogo de estratégia que chama napoleon total war, a saga total war é uma saga de estratégia fenomenal e foi lá que eu tive meu primeiro impacto, eu sempre gostei muito sempre fui uma criança muito curiosa e assim eu sempre gostei muito de história desde o primário e foi lá que eu comecei a ver realmente essa minha vocação para história. Aprender as coisas como uma criança de 11 anos naquele jogo e ter o interesse de pesquisar quando eu estivesse curioso. O jogo total war tem a parte estratégica da campanha em que você tem o mapa da Europa inteira que você tem que conquistar as cidades, manusear políticos, nomear ministros e etc. Para dessa forma fomentar a economia ou atrasar ela. O exercito fomentar ele ou atrasar ele. A armada etc. Mas, também tem a parte de batalha que é quando você engata numa batalha de dominação de cidade ou de exercito contra exercito, você realmente posiciona os soldados coloca os soldados para guerrear entre si. Quando eu tive meu primeiro impacto assim de entrar nas guerras consideradas as mais modernas, porque assim foi o prelúdio, as guerras napoleônicas, para depois vir a guerra franco-prussiana, a primeira guerra mundial depois a segunda mundial e chegar nas nossas guerras atuais ne. A saga Total war em si e assim fenomenal. Um dos primeiros jogos que lançou, foi na verdade o Empire total War. Nesse mesmo estilo, só que vai para dois outros continentes a América e a Índia e também e nessa situação de você conquistar as

cidades as colônias e etc. Tem indo pro Japão passando para época do sengoku jidai que foi a época de resseção do xogunato do Japão que era os japoneses competindo para ver quem seria o próximo shogun. Depois teve a guerra bushin que foi a época da restauração meiji do Japão. Quando teve a ocidentalização da terra nipônica em si e passou para época de Roma antes de cristo. (Ezio, 18 anos e 3º ano EM)

O relato do jogador Ezio, nos leva a pensar novamente sobre a fragilidade do ensino de história que se reflete não somente nos anos escolares, mas também na academia. Estudamos muito pouco ou praticamente nada sobre a história do Oriente Médio, em particular a história do Japão, a qual o jogador relata o quanto aprendeu com o jogo *total war*, jogo este que não foi citado durante o questionário, mas que possui uma rica abordagem histórica. É interessante também como ele relata o impacto que o jogo teve em sua vida enquanto criança, pois jogava por diversão, mas acabou aprendendo com o jogo e contribuindo para o seu conhecimento histórico, obtendo um conhecimento que não seria possível obter na escola, fazendo do jogo uma nova forma de se construir conhecimento histórico. O seu relato de lembranças, de quando tinha 11 anos, mostra como o jogo marcou sua trajetória e, conseqüentemente, ajudou nos conteúdos da escola posteriormente. Caso parecido com o de Link, logo abaixo.

Eu não sabia nada sobre revolução francesa e que teve revolução, que Napoleão roubou o rei e que teve guilhotina e que ela foi criada pelos franceses aprendi tudo no jogo. Mas não totalmente, porque algumas partes são fictícias, mas da pra aprender bastante com os personagens, mas não tudo e só procurar mais coisas demais. e quando for estudar isso na escola já aprendi com os jogos igual como foi na primeira guerra mundial e as armas são bem ruins e os tanque são lerdo, o jogo mostra a batalha do império húngaro e da Alemanha contra os britânicos e também as batalhas na Itália e também aprendi da revolução industrial com o assassins creed os gráficos são maneiros e assim consigo visualizar as coisas do passado e ainda interajo com os personagens como conheci a Alexandria os romanos e os persas mas eu não gosto dos romanos. Também joguei o assasins creed com os piratas. (Link, 11 anos, 5ºano)

O jogador Link, relata diversos assuntos que aprendeu com os jogos, mas que ainda não foi aprendido na escola, uma vez que esses conteúdos são relativos ao 9º ano do fundamental II e ao 3º ano do Ensino médio. Acreditamos que, quando Link for estudar esses conteúdos na escola, ele já vai possuir seu conhecimento prévio obtido através dos jogos, estará presente, a partir de uma construção histórica diferente. Destacamos mais alguns trechos que trazem relatos sobre aprender história jogando.

Se não me engano vão aprender sobre a França e vamos chegar nessa parte, mas pelo o que a gente estudou a apresentação fica muito mais completa no jogo no sentido de entender como eram organizadas as patentes, a agressividade dos soldados e a quantidade de materiais e armas usadas, é uma coisa que a gente normalmente não estuda e ficamos assustados pelo grande investimento deles em armamentos, soldados, aparelhos militares. (Kratos, 17 anos, 3º ano EM)

Sim, é uma forma de aprender história e se divertir ao mesmo tempo. Metade do meu conhecimento histórico, eu tirei de jogos com contexto histórico. (Trevor, 17 anos e 3º ano EM)

Obvio, ajuda a entender os tipos de armamento, veículos utilizados e etc. Ele te põe realmente na guerra, ajudando você a entender o que o soldado sentia na hora de representar o seu país nos campos de batalha, ou seja, o jogo bota em prática aquilo que você já estudou. (Joel, 17 anos e 3º ano EM)

O jogo ajudou a entender por exemplo, as operações que foram dedicadas ao dia D, porque tem explicações e esquemas de história simples, rápidas e eficientes de entendimento. (Ryu, 17 anos e 3º ano EM)

Sim, pois com o jogo não preciso só ficar lendo e escrevendo como também, posso jogar e aprender ao mesmo tempo. Muitos acontecimentos da segunda guerra eu aprendi jogando games, como o cod é divertido e se passa na guerra, fica muito mais interessante aprender história. (Sonic, 14 anos e 9º ano)

O grande diferencial do jogo é que você está vendo o que está acontecendo e isso pode ser melhor que a explicação de um professor. (Drake, 18 anos e 3º ano EM)

Muita coisa sobre períodos históricos aprendi apenas por jogar o jogo e entender a história que o jogo conta. É legal ver o tema que você aprendeu antes nas aulas ser mostrado no jogo. Por ser algo mais interativo, o jogo me atrai mais e você acaba prestando mais atenção e aceitando mais sem tornar uma obrigação. Tornando mais natural o aprendizado. (Dante, 18 anos e 3º ano EM)

Podemos perceber nos relatos como se faz necessário que o ensino de história deixe de ser engessado, pois os jogadores relatam que aprendem com os jogos justamente por serem algo divertido, criativo e dinâmico, indo além do ler e escrever e não sendo uma obrigação, o que torna a aprendizagem algo natural e autônomo. Tanto que podemos perceber como os jogos contribuíram para o seu conhecimento histórico, e como também eles concordam que é possível aprender história através dos games, tornando estes uma ferramenta de fato significativa.

Do mesmo modo, é possível perceber em várias passagens do formulário como os jogos despertaram o interesse desses jogadores em pesquisar novas curiosidades acerca da história, como podemos perceber nos trechos abaixo:

O jogo me faz ter curiosidade e fui pesquisar mais coisas relacionadas ao tema como os deuses da Grécia e a história do Egito e como Júlio Cesar morreu esfaqueado. eu nem sabia o que era a revolução francesa

aprendi com o jogo e depois fui pesquisar na internet (Link, 11 anos, 5º ano)

Se o jogo não fala o motivo de ter ocorrido aquela guerra, isso pode ser um incentivo para a pessoa pesquisar o verdadeiro motivo. Pode ajudar a ter curiosidades, a pesquisar sobre os países que estavam presentes na guerra, as marcas de carro, aeronaves e armamentos. (Joel, 17 anos e 3º ano EM)

Tem franquias de jogos na qual você fica teorizando em saber o que vai acontecer num jogo ainda não lançado e começa a procurar referências históricas tentando interligar o jogo com a história para descobrir algo e é bem legal. (Dante, 18 anos e 3º ano EM)

O jogo toda hora remete a situação, no início dele ele pega a situação de um prólogo falando de todas as pessoas que morreram. O início do jogo passa com você sendo vários soldados, aí os soldados morrendo colocando o nome deles a data de nascimento, por exemplo, tinham pessoas que tinham 20 anos em média, é uma coisa impactante, quantos jovens morreram e a mesma coisa da segunda guerra mundial, ajudando a pesquisar a sobre a história em si. (Ezio, 18 anos e 3º ano EM)

Tais repostas, nos leva a pensar em como seria interessante se as curiosidades que despertada pelos jogos fossem levadas à escolar respondidas pelo professor. Acreditamos que poderia colaborar para o ensino de história, abrindo margem para problematização do jogo, sua narrativa e para a possibilidade de refletir, como os alunos, como o jogo se diferencia ou se assemelha aos conteúdos estudados nas aulas, tornando-se algo complementar e de auxílio. A importância do professor é ressaltada pelo jogador Joel, logo abaixo.

Nada substitui um bom professor de história, o jogo em si, só ressalta aquilo que você já sabe, que era uma guerra fria e etc. Mas com o

professor você pode tirar dúvidas e curiosidades. (Joel, 17 anos e 3º ano EM)

Acreditamos que é possível e necessário que o jogo seja usado como estratégia de ensino, podendo, como visto no formulário, proporcionar um olhar mais crítico e curioso acerca da história, trazendo momentos de desconstrução somada ao ensino lúdico, enriquecendo as possibilidades pedagógicas. Acreditamos também que os jogos é uma ferramenta que foge do tradicional e que tende a valorizar as habilidades de aprendizagem dos alunos. O jogo pode afastar os alunos da tensão da sala de aula, não aplicando jogo apenas pelo jogo, mas analisando sua potencialidade narrativa e histórica.

## **CONCLUSÃO**

Os jogos digitais, apesar de estarem chamando a atenção do campo educacional já há certo tempo, ainda não conseguiu atrair os historiadores, mas é preciso pensar os jogos não somente como um objeto didático, mas também de pesquisa e investigação, precisando ocupar esses lugares de produção e encará-los como algo potente de ser investigado em seu valor histórico.

O resultado dessa pesquisa foi bastante positivo, ele expõe os problemas do tradicionalismo no ensino de história que o levam a se tornar algo chato e distante dos alunos. Tal pesquisa ressalta a importância de se ouvir os alunos e de como as gerações mudam com o passar do tempo, sendo necessário inovar na forma de ensinar. É possível perceber como os jogos eletrônicos são importantes para essa geração, e como eles podem se tornar potentes para os educadores, com momentos de lazer e diversão e, principalmente, potencializando a aprendizagem.

Quanto ainda precisamos caminhar para compreender que o lúdico deve estar presente nas situações de aprendizagem? Que a escola deve se constituir um espaço de prazer? Que devemos nos aproximar do universo semiótico dos nossos alunos? (ALVES, 2008: 78)



Entre as respostas do questionário é possível observar que os alunos de fato aprendem com os jogos e constroem um conhecimento histórico, mas também é preciso problematizar a importância da interferência do professor, para que os jogos eletrônicos de fato se tornem uma ferramenta didático-pedagógica, abordando as diferenças entre ficção e realidade e em que pontos as narrativas presentes nos jogos se aproximam da história enquanto conteúdo didático e podem se complementar, entendendo os diferentes tipos de narrativas e suas construções. Afinal, o ensino de história é algo que possui uma imensa importância na formação do aluno enquanto sujeito e em sua construção de conhecimento, fazendo com que o ensino de história se torne um grande desafio para o professor, pois a disciplina corre o risco de ser vista como algo chato, decorado e sem relação com o presente, fazendo que gere um desinteresse por parte dos alunos.

O modo de como os jogos digitais são construídos vai de encontro ao modo como essa geração tecnológica aprende. Os jogadores se desafiam a jogar jogos difíceis, cheios de raciocínio e de longas horas, a indústria de games se mostra cada vez mais preocupada em produzir de acordo com o modo de aprendizagem do jogador. O que também deveria ser feito nas escolas, onde a aprendizagem se volte aos alunos.

Acreditamos, então, na utilização dos jogos enquanto ferramenta participativa na formação da construção do saber histórico, trazendo então a atividade lúdica como uma estratégia de construção de conhecimento histórico. Acreditamos que os jogos digitais podem ser definidos como linguagens para serem utilizadas em sala de aula e como possibilidades didático-metodológicas, pretendemos então refletir sobre quais os efeitos dessa prática, e quais contribuições esses jogos podem trazer para o ensino de história. Afinal, a construção de conhecimento histórico se dá para além da sala de aula, então os jogos digitais podem se tornar aliados para incorporar o conhecimento didático.

Os jogos digitais trazem um grande desafio à escola, pois consistem em artefatos ligados ao entretenimento que tem ocupado cada vez mais o tempo de jovens e adultos. Mais do que ocupar tempo, o jogo implica modificações na ordem social e cultura [...], pois envolve os jogadores em formas de comunicação tradicionalmente estabelecidas, subverte a ordem social produtiva e desvaloriza os espaços

historicamente reconhecidos, visto que o jogador pode passar mais tempo dentro dele do que em outro espaço de sociabilidade. (ARRUDA, 2014: 244)

Defendemos, assim, o papel pedagógico do jogo, com sua potencialidade para o ensino, o que nos leva a necessidade de superar as aversões que os jogos eletrônicos causam por partes dos pais e também dos professores. Argumentamos que é preciso apostar nos jogos e mostrar que é possível se aprender jogando, afinal uma atmosfera diferente de aprendizagem tende ao sucesso. Os jogos são o lugar para experimentar, fracassar e recomeçar, sem que haja punição ou vergonha por isso, se incentivando a continuar mesmo com dificuldades, destacando a importância do diálogo com o professor e da interação com o jogo.

Afinal, quando tratamos de uma atividade lúdica e interativa os alunos tendem a oferecer o seu melhor, eles se envolvem, planejam, criam estratégias e tentam alcançar o objetivo. O jogo pode se tornar uma ferramenta para expor as habilidades além do conteúdo, muitas vezes que não puderem ser observadas nas aulas de modelo tradicional. Ressaltamos que não cabe apenas jogar o jogo apenas pelo jogo, ou por ser algo divertido, mas sim trazer essa ferramenta para o ensino de história, preocupando-se em desenvolver o conhecimento histórico, fazendo do aluno um protagonista em sua aprendizagem.

Partindo dos resultados dessas respostas, seria então pertinente promover a utilização de jogos eletrônicos no ambiente escolar? Acreditamos que sim, os jogos podem se mostrar uma ferramenta potente para a apreensão do conteúdo, tornando as aulas de história mais dinâmicas, interessantes e próximas do universo dos alunos. Afinal, os jogos podem ser considerados como novas formas didáticas e pedagógicas de ensinar e aprender, proporcionando momentos de lazer, entretenimento e diversão, mas não deixando de se tratar o conteúdo, pelo contrário, utilizando a ferramenta para a construção do conhecimento históricos escolar.

## **REFERÊNCIAS**

ALCÂNTARA, Jorgeana Teixeira. **Novas perspectivas didáticas: os jogos eletrônicos como ferramenta no ensino de história.** In: Anais da V Semana da Faced e X Semana da Educação: A Educação tem futuro? Desafios e Possibilidades. Disponível em: <<https://www.even3.com.br/anais/vsemanadafacedufjf/171085-novas-perspectivas-didaticas--os-jogos-eletronicos-como-ferramenta-no-ensino-de-historia>>.

ALVES, Lynn. **Relações entre os jogos digitais e a aprendizagem: delineando percurso.** Educação, formação e tecnologias, v1. n.2. nov. 2008.

ARRUDA, Eucídio Pimenta. **Aprender história com jogos digitais em rede: possibilidades e desafios para os professores.** Ensino de História: usos do passado, memória e mídia. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

COSTA, Marcella Albaine Farias da. **Ensino de História e games: Dimensões Práticas Em Sala De Aula.** Curitiba: Appris, 2017.

CRESWELL, J.W. **Projeto de pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto.** Porto Alegre: Artmed, 2010.

GIACOMONI, Marcello Paniz; PEREIRA, Nilton Mullet. **Flertando com o caos: os jogos no ensino de História.** Porto Alegre: Evangraf, 2013.

HUIZINGA, JOHAN. **Homo Ludens: o jogo como elemento da cultura.** São Paulo: Perspectiva, 2007.

# HISTÓRIA INDÍGENA: UM ITEM QUE NÃO DEVERIA SER ESQUECIDO DO CURRÍCULO

Kasonga Ngoyi Jonathan\*

Luís Felipe Duarte e Silva\*\*

**RESUMO:** O seguinte artigo traz uma discussão sobre os povos originários brasileiros, em específico, sobre o ensino relacionado a eles, tendo em vista um grande descaso e ignorância por parte da população geral sobre um grupo que o constitui. Sendo assim, o artigo busca retomar o porquê de tamanha ignorância, discutir as necessidades de que esse problema seja superado e, enfim, tenta colaborar para que esse problema seja sanado, ao propor uma abordagem metodológica a ser aplicada em sala de aula, visando ampliar e melhorar a discussão sobre esse tópico.

**PALAVRAS-CHAVE:** Indígenas, Conhecimento, Escolas, Ensino

**ABSTRACT:** The following article presents a discussion about the native brazilians, specifically, about teaching in relation to them, acknowledging an abnormous negligency and ignorance from the general population about a group that is part of them. Therefore, the article aims to resume the reason behind such ignorance, discuss the need of this problem being solved and, finally, tries to collaborate with a solution by proposing a methodological approach to be applied in classrooms, aiming to broaden and enrich the discussion about the topic.

**KEYWORDS:** Natives, Knowledge, Schools, Education

## OS INDÍGENAS E O CONHECIMENTO SOBRE ELES

Os povos nativos brasileiros são grupos que se encontravam aqui antes mesmo da chegada dos portugueses, dividindo-se em diversas etnias que se distinguem, ainda hoje, por um grande número de fatores, como tronco linguístico, localização geográfica, cultura e história.

---

\* Graduando do curso de Licenciatura em História na Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: jonathanks2000@gmail.com

\*\* Graduando do curso de Licenciatura em História na Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: luis.duartesilva@gmail.com

Entretanto, desde a chegada dos portugueses diversos nativos morreram devido a epidemias, extermínios e também a escravidão, assim sua população viu um decréscimo expressivo, tendo em vista que em 1500 considerava-se que havia, no Brasil, entre indígenas vivendo no interior e no litoral um número total de 3.000.000 de habitantes (AZEVEDO, 2008), enquanto isso em 2010 foi constatado um total de 817.962 habitantes desses povos (IBGE, 2010).

Além de comporem um expressivo contingente populacional os indígenas brasileiros também foram extremamente importantes para a formação da cultura brasileira atual, considerando que diversas palavras, como açáí, capim, caatinga, Ipanema, Pernambuco entre muitas outras derivam de seus troncos linguísticos. Além disso, sua cultura culinária também compõe o que a população brasileira atualmente consome, como mandioca e milho. Ademais, sua interação e união com os outros povos que habitam e habitaram no Brasil foram de extrema importância para a constituição da atual população brasileira.

Entretanto, mesmo diante de tanta contribuição para a cultura e vida dos Brasileiros atuais há, ainda hoje – mesmo por parte da população com maior acesso a educação –, ignorância e, principalmente, um desconhecimento sobre os povos originários. O conhecimento geral da população brasileira, atualmente, sobre esse grupo que também a constitui é, claramente, um reflexo dos estereótipos e visões básicas, ou mesmo simplórias, entendendo os indígenas como um grupo único que vive nas florestas, principalmente na Amazônia, praticando atividades de caça e coleta.

O porquê da existência de tamanho descaso está intrinsecamente ligado ao entendimento de que, além dos indígenas terem sido mortos, exterminados e escravizados, foram, também, muito ignorados e, por fim, quando receberam alguma visibilidade, durante o movimento do romantismo brasileiro, ocorrido no século XIX, tiveram sua imagem deturpada para atender as necessidades desse movimento artístico nacionalista sendo, assim, colocados diante de ainda mais estereótipos. Mesmo que essa visão devesse estar mudando nos dias de hoje há grande dificuldade de fazê-lo, tendo em vista que são poucas as pessoas que tem conhecimento real, sobre os povos indígenas. Apesar disso, a determinação da obrigatoriedade do estudo da história afro-brasileira e indígena nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio através da Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008 (BRASIL, 2008) tem o potencial de, lentamente, mudar esse quadro.

## **POR QUE ENSINAR HISTÓRIA INDÍGENA NAS ESCOLAS?**

Em um país miscigenado como o Brasil, pode parecer óbvio a razão pela qual se deve ensinar História Indígena nas escolas, todavia muitas pessoas não conseguem compreender a importância de se abordar essa temática, não conseguem compreender o quão inaceitável é contar a história do Brasil, sem falar dos povos indígenas, ou ainda mais o quão absurdo é falar dos povos indígenas somente no período colonial, como se eles tivessem desaparecido a partir do período do Brasil Império.

Assim como visto no capítulo anterior, popularmente pouco se sabe sobre os povos indígenas, no senso comum os indígenas ficaram congelados no passado, e essa mentalidade baseada no senso comum possui dois sentidos. O primeiro está relacionado ao fato das pessoas menos informadas realmente acreditarem que não existem mais indígenas atualmente, como se todos tivessem sido escravizados, ou libertos, ou simplesmente desaparecidos na História. Parte desta mentalidade existiu por anos dentro do meio acadêmico também, onde em meados dos anos de 1970 havia uma corrente historiográfica que acreditava que aos poucos os indígenas iriam desaparecer, isso porque aos poucos eles seriam aculturados devido ao contato com os povos não indígenas o que consequentemente resultaria na morte da cultura desses povos indígenas. Mas com os anos, muitos líderes de grupos indígenas, como Jacir de Souza Macuxi, Sônia Guajajara e Raoni Metuktire, perceberam esse risco e passaram a lutar pela proteção de suas tradições e culturas, tal luta que se mantém até os dias atuais. O segundo sentido é baseado em uma concepção preconceituosa, onde ser indígena ganhou o significado de burrice e barbárie. Tal preconceito que surgiu no passado e atravessou gerações até se tornar em senso comum entre muitos brasileiros que insistem em repetir expressões terríveis como “programa de índio”, “coisa de índio” ou “todo índio é preguiçoso”, entre outras. A questão é, esses preconceitos cresceram tanto no país, que parte da população aprendeu a fazer pouco caso dos povos indígenas, não sabemos como estão suas comunidades e aldeias, e nem se ainda existem, e também não nos preocupamos com o preconceito que eles sofrem, e nem falamos das consequências que o genocídio indígena que ocorreu dos séculos XVI ao XVII, causou nos povos originários desde o passado até hoje.

É preciso compreender que os povos indígenas não ficaram no passado, compreender que assim como os negros, eles foram de suma importância para a construção desse país, é preciso

ter a noção de que não existe apenas um povo indígena, mas sim milhares, e acima de tudo é preciso entender que a luta deles não é para roubar terras, mas sim encontrar meios legais e jurídicos de manter a cultura de cada povo viva. Fazer pessoas adultas com mais de trinta anos e que possuem uma mentalidade preconceituosa com os povos indígenas, entender a luta deles é uma tarefa bem difícil, mas não impossível. Todavia, o meio mais viável de se entender a importância dos povos indígenas e da sua luta nos dias atuais, é por meio do ensino escolar. A lei 11.645/08 tornou obrigatório o ensino de história e cultura indígena, assim como afro-brasileira nas escolas, entretanto essa tarefa não tem sido muito bem executada, pois, a mentalidade das crianças e adolescentes sobre os povos originários ainda é a mesma, talvez eles nem se quer conseguiriam compreender que povos originários e povos indígenas são termos que fazem referência aos mesmos sujeitos. Os docentes não devem ser totalmente responsabilizados por isso, existe uma série de fatores que mostram que o erro engloba inúmeros setores políticos e administrativos. Como exemplo, podemos citar o fato de que muitos livros didáticos que abordam o tema, ainda o fazem de uma forma bem rasa, não se aprofundando nas culturas e às vezes nem sequer trazendo o tema para a atualidade. Além disso, também existe o fator tempo e prioridade dentro das salas de aulas, há muitos bons livros didáticos que abordam a temática indígena da forma adequada, porém como o professor precisa seguir o plano pedagógico o tempo acaba por ser muito curto para abordar um tema tão importante como esse.

Como dito acima, os docentes não podem ser totalmente responsabilizados pelo fato da temática indígena não estar sendo abordada de forma adequada, todavia, parte da responsabilidade também cai sobre eles, ou melhor dizendo, também cai na formação deles. Os cursos de licenciatura em história não tem oferecido uma disciplina em específico para preparar os jovens universitários a dar aula sobre a temática, e a ausência dessa aula causa muitas consequências para a forma com a qual os futuros professores irão abordar o tema. Essa disciplina nos cursos de licenciatura é importante, pois, ela ajudará os alunos a compreender o tema de História Indígena e enxergar a sua importância para a história do Brasil e para os dias atuais, sabendo relacionar a temática com a atualidade. Além disso, a disciplina também deverá guiar o licenciando, apresentando-o uma metodologia para melhor abordar o tema nas salas de aula, facilitando assim o trabalho, que terá como objetivo ensinar

às crianças sobre os povos indígenas e assim desconstruir de forma gradual o imaginário preconceituoso que lhes foi apresentado.

A seguir está descrita uma proposta metodológica de abordagem que o (a) docente em sala de aula poderá consultar para melhor aplicar a disciplina. É aconselhado que esta atividade seja realizada com os alunos do sétimo ao oitavo ano. Todas as aulas devem ocorrer com as carteiras arrumadas em um círculo. As aulas serão muito mais proveitosas em uma sala de quinze a trinta alunos, mas isso não deve impedir que essa metodologia seja aplicada em salas maiores.

### **ABORDAGEM METODOLÓGICA**

Considerando o cenário problemático de ignorância, aliada a falta de conhecimento sobre os povos originários, será feita a proposição de uma abordagem metodológica para não só tocar no assunto, mas também abrir um espaço de diálogo sobre o importante tema da história indígena dentro das escolas, na tentativa de colaborar com uma solução para essa problemática.

Portanto, propõe-se que nas primeiras aulas o professor tente trazer à tona os conhecimentos prévios dos alunos com os quais trabalhará o tema da história indígena brasileira, propondo alguma atividade que os incite a dar sua opinião sobre esse tema, como uma roda de debates, onde o professor pode colocar algumas perguntas chave sobre o tema para que o debate se inicie, ou para que ele se torne mais interessante, como “Qual era a religião desses povos?”, “Quantos deles havia aqui?”, “O que são etnias indígenas?”, “Havia apenas uma etnia indígena no Brasil de 1500?”. A partir disso, devem surgir certos preconceitos e estereótipos dos jovens, considerando que a sociedade, como um todo, vê a história indígena através de uma ótica extremamente estigmatizada. Assim, o professor deve propor que os alunos façam, por conta própria – e caso necessário auxilie-os –, uma pesquisa para tentar descobrir se aquilo que eles relataram que sabiam sobre o tema é, realmente, verdade e, então, levem para a próxima aula os resultados da pesquisa, o que pode, novamente, culminar em uma roda de debates ou o que for de preferência do professor e dos alunos, podendo ser, por exemplo, uma apresentação sobre a pesquisa feita. Caso o professor opte pela apresentação, o ideal então seria dividir a sala em pequenos grupos, onde cada um irá apresentar seus resultados. A ideia inicial é gerar uma espécie de curiosidade nesses alunos através da quebra de suas



expectativas ao perceberem que muito daquilo que eles acreditam está, mesmo que minimamente, equivocado, fazendo dessa forma com que eles fiquem mais interessados no tema. Assim que o interesse dos alunos for despertado, o professor poderá então nas aulas seguintes se aprofundar mais no tema e falar de questões mais específicas.

A partir disso, com os alunos mais interessados no tema cabe ao professor determinar um caminho para seguir essa desconstrução do conhecimento estigmatizado que está presente no imaginário dos alunos. Logo, há algumas sugestões que podem ser feitas, que são:

O professor pode optar por usar métodos diferentes, como apresentar filmes – como 1492: A Conquista do Paraíso (1992), Apocalypto (2006) ou até mesmo o filme Avatar (2010) que é um excelente filme para falar do processo de colonização na América. O professor também pode fazer uso de vídeos que discutam a questão indígena, como a fala de Ailton Krenak na constituinte de 1988 (ÍNDIO..., 2014), vídeo-aulas de canais no youtube, textos – como os livros românticos do século XIX, da primeira geração romântica –, palestras e outros materiais de mais fácil acesso. Por meio desses filmes, vídeos e textos, o professor conseguirá sair um pouco dos livros didáticos e usar a internet ao seu favor, fazendo uso de materiais que estão próximos dos alunos, como filmes e vídeos, para assim facilitar no processo de aprendizagem.

Levando em consideração que muitos filmes e livros podem trazer uma visão estereotipada sobre os povos originários, o professor pode ver isso como uma oportunidade e aplicar uma atividade onde os alunos devem observar esses filmes e livros identificar as falhas e estereótipos presentes nas obras. Porém, é recomendado que essa atividade seja realizada nas últimas aulas, após os alunos já terem aprendido o suficiente.

Nesse processo de aprendizagem também pode ser feito o uso de livros didáticos da própria escola, com o propósito de orientar um pouco os alunos por meio do material que eles já possuem. Mas o professor deve ficar atento à forma como o livro didático aborda o tema, e então poder problematiza-lo, caso a abordagem seja problemática, ou seja, caso apresente os povos indígenas apenas no passado, descartando sua atuação em movimentos sociais nos dias atuais.

A cada aula o professor deve ver como está o processo de aprendizagem dos alunos e o quanto do imaginário deles está sendo desconstruído. Para isso, antes de cada aula, é recomendável que o professor faça uma recapitulação daquilo que foi ensinado na aula anterior, dando destaque ao que chamou mais a atenção dos alunos, deixando os alunos falarem o que se lembram. É interessante que as aulas sigam certo roteiro, começando com os debates em sala sobre quem são os povos indígenas e depois abordando questões mais aprofundadas, dando aulas sobre as religiões; depois sobre as tradições culturais, mostrando como em muitos povos a cultura é formada através dos valores e crenças religiosas; depois falar um pouco da tradição oral, explicando o porquê dos povos indígenas aqui no Brasil não possuírem uma forma de escrita, destacando o valor da oralidade para eles; depois falar das línguas desses povos, problematizando o fato de muitas terem se perdido com o tempo, e o porquê do Brasil não identificar nenhuma delas como língua oficial; e por fim nas últimas aulas, juntar tudo o que foi aprendido, para falar das lutas pelos direitos indígenas nos dias atuais. É importante mostrar a importância das lutas indígenas e o quanto elas estão ligadas com a preservação das culturas e dos povos, que enfrentam problemas desde o início do processo de colonização.

Ao final do desenvolvimento desse trabalho, o professor pode propor aos alunos uma apresentação final sobre o tema, no intuito de levar esse conhecimento recém-construído por eles para outras pessoas, propondo uma apresentação para outras turmas, ou mesmo para a escola e a comunidade escolar. A ideia da metodologia é ser algo aberto, que possa ser encaixado na dinâmica de qualquer escola, portanto não precisa ser seguida a risca, devendo ser adaptada a cada realidade, seguindo qualquer que seja a necessidade do professor e, principalmente, dos alunos. É de extrema importância que nessa metodologia o professor consiga falar sobre história indígena colocando os próprios povos originários como protagonistas da história – uma abordagem diferente da usual que conta tudo pela visão do colonizador – e aos poucos trazendo esses povos até a atualidade, fazendo assim com que os alunos ao final das aulas possam ter uma maior compreensão de quem são os povos indígenas brasileiros, qual a sua importância para a história do país e qual a importância das suas lutas nos dias atuais.

## **CONCLUSÃO**

Em conclusão, a questão indígena no Brasil, hoje, há de ser discutida, pois, como apresentado nesse artigo existe um grande problema que é o descaso e a ignorância que muitos brasileiros não indígenas apresentam sobre os povos indígenas brasileiros. Além disso, a legislação já apresenta um componente que pode colaborar com a solução desse problema, que é a Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008 (BRASIL, 2008). Entretanto, apenas a existência dessa legislação não é suficiente para a solução desse grave problema, sendo assim, é necessário que ela seja de fato aplicada na prática, sendo de extrema importância que esse tema venha a ser estudado nas instituições de ensino e que sua discussão se faça livre de estereótipos e de forma consciente. Nesse sentido, a proposição da metodologia tem como intenção promover esse diálogo dentro de sala de aula, que deve ir além dela. Para tanto, o ideal é que ao tratar dessa metodologia professores e educadores, no geral, tentem, de alguma forma, levar o diálogo, depois de já estabelecido com os alunos para a comunidade local e para as famílias desses alunos, através de apresentações de trabalhos sobre o tema, ou mesmo proposições de eventos multidisciplinares abertos ao público.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A CONQUISTA do paraíso. Direção de Ridley Scott. França; Espanha; Reino Unido; Estados Unidos: Paramount Pictures, 1992. 1 DVD (142 min.).

APOCALYPTO. Direção de Mel Gibson. México: Touchstone Pictures, 2006. 1 DVD (138 min.).

AVATAR. Direção de James Cameron. Estados Unidos: 20th Century Fox, 2009. 1 DVD (162 min.).

AZEVEDO, Maria Marta. **Diagnóstico da população indígena no Brasil**. São Paulo: Ciência e Cultura vol. 60 nº 4, Outubro de 2008.

BRASIL. **Lei 11.645**, de 10 de março de 2008. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm) Acesso em: out, 2019.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**: Resultados do Universo – Características Gerais dos Indígenas – 10/08/12. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/95/cd\\_2010\\_indigenas\\_universo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/95/cd_2010_indigenas_universo.pdf) Acesso em: out, 2019.

ÍNDIO cidadão? – grito 3 Ailton Krenak. Índio Cidadão? O Filme. **YouTube**. 3 set. 2014. 4m02s. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=kWMHiwdbM\\_Q&t=4s](https://www.youtube.com/watch?v=kWMHiwdbM_Q&t=4s) Acesso em: out. 2019.

## O Fazer-se Professor de História por Meio do PIBID.

Gabriel Benedito Machado\*

**RESUMO:** Este trabalho procura fazer um relato de experiência como bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) e refletir sobre a importância da experiência na formação inicial para a construção do saber do professor. Busco ainda refletir sobre os desafios de ser um professor de História em formação num regime de historicidade marcado pelo presente onde a memória ganha força e, esta - juntamente com a história do tempo presente - se tornam passíveis de atualizações e reinterpretações de acordo com anseios políticos.

**PALAVRAS-CHAVE:** PIBID, Ensino de História, Formação de Professores.

**ABSTRACT:** This paper aims to report on the experience as a scholarship holder of the Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) and to reflect on the importance of the experience in the initial formation for the construction of the teacher's knowledge. I still seek to reflect on the challenges of being a History teacher in formation in a regime of historicity marked by the present where memory gains strength and, this - together with the history of the present time - become amenable to updates and reinterpretations according to political aspirations.

**KEYWORDS:** PIBID, History Teaching, Teacher Training.

### *1. Introdução*

Este trabalho apresenta um relato de experiência vivido por um licenciando em História e bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) em um momento político de verdadeira perseguição à educação, às universidades públicas e às ciências humanas. O referido projeto se iniciou no segundo semestre de 2018 e vai até o final de 2019, sediado na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e busca um diálogo interdisciplinar entre as Ciências Sociais e a História. O PIBID é administrado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) visando uma melhor formação inicial de docentes e a valorização do magistério, promovendo interação entre ensino superior e ensino básico.

Por muitas vezes o professor é desenhado no imaginário popular como um herói, um profissional importante que merece grande respeito e reverência. Porém, esse imaginário muda de figura quando se fala da profissão e não do profissional, narrativas negativas sobre a docência são reproduzidas aos quatro ventos, muitas vezes, como idioma comum entre os próprios professores.

Só tive contato com uma fala positiva sobre a profissão quando já me encontrava licenciando em História na matéria ministrada pela Prof. Dra. Sonia Miranda. Esta, como proposta de

---

\* Graduando em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: gabrielmachado333@gmail.com

trabalho, pediu aos alunos que produzissem um diário com reflexões sobre a disciplina. O meu primeiro texto desse diário é extremamente pessimista e sarcástico.

Além desse pessimismo inicial, de certa forma, imbricado na minha forma de ver a profissão, outra questão surgiu bem forte no início do curso. Para se dizer o mínimo, a universidade é um lugar excludente, ela foi construída com base em um modo ocidental de se conhecer o mundo, isso também implica na exclusão, silenciamento e no epistemicídio do outro não universal (GROSFOGUEL, 2016). Eu, enquanto um aluno branco e hétero cis gênero tenho muito menos motivos para pensar desta forma, mas logo nos anos iniciais do curso de História, comecei a me questionar sobre como o conhecimento acadêmico da minha área de estudo não ultrapassa as fronteiras da universidade para pessoas comuns, como meus familiares que nunca tiveram o privilégio de estudar em uma universidade pública. O PIBID foi fundamental para lidar com esses problemas tão fundamentais

## *2. Primeira Experiência e Medo.*

Como disse Tardif, o professor não pensa só com a cabeça, mas também com sua vida. Os saberes profissionais do docente são ao mesmo tempo existenciais, pragmáticos e sociais (2000). As experiências vividas em sala de aula e fora dela são fundamentais para o professor, se aprende a ser professor fazendo. A minha primeira experiência em sala de aula foi bastante significativa para mim. O nervosismo era de se esperar, por ser uma primeira experiência estava tremendo e com um grande frio na barriga. Devo dizer que me saí bem, logo ao final das três aulas daquele dia eu e meu parceiro do PIBID das Ciências Sociais estávamos satisfeitos com o bom serviço feito. Mas, mais que um frio na barriga, eu estava com um receio que se postergou ao fim dessas três aulas.

Esse receio era muito pelo contexto dessas aulas, logo na semana após o fim do primeiro turno onde o clima estava bem pesado com as possibilidades de um futuro próximo, digamos assim. Talvez nunca na história da redemocratização se tenha dito tanto e com tanta falta de vergonha que na ditadura civil-militar “era melhor” quanto em 2018. Vivemos num regime de historicidade marcado pelo presente, onde a memória ganha muita força e por isso o passado parece não passar (HARTOG, 2017). Porém, a memória é um local de grande embate e disputa, sendo passível de atualizações e reinterpretações de acordo com interesses políticos de determinados grupos sociais (DELGADO, FERREIRA, 2013). O clima de perseguição à educação e aos professores já estava posto desde antes das eleições, num primeiro turno onde o atual presidente quase saiu vitorioso os nervos estavam a flor da pele. Logo na primeira fileira da minha primeira aula sentaram alguns rapazes com os adesivos colados no uniforme escolar, os adesivos dos menos bonitos que se podia ter naquela semana. Não, posso negar a importância dessa experiência para minha formação, porque esse receio que se postergou às aulas era medo

Essa experiência no PIBID me fez pensar muito sobre o papel da História e do ensino de História em uma democracia saudável, mas também sobre as questões que já estavam postas para mim antes dela.

### 3. Mas qual Democracia?

A democracia burguesa faz uma idealização da igualdade e propõe os valores democráticos como universais, sendo uma sociedade democrática aquela que aceita esses valores. Os problemas enfrentados por essa idealização são sempre postos como obstáculos externos (desigualdade social, racismo, sexismo) à democracia, mas o que Lalo Minto (2013) argumenta é que esses obstáculos são intrínsecos à construção da democracia burguesa porque a sociedade capitalista é formada por relações desiguais. Assim, é uma sociedade que idealiza a igualdade sendo esta fundada na desigualdade. Mas mais do que isso a democracia acaba servindo de instrumento para legitimar e manter o *status quo* da dominação de classes.

Na segunda metade nos anos 1970 a classe trabalhadora se organiza no Brasil em busca de direitos básicos pautando o eixo político nacional. As classes populares esperavam que a democracia pudesse significar “conquistas de direitos, participação popular nas decisões sobre os rumos da nação, possibilidade de acesso às decisões vitais às grandes questões nacionais” (MINTO, 2013, p. 248). Ou seja, as classes trabalhadoras queriam uma mudança brusca para diminuir a disparidade de classes. Contudo, essa disparidade é um dos pilares de conservação do poder das elites econômicas e a intenção destas era reformar o Estado para a preservação de seus interesses de classe dirigente. Com isso, se desenhou dois projetos maniqueístas de democratização.

O desenvolvimento capitalista no Brasil ocorre sobre uma forte subordinação dos quadros capitalistas internacionais, causando uma grande exploração da mão de obra para beneficiar setores minoritários e manter o padrão de vida dos países centrais. Anos antes, com um viés revolucionário em Argélia, Frantz Fanon descreve essa relação do capitalismo internacional com a burguesia nacional “terceiro-mundista” a qual “assumirá o papel de gerente das empresas do Ocidente e praticamente converterá seu país em lupanar da Europa” (FANON, 1968, 128), no caso do Brasil os EUA. A situação econômico-social nacional é bem complicada nesse período entre a segunda metade dos anos 1970 e início dos 1980, o que dá mais força às reivindicações dos novos setores da esquerda que, até então, haviam permanecido neutralizados pela Ditadura. Segundo José Rodrigues (2006) houve uma conciliação de classes, devido ao esgotamento do projeto político-econômico da Ditadura, formando uma frente ampla por democracia e uma, cidadania formal liberal. Enquanto esse era o fim dessa aliança de classes para a elite, para a classe trabalhadora era um meio. Ou seja, a conquista de uma cidadania formal liberal significava, nessa lógica aliancista, a possibilidades para a reconstrução de uma cidadania substantiva socialdemocrata.

A década de 1980 é marcada pela conquista de vários direitos, forças populares se organizaram pela participação na tomada de decisão. No campo da educação o ensino público

universal e gratuito e a garantia de condições de permanência no sistema de ensino foram alguns desses direitos. Segundo Minto (2013) A Ditadura neutralizou o espaço de conflito de classes até a segunda metade 1970, sendo esse conflito deflagrado nos anos 80 o possibilitador dos direitos sociais da classe trabalhadora. Nos anos 1990 o Brasil promove reformas educacionais prescritas por órgãos internacionais (como o Banco Mundial) com o intuito de adaptar o país ao novo padrão global de acumulação capitalista neoliberal. Assim, o “período da redemocratização reabriu, de maneira restrita, tal espaço, mas ele logo se fechou no contexto da reversão neoliberal.” (Minto, 2013, p.255).

Os anos 1990, motivado por políticas neoliberais, é marcado pela paralização e retrocesso dos espaços políticos de conflitos sociais para uma democracia formal sem conflitos. Com isso, a democracia brasileira se tornou um mecanismo para evitar o acirramento de conflitos reais e evitar efeitos indesejáveis para as classes dirigentes.

#### *4. Resolvendo as Questões.*

O medo, antes descrito aqui, fora de importância fundamental para a minha formação porque eu decidi que não queria viver com medo de trabalhar, de ter medo da sala de aula. Pela experiência do PIBID eu reparei a minha completa ignorância em diversos assuntos caros para a vida de um professor decente. Foi aí que decidi fazer disciplinas sobre cultura e arte afro-brasileira e outra sobre feminismo (pretendo fazer alguma outra sobre gênero e sexualidade logo). O medo me fez estudar mais para poder me firmar no que eu acredito ser uma educação verdadeiramente democrática que é uma educação antirracista, antissexista, anti-lgbtfobia, anti-negacionista etc.

Segundo Laville (1999) o fim da Segunda Guerra Mundial foi visto como um marco da vitória da democracia no ocidente e o ensino de história deixa de ter um caráter instrução institucional e ganha o caráter de formação para uma vida cidadã e democrática e para isso o ensino deve promover o pensamento crítico no aluno. O pensamento histórico é indissociável da formação de um pensamento crítico: não entender o presente está ligado a incompreensão do passado e não adianta se esforçar para entender o passado quando não se entende o presente (BLOCH, 1997).

O professor de história sempre irá dialogar com o conhecimento e memória de seus alunos, nenhum aluno chega com a cabeça vazia onde o professor deposita conhecimento (FREIRE, 1989), isso é o que Paulo Freire chama de “educação bancária” em Pedagogia do Oprimido (2019). As Ciências Humanas como disciplinas escolares - e acadêmicas – são de extrema importância para a construção da cidadania em uma democracia e do pensamento crítico e essas construções ganham ainda mais força – se não são indissociáveis – do pensamento histórico (SIMON, BLANCH, 2015).

Dito isso consegui resolver as minhas questões internas, consegui um ponto para me firmar na profissão, uma postura para assumir. Consegui, em nível mais pessoal, também ver a importância da profissão de professor de história para pessoas comuns como os meus pais que

só tiveram a oportunidade de estudar, o equivalente hoje, até o 5º ano do ensino fundamental e meus irmãos que concluíram o ensino médio tendo que trabalhar e estudar. Estou hoje onde eles não puderam estar, mas não por falta de sonhos ou de méritos e sim de oportunidades. Carrego eles comigo também em sala de aula e me emociono profundamente em lembrar das pessoas fortes e guerreiras as quais compartilho o sangue e a vivência.

Para finalizar, gostaria agora de fazer outra narrativa da minha experiência enquanto pibidiano. Essa mais recente, depois de um ano pensando sobre aquele medo que eu senti na minha primeira experiência, em uma outra escola e com um outro modo de ver o mundo: percebi que trilhava o caminho correto.

No segundo semestre de 2019 troquei a Escola Estadual Sebastião Patrus de Sousa - escola que havia cursado o ensino médio e que passei um ano como bolsista – pelo Instituto Estadual de Educação de Juiz de Fora, conhecido popularmente como “Escola Normal”. No Normal ministrei um total de 6 aulas durante o terceiro e quarto bimestre escolar de 2019, mas no momento me focarei apenas nas aulas do terceiro bimestre as quais foram muito significativas na minha trajetória. Foram 3 aulas interdisciplinares em parceria com a sociologia com a temática “direita e esquerda”.

Fui alertado logo de início que a turma a qual eu assumiria era uma turma muito calada e que não seria tão fácil abrir um diálogo, mas a forma pela qual eu decidi me colocar em sala de aula é através do diálogo, não quero e queria ser um professor que exclui a relevância do que o aluno tem a dizer. O friozinho na barriga estava presente, mas não havia mais medo! Quando coloquei o pé dentro da sala e me coloquei a conversar me transformei em uma versão de mim mesmo muito mais extrovertido e confiante do que sou pessoalmente fora da sala de aula, foi extremamente prazeroso, eu aproveitei cada minuto com muito gosto. A turma tida como “pouco falante” falou pelos cotovelos os 50 minutos de aula.

Sendo essa turma do último horário, tive a sorte e o privilégio de ver as salas saindo para ir embora e alguns de meus alunos ainda conversando calorosamente sobre o assunto da minha aula: claramente um termômetro de um trabalho bem-sucedido, isso se repetiu nas duas aulas seguintes.

Na última aula a qual eu promoveria um debate entre os alunos, fui abordada por uma moça da turma que eu havia ficado responsável e ela me perguntou se o debate poderia ser sobre “a legalização do aborto”. Ela sustentou seu pedido explicando que ela e seus colegas estavam falando disso desde o início do turno da matutino daquele dia. Eu me surpreendi porque o tema fora um assunto que havia surgido na última aula, uma semana atrás e que vi eles conversando sobre no final da minha aula no último horário. Eu aceitei de pronto, mas fiquei com uma leve preocupação com a possibilidade do tema, extremamente polêmico, acabasse por gerar uma briga irracional pelos nervos a flor da pele.

A turma foi extremamente educada e participativa, inicialmente queriam falar um por cima um do outro. Puxei a orelha deles dizendo que só poderia falar um de cada vez e quem eu



tivesse passado a palavra. Eu disse, mas com esperança zero de que funcionasse, nunca na minha vida vi um professor dizer algo parecido e conseguir que os alunos dessem ouvidos, mas - estranhamente - eu consegui. Logo estavam respeitando o direito do colega de falar e falando de forma extremamente inteligente. Além disso, o debate continuou como nas aulas anteriores, fora de sala enquanto as outras turmas iam embora.

Essas aulas foram um verdadeiro desafio, principalmente por ter que dialogar com a Sociologia e não a Sociologia ter que dialogar com a História como foi minha primeira experiência em sala no Patrus. O frio na barriga deve continuar, mas o medo se foi por completo. Eu cresci muito com o PIBID, não só academicamente como pessoalmente. Descobri uma profissão maravilhosa e importantíssima para dedicar a vida, essa bolsa me proporcionou uma mudança revolucionária de perspectivas. Talvez, se eu tivesse tido esse medo já com o diploma em mãos, tudo isso teria sido diferente. Eu ousei ter esperanças em meio a uma conjuntura complicada e que ainda é muito complicada, talvez até mais. Mas como disse Paulo Freire, em sua obra, “Pedagogia da Esperança” (1997) é esperança do verbo esperar e não de esperar. Eu corri atrás pela mudança e fui muito feliz nisso, as vezes é inevitável não ficar desanimado com as coisas como estão e para onde parecem estar indo. Mas medo eu não tenho mais, eu me recuso categoricamente a ter medo, pensar na minha profissão e na minha revolução pessoal que consegui através do PIBID me enche o peito de força e esperança.

### **Referências Bibliográficas:**

- BLOCH, M. Introdução à História. Portugal: Publicações Europa-América, 1997
- DELGADO, L. de A. N.; FERREIRA, M de M. História do tempo presente e ensino de História. Revista História Hoje, v. 2, nº 4, p. 19-34, 2013.
- FANON, F. Os Condenados da Terra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- FREIRE, P. A Importância do Ato de Ler: em três artigos que se complementam. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989
- FREIRE, P. (1997). Pedagogia da Esperança: Um reencontro com a Pedagogia do oprimido. 4ª ed. (1ª edição: 1992). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. 67.ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.
- HARTOG, F. “Ainda Cremos em História?” *In*: Crer em História. 1ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017
- LAVILLE, C. A guerra das narrativas: debates e ilusões em torno do ensino de História. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 19, nº 38, p. 125-138. 1999
- MINTO, L. W. Educação e lutas sociais no Brasil pós-ditadura: Da democratização à ausência de alternativas. Revista HISTEDBR on-line, Campinas, n 54, p. 242-262, dez 2013.
- RODRIGES, J. Qual cidadania, qual democracia, qual educação? Trabalho, Educação e Saúde. Rio de Janeiro, v. 4 n. 2, p. 417-430, 2006
- SIMON, C. B.; BLANCH, J. P. Paulo Freire, ensino, história e os desafios da contemporaneidade. Diálogos (Maringá. Online), v. 19, n.1, p. 117-142, 2015
- TARDIF, M., RAYMOND, D. Saberes, tempo e aprendizagem do trabalho no magistério. Educação & Sociedade, ano XXI, n 209 o 73, 2000

# **Reflexões sobre prática educativa e currículo de História a partir da vivência de uma educadora em formação: primeiros passos de uma pesquisa sobre Ensino de História**

Lívia Rodrigues e Oliveira<sup>259</sup>

## **Resumo**

O presente artigo visa pensar a realidade da educação brasileira, focando no ensino de História, seu currículo e a formação docente. Tendo como objeto de pesquisa os diários de bordo das observações nas escolas, produzidos pela autora deste artigo a partir das vivências nas disciplinas de prática escolar, nos estágios em ambientes de ensino e no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), tem-se dois objetivos centrais: 1) falar sobre as consequências de uma prática docente que não conversa como o mundo vivido dos alunos e das alunas e refletir sobre suas consequências; 2) defender a importância de vivências práticas durante a graduação de futuros professores e professoras de História.

**Palavras-chave:** Educação, ensino de História, currículo de História, Escola Básica, pesquisa de campo, formação docente.

## **Abstract**

This article aims to think about the reality of Brazilian education, focusing on the teaching of History, its curriculum and teacher education. Having as object of research the logbooks of the observations in the schools, produced by the author of this article from the experiences in the disciplines of the school practice, the internships in teaching environments and the Institutional Program of Initiation to Teaching Scholarships (PIBID), has two main objectives are: 1) to talk about the consequences of a teaching practice that does not talk about the students' lived world and to reflect on its consequences; 2) to advocate the importance of practical experiences during the graduation of future teachers of history.

**Keywords:** Education, history teaching, history curriculum, elementary school, field research, teacher education.

---

<sup>259</sup> Graduanda em licenciatura em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora, MG. liviaroliveirahisufjf@gmail.com

## **1. Uma história para pensar a aula de História**

*Em uma manhã de terça-feira, em uma escola pequena, começava a aula de História. Naquele dia os alunos e as alunas apresentariam seus trabalhos sobre Iluminismo e Revolução Francesa. Fazia-se um alvoroço, todos na sala olhavam suas anotações, se preparando para os olhos e ouvidos atentos da professora.*

*Em meio a isso, um menino de chinelo nos pés segurava um papelzinho que já havia sido enrolado e desenrolado centenas de vezes. Nesse pequeno pedaço de papel estava um mundo de ideias, elas já haviam sido estudadas por grandes homens e mulheres, defendidas e contestadas. Ali, naquela sala de aula pequena e barulhenta, as ideias eram enroladas e desenroladas no papel. Luzes, conhecimento, razão e revolução. Sim, as ideias naquele papelzinho já foram revolução, já significaram liberdade, já foram grito de guerra. Aquelas ideias já foram muito, para tantos, já foram tudo, mas agora eram enroladas e desenroladas em dedos trêmulos.*

*Abre a boca, fala-se as ideias, gagueja. Não se ouve nada, não se diz nada, não se entende nada, só palavras. A professora anota uma avaliação para a apresentação em seu diário.*

*O dono dos dedos trêmulos precisava das ideias. Precisava entender a força que elas traziam. Precisa poder criar suas ideias, sair e gritar ideias. Ter seu próprio grito de guerra. Mas as ideias nunca saíram de seus dedos trêmulos. Nunca subiram a sua cabeça para que, a partir delas pudesse pensar. Nunca foram à sua boca para que as pudesse gritar. Nunca desceram aos seus pés para que pudesse se libertar.*

*- Ufa! Acho que nem fui mal. - disse o menino ao voltar à sua carteira.*

*Mas as ideias já não eram mais ideias.*

## **2. Introdução**

O texto acima é um cenário escolar escrito por mim para uma disciplina de prática escolar. Apesar de retratar uma cena específica que presenciei em uma das minhas idas à escola, esse cenário sintetiza aquilo que tem sido mais sensível a mim e de central atenção dos meus estudos sobre Ensino de História: a relação currículo escolar e mundo vivido do aluno.

Desde que passei a frequentar as escolas básicas, com o olhar de futura professora de História, percebi que existia um problema de comunicação para se passar o conteúdo estudado. “Para que estudar algo que já aconteceu?”, “Ai, por que tenho que gastar meu tempo estudando gente morta?”, esses são alguns dos questionamentos que encontrei ao embarcar na vivência prática. De fato, não há sentido em estudar pessoas mortas e eventos passados e acabados se esses elementos não tiverem significado para o nosso tempo presente. O estudo de eventos históricos para a pura erudição serve só para a alimentação do ego, sendo completamente descartável para a educação pública brasileira. O ensino de História precisa fazer sentido para a leitura do tempo presente. Como diz Marc Bloch - e eu evoco essa frase pois ela ilustra muito bem o argumento no qual irei construir a base argumentativa deste artigo -, “a incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado” (BLOCH,1993: 65).

Pretendo, nesta explanação, partir das minhas experiências práticas no campo da educação para refletir sobre ensino e currículo de história. Mas antes é importante frisar que o artigo apresentado não pretende ser mais do que um estudo inicial sobre formação docente e currículo de história, e como esses dois elementos influenciam a aprendizagem de nossos alunos e alunas.

### **3. O que é e para que serve a escola?**

Escolhi iniciar os meus estudos sobre currículo escolar buscando compreender qual é a função da escola. Encontrei em Paulo Freire a minha primeira resposta. Em seu texto “A importância do ato de ler”, de 1981, ele conceitua a educação escolar dizendo que

a leitura do mundo precede sempre a leitura da palavra e a leitura desta [a palavra] implica a continuidade da leitura daquele [o mundo]. [...] De alguma maneira, porém, podemos ir mais longe e dizer que a leitura da palavra não é apenas precedida pela leitura do mundo mas por uma certa forma de ‘escrevê-lo’ ou de ‘reescrevê-lo, quer dizer, de transformá-lo através de nossa prática consciente. (FREIRE, 1981: 19, 29 e 30)

Neste fragmento, Paulo Freire diz que a educação escolar parte do que o aluno traz de suas experiências já vividas, para através do conhecimento dos métodos de investigação científica

que a escola se propõe ensinar, ele possa voltar novamente seu olhar para o seu mundo vivido e interpretá-lo novamente, porém, agora, com o conhecimento do método científico.

Esta ideia ganha uma forma muito bem desenhada nos trabalhos sobre pedagogia histórico-crítica do professor da Universidade de Campinas (UNICAMP), Dermeval Saviani. Ele diz que os alunos e as alunas entram na escola com uma visão sincrética, ou seja, um conhecimento adquirido através da mistura de saberes populares e de crenças religiosas sem uma distinção do olhar científico. Assim, o papel da escola é fazê-los ultrapassar essa visão sincrética para uma visão sintética, científica. Passa de uma percepção sensorial imediata, que é o conhecimento empírico, para chegar ao concreto, que é o ponto de chegada do conhecimento, em que esse passou pela análise do método científico. Em suas próprias palavras:

Pela mediação da escola, dá-se a passagem do saber espontâneo ao saber sistematizado [...] se a escola se justifica em função da necessidade de assimilação do conhecimento elaborado, isto não significa que este seja mais importante ou hierarquicamente superior. Trata-se, na verdade, de um movimento dialético, isto é, a ação escolar permite que se acrescentem novas determinações que enriquecem as anteriores e estas, de forma alguma, são excluídas. [...] significa que o acesso à cultura erudita possibilita a apropriação de novas formas pelas quais se podem expressar os próprios conteúdos do saber popular. (SAVIANI, 2016: 58)

Em suma, o que podemos compreender a partir do trabalho desses dois estudiosos do campo da educação é que o aluno vive o seu mundo, o experiencia, e ao ir para à escola, ele aprende a olhar o seu mundo e refletir sobre ele de forma científica e sistemática, construindo ferramentas de luta e mudança da realidade. Dessa forma, quando não há um currículo que olhe e converse com este mundo vivido do aluno, o conhecimento sistematizado não faz sentido, não trabalha com as questões e reflexões demandadas pelos alunos, pois não explica o concreto da sua realidade. Sendo assim, o currículo escolar perde o seu potencial transformador para se resumir a um conteúdo frio, morto.

Dessa forma, acredito ter respondido a minha primeira questão: qual é o papel da escola. Compreendi que a escola é um ambiente sistematizador do conhecimento adquirido a partir da leitura de mundo feita previamente e continuamente pelos alunos e alunas, devendo, dessa

forma, ser um ambiente propício para a emergência de questões que esta leitura de mundo cria. Sendo assim, a função principal da escola brasileira é a de criar e ensinar ferramentas de mudança de realidade para seus alunos e alunas.

#### **4. Para que serve o ensino de História e formação docente**

Após ter estudado e compreendido a função da educação trazida por esses dois estudiosos do campo da ciência do educar e aprender, voltei o meu olhar para o entendimento do que é e para que serve o ensino de História, a fim de atribuir sentido para as cenas de aulas História, como a citada mais cedo, no cenário escolar. Procurei uma definição sobre a função do ensino de História naquilo que é comum a todas as escolas básicas brasileiras, a legislação. Optei por analisar Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e não a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) devido ao fato do primeiro estar em vigor e a segunda, apesar de já provocar bastante influência nos docentes e nas escolas, entrará em vigor apenas em 2020.

Segundo o PCN<sup>260</sup> de 1998, os objetivos do Ensino de História nos anos finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) é o desenvolvimento de capacidades e habilidades cognitivas, tais como: estabelecer relações históricas entre o passado e o tempo presente; situar os conhecimentos históricos em múltiplas temporalidades; reconhecer semelhanças, diferenças, mudanças e permanências, conflitos e contradições sociais em/entre diversos contextos históricos; dominar procedimentos de pesquisa, lidando com fontes textuais, iconográficas, sonoras e materiais; valorizar o patrimônio sociocultural e o direito à cidadania, respeitando a diversidade social, étnica e cultural dos povos, dentre outros.

Esses elementos trazidos pelo PCN são centrais para o Ensino de História, pois todas essas competências e habilidades são ferramentas cognitivas que os nossos alunos e alunas devem adquirir para poderem ler e reler o mundo que os circunda. Mas por que cenas como a trazida anteriormente, no primeiro tópico deste artigo, são tão comuns quando olhamos para a realidade escolar?

Sabemos os inúmeros problemas estruturais e sociais que as escolas brasileiras, principalmente as públicas, possuem, e sem dúvida isso afeta a aprendizagem de forma geral. Mas acredito que, junto a isso, exista uma distância entre a realidade escolar e a formação dos

---

<sup>260</sup> Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais : história / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília : MEC / SEF, 1998. 108 p.

nossos futuros educadores. Então surge o primeiro problema do ensino de história: estamos formando historiadores que atuam como professores ou professores de história?

O ofício do historiador demanda uma série de conhecimentos prévios, os mesmos citados no PCN, por exemplo, para ser colocado em prática. Dessa mesma forma ocorre com o ofício do educador. É reducionista pensar que basta ao educador e à educadora conhecer o conteúdo a ser lecionado para conseguir realizar a finalidade educativa a que se propõe, não sendo necessário se prender ao estudo do como ensinar e do por que ensinar. Existe uma ciência específica para o estudo do “aprender e ensinar” e negar sua importância na prática educativa é reduzir este conhecimento científico a um dom.

Dermeval Saviani, em um artigo escrito para a revista do programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF) (SAVIANI, 2016), fala sobre os saberes que o educador deve dominar para realizar a sua função e que, portanto, devem estar presentes em sua formação. Ele elenca cinco saberes: atitudinal, que correspondente ao comportamento e vivências; crítico-contextual, referente às condições sócio históricas determinantes para as tarefas educativa; e os saberes específicos, pedagógico e didático-curriculares, aos quais irei me ater mais.

Saviani diz que os saberes específicos são os conhecimentos oriundos das ciências da natureza, das ciências humanas, das artes ou das técnicas, que devem ser considerados elementos educativos, ou seja, precisam ser assimilados pelos educandos, integrando o processo de sua formação. O saber pedagógico é composto pelos “conhecimentos produzidos pelas ciências da educação e sintetizados nas teorias educacionais visando a articular os fundamentos da educação com as orientações que se imprimem ao trabalho educativo” (SAVIANI, 2016: 66) . E, por fim, os saber didático-curricular é o conjunto dos

conhecimentos relativos às formas de organização e realização da atividade educativa no âmbito da relação educador-educando. É, em sentido mais específico, o domínio do saber fazer. Implica não apenas os procedimentos técnico-metodológicos, mas a dinâmica do trabalho pedagógico enquanto uma estrutura articulada de agentes, conteúdos, instrumentos e procedimentos que se movimentam no espaço e tempo pedagógicos visando atingir objetivos intencionalmente formulados. (SAVIANI, 2016: 66)

Em suma, o saber didático-curricular é a interação dos outros quatro saberes, tendo como objetivo a criação de uma educação com significado para o educando e com potencial poder de mudança, sendo, dessa forma, de presença essencial na formação dos estudantes de licenciatura.

Na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), por exemplo, nós, futuros professores e professoras de História, entramos em contato desde o início com os elementos cognitivos construtores do conhecimento histórico, o que é fundamental para que possamos nos apropriar deles e, com isso, consigamos utilizá-los e ensiná-los nas salas de aula da Escola Básica. Porém, a crítica que possuo ao nosso currículo da graduação é quanto a ausência, durante meio curso, do objeto central dos estudos sobre educação básica: a escola e os seus alunos e alunas. Apesar das aulas teóricas e das disciplinas de Oficina de Ensino de História, os estudantes de licenciatura ficam apartados do chão de sala de aula.

Não é possível pensar a educação sem pensar a escola e suas múltiplas realidades. Retomando o estudo exposto aqui sobre Paulo Freire e Dermeval Saviani, não é possível pensar o Ensino de História sem aprender a pensar o ensino a partir da realidade do aluno. Reafirmo, o conhecimento específico do campo da História é primordial para se ensinar a mesma, porém nós, licenciandos, só começamos a formular produções didático-pedagógicas no último ano e meio do curso, com as disciplinas de prática e as de estágio. Antes disso, as discussões historiográficas estudadas não passam pela construção de diálogo com a escola básica e as poucas produções didáticas que pensam a escola, presentes tanto nas disciplinas comuns, quanto nas oficinas, dizem respeito a um aluno genérico e fictício, o que acarreta em uma falha no desenvolvimento do saber didático-curricular. E essa não é uma realidade apenas da UFJF, é uma questão que envolve inúmeras faculdades brasileiras de licenciatura.

Por isso, vou colocar aqui uma posição política quanto à situação que a Capes tem passado. É de extrema importância reivindicar e proteger recursos de formação como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID). Foi a partir da experiência do PIBID que pude unir a minha formação como historiadora à minha formação como educadora e, a partir de uma vivência prática, crítica e com orientação teórica, tentar construir o saber didático-curricular de Saviani.



O PIBID é uma série de coisas. Ele é garantidor material da permanência dos alunos de graduação na universidade, devido ao seu caráter de bolsa. É uma forma da Universidade mostrar a sua responsabilidade com a comunidade em que está inserida. É troca entre universidade e escola, fortalecendo a formação de futuros professores e professoras. É prática fundamentada na teoria.

## 5. Conclusão

Gostaria de voltar a citar Marc Bloch e, agora trazendo mais um elemento de seu raciocínio, a fim de juntar e relacionar os três estudiosos citados neste artigos e assim compreender mais amplamente a função do Ensino de História. Bloch diz “A incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado” e acrescenta “Mas talvez não seja menos vão esgotar-se em compreender o passado se nada se sabe do presente”. Utilizando deste raciocínio, reafirmo que não existe lógica e nem utilidade para uma educação e, mais especificamente, para um Ensino de História se esses não posicionam o mundo vivido do aluno, o seu presente, em um lugar central para se pensar a construção de um currículo. A educação precisa ser libertadora e, para isso, ela precisa fazer sentido tanto para quem ensina quanto para quem aprende. Dessa forma, uma das frentes de ação e construção de uma educação libertadora é a formação com qualidade e experiência prática intensa para os futuros educadores e educadoras. É preciso formar professores com os saberes didático-curriculares.

Para finalizar, gostaria de citar outra frase de Paulo Freire do seu livro “Pedagogia da autonomia” , a fim de sintetizar o que foi apresentado: “Não temo dizer que inexiste validade no ensino de que não resulta um aprendizado em que o aprendiz não se tornou capaz de recriar ou de refazer o ensinado”(FREIRE,2018: 26).

## Referência bibliográfica

BLOCH, Marc. **Apologia da História:** ou o ofício de historiador. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. 160 p.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler:** em três artigos que se complementam. 51. ed. São Paulo: Cortez editora, 2011. 104 p.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários a prática educativa. 57. ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Terra e Paz, 2018. 144p.

SAVIANI, Dermeval. Educação escolar, currículo e sociedade: o problema da Base Nacional Comum Curricular. **Movimento**: Revista de Educação, Niterói, ano 3, n. 4, p. 54-84, 13 dez. 2019.

### **Fontes**

Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais** : história / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília : MEC / SEF, 1998. 108 p.

## Comunicação livre.

---

### A construção do programa *Conversa ao Pé do Rádio* como propaganda do governo José Sarney

Brendo Filipe Costa Diniz<sup>261</sup>

**RESUMO:** O programa *Conversa ao Pé do Rádio* foi criado em 25 de outubro de 1985 pelo então presidente do Brasil José Sarney e possuía transmissão nacional obrigatória todas as sextas-feiras às 6h e às 19h30. A transmissão, comandada pelo próprio Sarney até o fim de seu mandato, foi utilizada para defender as ações e concepções de sua administração. O período fora bastante turbulento porque coadunava uma transição democrática após mais de 20 anos de ditadura militar conjuntamente com uma ampla crise econômica, que envolvia uma inflação persistentemente alta e um elevado déficit público. O objetivo deste artigo é analisar de que maneira o programa foi empregado em seu primeiro ano de transmissão para angariar apoio às medidas e interesses do governo federal no período.

**PALAVRAS- CHAVE:** José Sarney; Propaganda; Rádio; Redemocratização.

**ABSTRACT:** The Radio program *Conversa ao Pé do Rádio* was created on October 25, 1985 by then-president of Brazil José Sarney and had mandatory national broadcast every Friday at 6am and 7:30 pm. The transmission, commanded by Sarney himself until the end of his term, was used to defend the actions and conceptions of his administration. A very troubled period suited a democratic transition after more than 20 years of military dictatorship coupled with a broad economic crisis involving persistently high inflation and a high public deficit. The core of the article is to analyze how Sarney employed the program in the first year of transmission to gain support for the federal government's actions and interests in the period.

**KEYWORDS:** Advertising; José Sarney; Radio; Redemocratization.

---

<sup>261</sup> Graduando de Licenciatura em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: brendofcd@hotmail.com.

## INTRODUÇÃO

O cerne deste trabalho é analisar o programa *Conversa ao Pé do Rádio*, criado em 25 de outubro de 1985 pelo então presidente da República Federativa do Brasil José Sarney e de transmissão nacional obrigatória todas as sextas-feiras às 6h e às 19h30 do horário de Brasília. A inspiração veio do ex-presidente dos Estados Unidos da América (EUA) Franklin Delano Roosevelt, que criou em 1933 o programa de rádio “*Conversa ao Pé da Lareira*”, onde buscava divulgar as ações da administração federal estadunidense, especialmente as de combate à recessão decorrente da crise econômica de 1929.

Como demonstra Ryfe (1999), o então presidente dos EUA fazia transmissões focadas principalmente na questão econômica, que dominava o debate americano depois da Crise de 1929. Enquanto isto, apesar do programa *Conversa ao Pé do Rádio* igualmente ter um enfoque econômico, ele não é tão grande quanto na atração de Roosevelt, tanto porque buscava abarcar inúmeras discussões que estavam em voga naquele momento como porque o programa tinha periodicidade semanal, o que exigia uma variação nos assuntos tratados.

Nas transmissões, Sarney realizava discursos curtos e de forma coloquial sobre alguns acontecimentos da semana e também comentava elogiosamente os atos de sua administração em diferentes temas como economia, aspectos sociais e negociações com o Congresso. Apesar de ter sua última exibição em 15 de março de 1990, no último dia da presidência de Sarney, este trabalho procura compreender como o então presidente utilizava o programa com o objetivo de pautar o debate na sociedade no início de seu mandato, de modo a angariar apoio perante uma população que não via em um antigo partidário da ditadura o representante ideal para a transição para uma democracia plena. Para isto, a pesquisa enfoca o de 25 de outubro de 1985, data da primeira exibição do programa, até a 30ª edição, em 6 de junho de 1986.

A periodização busca ressaltar os dois principais aspectos que dominaram o começo do programa, que são a pauta econômica e a social, respectivamente marcados neste início pelo combate à inflação que desenrolará no Plano Cruzado e pelos programas sociais lançados pelo governo que tinha como seu lema o slogan “Tudo pelo Social”. Além disso, o artigo também procura ressaltar os silenciamentos do programa, como sobre a pauta da constituição, tentando evidenciar quais eram os enfoques do governo e os motivos para isto.

Para melhor compreender a utilização do programa por Sarney, faz-se necessário uma breve recapitulação de sua vida política, que demonstra a trajetória de um político versátil e pouco apegado a questões ideológicas, algo que se mostra presente nas transmissões nos diversos momentos em que Sarney mantém seu discurso flexível, de modo a melhor adaptá-lo com as circunstâncias. Além disso, também é necessária uma curta contextualização do momento e dos interesses que estavam por traz da criação da exibição.

José Sarney de Araújo Costa, nascido José Ribamar Ferreira de Araújo Costa em 24 de abril de 1930, em Pinheiro, Maranhão, é conhecido como José Sarney graças ao nome de seu

pai, Sarney de Araújo Costa, promotor e depois desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão. Desde cedo apresentou traquejo para a política e para a escrita, participando de movimentos estudantis ainda no ensino primário e atuando como repórter em jornais locais desde os 16 anos. Ambas atividades culminam em sua entrada precoce na Academia de Letras do Maranhão em 1952 e sua diplomação como bacharel em direito pela Universidade Federal do Maranhão em 1953, onde também teve forte atuação estudantil, chegando a representar o estado do Maranhão no Congresso da União Nacional dos Estudantes.<sup>262</sup>

Iniciou efetivamente sua carreira política em 1954 ao tornar-se deputado federal suplente do então Partido Social Democrático. Nos anos seguintes age nos bastidores e tem algumas oportunidades de assumir a cadeira de deputado federal como interino. Em 1958, devido a conflitos internos no diretório maranhense de seu partido, decide migrar para a União Democrática Nacional, mesmo ano em que concorre e é eleito pela primeira vez como deputado federal representando o estado do Maranhão. Nos anos seguintes constrói seu nome dentro da UDN e perante à população, atingindo o posto de vice-presidente do partido em 1959. Em 1961 é alçado ao cargo de vice-líder do governo Jânio Quadros, a quem defendeu até o momento da renúncia, quando parte para oposição contra João Goulart, que assumiria o cargo em meio a um processo excessivamente turbulento, uma vez que contava com ampla rejeição de setores militares, empresariais e políticos.

Com o golpe militar de 1964 e o Ato Institucional Número Dois, que dentre outros dispositivos instituiu o bipartidarismo no país, filia-se em 1965 ao partido de sustentação da ditadura, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA)<sup>263</sup>. Mantendo seu suporte ao novo regime, consegue garantir sua ascensão política, sendo eleito Governador do Maranhão para o intervalo entre 31 de janeiro de 1966 e 14 de maio de 1970 e para Senador pelo mesmo Estado entre o dia primeiro de fevereiro de 1971 até 15 de março de 1985.

Além do avanço nos cargos públicos, Sarney foi presidente da ARENA de 1979 até 1984. Decide deixar a agremiação em 1984 por divergências quanto à indicação para as eleições presidenciais indiretas de 1985, uma vez que desejava ser o candidato de sua agremiação, que o pretere em favor de Paulo Maluf, que fora Governador de São Paulo até 1982, dentre outros motivos pela influência do então presidente da república João Figueiredo, de quem não era particularmente próximo. Junto a outros dissidentes, ajuda a formar em 1984 a Frente Liberal.

Em uma articulação para as eleições presidenciais de 1985, forma-se a chamada Aliança Liberal, fruto da aliança entre os dissidentes descontentes do PDS, até aquele instante aglutinados na Frente Liberal, e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro. A aliança culmina na filiação de Sarney ao PMDB para disputar as eleições como vice-presidente em uma chapa comandada pelo então deputado federal Tancredo Neves e que acaba ganhando de forma esmagadora, com 480 votos contra 180 da chapa comandada por Maluf e apoiada pelo regime militar. Tancredo, porém, acaba ficando doente dias antes de tomar posse, que

---

<sup>262</sup> Para saber mais sobre a vida de Sarney: ECHEVERRIA, R. **Sarney. A biografia**. 1. Ed. São Paulo: Leya, 2011.

<sup>263</sup> Transformado no Partido Democrático Social em 31 de janeiro de 1980.

ocorreria em 15 de março de 1985. Após enorme expectativa e intensa negociação, o então presidente do Congresso Nacional Ulysses Guimarães determina a posse de Sarney de forma interina, à espera da recuperação do líder da chapa.

O começo de seu mandato é, portanto, marcado pela falta de legitimidade perante a população e da mesma forma em relação à classe política, que não via em um antigo aliado da ditadura o representante ideal para conduzir a transição para uma democracia plena. Como aponta Jorge Ferreira (2019), esta primeira conjuntura é definida por uma atuação bastante independente da equipe ministerial, que havia sido toda indicada por Tancredo e que se comunicava mais com Ulysses Guimarães do que com o próprio Sarney, a quem enxergavam com desconfiança.

A situação começa a se transformar em 21 de abril de 1985, quando ocorre a morte de Tancredo e a consequente posse oficial de Sarney como Presidente da República, iniciando assim um lento processo onde o chefe do executivo federal procura produzir sua imagem de forma independente em relação aos desejos e acordos realizados por Tancredo, além da tentativa de edificar uma base de apoio junto à sociedade e ao meio político.

Outra situação marcante neste sentido fora sua reforma ministerial realizada em janeiro de 1986, quando trocou boa parte de seu ministério, que havia sido majoritariamente escolhido por Tancredo Neves, podendo assim escolher pessoas de sua confiança e de seus grupos políticos de apoio. A partir disso, como argumenta Jorge Ferreira, o então presidente começa a cuidar mais de sua imagem pessoal e passa a imprimir um estilo mais próprio de gestão, até aquela ocasião muito afetada pelas alianças e escolhas de Tancredo (FERREIRA, 2018). Fazendo amplo uso da comunicação, como de seu programa de rádio, Sarney passa a fazer maior divulgação das ações do governo e, ademais, a tentar montar sua representação enquanto um governante eficaz. Isto ocorre porque, na avaliação de Kinzo,

Sarney tomou posse sem plano de governo e com a crise econômica e social se avolumando. Faltava-lhe legitimidade. Segundo a autora, ele era o político conhecido por seus vínculos com a ditadura que “assumia o poder sem o respaldo das urnas e que não era das fileiras do partido que esperava desta vez para governar – o PMDB. O governo ficou exposto a todo tipo de pressão. (KINZO, 2001: 7).

Um dos principais marcos dessa tentativa é exatamente a criação do programa Conversa ao Pé do Rádio, o qual era utilizado para defender o governo e para criar uma relação mais próxima entre o presidente e o povo, que teria a oportunidade de ouvir a respeito das proposições e atos do governo a partir de seu líder máximo. Assim sendo, é essencial buscar compreender como a comunicação do programa foi construída, procurando perceber alguns

aspectos tais como qual era a imagem que se procurava idealizar da gestão de Sarney e quais eram as temáticas abordadas.

Pensando estas questões, o artigo se fundamenta em uma bibliografia densa e contundente que análise diferentes aspectos daquela época, como a crise econômica e o aspecto social brasileiro, de modo a embasar uma contextualização e uma análise crítica e sistemática do conteúdo do programa, buscando assim melhor compreender como ele foi utilizado para angariar apoio e legitimidade ao governo perante a população em um período de ampla instabilidade econômica, política e social. Todas edições do programa estão transcritas em dois livros da coleção “Documentos da Presidência da República”.

### O Aspecto Socioeconômico

No que tange as questões econômico-sociais, a criação do programa se dá em um momento onde o ministério possuía maior sintonia com as preferências de Sarney, uma vez que ele havia feito uma reforma ministerial exatamente com este intento. Apesar de nunca ter demonstrado um apreço especial pelo debate econômico, se havia algo que o presidente não gostaria de implementar eram medidas impopulares, em razão de que neste momento sua popularidade já não era a que desejava. Na exibição de seu segundo programa, em 01 de novembro de 1985, Sarney deixava claro a aposta que faria, “Estamos mudando a velha fórmula de combater a inflação com achatamento de salário e competir no mercado baseado em mão-de-obra barata.”<sup>264</sup>, o que deixava claro o repúdio pela fórmula utilizada diversas vezes pela ditadura militar e que igualmente deixava explícita sua preferência por uma política de estabilização que fosse capaz de assegurar concomitantemente a continuidade do crescimento da economia do país e dos salários da classe trabalhadora, algo bastante divergente das política adotadas até então.

Como este artigo procurará demonstrar, Sarney exprimia nas exibições diversos dos interesses e concepções de sua presidência. Neste caso isto fica ainda mais claro, dado que a exibição é basicamente um discurso de recusa da fórmula recessiva, que envolvesse achatamento de salários e corte de crédito. Não era do interesse da administração federal se indispor com a população em geral ou com setores empresariais. O objetivo da nova equipe econômica era agradar a ambos, uma difícil tarefa em um cenário de crise econômica que coadunava uma alta inflação, um alto déficit público e uma imensa dívida externa.

Outra questão bastante interessante de se observar no programa é como ele procura criar um regime de cumplicidade entre o governo, sempre referido como um novo comando, de muita seriedade e trabalho, com uma população que merece gestões governamentais de

---

<sup>264</sup> Para saber mais sobre este programa, consultar: SARNEY, J. **Conversa ao Pé do Rádio 1985/1986/1987**. 1. ed. Brasília: Presidência da República, 1990. v. 1. (Documentos da Presidência da República). p. 29-30

qualidade. Este ponto fica claro na 18ª exibição, quando Sarney aborda o controle do déficit e da inflação, falando que “É produto da austeridade, do trabalho, da seriedade e da competência de tantos homens que vivem e sofrem a condução de nossa economia.”. Ou seja, o presidente claramente divide os louros dos bons resultados com a nação e seus cidadãos, buscando atingir uma maior cooperação da população, como deixa mais claro em “Peço aos empresários e trabalhadores que nos ajudem.”<sup>265</sup>

No mesmo programa, em prenúncio ao que ocorreria durante o Plano Cruzado como um todo, há uma forte aposta em um pacto social que seja compactuado entre toda a sociedade, seja o governo, o povo ou o empresariado. “Reivindicações impossíveis não poderão ser atendidas. O interesse de todos é maior do que o interesse de qualquer classe.”<sup>266</sup> Aqui, o uso do programa se aproxima muito das atrações de Franklin Delano Roosevelt, que também utilizava amplamente seu programa para forjar um pacto social entre os “cidadãos de bem”, como os trabalhadores e empresários, mas que excluía os “especuladores”, que seriam a causa de toda a crise. A atração igualmente se aproxima muito do modo com que era propagada a ideologia trabalhista, principalmente durante o Estado Novo no programa *A Hora do Brasil*, que como a Angela de Castro Gomes argumenta, era um veículo que buscava construir um consenso trabalhista entre as classes em torno do Estado, que seria o grande mediador desses conflitos.<sup>267</sup> As apostas das exibições eram claramente inclinadas a uma despolitização dos problemas dos sociais, que eram apresentados como contratemplos surgidos de indivíduos sabotadores da nação, como banqueiros e especuladores. Sendo assim, um pacto de cooperação na sociedade seria suficiente para sanar a nação.

Com esta visão em mente, no dia 28 de fevereiro de 1986 Sarney decretou feriado bancário e anunciou o Plano Cruzado pela televisão.

O pacote de medidas que compunham o Plano Cruzado seguiu o modelo proposto por Francisco Lopes. O ponto mais notável, para o público, foi a criação de uma nova moeda, o cruzado, que seria equivalente a mil cruzeiros. O segundo ponto foi o congelamento de preços por tempo indeterminado. Outros aspectos mais técnicos do Plano foram de mais difícil compreensão pelo público. A desindexação dos contratos era o ponto de mais difícil compreensão. Para isso o Índice de Preços ao Consumidor (IPCA) foi substituído por um outro índice o IPC, com as mesmas ponderações, mas base diferente. O objetivo era não contaminar o índice com a inflação passada. A conversão de alugueis e de contratos futuros foram feitas

<sup>265</sup> Para saber mais sobre este programa, consultar: SARNEY, J. **Conversa ao Pé do Rádio 1985/1986/1987**. 1. ed. Brasília: Presidência da República, 1990. v. 1. (Documentos da Presidência da República). p. 69-70

<sup>266</sup> Para saber mais sobre este programa, consultar: SARNEY, J. **Conversa ao Pé do Rádio 1985/1986/1987**. 1. ed. Brasília: Presidência da República, 1990. v. 1. (Documentos da Presidência da República). p. 69-70

<sup>267</sup> Para saber mais sobre a construção do trabalhismo e sobre a utilização do programa, consultar: GOMES, A. M. C. **A invenção do trabalhismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005. v. 1.



levando em conta a relação média-pico. Indexações por prazo inferior a um ano foram proibidas. No caso de contratos com taxas de juros pré-fixadas estabeleceu-se nos próximos 12 meses um plano de conversão diária de valores de cruzeiros em cruzados – que ficou conhecido como tablita. Em princípio, o objetivo do plano era ser neutro, sob ponto de vista distributivo. Mas, na fórmula de conversão de salários pela média, tendo como base o poder de compra dos últimos seis meses, foi acrescido um abono de 8%. O salário mínimo foi fixado em CZ\$ 804,00, que embutia um abono de 16% sobre o poder de compra médio. (PRADO; LEOPOLDI, 2018: 93)

A partir de então, Sarney começa a repetir incessantemente uma estratégia já empregada em seu primeiro programa, em 25 de outubro de 1985, quando falava que “Porque o Brasil vai dar certo. Contem com o Presidente. Mas o Presidente, para o êxito de seu trabalho, precisa contar com vocês.”.<sup>268</sup> A estratégia consiste em estimular o otimismo da população buscando demonstrar a eficiência de seu governo e, além disso, perseguir a cumplicidade do povo com suas propostas, fazendo com que o sucesso ou fracasso delas seja fruto não somente da administração federal, mas também da atuação de seus cidadãos. É a cumplicidade entre o governo e seus eleitores que a administração federal tanto desejava.

Os efeitos do Plano Cruzado foram surpreendentemente positivos,

O Plano Cruzado foi um sucesso para o governo, repercutindo com grande satisfação popular. A inflação desabou, enquanto aumentaram o crédito, o consumo e o emprego. O desemprego, que naquele momento era de 10,5%, logo caiu para 2,5%. Em janeiro, a inflação foi de 14,98%, enquanto a de abril foi de 0,58%. Em todas áreas e em todos os índices o Plano Cruzado apontava para o sucesso. Os trabalhadores deixaram de perder com a inflação diária e ganharam com o aumento do salário mínimo e o abono salarial. Com maior poder de compra e crédito, o consumo aumentou. (FERREIRA, 2018: 47-48)

Neste contexto surgem oficialmente os “fiscais de Sarney”, munidos com as tabelas de preços da Superintendência de Abastecimento e Preços (Sunab), eles fiscalizavam os preços nos mercados e nas lojas e, caso encontrassem irregularidades, chamavam a polícia. Era o ápice da colaboração e cumplicidade entre governo e povo que Sarney tanto pedia e exaltava, como deixa claro no 19º programa, de 07 de março de 1986, quando menciona que,

---

<sup>268</sup> Para saber mais sobre este programa, consultar: SARNEY, J. **Conversa ao Pé do Rádio 1985/1986/1987**. 1. ed. Brasília: Presidência da República, 1990. v. 1. (Documentos da Presidência da República). p. 27-29

Trata-se do maior voluntariado vivido na nossa História e de uma mobilização consciente, em que todos espontaneamente, demonstrando confiança no Presidente, ajudam a fazer uma fiscalização que o Governo, com todos os seus funcionários, órgãos e forças não conseguiria jamais realizar.<sup>269</sup>

Envolto na euforia do sucesso que estava sendo seu programa econômico, que alavancava sua popularidade como jamais imaginara, o presidente não tinha olhares para os problemas envolvidos no congelamento. “No debate político, as críticas à esquerda, mencionavam o perigo de uma recessão e à direita chamavam a atenção para a necessidade de ajustes fiscais e correções dos desequilíbrios.” (PRADO; LEOPOLDI, 2018: 95). Sarney, porém, não tinha ouvidos para juízos de opinião que não fossem otimistas e continuava a promover o sucesso de sua reforma.

O governo, portanto, não era receptivo às críticas nem tampouco planejava tomar atitudes para equacionar os problemas que começavam a se avolumar. Desde o início há uma negação de problemas estruturais do Plano Cruzado, sendo a responsabilidade toda deixada em cima dos “especuladores, “sabotadores”, como deixado claro na 22ª transmissão, em 04 de abril de 1986,

O governo previu, previu a sabotagem, previu os acidentes prováveis, previu o ódio e a incompreensão, previu o pessimismo e previu despeito, previu até politicagem e aqueles que desejam a política da terra arrasada, a mas arrasada de todas as políticas. E cuidou de proteger o povo contra todas esses males.<sup>270</sup>

Mesmo com os problemas do Plano Cruzado, como o ágio dos produtos e o aumento do déficit fiscal, estas questões só acarretariam em uma maior crise alguns meses depois, após as eleições de 14 de fevereiro de 1986. Enquanto isso, o presidente utilizava o programa para enaltecer seus feitos e para buscar outro suporte para seu governo, que seria o aspecto social, que se refletiu no lema do governo, *Tudo pelo Social*.

Apesar de todas as críticas possíveis ao Sarney, ele foi um político que soube permanecer no jogo político nacional por mais de 50 anos, sendo capaz de se adaptar às diferentes realidades políticas que o Brasil passou. Por conseguinte, a escolha de um lema e de uma

<sup>269</sup> Para saber mais sobre este programa, consultar: SARNEY, J. **Conversa ao Pé do Rádio 1985/1986/1987**. 1. ed. Brasília: Presidência da República, 1990. v. 1. (Documentos da Presidência da República). p. 73-76

<sup>270</sup> Para saber mais sobre este programa, consultar: SARNEY, J. **Conversa ao Pé do Rádio 1985/1986/1987**. 1. ed. Brasília: Presidência da República, 1990. v. 1. (Documentos da Presidência da República). p. 83-86

comunicação voltada para o aspecto social se embasava em uma realidade política que tinha nos proletários um grupo em franca ascensão. Neste período ocorre a Fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1983, e a formação da Central Geral dos Trabalhadores (CGT) em 1986.

Nos marcos de suas reivindicações podemos incluir desde a quase onipresente questão salarial, passando pela resistência às práticas de relações de trabalho autoritárias, indo até a luta contra os sucessivos pacotes econômicos governamentais, os quais, em busca de correções nos rumos da economia – então marcada pelas altas taxas de inflação –, acertavam duros golpes nas condições de vida dos trabalhadores. (SANTA, 2007: 294)

No entanto, apesar do momento propício para os movimentos organizados, eles não encontraram uma real via de acesso ao poder federal, que não tinha nos grandes movimentos de trabalhadores um aliado, mas sim como entraves à administração. Isto se demonstra logo na segunda exibição, em que Sarney fala que “Ele não tem sindicato forte e ele não precisou fazer greve. O Governo correspondeu às necessidades desses trabalhadores, que são a maioria esmagadora dos assalariados brasileiros. Cumpriu o seu dever, sem receber pressão”.<sup>271</sup> Nesta fala o presidente deixa claro a estreita via de diálogo que possuía com os grupos de trabalhadores organizados, uma vez que o programa procurava erigir a imagem do executivo federal como a de um estabilizador, não somente no aspecto econômico, como no que concerne o aspecto social brasileiro. Deste modo, aqueles que se movessem em pressão ou contrariamente ao governo ganhavam as pechas de “especuladores” e “sabotadores”.

Como já mencionado, partir do sucesso inicial do Plano Cruzado o programa inicia um novo diálogo com os trabalhadores, enfatizando o enorme avanço na vida do povo, que teve seu salário valorizado, e na economia como um todo, que estava aquecida. Esta exaltação do plano econômico gera na atração um esquecimento da temática social. Se das primeiras dezenove edições, quatorze mencionavam alguma temática social, o programa fica as seis edições seguintes ao lançamento do Plano Cruzado sem mencionar qualquer coisa do tipo. Aqui fica claro a versatilidade da mensagem das exibições, que não possuíam um conteúdo regular, mas se adaptava aos interesses governamentais.

Outro ponto interessante de ser mencionado é que a expansão econômica brasileira, muito latente desde os anos 1930, não se deu sem diversas tensões e assimetrias. “Em especial, o crescimento econômico brasileiro deu-se com o aprofundamento de um processo de exclusão

---

<sup>271</sup> Para saber mais sobre este programa, consultar: SARNEY, J. **Conversa ao Pé do Rádio 1985/1986/1987**. 1. ed. Brasília: Presidência da República, 1990. v. 1. (Documentos da Presidência da República). p. 29-30

de importantes setores da sociedade brasileira, caracterizando-se como um dos países de renda mais concentrada do mundo.” (PRADO; LEOPOLDI, 2018: 78). Outra questão é que o desenvolvimento do país trouxe consigo o pesado fardo das assimetrias regionais. Houveram a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), sob a inspiração de Celso Furtado, e da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), tentativas exemplares da busca por um novo modelo de expansão para o país, que acontecesse de forma mais uniforme, mas que acabou não chegando aos resultados esperados. (PRADO; LEOPOLDI, 2018).

Não é acaso, portanto, que ainda no 5º programa, em 22 de novembro de 1985, Sarney anuncie que houve um aumento de 600% na verba para estados nordestinos. Segundo o próprio, “Para mim, dizer que o nordeste é “prioritário” é pouco.”.<sup>272</sup> Na mesma edição há também o discurso de revigoração da SUDENE. Segundo o presidente, faltavam recursos, vontade e humildade para alavancar a região nordestina. Aqui novamente fica claro a ênfase do governo no aspecto social e também o reforço que há de que os problemas do país serão sanados porque o governo realmente se preocupa com a população, algo que supostamente não ocorrera em outras administrações.

Igualmente na 5ª edição de 22 de novembro de 1985 fica claro como a reforma agrária também estaria no centro de prioridades da propaganda governamental, quando Sarney exalta o Mirad (Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário) e o PNRA (Plano Nacional de Reforma Agrária) como símbolos da luta por justiça social que o governo estava acampando. A propaganda do PNRA dizia o seguinte,

A Reforma agrária do Presidente Sarney, porém, é brasileira e atende à realidade política, econômica e social do país. Todos podem apoiá-la, pois é justa, pacífica, racional, produtiva e democrática. Nossa Reforma agrária não combate a propriedade privada. Pelo contrário, amplia o número de proprietários e estimula a produção e a produtividade.

A propaganda deixa nítida que a reforma agrária teria um enfoque essencialmente econômico, de aumento da produção e da produtividade, em detrimento de seu aspecto social, de diminuir a desigualdade no acesso à terra, algo que não atendia às demandas dos movimentos organizados. O presidente também aproveitou o programa para lançar o suporte a pequenos agricultores do nordeste através do financiamento da SUDENE, do Banco do Brasil e do Banco do Nordeste. Mais uma vez era uma tentativa de angariar apoio em meio ao seu reduto eleitoral.

---

<sup>272</sup> Para saber mais sobre este programa, consultar: SARNEY, J. **Conversa ao Pé do Rádio 1985/1986/1987**. 1. ed. Brasília: Presidência da República, 1990. v. 1. (Documentos da Presidência da República). p. 35-36

Esta ideia é reforçada pelo fato de que o presidente José Sarney lançou o primeiro PNRA com a meta de assentar 1,4 milhão de famílias até o final de 1989. Contudo, apenas 82 mil foram assentadas, segundo o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Apesar dos inúmeros recuos, a comunicação governamental continuava a reforçar seu compromisso com a reforma agrária. Na 10ª edição, em 27 de dezembro de 1985, é apontado que os dois grandes desafios da administração eram a reforma agrária e a inflação.<sup>273</sup>

Em 1986, apesar do esfriamento governamental da pauta da reforma agrária, ela ainda aparece em suas propagandas como um objetivo primordial do governo. Não é sem interesses, portanto, que no 30º programa, em 30 de maio de 1986, seja anunciado a posse de Dante de Oliveira, o popular deputado por traz da campanha das Diretas Já, como o novo Ministro da Reforma Agrária,

Seu papel será importante, pois lhe cabe executar um dos programas mais difíceis de meu governo, a reforma agrária, um programa de justiça social e desenvolvimento econômico, que só poderá dar certo se essas duas andarem juntas. [...] A reforma agrária é paz, não é guerra.

Nesse discurso, fica claro que a propaganda da administração ainda buscava um atrelamento de sua imagem com a popular reforma agrária e que, além disso, se utilizou da imagem de um famoso deputado para tentar divulgar suas ações e propostas para a população. De forma notória a ênfase é sempre dada à reforma agrária como um movimento pacífico, de consenso, ou melhor, como mais um instrumento do pacto nacional que o governo tentava forjar,

Vamos acabar com as invasões, porque invasão é crime, é esbulho, com perseguições, violências e quaisquer outras formas de tornar odioso um projeto tão alto, tão moderno e tão importante a para a democracia no Brasil.”<sup>274</sup>

A vista disso, Sarney procurava angariar o apoio da população pobre e rural, com a promessa de uma reforma agrária que abarcasse seus interesses, enquanto busca um completo

---

<sup>273</sup> Para saber mais sobre este programa, consultar: SARNEY, J. **Conversa ao Pé do Rádio 1985/1986/1987**. 1. ed. Brasília: Presidência da República, 1990. v. 1. (Documentos da Presidência da República). p. 45-48

<sup>274</sup> Para saber mais sobre este programa, consultar: SARNEY, J. **Conversa ao Pé do Rádio 1985/1986/1987**. 1. ed. Brasília: Presidência da República, 1990. v. 1. (Documentos da Presidência da República). p. 111-114

domínio sobre este projeto de modo a impedir que contrariasse o interesse dos grandes proprietários.

Vale mencionar que o enfoque do governo prestado ao aspecto socioeconômico acabou ofuscando outras temáticas como a própria constituinte. Este silenciamento também se dava porque Sarney gostaria de guiar as discussões sobre a constituição com o objetivo de melhor adequá-la a seus interesses. Esta temática, porém, ganharia preponderância em anos posteriores e outros trabalhos poderão enfoca-la.

### **Considerações Finais**

Finalizando, foi argumentado que a atração era amplamente empregada para erigir um consenso nacional em torno das soluções para a crise socioeconômica que o Brasil passava. Esta tentativa de construir um pacto nacional entre o governo e a população encontrou seu ápice durante a vigência do Plano Cruzado, quando surgiram os chamados “fiscais de Sarney”. Neste período, o governo abundantemente recorreu ao seu programa para buscar e manter o apoio do povo às suas ações, de modo que o sucesso inicial do Plano fosse mantido.

Apesar deste resultado inicial, o artigo procurou evidenciar que a administração federal omitia as falhas que existiam em seu plano de estabilização, de modo que suas altas taxas de aprovação fossem mantidas. Assim sendo, os objetivos de Sarney na criação do programa *Conversa ao Pé do Rádio* ficam bastante evidentes. Era um presidente que não agradava muito ao seu próprio partido, o PMDB; que tinha desavenças com inúmeros militares, que continuavam a ameaçar a frágil e recente democracia brasileira; que possuía um apoio bastante circunstancial da população, tendo em vista que fazia parte da ditadura militar e havia sido empossado em condições bastante improváveis e, por último, mas não menos importante, era um presidente com uma tarefa bastante complicada, a de erigir e sustentar a então 2º maior democracia do mundo em meio à uma ampla crise econômica, social e institucional. Portanto, como abordado pelo artigo, o presidente cria um programa de rádio para seu governo tentando adquirir apoio da população em um momento conturbado e de extrema carência de legitimidade.

A exibição se assemelha bastante aos programas *A Hora do Brasil*<sup>275</sup> e *Café com o Presidente*<sup>276</sup> na sua busca por se aliar aos trabalhadores e gerar um pacto nacional pelo país. Apesar disso, o apreço do governo pela questão social claramente adivinha mais do discurso

---

<sup>275</sup> Para saber mais sobre o programa, consultar: GOMES, A. M. C. **A invenção do trabalhismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005. v. 1.

<sup>276</sup> Para saber mais sobre este programa, consultar: SANTOS, L. J. **Vai um Café? Análise do personagem Lula no programa Café com o presidente**. 209 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2017.

que da prática, algo que o artigo buscou enfatizar. Ao colocar como seu lema *Tudo pelo Social*, a gestão buscou atrair o respaldo de uma população que estava cada vez mais organizada e articulada e que, além disso, estaria em breve com o poder de decidir o próximo presidente pelo voto. Com isto, o governo se vendia como uma administração que tinha como preocupação primordial a população mais vulnerável, além de argumentar que a gestão era uma mera expressão do desejo popular, e não uma administração com interesses próprios.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ECHEVERRIA, R. **Sarney. A biografia**. 1. Ed. São Paulo: Leya, 2011.

FERREIRA, J. **O presidente acidental. José Sarney e a transição democrática**. In: FERREIRA, J; DELGADO, L. A. N. (Org.). **O tempo da Nova República. Da transição democrática à crise política e 2016**. (Coleção O Brasil Republicano, vol. 5). 1ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, v. 1, p. 25-69.

GOMES, A. M. C. **A invenção do trabalhismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005. v. 1.

GRYNSZPAN, M. **A questão agrária no Brasil pós-1964 e o MST**. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (Org.). **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. (Coleção O Brasil Republicano, vol. 4). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 315-348.

KINZO, M. D. G. **A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição**. São Paulo em Perspectiva: v.15, n. 4, 2001.

MACARINI, J. P. **A política econômica do Governo Sarney: os Planos Cruzado (1986) e Bresser (1987)**. Texto para discussão. IE/UNICAMP, n. 157, mar, 2009.

MODIANO, E. M. **A Ópera dos Três Cruzados, 1985-1990**. In: ABREU, M. P. (Org.). **A ordem do progresso**. Rio de Janeiro: Campus, 2014.

PRADO, L. C. D; LEOPOLDI, M. A. P. **O fim do desenvolvimentismo: o governo Sarney e a transição do modelo econômico brasileiro**. In: FERREIRA, J.; L. A. N. (Org.). **O tempo da Nova República. Da transição democrática à crise política e 2016**. (Coleção O Brasil Republicano, vol. 5). 1ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, v. 1, p. 73-118.

RYFE, D. M. **Franklin Roosevelt and the Fireside Chats**. 4ed. Journal of Communication, v. 49, 1999, p. 80–103.

SANTANA, M. A. **Trabalhadores em movimento: o sindicalismo brasileiro nos anos 1980/1990**.

SANTOS, L. J. **Vai um Café? Análise do personagem Lula no programa Café com o presidente**. 209 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2017.

TEIXEIRA, F. C. **Crise da ditadura militar e o processo de abertura política do Brasil, 1974-1985.** FERREIRA, J; DELGADO, L. A. N. (Org.). In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (Org.). **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX.** (Coleção O Brasil Republicano, vol. 4). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 243-282.

#### **FONTES PRIMÁRIAS**

SARNEY, J. **Conversa ao Pé do Rádio 1985/1986/1987.** 1. ed. Brasília: Presidência da República, 1990. v. 1. (Documentos da Presidência da República).

SARNEY, J. **Conversa ao Pé do Rádio 1988/1989/1990.** 1. ed. Brasília: Presidência da República, 1990. v. 2. (Documentos da Presidência da República).



## **A defesa de Cusco contra os chancas e sua relação com o processo de ascensão de Pachacuti Inca Yupanqui**

André Bomfim Mynssen Coelho<sup>277</sup>

### **RESUMO**

Este artigo trata de experiência que objetiva remontagem, através de fontes atuais e históricas, da batalha de Cusco, confronto este no qual Pachacuti Inca Yupanqui — na época ainda conhecido como Cusi Yupanqui — liderou as forças de Cusco contra os invasores do povo chanca, conseguindo, por meio de planejamento estratégico e bravura, vencer o assustador exército inimigo, provavelmente muito superior numericamente ao que defendia a cidade. Terminado o desenho de possível narrativa do embate, passa-se a explorar como a vitória cusquenha influenciou e viabilizou a trajetória de ascensão de Pachacuti ao posto de Sapa Inca, posição de liderança dentro do Reino de Cusco que Yupanqui utilizaria para ambicioso projeto expansionista, responsável não só pela sua consolidação enquanto imperador, mas pela própria transformação de Cusco no verdadeiro Império Inca.

**Palavras-chave:** Pachacuti, batalha de Cusco, Império Inca, chancas, Sapa Inca.

### **ABSTRACT**

This paper presents experience of reconstruction, based on current day and historical sources, of the battle of Cusco, in which Pachacuti Inca Yupanqui — at the time still known as Cusi Yupanqui — led the armies of Cusco against the chanka invaders, achieving, through strategic planning and bravery, victory over the terrifying enemy forces, probably intensely superior in number. After the presentation of the likely narrative of the battle, the research focus on how the victory over the chankas influenced and abled the trajectory of Pachacuti's ascension to the Sapa Inca position, place of leadership that he would use for an ambitious expansionist project, responsible not only for his consolidation as emperor, but for the transformation of Cusco into the true Inca Empire.

**Key-words:** Pachacuti, battle of Cusco, Inca Empire, chankas, Sapa Inca.

---

<sup>277</sup> Graduando em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail: andremynssen@yahoo.com.br ou andremynssen@hotmail.com

## 1. Introdução

O contexto da batalha ora analisada é o do começo do século XV, na região representada pelo oeste da Cordilheira dos Andes. Ela foi travada entre o reino de Cusco, embrião do que um dia seria o Império Inca, e o povo chanca, que almejava expansão territorial e hegemonia bélica entre as nações vizinhas. Cusco era comandada, na época, por um Sapa Inca, correspondente, nos termos europeus, a um rei ou a um líder político, econômico, social e bélico. O reino cusquenho, entretanto, não era muito grande, tendo sido formado há pouco tempo (estima-se ter sido constituído com a chegada de populações andinas no início do século XIII) e não apresentando qualquer Sapa Inca com pretensões de, ou meios para, expansionismo tão expressivo quanto aquele que um dia seria almejado e conquistado por Pachacuti. Cusco era, portanto, basicamente uma cidade, atuante como capital, e as localidades rurais adjacentes, influenciadas por este pequeno polo urbano.

O desenvolvimento técnico dos cusquenhos não seguiu exatamente o mesmo caminho que o europeu. Na época do confronto, não contavam os chancas ou a população de Cusco com ferro, cavalos, uma forma de escrita abrangente (apesar da existência do *quipu* cusquenho, sistema de nós provavelmente utilizado para o registro de informações práticas e administrativas) ou com o uso da roda e da moeda. Eles, entretanto, especializaram-se, a partir das peculiaridades culturais que moldaram a formação de seus povos, em outras técnicas e ofícios. Os incas já teriam, quando chegaram os europeus, incríveis habilidades relacionadas à tecelagem, recorrendo à manipulação da lã e do algodão para criar artefatos extremamente abrangentes. Produziam desde complexas peças ornamentais até resistentes armaduras para combate, tendo herdado tais capacidades tecnológicas dos costumes de seus antecessores cusquenhos. Tinham também aprofundados conhecimentos sobre a manipulação de bronze, prata e ouro e sobre a confecção de instrumentos e armas a partir de ossos. Desenvolveriam ainda, dentre outros campos, com a expansão do Império, avançadas técnicas administrativas, que possibilitaram a sua manutenção em tão vasto território (e sobre tão plural base populacional), complexas técnicas agrícolas (como a da agricultura em terraços) e ainda um intrincado sistema de comunicação, armazenamento e transporte que, mesmo que alheio ao uso de escrita formal ou cavalos, era muito superior em vários aspectos àquele utilizado pelas nações europeias na época.

O conflito aqui estudado, portanto, ocorre entre povos nativos americanos, décadas antes da chegada dos primeiros europeus. Pretende-se explicar como tal confronto foi significativo para o Reino de Cusco, tendo viabilizado a ascensão de Pachacuti enquanto seu Sapa Inca e conseqüente ascensão do próprio povo cusquenho, até este alcançar os moldes de *Tawantinsuyu*, aquilo que ficaria conhecido como o Império Inca, pelos exploradores europeus posteriormente.

## 2. Cusi Yupanqui e antecedentes da batalha

Pachacuti Inca Yupanqui (escrito *Pachakutiq Inka Yupanki* na família linguística *Quenchua*, que viria a predominar por própria ação dele no Império Inca) foi o nono Sapa Inca e o responsável por deflagrar o processo de transformação do pequeno reino de Cusco no vasto Império Inca. Filho de Viracocha Inca e Mama Yupanqui, não foi a primeira escolha de sucessão na linhagem de poder, sendo preterido em favor de seu irmão Urco Inca. Sua escalada à posição de líder do reino foi fortemente marcada pela defesa que organizou na cidade de Cusco contra a invasão Chanca.

Fontes históricas apontam para uma juventude notável na vida de Pachacuti. É dito que a nobreza não demorou a reconhecer características como coragem, inteligência e prudência nas atitudes do jovem Yupanqui, que foi nomeado originalmente como Cusi Yupanqui após seu nascimento (nome normalmente traduzido como “príncipe alegre” ou “líder contente”). Esse reconhecimento precoce teria facilitado a consolidação do poder de Pachacuti quando este assumiu a liderança do reino posteriormente. Durante o amadurecimento de seu futuro governante, os cusquenos foram perdendo gradualmente seus territórios para o povo Chanca, cuja fama na região era de grande poder e ferocidade (BETANZOS, 2010).

O clímax do engrandecimento dos rivais de Cusco se deu na própria capital deste reino, por volta do ano de 1438 (quando Yupanqui tinha aproximadamente 30 anos). Ao observar a aproximação das forças chancas, Viracocha Inca cedeu às pressões dos invasores e fugiu com seu filho e sucessor Urco para uma fortaleza fora da cidade, em uma parte protegida dos Andes, deixando a população da capital à mercê do exército estrangeiro. Pedro Sarmiento de Gamboa levanta a possibilidade em seu marcante “*Historia de los incas*” –

escrito originalmente pelo espanhol em Cusco apenas 40 anos após a chegada dos europeus à capital inca – de que a saída de Viracocha da cidade tenha sido, na verdade, decorrente de uma conspiração de alguns dos seus generais (GAMBOA, 2000). Estes teriam convencido o Sapa Inca a fugir para enfraquecer o seu apoio dentro do povo, do exército e da nobreza e, dessa forma, criar espaço para a ascensão de Cusi Yupanqui, cujo amadurecimento acompanharam e quem começaram a favorecer. Teriam arguido que, devido à avançada idade do Sapa Inca e à brutalidade da força inimiga, a melhor solução seria buscar refúgio na fortaleza de *Caquia Xaquixahuana*, onde, em uma posição de maior segurança, poderia negociar a paz com os Chancas. De uma forma ou de outra, há relativo consentimento de que Viracocha evitou o conflito, abandonando a capital a sua própria sorte.

Pachacuti, entretanto, não tardou em organizar as defesas de Cusco. Impôs-se como líder militar que controlaria a batalha vindoura, conquistando o apoio dos generais a partir da sua posição dentro da família do Sapa Inca e enviando emissários para pedir o apoio dos curacas próximos. Curaca era um tipo de chefe local das diferentes regiões do reino de Cusco e, depois, do Império Inca. Fomentavam suas alianças com o Sapa Inca enviando mulheres de suas famílias para configurarem “esposas secundárias” do imperador, além de presentes variados para mostrar o contínuo apoio ao trono de Cusco. Tais alianças, entretanto, não eram verdadeiramente voluntárias, restando a cada curaca concordar com a dominação imposta pela estrutura sociopolítico cusquenha ou por ela ser deposto e aniquilado. Os curacas de *Canas* e *Canchis* vieram em socorro do príncipe de Cusco, mas muitos outros escolheram por esperar pelo desenrolar da batalha para só posteriormente decidir em definitivo qual lado apoiar. Algumas fontes dizem que os “curacas indecisos” se posicionaram em morros que circundavam o local do confronto, observando a colisão dos exércitos até um deles começar a, de fato, predominar sobre o outro.

### 3. Pachacuti Yupanqui e a batalha de Cusco

#### 3.1. “Sinal divino” e disposição estratégica das forças

Muitos relatos dizem que Pachacuti, um pouco antes da batalha começar, foi rezar em uma fonte, que Pedro Sarmiento de Gamboa afirma ser chamada de *Susurpuquio*. Apesar de certa variação nas histórias, comumente é afirmado que, durante sua oração, Pachacuti teria avistado a imagem de uma divindade, normalmente dita ser Inti, o deus inca do Sol (versão difundida por Bernabé Cobo, padre espanhol que viria às Américas posteriormente). Ele teria

mostrado a Yupanqui seu extenso e glorioso futuro de conquistas, declarando que o jovem líder seria “maior do que qualquer um dos seus ancestrais” e que honraria a divindade com cada território conquistado. Teria dito, por fim, que Pachacuti começaria sua grande jornada com a vindoura batalha contra o exército chanca, que ele derrotaria e cujas terras depois conquistaria.

Com a contínua aproximação dos inimigos, Pachacuti, auxiliado pelos generais que haviam continuado na cidade, organizou as defesas, dividindo seu exército em cinco partes principais. Quatro delas seriam comandadas pelos generais, a quem Pachacuti delegou a função de proteger a cidade das forças chancas que se concentravam em quatro diferentes pontos dos arredores. A quinta divisão do exército seria liderada pessoalmente por Yupanqui, que estava determinado a atacar diretamente os líderes chancas e tomar posse das estátuas de seus ancestrais.

Aqui é interessante se fazer uma pequena digressão acerca da cultura dos povos que viriam a constituir o Império Inca. Era extremamente comum na região a valorização exacerbada da figura dos ancestrais, que eram extremamente exaltados por suas famílias mesmo anos após suas respectivas mortes. Entendia-se como aceitável um antepassado, mesmo tendo falecido, continuar a ter posses e a “liderar” uma localidade. Para tanto, comumente se preservava o corpo do ancestral em questão, apresentando-o abertamente à população para que a sua constante presença (mesmo com a morte) fosse lembrada. O exército chanca, por exemplo, carregava consigo a estátua de Uscovilca, produzida com a sua mumificação. Uscovilca foi um dos fundadores e primeiros líderes da nação chanca, tão conhecido por sua crueldade, poder e ferocidade que fora levado mumificado às campanhas bélicas chancas que sucederam seu reinado. Sua estátua era tida como um dos principais motivos da força e das vitórias dos chancas, sendo importante símbolo aos guerreiros, que dela extraíam coragem, ousadia e, supostamente, força inigualável.

Na batalha de Cusco, portanto, um dos objetivos mirados por Pachacuti era o de neutralizar tão importante símbolo dos inimigos. Se o corpo de Uscovilca fosse sequestrado, supunha-se que o mesmo ocorreria com o poder dos chancas, ou, pelo menos, supunha-se que

tal ação teria forte impacto no moral<sup>278</sup> do exército inimigo. Com isso em mente, Pachacuti posicionou os homens que comandava diretamente nas proximidades da guarda pessoal da estátua de Uscovilca, onde também provavelmente estavam os dois generais do exército inimigo, Asto-huaraca e Tomay-huaraca, *sinchis* (chefes de guerra) escolhidos pelos chancas principalmente para a investida contra Cusco. Cada um deles representava uma das metades da nação chanca, internamente subdivida em “Alto Chanca” e “Baixo Chanca”.

### 3.2. Equipamentos e organização das linhas de guerreiros

Na época da batalha, o exército cusquenho contava com um arsenal já diversificado de equipamentos. Como proteção, era comum que os soldados usassem roupas de algodão, fortificadas com placas, túnicas e capacetes de lã (normalmente originada de lhamas da região), trançados de forma a aumentar a resistência. As técnicas utilizadas na confecção de tais vestimentas eram tão avançadas que as roupas finais eram capazes de parar incontáveis flechas, sendo por isso adotadas por muitos espanhóis quando estes tiveram que confrontar os incas posteriormente (diz-se que os combatentes saíam como “porcos-espinhos” das batalhas, em razão do número absurdo de flechas presas nas armaduras de lã e algodão). Os cusquenhos também carregavam pequenos escudos de madeira (às vezes com capas que estendiam a proteção) em uma das mãos, podendo contar com um variado leque de armas para atacar o oponente.

As armas mais comuns de Cusco antes da formação do Império Inca eram as lanças e as clavas, de madeira ou metal. Os machados de guerra eram principalmente utilizados pela nobreza, contando também o exército de Pachacuti com armas à distância, como as fundas e os dardos. O arco e a flecha só vieram a se popularizar no exército de Pachacuti com a conquista de territórios com predominância de florestas tropicais, os quais também propiciaram um segundo escudo a ser usado nas costas dos combatentes, para impedir ataques de retaguarda com uma madeira fortificada de árvores muitas vezes da natureza amazônica.

---

<sup>278</sup> Moral (enquanto substantivo masculino) é o termo normalmente usado na esfera militar para medir o empenho, ânimo e determinação de uma tropa em relação à batalha em questão. É, portanto, um parâmetro atrelado à psicologia coletiva de um grupo de soldados durante o andamento do confronto. Depende de diversos aspectos da batalha, como a presença de um general próximo, a quantidade de mortos dos dois lados nas proximidades, a caracterização física do inimigo, o conhecimento acerca das armas adversárias, etc. A morte de um general, por exemplo, pode afetar muito negativamente o moral de um exército. O aparecimento de um herói nacional nas proximidades pode, por sua vez, ajudar a reerguer um moral anteriormente rebaixado. As armas de fogo, durante a invasão europeia nas Américas, às vezes mais significavam nas batalhas ao afetar o moral dos povos originários com seus sons e efeitos visuais desconhecidos, do que no número de mortes causadas.

O exército se organizava inicialmente de acordo com a especialização e preferência de cada guerreiro. Os lutadores que se excediam no combate através das fundas e dos dardos se postavam na frente do exército, gerando uma grande “chuva de projéteis” nas forças inimigas que se aproximavam. Atrás deles, organizava-se o corpo principal das tropas, principalmente constituídos pelas categoriais sociais populares, que portavam lanças e clavas. Intercalando-as e nos fundos, apresentavam-se os nobres, portando os machados de guerra, predominantemente feitos de bronze e cobre. Provavelmente assim se organizaram, portanto, os cinco grupos das forças de Pachacuti, talvez com a exceção do próprio grupo que ele liderava pessoalmente, pelo fato deste, ao contrário dos outros, não ter esperado o inimigo atacar para se utilizar das vantagens oferecidas pelo terreno, pelas fundas e pelos dardos. Acredita-se que Pachacuti e sua quinta divisão de guerreiros atacou diretamente a guarda pessoal dos *sinchis* chancas e da estátua de Uscovilca, sem necessariamente utilizar das primeiras linhas de armamento à distância.

### 3.3. “Violência sonora” e o choque das forças

Os exércitos do oeste dos Andes, assim como muitos outros ao redor do globo, tinham o costume de recorrer a técnicas e instrumentos de intimidação para enfraquecer o moral adversário e aterrorizar os inimigos antes da batalha, tanto para enfraquecê-los quanto para, possivelmente, fazê-los desistir antes mesmo do confronto propriamente dito. O principal meio utilizado pelos cusquenhos e pelos chancas, assim como pelo Império Inca formado pela absorção destes últimos e de muitos outros povos pelos primeiros, era o dos gritos de guerra. Uma grande poluição sonora era provocada pelos dois lados, que gritavam e faziam todo tipo de barulho elevado para assustar os inimigos e para estimular a fúria e a coragem próprias. Recorriam a apitos feitos de osso, trombetas moldadas a partir de conchas, chocalhos de cabaça e ainda tambores revestidos de pele humana para gerar uma explosão dos mais diversos e ensurdecedores sons (MARRIN, 1989). Os guerreiros pulavam, dançavam e se remexiam de todas as formas que conseguiam imaginar para entrar na acalorada atmosfera de forte emoção que antecedia a batalha. Os inimigos que eram efetivamente intimidados, fugiam ou se rendiam perante aquela massa de homens “barulhentos e enlouquecidos”. Os que permaneciam no campo de batalha provavelmente estavam fazendo o mesmo para tentar também o efeito de intimidação e coragem. Além da “barulhada” confusa e caótica, também

eram comuns certas cantigas para reforçar a ferocidade dos guerreiros (SOMERVILLE, 2009), como a que segue (tradução livre):

Beberemos chicha<sup>279</sup> no seu crânio  
 Com seus dentes, faremos um colar  
 Com seus ossos, flautas  
 Com sua pele, faremos tambores  
 E então, nós dançaremos

Dessa forma, portanto, era disposto o campo de guerra momentos antes dos exércitos se chocarem. As cinco divisões de Pachacuti encaravam as cinco divisões dos chancas. Quatro das partes cusquenhas esperavam gritando, dançando e provocando de toda forma possível as seções chancas que se aproximavam. Esperavam o momento certo para disparar as pedras em suas fundas e os dardos na massa gigantesca de guerreiros inimigos (algumas fontes estimam 40.000 chancas, mas é muito difícil avaliar a veracidade e precisão dessa informação com tão poucos vestígios objetivos numéricos e tantos registros orais tendentes ao exagero para a criação de uma narrativa quase mística). Enquanto a cidade de Cusco era rodeada por esse amontoado bélico e se preparava ensurdecidamente para o choque nas terras planas que rodeavam a capital, Pachacuti liderou uma investida direta contra a guarda da estátua de Uscovilca e dos *sinchis* chancas.

Quando as duas forças ficaram suficientemente próximas, a luta começou: as primeiras linhas de Cusco dispararam todos os projéteis que conseguiram sobre os chancas, provavelmente ocasionando diversas baixas. Quando a correria inimiga ficou próxima demais, as linhas de lanceiros e dos guerreiros de curta distância tomaram a frente. O choque provavelmente foi explosivo. Chancas pulando, gritando e atacando, na rotina que dera a violenta fama a eles, tentando furar as linhas cusquenhas, enquanto essas faziam de tudo para manter a posição e não recuar para a cidade.

Mesmo com os esforços de defesa, uma das quatro seções do exército invasor conseguiu adentrar em Cusco através de um dos seus subúrbios, conhecido como *Chocos-chacona*. A tentativa de penetrar mais fundo na capital, entretanto, viu-se frustrada em grande parte pela própria ação dos seus habitantes, que conseguiram rapidamente se organizar e se concentrar no subúrbio para lutar contra os chancas. Sarmiento descreve, assim como fontes

---

<sup>279</sup> Chicha é o tipo de cerveja comumente consumido no contexto regional da época.



orais que sobreviveram da época, a atuação de uma mulher, chamada de Chañanccuri-coca, que teria se destacado nesta batalha no subúrbio, impressionando ambos os lados com sua valentia e ferocidade. Sarmiento chega a dizer que teria sido a valentia assustadora dela a principal causa da retirada dos chancas do subúrbio, obrigados a recuar frente surpreendente atuação da cusquenha e dos seus companheiros da cidade.

#### 3.4. A investida contra os chancas

Enquanto o corpo principal do seu exército lutava para defender a capital de Cusco, Pachacuti investiu com o grupo que liderava diretamente. Muitos relatos indicam que ele estava vestido com as peles de um puma — animal reverenciado pelos incas por sua velocidade e poder — tendo muitos relatos assemelhado a atuação de Pachacuti na batalha ao próprio animal. Rápido e determinado, o líder cusquenho lutou ao lado de seus homens contra a guarda dos *sinchis* e do fundador chanca mumificado. As fontes orais dizem que, durante este confronto, as divindades incas teriam transformado, através de fortes tremores, as pedras das montanhas em guerreiros que, ao descerem dos picos, auxiliariam Pachacuti. Muitos historiadores conjecturam se tais soldados seriam os curacas indecisos que até então observavam a batalha sem favorecer qualquer lado, mas que, presenciando a coragem e destreza do líder Yupanqui, teriam decidido a ele se juntar contra os chancas.

O que se sabe é que, vendo muitos guerreiros chegando das colinas para ajudar Pachacuti, decidiram os chancas recuar, perdendo a estátua de Uscovilca no processo de retirada (FAVRE, 1987). Algumas fontes dizem que, além desta, também encontraram os cusquenhos a estátua de Ancovilca, irmão de Uscovilca e cofundador da nação chanca. Quando a guarda dos generais chancas começou a se retirar do campo em correria, as partes mais próximas do exército que tentava invadir a cidade entraram em pânico e começaram a fazer o mesmo. Isso gerou um efeito em cadeia e logo todos os chancas começaram a correr e debandar na direção de seus líderes em fuga. Pachacuti explorou muito bem a situação e fez suas forças perseguirem os chancas durante boa parte da debandada, aniquilando parcela considerável das tropas inimigas nesta oportunidade.

Os chancas remanescentes se agruparam no pântano conhecido como *Ichupampa*, tentando se reorganizar e preencher suas fileiras com guerreiros das redondezas. Pachacuti, entretanto, não deu a eles tempo para realmente fazê-lo. Rapidamente juntou seus homens

após a defesa da capital, fortaleceu seu exército com os guerreiros que haviam descido das montanhas e com aqueles dos curacas antes isolados da cidade, e atacou decisivamente o acampamento chanca no pântano. Ainda enfraquecidos em razão da derrota e das baixas na retirada, desorganizados pelas perdas e com o moral abalado pela captura da estátua do ancestral fundador, os chancas foram mortos aos montes. A batalha foi decidida quando os incas mataram os *sinchis* Asto-huaraca e Tomay-huaraca. Nas narrativas heroicas e no relato de Gamboa ainda se fala que Pachacuti teria cortado a cabeça do primeiro *sinchi* pessoalmente, em um só golpe do seu machado, enquanto o outro teria sido morto por ação conjunta do exército cusquenho. Vários relatos dizem que Pachacuti teria ordenado que as cabeças dos generais inimigos fossem colocadas nas mais longas lanças disponíveis e expostas ao lado da estátua capturada, enquanto o ataque cusquenho continuava. Tal visão teria destruído o resto do moral chanca, começando o exército inimigo a fugir mais uma vez. O terreno pantanoso, entretanto, dificultou a nova retirada, possibilitando que Pachacuti aniquilasse rapidamente todos os inimigos restantes desta vez. Depois da vitória, o exército cusquenho teria nomeado o até então Cusi Yupanqui de Pachacuti Inca Yupanqui, pelo fato de Pachacuti significar “aquele que dobra o espaço e o tempo” ou “o causador de terremotos”. Tal nome poderia ser associado aos supostos guerreiros que vieram das pedras com tremores, ao espaço que Pachacuti teria reconquistado dos chancas ou a muitos outros motivos.

### 3.5. A vitória como início da ascensão de Pachacuti

Depois da vitória, Pachacuti ganhou grande prestígio dentro de Cusco e acabou por se tornar Sapa Inca. Os relatos orais e de Gamboa tentam fazer sua ascensão parecer “bondosa”, justa e legítima, tendo Yupanqui supostamente matado seu irmão Urco em legítima defesa e ascendido ao poder após ser “escolhido oficialmente pelos deuses” e pelos sacerdotes da capital. Pachacuti teria, em um primeiro momento, levado pessoalmente os espólios de guerra para seu pai, o ainda Sapa Inca Viracocha, para que este pudesse usufruir deles e glorificar-se com a vitória como se “ele mesmo a tivesse conquistado pessoalmente”. Viracocha teria negado parcialmente a proposta, apropriando-se apenas de parte dos despojos bélicos e oferecendo parcela expressiva a Urco Inca, filho este que ainda pretenderia manter como seu sucessor. Por sua idade avançada, o Sapa Inca teria decidido continuar na fortificação isolada em que se encontrava em vez de retornar imediatamente ao tumulto da capital, enviando então Urco para centralizar as festividades em Cusco.

No caminho entre a fortificação e a cidade cusquenha, grande confusão teria se instaurado. As narrativas orais e escritas divergem aqui também sobre a causa do tumulto. Sarmiento levanta a possibilidade de guerreiros de Pachacuti terem se desentendido com guerreiros de Urco na retaguarda do exército em marcha ou de ter o filho preferido de Viracocha armado uma emboscada para atacar seu irmão. Algumas fontes ainda cogitam uma possibilidade mais séria, em que Urco teria organizado um exército, formado por todos aqueles que ainda apoiavam seu direito de sucessão, e tentado atacar Pachacuti em Cusco. A maioria das narrativas tradicionais concordam, entretanto, que é neste trajeto até Cusco que teria Urco morrido, provavelmente após ter tentado tomar a posição de liderança de seu irmão, adquirida naturalmente por ele dentro do exército após a defesa de Cusco. A morte dele, aliás, seria motivo pelo qual Viracocha se recusaria posteriormente a retornar a Cusco, desgostoso com a morte daquele que o Sapa Inca desejava que fosse seu sucessor.

Gamboa dá mais ênfase, não à queda de Urco, mas ao processo de criação de legitimidade de Pachacuti. Este teria, em algum momento, decidido não esperar mais pelo reconhecimento de seu pai enquanto sucessor legítimo, mas utilizar das riquezas adquiridas nos despojos bélicos e da sua fama e prestígio após a vitória contra os chancas, para forçar “legitimidade divina”. Teria, após presentear as várias camadas da população cusquenha, ido à “Casa do Sol”, templo principal dedicado ao deus Inti, para consultar-se com as autoridades religiosas da capital acerca do futuro de Cusco e de sua liderança. Nesta cerimônia, receberia como resposta, dos sacerdotes, que ele mesmo é que deveria governar Cusco, tornando-se Sapa Inca (mesmo sem a concessão explícita do seu pai), e expandindo a glória do reino a outras regiões. Os sacerdotes e todos outros presentes teriam se prostrado ao chão, representando obediência ao novo governante, e, dessa forma, conferindo-lhe legitimidade e pretexto para assumir o poder como Sapa Inca, nem mesmo esperando a morte de seu pai para sucedê-lo.

Feitos os devidos sacrifícios ao deus-sol, Pachacuti, em mais um momento de adoração pela população e pelos sacerdotes, receberia então uma “franja” feita de ouro e esmeraldas, que simbolizava seu direito a governar o povo de Cusco. Tal franja o coroaria Sapa Inca e definiria, a partir do momento de sua vestimenta, a passagem de poder de Viracocha para seu filho preterido.

Os historiadores atuais, entretanto, acham mais plausível a versão de que ele teria dado um golpe mais direto e tomado o poder usando seu apoio geral, criado dentro do exército, nobreza e sociedade, após liderar as defesas de Cusco quando seu pai e o sucessor fugiram para as montanhas fortificadas. Pachacuti, cuidadosamente distribuindo os espólios de guerra, poderia, portanto, ter mantido sua popularidade durante o período de reorganização da sociedade de Cusco após o confronto, solidificando seu prestígio entre populares, nobreza e sacerdotes e depondo explicitamente Viracocha. O golpe foi simbolizado pela tirada da franja escarlate antes vestida por seu pai e a utilização desta agora por Pachacuti. A vestimenta, chamada *maskapaicha*, que representava o poder dentro do reino cusquenho, portanto, não teria sido entregue pela “população e pelos sacerdotes” a Pachacuti, mas por ele mesmo tomada do Sapa Inca anterior. A partir de sua ascensão, aliás, Yupanqui teria começado sistemática perseguição àqueles que podiam oferecer qualquer ameaça ao seu direito de estabelecimento enquanto Sapa Inca, ordenando a morte de Urco e posteriormente de todos os seus outros irmãos, além do assassinato também de todos os filhos destes.

Tal perspectiva, com menos maquiagem de uma suposta “bondade” e “justiça” na subida de Pachacuti ao poder, retira tais valores provavelmente acoplados com as muitas adaptações da narrativa ao longo dos anos (e de acordo com as culturas que a transmitiram) e descreve processo mais provável sobre a cristalização do poder de um novo líder contra antecessores que não pretendiam permitir a sua ascensão. O ritual cerimonial na Casa do Sol, entretanto, não é possibilidade rejeitada, podendo muito bem Pachacuti ter se utilizado de cerimônia para atrair legitimidade à sua reivindicação da posição de Sapa Inca.

#### 4. Conclusão

Estudar a história da batalha de Cusco é extremamente interessante por revelar como um momento decisivo pode mudar completamente o futuro de uma civilização. Os cusquenhos poderiam ter sido aniquilados pela invasão chanca, mas em uma defesa extraordinária, venceram seus rivais e abriram caminho para a formação do Império Inca, que viria a ser um dos mais importantes Impérios da América pré-colombiana. Isso em grande parte pelas capacidades bélicas e administrativas de Pachacuti, que, além de carismático e

inteligente general, mostrou-se sábio administrador, difundido medidas importantes para a rápida expansão e fortificação do império nascente: promoveu a construção de estradas e armazéns, consolidou as técnicas agrícolas que viabilizariam a agricultura em terraços, utilizou as medidas de migração compulsória para neutralizar rebeldes e organizar a sociedade, e ainda adotou muitas outras políticas que constituiriam a base para o aceleradíssimo desenvolvimento inca.

Também é muito interessante estudar a batalha e a vida de Pachacuti pela incerteza das fontes que abordam tais assuntos. A comparação dos relatos de Gamboa com estudos mais recentes é, por si só, uma tarefa que merece várias pesquisas separadas. Gamboa tenta dar legitimidade a sua escrita através de argumentos de autoridade em cima da fala e confirmação de habitantes locais, enquanto estes podem muito bem ter sido (e provavelmente foram) extremamente parciais para favorecer a imagem de um líder heroico. Os relatos, vestígios e outras fontes divergem em muitos pontos, sendo difícil e extremamente instigante tentar definir o que é mito, o que é fato e o que se encontra na cinzenta e interessante área de fronteira entre os dois.

##### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BETANZOS, Juan. **Suma y narración de los Incas**. Madrid: Biblioteca Nacional, 2010.

FAVRE, Henri. **A Civilização Inca**. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

GAMBOA, Pedro de Sarmiento. **History of the Incas**. Cambridge: In Parentheses Publications, 2000.

MARRIN, Albert. **Inca & Spaniard: Pizarro and the Conquest of Peru**. Nova Iorque: Atheneum, 1989.

SOMERVILL, Barbara. **Empire of the Incas**. Nova Iorque: Chelsea House Publishers, 2009.

## Mulheres e o associativismo filantrópico no oitocentos: a trajetória da Sociedade de Caridade das Senhoras

Maria Tereza Moreira Guedes<sup>280</sup>

### RESUMO

O trabalho tem como principal objetivo traçar a trajetória da Sociedade de Caridade das Senhoras, associação de cunho filantrópico e exclusivamente feminina que entrou em funcionamento no Rio de Janeiro em 1855. Entendendo esse espaço como um novo meio de sociabilidade para essas mulheres pertencentes às camadas mais privilegiadas da sociedade brasileira oitocentista, buscaremos entender as principais características e formas de funcionamento dessa associação utilizando como referência principalmente os estudos de Ana Paula Vosne Martins e Cláudia Viscardi. Para a realização do trabalho, as principais fontes utilizadas serão o estatuto da Sociedade de Caridade das Senhoras, publicado como decreto imperial em 1861 e trechos em que a associação é citada em jornais do período.

**Palavras-chave:** associativismo; filantropia; mulher; gênero

### ABSTRACT

This study aims to rebuild the path of the *Sociedade de Caridade das Senhoras*, a philanthropic society organized only by women founded in Rio de Janeiro in 1855. We see this organization as a new way women that was part of the most privilege level of the nineteenth society could socialize. Then, in this study, we will try to understand how this association worked, using as references two historians: Ana Paula Vosne Martins and Cláudia Viscardi. In order to do that, we will use as sources the charter of the society and publications of newspapers whereby this organization is mentioned.

**Keywords:** associativism; philanthropy; woman; gender

### Introdução

Durante o século XIX, o associativismo ganha caráter global, sendo criadas associações em diferentes nações e classes sociais, o que ocorreu com força no Rio de Janeiro, onde essas organizações apresentaram cunho plural, através de distintas composições, objetivos e motivações para sua formação (LACERDA, David P., 2011). Foram organizadas

---

<sup>280</sup> Graduanda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: mariateguedes@gmail.com

sociedades mutualistas, filantrópicas, de classe, de ofício, entre outras, e é nesse contexto de expansão do associativismo filantrópico, que mulheres também passam a se envolver nessas atividades de forma mais contundente. Essas associações eram construídas através de relações de solidariedade verticais entre os sócios e aqueles que recebiam o auxílio, que não envolvia uma contrapartida financeira para que os serviços fossem prestados, ou seja, os próprios sócios não recebiam aqueles auxílios, mas sim, outros necessitados, ao contrário do que ocorria, por exemplo, nas associações mutualistas (VISCARDI; JESUS, 2007).

As mudanças que fazem com que figuras femininas participem cada vez mais dessas sociedades filantrópicas, estão ligadas ao desenvolvimento de uma concepção, a partir do século XVIII e ao longo do século XIX, que passa a compreender cuidados físicos, morais e afetivos, como sinônimos de maternidade e feminilidade. “Se os cuidados maternos tinham uma reconhecida qualidade formadora de bons cidadãos, poderiam também ser empregados fora do lar” (MARTINS, 2015: 25). Além disso, a crescente feminilização do catolicismo, ocorrida neste mesmo contexto, através do aumento da participação de mulheres em igrejas e sacramentos, também contribuiu de maneira significativa para a criação de sociedades filantrópicas exclusivamente femininas e para a expansão da participação de mulheres na filantropia, de maneira geral.

Com foco neste contexto de expansão do associativismo filantrópico, buscaremos traçar a trajetória da Sociedade de Caridade das Senhoras, associação exclusivamente feminina erigida e que se manteve em funcionamento no Rio de Janeiro no século XIX. Utilizando o estatuto da associação e publicações feitas em periódicos do período em que a sociedade é citada, disponíveis para consulta no site da Hemeroteca Digital<sup>281</sup>, iremos buscar dialogar as informações encontradas com outras pesquisas já realizadas acerca da filantropia feminina no século XIX, entendendo esses espaços como uma nova forma de sociabilidade posta a essas mulheres oitocentistas.

### **A Sociedade de Caridade das Senhoras, protetora sua Majestade a Imperatriz**

Em 27 de Fevereiro de 1861, através do Decreto N.2755, os estatutos da Sociedade de Caridade das Senhoras, Protetora Sua Majestade a Imperatriz são aprovados e a associação

---

<sup>281</sup> Consulta por periódicos na Hemeroteca da Biblioteca Nacional: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>.

passa a ser autorizada a funcionar legalmente, apesar de as primeiras menções a ela em jornais datarem de 1855, assim como a assinatura do estatuto pelas diretoras<sup>282</sup>. Essa distância temporal entre o início do funcionamento da agremiação e a aprovação e publicação dos estatutos como decreto, se dá, como dito anteriormente, pelo fato de a lei que exigia a aprovação dessa documentação pelo Conselho de Estado ter sido decretada apenas em 1860. Os jornais, ao longo do tempo, também se referem a essa mesma sociedade como “Associação Caridosa das Senhoras desta Corte”<sup>283</sup>.

Essa agremiação era composta somente por mulheres, sendo elas brasileiras ou estrangeiras, com objetivo de prestar socorros nos domicílios a pessoas “honestas”<sup>284</sup>, que sofriam, principalmente, pela epidemia de cólera que teve início no Rio de Janeiro em 1855 e se alastrou por toda a província até 1856, causando a morte de um grande número de pessoas, entre escravos e livres (PIMENTA; BARBOSA, 2015). Nos estatutos, elas afirmam que após terminada a epidemia, as sócias iriam resolver acerca da continuação da sociedade, o que ocorre em assembleia geral em julho de 1856<sup>285</sup>.

Segundo o estatuto da Sociedade de Caridade das Senhoras, as sócias deveriam pagar uma mensalidade de 2\$000 à associação, além dos serviços pessoais que ainda poderiam prestar. Já as filhas das senhoras poderiam também se associar, sendo sua mensalidade substituída por auxílios prestados por elas próprias. Os serviços prestados consistiam em pedidos de esmola, que só poderiam ser realizados pelas sócias quando essas estivessem acompanhadas de uma ou mais associadas.

A direção da associação era composta de cinco sócias, sendo elas divididas em: presidente, vice-presidente, tesoureira e duas secretárias, que deveriam se reunir ao menos duas vezes ao mês. Além disso, havia também uma comissão auxiliadora nomeada pela própria direção, composta de doze associadas, que tinha como objetivo “coadjuvar em tudo os trabalhos da direção, suprir as vacaturas ou impedimentos das diretoras, e promover o

---

<sup>282</sup> Decreto de criação da Sociedade de Caridade das Senhoras: IMPÉRIO DO BRASIL. *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1861*. Tomo XXIV. Parte II. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1861. p.167-169.

<sup>283</sup> CORREIO MERCANTIL. Rio de Janeiro, 25 de novembro de 1855, n.325, p.1.

<sup>284</sup> Este tipo de discurso moralizante, ligado à honestidade, aparecia com certa frequência nos estatutos de associações deste contexto, contudo, nesses documentos, não apresentavam de forma clara qual seria a distinção entre pessoas honestas e aquelas desonestas.

<sup>285</sup> CORREIO MERCANTIL. Rio de Janeiro, 31 de julho de 1856, n.210, p.1.



aumento e prosperidade da Associação [...]”<sup>286</sup>. Em relação a assembleia geral, todas as sócias poderiam participar, não exigindo número mínimo de pessoas para que a reunião pudesse ocorrer.

Há dois pontos interessantes apresentados ao longo do estatuto que devem ser mencionados. Primeiramente, elas afirmam que “a diferença de culto não será motivo de exclusão”<sup>287</sup>, o que vai totalmente na contramão do que, como dito anteriormente, era a realidade dessas associações oitocentistas, que apresentavam forte ligação com a Igreja Católica, como por exemplo, a Associação Amparo das Meninas Desvalidas, que tinha como presidente honorário de seu conselho, o Bispo diocesano, enquanto a irmã superiora do Colégio Immaculada Conceição era diretora da sociedade<sup>288</sup>. Durante a pesquisa envolvendo a Sociedade de Caridade das Senhoras, tanto no estatuto, quanto em matérias de jornais em que essa aparece, não encontramos nenhum outro momento em que religiões são citadas e discutidas, o que demonstra essa distância estabelecida entre a associação e essas doutrinas. Entretanto, somente com a documentação que temos acesso não é possível afirmarmos que as associadas realmente não faziam distinções entre os cultos praticados por aquelas mulheres, já que se tratava de uma sociedade ainda escravista em que principalmente religiões africanas eram rechaçadas de forma violenta.

O segundo ponto que vale ser destacado, é o fato de que, se qualquer associada que tivesse contribuído com prestações em dinheiro viesse a “decair de fortuna”, ou seja, perdesse boa parte de seu poder econômico por qualquer razão, a própria associação iria auxiliar essa senhora, tendo ela preferência em relação a qualquer outro necessitado. Esse movimento cria, nesses casos, laços horizontais de solidariedade entre as associadas, diferente do que era comum nessas sociedades, quando os auxílios eram destinados a pessoas necessitadas que não eram sócias.

---

<sup>286</sup> IMPÉRIO DO BRASIL, op. cit., 1861, p. 169.

<sup>287</sup> Ibid., p. 168.

<sup>288</sup> Decreto de criação da Associação Fluminense do Sagrado Coração de Jesus, Amparo das Meninas Desvalidas: IMPÉRIO DO BRASIL. *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1880*. Parte II. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1880. p. 312-316.

### A direção da sociedade

Em 1º de Outubro de 1855, assinaram o estatuto como presidente, a Marquesa de Olinda, vice-presidente, D. Augusta Belfort, secretárias, Baronesa de Pirassununga e D. Maria Tomazia Guedes Pinto e, por fim, como tesoureira, a Viscondessa de Estrella. Em 1856, o *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro* publicou informações acerca da agremiação, com nomes e endereços daquelas que compunham a direção e quem fazia parte da comissão auxiliadora, sendo que os nomes das diretoras permanecem os mesmos do ano anterior<sup>289</sup>. Já em 1857, D. Maria Cândida de Araújo Figueiredo passa a ser tesoureira da associação, enquanto D. Maria Eugênia Guedes Pinto aparece como secretária<sup>290</sup>. A partir desse momento só o nome de uma senhora passa a constar como secretária da associação, o que ocorre também em 1858, quando é eleita a mesma diretoria do ano anterior<sup>291</sup>.

Através da assembleia geral ocorrida em 1856, quando já havia cessado a epidemia que foi motivo inicial para a criação da sociedade, é decidido que a associação continuará exercendo suas funções com base no estatuto de 1855, contudo, com a adição de alguns artigos. Elas acrescentam, por exemplo, que as reuniões anuais passariam a ocorrer sempre em julho quando também seriam eleitas a diretoria e a comissão auxiliadora da sociedade<sup>292</sup>. Além disso, apresentam os nomes daquelas sócias eleitas para a diretoria de 1856 a 1857, quando ainda constam os nomes de duas secretárias: D. Maria Thomazia Guedes Pinto e D. Maria Eugenia Guedes Pinto.

Um ponto interessante que vale a pena ser discutido é o fato de que, mesmo o estatuto da associação tendo sido enviado para aprovação do Conselho de Estado em 1860 ou 1861, datas do decreto da “lei dos entraves” e publicação do estatuto da associação como decreto, respectivamente, o documento que as senhoras enviam para aprovação data de 1855, ou seja, ele teria sido redigido pelo menos cinco anos antes de seu envio aos conselheiros. Nesses cinco anos, a mesa diretora já havia sido modificada algumas vezes e até mesmo os estatutos

---

<sup>289</sup> ALMANACK: Administrativo, Mercantil e Industrial, Rio de Janeiro: Companhia Typographica do Brazil, ano 13, 1856, p.358.

<sup>290</sup> ALMANACK, op. cit., ano 14, 1857, p.377.

<sup>291</sup> ALMANACK, op. cit., ano 15, 1858, p.390.

<sup>292</sup> CORREIO MERCANTIL. Rio de Janeiro, 31 de julho de 1856, n.210, p.1.

sofreram adições, contudo, mesmo com essas questões, o Conselho de Estado aprova e publica os estatutos que já haviam sido modificados.

A historiadora Cláudia Viscardi, ao refletir sobre a atuação dos conselheiros na aprovação dos estatutos dessas sociedades, afirma que, muitas vezes, a sua dureza “não era dirigida a todos indistintamente, mas previa exceções”<sup>293</sup>, como no caso da Associação de Caridade das Senhoras que, segundo a historiadora, pode ter tido seus estatutos aprovados, mesmo apresentando inúmeras lacunas, que em outras sociedades seria motivo de reprovação, devido, principalmente, ao fato de ter como presidente a Marquesa de Olinda e como secretárias uma baronesa e uma viscondessa, o que amenizava as relações entre a sociedade e o Conselho de Estado, responsável pela aprovação do documento.

Comparando o estatuto da Sociedade de Caridade das Senhoras com o da Associação das Servas do Senhor<sup>294</sup>, outra associação filantrópica feminina do Rio de Janeiro, o primeiro é menor, menos organizado, não sendo dividido em capítulos e com informações menos detalhadas, o que ajuda a fortalecer a tese de Viscardi de que a associação teria sido beneficiada pelo Conselho de Estado. Além disso, ao se referirem, no estatuto, à direção da agremiação, a Associação de Caridade das Senhoras, não deixa claro como seriam escolhidas as figuras que comporiam esses cargos, afirmando somente que: “Nomear-se-á uma direção composta de cinco associadas, das quais uma será a Presidente, outra Vice-Presidente, outra Tesoureira, e duas Secretarias, que dirigirá os trabalhos da Associação”<sup>295</sup>, o que levanta ainda mais dúvidas sobre a aprovação desses estatutos já que, além desses cargos não serem compostos por meio de eleição, como ocorre na Associação das Servas do Senhor, o estatuto não deixa claro através de quais meios e por quem essas mulheres seriam nomeadas para tais cargos.

Buscando compreender um pouco mais sobre a Marquesa de Olinda, essa figura importante para a associação, realizamos uma pesquisa em periódicos da época que pudesse nos auxiliar na busca por informações acerca desta senhora. D. Luiza de Figueiredo de Araújo Lima, Marquesa de Olinda, nasceu em 30 de maio de 1808 e faleceu em 13 de novembro de

---

<sup>293</sup> VISCARDI, Cláudia. Experiências da prática associativa no Brasil (1860-1880). Rio de Janeiro: *Topoi*, v. 9, n. 16, jan.-jun, p.117-136, 2008, p.131.

<sup>294</sup> Decreto de criação da Associação das Servas do Senhor: IMPÉRIO DO BRASIL. *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1880*. Parte II. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1880. p.323-326.

<sup>295</sup> IMPÉRIO DO BRASIL, op. cit., 1861, p. 168.

1873, aos 65 anos<sup>296</sup>. Segundo as informações que constam nos jornais, ela foi presidente da associação durante todo seu funcionamento. Quando pela última vez a sociedade é citada em jornais, em 1865, o nome de Marquesa de Olinda ainda consta no principal cargo de sua diretoria<sup>297</sup>. Sua filha, Baronesa de Pirassununga, também era sócia da Caridade das Senhoras, aparecendo como secretária da associação em 1855 e 1856, o que demonstra a importância desta família para o funcionamento e criação da agremiação<sup>298</sup>.

Marquesa de Olinda era esposa de Pedro de Araújo Lima, Marquês de Olinda (1793-1870), político importante durante o segundo reinado, que assumiu, a partir de 1821, diversos importantes cargos eletivos e no Executivo do Império, como deputado, senador e ministro, chegando ao cargo de Presidente do Conselho de Ministros por quatro vezes<sup>299</sup>. A importância adquirida por essa família, principalmente através do poder político do marquês, fez com que, ao longo dos anos, Marquesa de Olinda aparecesse diversas vezes na lista do Paço Imperial para cumprimentar as suas Majestades<sup>300</sup>. Essas informações, principalmente as que nos apontam acerca da importância política adquirida por seu marido, contribuem ainda mais para a confirmação da hipótese levantada por Cláudia Viscardi em relação aos possíveis privilégios que teria obtido a associação no procedimento de aprovação de seus estatutos por parte do Conselho de Estado.

### **Atividades organizadas pela associação e seu fim**

O levantamento feito com base nos periódicos disponíveis no site da Hemeroteca nos ajuda a compreender um pouco sobre algumas atividades organizadas pela agremiação. Ao longo dos anos, as responsáveis pela Associação de Caridade das Senhoras, buscando arrecadar mais fundos, além daqueles que provinham das mensalidades, organizaram eventos teatrais, principalmente no Cassino Fluminense, em benefício da sociedade, que chegaram a contar com a presença da família imperial. Por exemplo, o concerto vocal e instrumental

<sup>296</sup> REVISTA BRAZILEIRA, ano 2, tomo 8, 1896, p.280.

<sup>297</sup> JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, ano 43, n.357, 25 de dezembro de 1865, p.2.

<sup>298</sup> CORREIO MERCANTIL. Rio de Janeiro, 31 de julho de 1856, n.210, p.1.

<sup>299</sup> NOGUEIRA, Octaciano; FIRMO, João Sereno. *Parlamentares do Império*. Brasília, Centro Gráfico do Senado Federal, 1973, v.I, p.236-237.

<sup>300</sup> Alguns momentos em que Marquesa de Olinda é citada na lista daqueles que cumprimentaram a família imperial: CORREIO MERCANTIL. Rio de Janeiro, ano XII, n.326, 26 de novembro de 1855, p.1. CORREIO MERCANTIL, Rio de Janeiro, ano XIV, n.128, 11 de maio de 1857, p.1. CORREIO MERCANTIL. Rio de Janeiro, ano XV, n.180, 5 de julho de 1858, p.1.

ocorrido em novembro de 1861<sup>301</sup> e um espetáculo circense do circo Grande Oceano em julho de 1863<sup>302</sup>. Além de sua importância pela arrecadação de fundos, essas solenidades acabavam se tornando importantes meios de sociabilidade para aquelas senhoras, ambiente frequentado pela elite do Rio de Janeiro.

Em relação aos auxílios prestados pela associação de Caridade das Senhoras, segundo relatório publicado no *Correio Mercantil*, em 1856, a sociedade tinha 346 associadas, sendo socorridas com auxílios mensais de 295\$, 52 famílias, além das esmolas avulsas de 50\$ por mês. O total recebido através de mensalidades e outras doações chegava a 11:591\$600. Neste momento, a associação possuía um saldo de 8:591\$260, depositado no banco Mauá, Mac-Gregor&Comp., que já havia rendido 163\$834<sup>303</sup>. Em 1860, o valor depositado no mesmo banco já era de 40:346\$980 e na casa bancária Souto & C., 11:100\$000, o que demonstra um grande crescimento da associação ao longo dos anos<sup>304</sup>. Todas essas informações ligadas a quantias recebidas e gastas que eram informadas pela tesoureira da associação, nos mostram que a criação de sociedades com esse caráter, filantrópicas e exclusivamente femininas, além de criar um novo meio de sociabilidade para essas mulheres, também as aproxima de assuntos considerados masculinos, como finanças e administração.

O *Correio Mercantil*, a partir de 1855, apresenta 30 ocorrências em relação ao termo “caridade das senhoras”, sendo a última vez em que este aparece se referindo à associação, em dezembro de 1863<sup>305</sup>, quando a sociedade recebe o convite para a solenidade de aniversário da Congregação de Santa Thereza de Jesus. Já no *Jornal do Commercio*, o último momento em que a Sociedade de Caridade das Senhoras é citada, data de dezembro de 1865<sup>306</sup>, quando a presidente da associação, Marquesa de Olinda, convida as senhoras pertencentes à associação e demais parentes e amigas da Sra. D. Maria Luiza Gomes Ferreira para uma missa a ser celebrada no dia 26 em memória de D. Maria Luiza, tesoureira da agremiação.

### Considerações finais

<sup>301</sup> DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. ano XLI, n.307, 10 de novembro de 1861, p.1.

<sup>302</sup> DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. ano XLIII, n.181, 4 de julho de 1863, p.1.

<sup>303</sup> CORREIO MERCANTIL, op. cit., 31 de julho de 1856, p.1.

<sup>304</sup> JORNAL DO COMMERCIO. ano XXXV, n.176, 26 de junho de 1860, p.3.

<sup>305</sup> CORREIO MERCANTIL. Rio de Janeiro, ano XX, n.345, 17 de dezembro de 1863, p.3.

<sup>306</sup> JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, ano 43, n.357, 25 de dezembro de 1865, p.2.

Através das informações levantadas por meio dos periódicos, conseguimos traçar um pouco da trajetória da Sociedade de Caridade das Senhoras, associação que esteve em funcionamento durante dez anos, entre 1855 e 1865, sendo formada por mulheres pertencentes à elite do Rio de Janeiro e indo na contramão do que ocorria em grande parte dessas associações, ao não restringirem a entrada somente a sócias católicas.

Além disso, ao fazerem prestações de contas em relação às quantias arrecadadas e àquelas que estavam depositadas nos bancos, essas mulheres acabavam se envolvendo em assuntos considerados naquele momento, como de cunho masculino, ou seja, o associativismo filantrópico ia além de atos de caridade, ele movia essas figuras femininas para espaços públicos, fazendo com que essas, além de doarem seu tempo e dinheiro, também se organizassem enquanto administradoras daquela agremiação, envolvendo reuniões, questões financeiras e sociabilidade.

### **Referências bibliográficas**

#### **Fontes:**

ALMANACK: Administrativo, Mercantil e Industrial, Rio de Janeiro: Companhia Typographica do Brazil, ano 13, 1856.

ALMANACK: Administrativo, Mercantil e Industrial, Rio de Janeiro: Companhia Typographica do Brazil, ano 14, 1857.

ALMANACK: Administrativo, Mercantil e Industrial, Rio de Janeiro: Companhia Typographica do Brazil, ano 15, 1858.

CORREIO MERCANTIL. Rio de Janeiro, ano XII, n.325, 25 de novembro de 1855a.

CORREIO MERCANTIL. Rio de Janeiro, ano XII, n.326, 26 de novembro de 1855b.

CORREIO MERCANTIL. Rio de Janeiro, ano XIII, n.210, 31 de julho de 1856.

CORREIO MERCANTIL. Rio de Janeiro, ano XV, n.180, 5 de julho de 1858.

CORREIO MERCANTIL. Rio de Janeiro, ano XX, n.345, 17 de dezembro de 1863.

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. ano XLI, n.307, 10 de novembro de 1861, p.1.

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. ano XLIII, n.181, 4 de julho de 1863.

IMPÉRIO DO BRASIL. Coleção das Leis do Império do Brasil de 1861. Tomo XXIV. Parte II. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1861. p.167-169.

IMPÉRIO DO BRASIL. Coleção das Leis do Império do Brasil de 1880. Parte II. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1880. p.323-326.

JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, ano XXXV, n.176, 26 de junho de 1860.

JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, ano 43, n.357, 25 de dezembro de 1865.

NOGUEIRA, Octaciano; FIRMO, João Sereno. Parlamentares do Império. Brasília, Centro Gráfico do Senado Federal, 1973, v.I, p.236-237.

REVISTA BRAZILEIRA, ano 2, tomo 8, 1896.

### **Bibliografia:**

LACERDA, David P. *Solidariedade entre ofícios; a experiência mutualista no Rio de Janeiro (1860-1882)*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas, 2011.

MARTINS, Ana Paula V. A feminilização da filantropia. *Revista Gênero*, Niterói, v. 15, p. 13-28, 2015.

PIMENTA, Tânia Salgado; BARBOSA, Keith; KODAMA, Kaori. A Província do Rio de Janeiro em tempos de epidemia. Vitória: Dimensões, vol. 34, p. 145-183, 2015.

VISCARDI, Cláudia. Experiências da prática associativa no Brasil (1860-1880). Rio de Janeiro: *Topoi*, v. 9, n. 16, jan.-jun, p. 117-136, 2008.

VISCARDI, Cláudia; JESUS, Ronaldo P. de. *A experiência mutualista e a formação da classe trabalhadora no Brasil*. In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão (Orgs.). *As esquerdas no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. Vol. 1: A formação das tradições

## Narrativas de estudantes LGBTI+ do ensino superior sobre processos identitários e sexualidades

Roney Polato de Castro<sup>307</sup>

Jorgeana Roberta Alcantara Teixeira<sup>308</sup>

Julia de Castro Martins Ferreira Nogueira<sup>309</sup>

**RESUMO:** A presente proposta se origina de uma pesquisa centrada na construção de narrativas de si por estudantes LGBTI+ e suas experiências com o ensino superior. O referencial teórico-metodológico que nos orienta inspira-se em estudos pós-estruturalistas e em estudos foucaultianos de gênero, sexualidade e educação. A metodologia da pesquisa incluiu um questionário *on line* e a realização de grupos focais. Neste trabalho, analisaremos a construção de vínculos identitários e os modos como as/os participantes da pesquisa concebem esses vínculos. As narrativas nos conduziram a diferentes argumentos que dizem da construção dos processos identitários, envolvendo negociações e a fluidez implicadas nesses processos, expondo suas contradições e sua mobilidade nas distintas experiências socioculturais.

**PALAVRAS-CHAVE:** estudantes LGBTI+; ensino superior; identidade; sexualidade; narrativa.

**ABSTRACT:** The present proposal stems from a research centered on LGBTI + students' construction of self narratives and their experiences with higher education. The theoretical-methodological framework that guides us is inspired by poststructuralist studies and Foucaultian studies of gender, sexuality and education. The research methodology included an online questionnaire and focus groups. In this paper, we will analyze the construction of identity bonds and the ways in which the research participants conceive these bonds. The narratives led us to different arguments concerning the construction of identity processes,

---

<sup>307</sup> Professor do Departamento de Educação e do Programa de Pós-graduação da UFJF. Orientador da pesquisa. E-mail: [roneypolato@gmail.com](mailto:roneypolato@gmail.com).

<sup>308</sup> Licenciada e bacharelada em História pela UFJF. Voluntária da pesquisa. E-mail: [joo\\_alcantara@hotmail.com](mailto:joo_alcantara@hotmail.com).

<sup>309</sup> Licencianda em História pela UFJF. Voluntária da pesquisa. E-mail: [juliacmfogueira@hotmail.com](mailto:juliacmfogueira@hotmail.com).



involving negotiations and the fluidity involved in these processes, exposing their contradictions and their mobility in different sociocultural experiences.

**KEYWORDS:** LGBTI + students; higher education; identity; sexuality; narrative.

## **I - Iniciando: a pesquisa e seus referenciais**

O presente trabalho visa apresentar e discutir alguns dos dados produzidos no âmbito da pesquisa intitulada ‘Experiências de gêneros e sexualidades de estudantes no ensino superior: processos de (de)subjetivação, narrativas e experiência de si’. O foco da pesquisa é a construção de narrativas de si por estudantes LGBTI+<sup>310</sup> da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), entremeando elementos constitutivos de uma experiência no ensino superior, o que implica pensar em processos que antecedem a chegada à universidade, sobretudo experiências familiares, religiosas, escolares, e que nesse contexto podem adquirir outros contornos, a partir de elementos que seriam próprios do ensino superior, como disciplinas, eventos, atividades de extensão e iniciação científica, participação em coletivos e movimentos estudantis, etc. Junto a isso, temos também como objetivo problematizar a constituição de identidades sexuais e de gêneros, podendo estar atreladas à construção de sentidos sobre ser LGBTI+, e que passa também pelos rituais de preconceito e violência. Tais proposições disparadoras do processo investigativo partem da interação com estudantes no cotidiano da universidade, em diferentes âmbitos (no ensino, na pesquisa, na extensão) e atividades vividas nesse contexto. Portanto, o motivo principal que nos leva a realizar a referida pesquisa é a necessidade de uma investigação mais qualificada sobre as experiências vividas por estudantes no contexto do ensino superior em relação às suas expressões e identidades de gênero e sexualidade, a fim de conhecê-las e, a partir delas, produzir questionamentos sobre os modos como os currículos e as dinâmicas institucionais atravessam essas experiências. O referencial teórico-metodológico que nos orienta são as perspectivas pós-críticas em educação (MEYER e PARAÍSO, 2012), especialmente os estudos pós-estruturalistas e os estudos foucaultianos. Tais referenciais se orientam sob uma ótica construcionista, assumindo que

---

<sup>310</sup> Referência a Lésbicas, Gays, Bissexuais, pessoas Trans, Intersexuais e demais experiências e identidades dissidentes da cis-heteronormatividade.

gênero, sexualidade, identidade, diferença não seriam dados da natureza, a-históricos e transculturais, que nascem com os sujeitos e se desenvolvem progressivamente até determinado patamar. A apropriação desses referenciais incorpora perspectivas que lidam com gênero e sexualidade, com identidade e diferença, como construções sociais, culturais e históricas. Tais estudos se centram em análises sobre os modos como os sujeitos se constituem a partir dos discursos culturais e sociais, das linguagens, dos artefatos culturais, enfim, de processos que constroem nossas visões de mundo, nossos posicionamentos sociais, os sentidos que damos às nossas experiências de gênero e sexualidade, como nos relacionamos com nossos corpos e com os dos outros.

A noção de narrativa atravessa a problematização da pesquisa, ao apostarmos na ideia de que vivemos vidas narradas e de que experienciar o mundo e constituir modos de existência significa envolver-se com os múltiplos modos pelos quais nos narramos e narramos a realidade. “O que somos ou, melhor ainda, o sentido de quem somos, depende das histórias que contamos e das que contamos a nós mesmos” (LARROSA, 2002, p. 48). As narrativas são constitutivas de experiências e subjetividades, capazes de nos transformar naquilo que somos, ou seja, a partir das histórias que contamos, inclusive sobre nós mesmos/as, nos formamos e nos transformamos continuamente (LARROSA, 2002). A própria experiência de si, ou seja, o complexo processo histórico pelo qual nos produzimos, a partir de discursos e práticas que constituem quem somos, se faz a partir das narrações. Portanto, as narrativas são mais que a descrição de eventos experienciados ou modelos explicativos, elas constroem realidades, de forma compartilhada, são ações de construção da vida social, atos que funcionam para realizar (ou para levar a efeito) aquilo que articulam. Desde o interior das redes de narratividade, produzimos sentidos particulares do que tomamos como realidade.

A narração desse processo é preche de significados, na medida em que o sujeito pode destacar situações, suprimir episódios, reforçar influências, negar etapas, lembrar e esquecer. Mais que expressar os fatos vividos, a narrativa dá outros (novos) significados para o vivido e expressa relações consigo e com os outros. A narrativa reconstrói a trajetória do vivido e pode, desse modo, ser transformadora da própria realidade (CASTRO, 2014, p. 113).

A pesquisa, nesse sentido, é composta por uma metodologia que busca criar contextos de construção narrativa pelos sujeitos. A primeira estratégia de investigação foi um questionário *on line*, respondido por estudantes LGBTI+ da UFJF, com questões básicas para traçarmos um perfil inicial de possíveis participantes das próximas etapas da pesquisa e para pensarmos naquilo que afeta as experiências no ensino superior e que ainda não tinha sido pensado por nós. A partir do preenchimento do questionário, lançamos mão da segunda estratégia investigativa, a realização de quatro grupos focais com um mesmo grupo de estudantes, onde foram discutidas questões relacionadas ao objetivo da pesquisa, buscando ouvir o que as/os participantes nas suas experiências e saberes. Para este trabalho, apresentaremos alguns excertos de falas produzidos durante a realização de um dos grupos focais, no qual a centralidade da discussão estava na construção identitária.

O trabalho se organiza em duas seções. Na primeira, abordamos as negociações e conflitos implicados nas construções identitárias das/os participantes da pesquisa. Na segunda, tratamos especificamente no aspecto linguístico dos processos de constituição identitários, pensando num vocabulário que seria inerente a esses processos, a partir das narrativas das/os participantes.

## **II - Processos de construção de vínculos identitários: negociações e fluidez das sexualidades**

Durante a realização da pesquisa, os/as estudantes presentes no grupo focal se identificaram como pertencentes basicamente a três categorias identitárias: lésbica, gay e bissexual. Pretendemos então analisar como se dá a construção dos vínculos identitários e como as/os participantes da pesquisa concebem esses vínculos. Diante disso, podemos pensar como os processos de construção das identidades de gênero e sexuais se dão de maneira aparentemente automática e nos acompanham desde o nascimento. A sociedade se encarrega de enquadrar e fazer com que nossos corpos expressem determinadas características que possam se distinguir de outras, a fim de estabelecer um padrão de comportamento e assim haver uma classificação.

Os corpos ganham sentido socialmente. A inscrição dos gêneros  
- feminino ou masculino - nos corpos é feita, sempre, no

contexto de uma determinada cultura e, portanto, com as marcas dessa cultura. As possibilidades da sexualidade - das formas de expressar os desejos e prazeres - também são sempre socialmente estabelecidas e codificadas. As identidades de gênero e sexuais são, portanto, compostas e definidas por relações sociais, elas são moldadas pelas redes de poder de uma sociedade. (LOURO, 2000, p. 11).

As marcas de nossa cultura, como argumenta Louro (2000) se inscrevem nos corpos a partir de uma concepção binária, que vai definindo as possibilidades dos sujeitos se identificarem a partir de relações de poder que enquadram e classificam. Os sujeitos que ousam romper com o processo binário tendem a sofrer as sanções do processo de construção identitária. No que se refere às sexualidades, como afirma Guacira Louro (2000), é preciso pensá-las como produções das relações sociais, envolvendo linguagens e representações plurais, para que assim possa se romper com o processo normativo da sociedade.

*“Foi quando eu cheguei na universidade que eu consegui compreender assim efetivamente, que eu bati o martelo do que eu era, era uma dúvida se eu era bissexual ou se eu era lésbica. (...) Apesar do meu primeiro beijo ter sido com homem e de eu ter me relacionado com homens antes de me relacionar com uma mulher, isso não significa necessariamente que eu era bissexual, mas eu já tinha tido essa experiência. Até porque eu me sentia muito mal quando ficava com um menino, eu sentia um peso enorme nos ombros. A primeira vez que eu fiquei com um menino, a primeira vez que eu beijei eu achei horrível, eu cheguei em casa comecei a chorar, e me sentir suja, era horrível, eu sentia o mundo mesmo aqui, um peso enorme. Aí eu fiquei chorando o resto da noite inteira. Então acho que foi pela universidade mesmo, eu já namorava minha namorada acho que há dois anos, que eu fui me entender como lésbica.” (G., Lésbica)<sup>311</sup>.*

A narrativa de G., estudante lésbica, nos remetemos ao fato de que, como propõe Deborah Britzman (1996), nenhuma identidade sexual, mesmo as mais normativas, são automáticas ou facilmente assumidas, elas exigem tempo e negociação, não existe algo pronto, acabado e estável. Pelo contrário, existe uma instabilidade, tornando as identidades

---

<sup>311</sup> Estamos utilizando o itálico para diferenciar os excertos narrativos de outras citações. A referência entre parênteses remete-se a abreviação dos nomes das/os participantes da pesquisa, garantindo seu anonimato.

algo mutável, cuja construção remete a processos voláteis de transformação ao longo da existência do sujeito, se tornando uma relação social muitas vezes até contraditória, mas nunca finalizada. A estudante narra seus conflitos, marcados pelas interações afetivas do passado e pela possibilidade de pensá-las no presente, a partir do vínculo com ensino superior. Relacionar-se com homens ou com mulheres diz desses processos instáveis a partir dos quais vão se constituindo e se negociando as identidades sexuais. Essa constante negociação esteve presente em outras narrativas durante a pesquisa com o grupo de estudantes. Assim, tomamos as identidades como relacional, dependendo de outras para sua existência, algo exterior a ela mesma. (WOODWARD, 2003).

Podemos perceber a importância da interferência do fator social, o que nos remete especialmente ao ambiente universitário como elemento importante na construção das identidades. A universidade, nesse caso, está ligada a uma posição de influência que se diferencia da escola, relacionada menos a imposições de comportamentos. Nas narrativas das e dos participantes, a universidade surge como uma espécie de libertação e como um espaço em que é possível interagir com outros conhecimentos, produzindo novas experiências. Porém, o jogo de envolve a definição de si mesmo/a e a forma como esse processo é negociado socialmente, inicia-se antes da entrada na universidade, tomando outros contornos:

*“Eu sou uma mulher lésbica com uma trajetória bissexual”.* (G., Lésbica).

*“Eu sempre me designei como bissexual, eu sempre me chego com bissexual, mas eu percebo assim que eu passo por umas mudanças muito bruscas em determinados momentos que aí eu me questiono assim. **Meus amigos vivem brincando comigo que eu sou a bi mais fajuta que eles conhecem, porque sou muito sapatão**”.* (L., Bissexual).

*“No meu caso eu me apresento como gay e eu acho que o que me fez mesmo... no começo não foi nem a faculdade, foi bem antes quando minha mãe chegou e perguntou querendo saber sobre mim se eu namorava, e aí eu abri o jogo com ela e falei, e aí ela foi primeira pessoa falar hora: eu prefiro você gay do que você ser um cara frustrado e não fazer uma mulher feliz. **Então a partir daí eu já comecei a me ver como gay mesmo de uma forma bem tranquila.**”* (L., Gay).

As narrativas nos remetem a um processo, algo que vai se fazendo com a própria existência do sujeito e sua inserção nas relações sociais e numa cultura. Diferentes elementos vão compondo esses processos de negociação identitária, de modo a torná-lo inacabado, provisório. Narrativas que dizem de trajetórias de constituição de si num mundo previamente organizado em relação às sexualidades. Passar a ver-se como lésbica, bissexual, gay é algo produzido nas relações consigo e com os outros. A fala de L. é bastante significativa para pensarmos nisso: “*Meus amigos vivem brincando comigo que eu sou a bi mais fajuta que eles conhecem, porque sou muito sapatão*”. O que define os limites das identidades? Há limites? Como eles se constroem? Somos definidos pelos outros? As relações intersubjetivas são relevantes, portanto, ao tomarmos como foco a elaboração das identidades e os sentidos que envolvem a negociação com os significados culturais de ser bi e ser sapatão. Fronteiras aparentemente bem delimitadas vão se mostrando frágeis, a tal ponto em que a definição de quem somos vai sendo adiada ou vai encontrando apegos temporários a certas marcações. Isso também aparece na narrativa do estudante L., que se vê e se apresenta como gay e que remete a um processo familiar importante, definido também no aspecto das relações afetivas e sexuais. O questionamento da mãe sobre namoro demonstra a preocupação social de definir os sujeitos a partir da marcação dos desejos, prazeres e afetividades, tal como havíamos analisado em relação à estudante G., quando afirmou que apesar de seu primeiro beijo ter sido com um homem, isso não significava que ela se via como bissexual. Portanto, ser uma “*mulher lésbica com uma trajetória bissexual*” insere a estudante nesse processo conflituoso de tentar definir-se em meio às imposições sociais.

Esse processo de negociação apareceu durante a pesquisa, introduzindo um novo elemento em nossas análises sobre a construção identitária: um vocabulário que se faz presente e que se insere o tempo todo na negociação. “*Lésbica*”, “*sapatão*”, “*bi*”, “*gay*”, “*bicha*”: identidades vão se construindo simbólica e socialmente, o que envolve o processo contínuo de tentar dar sentido às práticas e relações sociais, definindo excluídos e incluídos, classificações que são então vividas na sociedade de forma material. Assim, a partir do momento afirmar certa identidade é algo intimamente relacionado com formas de representação que se vinculam à linguagem. Como parte desses sistemas simbólicos, o uso que se faz desse vocabulário implica em determinadas consequências materiais. Assim, esses

sistemas simbólicos são parte do que torna possível ser quem se é e aquilo que se pode tornar-se (WOODWARD, 2003).

### **III – *As palavras têm história, as palavras fazem história: a linguagem e a produção de identidades sexuais***

A identidade, no âmbito dos estudos culturais, se vê como algo não fixo, sempre em construção e como algo que se gera e constitui no ato narrativo, nas práticas de narratividades, em que se conta e se fala de si para os outros, como uma história. Assim, as identidades não são essências, mas algo que se produz dentro da cultura (MORESCO e RIBEIRO, 2015). Ela é também, como argumentamos, algo relacional, que depende de outras identidades, diferentes e exteriores a si, para existir (WOODWARD, 2003). Dessa forma, o ato de falar sobre sua própria identidade não apenas a ilustra, mas também a constrói, assim como constrói aquilo que ela não é, o que a identidade diferente seria.

Quando se trata das sexualidades, tem-se que a linguagem, assim como crenças, códigos sociais etc., a constituem de formas complexas e articuladas, que vão muito além de sua definição normalmente feita dentro da sociedade de algo meramente imposto por uma biologia. Entende-se as sexualidades como algo que se constituem dentro das relações sociais de poder e de saber (LOURO, 2000), no plano tanto do simbólico quanto do material, na medida em que se significa dentro dos sistemas simbólicos de representação e se solidifica dentro da sociedade nas exclusões, diferenciações, etc. (WOODWARD, 2003).

No trecho do grupo focal que segue, um dos participantes, um homem gay, fala sobre seu relacionamento com as palavras “*bicha*” e “*viado*”:

*“eu acho que com relação a transformação do uso da palavra de uma forma que não seja tão pejorativa assim foi dentro da faculdade, mas nem foi aqui na federal, foi na Estácio que eu estudava e onde eu conheci meus amigos gays, porque até então eu não tinha amigos gays. Aí foi lá que alguém me chamou de viado e eu achei estranho assim, mas aí depois eu fui acostumando e fui vendo que era o jeito dele mesmo se defender, porque uma vez a gente saiu pra balada e*

*tudo mais aí um amigo meu foi xingado na rua e a gente não deu tanta importância.” (L., Gay).*

A delimitação das fronteiras do que difere da norma passa pela linguagem como forma de exclusão, mas também como forma de se estabelecer a própria norma (LOURO, 2000). Há disputas que se estabelecem dentro dessas delimitações, que perpassam por definições das identidades hegemônicas e não-hegemônicas no que se trata, entre outras questões, da sexualidade. Isso em decorrência da existência de grupos organizados que buscam eles mesmos definirem essas identidades, e, nesse processo, acabam por redefinir aquela que se estabelece como a norma (LOURO, 2000). Nesse sentido, quando o participante redefine, a partir desse novo grupo de amigos, dentro do ambiente universitário, o significado das palavras, têm-se uma alteração na própria relação dele com a violência que essa palavra invoca quando usada por alguém de fora de seu grupo. A partir do ato de se identificar com aquele termo, ele passa a ter um novo significado e já não mais simboliza apenas sua exclusão da regra, mas sua pertença a um grupo.

Podemos pensar que os atos linguísticos de definição das identidades envolvem disputas que remetem às discursividades de um tempo, de uma cultura, vividas nas relações sociais. “*Bicha*” e “*viado*” foram se constituindo como atos linguísticos empregados, em determinados contextos, para definir um sujeito fora dos limites estabelecidos pela cis-heteronormatividade. O estudante nos fala sobre isso, ao mencionar que um amigo foi “*xingado*” de “*viado*”. Essa palavra, no contexto em que foi empregada, soa como injúria que marca a pretensa exterioridade da norma, acusando do sujeito de expressar a dissidência da norma. Temos, assim, a tentativa de enquadramento do sujeito numa identidade dissidente, imputada pelo outro. No entanto, o estudante nos mostra que esse processo não ocorre sem resistências. A injúria, quando reapropriada, pode tornar-se um elemento de enfrentamento à discriminação. Afirmar-se “*viado*” pode significar um rompimento com a tentativa de enquadramento.

Em contraste com essa percepção, ganha dentro do ambiente universitário, esse mesmo participante fala sobre seu primeiro contato com uma definição de sexualidade não-hegemônica:



*“a primeira vez que eu ouvi falar da figura do gay foi com a palavra bicha dentro da minha própria casa. Eu escutei, eu era muito pequeno, devia ter uns 6/7 anos e meus pais eram de uma igreja evangélica e minha mãe era líder dos jovens, aí chegou um pessoal lá falando que o cabelereiro era bicha, e aí eu falei gente, que é isso? Fiquei imaginando alguma coisa né, porque criança, eu nem sabia...”* (L., Gay).

Mais uma vez, são os termos que se sobressaem na identificação dessa sexualidade. Se, como nos fala Guacira Louro (2000), temos de entender a sexualidade através dos discursos que produzem, o disciplinamento dos corpos passa pelo disciplinamento dos modos de pensar, de agir, de sentir. Nessa formulação de narrativas, de conceitos sobre as identidades, percebe-se que a transformação de termos como “bicha” e “viado”, de inicialmente negativos, símbolos daquilo que não se queria ser, em termos do vocabulário diário, mesmo parte integral da interação de um grupo de amigos é também parte da ressignificação do que seria ser gay, e das próprias atitudes acerca dessa questão “pessoal”.

Pensando no ambiente universitário não só como um local de ensino e pesquisa, mas também local de encontro de pessoas diversas, pode-se pensar nele como um âmbito onde essas ressignificações da atribuição de vocabulário à identidade individual se torna possível, e uma nova disciplinarização dos corpos também, assim como uma nova configuração das relações de poder, construindo formas de resistência. É como uma redesignação do simbólico que se atribuía à identidade gay, ocorrida dentro do âmbito social (WOODWARD, 2003).

A questão do uso do termo “viado” surge novamente em outra fala, de uma mulher bissexual:

*“[...] entre amigos, sei lá, tem outro contexto você usar essa expressão viado, não me incomoda, mas dependendo de como ela é usada, da forma que é usada [...]”*. (L., Bissexual).

Mais uma vez, a questão do contexto social surge, mas dessa vez quase que opostamente: para o participante anterior, o seu uso recorrente em seu grupo de amigos fez com que, quando alguém exterior a eles trouxe a palavra “viado” para insultá-los essa pessoa não conseguisse o resultado esperado. Para ela, no entanto, o uso da palavra por externos ao grupo se torna incômodo, “*dependendo de como ela é usada*”. De certa forma, nessa exclusão daqueles que devem ou não usar o termo, ela estabelece a quem pertence essa identidade, e que, portanto, teria o direito de utilizar essas palavras. Considerando Kathryn Woodward (2003), que diz da identidade enquanto relacional, algo que existe a partir daquilo que não se é, pode-se pensar nesse poder falar certos termos como uma forma de demarcação simbólica de um grupo identitário, que outros grupos são excluídos de, é mesmo uma definição da fronteira dessa identidade, como diz Louro (2000). Não se trata, nesse caso, de definir quem pode ou não falar, mas problematizar que a linguagem tem poder de atribuição de sentidos e de demarcação de identidades tanto subalternas quanto legítimas. O uso dos termos “bicha”, “viado”, “sapatão” precisa ser pensado como elemento constitutivo de relações sociais de poder, como ferramentas de disputa na definição das identidades, que pode ser empregado tanto como forma de subalternizar e ofender, quanto como forma de resistir e ressignificar experiências de abjeção.

Outro trecho, que permite a reflexão ainda sobre esses vocabulários que se colocam como polêmicos dentro de significações positivas ou negativas, é o seguinte, de uma participante lésbica:

*“Minha mãe odeia sapatão, aí como ela odeia eu falo as vezes sapatão.”* (G., Lésbica).

Na sua fala, em que diz de uma atitude da mãe para com os termos usados para se autodefinir, vê-se ainda outra questão relacional desses vocabulários, aqueles que se estabelecem não em uma ofensa, nem em um grupo de amigos, mas dentro do âmbito familiar, de disputa da identidade da filha em relação à mãe. Nesse caso, duas delimitações da identidade da participante entram em conflito: a da mãe, que vê “sapatão” como um termo ofensivo, que não deveria ser utilizado como forma de se auto referir, e portanto, um termo

que estaria de fora da fronteira da identidade de sua filha, estando dentro de um campo da ofensa, do desrespeito; e o da filha que vê na palavra sapatão somente mais um termo dentro de seu vocabulário identitário, utilizada junto à sua mãe em condição de reafirmação de sua condição de definidora da própria identidade.

Dizer-se “sapatão”, “viado” diz de investimentos na transformação da linguagem, combatendo sua pretensa fixidez. Dizer-se nesses termos é implicar-se em determinadas lutas tanto simbólicas quanto sociais, que remetem a uma história de como os grupos sociais vão sendo representados ao longo do tempo e como essa representação é discursiva. Dizer que as palavras têm história e que elas fazem história nos remete, por exemplo, às problematizações de Michel Foucault (1999), ao pensar nos modos como o sujeito homossexual foi sendo inventado historicamente no âmbito de uma categorização médica e moral, o que possibilitou que se institui-se tanto um saber sobre a homossexualidade, quanto, a partir daí, práticas de poder sobre esses sujeitos. Foi possível durante muito tempo, por exemplo, que gays e lésbicas fossem tratados como doentes que, portanto, pudessem ser prescritos e impostos tratamentos, muitas vezes violentos. Ao reelaborar os termos, o movimento homossexual tenta contar outras histórias, mudando os significados culturais no intuito de modificar as relações sociais de poder, a partir da representação. Portanto, dizer-se “viado”, “bicha”, “gay”, “sapatão”, etc. diz também de um movimento político, de posicionamento nos embates simbólicos e sociais.

Uma questão que perpassa narrativas aqui apresentadas é o local e/ou as pessoas com quem se utiliza cada vocabulário. Identidades que se constroem em âmbito relacional (LOURO, 2000; WOODWARD, 2003) com outras identidades, a partir de sentidos de pertencimento, vão se produzindo com essas palavras. Semelhantemente, estando com outras pessoas, que podem apresentar identidades próximas ou aparentemente “opostas”, os/as participantes assumem interações e falas sobre si que correspondem à relação que suas identidades têm com as demais. Nesse sentido, a ideia de oposição se desfaz, já que ao se constituir na relação com outros, as identidades se mostram mutuamente constitutivas. Quando com grupos de amigos que são também gays, bissexuais, lésbicas, eles e elas se sentem confortáveis em redefinir e ressignificar seus vocabulários, entendendo de outras formas aquilo que utilizam para se definir. Quando com pessoas preconceituosas, desrespeitosas, ofensivas que não são, como eles e elas, parte de grupos de sexualidade não-

hegemônica, os termos ganham novos significados e atitudes, e eles/as mesmos/as afirmam se portar diferentemente, seja na reafirmação de termos que normalmente não usam tanto, como o de “sapatão” seja no se sentir incomodada com o uso de termos que lhes são comum, como “viado”, ou mesmo no identificar como defesa o uso de um termo, novamente “viado” e também “bicha”.

Embora haja diversos discursos, muitas vezes conflitantes, no que se diz respeito à identidade sexual e sua definição, eles não possuem igual força nessa disputa que é política. Nesse sentido, aqueles que possuem consigo a força da tradição, com legitimidade científica, muito dificilmente são questionados. É assim que as formulações das linguagens médicas se colocam com muita força nesse campo das sexualidades (LOURO, 2000). Quando, no entanto, esses discursos médicos são expostos enquanto também produzidos e produtores de sentido, passam a ser questionados em sua definição, como narra um dos participantes:

*“Eu me apresento como gay [...] não gosto da palavra homossexual, eu acho que me incomoda um pouco porque parece coisa de doença. [...] A questão do homossexual, eu acho que pelo fato de ter lido alguns textos falando de onde surgiu a palavra isso me incomoda, antes não me incomodava, eu achava até bonitinho assim, eu achava aceitável e tal e hoje não, hoje eu já não gosto.” (L., Gay).*

O citado se refere às origens médicas do termo homossexual e como saber que sua origem se dava em um contexto de patologização dessa identidade faz com que seu entendimento da palavra se altere, assim como o novo contexto atribuído à palavra “viado” também o alterou. Com isso, retornamos a ideia de que as palavras têm história, fazem história e que seus usos e desusos se remetem ao contexto simbólico e social do qual elas são parte constitutiva. Não se trata, nesse caso, de uma atitude “politicamente correta”, mas do reconhecimento de que na história de construção das experiências no âmbito da homossexualidade os termos carregam marcas de patologização. Nesse sentido, pensando em como as identidades se constituem na cultura, em meio a disputas com classificações e hierarquias (LOURO, 2000), pode-se ver a negação desse vocabulário como a negação dessa

diferenciação negativa, que coloca a hegemônica identidade do heterossexual como a “saudável” e as demais como “patologias”.

Assim, vê-se que a negociação dos vocabulários relacionados à identidade ocorre não só a partir das relações sociais, seja com outros que são do mesmo “grupo identitário” ou com outros que desse grupo falam, mas também a partir de saberes históricos e mesmo acadêmicos que cercam as palavras e suas definições. Mais do que o uso das palavras serem atribuídos à participação em uma comunidade, como era para a participante previamente citada, ele também simboliza relações de saber, que possibilitam maiores conexões com determinadas palavras ou repulsa à outras. E essa relação de se ver na palavra ou não se dá no se ver enquanto aquele a quem a palavra se refere ou não. Assim, ao recusar a palavra homossexual para se autodescrever, o participante nega também a visão de si como doente, enquanto ao usar “*bicha*” ou “*viado*”, o significado da própria palavra se altera, passando para algo, se não positivo, ao menos neutro.

Uma vez que as leituras que possibilitaram a reflexão sobre o termo “homossexualidade” ocorreram dentro da universidade, pode-se pensar como também a existência dentro desse âmbito acadêmico, onde se passa a ter acesso a produções que refletem sobre essas identidades, suas construções e suas terminologias, possibilita novas configurações de identificação.

### **Considerações Finais**

Neste artigo, tratamos de alguns dos elementos que vem atravessando um processo de pesquisa junto a estudantes LGBTI+ no ensino superior, buscando problematizar a construção de experiências de gêneros e sexualidades nesse contexto. Porém, tal empreendimento nos remete a pensar nos processos que vão constituindo os sujeitos e que não se limitam às experiências com o ensino superior. A construção das identidades, nos seus processos de negociação, aproximações e distanciamentos, na produção de sentidos sobre si e sobre o mundo, implica em conflitos e disputas com as tentativas de enquadramento que nos limitam às experiências históricas de sujeitos delimitadas culturalmente.

Como apresentamos, as e os participantes da pesquisa, ao narrarem experiências no âmbito de processos de construção identitária, nos permitem acompanhar as negociações, os jogos de sentidos e as relações de forças implicadas neles. Definir-se como lésbica, bissexual, gay, assim como acontece com outros processos identitários, é participar desses jogos, a partir de inúmeros elementos, tendo as relações intersubjetivas importante papel. Tomando a identidade como construção relacional, embora contraditória, sutil e naturalizada, na relação com as normas instituídas, percebe-se que presença de um “outro” é elemento importante na definição dos sentidos de quem somos e do que podemos ser nas relações cotidianas.

O ensino superior aparece, no contexto das narrativas, como um espaço que, em um primeiro momento, representa certa liberdade para ser e pensar diferentemente. Mas, com o prosseguimento da pesquisa e com a possibilidade de que as experiências vividas na universidade sejam narradas, os conflitos e negociações aparecem e nos mostram que as identidades não estão previamente definidas antes e nem se definição com a experiência universitária. Ali também se vivem experiências de negociação, conflito, tentativas de enquadramento e normatizações. Ressignificar sua trajetória na elaboração de sentidos de ser “lésbica”, “gay”, “bissexual” e tensionar/ressignificar o vocabulário que traduziria alguns desse sentidos são exemplos de como essas experiências estão sempre em processo, sempre por fazer-se.

### **Referências:**

CASTRO, Roney Polato de. **Experiência e constituição de sujeitosdocentes**: relações de gênero, sexualidades e formação em Pedagogia. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Juiz de Fora, Programa de Pós-Graduação em Educação, Juiz de Fora, 2014.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Trad.: M<sup>a</sup> Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 13 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

LARROSA, Jorge. Tecnologias do Eu e Educação. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **O sujeito da educação**: estudos foucaultianos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p. 35-86.

LOURO, Guacira Lopes. Corpo, Escola e Identidade. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 25, n. 2, 2000. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/46833>. Acesso em: 10 nov. 2019.

LOURO, Guacira. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MEYER, Dagmar E. E.; PARAÍSO, Marlucey Alves (Orgs.). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012.

MORESCO, Marcielly Cristina; RIBEIRO, Regiane. O conceito de identidade nos estudos culturais britânicos e latino-americanos: um resgate teórico. **ANIMUS: Revista Interamericana de comunicação midiática**, [s. l.], v. 14, n. 27, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/animus/article/view/13570>. Acesso em: 10 nov. 2019.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

## **O Estado Vargasista para além de “Pai dos Pobres”: Autoritarismo, censura e repressão**

Robson Yuri de Souza Andrade<sup>312</sup>

### **Resumo:**

Esta breve análise tem como intuito abordar o governo de Getúlio Vargas (1930-1945) através de uma ótica que não a das questões assistencialistas e sociais, mas daquela que perpassa as características repressivas e autoritárias que permearam e fizeram parte das instituições de Estado como uma das formas de manutenção do poder. Em um estreito diálogo entre prisões arbitrárias de caráter político e a censura intelectual imposta no período, este trabalho, apoiado em telegramas e correspondências que explicitam o caráter coercitivo do Estado ditatorial, bem como, em produções acadêmicas que procuraram tratar de tal temática, busca demonstrar o lado obscuro e cruel do Governo Vargasista.

**Palavras chave:** Vargas; Repressão; Ditadura; Prisões; Arbitrariedade; Autoritarismo;

### **Abstract:**

This brief analysis aims to approach the Getúlio Vargas' government (1930-1945) through a perspective that is not the welfare and social issues, but that which traverses the repressive and authoritarian characteristics that permeated and were part of State institutions as one of the ways to maintain the power. In a close dialogue between arbitrary political prisons and the intellectual censorship imposed during this period, this work supported by telegrams and correspondences that explain the coercive character of the dictatorial State, as well as in academic productions that sought to address this theme seek to demonstrate the dark and cruel side of Vargas Government.

**Keywords:** Vargas; Repression; Dictatorship, Prisons; Arbitrariness; Authoritarianism.

---

312 Graduando em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora – robson\_yurir@outlook.com



## Introdução

O período no qual marca a passagem de Getúlio Vargas ocupando o cargo máximo do executivo federal no Brasil (1930-1945), gerou e ainda gera inúmeras contradições entre as pessoas que vivenciaram a época e, de alguma forma, foram afetadas positiva ou negativamente pelo regime Vargas<sup>313</sup>, bem como, entre pesquisadores(as) que estudam a temática aqui tratada. Contradições estas que podem ser exemplificadas pelas políticas sociais estabelecidas aos trabalhadores (a exemplo da consolidação das leis trabalhistas), e ao mesmo tempo, pelas perseguições e prisões arbitrárias dos considerados “inimigos do governo”, bem como, a instauração da censura como forma de controle que, ao longo do tempo fora sofrendo transformações e, a partir da instauração do Estado Novo em 1937 se tornara mais rígida e amparada pela legislação.

Os considerados “inimigos do governo” eram heterogêneos, possuindo ao mesmo tempo, algo em comum: a contraposição frente ao governo de Getúlio Vargas. Comunistas, integralistas, liberais, jornalistas, intelectuais que se manifestavam de formas nas quais eram interpretadas pelos agentes governamentais como sendo de caráter “perigoso” para a manutenção do regime, sofreriam as mais variadas consequências que um regime autoritário e centralizador como o de Vargas poderia oferecer. Torturas, prisões arbitrárias, mortes e censura de imprensa são algumas das consequências que compunham o “aparato defensivo” do regime frente àqueles considerados subversivos. Cabe destacar que, para além das manifestações contrárias e que eram interpretadas como sendo perigosas para o regime, prisões arbitrárias muitas vezes sendo estas de caráter pessoal (não tendo relações com ofensa ao regime) ocorreram em larga escala, devido à grande autonomia e poder que a polícia obtivera neste período e que será tratado posteriormente.

A censura intelectual, as perseguições e repressões sobre os considerados “subversivos” (sejam intelectuais ou não) frente ao Estado, serão aqui abordadas de forma

---

313 Denomino de regime todo o período em que Getúlio Vargas esteve no poder devido às inúmeras censuras, prisões arbitrárias e perseguições (atos típicos de regimes ditatoriais) que ocorreram desde o início de seu governo. Cabe destacar que tais ações se tornaram mais rígidas após a implementação do Estado Novo no ano de 1937.

mais enfática e detalhada a fim de demonstrar as violações e a naturalização destas em nome da permanência de uma figura despótica no governo brasileiro.

### **Vargas e os intelectuais**

A definição do termo “intelectual” que aqui será usada, é a citada por Lilian Alcantara Soares em sua dissertação de mestrado denominada “Intelectual e artista na Era Vargas: Mário Pedrosa e Cândido Portinari e suas relações com o poder”, onde, apoiada na ideia de Carlo Marletti<sup>314</sup> afirma: “Em linhas gerais, designaremos de intelectual a todos os ‘artistas, estudiosos, cientistas e, em geral, a quem tenha adquirido, com o exercício da cultura, uma autoridade e uma influência nos debates públicos’ (SOARES, 2003: 31).” Sendo assim, faz-se de grande relevância destacar as políticas e articulações realizadas por Getúlio Vargas tanto no sentido de criação de órgãos no intuito de controlar as ações destes intelectuais do período, quanto a inteligente aproximação do ditador para com essa classe aqui referida.

A noção da necessidade da interpretação da sociedade brasileira por parte dos intelectuais para a construção de uma nacionalidade do país não é exclusiva do século XX. Desde o período oitocentista tal proposta já se faz presente no Brasil, a exemplo de Francisco Adolfo Varnhagen e Capistrano de Abreu (MATTOS, 2008). Apesar de terem leituras distintas sobre a sociedade brasileira, a ideia de construção de uma História que explicasse e formasse uma nacionalidade do país se fazia presente. Na Era Vargas, por sua vez, não foi diferente. Com o intuito de uma unificação e construção de uma nacionalidade<sup>315</sup>, Getúlio Vargas buscou quebrar a grande barreira que até então separava Estado e intelectuais, aproximando-se destes últimos e convencendo muitos a ingressarem em cargos governamentais (SOARES, 2003). Um passo extremamente importante e destacado por Soares foi a entrada de Vargas para a Academia Brasileira de Letras em 1943 (durante o período do Estado Novo), para a autora da dissertação:

---

314 A definição de “intelectual” a partir da visão de Carlo Marletti In: BOBBIO, N.; MATEUCCI, N.; PASQUINO, G. Dicionário de política. 5ae. Brasília: Edunb, 1993. p.637.

315 Diga-se de passagem aquela que o Estado Varguista definisse como nacionalidade, não podendo fugir de tais parâmetros portanto.

“A entrada de Vargas na Academia reforçou um dos postulados doutrinários mais enfatizados no regime estadonovista: ‘o da união entre o homem de pensamento e o homem de ação, entre a política e a literatura, enfim, entre os intelectuais e o Estado. Ao integrar-se à Academia, Vargas mostrou sua habilidade em apresentar-se não somente como um político competente, capaz de comandar o jogo político, mas sobretudo como um intelectual capaz de refletir sobre os destinos da Nação, na qualidade de autor da ‘Nova política do Brasil’.” (SOARES, 2003: 32)

Cabe destacar que a relação de interesses neste caso é recíproca, de um lado, um ditador querendo proximidade com a classe intelectual no intuito que esta elaborasse uma cultura nos moldes do Estado para a população, no sentido de legitimar e divulgar a imagem deste (uma cultura forjada portanto “de cima para baixo”) e, de outro, a visão de parte dos intelectuais como sendo uma oportunidade na qual estes pudessem colocar em prática seus pensamentos e visões de mundo, além do reconhecimento que, num período anterior como já citado, as possibilidades foram as mais baixas possíveis (SOARES, 2003). É importante destacar que tal aproximação ocorrera de forma efetiva durante o período estadonovista, porém, o intuito de se propagar ideias no sentido de implementação e consolidação da ditadura varguista já estava presente muito antes de 1937 (GOMES, 1996).

Intuito este que se comprova a partir da existência de um órgão criado em 1934 denominado Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC) e posteriormente, em 1938 (já durante o período estadonovista) a substituição do primeiro pelo Departamento Nacional de Propaganda. Ambos com o intuito de disseminar propagandas para a aceitação do regime imposto por Vargas (GOMES, 1996).

Em 1939 porém, entra em cena o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) que, no intuito de substituir o último citado acima possuía a função não só de disseminar ideias que exaltassem o governo autoritário vigente, como também a função de fiscalizar/censurar mensagens que opusessem a ação governamental. A maior eficiência deste departamento fora devido à presença de várias filiais nos estados brasileiros e, dentre as seções que merecem destaque, a de imprensa é uma delas (Gomes, 1996).

A criação da revista denominada “Cultura política” estava atrelada à seção de imprensa e era um meio bastante difundido na disseminação propagandística em prol das noções Getulistas afim (como já citado) de consolidação e aceitação por parte da população ao regime instaurado. A ideia de uma revista “apartidária” era defendida pelo editor do periódico, no qual este afirmava que o importante naquele seria “somente o mérito das contribuições que pudessem oferecer” (Gomes, 1996). O exemplo da presença de Graciliano Ramos como contribuinte do periódico é citado pela autora, tendo em vista a postura crítica que tal autor mantinha em relação ao regime. Porém, é importante destacar que regimes autoritários censuram vozes quando estas de alguma forma causam um “desequilíbrio” no sistema. A prisão de Monteiro Lobato em 1941 e de outros intelectuais que criticaram o governo despótico de Vargas ao longo dos anos, servem como exemplo para ilustrar a não liberdade de pensamento, se tal liberdade ferisse a “moral” governamental a repressão e censura se faziam presentes. O motivo da prisão de Lobato especialmente se refere a uma carta enviada ao ditador no ano de 1940 tecendo duras críticas à política do petróleo adotada pelo segundo. Graciliano Ramos também fora perseguido por suas posições contrárias ao governo e preso arbitrariamente no ano de 1936, experiência que despertou o autor a narrar tal fase específica de sua vida em sua obra “memórias do cárcere”, como afirma Marcelo Badaró Mattos em seu artigo intitulado “Memórias da prisão política sob o regime de Vargas”.

As posições dos intelectuais que integravam o governo não eram homogêneas diga-se de passagem, haviam intelectuais das mais variadas posições políticas. Aqueles modernistas mais conservadores atuavam do DIP, órgão esse voltado diretamente à massa e, os com orientações menos extremadas ocupavam cadeiras no Ministério da Educação. Obviamente, pode-se concluir que tal divisão não se deu por culpa do acaso, tendo em vista as divergências entre conservadores e menos conservadores, houve a ideia de se evitar tensão interna (SOARES, 2003). Ainda que a inserção de intelectuais com vertentes de pensamentos heterogêneas compuseram órgãos no governo Varguista, torna-se relevante destacar que, se o intuito do regime era a manutenção e permanência deste através da disseminação de ideologias próprias e unívocas, qualquer forma de manifestação destes intelectuais que não compusesse o repertório estipulado pela ditadura sofreria censura.

Ao analisar com bastante profundidade e detalhamento o Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores no ano de 1945, Felipe Victor Lima em sua dissertação de mestrado,

chama a atenção para as várias mobilizações feitas por inúmeros intelectuais de distintas linhas de pensamento afim de debater as condições materiais na qual tal classe se encontrava no período, bem como, a ânsia pela derrubada da ditadura varguista e a conquista pela liberdade e democracia, se fizeram latentes no período (LIMA, 2010).

Em paralelo com a situação brasileira, intelectuais europeus também resistiam aos regimes autoritários (a exemplo do nazifascismo) de diversas formas. Lima destaca a importante influência destes intelectuais europeus aos brasileiros neste sentido e, ao se referir à questão de isenção por parte de intelectuais o autor destaca:

“Mais do que isso, a situação em que o Brasil e o mundo se encontravam não abria espaço para qualquer tipo de arte abstencionista, uma vez que a inércia dos círculos intelectualizados significaria o triunfo das forças irracionais do nazifascismo e de regimes totalitários, tal qual o comandado por Getúlio Vargas.” (LIMA, 2010: 31)

Havia ainda uma noção e até comparação por parte de alguns veículos da imprensa entre a ditadura brasileira e a alemã imposta por Adolf Hitler. Em uma carta do chefe de polícia Filinto Muller ao coronel Benjamin Vargas (irmão de Getúlio) no ano de 1941, o primeiro chama a atenção do segundo devido a algumas posições dos meios jornalísticos referentes ao regime brasileiro, em certo trecho da carta Muller afirma:

“Nos meios jornalísticos, principalmente nos diários associados, continuam os comentários segundo os quais o presidente da república, cada dia que passa tem a sua permanência a frente do Governo menos estabilizada. Assim é que os Srs. Victor do Espírito Santo, Olímpio Guilherme e Barata dizem que o Presidente da República tem que ser

deposto pelos Estados Unidos, pois que o seu governo é uma ditadura semelhante a de Berlim e que combatemos as democracias.”<sup>316</sup>

Críticas acerca daqueles intelectuais que possuíam cadeiras e trabalhavam para o governo foram disparadas no sentido de que a noção de liberdade intelectual sobre estes que se integraram aos órgãos governamentais estariam fadadas à miséria, justamente devido ao cerceamento de liberdade de expressão (Lima, 2010)<sup>317</sup>.

### **Prisões políticas e arbitrárias para além dos intelectuais**

As perseguições e prisões políticas ocorridas durante o governo Vargas não são exclusivas do Estado Novo instaurado no ano de 1937. Anteriormente a este, as violações eram comuns, variando a intensidade de acordo com o momento e necessidade do Estado (TANNO, 2005). Nem a constituição liberal de 1934 teve poder de assegurar a não perseguição e prisões arbitrárias, fato que comprova fortes marcas do autoritarismo presente no governo aqui abordado.

Com o advento do Estado Novo e a conseqüente instauração da ditadura Vargas, os aparelhos repressivos estatais que no período da promulgação da Constituição Liberal de 1934 não estavam presentes formalmente, passaram a integrar de forma legal os aparelhos institucionais. A consequência disto fora um grande poder central nas mãos dos policiais como também a sobreposição destes frente ao poder judiciário (TANNO, 2005). De acordo com a autora: “Tamanha autoridade conferida à polícia desarmava os indivíduos, tornando-os indefesos, pois os presos passavam a não ficar mais sujeitos a um código penal - que de alguma forma os protegia, - mas subordinados à vontade dos chefes de polícia.” (TANNO, 2005).

Para dar sustentação e embasamento à colocação acima, a carta de Henrique Rupp Júnior a Getúlio Vargas no ano de 1933 torna-se fundamental. Em certo trecho da

---

316 Carta encontrada no Arquivo CPDOC “Carta de Filinto Müller a Benjamin Vargas transmitindo informação de agente sobre comentários aos meios jornalísticos sobre a possível deposição de Vargas, considerado germanófilo e acusado de manter uma ditadura semelhante à alemã. Rio de Janeiro.”

317 **Idem**

correspondência, Júnior escreve: “(...)Vejo nas prisões apenas o saciamento de vinganças pessoas do Dr. Nereu Ramos, pois todos os que foram para a Penitenciária são seus desafetos. Admiro-me somente como eu ainda estou em liberdade...”<sup>318</sup>.

O trecho citado acima não só confirma a arbitrariedade da polícia antes mesmo da instauração do Estado Novo, como também demonstra as práticas de perseguições pessoais não esgotando apenas naquelas contra os considerados “inimigos do Estado”.

Em outra correspondência datada 22 de Agosto de 1941, o chefe de polícia Filinto Muller envia um trecho de uma carta recebida por este de um chefe de polícia do Pará a Benjamin Vargas, na qual descreve a fuga de comunistas da prisão que receberam ajuda de dois policiais e, após um enérgico interrogatório, os agentes confessaram o complô. Encontros entre alguns comunistas (não os que fugiram) e políticos que de acordo com o chefe de polícia do Pará tinham ideias comunistas, eram realizados em um café da cidade sendo estes presos, como descreve o chefe de polícia paraense:

“Não era possível tomar medidas apenas de vigilância, urgia providências mais enérgicas e determinei a prisão de elementos mais exaltados e dos boateiros e a razão deles, pois os detidos apenas ouviam falar e até agora não se apurou a ligação dos dois fatos: a fuga dos comunistas e a atividade dos elementos soltos. Continuamos nossa atenta e rigorosa vigilância.”<sup>319</sup>

Ao analisar as várias correspondências enviadas pelas mulheres familiares de presos ao chefe de polícia Filinto Muller e à sua esposa, Tanno sustenta a argumentação do grande poderio possuído pela polícia no período e, para ilustrar a submissão do judiciário frente aos órgãos policiais, Janete Leiko Tanno descreve a carta enviada à esposa de Filinto Muller, pela

---

318 Carta encontrada no Arquivo CPDOC “Carta de Henrique Rupp Júnior a Getúlio Vargas informando sobre o clima de repressão em Florianópolis e sobre boatos de rebeliões no Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Pernambuco. Florianópolis.”

319 Carta encontrada no Arquivo CPDOC “Carta de Filinto Müller a Benjamin Vargas transmitindo informação de agente sobre medidas de repressão tomadas em consequência da fuga de presos políticos (comunistas). Rio de Janeiro.”

companheira de um jornalista preso que obtivera a suspensão da prisão pelo judiciário, porém, mesmo assim, seu marido continuava encarcerado (TANNO, 2005).

O modelo repressivo estatal e as consequentes prisões arbitrárias por diversos motivos já destacados, não afetavam somente os encarcerados que sofriam com as diversas torturas e condições precárias na prisão, mas refletiam diretamente em suas respectivas famílias que, em sua grande maioria, dependiam financeiramente do homem devido à noção estruturante da sociedade no que se refere à divisão das funções entre homem e mulher. Conforme Tanno:

“O Estado Novo, buscando a disciplinarização e racionalização da sociedade impunha a elas a divisão dos papéis sociais em nível de gêneros: às mulheres cabiam os cuidados com o lar, o marido e os filhos, mesmo trabalhando fora. Ao homem, prover a casa, cuidar da política, dos negócios, da ordem. Definindo tais espaços a partir do gênero, o Estado legitimava uma tradição de séculos criada pela ordem burguesa.” (REIS, 1993 apud TANNO, 2005: 53)

Se dentre uma das funções destinadas ao homem neste período estava o provimento da casa, com as prisões arbitrárias destes tinham como consequência a miséria de muitas famílias destes presos, como as várias cartas analisadas por Tanno demonstram. Políticas sociais para muitos, fome, miséria e tortura para outros; estas foram algumas consequências das políticas implementadas e impostas pelo governo Varguista.

Com a forçada saída de muitos homens do âmbito familiar, as mulheres assumiram papéis antes exclusivos dos primeiros, seja no sentido de ocupação dos espaços públicos e não somente o âmbito doméstico, seja naquele onde o contexto daquele período exigia ações políticas no sentido de mobilização (dentro dos parâmetros permitidos pelo regime) no que se refere às reivindicações mais diversas envolvendo seus entes que estavam nas mãos do aparelho repressivo do Estado (TANNO, 2005).

## **Conclusão**



No intuito de manutenção do Estado autoritário no período que compreende os anos de 1930 a 1945, complexas estruturas repressivas foram criadas para que houvesse a consolidação de fato dos ideais propostos pela tirania Vargasista. Órgãos criados para disseminar propagandas do regime, bem como, fiscalizar as produções intelectuais (a exemplo do DIP), centralização do poderio nas mãos de policias e a consequente submissão do judiciário frente a estes, perseguições, mortes e tortura compuseram o panorama do período onde muitos se viram avulsos e distantes das garantias sociais implementadas por tal regime.

Reafirmar e compreender tais violações a partir de documentos aqui expostos revela o caráter cruel de uma figura que para se manter no poder lançava mão de qualquer meio, mesmo que estes fossem graves violações humanas. Maquiavel em um certo ponto de sua obra denominada “O Príncipe” afirma que o chefe de estado quando não amado e temido ao mesmo tempo, deve ser escolhido para ser temido. Getúlio Vargas sem sombra de dúvidas foi amado por muitos devido ao seu olhar voltado à questão trabalhista e às leis consolidadas em torno desta, mas, também foi temido e odiado devido ao caráter tirânico e terrorista de seu governo. Teria Getúlio Vargas contato com a obra de Maquiavel?

## Referências

### Fontes:

-JÚNIOR, Henrique Rupp. **CARTA de Henrique Rupp Júnior a Getúlio Vargas informando sobre o clima de repressão em Florianópolis e sobre boatos de rebeliões no Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Pernambuco.** Florianópolis, 9 jul. 1933. Correspondência. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/GV/textual/carta-de-filinto-muller-a-benjamin-vargas-transmitindo-informacao-de-agente-sobre-comentarios-aos-meios-jornalisticos-sobre-a-possivel-deposicao-d>. Acesso em: 3 jul. 2019.

-MULLER, Filinto. **CARTA de Filinto Müller a Benjamin Vargas transmitindo informação de agente sobre comentários aos meios jornalísticos sobre a possível deposição de Vargas, considerado germanófilo e acusado de manter uma ditadura semelhante à alemã.** Rio de Janeiro, 2 jul. 1941. Confidencial. Disponível em:

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/GV/textual/carta-de-filinto-muller-a-benjamin-vargas-transmitindo-informacao-de-agente-sobre-comentarios-aos-meios-jornalisticos-sobre-a-possivel-deposicao-d>. Acesso em: 3 jul. 2019.

-MULLER, Filinto. **CARTA de Filinto Müller a Benjamin Vargas transmitindo informação de agente sobre medidas de repressão tomadas em consequência da fuga de presos políticos (comunistas)**. Rio de Janeiro, 22 ago. 1941. Confidencial. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/GV/textual/carta-de-filinto-muller-a-benjamin-vargas-transmitindo-informacao-de-agente-sobre-medidas-de-repressao-tomadas-em-consequencia-da-fuga-de-presos-p>. Acesso em: 2 jul. 2019.

### Referencias bibliográficas:

-GOMES, Angela de Castro. O Estado Novo e a recuperação do passado brasileiro. *In*: GOMES, A.C. **História e historiadores: A política cultural do Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1996. Disponível em: [https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=\\_4lIDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA3&dq=historia+e+historiadores+&ots=v7kLiWUo2x&sig=SVPOTXe0LW\\_YAW\\_BYQpTNBRIDcM#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=_4lIDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA3&dq=historia+e+historiadores+&ots=v7kLiWUo2x&sig=SVPOTXe0LW_YAW_BYQpTNBRIDcM#v=onepage&q&f=false). Acesso em: 30 jun. 2019.

-LIMA, Felipe Victor. O papel do intelectual e as questões materiais dos homens de letras: Dilemas da Intelligentsia brasileira na primeira metade dos anos 40. *In*: LIMA, Felipe Victor. **O Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores: movimento intelectual contra o Estado Novo (1945)**. 2010. Dissertação (Mestrado em História) - São Paulo, 2010. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde02082010194935/publico/2010FELIPEVICTORLIMA.pdf>. Acesso em: 1 jul. 2019.

-MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. [S. l.: s. n.], 1515. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/principe.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2019.

-MATTOS, Hebe. O olhar do historiador: territórios e deslocamentos na história social da escravidão no Brasil. *In* HEINZ, FlavioM.; HARRES, Marliza Marques (orgs.). *A história e seus territórios*. São Leopoldo: Oikos, 2008, p. 49-61.

- MATTOS, Marcelo Badaró. Memórias da prisão política sob o regime de Vargas. *In: XXVI Simpósio Nacional de História*, 2011, São Paulo. **Memórias da prisão política sob o regime de Vargas [...]**. [S. l.: s. n.], 2011. Disponível em: [http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1299634656\\_ARQUIVO\\_anpuh2011.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1299634656_ARQUIVO_anpuh2011.pdf). Acesso em: 30 jun. 2019.
- SOARES, Lilian Alcantara. A "função" do intelectual no Estado Novo. *In: SOARES, Lilian Alcantara. Intelectual e artista na era Vargas: Mário Pedrosa e Cândido Portinari e suas relações com o poder*. 2003. Dissertação (Mestrado História) - Estudante, Curitiba, 2003. Disponível em: <https://www.acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/24629/?sequence=1>. Acesso em: 4 jul. 2019.
- TANNO, Janete Leiko. Cartas de presos políticos e seus familiares: Violência e atuação feminina no governo Vargas. 1930-1945. **Patrimônio e Memória**, São Paulo, p. 45-55, 2005. Disponível em: <http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/25>. Acesso em: 1 jul. 2019.

## O PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO DO ELEMENTO SERVIL EM PETRÓPOLIS: da batalha de flores ao 1 de abril de 1888

Lucas Ventura da Silva<sup>320</sup>

**RESUMO:** O presente trabalho pretende discutir questões relacionadas ao processo de emancipação do elemento servil na cidade de Petrópolis, percebendo a dinâmica abolicionista na cidade. O recorte da análise tem como ponto de partida a batalha de flores, datada de fevereiro de 1888, ao 1 de abril do mesmo ano, com a solenidade da entrega de 103 cartas de liberdade. Dessa maneira, inserindo Petrópolis no contexto de contestação da escravidão que estava prestes a ser legalmente extinta. Vamos aqui explorar as especificidades da ata da solenidade de 1 de abril, buscando encontrar indícios que nos leve à compreensão dos momentos finais da escravidão em Petrópolis, procurando problematizar a participação de agentes históricos da elite social e política do período.

**Palavras – chave:** Abolicionismo; Batalha de flores; Abolição; Petrópolis.

**ABSTRACT:** This paper aims to discuss issues related to the emancipation process of the servile element in the city of Petropolis, realizing the abolitionist dynamics in the city. The analysis has as its starting point the battle of flowers, dated February 1888, in April 1st of the same year, with the solemnity of the delivery of 103 letters of liberty. Thus, inserting Petropolis in the context of the contestation of slavery that was about to be legally extinguished. Here we will explore the specifics of the April 1 solemnity, seeking to find clues that lead us to understand the final moments of slavery in Petropolis, seeking to question the participation of historical agents of the social and political elite of the period.

**Keywords:** Abolitionism; Flower battle; Abolition; Petropolis.

---

<sup>320</sup> Licenciando em História pelo Centro de Teologia e Humanidades da Universidade Católica de Petrópolis. Integra a equipe do Arquivo Histórico no Museu Imperial/Instituto Brasileiro de Museus/Ministério do Turismo. E-mail: lucasventura1998@hotmail.com

## 1. Introdução

Este trabalho começou com uma grande inquietação: por que não há pesquisas de fôlego sobre a escravidão na cidade imperial? As análises sobre a presença escrava na cidade foi se apresentando como um assunto ainda a ser abordado. A partir da pesquisa no *Banco de Teses e Dissertações da Capes*, não encontramos nenhum trabalho que tivesse por intuito a compreensão das implicações da escravidão em Petrópolis.

Nesse sentido, a presente pesquisa, ainda em estágio inicial, pretende discutir os momentos finais da escravidão na cidade de Pedro, sendo nosso recorte, da batalha de fores, em fevereiro de 1888, ao 1 de abril do mesmo ano, evento que ficou conhecido e divulgado pela imprensa da época como sendo aquele que extinguiu o elemento servil de Petrópolis, com a entrega de 103 títulos de liberdade.

Temos por intuito, principalmente compreender o processo final, próximo à abolição, problematizando a dinâmica abolicionista na cidade. Dessa forma, atentando nosso olhar aos envolvidos, agentes sociais presentes na elite política e social da época, como líderes do movimento abolicionista, o presidente do conselho de ministros e a própria família imperial. Portanto, propomos a busca pelos rastros deixados desde a batalha de flores até a solenidade de entrega dos títulos de liberdade. Nesse sentido, vamos aqui explorar a ata da solenidade de 1 de abril, documento sob a guarda do Museu Imperial.

Para isso, buscamos direcionar a pesquisa por meio do arcabouço metodológico proposto pelo historiador italiano Carlo Ginzburg (1989)<sup>321</sup>, o “paradigma indiciário”. Aqui temos por objetivo construir a reflexão por meio dos indícios, costurando os fios através dos rastros deixados. São os indícios e os sinais apresentados nas fontes que nos dão subsídio contribuindo para a compreensão do processo, por meio da análise dos documentos primários.

Uma das possibilidades de perceber o passado, no sentido de refletir sobre o problema proposto, acontece uma vez que nos colocamos dispostos à percepção das marcas deixadas. Nesse sentido, perceber as particularidades de cada fonte, bem como questioná-las, se apresenta como uma tarefa indispensável e de fundamental importância no processo de pesquisa.

---

<sup>321</sup> Cf. GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. Tradução: Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

Como está apresentado no título, propusemos aqui a análise sustentada na compreensão do processo de emancipação. Por mais que nosso recorte seja pequeno, não o suficiente para empreender grandes análises em longa duração, pois para isso precisaríamos de um recorte mais abrangente, nessa perspectiva, é relevante que se leve em consideração o caráter processual da abolição. O historiador Sidney Shalhoub (2011), em sua obra *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*, propõe que a “chamada transição da escravidão ao trabalho livre é problemática porque passa a noção de linearidade e de previsibilidade de sentido no movimento da história<sup>322</sup>”. Para ele, a ideia de “transição” carrega consigo uma série de equívocos, nos traz uma espécie de dinâmica do tempo pautado em um fim último da história. Por conta disso, direcionaremos nossa pesquisa considerando o caráter processual e imprevisível da história, compreendendo a abolição enquanto um processo.

O que está registrado nas próximas páginas são reflexões e questionamentos de uma pesquisa em estágio inicial com uma proposta ainda pouco discutida: reflexões sobre o a emancipação do elemento servil em Petrópolis. O presente trabalho não tem por objetivo encontrar resultados fechados, concretos e inquestionáveis, nesse sentido, fazendo com que os parágrafos seguintes sejam permeados por questões e problemáticas, trazendo mais perguntas do que respostas prontas. Dessa forma, no processo de pesquisa, seguindo os passos de Ginzburg (2007)<sup>323</sup>, se existe a verdade, ela, por sua vez, não pode ser o ponto de partida, mas o ponto de chegada.

## 2. Abolição e abolicionismo brasileiro

Falar em emancipação do elemento servil no Brasil do século XIX traz uma série de implicações. A abolição da escravidão não veio por meio de um único segmento, muito pelo contrário, foram vários polos que reivindicação e contestação que possibilitou seu fim legal por meio da Lei Imperial nº 3.353, a Lei Áurea. Podemos aqui destacar a dinâmica de revoltas e fugas escravas, as estratégias políticas e judiciais, e o movimento abolicionista propriamente dito. Sobre ele que vamos discutir neste tópico.

---

<sup>322</sup> Cf. CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

<sup>323</sup> Cf. GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. Tradução: Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

Em seu livro *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88)*, a socióloga Angela Alonso (2015)<sup>324</sup> defende três fases para o movimento: primeiro, a fase das flores, período que os abolicionistas recorriam às artes, promoviam festas para persuadir o público no intuito de atrair aliados para o fortalecimento do movimento, essas festas se tornaram verdadeiras cerimônias antiescravistas; segundo, a fase dos votos, das contestações legislativas e eleições de parlamento; e por fim, o período de balas, sob a eminência de conflitos diretos. Sobre o assunto, Alonso diz:

Os abolicionistas vinham construindo esse apoio havia duas décadas, primeiro em espetáculos parecidos ao de Bulcioff, coalhados de flores, depois disputando votos nas eleições e, por fim, ameaçando recorrer às balas. Acumulavam força para tanto. Ao longo da campanha tinham passado da meia dúzia de pioneiros, como Rebouças, a uma legião, operando em todas as vinte províncias do Império. Em 1886, eram milhares. Todos dispostos, como Bulcioff, a quebrar algemas (ALONSO, 2015, p. 16).

A autora menciona Nadina Bulcioff, soprano russa que teve participação significativa na questão abolicionista no Brasil na década de 1880. Em 1886, se apresentou com o maestro Arturo Toscanini no Teatro Lírico, no Rio de Janeiro. Bulcioff representou *Aida*, ópera de quatro atos de Giuseppe Verdi. A trama gira em torno da filha do rei da Etiópia que é presa em um cativeiro no Egito antigo.

Ao pisar no tablado, casa cheia, Bulcioff viu caírem a seus pés as flores que o movimento abolicionista usava como símbolo. Ao fim do primeiro ato, a plateia calou-a com palmas; as manifestações cresceram no segundo e galgaram o clímax na ária de arremate do terceiro. Nessa parte da história, *Aida* fuge do cativeiro, liberdade representada com o acender das novíssimas luzes elétricas (ALONSO, 2015, p. 14).

Este foi o momento em que José do Patrocínio levou ao palco seis mulheres escravizadas, onde Bulcioff, quebrando as correntes cenográficas, entrega-lhes cartas de liberdade. Diz Alonso, “A plateia frenética gritava Viva a Bulcioff!, Viva a libertadora!, Viva a abolição dos escravos!. Em seguida, ovacionaram os líderes do movimento pelo fim da escravidão” (ALONSO, 2015, p. 15). Esse foi um evento significativo que marcou a dinâmica abolicionista da década de 1880.

Esse tipo de encontro era estratégia comum ao movimento na época. Estavam na ópera para fazer política, encontravam na arte uma maneira de trazer aliados para a causa. Diferente

<sup>324</sup> Cf. ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88)*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

de outros países, no Brasil o movimento se apresentou com uma dinâmica particular. Nos Estados Unidos, por exemplo, o abolicionismo se apresentava, por vezes, com inspiração religiosa, nesse sentido, a igreja, nesse caso protestante, foi importante para o desenvolvimento e crescimento do movimento. No entanto, no Brasil, a instituição Igreja e Estado Imperial caminhavam na proximidade, fazendo com que o abolicionismo brasileiro traçasse outras estratégias. Dessa maneira, a arte se apresentava como uma das formas de fazer política, fazendo com que encontros, como da ópera de Bulcioff, fossem comuns.

Alonso defende que a partir da década de 1860, existia um ambiente favorável, uma dinâmica interna e externa que condicionou o princípio da formação de um movimento social no Brasil, o abolicionista.

O movimento abolicionista demorou a se configurar no Brasil. Sempre houve gente de inclinação antiescravista, mas pensamento é diferente de ação. Para existir, um movimento social precisa organizar associações e eventos públicos, materializar-se como mobilização coletiva, o que só ocorre em conjunturas políticas que facilitam o uso do espaço público para exprimir reivindicações (ALONSO, 2015, p. 17).

Para isso, existiram alguns fatores que devemos apontar. Primeiro foi o próprio contexto internacional de revoltas e contestação da escravidão. Podemos afirmar que o Brasil tinha ampla companhia escravista até o século XVIII, no entanto a partir da primeira metade do século XIX o contexto foi sendo modificado. Grande parte das colônias espanholas americanas fizeram sua emancipação nesse período. Era o momento abolicionista. Nas décadas de 1850 e 1860, em vários países a escravidão foi extinta, Argentina, Peru, Havaí, Venezuela, Moldávia, Jamaica, Colômbia, Estados Unidos e Cuba. Nesse sentido, o ambiente que cercava o Brasil o colocava em lugar de desprestígio por ainda persistir no escravismo.

Esse momento de movimentação mundial de contestação do elemento servil deu lugar a toda uma circulação de experiências políticas em prol do fim da escravidão a nível internacional. Alonso traz a existência de uma rede mundial antiescravista espalhada pela Europa, América e África. O abolicionismo brasileiro, por sua vez, também estava inserido nessa rede. Os componentes do movimento tinham contato e respaldo político transnacional, fundamental para sua consolidação, dois nomes foram importantes nesse sentido, Abílio César Borges e Joaquim Nabuco. Nessa perspectiva, a experiência cosmopolita de formas de organização experimentadas por outros movimentos, apresentaram-se como subsídio antiescravista para o abolicionismo brasileiro.



Os abolicionistas brasileiros se inspiraram em formas de organização (associações específicas), espaços de expressão (parlamento, espaço público, clandestinidade) e estratégias de ação (manifestações públicas coletivas, iniciativas institucionais, ações de confrontação) que encontraram disponíveis. Mas o contexto nacional e a tradição política brasileira — instituições, valores e práticas de legitimação do status quo — circunscreveram suas opções e obrigaram a ajustes na transposição do repertório antiescravista estrangeiro (ALONSO, 2014, p. 124).

O movimento abolicionista no Brasil foi organizado e articulado. As estratégias de mobilização e manifestação eram diversas. Alonso traz que de 1868 a 1888, pode-se contabilizar um total de 296 associações, grupos e instituições organizadas no movimento espalhadas pelo Império, traz ainda que, a respeito ao repertório de estratégias políticas, o abolicionismo brasileiro foi significativo, foram no total de aproximadamente 2214 tipos e formas de estratégias e manifestações do movimento, de 1868 a 1888, divididos em: 200 ações institucionais; 646 manifestações públicas em espaço fechado; 189 manifestações públicas em espaço aberto; 442 ações de difusão; 89 ações simbólicas; 407 ações diretas e 71 ações de confrontação<sup>325</sup>.

O número de associações abolicionistas crescia nos núcleos urbanos. Agora já não eram só os estudantes e os poetas que agitavam a questão. Não eram apenas os pasquins que pregavam a emancipação. Jornalistas ilustres, advogados, médicos e engenheiros, homens e mulheres juntavam-se a eles. A grande imprensa começava a discutir a questão. A opinião pública era solicitada a se manifestar. E o que era ainda mais importante: alguns políticos discutiam o assunto no Parlamento (COSTA, 1994, p. 40).

A questão do elemento servil foi se tornando pauta de discussão pública, sendo discutida no parlamento e fora dele. No entanto, os parlamentares conservadores representantes dos grandes proprietários, latifundiários, não tinham apressado pela discussão e postergavam sempre quando possível.

A economia brasileira, na época, era sustentada na agricultura de exportação por meio da exploração do trabalho forçado, não existia a vontade do fortalecimento de um mercado interno, nesse sentido, o trabalho dos africanos traficados para o Brasil, configurava-se apenas um fator de produção. Com a passar das décadas, a escravidão foi perdendo legitimidade pública, nacionalmente e internacionalmente, mas ainda continuava forte entre os grandes

---

<sup>325</sup> Cf. Repertório de estratégias do movimento abolicionista, 1868-88 em *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88)* de Angela Alonso.

proprietários de terras. Por conta disso, existia a necessidade da formulação de estratégias para a persuasão pública, no intuito de fortificar a contestação do elemento servil. É nessa perspectiva que o movimento abolicionista atuou.

Com a Guerra do Paraguai, também conhecida pela historiografia por Guerra da Tríplice Aliança, o problema da emancipação foi se tornando mais intenso. Pela alta demanda de homens para servirem o Brasil na guerra, no dia 6 de novembro 1866 fora decretado a liberdade gratuita aos escravos que estivessem condições de servirem ao exército, sendo estendido o benefício às suas esposas<sup>326</sup>. A decisão foi alvo de uma infinidade de discussões, tanto entre ministros e parlamentares quanto na opinião pública. Havia sido colocada em pauta duas grandes questões no momento, a guerra e a escravidão. A participação de escravos na guerra ofereceu novas questões aos que lutavam pela emancipação. É nesse contexto, décadas de 1860-70, que a campanha em prol da abolição se fortificou<sup>327</sup>.

A década de setenta inaugurava-se, portanto, num clima de apreensão por parte dos proprietários de escravos e renovado entusiasmo por parte dos que lutavam pela emancipação dos escravos. A crise política desencadeada pela queda do Ministério Liberal, em 1868, agiria como elemento catalítico. Os debates travados na Câmara e pela imprensa em torno da Lei do Ventre Livre fizeram da emancipação dos escravos um questão nacional(COSTA, 1994, p. 44).

As décadas de 1870-80, os debates sobre a questão escrava tornaram-se pauta de primeira ordem, a propaganda abolicionista e as possibilidades de liberdade tornaram o cativo mais difícil de suportar<sup>328</sup>. Nesse período, antes da Lei Área, foram aprovadas duas medidas importantes para nossa reflexão, Lei do Ventre Livre e Lei dos Sexagenários. As duas, por sua vez, foram votadas em meio a um clima de apreensão das classes senhoriais, funcionando como uma espécie de medida protelatória, uma resposta às pautas abolicionistas.

A Lei do Ventre Livre, Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871, estabelecia que os filhos da mulher escrava que nascessem a partir dessa data seriam considerados livres. No entanto, dizia também que os proprietários deveriam criar os menores, a partir daí chamados de ingênuos, até oito anos de idade, quando poderiam escolher entre libertá-los e receber do governo uma indenização de 600\$000 ou mantê-los em sua propriedade até completar vinte e

<sup>326</sup> Decreto nº 3.725, de 6 de novembro de 1866. Em virtude da Guerra do Paraguai, concedia liberdade gratuita aos escravos da Nação designados para o serviço do exército.

<sup>327</sup> Cf. COSTA, Emília Viotti da. *A abolição*. 5 ed. São Paulo: Global, 1994.

<sup>328</sup> Cf. \_\_\_\_\_. *Da monarquia à República: momentos decisivos*. 9 ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

um anos, como um modo de pagamento pelo gasto de seu sustento. Uma lei controversa. Grande parte dos senhores optaram pelo pagamento por meio dos serviços. A situação dos menores, o qual a lei garantia sua liberdade, não mudou muito, uma vez que a situação só se alteraria a partir de seus 21 anos. Além disso, a lei também criava o Fundo de Emancipação<sup>329</sup>, direcionado a captação de recursos para a compra de cartas de liberdade.

A Lei nº 3.270, de 28 de setembro de 1885, conhecida posteriormente por Lei dos Sexagenários, também se configurou uma lei controversa. Trazia todo um debate sustentado na extinção gradual do elemento servil. Determinava nova matrícula de escravos; ampliou e definiu novos critérios de alforria pelo Fundo de Emancipação; obrigava o forro que quisesse ficar na fazenda a prestar serviços compatíveis com sua força, entre outros. Nesse sentido, não trazia nada de revolucionário. Apresentou-se como uma resposta, um tanto quanto retrógrada, à opinião pública e para o próprio movimento abolicionista, uma vez que no ano de 1884 o Ceará e o Amazonas haviam decretado o fim da escravidão nas províncias, dando mais vigor ao movimento.

Nas ruas, na imprensa, no campo, por toda parte repercutiu o clima de tensão criado na Corte. O projeto apresentado à Câmara propunha apenas a emancipação dos sexagenários. O único aspecto que poderia ser considerado revolucionário era o fato de conceder liberdade sem nenhuma indenização ao escravo de sessenta anos (COSTA, 2010, p. 339).

É importante ressaltar que, além de sua forma calcada na ideia de uma abolição gradual em moldes conservadores, ambas as leis foram de fundamental importância no processo de emancipação no Brasil.

Nas províncias menos vinculadas ao sistema escravista a emancipação avançava rapidamente. Em 1884, a escravidão estava extinta no Amazonas e no Ceará. No Parlamento voltava-se a discutir a questão. As opiniões divergiam. Entre os abolicionistas haviam os que acreditavam ser mais conveniente a emancipação gradual, por métodos prudentes, e os que almejavam a abolição total e definitiva e apelavam para a revolta da senzala, como meio mais eficaz para consegui-la. Para uns, como Nabuco, a causa devia ser ganha no Parlamento; para outros, como no Patrocínio ou Lopes Trovão, nas ruas e nas senzalas. A ação dos agitadores preparava e reforçava a atuação dos parlamentares moderados (COSTA, 2010, p. 339).

---

<sup>329</sup> Criado pela Lei nº 2.040, a Lei do Ventre livre, e aprimorado pela Lei nº 3.270, Lei dos Sexagenários, o Fundo de Emancipação consistia em recursos pecuniários com o objetivo de promover a emancipação gradual do elemento servil, por meio de indenização aos respectivos senhores proprietários de escravos, de acordo com os critérios de classificação estabelecidos.

A partir disso, pouco depois da Lei dos Sexagenários, a escravidão já se mostrava uma instituição em ruínas. Os escravos deixavam em massa as fazendas, e as autoridades pareciam ter perdido o controle da situação<sup>330</sup>. Com João Alfredo Correa de Oliveira como Presidente do Conselho de Ministros, um conservador pró-abolição, assumiu o compromisso de aprovar o projeto da Lei Áurea; quando que em maio de 1888, por meio da lei nº 3.353, estava abolida a escravidão no Brasil.

Podemos dizer, portanto, que a história escravidão no Brasil não é uma tarefa simples de ser pensada e nos exige cautela e rigor na análise, refleti-la nos faz pensar em nossa própria trajetória, e na relação entre escravidão e liberdade, mais de escravidão do que liberdade, que foram colocados nossos antepassados. Nessa perspectiva, é importante dizer que a abolição não veio, e se veio, por um único segmento, tanto a resistência escrava e suas manifestações, quanto a organização do movimento abolicionista e estratégias políticas, foram fundamentais para o fim legal da escravidão no Brasil.

### **3. Momentos finais da escravidão em Petrópolis: a solenidade de entrega dos títulos de remissão**

O objetivo primeiro deste trabalho, podemos dizer, é de iniciar uma investigação sobre, como o próprio título traz, o processo de emancipação do elemento servil em Petrópolis. No desenvolvimento da pesquisa, na procura de fontes e vestígios que nos oferecessem subsídios para nosso objetivo principal, nos deparamos com um documento bastante particular, a ata da solenidade de entrega dos títulos de remissão<sup>331</sup> dos últimos escravos da cidade, datada de 1 de abril de 1888.

O documento é um manuscrito contendo duas folhas duplas. Na parte superior esquerda, possui o carimbo da instituição a qual pertence, Arquivo Histórico do Museu Imperial. Traz no cabeçalho três linhas dizendo o que é o documento e por quem fora lavrado,

---

<sup>330</sup> Cf. MENDONÇA, Joseli Maria Nunes (Org.). *Legislação emancipacionista, 1871 e 1885*. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (Org.). **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p.p 277-284.

<sup>331</sup>Podemos dizer que um título de remissão consistia em uma espécie de carta de liberdade. Do ponto de vista do Direito, remissão é a forma de extinguir uma obrigação previamente estabelecida, sendo assim, aquele que recebia um título deixava sua condição de escravo, passando à condição de liberto. Assim, não tendo mais a obrigação de servir ao seu senhor.

o Conselheiro José da Silva Costa<sup>332</sup>. Da primeira página até a metade da segunda, é texto corrido e logo após, as assinaturas de alguns dos presentes na solenidade, iniciando com os componentes da família imperial.

O referido documento está sob a guarda do Arquivo Histórico do Museu Imperial desde 1945, estando disponível para pesquisa. Todos os itens do acervo da instituição possuem um processo de entrada, a partir disso, fomos em busca do dossiê da ata para que pudéssemos encontrar alguma informação que contribuísse ao trabalho e, sobretudo, como esse documento chegou ao acervo da instituição. Por meio da análise do processo 147/1945, detectamos que o item fora doado à instituição em abril de 1945, pela filha de Conselheiro José da Silva Costa, Elisa da Silva Costa. É interessante dizer que a carta encaminhada ao então diretor do recém-criado Museu Imperial, Alcindo Sobré, a doadora demonstra interesse que o documento fizesse parte de um acervo público, destacando sua importância e relevância para o estudo da história da cidade de Petrópolis.

De fato, a doadora estava certa. A ata da solenidade de 1 de abril se apresenta como fonte fundamental para a compreensão dos momentos finais da escravidão, não somente em Petrópolis, mas, principalmente, no Brasil; possibilitando o cruzamento de fontes e o estabelecimento de uma série de questionamentos. Por meio das assinaturas, percebemos que alta elite social e política estava presente, juntamente com os membros da família imperial, a partir disso, podemos traçar algumas questões que contribuem para a reflexão do problema.

Além disso, é interessante perceber e problematizar os atores sociais que estiveram na solenidade, a partir da análise das assinaturas. Estavam no ato pessoas de destaque no espectro político e social da época. São eles, princesa D. Isabel, conde d'Eu, e seus filhos D. Pedro, D. Luiz e D. Antônio, na época, com 7 anos de idade, não sabia escrever assinando apenas com a inicial de seu nome; os mais eminentes integrantes do movimento abolicionista do período, André Rebouças e José do Patrocínio; o presidente do Conselho de Ministros, que viabilizou a aprovação da Lei Áurea poucas semanas depois, Conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira; o Ministro de Negócios do Império, Conselheiro José Fernandes da Costa Pereira; o Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, que apresentou o projeto da

---

<sup>332</sup> José da Silva Costa foi um importante advogado durante o período imperial no Brasil. cursou Direito pela Faculdade de Direito de São Paulo, em 1860. Durante o período imperial ocupou posições de destaque, tendo sido Juiz Municipal da Corte, advogado da família imperial e presidente do Conselho da Ordem dos Advogados.

Lei Áurea no Senado e assinou juntamente com a princesa regente D. Isabel, Conselheiro Rodrigo Augusto da Silva; entre outros. No total, são quarenta e três assinaturas.

O evento que estamos tratando, foi uma solenidade que aconteceu no dia 1 de abril de 1888, no Pavilhão Hortícola, atual Palácio de Cristal, em Petrópolis, com a entrega de 103 títulos de remissão, ou cartas de liberdade, aos últimos escravos da cidade. Por meio da análise da documentação, percebemos que esses títulos foram viabilizados através do Fundo de Emancipação da cidade, aos escravos devidamente registrados na matrícula.

É importante ressaltar que a festa da libertação dos escravos só foi possível com a participação e intermédio da própria família imperial. O Correio Imperial, gazeta de notícias editada pelos filhos da princesa D. Isabel com o auxílio de seus preceptores, trazia, em sua edição nº 8 de 1 de fevereiro de 1888, uma espécie de programação sobre os festejos de carnaval que seriam dedicados a arrecadação de fundos para a emancipação em Petrópolis. Traz uma evidente dinâmica social e política na cidade no período, da elite e para elite. O texto diz que um baile aconteceria no Hotel Bragança em 11 de fevereiro de 1888, no dia seguinte, uma batalha de flores, dia 14, um baile para as crianças no Pavilhão Hortícola, seguindo os dias com concertos com eminentes músicos da época, como Cécile Silberber, Arthur Napoleão e o cubano Joseph White.

É indispensável destacar que todas essas festividades foram direcionadas para angariar recursos para o Fundo de Emancipação da cidade, com a participação dos membros da comissão emancipatória, estando envolvidos ativamente em todo o processo. Assim, a partir das fontes recolhidas e analisadas no Museu Imperial, as festividades arrecadaram cerca de 24:495\$000 para o Fundo, permitindo a indenização de proprietários de 92 escravos, sendo libertos mais 11 gratuitamente.

Dessa maneira, a solenidade de 1 de abril de 1888 é culminância de todo esse processo. É bem verdade que estamos falando dos momentos finais da escravidão do Brasil, onde a presença do elemento servil não mais se sustentava. No entanto, devemos problematizar uma questão. Foram 103 títulos no total, porém esse é o quantitativo dos últimos escravos da cidade. Luiz Aranha Corrêa do Lago traz em seu livro, *Da escravidão ao trabalho livre: Brasil 1550-1900*, alguns dados que nos mostram a presença de 626 escravos na cidade de Petrópolis no ano de 1882<sup>333</sup>. Isto é, já existia todo um processo de contestação e

---

<sup>333</sup> Cf. CORRÊA DO LAGO, Luiz Aranha. *Da escravidão ao trabalho livre: Brasil, 1550-1900*. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

emancipação do elemento servil que já estava em andamento, como no âmbito nacional. Vale ressaltar, também, se compararmos a quantidade de escravos presentes em Petrópolis com os existentes em outras cidades da província do Rio de Janeiro, vamos perceber uma diferença significativa. Ao passo que Petrópolis possuía 626, Sapucaia possuía cerca de 7.377, no mesmo período. Isso se dá pela própria construção da cidade, Petrópolis foi ocupada majoritariamente por imigrantes europeus, não tendo forte presença da produção de café, onde encontravam a maior parte dos escravos da região.

Um dos caminhos possíveis para a análise é perceber a rede de sociabilidades que envolvem esses agentes sociais. O evento do 1 de abril era de caráter abolicionista, assim, aqueles que ali se achavam, podemos dizer, apresentavam significativa simpatia à causa. Não estavam ali à toa. Direcionar a atenção para os presentes configura-se um trabalho importante, uma vez que pode nos mostrar a dinâmica do processo de emancipação e seus agentes.

Outra possibilidade existente, ainda dentro da proposta de perceber a rede de sociabilidades, é ir à busca das correspondências entre esses agentes. Essa etapa configurara-se um trabalho de fôlego, demandando mais tempo e condições para tal, não cabendo no espaço do presente texto. É necessário ressaltar que o trabalho com correspondências é de suma importância, uma vez que nos possibilita apreender o que se apresentava por trás das discussões parlamentares e oficiais.

Outro ponto interessante para reflexão está no próprio envolvimento da família imperial na emancipação, sobretudo, na sua participação nesse evento. Todavia, não pretendemos aqui reiterar a imagem da princesa D. Isabel como a redentora das redentoras, como fora construído no pós-abolição, mas sim, iniciar uma reflexão e debate sobre a efetiva participação e envolvimento da família imperial no processo de emancipação da escravidão no Brasil.

Por fim, é importante ressaltar a importância desse documento, a ata da solenidade de entrega dos títulos de remissão. A fonte aqui pensada é rica em potencialidades e possibilidades de reflexão e discussão sobre a emancipação, não só em Petrópolis, mas também, no Brasil. A solenidade aconteceu nos momentos finais da escravidão em âmbito nacional e ali estavam agentes importantes para a dinâmica de aprovação da Lei Áurea, envolvendo família imperial, movimento abolicionista, presidente do Conselho de Ministros, conselho responsável por viabilizar a aprovação da Lei, diplomatas, membros da comissão

emancipadora e simpatizantes pela causa. Ou seja, não foi um acontecimento qualquer e merece a devida atenção pelos historiadores e estudiosos da área.

#### **4. Considerações finais**

Portanto, percebemos que pensar a escravidão e a abolição no Brasil, configura-se uma tarefa um tanto quanto complexa, com variadas possibilidades de reflexão e debate. Sendo necessário, seguindo os passos de Chalhoub, perceber a abolição sempre enquanto um processo na história, não uma transição. Nesse sentido, pensar a emancipação em Petrópolis, nos exige necessariamente percebê-la processualmente.

Iniciamos a análise de uma fonte bastante significativa para a proposta do trabalho, a ata da solenidade de entrega dos títulos de remissão aos últimos escravos de Petrópolis. Esse documento é de fundamental importância para percebermos o quão simbólico foi para os momentos finais da escravidão no Brasil. A partir da análise das assinaturas, destacamos que entre os presentes no ato, achavam-se agentes importantes para a aprovação da Lei Áurea, envolvidos na rede de debates sobre a emancipação do elemento servil no Brasil.

Outro ponto de reflexão, e que deve ser problematizado, é o próprio envolvimento de família imperial no processo de abolição. Podemos afirmar que a solenidade do 1 de abril fora orquestrada pela própria família. Em verdade, o ato que debatemos foi a culminância do que já estava sendo festejado deste fevereiro de 1888. Festejos estes, que também foram organizados por eles.

Vale destacar que o trabalho aqui apresentado é o início de uma pesquisa ainda em andamento. Não pretendemos trazer questões ou respostas fechadas. Segundo a proposta de Ginzburg, se existe verdade, ela, por sua vez, não pode ser o ponto de partida, e sim o de chegada.

Em virtude do que fora dito, queremos ressaltar a importância do estudo da escravidão, e assuntos relacionados, no Brasil. A pesquisa acerca da problemática escravista não está e não pode ser esgotada, muito ainda temos para construir. Estudar a escravidão, abolição e pós-abolição, é iniciar um processo de compreensão da nossa própria trajetória. Entender as particularidades desse processo e levar à discussão pública configura-se o grande intuito da investigação histórica.

#### **Referências bibliográficas**

Anais da XXXV Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Usos públicos da História e a construção da memória popular: Disputa, narrativa e resistência em tempos sombrios. Gabrielle Barra Tarocco; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2019. 617 p.  
ISSN:2317-0468



ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88)*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

\_\_\_\_\_. O abolicionismo como movimento social. **Novos estud. - CEBRAP**, São Paulo, n. 100, p.p 115-127, nov. 2014. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-33002014000300115&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002014000300115&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 1 out. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002014000300007>.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

CORRÊA DO LAGO, Luiz Aranha. *Da escravidão ao trabalho livre: Brasil, 1550-1900*. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

COSTA, Emília Viotti da. *A abolição*. 5 ed. São Paulo: Global, 1994.

\_\_\_\_\_. *Da monarquia à República: momentos decisivos*. 9 ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. Tradução: Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

\_\_\_\_\_. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. Tradução: Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes (Org.). *Legislação emancipacionista, 1871 e 1885*. In: SCHWARCZ, Lília Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (Org.). **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p.p 277-284.

## Fontes

### 1.1. Arquivo Histórico do Museu Imperial

Ata da solenidade de entrega dos títulos de remissão dos estados-livres de Petrópolis, lavrado pelo Dr. José da Silva Costa. Contém assinaturas da princesa Isabel, conde d'Eu, seus filhos e autoridades presentes ao ato. Petrópolis, 1 abr. 1888.

Programa da [1ª] Batalha de Flores em Petrópolis.

Reprodução fotográfica mostrando pessoas com suas carruagens participando de uma batalha de flores, durante o carnaval, na cidade de Petrópolis.

### 1.2. Biblioteca do Museu Imperial

Correio Imperial. Anno II. Petrópolis. 1 fev.1888. N°8. Petrópolis: Typ. Imperial, 1888.

Pequena Ilustração. Ano VI - n. 297. 1937.